

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO
BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

VOLUME 171

1936

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.



RIO DE JANEIRO — IMPRENSA NACIONAL — 1939

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO
BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

VOLUME 171

1936

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.



RIO DE JANEIRO --- IMPRENSA NACIONAL --- 1939

Digitized by the Internet Archive
in 2024

VIAGEM DO PRÍNCIPE PAULO ALEXAN- DRE DE WUERTTEMBERG A AMÉRICA DO SUL.

Introdução e versão por Lina Hirsh.

Diário da viagem da América do Norte à América do Sul; e das viagens pelo Brasil. Saída de New Orleans, 11 de Dezembro de 1852. Viagem até Nova York, 19 de Dezembro de 1852. Retorno a Boston e Nova York. Embarque em Nova York para a América do Sul, 3 de Fevereiro de 1853. Chegada: 31 de Março (Baía).



VIAGEM DO PRÍNCIPE PAULO ALEXANDRE DE WUERTTENBERG

Procurando, um dia, um documento num armário da Biblioteca privada do rei Guilherme II de Wuerttemberg, (no palácio de Stuttgart), vi inesperadamente um desenho que me atraiu a atenção pelo aspecto da paisagem representada, cenário bem conhecido e fascinante: a maravilhosa Baía de Guanabara, o Pão de Açúcar, um bonito trecho de praia, jardins, palmeiras, onde figuravam tipos de habitantes e edifícios. Tratava-se de uma vista do Rio de Janeiro, desenhada ha anos passados por um artista, ou viajante, bem versado em Botânica e outras ciências naturais.

Abri o pacote do qual saíra o desenho e encontrei meia dúzia de cadernos cheios de notícias escritas a lapis, e intercalado o texto de cada um de desenhos pequenos, mas de rara delicadeza e exatidão. Continuando a pesquisa, abri os outros pacotes que se achavam ao lado do primeiro: continham escritos do mesmo gênero. Verifiquei, então, que esses documentos eram as notícias e diários de viagem do príncipe ducal Paulo Alexandre de Wuerttemberg, naturalista e destemido viajante, amigo de Martius e de outros cientistas eminentes, membro de várias Academias de Letras e de Ciências, e homem de grande cultura. O príncipe Paulo Alexandre distinguu-se por um alto espírito de justiça, pelo talento artístico de pintor e inteligência extraordinária que se aliava à sua ardente sede de verdade científica e predileção pelas ciências naturais, especialmente Botânica e Geografia. A Corte dos reis de Wuerttemberg (em Stuttgart) ha sido, desde as suas origens até os nossos dias,

um brilhante foco de irradiação das Belas-Artes e das Ciências, onde o estímulo vindo de fora, intensifica o espírito individual, agitado pelo ardente desejo de estudo e saber. Nesse círculo, como nas universidades e escolas técnico-artísticas do país, e demais institutos científicos da Alemanha, conseguiu o príncipe-ducal Paulo Alexandre realizar o seu desejo de fazer-se naturalista investigador. Estudou pintura, não só para chegar à mestria no desenho exato de paisagens, flores, formações geológicas de figuras, mas também impellido pela paixão de pintor-paisagista que a isso o levou.

Formou-se em Ciências Naturais, especialmente em Botânica. Mas, sentindo-se capaz de apreciar com critério os fenômenos naturais que se oferecessem ao seu estudo em regiões ainda não exploradas, ou conhecidas apenas em parte, o príncipe Paulo Alexandre embarcou para uma série de viagens, continuada por decênios, até à sua morte. Nessas excursões, Paulo Alexandre passou meses e anos de estudos especiais na América (principalmente em certas regiões da América do Norte), no Extremo Oriente, e em outras zonas; e, por várias vezes, circumnavegou a Terra. E, longe de se contentar com observações superficiais, ou simples impressões de viagem, internou-se pelos países, penetrando até as regiões menos conhecidas, colecionando plantas, minerais, borboletas e pássaros, estudando-lhes as formações geológicas e condições climáticas e meteorológicas sem se esquecer de observar também os costumes e os caracteres dos povos. Escrevia diariamente, e muitas vezes, no curso de suas observações, o relato de suas investigações, elucidando sempre em complemento explicativo dos desenhos, que acompanham o texto. O príncipe Paulo Alexandre acumulou, assim, material interessantíssimo para o estudo da vida e da natureza em muitas regiões do globo. Como já foi dito, escrevia a lapis nos cadernos do seu Diário em talho de letra fina, e às vezes muito difícil de decifrar-se. Mais tarde, fez cópias a pena, em livro de maior tomo, completando as frases, dando-lhes melhor forma literária sem alterar, porém, o conteúdo, nem aditar nova matéria essencial. Volumes cheios de tabelas de observações meteorológicas, quadros de estatística ou de comparação, e, além disso, notícias geográficas representam um anexo apreciável. Depois da morte do príncipe, todos os seus livros e todos os documentos (manuscritos, desenhos, etc.) encontrados no seu gabinete de trabalho foram conservados na biblioteca privada do rei. Os volumes de cópias

foram enviados mais tarde para a Biblioteca Nacional de Wuerttemberg (em Stuttgart); mas as notícias originaes, cadernos de diário, e a maior parte dos desenhos ficaram na Biblioteca privada do rei, conservados no armário, onde os descobri. Estudando tambem os outros documentos e manuscritos do príncipe Paulo Alexandre, os quais se acham na Biblioteca Nacional, encontrei uma correspondência com Martius, constante de tres cartas, em que Paulo Alexandre inquire a Martius, si este conhecia ou já estudara, uma certa espécie de palmeira, relativamente pequena, que ele próprio Paulo Alexandre já havia visto no Brasil, mas ainda não conhecia e Martius lhe responde que já a descrevera numa parte das suas obras, pronta para a publicação.

O príncipe ducal Paulo Alexandre nunca fez publicar suas obras. Parece, entretanto (segundo várias observações nas suas notícias e cartas), que pretendia completá-las com outros estudos, e só depois disso publicar a coleção completa. Morreu, porem, antes de poder realizar esse plano; e os documentos dormiam esquecidos na biblioteca, onde os encontrei. Achei melhor copiá-los e traduzir os cadernos de notícias originaes, e não as cópias, escritas mais tarde com adição de frases mais literárias.

As viagens pelo Brasil foram realizadas em 1853. As notícias que se seguem são tudo quanto encontrei, relativamente ao Brasil no exame minucioso dos manuscritos do príncipe.

Pouco tempo durou a viagem de Paulo Alexandre através do Brasil; todavia, ele descreve sempre as suas observações com a exatidão escrupulosa que o distingue em todas as suas atividades e atitudes.

Lina Hirsh.

CADERNO I

BAÍA, 1º DE ABRIL A 2 DE MAIO DE 1853

Durante a minha estada na Baía, tive tempo, e se me ofereceu a oportunidade para estudar e bem conhecer esta grande cidade, — a segunda do Império Sulamericano, em movimento e importância. E' uma tarefa difficil dar informações exatas desse interessante centro de comércio e cultura, embora disponha de copioso material estatístico, histórico e geográfico para uma descrição, apparelho este que espero expor mais tarde, num capítulo especial duma obra mais

extensa. Vários viajantes sábios, — Spix e Martius, o príncipe Maximiliano V. Wied, e outros já publicaram excelentes obras, em que descrevem tais regiões. Eu desejaria confrontar as minhas observações com as deles, antes de sair o meu livro. Achando-me agora na Baía, devo limitar as minhas notícias às próprias observações e investigações que fiz.

O nosso bom navio "Paytona" havia lançado âncora; e eu me deleitava, gozando a maravilhosa vista e admirando o panorama da cidade alta com as montanhas que lhe servem de pedestal. Grandiosa era a vista desta paisagem até a Ilha de Itaparica. Ultrapassa de muito todas as descrições que eu havia lido. O sol da manhã envolvia tudo na sua luz maravilhosa; a paisagem encantadora, a extensa cidade, o porto, os castelos, as igrejas e conventos, e os edificios grandes e suntuosos, tudo no meio duma vegetação opulentíssima, tudo emergindo ridente e glorioso no encanto dos trópicos. A abundância mágica de árvores, plantas e flores, e o labirinto de edificios, pareciam um jardim gigantesco, de onde se destacavam palacetes de fadas. Como já disse, não podia afastar os olhos desse painel, — que é a própria vida! Não importava que me chamassem, nem me interessava o que estavam fazendo no navio: olhava encantado. Pelo meio dia, veio o amigo Jenkins e convidou-me para ir à terra em sua companhia. Fui com ele ao Consulado dos Estados Unidos da América do Norte, onde o consul, Mr. Gilmers nos recebeu com muita gentileza; e convidou-me para morar, durante todo o tempo da minha estadia ali, em sua própria casa. É uma vivenda bonita, na Cidade Alta. De bom grado aceitei; e me achei muito bem nessa morada saudavel. Os comerciantes da Baía têm os seus escritórios na Cidade Baixa — (que é a cidade do porto ou antes o bairro do porto), mas moram na Cidade Alta, que tem ar fresco e atmosfera muito agradável. Observei que vários passageiros do navio tomaram quarto no "Hotel do Império", casa ampla e bem administrada; disseram-me que tinham aposentos bons por pouco dinheiro. O sr. V. St. Friest gentilhomem francês, com sua esposa e filha, e também o sr. von Wroblewsky preferiram alojar-se no estabelecimento dum "restaurateur" francês. Esse proprietário deu-me a impressão de um homem bom e honesto; apesar disso eu não tinha confiança, e procurei dissuadi-lo, principalmente porque a casa estava situada na cidade baixa, próximo ao porto, por consequência num ambiente que só podia prejudicar a saúde. Gozava-se do ar

fresco na "Hospedaria", a comida era boa, e bem escolhida para as exigências do clima. No hotel, só se falava português, circunstância que não agradava àqueles senhores.

Mal souberam da minha chegada, os altos dignitários do Governo e da Municipalidade vieram cumprimentar-me com admirável gentileza, e ofereceram os seus serviços, caso precisasse eu de alguma coisa. O presidente, sr. van der Ley apareceu imediatamente, e s. eminência, o sr. primaz do Brasil, homem de alto mérito e muito estimado, distinguime com a honra, — de todo extraordinária para a Baía — de mandar anunciar a sua visita logo depois de minha chegada. O veneravel patriarca, dom A. de Silva, é amigo dos alemães. Havia muitos anos que, joven sacerdote numa das províncias do interior, havia iniciado a sua amizade duradoura com o nosso célebre compatriço von Martius. Eu não queria deixar de demonstrar, desde logo, a veneração que dedicava a esse digno prelado, e fui ao palácio episcopal para fazer a minha visita antes que ele pudesse sair.

Do paço episcopal, fui directamente ao palácio do sr. presidente da Província, para corresponder-lhe a amavel visita.

E' raro que os baianos se sirvam de carruagens. Preferem as "Portechaíses", chamadas "Literas", ou Liteiras. O senhor ou a senhora instala-se comodamente nessa "liteira", e alguns pretos robustos levam aos ombros o veículo. O caminho pelas encostas, da cidade alta para a cidade baixa, é tão íngreme, que para levar uma pessoa de certo peso, de baixo para cima é preciso escolher homens muito robustos. Servem-se, porém, dos mesmos "meios de transporte", isto é, dos ombros dos negros para transportar as mercadorias pesadas do porto para a cidade alta, ou para qualquer outro logar da cidade. Subindo, procedem do seguinte modo: alguns pretos levantam os fardos pesados e penduram-nos numa haste; depois levantam, todos de um movimento simultâneo, a haste com os fardos (colocados bem no meio), e colocam-na nos ombros, andando em filas. Quer descendo, quer subindo, vencendo encostas íngremes e caminhos pedregosos, — cantam! cantam sempre, durante toda a marcha. Acho até mesmo que esses homens singelos cantam muito bem canções africanas, e melodias, de outra origem, cadenciadas, em trechos rítmicos, e de caracter musical, verdadeiramente interessante.

Nos primeiros dias da minha instalação, recebi muitas visitas e tambem as retribui. O sr. primaz appareceu-me logo

no dia seguinte ao da minha chegada; veio numa carruagem conduzida por quatro cavalos, e acompanhado por outros altos dignitários do clero, todos em grande aparato. Esse velho príncipe da Igreja é um homem tão sábio e douto, como digno e veneravel. Adquiriu as suas honras académicas e gráu de doutor em ciências, na Universidade de Munich. Homem distinto pela cultura do espírito e pelo character generoso, é estimado tanto pelos católicos, como, até mesmo pelos protestantes que moram no Brasil. Cumpre acrescentar, sobretudo, que o Brasil não é somente um Estado distinto pelo seu Governo excelente, mas também é digno de admiração por causa das suas instituições liberais. Alem disso, observei que este Estado está desenvolvendo o seu exército e a sua marinha de tal forma que merece o respeito dos vizinhos e dos outros países.

Como era natural, fiz a minha visita às casas alemãs de comércio, que achei na Baía. Quasi todas fazem negócios bons e mantêm as suas empresas com fundamentos sólidos. Os chefes são homens muito amáveis e gentis. Entre eles encontrei vários compatriícios de Wuertemberg, e em primeiro lugar o sr. G.... que mora agora em Stuttgart. Todos estes bons compatriícios receberam-me com a carinhosa amabilidade de verdadeiros e fiéis amigos. Outro compatriício que encontrei na Baía é o velho dr. Cammerer, chefe duma casa de saúde e clínica para doentes de febre amarela. Infelizmente, reinava nesse momento uma epidemia violenta de "vômito preto" na Baía, e o pobre Herr von Wroblewsky foi uma das vítimas desse terrivel flagelo. Eu assistia a seu lado ao exalar o último suspiro. Dedicara-lhe verdadeira amizade, pois achara nele um gentilhomem de nobres qualidades; era amavel e tinha um bom character. Morreu como homem de honra.

Apesar do calor intenso, o termômetro vacilava de noite e de dia entre 23° e 26° R.

Fiz muitas excursões por terra e por mar, estudando a vegetação maravilhosa da Baía e admirando-a tanto mais quanto mais a conhecia.

Muito já se sabe da vegetação do Brasil, visto que poucos países têm sido alvo de estudos botânicos tão intensos, como este Estado. Uma das particularidades que impressionam, principalmente o estrangeiro recémchegado, são as magníficas árvores, as *Artocarpus integrifolia*, com a sua folhagem densa e majestosa, árvore que dá frutos ainda maiores que os de *Artocarpus incisa*. Também esta última e mais outras

árvores tropicais, de tamanho extraordinário, adornam os jardins com as suas coroas frondosas. E' que a Baía é extremamente rica em magníficas palmeiras, nos jardins desta cidade feliz medram, além disso, todas as plantas úteis do mundo tropical. Não hesito em dar à Baía o título de "jardim botânico das zonas equinoxiais".

Como já mencionei, ofereceu-se-me também a oportunidade de conhecer a alta sociedade da Baía. O português-brasileiro passa por inacessível, quando se trata de introduzir estrangeiros. Não observei muito dessa particularidade; mas pode ser que a minha posição social de príncipe ducal numa casa reinante fosse a chave que me abriu as portas dos salões da alta aristocracia. Achei os brasileiros tão bem educados e cultos, tão amáveis e gentis.

Visitei todos os edificios importantes da Baía: as igrejas, os conventos, os edificios públicos e instituições do Estado, os palácios da administração, e outros. O convento de São Bento, — ou "Convento dos Beneditinos" é um dos mais ricos do mundo. Os (frades) monges deste convento, todos, são verdadeiros sábios; e o abade é um homem veneravel que me impressionou pela sua cultura e dignidade. Ha igrejas antiquíssimas na Baía; várias delas foram construídas ou começadas na época da fundação da cidade do Salvador. Também visitei demoradamente todos os vestígios do domínio holandês; existe ainda um castelo dos holandeses, — edificio muito interessante apesar de achar-se, em parte, em estado de ruína.

Os nossos alemães da Baía têm naturalmente os seus "Vereine" associações de amizade e recreio — e sua associação de tiro, proprietária dum campo de tiro num vale agradável, onde a sombra das árvores e a paisagem formosa convidam a excursões e passeios campestres.

A Cidade Alta é mais comprida que larga. Muitas das suas ruas são amplas e retas, mas não se pode dizer bem calçadas. As calçadas são estreitas e as quadras e lágneas são muito lisas; os largos têm um tapete de grama densa onde brilham às vezes ervas em flor.

Estudando o tipo dos habitantes da Baía, achei que formam uma população mixta; ha muitos pretos e outros homens de côr.

As senhoras da Baía vestem à francesa; são (em geral) morenas e muitos bonitas.

Coube-me inesperadamente a felicidade de encontrar o sábio viajante francês, conde Castelnau, e de travar relações estreitas com este eminente naturalista. Discutimos e trocámos idéias, versando sempre assuntos científicos e característicos da América do Sul. Também dispus dos meios de aumentar, de muito, as minhas coleções, de tal forma que pude enviar à Europa, já antes da minha despedida da Baía, algumas caixas cheias de objetos, os mais interessantes, para o Museu de História Natural.

(*Caderno II*).

3 DE MAIO — 8 DE MAIO DE 1853. VIAGEM DA BAÍA AO RIO DE JANEIRO

No dia 2 de Maio, veio o meu amigo Zeller acompanhar-me ao embarque. O meu camarote no bonito navio britânico "Teviot" estava pronto, e já se tinha ouvido o sinal da partida para o Rio de Janeiro.

O dia havia começado com um triste acontecimento: o Consul dos Estados Unidos, Mr. Gillmer, em cuja casa eu passara, graças à amabilidade desse hospitaleiro gentilhomem, horas tão agradáveis durante todo o mês da minha estada na Baía perdeu um filho, belo e talentoso menino. Vi-o expirar nos meus braços. Custou-me bastante a separação desses bons amigos, num momento de tanto pesar.

Era um dia de intenso calor. O Nordeste soprava forte e o sol spendia ardentes raios.

O navio, ancorado ao fundo do ante-porto, a pouca distância da praia, em frente a Bomfim, esperava os passageiros que chegaram em grande número. Encontrei entre eles vários cavalheiros muito amáveis, deputados que embarcavam para o Rio, aonde deveriam representar os seus distritos, no Parlamento. O presidente, sr. van der Ley veio fazer-me uma visita de despedida e, desejando-me boa viagem, ofereceu-me os seus préstimos si viesse a precisar de alguma coisa da Baía.

Já era muito tarde e ainda não havíamos levantado âncora. A noite era clara e as estrelas do céu meridional cintilavam em todo o seu esplendor. Só de madrugada (às 3 horas da manhã do dia 3 de maio) saímos do ancoradouro. Ainda vejo, com os olhos do espírito, o grandioso panorama

que se desenrolava enquanto seguíamos, de manhã, ao longo da corrente: o maravilhoso aspecto da cidade, as terras que aparecem floridas, os palacetes situados entre os soberbos grupos de vegetação, nessa natureza encantadora, os cimos das montanhas coroadas de palmeiras majestosas, e a serra altaneira a que se apoia a cidade com os seus edifícios e jardins suspensos. Pouco tempo passou, e já desapareceram os fortes e os castelos e o porto com os seus navios. Coberta de nuvens, saiu do alcance da nossa vista a terra da Baía formosa.

O Oceano tropical agasalhou o nosso navio com gentileza e serenidade. À hora do almoço já não se via mais nada do litoral. Era um dia fresco; o vento soprava suavemente, vindo de sueste e o mar repousava. À noite, mostrava-se o céu em todo o esplendor das suas estrelas. Já navegávamos mar alto, e começou a fazer frio.

No dia 4 de Maio, — que era quarta-feira, — levantou-se o sol entre nuvens rasgadas. Apesar disso, soprava apenas um vento fraco, sempre sueste, — de modo que o navio seguia em grande velocidade. Pelo meio dia, porém, à altura dos Abrolhos, começou a cobrir-se o céu. Nuvens densas e acumuladas por um vento rijo ao sul, pareciam anunciar chuva. Ao Norte do Brasil pelo menos, chove quando o vento está soprando ao sul. Mas não se dá o mesmo nas regiões ao sul das zonas tropicais. Durante os meses do inverno, — Maio, Junho e Julho, a continuação da chuva por algum tempo, será exceção tão rara como ao norte das Antilhas, ou no México, nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro. Caiu a tarde, e o vento tornou-se mais forte; quasi borrasca. O mar tão sereno, antes disso, agitou-se, formando ondas altas. Estas ventanias fortes, que sopram principalmente durante os meses do inverno, ocorrem também na costa do sul do país, onde são chamadas “pampeiros”, porque atravessam os Pampas (orig. “as estepes”) da Patagônia. No Prata, são perigosos estes ventos; afundando até mesmo navios ancorados no rio. — Chovia ainda na manhã do dia 5. O navio, cansado, prosseguiu mais vagarosamente; os passageiros e muitos marujos estavam doentes, — isto é, — sofriam do “mal de mar”, — como era natural em tais condições do mar. Pelo meio dia, porém, a 20° 30' latitude sul, reapareceu o sol, rasgando as nuvens; a fúria do vento diminuiu. Apareceram sinais de tempo mais brando; uma procelaria, de cabeça, costas e azas pretas, e de um branco

resplandecente nas outras partes, — cortou os ares, aproximou-se até à distância de 50 passos do nosso navio e subiu outra vez, como que a rir-se da nossa lentidão. Ao anoitecer, já não se percebia mais nada da ventania; as estrelas cintilavam, mostrando a sua beleza, numa glória de luz. A mim coube a tarefa de explicar os grupos de astros à madame Bishop, filha do almirante Taylor, da Marinha brasileira, pois que essa inteligente senhora se interessava intensamente pelo estudo das Ciências Naturais. Com efeito, os companheiros de viagem que encontrei a bordo eram pessoas da melhor classe. Conhecia entre eles o antigo ministro das Relações Exteriores, sr. Monteiro, homem de qualidades excelentes, e nunca achei motivo de arrepender-me de haver dedicado duradoura amizade a esse amavel cavalheiro, que havia passado muitos anos na Europa.

No dia 6 de Maio, passeava eu muito cedo pelo convés, observando os fenómenos meteorológicos. Uma suave viração brincava ainda com o mar sereno; depois desapareceu completamente. Às 8 horas vimos a terra para oeste: eram os "Morros de Macaé". Já se desenhava à distância no horizonte a faixa azul das montanhas, com as suas pontas agudas entre linhas ondeantes. Às onze horas vimos o Cabo Frio, que parecia próximo e era distante. Delfins pulavam em roda do navio, cachalotes cortavam o mar tranquilo e azul, e a sula, — o "Toelpe" sul-americano, voava preguiçoso, ao lado do navio. O cabo, mostrando-se cada vez mais majestoso e já muito alto depois do meio dia, deu a impressão de um grupo de ilhas isoladas no meio do Oceano. Mas para Oeste e Noroeste apareceram agora numerosos cimos e penhascos duma serra extensa, formas grotescas de altos rochedos, ora agudos, ora arredondados, e em outro ponto íngremes e rasgados em saliências abruptas, — tudo formando uma corrente fantástica de montanhas que se estende para Oeste e Noroeste. A mais impressionante de todas era, nessa luz de mar tropical, uma montanha de forma muito aguda, tendo ao fundo montanhas altas de um azul roxo escuro.

Estávamos navegando muito próximo às ilhas do Cabo Frio, acompanhando a praia. Os paredões íngremes, e as altas muralhas de rocha, revestidas, em parte, nessas ilhas, de um tapete de brenhas e florestas virgens, mostraram-se num panorama grandioso, bem em frente aos nossos olhos. O nosso navio dobrou o cabo a poucos minutos para o sul de 23° 1' 18" — latitude sul, e 42 49' long. oeste de Greenwich.

—uma pequena ilha que aparece pará oés-sudoeste e está situada ao sul das Ilhas do Cabo Frio, tem o nome de “Filho”.

O cenário da ponta do sul do Cabo Frio é ainda mais imponente que o do lado de leste, com seu farol num elevado cimo, coroado de florestas, que se vê do alto mar até à distância de 50'. — Diz-se, porem, que esse sinal marítimo não é de tanta eficácia em noites muito escuras, visto que a “Cima”, assim como o “Faró”, desaparece num véu de nuvens e de neblina. Quanto mais se aproxima da entrada da baía, o navio que atravessa essas regiões, tanto mais bela e majestosa se apresenta a paisagem, formando um quadro arrebatador. Para o Norte e Noroeste vêem-se altas serras, aparecem ilhas multiformes, — ora baixas e chatas, ora altas e agudas; praias de linhas suaves revezam-se com encostas íngremes e cortadas em formas variadíssimas, constituindo a paisagem mais fascinante deste mundo! A grande distância vimos, ao sussudoeste, a Gávea, rochedo isolado e de forma de todo extraordinária, a que se referem todos os viajantes. Anoiteceu, e as estrelas cintilavam com o brilho ardente duma noite tropical sem nuvens. O nosso navio, dirigido por marinheiros conhecedores excelentes da derrota seguiu ao longo das montanhas do litoral (“Litoralgebirge” — Serra do Mar —) e da costa de leste do Brasil, aproximando-se pouco a pouco da entrada da baía de Guanabara, que se avista já de longe entre a estranha Gávea e o Pão de Açúcar. Era noite fechada, quando entrámos nessa maravilhosa baía. Anunciámos a nossa chegada, mediante algumas chamas azuis dos nossos sinais de luz. Atravessando o trecho estreito entre o “Forte La Cruz” (Forte da Cruz), — cabo ao norte da baía, — e a pequena ilha fortificada da Lage, seguimos navegando ao longo do penhasco gigantesco do Pão de Açúcar (para o Sul) e da montanha alta do Cabo “La-Cruz” (Cabo da Cruz) para o norte. Lançámos âncora em frente à baía de Botafogo, e olhando encantados para o cenário fascinante da cidade com os seus milhares de luzes, — aguardávamos a manhã.

O primeiro reflexo da madrugada do dia 7 de Maio (sabado) encontrou-me já no convés. Nenhuma palavra poderá dar idéia da beleza grandiosa da paisagem do Rio de Janeiro. Surgindo das trevas da noite, à primeira luz duma madrugada purpúrea, revelaram-se as montanhas, — a possante Tijuca, com os seus cimos agudos, o “Corcovado” encurvado, o “falso Pão de Açúcar”, o tronco nú do penhasco gigan-

tesco e majestoso do Pão de Açúcar verdadeiro, — montanhas estas que formam, em conjunto, o grupo do Pão de Açúcar. Olhando para estas montanhas de um ponto no mar, pouco antes da entrada na baía, cremos ver um colosso deitado de dimensões titânicas; a face desse gigante de rochedos é a Tijuca; o peito é o Corcovado, e o pé, o Pão de Açúcar.

Cada vez mais resplandecente desvelou-se o cenário da Guanabara. Os fortes, as igrejas, os conventos, as ilhas, os edifícios de todas as partes da cidade do Rio e da baía, resplandeciam nas chamas de ouro cintilante do Sol que se levantou num luminoso triunfo. Raios da manhã rasgaram o veu de nuvens da Serra dos Órgãos, e os cimos rochosos das “flautas de órgão” saudaram o dia. Ainda flutuavam algumas faixas de nuvens pelas alturas etéreas, projetando figuras de sombras fantásticas e passageiras nos cimos e nas encostas das montanhas. Desapareceram. O sol doirava todo o cenário. Grandiosa, mais encantadora que toda imagem desenhada ou descrita, apresentava-se a vegetação tropical. Florestas virgens que sobressaem nas coroas de soberbas palmeiras, destacam-se de rochedos íngremes e colossais, e de cimos de montanhas, cujas muralhas de rocha descem até às profundezas do Oceano. E ao lado deles, — estendem-se vales de beleza idílica e amena, ora revestidos de toda a beleza pura da Natureza, ora opulentos, no brilho dos seus pomares e das suas hortas, ora imponentes com as suas fileiras de magníficos edifícios, — palácios, igrejas, e casas de famílias ricas, ou palacetes, no meio de belíssimos jardins e parques tropicais.

Os funcionários da alfândega apareceram já às 6 horas da manhã, e despacharam tudo com a velocidade possível, e com perfeita cortezia. As 7 horas, já continuava o nosso “Teviot” a viagem pelo porto, passando por entre numerosos navios ancorados próximo à terra, e ao longo das ilhas desta imensa baía, a Ilha dos Ratos, Forte Villegaignon, e a pequena ilha de rochedos, chamada “Ilha das Cobras”, e outras. A pouca distância dos armazens de carvão parámos; desceu lentamente a âncora pesada do navio. Entrei imediatamente num pequeno barco e fui à terra, perto da Praia dos Mineiros. Muitos navios estão aqui ancorados num canal entre a Ilha das Cobras e outra ilha; também as embarcações menores a vapor que vão a “Las Estrellas” (Porto Estrela) têm aqui o seu ancoradouro. Desembarquei do pequeno barco e fui

imediatamente ao hotel, passando, no caminho, pelas ruas mais importantes. A carruagem que escolhi era boa, mas os burros que a puxavam, ou deviam pôr em movimento, não eram de qualidade necessária. Do Largo do Paço, e passando pela Capela Imperial e pelo Palácio, fui à Rua Direita, Rua do Ouvidor, Praia Santa Luzia, com o Hospital da Misericórdia, — à Rua do Catete, e daqui a Botafogo, onde me alojei num belo hotel, a Hospedaria dos Estrangeiros (Hotel dos Estrangeiros) e comecei logo a pôr as minhas coisas em ordem, os instrumentos, livros, e outros utensílios para os estudos. Depois do almoço, apareceram alguns senhores dos meus conhecidos da Baía, para acompanhar-me ao Jardim Botânico. O caminho estende-se ao longo de Botafogo, que apresenta uma baía muito pinturesca. A margem ocidental, elevam-se numerosos e belos palacetes e outros edifícios de toda espécie, todos em meio de jardins os mais deliciosos.

O cenário, nesta parte da cidade, é um verdadeiro encanto, mas ainda não se iguala à maravilhosa paisagem que se avista depois, na Rua da Lagoa! Nunca vi formação de rochedos mais prodigiosa e formosa, nada se compara com este aspecto do Pão de Açúcar e do Corcovado, que aqui estende suas encostas em cadeias de rochedos titânicos até ao mar. Nenhuma fantasia criaria imagens de paisagem mais grandiosa que esta baía do Rio de Janeiro, com as suas formações prodigiosas, tudo de tamanho imenso e gigantesco, tudo variado num sem número de matizes e particularidades, tudo feito pela mão da Natureza dominadora! Não ha ponto pequeno nestas estranhas formações de pedra, que não convide o desenhista, ou antes, que não o obrigue, por um estímulo invencível, a abrir o livro de croquis, e recorrer ao pincel ou crayon para exprimir a sua emoção! E não ha trecho de solo, por mais minúsculo que seja, que não desperte o geólogo e o botânico, inflamando-lhe o entusiasmo pelo estudo de tantas cousas novas, raras, e fascinantes! Um sem número de variedades na vegetação, às vezes mais fina, e outras vezes mais densa, até ao labirinto impenetravel de grandes trechos da floresta virgem e os maciços de orquídeas, e plantas de folhas imensas, — tudo concorre para deleitar o naturalista e agitá-lo numa tensão contínua.

O Pão de Açúcar oferece um aspecto todo particular, na perspectiva da Lagoa, é um monolito formidavel! Rochedo dominante de forma cônica, entre montanhas, constituindo uma formação única, sem igual no mundo. Na perspectiva

entre trechos de outras montanhas vê-se um fragmento da Gávea, a Sussudoeste. Uma faixa de terra de pouca extensão separa a Lagoa de Botafogo, que entra na terra vinda do Atlântico, do lado do sul, formando um lago relativamente pequeno ao pé da massa de rochedos do Corcovado. O Jardim Botânico estende-se do lado sul ao longo da Lagoa, e ocupa um grande areal, até ao sopé das montanhas. Uma extensa fileira de *Orcodópiá régia* muito formosas e todas iguais forma uma alameda magnífica no meio do Jardim, que é traçado em grandes campos transversais e simétricos, e contém verdadeiros tesouros de plantas tropicais e de árvores de todas as partes do mundo. Uma *Tectona grandiflora*, cheia de flores e uma *Pendanus* e *Dracaena brasiliensis* atraíram-me a atenção; assim como uma *Heliconia*, de folhas grandes, rijas e escuras, e flor aberta. *Renealmia exaltada*, *Globanatanis*, com flores magníficas, e muitas *Scytaminea*. Todas as árvores de especiarias das Molucas encontram-se aqui; e mesmo uma pequena plantação de chá (é verdade pouco florescente) — *Ingá* e *Ciras circinalis*. Uma Magnólia que designam como *grandiflora*, acho muito diferente desse tipo, etc. No caminho enlameado que vai à cidade, achei uma *Mirabilis* com flores muito pequenas, a *Volcameria fragrans* (muita alta) e uma *Ipomea*, com flores vermelhas de um matiz de sol, assim como um arbusto com flores (em cachos) de um azul maravilhoso, *Asclépias curuparica*.

No dia 8 (domingo) levantei-me muito cedo de manhã, e depois de tomar o café do almoço, sentei-me na “gondola”, isto é, no ônibus e fui à Rua da Alfândega, onde queria encontrar o sr. Schmidt — da Casa Schroeder e Cia., e tomar depois o barco a vapor para Porto Estrela. Queria seguir pela estrada formosa que dá à Serra dos Orgãos, e fazer uma visita ao conde Medem, que morava, no momento, em Petrópolis. As 10 horas e 45, estava eu a bordo do “Inhommerim”, junto à Praia dos Mineiros. Era um dia fresco, e de sol sereno; as montanhas da baía mostravam-se em toda a sua perfeição; mas a Serra dos Orgãos escondia-se atrás de nuvens densas.

Vista do lado da Cidade, a Ilha das Cobras não se apresenta tão bonita como do outro lado, pois que os edifícios e as muralhas do forte dão sinais de velhice e de muita poeira e fumaça. Como é regra em todos os grandes portos de mar, nota-se também nesta formosa metrópole, que os barqueiros, pretos ou brancos, incomodam o viajante com o excesso das

suas ofertas, na praia. Ao afastar-nos do cais, gozámos duma das mais lindas vistas: para o leste apresentava-se o Castelo com a sua igreja numa perspectiva tanto mais pinturesca, quanto o Pão de Açúcar ostentava o bloco gigantesco dos seus rochedos, revestido de cores fortes, e dominando a paisagem. O nosso barco seguia, passando a Ilha do Governador com as suas folhagens densas e escuras, e depois mudou de rumo, e deixou a ilha atrás de si para o norte. Contrastes interessantes notei também nas ilhas inumeráveis que guarnecem toda a baía do Rio de Janeiro. Algumas delas dão a impressão de imensas massas de rochedos, em formas ciclópicas, ameaçadoras; outras parecem prontas para o cultivo da terra; e ainda outras são cobertas pela vegetação mais opulenta e grandiosa. Tão numerosos são estes grupos de ilhas, que é impossível incluir o registo delas numa descrição não especializada neste ponto. Aproximando-se dos grupos de ilhas ao sul da Ilha do Governador, o viajante é impressionado pelo aspecto dos numerosos blocos de rochedos colossais e arredondados, que formam um recife alto no meio do mar. A ponta de Sueste da pequena ilha diante do barco tem uma vasta massa de grandes álamos. A Ilha dos Coqueiros, Ilha de Paquetá e ("Laguardia") a Ilha da Guarda contêm importantes depósitos de conchas marinhas usadas no fabrico da cal. Outra fileira grande de ilhas estende-se ao longo da terra firme das praias a Sueste. S. Gonzalo é um dos lugares situados nessa praia. Próximo a uma destas ilhas morreu afogado o consul francês, mr. Justo (ou Gisto?) numa tentativa de salvar, mergulhando, uma pessoa que estava em perigo de afogar-se. Na montanha "da Armação" ha uma fundição de ferro que é propriedade do sr. Irineu. Antes de chegar à Ilha dos Coqueiros, que tem uma cinta inteira de rochedos arredondados, vimos a Ilha da Água que deve o seu nome à boa água que se acha nela. Esta ilha apresenta um contraste forte em comparação com a Ilha Rasa, que se vê à distância de um canhão, e perto dela a "Ilha Assombrada" (?); nela e em redor dela ha muitos blocos grandes de pedra. Em frente da Ilha do Governador, vemos a pequena Ilha "Bijou", bem digna do seu nome. Impossível é descrever a formosura e o encanto imponente da vegetação da Ilha do Governador e da Ilha do Boqueirão, separada daquela apenas por uma faixa estreita de água. O verde profundo das árvores frondosas, — o outro verde mais festivo das palmeiras altas, e o verde tenro e fino das relvas e gramas; tudo se

harmoniza. Também se destacam os coqueiros altos e rijos, e a ("Iri-Palme") Palmeira-Iri (?) com os seus espinhos colossais, o seu miolo, rico em manteiga, é uma comida muito apreciada, e da madeira destas árvores se fazem bengalas. A água da baía é muito profunda nesta região, torna-se, porém, menos profunda a certa distância das ilhas, e à entrada na baía da Piedade. Além disso, a água não é tão límpida neste trecho, pois que vários rios que desembocam neste lugar levam detritos e outras impurezas e aí os despejam em vagalhões, sobretudo durante o tempo da chuva. Esta baía (da Piedade) tem várias léguas de largura e de comprimento; dir-se-ia que representa um sistema próprio entre os grupos de águas na baía do Rio de Janeiro. A terra firme encerra esta baía num vasto meio-círculo de colinas cobertas de florestas; a água não é profunda aqui, tem apenas algumas toesas de profundidade. Nas distâncias para oeste, destaca-se a Serra de Madureira, que toca, com o seu sistema de oeste, as Serras Bangú e Jacarépaguá (isto é: o "Jacaré que mergulha", da língua Guaraní), e estes todos são ligados à Tijuca. Olhando por entre os cumes da Madureira, antes do ponto em que se vê o Bangú, distinguimos outro maciço de montanhas, que se esconde quasi sempre em nuvens, e sai apenas, de vez em quando, dessa massa de vapor; é menos alto que os outros.

Perto de Jacarepaguá ha uma lagoa muito rica em peixes; o clima dessa região é saudavel. Toda esta secção da terra é rica, pois que alí se acham muitas fazendas, onde também os pretos, fortes e bem nutridos, mostram o exemplo vivo da riqueza. Pouco antes de 1 hora, entrámos na foz do Rio Estrela, no qual desemboca o Inhomerim; a paisagem aí é linda. Um casarão na praia, parece indicar a embocadura. A margem é bastante rochosa; mas tem trechos de pântano; a vegetação é muito variada e compõe-se de numerosas espécies. À pouca distância da foz, vê-se o depósito de pólvora, do Governo. O rio faz nesse lugar uma curva de tal forma que todo o depósito fica encerrado quasi inteiramente pela água. Nas colinas destacam-se árvores de floresta muito altas e bonitas, várias espécies de palmeiras, e a *Fureroia foetida*. As margens pantanosas e outros trechos do mesmo caracter têm uma vegetação densa de fetos arborescentes; nos rochedos florescem arbustos e ha muitos *Epidendron* com folhas em forma de língua. Uma pequena cidade,

ou antes, aldeia, apoia-se à margem esquerda. Aquí, encontramos uma árvore interessante, cujos frutos — “Cambucá” são muito apreciados. Nos grupos de arbustos predomina *Acônica* (*Aconitum*?).

O porto da Estrela, é um lugar pouco importante. No cais esperava-nos uma sege com quatro burros, guiados por um cocheiro alemão. Começámos a viagem sem demora; mas o nosso veículo parou inúmeras vezes, preso na lama do caminho húmido. À margem da rua ha muitas casas baixas, de modo que este trecho lembra o Chaparral do Rio Grande; mas tem caracter mais tropical. E’ supérfluo repetir a descrição, pois que o meu grande amigo e conhecedor da especialidade já descreveu estas particularidades, com admiravel exatidão. Si o caminho não fosse tão mau, eu teria observado muitos pormenores que assim não pude estudar. Mas, cada dois minutos, ficava a sege presa, na lama, e só às tres horas chegámos a “El Fragoso”, onde começa a nova estrada real, que atravessa a Serra. Esta estrada, porem, é um verdadeiro modelo de construção rodoviária, obra que se pode mostrar ao lado das empresas mais gigantescas deste tipo, na Europa. O Governo do Brasil gastou muito dinheiro na construção desta estrada, mas a obra representa um alto título de honra para o Governo.

(No original acha-se aquí a seguinte nota: “Acrescente-se às observações acima, depois das palavras: “Chaparral do Rio Grande”, o seguinte: — *Acácias* e *Hibiscus* de flor amarela cobrem o pântano; depois de deixarmos a foz do Inhomerim atrás de nós, encontramos uma vegetação muito variada e viva.”)

A estrada começa a subir primeiro no meio duma vegetação magnifica de árvores tropicais, *Cecropias*, palmeiras, fetos arborescentes *Aroideae*, *Heliconiae*, *Piperoméa*, *Molostoma*, *Rexia*, *Compositeas* em plena flor, e outros arbustos. — grinaldas de cipós e maravilhosas orquideas. Depois, a subida torna-se menos íngreme, mas a estrada forma numerosas curvas estreitas em ângulos agudos, o que não impediu o cocheiro, nem os animais, — de marchar alegremente, com a velocidade possível. Infelizmente chovia, desde a saída de Fragoso, pequeno povoado que se compõe de poucas casas, alguns armazens, e um lugar para os animais, — e continuava a chover, uma chuva densa e perseverante. Nuvens escuras e névoa envolviam a Serra dos Orgãos. Abriu-se, porem, apesar disso, em muitos lugares uma vista de beleza

indescritível! Um panorama de paisagens fascinantes! Toda a baía do Rio de Janeiro, o litoral, até mesmo toda a cadeia das montanhas, desde o Pão do Açúcar até Jacarepaguá, — isto é, todo o anfiteatro de morros que ficam aquém do Rio, resplandeciam no brilho do Sol, demonstrando que a Capital do Brasil gozava de luz e claridade agradáveis, enquanto nós seguíamos cortando a chuva e as névoas da Serra dos Orgãos. Nem a humidade, nem a atmosfera escura diminuiu o encanto dessa região de beleza indescritível, que se apresentava desde o começo de forma mais majestosa. Um imenso rochedo cônico, monolito imponente, marca a primeira subida. Fiz um desenho desse colosso e da vegetação que o cerca, na floresta virgem, — tão exato quanto era possível no ambiente de chuva e neblina que mal permitia uma vista clara dos contornos. Quem desenha esboços ou *croquis*, de grandes massas de montanhas sabe muito bem que é imensamente difícil fazer tais desenhos muito rapidamente com perfeita exatidão, no meio da chuva, a bordo, durante a viagem a grande velocidade, ou de dentro duma carruagem, em plena carreira, ou a cavalo. Mas, é preciso fazê-lo; e o viajante que atravessa largos trechos de países e de continentes, como eu o estou fazendo, gosta de ver mais tarde, nas páginas desenhadas ha muitos anos, a representação das paisagens e flores e cidades interessantes, e de encontrar assim, nas suas crônicas, a recordação de acontecimentos e empresas, aspectos nos quais o pintor descobre sempre algumas coisas interessantes.

Seguimos pela estrada, olhando para as montanhas, cujas massas enormes de rochas primárias se elevam cada vez mais íngremes. O granito guarda sempre a mesma côr, quebrando-se em superfícies de um branco reluzente, com pontos pretos; a consistência dessa rocha muito contribuiu para a boa construção desta estrada, que, entretanto, tem trechos de superfície desigual com pedras e irregularidades do solo. — Entre as plantas dessa região notei muitas *Asplenias*, *Pteris*, *Epidendron*, e Orquideas; musgos nos rochedos anunciavam a “Tierra templada” (Terra de clima temperado).

Passámos, ainda por um largo barranco das montanhas e às 5 horas e 30 entrámos em Petrópolis.

PETRÓPOLIS, SERRA DOS ORGÃOS, ILHA DOS RATOS,
MONTEVIDÉU

Descendo no Hotel Bragança, tive a boa ventura de encontrar imediatamente o meu velho amigo, conde Medem, embaixador do Czar da Rússia, à Côrte do Imperador d. Pedro II. — No dia 9, cedo de manhã, saímos juntos, para dar um passeio a pé, por uma aldeia da vizinhança, na qual moram principalmente alemães. Nesta região ha um vale Suíço, um vale Westphalia, — e outros lugares cujos nomes revelam lembranças do nosso país e produzem uma impressão surpreendente nessas montanhas tropicais, e no meio duma vegetação de um character vacilante entre as particularidades da “Tierra caliente” e as da “templada”.

Não consigo considerar a presença da “Musa”, — do café, como fenómeno de regiões fora da zona quente (tórrida); acho tanto mais justa esta opinião, quanto mais me impressiona o character tropical da vegetação no ambiente, encontrando Helicônias, palmeiras e Orquideas, que florescem aquí ao ar livre, como plantas naturais do solo. O sábio Gardner que estudou a vegetação desta região, sobretudo nos vales, publicou as notícias mais importantes. Na fazenda de um suíço de Lucerna, encontrei grande número de Orquideas que me interessavam especialmente; algumas das espécies eram novas para mim. Não tendo tempo para estudá-las demoradamente naqueles dias, enviei para a Alemanha uma coleção inteira destas plantas estranhas. Havia *Epiphyllum truncatum* cheio de flores; outro *Epiphyllum* com juntas, redondos, ou antes circulares, mas sem flores, surpreendeu-me porque penso que ainda não foi descrito. Encontrei ao lado de *Musa sapientium* e *Coffea Arábica* um *Cactus* quasi idêntico a *O. Salicornioides* e uma *Opuntia* quasi idêntica à *O. Monocantha*, — (*O. Bomplandis*). Além disso vi *Caladium* de folhas muito grandes, talvez do grupo de *C. macronatum*, e mais outro *C.* com folhas roxas e muito pequenas. Entre as palmeiras notei: um coqueiro muito alto, carregado de frutos e flores em volta; outras palmeiras bem armadas com espinhos.

Em muitos pontos das montanhas ha jazidas de argila ferruginosa (vermelha). O granito da região é resistente e não se acha facilmente em fragmentos pequenos. Encontrase muito quartzo e grande quantidade de turmalinas. Estas

componentes e formações com os fatores da erosão e a decomposição pelas intempéries, explicam muito bem a origem das formas grotescas destes blocos gigantescos de rocha. Lavrados pela influência dos fatores atmosféricos sobre as superfícies não revestidas de vegetação, os rochedos transformam-se pouco a pouco: a decomposição ha de entrar bem cedo de tal forma que as paredes dos rochedos se adelgaçam e decaem, e a superfície das pedras se aproxima rapidamente do eixo. Formam-se desse modo blòcos agudos e "alisados" que podem mudar de forma dentro de poucos decênios.

Atribuo ao gráu muito fraco de dureza que distingue estas rochas, e às qualidades de argila, as formas variadas da vegetação, em alguns lugares tão majestosa, e em outros, detida pela saliência de rochedos nús, observei sempre que nos lugares em que se separam os grupos de vegetação densa e opulenta, aparecem rochedos nús, ou também outros revestidos de musgos, *Scolopendriæ* e *Phanerogamæ*.

Outros trechos e os mais extensos são cobertos com densa floresta virgem, de árvores imensas cujas raizes compridas e fortes, divididas em inúmeros ramos, resistem por muito tempo, e entram nas muralhas de rochas, penetrando até à grande profundidade por baixo do humus.

É uma surpresa ouvir, nas regiões do Sul do Brasil, a língua da pátria alemã. Mas haverá um lugar a que o alemão não seja conduzido pela sua paixão de viajar e ver o mundo? Os alemães que encontrei no Brasil são felizmente homens honestos e dedicados ao seu trabalho; muitos são descendentes de famílias das províncias renanas.

O palácio do Imperador é um triste edificio que satisfaria talvez às exigências de um comerciante abastado, mas não corresponde aos deveres de representação de um grande monarca. É verdade, as rendas que o Estado concede ao imperador Dom Pedro II são absolutamente insuficientes; não passam de alguns milhões (Contos de réis).

Petrópolis está situada a 4.000 pés acima do nivel do mar. A temperatura é bem moderada.

O clima é muito salubre. Ocorrem somente dores de garganta, e diarréia, como doenças frequentes. Diz-se que a água causa às vezes indisposições.

Tambem era um aspecto surpreendente ver grande número de meninos e meninas de caminho para a escola, todos de cabeça loura e mesmo dum louro muito claro. São todos

alegres e parecem robustos, gozando de saúde perfeita. Notei que havia entre eles bonitos tipos.

O clima difere pouco do de Jalapur. Mas o cólera nunca appareceu nesta região de Petrópolis.

A estrada para Minas Gerais passa pela cidade. O Rio Piabanha atravessa Petrópolis; o nome deste rio deriva do nome de um peixe; é um riacho acachoeirado correndo entre margens cobertas de vegetação muito formosa. Nas suas águas fora da Cidade, procura a anta — *Tapirus Americanus* refresco e bebida.

Este paquiderme americano tropical habita as regiões mais ermas da Serra. Nas alturas dessas montanhas e mesmo nos seus vales, vi relativamente poucos pássaros e aves; notei: Bemteví, *Tyrannus rufus*, *Despotes*, *Sulphucanus*, *Mimus Saturninus*, *Chopis*, *Quiscalus*, *M. Caudatus*, *Hirundo bicolor*, *Serinus Caticaceus*.

Depois do almoço, veio o conde buscar-me para um passeio de carruagem pelos arredores. Apesar de não poder colecionar plantas nem outros objetos naturais neste passeio, podia formar idéia da opulência natural e das múltiplas variedades de recursos naturais neste país; impressões estas que me dão motivo para confirmar as observações de outros viajantes, especialmente as de Martius e de Gardner. Ao escossês ativo e sábio, deve a Botânica tesouros de ciência natural, relativos à Serra dos Orgãos. Foi uma observação agradável verificar a realidade das descobertas desse sábio, nos barrancos das montanhas e nas margens de rios encachoeirados que descem ruidosamente: *Aroideae*, *Aspleniae*, *Cloxiinae*, *Melastoma* e *Rhexia*, *Urticeae*, *Musaceae*, *Scytamineae*, *Gramineae*, palmeiras, muitas *Feliceae* de todos os tamanhos, grande quantidade de *Compositae*, lianas, cipós, de muitas famílias. — *Leguminosae*, *Camabitateae*, *Dioscorideae*, *Ignoniaceae*, *Cassia*, *Mimoseae*, Acácia, arborescente, Ingás, etc., outra acácia muito espinhosa e baixa, *Caesalpina* (alta) arborescente, *Seskonia*, *Bombaceae*. Também achei *Araucaria* (plantada), *Hibiscus*, *Erythrina*, *Euphorbia*, *Introphar*, *Coniferae*, *Sapindaceae*, *Laurus*, *Anonea*, Bambús, *Orchideae*, etc., tudo em opulenta florescência.

A temperatura, refrescada pelas chuvas frequentes e prolongadas, era bastante fria; durante o inverno a temperatura desce às vezes até a um grau de frio desagradável. Segui pelo "Vale do Rheno" (Rheintal), Rua do Imperador, Rua dos Protestantes (os protestantes têm aqui o direito de

manter livremente o seu culto), pelo "Vale de Nassau", pelo "Vale de Ingelheim", até "Bingen" (nota da tradutora: nomes que lembram os lugares situados nas margens do Reno). Continuando nesse itinerário, cheguei à Rua Sta. Tereza, e voltando pela Serra atravessei o "Baixo Palatinado". Na vizinhança, visitei um médico excelente, dr. Toupot ("Tonsset" ou Tousset ?). Depois, fui a um colégio onde encontrei na pessoa do sr. Kopke um homem extremamente amável. Recebi ali uma coleção importante e valiosa de cobras. — Nesta excursão vi um sem número de plantas interessantes; mas não posso enumerá-las todas neste momento, pois daria um registo demasiadamente longo. Não ha muitas aves e pássaros nesta região, nem na planície até Estrela. No dia 10, de manhã cedo, fiz outra excursão, quando encontrei um homem que tinha grande coleção de Orquídeas; não hesitei em comprá-las todas, fazendo uma riquíssima aquisição.

Veio o dia da despedida de Petrópolis, e desejei de caruagem, seguindo agora com a velocidade mais habitual para excursões na planície, do que para viagens através de montanhas. Desta vez fazia bom tempo, luz de sol tão magnífica e clara que desde Boa Vista pude apreciar a paisagem encantadora, em todo o seu esplendor; a baía do Rio de Janeiro e as montanhas em grandioso panorama. Só agora reconheci toda a opulência, beleza resplandecente e variedade da vegetação brasileira nos pendores da Serra dos Orgãos, e nos vales até aos rios. Logo à entrada da planície, vi a fábrica nacional de pólvora, edificio muito bem construído. Árvores altas rodeiam o jardim, espécie que eu não conhecia, e que se distingue pelas folhas grandes de 3 a 4 pés de comprimento, muito largas e cortadas em forma de pena de ave. E' grande a diferença do clima e da temperatura, conforme verifiquei à entrada da planície e da "Tierra caliente"; de tal forma que a senti intensamente, apesar do meu vestuário apropriado à temperatura nórdica. Nos rochedos próximos à baixada, florescia uma Begônia muito bonita, com folhas grandes e rijas, de superfície verde escura e no dorso vermelhas; na planície vi muitas Malváceas, principalmente, *Althea*, *Hibiscus*, *Azanza*, *Triumpheta* (?), *Favonnia*, a *Jacarandá*, *filicifolia* etc. Ao meio dia e ½ hora cheguei ao embarcadouro, na distância de 3 léguas. A 1 hora e 45, atracou o navio a vapor, e fiquei contente por poder sair do barracão, onde me foi necessário esperar a chegada da condução por mar. Era impossivel obter uma gota de água no porto Estrela; tal falta será seguramente, uma tortura na estação do calor.

A pequena cidade apoia-se nos pendores duma montanha pouco elevada, mas rica em argila ferruginosa; ao sopé duma colina corre o riacho, serpenteando pela terra pantanosa. Ha grande número de jacarés nesses pântanos... champsa, sclerops (?); os jacarés que vi eram todos pequenos. Diz-se que não ha grandes nessa região e, alem disso, que não são perigosos.

A margem da Serra observei um *cyperus* muito alto.

A Serra envolveu-se em nuvens densas, quando o navio saiu do porto Estrela. Revestindo a margem esquerda do rio estendia-se cerrada mata virgem, de árvores altas com folhagem densa e abundante e muitas acácias de folhas tenras e finas — palmeiras e outras árvores interessantes.

Uma *Bromeliacea*, semelhante a *Thecandsia usneoides*, descia dos galhos lembrando formas da Luisiania, mas em grupos menos densos e muito raros. Fetos arborescentes, um *Callalmin*... (?) de folhas em forma de coração, uma *Azanza*, arbustos do tipo da *Avicennia*, apareciam em muitos lugares; tambem uma *Apocynea* com flores semelhantes ao *Oleander* branco. Subitamente rasgou-se em um trecho o véu de nuvens que envolvia a Serra dos Orgãos, um grupo de rochedos altos saiu desse novelo, contribuindo para o efeito surpreendente de um dos aspectos mais maravilhosos desse cenário riquíssimo em beleza natural sem par. E' a Serra do Marsh (?), chamada assim segundo um fazendeiro. Na foz do Rio Inhomerim (nome da língua dos índios: "inho" — rio; — e "mirim", — pequeno), vi uma bonita casa. Na última parte da embocadura, na baía, crescem principalmente plantas e arbustos baixos.

O panorama da Serra dos Orgãos oferece tambem deste ponto, um aspecto maravilhoso; é pena que os cimos altos se envolvam, quasi sempre, num denso véu de nuvens, nesta estação do ano. A parte alta para o norte e para oeste é chamada Serra da Estrela; a Serra de Petrópolis e parte deste trecho. Mas, a Serra dos Orgãos, no sentido rigoroso da palavra, é o trecho para o sul, com as suas pontas altas, íngremes, e agudas; geralmente dão o nome de "Serra dos Orgãos" a toda esta fileira de montanhas. Chegando à Ilha do Governador, gozamos da vista de outro panorama, com toda a fileira de montanhas, do Corcovado até a Tijuca, e entre estes grupos, um imenso bloco de rochedos, de forma excepcional — a Gávea, que me atraiu a atenção pelo "selim" que se vê no seu cimo. O lado rochoso da ilha do sul, floresta densa, e um trecho de campo com palmeiras muito altas, que

se continúia até a outra montanha coberta de floresta, caracterizam a ilha. É muito opulenta a vegetação da ilha; fetos, orquídeas e outras plantas na proximidade da água cobrem os rochedos. O ponto mais alto da Tijuca é chamado "Pico do Papagaio" (?); assim me disseram pessoas que moram ao pé da montanha; mas não quero afirmar que a indicação fosse exata.

Poucas pessoas conhecem com bastante certeza, todos os lugares dessa região formosa; e o viajante ainda, o menos familiarizado com a geografia local, ouve às vezes indicações erradas, e por ignorância anda por desvios, onde poderia tomar um caminho direto. Com o vento fresco do sul, deixamos as ilhas atrás de nós. Os navios na baía atravessavam rapidamente as águas serenas; o nosso navio, veloz, no qual costumava também viajar o imperador nas suas excursões, depressa se aproximou da cidade.

Caiu a noite, quando, descendo da embarcação, pus pé em terra. Foi-me preciso esperar e andar pelo Largo do Paço e Rua Direita, quasi uma hora, para achar uma carruagem em que pudesse ir ao Catete. O Hotel dos Estrangeiros está situado numa praça a poucos passos da ponte onde começa a Rua do Catete, e no caminho para Botafogo. No dia seguinte, tive muito trabalho: devia restringir os passeios e ir à Rua do Ouvidor, à Rua dos Ourives, e Rua do Hospício para tratar dos negócios necessários. De tarde, fui à casa do sr. Sonnenleitner (?) que mora na Praia do Flamengo, e ali encontrei o conde Lomaroff, consul da Rússia, com o qual havia combinado este encontro. Pudemos admirar o céu estrelado em toda a sua beleza; mas não se via mais o pequeno cometa, perto de Orion. Em vez dele brilhavam outros astros: o Cruzeiro do Sul, a "Nuvem do Cabo" (?), a Via Látea, as "manchas de névoas", e Canopus Sirius, todos no mais esplêndido fulgor do céu meridional.

De manhã cedo, no dia seguinte, fui ao Largo do Paço (Palácio) ver a residência real, agora imperial, onde morava outrora o rei D. João. O imperador D. Pedro II, assim como fazia seu pai D. Pedro I, mora quasi sempre em S. Christovão ou numa casa alugada em Andaraí. Fui depois pela Rua da Alfândega, onde o consul da Áustria, sr. Schmidt (de Schrader e Cia.) tem a sua casa, e saindo daí, fui de carruagem por duas ruas que se podem dizer empedradas, piores que todos os outros caminhos do Rio, — a Rua Nova de S. Bento, e a Rua Nova de S. Francisco. Havia buracos, — ou antes fossos

no meio da rua, nos quais podia desaparecer um burro caído, e pedras grandes que sacudiam a carruagem e as pessoas que dentro dela iam, de tal forma que me doíam todos os ossos. Fiz esta peregrinação dolorosa para ver a coleção do sr. Behnke (?) (já falecido) e achei nela muitos esqueletos de animais conhecidos, e muitos insetos em péssimo estado de conservação, ou antes em decomposição. Tive, porem, uma compensação, pela cortezia do sr. Rives, agente dos navios ingleses, que tem uma coleção admiravel de Colibris (Beija-flores), e de outros pássaros raros, e tambem de muitos insetos interessantes, todos no melhor estado de conservação.

De tarde dei um passeio do Hotel até à Igreja da Glória, no Morro da Glória, que tem uma vasta plataforma e uma vista magnífica. Deste ponto pude fazer vários desenhos.

O vento frio que soprava a sudoeste trouxe nuvens pesadas que envolviam o Corcovado numa capa escura. O Rio é lugar dispendioso.

Os preços do Hotel dos Estrangeiros são exorbitantes, e a comida é muito má e aparece em quantidades minúsculas. Paguei 3\$000 por dia, por um almoço que se resumia a um bife pequeníssimo, e um jantar que se compunha de um pouco de assado e legumes. No Wuerttemberg dar-me-iam coisa como esta por 15 Kreutzer (Nota da trad. um Kreutzer é igual a 3 Pfennig; — 100 Pfennigs são um marco). Em nenhum outro hotel achei preços tão altos com refeições tão más como nesse hotel. Os outros hoteis do Rio são mais razoáveis. Na Baía tiveram os viajantes um quarto muito bom, almoço, jantar, café, chá e outras coisas excelentes, e mesmo vinho, tudo por 3 mil réis por dia; isto é, 1 ½ dolar. No Rio de Janeiro ha, porem, alguns hoteleiros franceses que roubam o dinheiro do bolso dos seus fregueses, porque a aristocracia e em geral toda a boa gente do Rio, em sua generosidade, não olham para a conta e deixam-se enganar. Tambem o aluguel das carruagens, com os seus burros velhos, é tão excessivamente caro, que só pessoas muito ricas se podem servir desses veículos. Por algumas viagens pequenas, dentro dos limites da cidade, devia pagar 8 mil réis, isto é, cerca de (onze) 11 florins romanos. Nos outros hoteis do Rio, menos aristocráticos, pagam-se 3 a 4 mil réis por dia, e tudo aí é muito bom e agradável. Os ônibus e as "gondolas" são baratos (ônibus para 12 pessoas); a viagem do Largo do Paço até ao Largo do Machado, ou Catete, custa 20 réis. Quem não tiver medo da febre amarela, fará melhor em ficar na cidade (na zona central da cidade), ou em instalar-se numa casa particular,

mas não deverá afastar-se até a zona do sr. Luman (?) na Ponte do Catete. No caminho da cidade ha um parque magnifico, espaçoso e protegido por uma muralha, jardim de árvores as mais formosas e imponentes, e cheio de flores tropicais; é o "Passeio Público". De manhã cedo, num belo dia de sol, fui até lá para estudar demoradamente as plantas desse jardim encantador, vasto areal em forma de um quadrilátero irregular e dividido em canteiros, também protegidos por pequenas barras de ferro. Grupos e alamedas de árvores raras e altas, de todas as partes do mundo, espalham a sua sombra agradável; e nos canteiros, entre elas ha flores de um sem número de espécies, quasi todas com as respectivas indicações.

Escolhidas Palmeiras e Musaceae, grande quantidade de *Pandanus edulis* (?) e muitos arbustos e outras plantas florescentes são cultivados neste esplêndido jardim, que ainda não está em ordem perfeita, mas nele estão trabalhando com muita atenção, segundo modelos europeus. Menos imponentes achei os dois obeliscos de granito em frente ao mar esplêndido. Continuei o meu caminho passando pela Rua da Ajuda, e Rua dos Ourives, até à Rua da Alfândega, onde fui novamente à casa do sr. Schmidt, chefe da casa Schroeder e Cia. e Consul da Áustria, o qual me prestou serviços valiosos.

Calor e luz ardente envolviam a grande metrópole, mas ainda passavam faixas de nuvens pelas alturas azuis. Era tempo de ir a bordo do paquete "Prince", no qual desejava fazer a viagem para o Sul. Às 4 hs. 30, levantámos âncora, e o navio afastou-se lentamente do ancoradouro, oferecendo um aspecto majestoso, e mais belo que nunca, estendia-se a cidade, fascinando os nossos olhos. Os cimos rochosos e gigantescos deixaram-se ver através das fendas que se rasgavam nas nuvens, como se eles quizessem saudar-me e convidar-me para outra visita. O vento forte de leste facilitou a viagem, e logo saímos do porto. Fora da baía passámos por uma ilha formada de rochedos cônicos, e seguindo para sueste vimos ainda a orla de admiráveis montanhas. Maravilhoso era o panorama da Gávea até ao Pão de Açúcar, e do Corcovado, com as colinas e montanhas do seu grupo. Novamente observei o estranho aspecto dos grupos, a forma colossal de um gigante meio deitado.

Anoiteceu e já estávamos em alto mar, pensando no Rio de Janeiro, e na esperança de rever esta região de beleza incomparavel.

Vila - Rica

ASSUNTOS COLONIAIS

Do nosso "Ementário da História de Minas"

POR

Feu de Carvalho

"O mármore virá que os céus levante
Edifícios soberbos a elegante
Mão do artífice, a vida edificada
Fará que sobre as outras respeitada
De Rica tenha o nome, derivado
Dos tesouros o epíteto presado".

C. Manoel da Costa.

I

Primeiro ouro de Vila-Rica; início da sua mineração e causas do chamarriz. Denominações dos arraiais primitivos, suas origens, aspectos de Vila-Rica. Conceito de João Antonio Andreoni, em 1711, sobre a população de Minas-Gerais. Arrancada dos portugueses, em 1710, tendo à vanguarda Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Não estava deserto, em 1711, o centro de Vila-Rica. Enlevo do bandeirante diante das novas plagas encontradas. Em Vila-Rica florestas colossais nunca existiram. Sua ereção; praça primitiva onde se erigiu o primeiro pelourinho.

Em gloriosas marchas nas Gerais, os Bandeirantes descobriram o ouro no Tripuí e, assim, as minerações foram-se espalhando pelo córrego abaixo. Todos os morros dos seus arredores eram objeto de exames e de novas pesquisas em busca de melhores e mais rendosas pintas.

Ávidos sempre por novos descobrimentos, seguiram o curso do histórico ribeiro e chegaram a outras regiões até então desconhecidas.

Aí, desaperebidamente, núcleos rudimentares de povoações, ou pequenos arraiais, iam-se formando disseminados por toda aquela estranha e ampla região montanhosa.

As mais remotas paragens, a notícia já tinha chegado da descoberta e abundância do ouro daqueles sítios, dando causa a uma multidão de aventureiros acudir de todas as partes, para os arraiais em formação; a estes deram-lhes várias denominações, das quais algumas, sinão a maior parte, ainda hoje se conservam, não obstante já haverem decorrido mais de duzentos anos!

Bem acentuou D. Pedro de Almeida que “as notícias em Minas correm como as nuvens”.

Aqueles arraiais, então pequenos, foram denominados: do Ouro-Preto, do Ouro-Bueno, do Taquaral, do Ouro-Fino, do Ouro-Podre, do Antonio-Dias, do Padre-Faria, do Ramos, dos Mercadores, dos Paulistas, do Bom-Sucesso, do Córrego-Seco...

Onde deveremos encontrar a origem destes nomes, tão variados, dados a esses novos povoados locais?

Nas diversas qualidades do ouro descoberto, recolhido e classificado pelos primeiros mineiros; na adoção do nome dos seus primitivos povoadores; em acidentes do próprio terreno ou em acontecimentos que ali tiveram lugar.

Desde 1690, mais ou menos, com o correr dos anos a população foi aumentando e também, consequentemente, a mineração se desenvolveu, de maneira que as palhoças surgiram por todas as partes e por todos os lados, construídas tumultuariamente, ao capricho dos seus primitivos moradores, que das mesmas necessitavam para se abrigarem das intempéries.

No arraial do Padre-Faria, do lado oposto à entrada das bandeiras, a população e a mineração se tornaram proporcionalmente bem mais densas.

Os pequenos arraiais foram crescendo, e dentre eles logo se destacou a preponderância dos dois maiores e grandes: o do Ouro-Preto e o de Antonio-Dias, onde os morros davam ouro com fartura e pouco trabalho.

Na — “Cultura e opulência do Brasil” — pag. 213, João Antonio Andreoni escreveu em 1711, sobre Minas Gerais;

“A sede insaciavel do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras, e a meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das minas, — *que difficoltosamente se poderá dar conta do número das pessoas, que anualmente lá estão.*

Contudo *os que assistirão nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correrão todas dizem, — que mais de trinta mil almas — se occuparão umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; e outras em negociar, vendendo e comprando o que se ha mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos de mar.*

Cada ano veem nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas.

Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os Paulistas se servem.

A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, dos quais não têm no Brasil convento nem casa”.

O acerto de João Antonio Andreoni dá-nos certeza da grande afluência do povo nas Gerais, e este acerto é certo e verdadeiro, porque se comprova pelo fato autenticado de ter sido possível, em poucos dias, Antonio de Albuquerque reunir seis mil homens para seguir em auxílio à praça do Rio de Janeiro, pela segunda vez invadida pelos franceses.

Evidentemente, isso não seria cabível se a população das Gerais não fosse abundante; entretanto, ainda assim, com essa afluência de população, constitue para aquela época memorável um arrojado feito dos portugueses nossos antepassados, tendo à sua frente o grande, ínclito e ponderado governador Albuquerque.

Em vista disso se conclue que: a afirmação que corre em nossos dias, estampada em livros, contrária à de João Antonio Andreoni, de que “*Vila Rica em 1711, se achava deserta*” não é verdadeira, e evidentemente por esse motivo não deve nem pode ser aceita.

Em 1711, por conseguinte, as palhoças tumultuariamente bem esparsas, estendiam-se pelas fraldas dos morros e os dous grandes arraiais, do Ouro-Preto e de Antonio-Dias, bem delineados se tornaram; os quais, nessa data, *em Vila Rica de Albuquerque foram constituídos*.

Dos picos daquelas montanhas, prenhes de ouro, deslumbrante e magnífico horizonte empolgaria a vista do bandeirante, daquelas montanhas que ininterruptamente umas a outras se sucediam intermediadas por vales e serros, cobertos de capoeiras e capoeirões virgens.

Aquele panorama deveria ter sido grandioso e imponente ao mesmo tempo, só limitado em toda a sua imensidade pelo azul da atmosfera ou pelo nevoeiro ao longo das serranias.

Assim deveria ter sido, porque ali sempre foi zona de campos, os grossos matos, ou as florestas colossais, criadas

pela ardorosa imaginação de historiógrafos ilustres, positivamente, não poderiam existir; ainda porque, documento recentemente encontrado, tudo isso comprova e autêntica.

Desde o penúltimo mês de 1709 que Antonio de Albuquerque tinha se estabelecido em Ribeirão do Carmo, porem amiudadas vezes ia ao arraial de Ouro-Preto. Depois de haver, em 1711, erguido em Vila o arraial de Ribeirão do Carmo, tambem nesse mesmo ano em Vila erigiu o do Sabará. Porém antes de seguir para o arraial de Sabará, no dia 8 de julho de 1711, ainda elevou à Vila o arraial do Ouro-Preto, com a denominação de Vila-Rica. Ao proceder a este levantamento, Antonio de Albuquerque declarou que: — *Fariam parte integrante da Vila, não só os moradores do arraial do Ouro-Preto, como os de Antonio-Dias e os seus respectivos sitios.*

Por que? Porque, em 1711, a formação dos dois arraiais já se achava bem definida e neles compreendida toda a população esparsa entre todos os morros. Entre estes morros, havia um que era encimado por um pequeno planalto e com suas fraldas circundadas de choupanas; este foi o preferido pelo governador Albuquerque, para nele erigir a Vila e levantar o pelourinho, símbolo do poder e do domínio.

No centro das minerações, que se espalhavam por todas as partes, estava situado o morro; localidade melhor e tão propícia, para ser erguido o pelourinho e instalada a câmara, não se poderia encontrar, porque esta era a predestinada pela sua maravilhosa e natural situação.

Para o ilustre Governador, celebrar e fixar o grande e histórico acontecimento, o próprio morro estaria a indicar o seu cimo.

*“Se guarda ainda, e vive ainda a memória
Que enche de aplauso de Albuquerque a história”.*

Se outro lugar preferisse e escolhesse Antonio de Albuquerque para a ereção da Vila, seria um insensato, desprezando o indicado pela própria natureza, como tambem aberaria das normas seguidas pelos seus antecessores, que sempre preferiram o centro das povoações para estas ereções.

O pelourinho sendo instrumento e padrão de ignomínia, constituia tambem o símbolo do poder; porem, em Vila-Rica, ainda foi o marco de referência para a medição de suas terras, assim como às concedidas para rendas e logradouros.

das Vilas novamente criadas e de conformidade com os mais antigos usos.

No Brasil já constituia estilo seguido e observado, desde quando se estabeleceram as justiças nas várias vilas da metrópole, erigindo-se o pelourinho nos centros das povoações. Nas povoações que não gozavam os foros de Vila, as suas igrejas matrizes eram geralmente os peões ou marcos de referência da medição de suas terras, por se acharem localizadas nos centros e por não terem pelourinho.

Por tudo isso, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho não foi desassizado levantando o pelourinho no cimo daquele morro central de Vila-Rica; e, consequentemente, estabelecendo ali, também, a Casa da Câmara das Audiências e Cadeias.

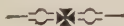
Ainda hoje se comprova o seu tino administrativo, verificando-se com inteireza, como foi relativamente bem determinado o centro dos arraiais que então se formaram, e que até hoje constituem a legendária e inelita cidade do Ouro-Preto.

Não poderá permanecer a menor dúvida por todas estas razões e de conformidade com os documentos, de que foi erguido o primeiro pelourinho no cimo daquele morro, ainda porque todos os fatos posteriores à ereção assim atestam e confirmam a nossa asserção.

Uma prova evidente das muitas existentes, umas das mais antigas, positiva e flagrante, é ter o povo de Vila-Rica denominado *Largo do Pelourinho* ao pequeno plano então existente no cimo daquele morro, que constituia a única praça da Vila, a qual só foi ampliada em 1790 por José Ribeiro Carvalhais.

Evidentemente, não poderia nem iria o povo denominá-la de — Largo do Pelourinho — se o símbolo histórico ali não fôra erguido!

Ainda mais, se ali esteve erguido, é porque também ali fora estabelecida a Casa da Câmara das Audiências e Cadeias.





II

A sesmaria de Vila-Rica. Isenção de pagamento de fóros. Sesmaria de Pitangui. Garantia de posse firmada pela Relação da Baía. Único motivo da remodelação, em 1745, da cidade de Mariana. Data da medição da sesmaria de Vila-Rica. A casa da Câmara. Membros da comissão demarcadora da sesmaria.

Pelo governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 27 de setembro de 1711, fora concedida em nome do Soberano português uma sesmaria à Vila-Rica.

Seu sucessor, D. Brás Balthasar da Silveira, também em 3 de Abril de 1715, ratificou a mesma concessão de "uma légua de terra em quadra, fazendo peão no pelourinho", porem os officiaes da Câmara não pediram logo a confirmação régia da sesmaria; só com o correr do tempo e premidos pela necessidade, foram forçados a solicitá-la. Legalizaram-na, para que pudessem melhor regularizar o pagamento dos foros, e pudessem medir, demarcar e formar o tomo de suas terras. Não havia necessidade immediata de ser logo medida e demarcada a sesmaria, porque desde 1712 todas as propriedades estabelecidas depois de 1711 já pagavam foros.

As estabelecidas antes de 1711, portanto antes da criação da Vila e da concessão da sesmaria, continuaram a gozar da isenção de foros, e seus direitos foram respeitados mesmo depois da sesmaria medida.

Em Minas, entretanto, houve outras câmaras, que levaram mais tempo do que Vila-Rica, para legalizarem as suas sesmarias. A de Pitangui é uma dessas, porque o seu arraial foi elevado a Vila em 1715, e só em 1742, a Câmara se lembrou de solicitar uma sesmaria, para rendas e baldios do Conselho da Vila, ao Governador Gomes Freire de Andrade e nesse mesmo ano foi concedida; mas, pelo menos, vinte e

tres anos depois da concessão, não tinha ainda providenciado para obter a sua confirmação régia.

O resultado de tudo isso: ficar caduca a concessão da sesmária pela preterição do prazo de quatro anos para a confirmação; depois, ser preciso denunciar as terras como devolutas, para então poder a Câmara requerer e obter nova carta. A garantia ou segurança de não pagarem foros, as propriedades estabelecidas em Vila-Rica, antes de 1711, foi racional e muito jurídica, visto constar das concessões de sesmarias, a cláusula: "sem prejuizo de terceiros". Ainda que essa cláusula não estivesse expressa, deveria ser assim compreendida, porque já naquele tempo uma lei posterior não derogava outra anterior, nem a direitos adquiridos.

A esse respeito, em Vila do Ribeirão do Carmo, deram-se casos bem frisantes. Por exemplo: Antonio Pereira Machado, que, como todos sabem, era o dono da sesmária onde foi edificada a Vila, só abriu mão desse direito à vista das composições amigáveis que lhe foram outorgadas.

Ainda outro caso, com igual fundamento, mas diverso na forma, deu-se na aludida Vila: Antonio da Cruz Sampaio possuía umas lavras no centro da Vila do Ribeirão do Carmo, antes da ereção do arraial em vila, portanto essa posse era também legítima por ser anterior à concessão da sesmária feita à Vila; entretanto, a Câmara entendeu, em 1740, que deveria usurpar essas terras, e para isso propôs uma ação de reivindicação. Esta ação foi iniciada com o pretexto e fundamento de que Manoel da Cruz Sampaio entulhava "o rio chamado Ribeirão" com as terras que eram removidas de suas lavras, e a Câmara atribuía ao entulho dessas terras a causa das inundações da Vila.

Provavelmente esse entulho teria concorrido para as inundações que sobrevieram em 1737, porem não poderiam ter influído menos as grandes chuvas da estação própria, ocasionando tais enchentes, e daí o transbordamento do Ribeirão.

Parece-nos, neste caso, que à Câmara caberiam alguns embargos ou um pedido de indenização por perdas e danos, porem nunca uma ação de reivindicação dessas terras! O certo é que a sentença foi favoravel a Cruz Sampaio e na apelação da mesma foi confirmada pela Relação da Baía.

Em compensação, se na Vila do Carmo houve prejuizos com as inundações do Ribeirão, a Vila auferiu lucros maiores!

Sim, porque gerou a necessidade de ser a Vila removida para local mais alto onde ficasse melhor localizada. Ficou

resolvido ser remodelada e posta ao abrigo desses acidentes periódicos, e, finalmente, livre das inundações do Ribeirão do Carmo.

Tornou-se decisiva e imperiosa a remoção da Vila do Ribeirão para local mais seguro, desde que a Câmara em 1737, sem resultados positivos, despendera muitos mil cruzados, ainda no terceiro ano de governo do primeiro Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade.

Para deter a correnteza das águas, foram realmente construídos uns grandes cercos que ficaram dispendiosíssimos; porem estes não puderam conter a impetuosidade do Ribeirão dentro dos limites do seu leito.

A Vila do Ribeirão do Carmo só foi elevada a cidade em 1745, com a denominação de Mariana, e o seu novo traçado foi feito, nos antigos pastos dos cavalos dos dragões da Capitania, pelo sargento mór José Fernandes Pinto Alpoim.

A Câmara tinha adquirido em mãos particulares, por compra, esses terrenos, os quais foram oferecidos ao Rei para aquele mister; porem esses mesmos terrenos voltaram posteriormente, pela resolução do Conselho Ultramarino de 27 de maio de 1742, e provisão real de 31 de Maio do mesmo ano, para o patrimônio da Câmara, por terem sido restituídos pelo Soberano português.

Portanto, a *cidade de Mariana não foi remodelada, exclusivamente, por ter sido elevada a sede episcopal*, como se encontra afirmado em livro subvencionado pelo Estado e editado ha pouco tempo. Foi impossivel ao ilustre autor desse livro fundamentar aquella sua asserção, e, por isso, a mesma não é nem pode ser aceitavel. Ainda, porque outra causa, alem das inundações, não contribuiu para aquella remodelação.

E' certo e sabido que, para se criar o bispado em Vila do Ribeirão do Carmo, foi e era preciso elevá-la a cidade, como de fato se fez, em 23 de Abril de 1745; porem, para as cidades serem *sedes episcopais* não me consta ser necessário modificarem-se os seus traçados antigos!

Em 1711, a Vila de São Paulo foi elevada a cidade, em 1745 tambem foi contemplada com a *sede episcopal de um bispado*; mas, para se efetuar isso, não foi preciso a modificação do seu antigo plano ou traçado!

.....

Só em 1737, teve lugar a medição da sesmária de Vila Rica, que partiu do pelourinho que se achava erguido no centro da vila, por ter sido ele o marco ou peão da medição, e no seu Livro Tombo, se lê: "*pondo-se o agulhão no pelourinho, por não haver agulha, saíram da Praça, por entre as casas da Intendência, na Rua Nova, e foram continuando com a medição...*"

Ora, se a Casa da Câmara estava edificada *no fundo do Ouro Preto*, como ha quem afirme sem base alguma, então o pelourinho deveria estar lá também erguida em frente a ela, e, portanto, a medição da sesmária deveria ter partido *do fundo do Ouro Preto* e não *da Praça de Vila Rica*, como partiu!

Do fundo do Ouro Preto, evidentemente, não começou a medição da sesmária, porque isso nos assegura o tira-teimas, o tira-dúvidas, que nessa matéria é o Livro do Tombo das terras de Vila Rica.

O que é muito difícil, se não impossível, será provar-se que em algum tempo, no fundo do Ouro Preto, estivesse edificada a Casa da Câmara das Audiências e Cadeias!

Justamente por isso, é que até hoje pessoa alguma não apareceu, nem ao menos para se aventurar à tentativa de provar a edificação dessa Casa no fundo do Ouro Preto!

A provisão régia que ordenava a medição da sesmária de Vila Rica foi de Janeiro de 1735 e o despacho anterior do Conselho do Ultramar, de 11 de Dezembro de 1734. A provisão régia ainda determinava que o Ouvidor Geral presidisse pessoalmente à medição e que o Governador, por esta diligência extraordinária, arbitrasse o ordenado do Ouvidor, porem de *conformidade com o estado da terra*; indicava como a diligência se deveria compor e, finalmente, ordenava todos os alvitres necessários para assegurar-se o bom êxito da medição.

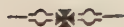
Em 1737, Manoel Borges de Brito, procurador da Câmara, requereu ao ouvidor geral, dr. Fernando Leite Lobo, a medição da sesmária, obtendo o seu despacho, em 9 de Março do mesmo ano, e nesse mesmo dia foi o edital lançado pelo ouvidor, sobre o tombamento, medição e colocação das balisas demarcadoras dos limites de Vila Rica.

Para se dar princípio à diligência da medição, foi determinado o dia de quinta-feira, que se contaria 13 de Março de 1737. Efetivamente, nesse dia se fez o termo do Auto e princípio de medição, depois de haver o procurador da Câ-

mara certificado que todos os vizinhos tinham sido notificados acerca desta diligência.

A diligência compôs-se do dr. Fernando Leite Lobo, que foi ouvidor geral, juiz do tombo e da medição; Francisco Branco de Barros, pelos vizinhos da vila; o louvado Belchior Ribeiro dos Santos; o alcaide Luiz Gomes Magro; o carpinteiro Manoel da Costa; o porteiro dos auditórios, João Pimenta e o escrivão Antonio Falcão Pereira.

Com essa medição levaram um mês e um dia, de 13 de Março a 12 de Abril de 1737.





III

Princípio de medição da sesmaria de Vila-Rica. Onde colocaram, delimitando-a, os seus marcos primitivos. Quando se construiu o segundo e último Pelourinho; sua demolição. Lugar dos Pelourinhos nas vilas antigas. O primeiro Pelourinho de Vila-Rica. Preliminares sobre a construção do segundo e último Pelourinho.

As pessoas nomeadas para efetuar a medição da sesmaria de Vila-Rica, deram princípio a esta incumbência, no dia 13 de Março de 1737; porem, logo de início, na Praça de Vila-Rica, onde estava erguido o Pelourinho, ao sairem com a medição, encontraram sérios embaraços causados pelas casas que a circundavam.

Por isso, depois de prestarem o juramento do estilo, todos os medidores se dirigiram para o Norte, por onde encontrarem mais facil saída da Praça; dali, então, continuaram a executar a diligência ordenada pelo Juiz do Tombo.

Não daremos aquí a descrição dessa diligência, que é longa e minuciosa, porque precisamos conhecer unicamente o lugar das balisas primitivas e do seu número.

Por conseguinte, vejamos a colocação e número desses marcos:

1°. O primeiro foi posto no Tapanhoacanga, representado por — *Uma cruz* nele picada. Esse marco tambem indicava o final da medição do dia 14 de Março de 1737.

2°. Onde inteirou a medida de meia légua, no meio da subida de um alto morro, igualmente de Tapanhoacanga, collocaram o segundo marco feito de um pau falquejado em todas as suas faces, denominado — *Canela de Velho*. Em uma destas faces, para sinal e divisa, abriu-se a inscrição:

Vila-Rica, ficando em confrontação com este marco, pela parte de cima, com o pico do mesmo morro.

Antes da colocação de cada um dos marcos, nos lugares próprios, eram lançados pelo porteiro dos auditórios os prégões legais costumados.

3°. Em uma capoeira alta, na vertente do morro Tripuf, onde findou a medição de 165 braças foi colocado um terceiro marco de páu — *Cangirana*, falquejado em todas as suas faces; na face virada para o Norte, pôs-se a mesma inscrição do segundo marco.

4°. Acima do arraial do Taquaral, na chapada do morro, perto da estrada que vai para o Ribeirão do Carmo, foi posto o quarto marco de páu — *Sucurana*, falquejado nas suas faces, e, na que confrontava com o Norte e o caminho, abriu-se a inscrição: — *Sesmaria da Câmara*.

5°. Pela parte do Norte, em uma lage que estava junto ao caminho que ia para Santa Quitéria e onde 1312 braças se completaram, abriu-se, para sinal e marco — *Uma Cruz*, em que as quatro pontas mostravam e confrontavam os quatro rumos do Norte e Sul, Leste e Oeste; na ponta que confrontava com o Norte, na mesma lage foi aberto um risco a picão.

A lage referida também confrontava pelo Sul com o morro chamado *Timbopeva* e com outro morro pequeno de pedras, que termina ao pé do caminho já referido acima.

6°. Em uma ponta de terra, na estrada que ia para o arraial do Itatiaia, feito o costumado prégão, fincou-se um marco de — *Canela Preta*, falquejado em suas quatro faces, e confrontavam estas com os quatro rumos de Leste, Oeste, Norte e Sul; em uma destas, também se abriu a inscrição: — *Vila Rica*, igual à do segundo e terceiro marcos.

Em 1747, a Câmara de Vila-Rica mandou construir um novo Pelourinho e foi este o segundo colocado na Praça, antigamente denominada *Largo do Pelourinho*, depois Praça da Independência e atualmente *Praça Tiradentes*.

Esse foi o segundo, porque, quando se erigiram em vila os arraiais de Antonio Dias e do Ouro Preto, Antonio de Albuquerque levantou em 1711 o primeiro e deste partira a medição da sesmaria.

Afirmamos, ainda, que o Pelourinho de 1747 foi o segundo, por não haver memória de que a Câmara mandasse construir um terceiro, e por isso se pode logicamente concluir também ter sido o último.

O primeiro levantado por Antonio de Albuquerque, *provavelmente*, seria feito de madeira, assim como fizeram muitos para a ereção de outras vilas: toscos e sem arte.

Escrevemos: *provavelmente*, porque ainda não encontramos a descrição histórica do primeiro, por mais que procurássemos, ficando, como acontece ordinariamente, sem compensações a nossa fadiga.

O Pelourinho de Antonio de Albuquerque só se manteve erguido na praça de Vila-Rica durante trinta e seis anos, por ter sido levantado em 1711.

O segundo, feito em 1747, foi conservado no mesmo lugar, testemunhando o perpassar por ele cento e vinte anos, portanto, até muito depois da Independência Brasileira.

O segundo Pelourinho era artístico e fora construído, como teremos de vêr com a melhor pedra de Vila-Rica.

Várias pessoas respeitáveis e contemporâneas do segundo Pelourinho, asseveram-me tê-lo visto erguido em frente à residência do Ouvidor Thomaz Antonio Gonzaga. Esta asserção pode ser verdadeira, porem isso só se poderia realizar depois de 1867, quando foi demolido, como já ficou explicado, pelo "Minas-Gerais", quando tratamos da *Coluna Comemorativa* ou *Coluna Saldanha Marinho*, que na Praça o substituiria.

Ainda outras pessoas asseveraram-me que "os Pelourinhos eram erguidos em frente à casa dos Ouvidores".

Ora, esta asserção já não pode ser verídica, porque os que assim afirmam laboram em um grande erro, não passando tudo de uma falsa suposição.

Para verificarmos, é bastante constatar que, nas várias vilas que possuía a Capitania, só tinham e poderiam ter ouvidores, as que eram cabeças de comarcas.

Todas as outras vilas tinham também os seus Pelourinhos, é certo, mas não tinham Ouvidores residentes; por conseguinte não poderia existir em todas as vilas a residência dos ouvidores, para em frente a elas se erigirem os Pelourinhos.

Todas as vilas possuíam o seu foro com os seus juizes ordinários, que eram leigos e, depois de 1730, algumas tinham, além destes, os juizes de fora letrados, que foram criados nessa data.

O ouvidor periodicamente ia em visita de correição a todas as vilas da comarca de sua jurisdição, assim como, em

nossos dias, vai anualmente o bispo em visita pastoral às freguesias do seu bispado.

Quando o ouvidor tinha que ir em diligência de correição aos termos, ou em qualquer outra diligência da sua judicatura, participava à Câmara, com antecedência, para que ela providenciasse a sua aposentadoria e bem assim do escrivão e meirinhos ou oficiais de justiça.

Onde fosse possível à Câmara alugar casas, realizavam-se as hospedagens e alojamentos.

Nas próprias vilas sedes de comarcas, os Pelourinhos não eram e nem poderiam ser erguidos em frente às casas dos Ouvidores, porque as câmaras é que lhes davam casa por aposentadoria; portanto, nem sempre havia prédio certo para as residências dos ouvidores.

Um ou outro tinha casa própria, de sua propriedade, recebia nesse caso, em dinheiro, a aposentadoria a que tinha direito.

Terminado o triênio, o ouvidor proprietário da sua casa, dela dispunha como melhor entendesse. Não raro, alguns vendiam ou alugavam ao seu sucessor, e grande parte deles continuava a residir na sede da comarca, como advogados, não obstante haver ordem régia para depois do período da sua judicatura se retirarem para o Reino.

Vila-Rica sempre fora preferida pelos magistrados. No tempo de D. Lourenço de Almeida, por exemplo, se poderia a dedo contar o número de seis a oito que, tendo concluído a sua residência trienal no Rio de Janeiro e outras Capitanias, vinham para Vila-Rica.

Alí exerciam a advocacia não só ouvidores como juizes de fora, que trabalhavam também em outros foros das diversas vilas, mas o seu peão ou residência era na Capital.

De sorte que, se fosse de regra serem os Pelourinhos levantados em frente às casas dos ouvidores, ter-se-ia a frequente necessidade de mudá-los de local, tantas vezes quantas se mudassem de casa os ouvidores! O certo é que, de ordinário, o Pelourinho era erigido no centro das vilas, em um Largo ou Praça. Finalmente, é aceitável a suposição de ter sido, de madeira e toско, o primeiro Pelourinho de Vila-Rica; constituindo base e fundamento, a necessidade da sua substituição, depois de servir por espaço de trinta e seis anos, ao sol e à chuva, tornando-se imprestável para os fins que deveria continuar a preencher.

Antonio José de Araujo foi o autor da planta daquele monumento histórico e aviltante, que substituiu ao primeiro levantado por Antonio de Albuquerque, recebendo da Câmara de Vila-Rica, por este desenho, dez oitavas de ouro que valiam doze mil réis.

Em 12 de Agosto de 1747, Domingos Rodrigues Torres arrematara a obra de construção do Pelourinho, afim de que fosse executada de conformidade com a planta, e esta arrematação se fez à porta da casa da Câmara, na mesma Praça de Vila-Rica, onde seria edificado o segundo Pelourinho.

Em Minas, tem sido esta Praça o maior cenário histórico, desde quando Capitania, Província ou Estado. Alí se desenrolaram os acontecimentos mais notáveis da História Mineira. Por conseguinte, é o canto mais célebre do Estado de Minas-Gerais!

*"E em cada canto o abismo escancarado,
E em cada abismo um grito do passado."*



IV

Descrição e execução da obra do segundo Pelourinho de Vila-Rica. O construtor e o seu fiador. Fornecimento e feitiço de balisas ou marcos, que substituíram aos antigos, colocados por ocasião da medição da sesmaria de Vila-Rica. Prazo para execução da obra e condições da Câmara para a satisfação dos pagamentos. Arrematação da pintura e calçada ao redor do Pelourinho; seu custo; o empreiteiro e seu fiador. Divagações inocentes.

A obra da construção do Pelourinho foi orçada em 400\$000 e os seus detalhes foram os seguintes:

O Pelourinho deveria ser assente com toda a segurança sobre alicerces de lagedo, e estes, por sua vez, sobre argamassa de cal e areia.

Seria de cinco ou seis palmos a sua altura, ou o que fosse necessário, porem de maneira que occupasse toda a área traçada pela planta.

A área do alicerce principal sairia fora do primeiro degrau uns dois ou tres palmos.

A largura da área em cima seria de conformidade com o que a obra exigisse e esse pátio, em cima, seria lagedado com pedra do Itacolomi, da qual tambem se fariam os degraus.

O construtor seria obrigado a colocar o pedestal inteiro na columna e todos os envasamentos que lhe pertencessem, seriam feitos na mesma pedra inteira.

O pedestal seria mechado no seu assento e a mecha, em baixo, teria tres quartos de alto ou o que fosse necessário para a segurança e perfeição da obra.

A largura da mecha seria feita de maneira que apanhasse a sacada da vasa para dentro, tres dedos em volta ou o que fosse necessário.

O construtor seria ainda obrigado a lavrar a coluna só de uma pedra inteiriça e colocá-la, como mostrava o risco, com todos os seus ornatos, "*levando dois escudos ou Armas Reais: um fazendo frente para a Cadeia e outro para o Palácio.*"

Aquí precisamos fazer uma pequena anotação. O autor da planta do Pelourinho referia-se à cadeia antiga, feita em 1726, no tempo de d. Lourenço de Almeida, e por Claudio Manoel da Costa decantada no seu poema "Vila-Rica", a qual substituiu a de Antonio de Albuquerque.

Não poderia referir-se à actual Penitenciária, porque a construção desta só teve início em 1783, no governo de Luiz da Cunha Menezes, o qual, também, foi o autor da sua planta, que erradamente é attribuída à autoria do engenheiro militar José Fernandes Pinto de Alpoim, como já demonstrei na "Rev. do Arq. Púb. Min.", de 1921.

O palácio era o antigo palácio dos governadores, — hoje nele funcionando a Escola de Minas — edificado no governo do primeiro conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade.

Estava ainda em obras, porque a sua construção foi iniciada em 1740; a planta dele é que foi feita pelo engenheiro militar acima citado, o qual veio para Minas em 1738.

De maneira que, por esta cláusula do contrato de arrematação da construção do Pelourinho, em 1747, vemos que a segunda cadeia ou Casa da Câmara, *ainda se achava no mesmo local, na praça da Vila*, onde tinha sido adaptada à primitiva, em frente ao sítio onde hoje está o palácio. Também não consta que o palácio, em tempo algum, funcionasse ou fosse edificado no *fundo do Ouro Preto* !

Diz a cláusula: "*levando dois escudos ou Armas Reais: um fazendo frente para a cadeia e outro para o palácio!*"

Esta cláusula é um documento eloquentíssimo, que nos mostra a situação da Câmara, em 1747.

A coluna do Pelourinho seria também mechada no pedestal, com mecha suficiente à sua segurança, mas de modo que não carregasse na quina do envasamento da coluna.

Para maior segurança, se fosse necessário mechar, seria a mecha de bronze posta por dentro.

A pirâmide, tendo de ser feita de acordo com o risco, teria também de ser mechado com uma espiga de bronze, de maneira que entrasse um palmo na coluna e outro na mesma pirâmide.

Essa espiga teria dois dedos de grossura em quadra, devendo o meio braço, da referida pirâmide, também ser mechada na sua bola com a firmeza e a segurança precisas.

No terço da coluna, a espiga seria feita com suas fitas trespassadas e no meio fazendo ponta de diamante, não só no mesmo terço, como no claro do pedestal com a flor na ponta; de bronze seriam as asas e cartela, devendo ser esta prateada a mordente.

De acordo com o risco, seria o construtor obrigado a executar toda a obra com seus detalhes, colocando todas as suas insígnias que o perfil mostrava, as quais eram: quatro ferros de comprimento e grossuras necessárias, com quatro argolas, uma na ponta de cada um.

Seriam oleados esses ferros, com duas demãos fingindo bronze.

Ao pé da coluna ou pedestal, em baixo e em altura suficiente, seriam postos quatro argolões de ferro, para neles serem atados todos aqueles que ali tivessem de ser castigados pela justiça.

O primeiro degrau principiaria onde mais conveniente fosse, em ordem à área, tendo o pátio ao pé do pedestal como a arte determinasse.

Em todos os lances dos degraus e pátio, levaria gatos de ferro, chumbados; toda a obra seria trabalhada com pedra do Itacolomí, da melhor, rija, e branca.

Como advertência, a obra pertencente ao pedestal e coluna, seria toda escodada, tudo bem feito e na última perfeição concluída.

Toda a construção, depois de entregue e examinada, ficaria correndo o risco por um ano e dia, por conta do arrematante construtor.

Essa obra foi arrematada em público pregão pelo mestre pedreiro Domingos Rodrigues Torres, por quatrocentos mil réis, sendo seu fiador Pantaleão da Costa Dantas. Este era homem bem classificado em Vila-Rica, tendo por diversas vezes sido eleito vereador do Senado da Câmara e até juiz ordinário.

O pedreiro construtor Domingos Rodrigues Torres é o mesmo que, antes de 1752, havia lançado, também em hasta pública (20.000), vinte mil cruzados, como arrematante das obras da construção da Matriz de Vila Nova da Rainha do Caeté, da qual até hoje é padroeira a Senhora do Bom Sucesso. Atualmente a construção desta matriz, ainda é, geralmente, considerada como lendária, mas sem razão de o ser.

No final de contas e na verdade, não foi Rodrigues Torres, nem o célebre Bracarena quem construiu a matriz, como se deduz do próprio testamento deste, e sim José da Silva Herdeiro, sócio de Bracarena; como também as obras de talha, nela existentes, nunca foram do *Aleijadinho*, Antonio Francisco Lisboa, e sim de Antonio de Noronha, muito bom português.

Nesta hasta pública do Pelourinho, ainda entrou por conta dos quatrocentos mil réis da arrematação ser obrigado o mestre pedreiro Rodrigues Torres a fazer tres marcos de pedra.

Estes seriam feitos de pedra do Itacolomí, de grossura e altura proporcionadas, fazendo neles gravar um letreiro com os dizeres: *Sesmaria de Vila-Rica*, e ainda colocá-los nos seus competentes lugares.

Estes marcos substituiriam tres dos seis que foram postos em 1737, como já vimos, e, portanto, depois de dez anos que os mesmos foram ali colocados.

Os lugares das substituições dos marcos seriam: um, no Caminho de Lavras Novas; outro, no Tripuí, e o terceiro, no Caminho de São Bartolomeu.

Se o marco destinado ao terceiro local, que deveria ser lavrado com a mesma pedra do Itacolomí, não pudesse ser transportado, devido aos maus caminhos, fôra permitido substituir a pedra por outra, ao critério do arrematante, observando, porem, a cláusula imprescindível de ter no marco esculpido o letreiro já referido.

Deduzimos desta cláusula que, devido à dificuldade do transporte, poderia o construtor, *no próprio local*, lançar mão de outra pedra e lá aparelhá-la, uma vez que obedecesse à prescrição de nele gravar o tal letreiro.

Sim, porque, se havia dificuldades a vencer com o transporte de uma determinada pedra, as mesmas dificuldades permaneceriam com qualquer outra qualidade de pedra.

O prazo prescrito para a completa execução da obra foi de quatro meses.

Havia uma cláusula, como em todos os contratos daquele tempo, de que o arrematante ofereceria fiador abonado perante o procurador do Senado, como garantia da execução da obra, e os pagamentos seriam pontualmente feitos em tres quartéis.

O arrematante receberia uma terça parte, ou 133,333, no início da obra, a segunda no meio e a terceira no fim; mas depois de examinada e entregue a obra.

Em 8 de maio de 1748, portanto um ano depois de arrematada a construção do Pelourinho, também foram postas em hasta pública a sua pintura e a calçada ao redor do mesmo.

Foi arrematante desta Manoel Gonçalves, pela quantia de trinta e cinco oitavas de ouro, ou quarenta e dois mil réis, tendo prestado fiança pelo arrematante Ignacio José Lopes.

Todas as obras públicas, por mais insignificantes que fossem, só eram executadas mediante o pregão público, ao qual todos poderiam amplamente concorrer; porem estavam todos sujeitos às cautelas garantidoras da sua fiel execução. Daí o concluirmos que o dinheiro público era empregado com o maior escrúpulo.

Diversos casos poderiam ser aquí citados, em que os camaristas foram responsabilizados por quantias mal empregadas nas próprias obras do município.

Para isso, havia as singelas e salutareis correições dos ouvidores em épocas determinadas, que corrigiam ou sanavam tais irregularidades.

Esses juizes eram independentes até dos governadores, só sendo subordinados aos seus regimentos e imediatamente ao soberano; por isso gozavam de todas as garantias no exercício dos seus cargos; responsabilizavam aos camaristas, fazendo sair dos bolsos dos mesmos toda e qualquer quantia indevidamente despendida, para indenizar a fazenda municipal.

A mesma praxe era seguida ainda com maior rigor no governo da Capitania. O Provedor da Fazenda era consultado antes da autorização da despesa pelo rei, passando depois essa atribuição para a Junta da Fazenda, afim de autorizar qualquer despesa ainda não legalizada.

Aquele funcionário também era responsabilizado pelas despesas efetuadas sem *autorização legal*, porque existem,

ainda mesmo em nossos dias, muitas autorizações, mas com deficiência do *requisito legal*; por tudo isso, o mesmo funcionário gozava de igual independência dos juizes no exercício dos seus cargos.

Estas e outras práticas semelhantes eram adotadas e seguidas em um governo que se dizia absoluto, mas não são examinadas nem analisadas imparcialmente.

O que tem desabonado, de *modo desastroso*, as nossas atuais instituições, na União, nos Estados e Municípios, é a *irresponsabilidade individual e geral*, em todos os departamentos governamentais, como a ausência integral de garantias dos direitos funcionais dos cargos dos empregados públicos. Por isso, amiudadas vezes se tornam cúmplices forçados de grossos deslises e das maiores iniquidades governamentais; e não é raro ultrapassarem naquele esporte a muitos dos nossos governantes !

O arrematante da pintura do Pelourinho seria obrigado a *olear de branco* todo o Pelourinho, dando as demãos que fossem precisas; os ferros, as argolas, asas e braços seriam dourados e mordentes, com extrema perfeição.

Ora, mandar olear de branco uma bela coluna, toda escodada e lavrada com a excelente cantaria do Itacolomi, que era mais artística do que as colunas majestosas que suportam o segundo andar do vestibulo da E. de F. Central, aqui em Belo Horizonte, indubitavelmente foi uma grande cincada do procurador do senado da Câmara de Vila-Rica, por não estar de acordo com a estética daqueles memoráveis tempos e muito menos com os nossos contemporâneos! Mas, como ainda hoje, quando uma coisa se encasqueta na cabeça de um bom português, é tolice teimar, não ha que o demover de sua resolução! Entretanto, no Rio de Janeiro, vimos quando colocaram no palácio do Catete, o *das águias*, os belos e suntuosos portões de puro bronze! Agora — justiça seja feita — acreditamos que naquele fingimento dos portões não entraram mãos de portugueses !

As armas reais do Pelourinho seriam dominadas de tintas como se costumava, e os castelos dourados sobre o seu fundo de prata.

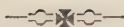
Os quartões seriam pintados de amarelo, sombreados como melhor pedisse a arte e, finalmente, executada a obra com todos os seus detalhes.

A calçada em volta seria por fora da sapata doze palmos, sendo a pedra de calhau ou seixo de algum córrego.

Estas obras foram terminadas e satisfeita a sua importância a 31 de Dezembro de 1748.

Por conseguinte:

*“No Pelourinho a escada já se assenta,
já se ligão dos réus os pés e os braços,
já se descem calções, e se levantão
das immundas camisas rôtas fraldas;
já pégão dois verdugos dos azzoragues;
já descarrégão golpes deshumanos;
já são os gemidos e respingão
miúdas gôtas de pisado sangue”.*



V

Parte documental. Termo de aforamento de Francisco Barreto de Lima, feito em 1714. Termo de aforamento de Antonio Soromenho, feito em 1715. Termo de exame e vestoria a que os Vereadores de Vila-Rica, reunidos em câmara, na Praça, mandaram proceder em 1718. Termo de obrigação firmado em 1748, por Ventura Alves Carneiro. Registo de seis cartas escritas em 1749, pelo escrivão Manuel Rodrigues Franco. Mais seis cartas do punho do mesmo escrivão, escritas na mesma data. Ainda mais seis cartas. Outras seis com datas idénticas e do aludido escrivão. Termo de reconhecimento do punho do escrivão Jorge Duarte Pacheco. Registo de uma petição do dr. Manuel Manso da Costa Reis e despacho. Termo de fóro. Informação do escrivão da câmara e do tombo, Jorge Duarte Pacheco. Atestação do capitão-mor Domingos da Costa Ferreira. Reconhecimento da letra e da firma do capitão-mor pelo tabelião Patricio Pereira da Cunha. Petição, despacho, termo de isenção de fóro a averbação final.

Hoje nos desobrigamos do compromisso, que assumimos, voluntária e publicamente, de fazer conhecida alguma documentação sobre o local exato onde sempre esteve a Casa da Câmara ou Cadeia de Vila-Rica, por ter sido ali edificada.

Digo *alguma documentação*, porque é tão copiosa, que daria um livro e, no espaço deste pequeno escrito, procurámos seleccionar os documentos que se achavam mais fáceis.

Não tivemos pressa em dar cumprimento à nossa promessa, por esta não estar nos casos de maior urgência, ainda porque temos sempre trabalhos de natureza morosa, que nos assoberbam o espírito e avassalam-nos o tempo; entretanto, não ha incumbência mais árdua que a de descobrir e achar o que não se guardou.

Todavia, alguma cousa sobre esta matéria, de nossa autoria, já consta da *Revista do Arquivo*, do ano de 1921; porem, agora, este estudo vai ilustrado com abundante, nova e interessante documentação.

Uma vez que tivemos de tratar dos pelourinhos e da sesmaria de Vila-Rica, era forçoso voltarmos ao assunto sobre a situação exata da Casa da Câmara e Cadeia, por haver inteira e íntima conexão entre eles.

Não podia haver pelourinho sem o estabelecimento das justiças e, portanto, sem Cadeia ou Câmara, que funcionavam sempre em um só prédio, como ainda hoje geralmente se vê.

Da sesmaria de Vila-Rica não se poderá tratar sem se tocar no pelourinho, porque ele foi o seu marco de referência.

No Códice n. 1, de Registos de Termos de Aforamentos, referente aos anos de 1712-1722, encontra-se, desde o Termo n. 1 até a pags. 10, o seguinte: "Aos tantos dias... etc., em as casas *que no presente servem de câmara*, estando juntos os officiais dela em vereação appareceu..., etc."

Assim, com essa fórmula, encontram-se todos os Termos redigidos, desde o dia 19 de Janeiro de 1712, em que tiveram início os mesmos termos de aforamentos, até 10 de Junho de 1712 (pág. 10).

Que se deverá coligir? Que desde a instalação da vila até 10 de Junho a Câmara não teria casa própria. Da página 10 em diante, já se modifica o formulário dos termos e por isso se encontra: "*Aos tantos dias... em as cazas da câmara...*" De tudo isso se infere que, desde 15 de Junho de 1712, ficou a municipalidade de Vila-Rica com casa própria.

Para maior segurança e certeza, verificámos que todos os termos foram abertos pelo mesmo escrivão Jorge da Fonseca Freire. Portanto, pode-se concluir que não seria devido a uma simples mudança de formulário ou de redação de serventário e sim por ter sido adquirida uma casa para as vereações.

Definitivamente, agora ficará incontroverso e pacífico o assunto da situação da Casa da Câmara de Vila-Rica, à vista dos *documentos positivos e decisivos* que oferecemos a todos que versam a matéria, porque os mesmos não admitem contestação.

Vejamos o primeiro e segundo documentos:

“Termo de aforamento de Francisco Barreto Lima. Aos dezoito dias do mez de Dezembro de *mil setecentos e quatorze* annos, nesta Villa Rica, em as cazas da Camera, estando juntos os officiaes della, appareceu Francisco Barreto Lima com huma pitição em que queria aforar tres braças de terra que estão *devolutas na praça desta Villa que partem com as cazas da camara*, fazendo esquina na Rua nova, se aforou os ditos chãos por preço de oitava e meia que se pagará em meio de cada hum anno conforme o estilo dos mais fóros e de como se obrigou ao dito fôro fiz este termo que todos assinam com o dito foreiro e eu Bento Cabral Leça, escrivão da camara o escrevi. — Azevedo Silva. — Leça. — a) Francisco Barreto Lima”. (Cod. n. 1, S. C. C. V. R. fs. 52 v.).

“Aforamento feito a Antonio Soromenho de 3 braças e meya de terra.

Aos nove dias do mez de fevereiro de *mil setecentos e quinze* annos nesta Villa Rica em Cazas da Camera dela ahi sendo apresetes os Juizes e Veriadores della pareceu Antonio Soromenho desta dita Villa e por elle foi dito que elle por huma pitição pedira ao dito senado tres braças e meia de terra com seus fundos das que se achavão por aforar — *na rua nova que vem do Ouro Preto para a praça desta Villa*, — e que na dita pitição se lhe mandara vêr a dita terra pelo arruador do Conselho em presença de mim escrivão cuja diligencia se effectuára de que eu escrivão dou fé e se lhe mediram as ditas tres braças e meya de terra deixando-se-lhe seu beco na forma do estilo — *princiandoce a medir da parte de cima donde fica, partindo com cazas ou terra deste senado* que se deu para Cazas do Doutor Antonio Monteiro, advogado nos auditorios desta Villa e da parte de baicho com terras deste dito senado que estão ainda por aforar ficando lhe de fundo nove braças e a frente para a dita rua sem sahir para fóra das estacas que o arruador do Conselho

Manoel Ferreira da Fonseca mediu e com que demarcou a dita medição, e que assim e da maneira que as ditas tres braças e meya de terra estavam medidas e confrontadas pedia se lhe aforassem, o que visto pelos ditos Juizes Veriadores e Procurador do Conselho lhes aforaram e houveram por afôradas com as condições seguintes que elle dito foreiro seria obrigado a pagar em cada hum anno pela dita terra, huma oitava e tres quartos de ouro posto, na mão do Thesoureiro do dito Conselho, que outro sy faria as ditas cazas dentro no termo de quatro mezes, e que havendo de vender as ditas cazas seria fazendo primeiro petição a elles senhorios em que se declare a pessoa a quem as vende para se lhe dar para isso licença e melhor se ter conhecimento dos possuidores e faltando a qualquer destas condições ficará a terra ou cazas devolutas para elles senhorios a aforarem a quem lhe parecer; è pelo dito foreiro foi dito que aceitava a dita terra com as condições a que se obrigava e de tudo mandarão fazer este termo de aforamento que assina e eu Miguel de Andrade Ferreira, escrivão da Camera que o escrevi e assinei. — Gama. — Menezes. — Oliveira. — Lisboa. Miguel Andrade Ferreira". (Codice n. 1°. 1712-1722. — S. C. C. V. R. fs. 54 v.).

E' necessário advertir que, depois de termos lido centenas de documentos, verificámos e chegámos a concluir que as expressões: "No caminho novo que se abriu, que vai de Ouro Preto, para as cazas da câmara... Na rua nova da caza da câmara... Na rua nova da praça... Na subida do morro que vai para o pelourinho... Na rua nova abaixo da caza da câmara... etc., etc.," são todas, referentes às ruas de hoje, por onde se chega à velha praça, actualmente denominada *Tiradentes*. São as ruas do Pilar, do Paraná e Direita ou do Bobadela.

Eram velhos e antigos trilhos, íngremes, que, melhorados, foram tomando as denominações populares de Caminho Novo, rua Nova e, de fato, para a época, depois de concertados e melhorados, ficaram sendo novos!

Naquele tempo todas as vielas eram mais ou menos novas e tambem existiam as ruas Nova da Paz e Formosa, por onde transitavam os moradores do morro.

“Termo de vestoria e exame que os officiaes de pedreiro, fôrão fazer no conserto e reparo da condução da agua que o Senado havia feito carga do dito serviço a João do Couto Carreira! ‘

Aos trinta dias do mez de Dezembro de *mil secentos e dezoito annos nesta Villa Rica, nas cazas da Câmara*; presentes o Juiz Ordinario, o capitão Manoel de Matos Fragoso, e mais officiaes da Camara fizêrão chamar a dous officiaes de pedreiro por nomes Francisco Pereira e Domingos Rodrigues Pariz juntos com Fructuoso Barbosa Barreiros, a quem o dito Juiz Ordinario deu o juramento dos Santos Evangelhos, que todos tres tomárão debaixo do qual lhe foi encarregado fossem ver e examinar a obra que havia feito João do Couto Carreira na condução da agua *para esta Praça* em razão da falta e que se tinha experimentado nella, e como o dito João do Couto Carreira se tinha obrigado e promettido trazella e conduzilla pellas bicas por onde veyo a *esta Praça*, e que findo este bom serviço se lhe daria tresentas e trinta outavas de ouro, que requeridas pelo dito João do Couto Carreiro, antes que fosse satisfeito, queria saber este Senado a forma e estado da obra, o que ouvido pellas sobreditas pessoas e officiaes de pedreiro, a promettêrão fazer assim debaixo do juramento que havia tomado e que informarião da verdade, e visto que foi examinada a obra, presentes ante os ditos officiaes da Câmara confessarão e dissêrão que o estado em que achárão a obra era não ver correr a agua pellas bicas, e entenderem ser necessario fundar a mina da agua que se achava feita em mais duas braças para a parte da mão esquerda de donde tinha o nascimento, para se pôder levantar e conduzisse ao canno para poder chegar a *esta Praça*, e sem este beneficio era difficil o ver-se a dita agua conduzida a *esta Praça*, e que mudando-a o Supplicante por outra parte, por não poder trazella pella paragem antiga, seria trabalho demais, do que tem feito. Do que tudo fiz este termo que assignárão com os ditos officiaes da Câmara: Joseph Corrêa

Lima escrivão da Camara, o escrevi. Frágoso. —
Leça. — Barbosa. — Barreiro. — Domingos Pariz.

Estava o signal que usa Francisco Pereira."
(Código n. 1. — 1712-1722, fs. 218).

"Termo de obrigação que fez Ventura Alves Carneyro, de pôr hua frente de huas cazas na forma seguinte: — Aos outo do mez de mayo de mil setecentos e quarenta e outo annos nesta Villa Rica de nossa Senhora do Pillar de Ouro Preto em Cazas e morada de mim escrivão do Senado da Camara ao deante nomeado e assignado e sendo ahy appareceu presente Ventura Alves Carneyro pessoa que reconheço pella propria e por elle me foy dito e declarado que De sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma Se obrigava a pôr a frente de huas Cazas de que he senhor e pessuidor — *na ladeira que desce da Caza da Câmara para o Ouro Preto* — a saber da forma seguinte por ajuste que com a mesma Camera tinha feito em Correissão Geral que assim consta do Livro de acordams que serve neste Senado a folhas cento e quarenta e nove verso, a saber que da esquina das Cazas de sobrado do dito Alves da parte de cima cordiaria direyto em linha reta com o visinho mais chegado advertindo que a primeira porta asima da esquina dita da Casa de Sobrado ficaria a hombreyra da dita porta da parte de cima para fora da linha reta hu palmo de Graveyra, e de como assim o disse e declarou elle dito se obrigou por Sua pessoa e bens a satisfazer tudo quanto neste termo se declara renunciando qualquer direyto que a seu favor fizesse neste cazo e que só queria que este termo tivesse todo vigor como escriptura feita nas notas de qualquer tabelião e de como asim o declarou e se obrigou e assignou comigo Antonio de Souza Mesquita escrivão da Camara que o escrevi e assigno. Ventura Alves Carneiro de Souza Mesquita 1748".

(Código n. 45 — C. V. R., fs. 93 v.).

Ora, se a Casa da Câmara tivesse sido edificada no *Fundo do Ouro Preto*, como corre, não haveria *Ladeira* para se descer da Casa da Câmara!

“Registro de seis cartas que por ordem do Senado da Camara escrevi ás pessoas seguintes para pegarem nas varas do *Palio do Ouro Preto thé a Casa da Camera*, na Procissão do Corpo de Deus, a saber ao Licenciado Ignacio Mendes de Vasconcellos, Tenente Luiz de Souza Castro, Antonio Luiz da Cunha, Alferes Manoel Neto, Domingos Francisco dos Reis e Sargento mór Custodio Pinheiro do teor e forma seguinte:

A cinco do mez de junho do presente anno se faz nesta villa a solemne Procissão do Corpo de Deus na Igreja Matriz de N. S. do Pilar do Ouro Preto e, como sejam necessarias pessoas benemeritas que tenham servido na governança, para carregarem as varas do Palio na Procissão sobredita, o Senado da Camara fez eleição na pessoa de v. mercê, *para ser hum dos que ha de carregar hua vara do dito Palio, principiando do Ouro Preto, thé a praça da Casa da Camara*, por cuja razão me ordenou o mesmo Senado participasse a v. mercê esta noticia, o que lhe servirá de aviso para que no mesmo dia pellas sete oras da manhã se ache v. mercê prompto na mesma Igreja para cumprir o referido, o que de v. mercê esperão por ser tão somente do serviço de Deus, e eu fico muito certo para servir a pessoa de v. mercê que Deus guarde muitos annos.

Villa Rica em Camara de 21 de maio de 1749 annos. De v. mercê muito certo criado e venerador, Manoel Rodrigues Franco. E não se continha mais em as ditas cartas que aqui registrei da propria, eu sobredito escrivão que escrevi e assignei.

Manoel Roiz Franco”. (Códice 54, C. V. R., fô-lhas 188).

Com o mesmo teor foram escritas mais seis cartas ás pessoas seguintes: — Domingos de Sá Rodrigues, Sargento mór Domingos de Abreu Lisboa,

Alferes Simão da Rocha Pires, Marcos Mendes, Pantaleão da Costa Dantas e Tenente João de Siqueira — *“para pegarem nas varas do Palio na Procissão do Corpo de Deus, da Praça da Caza da Camara thé Antonio Dias”*. (Cód. 54, C. V. R., fs. 188 v.).

Com o mesmo teor foram escritas mais seis cartas às pessoas seguintes: — Manoel Rodrigues de Oliveira, Manoel Gonçalves Ferreira, Alferes Antonio Rodrigues da Silva, Capitão José Corrêa Maya, Sargento mór José de Araujo Corrêa e Sargento mór Manoel Fernandes Cal — *“para ser um dos que ha de carregar hua vara do dito Palio, pegando nella em Antonio Dias thé a praça da caza da Camera...”* (Cód. 54, C. V. R., fls. 189 v.).

Com o mesmo teor foram escritas mais seis cartas às pessoas seguintes: — Capitão Gregorio de Matos Lobo, Manoel Gonçalves de Oliveira, Capitão Affonso da Torre, Antonio José de Lima, Capitão Custodio de Sá Ferreira e Nicolau Gonçalves — *“para pegarem nas varas do Palio na procissão do Corpo de Deus, da praça da Caza da Câmara athé recolher-se a Igreja Matriz do Ouro Preto, quando a dita vier já de volta de Antonio Dias...”* (Codice 54, C. V. R., fs. 190).

Se fôssemos alinhar todos os documentos, que comprovam o *estabelecimento da Casa da Câmara na Praça de Vila Rica*, se tornaria interminavel a seriação dos documentos.

Contudo, até agora, ainda não encontramos — *um só documento* — procurado desde 1709, com o qual se possa provar o contrário. Cremos *fortemente* documentadas as nossas asserções, e para concluirmos esta parte documental, deste nosso trabalho, vejamos mais alguns pequenos documentos que provam e pelos quais vemos que já era habitada a Praça de Vila Rica desde 1709.

“Casas do Doutor Manoel Manso da Costa Reis ou terras que o dito tem recolhido no seu quintal.

Termo de reconhecimento.

Aos oito dias do mez de junho de mil e setecentos e sessenta e nove annos nesta Villa Rica de N. S. do Pilar do Ouro Preto na rua de Santa Quiteria adonde foi vindo o Doutor José da Costa Fonseca, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca como Juiz do Tombo, em virtude de uma ordem Regia para recolher e tombar para esta Camara as terras ou casas do districto de Santa Quiteria, em virtude da referida ordem e ahi foram vistos uns fundos de terras que estão nos fundos das Casas que tem o Doutor Manoel Manso da Costa Reis na Rua Direita os quaes estão cercados de muros e mettidos por quintaes das ditas casas e examinando o dito Doutor Juiz do Tombo pelo Livro da Concessão feita a Santa Quiteria, achou que as terras que o dito Doutor Manso tem recolhidas em quintal são as doadas nullamente pela Camara a Capella de Santa Quiteria pelo que mandou e notificasse para a ver medir e tombar pena de revelia, e por não comparecer a sua revelia as mandou o dito Doutor Juiz do Tombo medir pelo medidor do Conselho Antonio Moreira Duarte de que para constar faço este Termo que assignou o dito Doutor Juiz do Tombo e procurador da Camara José Martins Conde. Eu Jorge Duarte Pacheco escrivão da Camara o escrevi. Costa Fonseca. Testemunhas: Antonio Nunes Vaz. — José Martins Conde”. (No mesmo Códice, fs. 341 v. — 343 v.)

“Registro de uma petição do Doutor Manoel Manso da Costa Reis, seu despacho informação e atestação e despacho final pelo qual se manda averbar um Termo de fôro neste Livro e folhas tresentas e trinta e tres e verso, para que fique sem efeito a antiguidade das casas, o não permite na forma da Ordem Regia da Sesmaria.

Aos doze dias do mez de junho de mil e setecentos sessenta e nove annos nesta Villa Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto em casas de morada do Doutor José da Costa Fonseca Ouvidor Geral e Corregedor da comarca como Juiz do Tombo

e sendo ahi pelo Doutor Manoel Manso da Costa Reis me foi dada uma sua petição com dous despachos nella proferidos requerendo-se que em virtude do dito despacho se registrasse neste Livro a dita petição, informação, attestação e despachos nella postos, dos quaes o seu teor é o seguinte: — *Petição* —

Diz Manoel Manso da Costa Reis que agora tem noticia que na diligencia, em que V. Mercê anda de recolher ao tombo da Camara desta villa os aforamentos que possuia a Irmandade de Santa Quiteria. lhe incluirea com foro o quintal e fundos das Casas que o Supplicante tem na Rua Direita, entendendo que o pagava e porque não teve nem deve ter segundo a ordem da concessão feita a mesma Camara em razão *de serem as ditas casas com o dito fundo as primeiras que se povoaram na dita rua ha mais de sessenta* — (1) — não pagando por isso o Pae do Supplicante o Doutor Manoel da Costa Reis nem o seu vendedor primeiro povoador nem assignado termo algum de fôro por mais que para isso foy rogado e instado pelo procurador da dita irmandade ainda a titulo de esmola para a dita Santa como é constante e se faz certo a vista dos Livros da mesma Irmandade conservados assim izenta de fôro algum a dita propriedade com o dito seu quintal em todo o tempo em que tem passado o lapso de trinta annos que segundo o Direito basta para senão entender outra cousa nem poder se innovar recorre e pede a V. Mercê se digne informar-se melhor a vista do referido e mandar evitando demandas que se layre termo porque fique sem effeito o aforamento que ordenou incluindo-se nelle isto para a todo tempo constar e do contrario protesta vista para embargos e em principio oferece esta E receberá mercê.

Despachos: — Informe o escrivão da Camara ouvindo o Thesoureiro de Santa Quiteria. Costa Fonseca.

(1) Se abatermos somente 60 anos de 1769, (data do tempo), teremos 1709.

Senhor Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca como Juiz do Tombo da Camara desta villa.

No toambo que fez a Irmandade de Santa Quiteria na consideração de que aquellas terras erão suas, acho no Termo dos foreyros os ditos assignados e suppostos que acho um termo a folhas cinco feito ao Pay do supplicante como senhor que era então daquellas casas além de ter a falta de assignaturas do Juiz e mais officiaes da Mesa da Santa falta-lhe o ser assignado pelo Pay do supplicante então dono das ditas casas e revendo eu a miscelania do livro da Santa em algumas parcellas que achei pagas de Foros áquella Irmandade não acho cousa alguma que pagasse o Pay do Supplicante nem o Procurador que o é ha muitos annos dá noticia de tal, antes diz que nunca pagou, é o que posso affirmar a v. mercê que mandará o que fôr servido. Villa Rica doze de Junho de mil setecentos e sessenta e nove. O escrivão da Camara e Tombo Jorge Duarte Pacheco. — Domingos da Costa Ferreira, Capitão mór do districto de Sam Bartholomeu por Patente confirmada por Sua Magestade Fidelissima que Deos guarde e Cavalleiro professo na Ordem do Christo &.

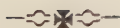
Attesto e faço certo aos que ao presente virem que vim para esta Villa Rica *em (1709) mil setecentos e nove muito antes de ser villa* e nesse tempo veyo a estas Minas o governador que era do Rio de Janeiro o Senhor Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho e compôr o levante que tinha havido entre os Reinões e Paulistas *e nesse tempo já achei as casas que são hoje do Doutor Manoel Manso da Costa Reis* que foram do Defunto seu Pay o Doutor Manoel da Costa Reis *que fazem frente para a rua direita descendo da Praça para Ouro Preto com fundo de quintal para a parte de Santa Quiteria terem naquelle tempo o mesmo terreno e fundos sendo a casa de pau e capim e dellas senhor um homem que me não lembro o nome e assim se conservaram de capim muitos annos até que o dito defundo decompoz e reformou pondo-as de telha o que sempre assim conheci sendo eu morador até o presente*

na praça desta villa a qual foi levantada vila pelo mesmo governador depois do dito tempo dois annos pouco mais ou menos e por essa razão sei e concertos que tive com o mesmo defundo que este nunca pagou foro das ditas casas o que assim affirmo debaixo de Juramento dos Santos Evangelhos e por me ser esta pedida a passei de minha Letra e signal Villa Rica dose de Junho de mil e setecentos e sessenta e nove, Domingos da Costa Ferreira.

Reconheço a Letra e signal da attestação supra ser tudo feito pelo próprio punho do Capitão mór Domingos da Costa Ferreira por ter da sua Letra e signal pleno conhecimento em fé do que faço o presente que assigno em publico e razo. Villa Rica a doze de Junho de mil setecentos e sessenta e nove em testemunho de verdade Patrício Pereira da Cunha — e neste logar estava o signal publico e razo.

Sr. Doutor Ouvidor Geral e Juiz do Tombo, da informação do escrivão consta que nem o supplicante nem seu antecessor pagou em tempo algum foro a Irmandade de Santa Quiteria do seu quintal nem reconheceu na verdade pelo não dever assim como não deve a sua propriedade *porque tudo possuido e povoado pelo antecessor do Pay do supplicante antes de erecção desta villa* e bastava o referido para não ter logar o aforamento a revelia e sem sciencia do supplicante que em tal não consente nem podia consentir e ha de vossa mercê servir-se mandar por evitar demandas a vista da dita informação e do mais que verbalmente lhe tem o supplicante feito patente declarar sem effeito o dito aforamento e que se faça disso outro termo á vista desta determinação e reclamação ou protesto do supplicante do parecer de vossa mercê indo nelle inserta essa mesma assignatura do supplicante que assim requer para mais firmeza do seu Protesto, requerimento e justiça, deferindo-lhe v. mercê assim com o que constar e para abono do que diz ajunta mais a attestação e informação e receberá mercê. — Vista a informação e attestação junta o escrivão da Camara venha perante mim com o livro do Tombo para se lavrar termo de izenção de fôre que lhe foi imposto no quintal das casas de que se

trata na dita averiguação da certeza da sua izenção pela sua antiguidade. Villa Rica doze de Junho de mil setecentos e sessenta e nove. Costa Fonseca. Em virtude do que mandou a mim escrivão o dito doutor Juiz de Tombo, que lavrasse este termo de izenção de fôro dos sobreditos fundos das casas do supplicante e que averbasse o termo referido, de que para constar assignou o dito Doutor Juiz do Tombo e a parte, por constar de documentos aqui transcritos. Eu Jorge Duarte Pacheco escrivão da Camara o escrevi. Costa Fonseca. — João Martins Conde. — Manoel Manso da Costa Reis. — (Consta do Códice n. 59, S. C. G. V. R., fs. 333).



O INSTITUTO HISTÓRICO E OS INCONFIDENTES



O INSTITUTO HISTÓRICO E OS INCONFIDENTES

Segundo se anuncia, já estão tomadas as providências relativas ao embarque, para Lisboa, de onde serão para aquí enviados os despojos dos inconfidentes desterrados por motivo da conspiração descoberta em Vila Rica, em 1789, e que morreram nos lugares para onde os mandou o governo de Portugal. Abrandou, assim, a Rainha o rigor da Alçada que os havia condenado ao suplício da forca, do qual, apenas, padeceu o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por Tiradentes.

Casa votada ao cultivo da história, serena e imparcial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1846 tem cuidado do acontecimento que irrompeu nas Minas Gerais, por ocasião da cobrança do dízimo do ouro.

Naquele remoto ano, o Instituto reclamava que por intermédio dos agentes diplomáticos brasileiros se procurasse alcançar das colônias e presídios portugueses na África notícias sobre os desterrados que lá morreram.

A principal história da insurreição, com abundância de documentos, inclusive os depoimentos dos conjurados, escreveu-a Joaquim Norberto de Souza e Silva, que foi presidente da quasi secular instituição.

O saudoso cronista da cidade, Dr. José Vieira Fazenda, que por largos anos exerceu o cargo de bibliotecário do Instituto, escreveu, em vários jornais e revistas, uma série curiosíssima de artigos sobre o local do suplício de Tiradentes, artigos estes juntos aos que o Instituto inseriu na sua *Revista*, em um dos cinco volumes que tomaram o título de *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*.

No regime extinto, sob a presidência do imperador D. Pedro II, realizou-se uma sessão consagrada a *Tiradentes*, dizendo ali o Visconde de Taunay que a força de *Tiradentes* era o monumento mais alto da História do Brasil.

Presidida pelo Imperador Pedro II, o Magnânimo, realizou o Instituto Histórico em 4 de Julho de 1889 uma sessão comemorativa do centenário da morte de Claudio Manuel da Costa, tendo falado Joaquim Norberto, o Visconde de Taunay e outros.

Na sessão de 21 de Abril de 1922, o Sr. Conde de Affonso Celso, presidente perpétuo, discorreu longa e proficientemente sobre o malogrado alferes Silva Xavier. Exaltou o nobilíssimo procedimento que ele teve, sobretudo na fase final do processo, isentando de culpa a todos os seus companheiros e querendo que a responsabilidade exclusiva recaísse, com o rigor do castigo, sobre a sua pessoa. Enquanto na hora em que se procedia à leitura da sentença os outros se acovardavam *Tiradentes* pedia-lhes perdão por tê-los envolvido na rebelião e caminhou sereno para o patíbulo.

No ano seguinte, o mesmo eminente Conde de Affonso Celso voltou a tratar do assunto e referiu que dois dos conjurados de Minas, cumprido o tempo de desterro voltaram ao Brasil, foram sócios do Instituto Histórico e conseguiram se eleger à Assembléia Constituinte de 1823. Foram eles o conselheiro José de Rezende Costa, e o cônego Manuel Rodrigues da Costa. Por informação do primeiro, soube o Instituto que a Rainha D. Maria I quiz perdoar todos os réus condenados a degredo, mas foi disso demovida por seus conselheiros.

Referiu o atual Presidente do Instituto que o poste de ignomínia levantado em Vila Rica, no lugar da casa habitada por *Tiradentes*, casa arrazada e salgado o respectivo solo, conforme a sentença, foi derrubado pelo povo, antes da Independência, erguendo-se no local outro edificio. E descreveu com grande relevo o papel representado pelo negro Nicoláu, escravo de um dos conjurados, o coronel Domingos de Abreu Vieira, que acompanhou seu senhor no cárcere e com ele seguiu para o exílio.

Neste seu último discurso, o Conde de Affonso Celso, aplaudidíssimo, propôs o levantamento de arco triunfal em homenagem a *Tiradentes* nele avultando o preto a dous belos vultos simbólicos:

“O de um negro cativo e o de uma mulher freira”.

São: 1º — Nicoláu, o fidelíssimo escravo de Domingos Vieira, significando as virtudes e o concurso da raça africana na civilização material e moral do Brasil; 2º — Joanna Angelica, a religiosa assassinada pela tropa lusitana, na Baía, em fevereiro de 1823, representando as mesmas virtudes e o mesmo concurso, por parte da mulher e da religião. Propunha mais o Conde de Affonso Celso que o arco triunfal se erguesse no terreno tomado ao oceano, onde se encontra hoje a Avenida das Nações. No frontespício desse arco devia se ler: *“Gratidão da Pátria aos mártires e precursores da Independência imorredoura e intangível, como a união e a integridade nacionais!”*

O Sr. Afranio de Mello Franco, sócio efetivo, a convite ainda do Conde de Affonso Celso, realizou a 5 de Junho de 1929 uma erudita e brilhantíssima conferência sobre Claudio Manuel da Costa, comemorando o bi-centenário do seu nascimento. Descreveu assim o conferencista a figura daquele inconfiante.

“Natureza romântica, temperamento pacato, alma idealista, caracter melancólico, a sua participação no movimento projetado nunca seria pela ação direta, mas, sim, unicamente, pelo espírito, pela palavra, pelos sentimentos e pela fé na vitória pacífica dos princípios”.

Em 15 de Março de 1932, o erudito consócio Dr. Nelson de Senna dirigiu ao Ministério das Relações Exteriores uma longa comunicação, em que sugeriu fossem encaminhadas ao Instituto Histórico cópias de todas as peças obtidas das autoridades portuguesas com o fim de promover a vinda dos restos mortais dos inconfiantes que foram degredados para África.

Em Janeiro de 1935 o Ministério das Relações Exteriores oficiou ao Instituto Histórico enviando cópia da comunicação do consul brasileiro em Dakar, relativa ao encontro dos restos mortais de inconfiantes mineiros exumados em Cachéu, na Guiné portuguesa.

Pelo seu Presidente perpétuo, Sr. Conde de Affonso Celso, o Instituto respondeu, citando o que a respeito daqueles mortos no desterro escreveu o príncipe dos nossos historiadores, Francisco Adolpho de Varnhagen:

“Os degredados para Angola partiram do Rio de Janeiro e por lá vieram a morrer sem que até hoje, ali, patriotas

tenham procurado fazer que voltem seus ossos a abrigar-se na terra pátria”.

E terminou o Conde de Affonso Celso, referindo que o Ministério das Relações Exteriores se recomendaria mais ainda ao reconhecimento nacional, atendendo ao sugerido ha tantos anos pelo Instituto e por Varnhagen.

A repatriação dos ossos dos inconfidentes mineiros foi, como se vê, mais uma campanha do Instituto, prestes a atingir a derradeira etapa, com a próxima chegada das urnas que encerram aqueles preciosos despojos.

TIRADENTES E O INSTITUTO HISTÓRICO

Ha 140 anos, subia ao patíbulo, armado no antigo Campo de São Domingos, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido pelo Tiradentes, único dos insurretos da Inconfidência Mineira, que sofreu a pena última, pois, como se sabe, os seus cúmplices tiveram comutado o castigo para o desterro, do qual mais de um conseguiu regressar ao Brasil.

O Instituto Histórico, fiel às suas tradições e ao seu programa, tem-se occupado bastante da figura do martir da República, conforme se vê das páginas da sua *Revista*. Nessa publicação, de incontestavel valia, se encontram largos subsidios de Joaquim Noberto que, ao tempo da publicação da sua *História da Conjuração Mineira*, a primeira dada à luz sobre o acontecimento, era presidente do Instituto; a correspondência official acerca do movimento patriótico, o *fac-simile* da assinatura do martir e todos os curiosos artigos que a respeito de Tiradentes e do lugar controvertido do seu suplicio escreveu, em número de oito, o saudoso historiador da cidade, dr. Vieira Fazenda (*Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, tomo 86).

Desde o regime extinto, o Instituto Histórico se interessa pela figura de Tiradentes.

Em sessão que teve a assistência do Imperador, foi prestada justiça à memória da grande vítima, havendo por essa ocasião dito o Visconde de Taunay que a forca de Tiradentes era o monumento mais alto da História do Brasil.

E não é só isso: na sessão de 21 de Abril de 1922 (tomo 98, págs. 392-395) o sr. Conde de Affonso Celso, Presidente

perpétuo do Instituto, falou sobre o assunto, voltando no ano seguinte a ocupar-se dele de novo.

São dois curiosos discursos merecedores da publicação que agora fazemos.

O primeiro é o seguinte:

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpétuo*) diz que o Instituto Histórico, guarda zeloso das tradições nacionais e permanente paladino de suas glórias, se associa de coração às homenagens hoje prestadas à grande memória do alferes do exército, não de milícias como erradamente se tem escrito, Joaquim José da Silva Xavier, por antonomásia — o TIRADENTES.

É tanto mais sincera esta manifestação quanto do grémio do Instituto já se elevaram numerosos preitos aos Inconfidentes.

Dois deles, José de Rezende Costa e o cônego Rodrigues Costa, foram sócios do Instituto, admitidos em 1839.

Sócio do Instituto, mais tarde seu presidente, era Joaquim Norberto de Souza e Silva, quando, ha 62 anos, escreveu a *História da Conjuração Mineira*.

A memória de Tiradentes, apesar de tentativas iconoclastas, quasi sacrílegas, mas tão temerárias, quão inócuas, para detrái-la, refulge, cada vez mais, com o correr do tempo.

Bastava, para isso, o fato de haver ele sonhado a Independência da pátria e de a tal sonho ter sacrificado a vida.

Leia-se, porem, o seu processo, leia-se o que consta da *Revista do Instituto* (tomo 8º, 1845, págs. 297 e seguintes; tomo 64, 1902; parte 1ª, págs. 85 e seguintes; tomo 68, 1903, parte 1ª, págs. 285 e seguintes, e verificar-se-á que Tiradentes — *pobre, sem respeito e louco*, como dele atestava Gonzaga, se portou sempre com a maior dignidade e patriótica sobrançeria, dando nobres exemplos a seus companheiros de infortúnio — sacerdotes, homens de letras, funcionários de elevada situação.

Refere o insuspeito Visconde de Porto Seguro, baseado em documentos oficiais, que Tiradentes assim se exprimia: "*É pena que uns países ricos se achem reduzidos à maior miséria, só porque a Europa, como esponja, lhes estivesse chupando toda a existência; e os excelentíssimos generais de tres em tres anos tiveram uma quadrilha a que chamavam criados, os quais, depois de comerem a honra, a fazenda e os ofi-*

cios, que deviam ser dos habitantes, saíam rindo-se deles.”

Ou então: “São os cariocas homens vis e covardes, porque suportavam o jugo dos vices-reis.”

Ou ainda: “Os cariocas americanos eram fracos, vis, e de espirito baixo, porque podiam passar sem o jugo que sofriam e viver independentes do reino e o toleravam.”

“Por esta descomedida ousadia, com que mostrava ter totalmente, perdido o temor da Justiça, era Tiradentes reputado por um herói entre os conjurados”, declara textualmente a sentença condenatória.

Sim, como verdadeiro herói e com aquele desassombro exalçou o character brasileiro!

Herói tambem dos mais dignos de consagração épica, revelou-se ao ser supliciado — conforme a narrativa de Varnhagem.

Ouviu a leitura da sentença de morte, com toda a serenidade, enquanto os companheiros se acobardavam e humilhavam; cheio de abnegação, pediu perdão aos outros por havê-los comprometido e chegou a dizer que estimava pagar sozinho as culpas de todos.

Caminhou firme e impávido para o patíbulo.

O carrasco, ao vestir-lhe a alva, pediu perdão do que ia fazer.

— “Oh! meu amigo, exclamou Tiradentes, deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés, tambem o nosso Redentor morreu por nós.”

Tres vezes rogou ao algoz que abreviasse a execução e, olhos fitos na imagem do Crucificado, recebeu a horrivel morte como um justo, com um martir, como um santo. Relata mais a sentença, que, interrogado sobre se queria promover um levante na capitania, Tiradentes atalhou: *eu queria era restaurar a terra* e a sentença qualifica esta frase como expressão infame.

Restaurar a terra — expressão infame?! Não! muito ao contrário, programa sublime, é a aspiração do instinto, e a de todos os bons brasileiros dando-se ao vocábulo — restaurar — a lúdima significação de reparar, reformar, concertar, melhorar.

Por tudo isso, o Instituto tem contribuido para a glorificação de Tiradentes, julgando-o uma das nossas sumidades históricas, uma das figuras paradigmatis da nossa ação moral e cívica, um dos nossos vultos sagrados, perante os quais

deve prostrar-se comovida e grata a veneração nacional (*Grandes aplausos*).

O segundo discurso (a 20 de Abril de 1923, tomo 94, págs. 470-479) é o que se segue:

“A palestra inicial deste ano diz respeito a Tiradentes, já porque a data da reabertura das sessões coincidiu com a da véspera do suplício do grande herói, já porque, glorificando a Independência não fora lícito ao Instituto esquecer o mais insigne precursor dela, como em 1917 não esqueceu os mártires pernambucanos de 1817, nem em 1924 esquecerá os da Confederação do Equador, nem a promulgação da primeira Constituição, nem, em 1825, o reconhecimento de Independência por Portugal e o nascimento do Imperador.

Claro está que, no exíguo âmbito de uma palestra, não caberá fazer estudo completo e novo da Inconfidência e do seu protagonista, dos quais ha mais de um século se ocupam cronistas, historiadores, jornalistas, oradores e que inspiraram poetas, dramaturgos, músicos, escultores, pintores, publicistas, artistas de todo gênero, fazendo cada vez mais avultar e realçar a bela, alta, nobre figura de Tiradentes.

Nem lhe faltaram Erostratos e inconoclastas, buscando temerariamente detrái-la e derrubá-la.

Pedradas contra estrelas!

Ainda ha quem negue a Christo a fundação do Christianismo e até que Napoleão tenha existido.

Mas alguns ataques assemelham-se a gilvazes em certas faces ou a vestígios de metralha em inderrocáveis fortalezas; são atestados vivos de resistências, de valor, de força, de glória.

Assinalá-las importa encarecer o mérito de quem as recebeu.

O objetivo da palestra de hoje consiste apenas em provar, que para a canonização cívica de Tiradentes, nenhuma corporação, nenhum particular tem contribuído mais do que o Instituto, que, aliás, cumpriu assim o seu dever e a si próprio se honrou, honrando o legendário patriota mineiro.

Com efeito, quem percorrer a *Revista*, repositório das elocubrações do Instituto, reconhecerá que este, desde que se inaugurou, dedicou especial atenção à Inconfidência e a Tiradentes — objetos de nada menos de 15 longas publicações, na mesma *Revista*, sem falar em trabalhos avulsos de não poucos consócios.

Logo, em 1839 (o Instituto instalou-se a 1 de Outubro de 1838), o desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, relator da Comissão de História, ofereceu à associação cópia da sentença de 18 de Abril de 1792, que condenou os Inconfidentes.

Viviam ainda, a esse tempo, dois deles, o então conselheiro José de Rezende Costa e o cônego Manoel Rodrigues da Costa, que haviam voltado ao Brasil, após longo e penoso exílio, fizeram parte da Constituinte de 1823 e foram ambos membros do Instituto.

Por proposta do cônego Januario da Cunha Barbosa, foi a cópia da sentença remetida ao conselheiro Rezende Costa, afim de que este fizesse o histórico do movimento do qual havia sido uma das personagens.

Rezende Costa deu conta da incumbência em carta inserta no 1º tomo da *Revista*.

Alem do próprio testemunho, trouxe a de seu companheiro, o cônego Manoel Rodrigues da Costa.

Na sessão de 25 de Janeiro de 1840 (volume 2º, pág. 145) leu-se o parecer da Comissão de História, assinado por Silva Pontes e Candido José de Araujo Vianna, depois Marquês de Sapucaí, parecer que assinalou dois fatos, baseados na informação do cônego Rodrigues da Costa, infelizmente não publicada:

1º, a rainha d. Maria I quiz perdoar todos os réus condenados a degredo, porem foi disso demovida por seus conselheiros; 2º, o dia da morte de Tiradentes, martir da Pátria, foi de gala e regosijo públicos, mas as demonstrações em tal sentido extorquiui-as a prepotência dos governantes, cujo desagrado poderia ter como consequência a quem nele incorresse sorte igual à de Tiradentes.

Propôs a Comissão que se pedisse ao presidente de Minas lista completa e biografia dos comprometidos na conjuração e que, por intermédio dos agentes diplomáticos brasileiros, se procurasse alcançar das colônias e presídios portuguezes notícias sobre os desterrados, que quasi todos lá morreram.

Propôs mais que fossem elevados a sócios honorários o conselheiro Rezende Costa e o cônego Rodrigues da Costa, por ser essa, — declarou — a única distinção mais pronta, com que o Instituto Histórico podia significar a muita especial estima e consideração que lhe inspiravam os dois únicos sobreviventes da patriótica tentativa de 1789.

Só mais tarde, foram esses trabalhos estampados na *Revista* de 1846 (tomo 8º) acompanhados da sentença da Alçada.

Antes, porem, publicou a *Revista* no tomo 3º (1841) extratos da correspondência de Thomaz Jefferson a José Joaquim da Maia, assunto atinente à conjuração.

No tomo 8º (1846) reproduziu-se a carta do conselheiro José de Rezende Costa, que, valetudinário, aos 74 anos de idade, conforme alegou, não pudera escrever a narrativa do que presenciara, mas adotou a de Robert Southey, traduzindo-a, com aditamentos e notas.

A redação da *Revista* observa que, em 1846, estavam mortos o conselheiro e o cônego, sendo que a notícia deste corrobora a daquele.

A de Southey, embora concisa, é toda favorável a Tiradentes, principal motor da conjuração.

Acentua-lhe a prioridade da idéia, as indicações valiosas, a atuação preponderante, o nobre procedimento para com Gonzaga, de quem, inimigo pessoal, proclamou os méritos e a quem procurou inocentar.

Ao trecho de Southey, segue-se na *Revista* a relação dos implicados no levante, dos condenados à morte, dez a degredo perpétuo, dez a degredo temporário, dous absolvidos, dos cinco sacerdotes remetidos presos para Lisboa.

Muito curiosas as notas de Rezende Costa!

Afirma ele que o plano libertador era antigo.

Tiradentes concebera-o e propugnava-o desde o governo de Luiz da Cunha e Menezes, a quem foi feita denúncia, mas ele a desprezou.

Traz dados biográficos dos principais conjurados.

Refere que o poste de ignomínia levantado em Vila Rica, no lugar da casa habitada por Tiradentes, casa arrazada e salgado o respectivo solo conforme a sentença, o povo a derribara, com aplauso geral, antes da Independência, ao instalar-se o Governo Provisório, e que, no local, se erguera novo edificio.

Narra e encarece a extraordinária fidelidade e rara dedicação de Nicoláu, escravo do coronel Domingos de Abreu Vieira.

Nicolau espontaneamente acompanhou na prisão o seu senhor, septuagenário e doente, sofrendo com ele todos os horrores do cárcere colonial, prodigalizando-lhe carinhosos cuidados e seguindo-o ao degredo, onde, com ele, faleceu.

O conselheiro Rezende Costa e seu pai, o capitão do mesmo nome, haviam sido processados e condenados, pelo seguinte: sabendo o capitão que, entre os planos do movimento, estava o de criar uma Universidade em Vila Rica, esperava que essa Universidade se fundasse para nela matricular o filho, em vez de mandá-lo para Coimbra.

Por isso foram os dois, pai e filho, sentenciados à força, pena depois comutada para a de dez anos de degredo, em pontos afastados um do outro.

O cônego Manuel Rodrigues da Costa, regressando ao Brasil, depois de longa prisão em Lisboa, revelou-se homem de notável iniciativa industrial e de obras públicas; foi um dos promotores da Independência.

Deputado à Constituinte e à Assembléia Legislativa de 1826, hospedou d. Pedro I, que muito o apreciava, na segunda viagem do imperador, esta com a imperatriz, a Minas; morreu em avançada idade, várias vezes agraciado pelo Governo, geralmente venerado.

Da sentença publicada no tomo 8º da *Revista*, vê-se que os Inconfidentes, todos homens de elevada distinção, o escolhe de sua quadra, exalçam Tiradentes, proclamando-o chefe, cabeça, herói, o primeiro.

A própria sentença o reconhece, cobrindo-o embora de epítetos ultrajantes, por haver concebido e procurado realizar o infame crime de depor o *suavíssimo e iluminadíssimo*, diz a sentença, regime de metrópole, reservando para si os encargos de maior perigo e responsabilidade, como o de cortar a cabeça ao governador, Visconde de Barbacena (Luiz Antonio Furtado de Mendonça), o que o acusado negou, ou de prender o mesmo governador, expeli-lo da capitania.

Asseverou-se mesmo que propusera dar-se ao Visconde de Barbacena, deposto, um sítio em que ele pudesse viver com a família, visto como lhe seria impossível, decaído e derrotado, voltar a Portugal.

De todos os depoimentos ressalta o desassombro, a dignidade, a abnegação, a coragem de Tiradentes, profligando os abusos do governo colonial, afrontando sereno os ministros da metrópole, que ele sabia implacáveis e destituídos de escrúpulos, pois, 70 anos antes, um deles, em Minas, sem jurisdição, conforme confessou, mandara esquartejar o revoltoso Philippe dos Santos, atado à cauda de quatro cavalos bravios.

Resulta igualmente a prova de generosidade de Tiradentes, já do seu procedimento para com Gonzaga, já das circunstâncias, constantes do processo, das coisas cavalheirasas que fazia, como pagar nas hospedarias a despesa de um companheiro de viagem, a quem queria catequizar para a causa da revolução.

O tomo 30, da *Revista* (1867), traz a correspondência do vice-Rei Luiz de Vasconcellos, na qual nada se encontra em desabono do character de Tiradentes, e, onde, ao contrário, o denunciante Joaquim Silverio é qualificado de homem disposto a qualquer maldade.

Tão somenos conceito formava o vice-Rei de Joaquim Silverio, que, apesar da denúncia, o mandara prender, ao mesmo tempo que a Tiradentes.

Os volumes 32, 37 e 40, da *Revista* (1869, 1874 e 1877), contêm documentos officiaes do dito Luiz de Vasconcellos, do Conde de Rezende e do Visconde de Barbacena, sobre a conspiração.

Nenhuma palavra de tais documentos deprime Tiradentes, a quem reconhecem talento e habilidade.

Apenas se lhe argue o crime-político das *blasfêneas do alferes*, ao passo que a Joaquim Silverio chamam-no homem de mau coração, orgulhoso, perseguido de inimigos que o seu gênio lhe havia grangeado.

No volume 44 (1881) o sr. Joaquim Norberto procura refutar as objeções levantadas contra o modo pouco simpático e parcial como tratara Tiradentes, no livro — *História da Conjuração Mineira*.

Nô artigo intitulado — *O Tiradentes perante as testemunhas oculares do seu tempo* — declara o sr. Joaquim Norberto que, por longo prazo, foi entusiasta de Tiradentes, mas que deixou de o ser, porque, na prisão, Tiradentes, devido a várias influências, se transformara em místico, chegando à humilhação de beijar as mãos e os pés do algoz negro que o supliciou.

Felix culpa! Beata, beatissima culpa!

Alem de que o fato em nada diminue o anterior procedimento de Tiradentes, patenteou apenas a sinceridade de suas convicções religiosas, peculiares à sua família, pois tivera dois irmãos sacerdotes.

Nesse lance, como em outros, Tiradentes se iguala a Joanna d'Arc.

O modo sublime como Tiradentes agiu, desde a leitura da sentença, em que só ele foi considerado indigno da real clemência, até a consumação do martírio, — o que arrancou lágrimas ao próprio carrasco e conceitos de alta admiração ao frade que o acompanhou à forca, frei Raymundo de Pennaforte — consta do mesmo tomo 44 da *Revista*.

O testemunho desse frade, que narrou os últimos momentos do condenado, mostra, apesar das reservas e cautelas que o narrador foi obrigado a empregar, que a morte de Tiradentes se equipara à tão celebrada morte de Sócrates, à dos maiores santos e mártires christãos, e imitou a do próprio Jesus, que, depois de haver oferecido uma das faces ao esbofeteador da outra, implorou pelos seus verdugos: Perdoalhes, Senhor; eles não sabem o que fazem.

No tomo 55, de 1892, página 400, o erudito Vale Cabral reproduz os atos que concederam honrarias e recompensas ao denunciante Joaquim Silverio, a quem se perdoou o alcance de mais de 167 contos de réis contra o Erário Público, o que prova a importância que a Corte de Lisboa ligou à denúncia.

Os denunciados haviam sido tres, todos portuguezes, mas os dois outros, tenente-coronel Basilio de Brito Malheiro e o mestre de campo Ignacio Corrêa Pamplona, se não alcançaram galardão, jazem no olvido, sem o opróbrio que avulta a memória de Joaquim Silverio e em que eles também incorreram.

As honrarias e recompensas outorgadas a Joaquim Silverio não impediram o desprezo geral que o cercou, a ponto de fazê-lo mudar de nome, como mudara de residência, saindo de Minas, até que morreu obscuramente, no Maranhão.

O volume 64, de 1901, encerra longo trabalho, do Barão Homem de Mello, que atentamente examinou na Biblioteca Nacional os autos de duas devassas, a de Minas e a do Rio de Janeiro, auxiliado por Teixeira de Mello.

O confronto do original da sentença com a cópia publicada no tomo 8º da *Revista* mostra que, nesta última, houve muitos erros, omissões, troca de nomes.

Efetuoou o barão Homem de Mello as necessárias correções e publicou a sentença assim retificada.

Em seguida, publicou termos de sequestro dos bens dos Inconfidentes, diligências cujos autos pertencem ao Instituto Histórico.

Os bens que mais avultaram foram os da importante biblioteca do padre Luiz Vieira da Silva, cônego de Sé de Mariana e composta de livros teológicos, canônicos, de história, literatura e jurisprudência.

Revelou essa biblioteca o que se lia em Minas, no fim do século XVIII.

Extraviaram-se quasi todos os livros confiscados, cujo catálogo a *Revista* publicou, de sorte que, a Fazenda Publica, após 96 anos de trâmites processuais, deles apurou apenas 27\$150, tendo sido a primitiva avaliação de cerca de 800\$000.

Publicou ainda o Barão Homem de Mello a devassa sobre a vida de Gonzaga; o estado das famílias dos Inconfidentes, onde se lê que Tiradentes teve uma filha natural, chamada Joaquina.

Publicou mais o *fac-simile* das assinaturas dos mesmos Gonzaga e Tiradentes, do cônego Vieira da Silva e de Joaquim Silverio.

No tomo 66 (1904), pág. 285, acha-se o inventário e partilha dos bens deixados pela mãe de Tiradentes, sendo inventariante seu marido, Domingos da Silva Santos.

Certifica o inventário que estava Tiradentes na infância quando perdeu a mãe; era o quarto dos sete filhos do casal regularmente abastado para a época.

O tomo 53 da *Revista* (1889) é inteiramente consagrado à comemoração do centenário de Claudio Manuel da Costa.

O volume é dedicado ao Imperador e na dedicatória se diz que d. Pedro II, rei constitucional liberal, se associava sempre às gloriosas aspirações do século e às nobres idéias da pátria, e que as gerações passadas jamais preveriam que um monarca nascido na América, assistiria do alto do seu trono e como presidente de uma associação destinada a honrar as glórias nacionais, à reabilitação de um dos mártires da liberdade brasileira, autor do lema: *Aut libertas aut nihil*.

Presidiu à sessão, de 4 de julho do mencionado ano, o sr. Joaquim Norberto, iniciador da comemoração, e que, em belo discurso, verberou o regime colonial e exaltou o movimento que ideara uma pátria independente, lhe dera um congresso legislativo: pensara em uma Universidade; criara uma formosa bandeira; e que, denunciado por traição venal, produzira a prisão e o confisco dos bens dos conjurados, a quem roubaram o teto e o pão da família, sendo que um deles morreu no patíbulo, outro se suicidou misteriosamente no calabouço; dois expiraram nas masmorras; muitos se extinguiram

penosamente no exílio, e dois apenas voltaram à pátria estremecida, vendo, porem, realizados os sonhos pelos quais tanto sofreram.

Disse o sr. Joaquim Norberto que era preciso acatar a memória desses gloriosos predecessores e protestar contra a ignomínia que padeceram.

Recordou a frase de Joaquim Manuel de Macedo; o cada-falso foi ordenado bem alto, segundo a sentença, para que o visse a posteridade.

Concluiu, acentuando o entusiasmo com que o Imperador acolhera a deliberação do Instituto de glorificar um martir da liberdade.

O discurso do orador oficial da sessão, Alfredo d'Escragnotle Taunay, depois Visconde de Taunay, é todo um bino à Inconfidência e a Tiradentes, celebrando-lhe o amor violento, incedível, à terra natal, "Sansão sem cabeleira, a querer aluir as maciças columnas de obscurantismo e de prepotência, cujos alicerces haviam sido amalgamados pela mão dos séculos".

E pintou-o, a subir, um a um, os degraus da mística escada que leva aos céus — a pátria das santas intenções e das idéias puras.

Tambem, quando assomou no topo da elevadíssima forca, pareceu tão grande a quantos então o contemplavam, tão grande ante todos os símbolos do poder humano, que uma conturbação imensa apertou o coração dos mais obsecados e empedernidos, infundindo-lhes revolto pressentimento: "Aquele que vai morrer é o triunfador: nós, nós somos os abatidos, nós os condenados".

E o instrumento do ignobil suplicio se alterou tanto, que domina, e para todo o sempre, dominará a História brasileira, tendo ante si aniquilada a lei que o levantou.

Terminou, aludindo aos progressos da humanidade que, com júbilo e orgulho, presenciava o espetáculo de todas as liberdades alí confraternizando, e o de um soberano, descendente de reis e imperadores, a inclinar-se reverente e agradecido como a assembléia inteira, ante os vultos dos predecessores da Independência, sagrados pela morte violenta: Claudio e o alferes Silva Xavier.

Joaquim Norberto e o Imperador, todos, aplaudiram.

E foi a última sessão solene desse gênero no Instituto a que Sua Majestade assistiu — digno remate de outras igualmente magníficas, porem não tão significativas.

Destas peças do processo histórico de Tiradentes, editadas pelo Instituto e palidamente ora resumidas, deduz-se indiscutivelmente o seguinte:

Homem do povo, oficial subalterno, sem cultura regular, Tiradentes foi uma inteligência vivaz, empreendedora, de capacidades múltiplas, iluminada por extraordinárias intuições antecipadoras do futuro:

Foi coração benfazejo, cavalheiresco, magnânimo:

Foi character varonil-intrépido, abnegado, franco, leal, íntegro, modelarmente patriota, capaz de todas as energias e de todos os sacrifícios pelo bem.

Teve vida exemplar de trabalho e honra, coroada por morte sublime pelo Brasil.

Atestam-no os contemporâneos, os companheiros de infortúnio, os juizes que o condenaram, as autoridades da época, a tradição secular, historiadores, críticos eminentes, nacionais e estrangeiros, investigadores do passado, a voz do povo, eco de voz divina.

E', pois, um desses heróis, super-homens, lustre de sua nação e cuja psicologia e influência na marcha da humanidade Carlyle estudou, chamando-lhes condutores da multidão, modeladores, figuras gigantescas e majestosas, criadoras de tudo quanto a massa geral dos homens tenta realizar na terra, fontes vivas de esforço e de luz, — luz, a esclarecer as trevas do destino, mais do que lâmpada momentaneamente acesa, luz permanente, guiadora, animadora, confortadora, reflexo da luz celestial.

Reconheceu-o a consciência nacional com honra para o Brasil, tributando a Tiradentes todas as possíveis homenagens de veneração e reconhecimento.

Repetem-lhe o nome as gerações; celebraram-no tribunos, estadistas, escritores; inspirou artistas de todo gênero.

Desde 1867, elevou-se-lhe em Ouro Preto uma coluna de glória, no lugar onde figurou o posto de sua ignomínia.

Hoje alteia-se soberbo monumento com a sua estátua.

A cidade chamada outrora d'El-Rey, o município onde ele nasceu, ufanam-se agora de usar o nome dele; o mesmo nome abençoado conferiram-no poderes públicos a um navio de nossa Marinha de Guerra, a escolas, praças e ruas de nossos principais núcleos de vida urbana; o dia 21 de Abril, data do suplício, é hoje de festa nacional.

Não basta, porem.

Os antigos erigiam, mais do que estátuas, arcos de triunfo, com baixos relevos e inscrições, para consagrar a lembrança de feitos particularmente memoráveis, glória de excepcional vencedor.

Mereceram-no Scipião, o Africano, Fabio Maximo, Tito, Sétimo Severo, e, mais modernamente, Luiz XIV e Napoleão.

A memória das sangrentas conquistas deste último, dedicaram-se os dois tão famosos, do Carroussel e da Estrela.

No da Estrela gravaram-se os nomes de 386 generais das guerras da República e do Império.

Sob ele jazem hoje os despojos do soldado desconhecido.

Tiradentes merece um arco de Triunfo, em que se insculpam também os nomes dos seus companheiros de ideal e de sofrimento, o de Philippe dos Santos, os dos mártires da Revolução Pernambucana de 1817, o de todos quantos pagaram com a vida o protesto e a revolta contra a metrópole madrasta que, na frase insuspeita de Oliveira Martins, tudo sugava da colônia que a sustentava, e era tratada como vil feitoria.

No arco triunfal de Tiradentes deve avultar o preito a dois belos vultos simbólicos:

O de um negro cativo e o de uma mulher freira.

São: 1º — Nicolau, o fidelíssimo escravo de Domingos Vieira, significando as virtudes e o concurso da raça africana na civilização material e moral do Brasil; 2º — Joanna Angelica, a religiosa assassinada pela tropa lusitana, na Baía, em Fevereiro de 1823, representando as mesmas virtudes e o mesmo concurso, por parte da mulher e da religião.

O Instituto Histórico, promotor da estátua de José Bonifacio, nesta Capital, deve assumir a idéia, solicitando a coadjuvação das autoridades federais, estaduais, municipais, da imprensa e do povo.

Vencerá nesse patriótico empreendimento, como em tantos outros tem vencido.

E o arco triunfal de Tiradentes levantar-se-á no terreno tomado ao oceano, onde, comemorando o Sete de Setembro, presentemente pompeia a Avenida das Nações.

E no seu frontespício ler-se-á: *Gratidão da Pátria aos mártires, heróis e precursores da Independência imorredoura e intangível, como a União e a Integridade nacionais (Aplausos prolongados).* — *Diário Oficial* de 3 de Maio de 1932.

BIBLIOGRAFIA

POR

Max Fleiuss



A OBRA POÉTICA DE FELIX PACHECO

Em 1932, deu-nos Felix Pacheco a edição definitiva — em duas partes — de suas *Poesias*. — *Variações sobre a Beleza* e — *Armorial do Sonho*.

Dos primeiros aos últimos versos, passam mais de tres décadas, mas o seu simbolismo nunca deixou de acentuar-se, já sob a forma parnasiana, já no fundo arcádico do romantismo.

Fiel à arte de “bem escrever sem rima”, fez tentativas e incursões no “mobil campo do metro vário”, muito antes da grande voga da moderna escola de poesia.

Os absorventes labores do jornalismo, do parlamento, da alta administração, como se justifica no limiar dessa edição, *ne varietur*, só tarde deixaram, contudo, algum lazer para — “limar e repolir convenientemente as produções que andara compondo às pressas e imprimindo no atropelado correr dos anos”.

A mor parte da obra veste a forma poética do soneto, cuja difícil técnica Felix Pacheco conhece e maneja, habilmente, como o mais fino cinzelador.

Os poetas da moderna geração não escondem a antipatia que lhes inspira o soneto, que, sem embargo, constituirá sempre a glória imortal de Heredia, Arvers, Camões, Petrarcha e Baudelaire. Gabam-se até de haver-lhe passado a certidão de óbito com o último psalmo do *Requiescat in pace* a esse tão belo gênero de todo um poema sintético de duas quadras e dois tercetos, em quatorze versos...

Mas, como bem argue Felix, — na profundidade do sentimento da poesia, não será uma só a Arte e sempre a

mesma, em todos os tempos, e através das próprias formas por mais ousadas, da nova escola da Poesia ?

"Suprimido o fundamento lírico da Beleza, esta poderá ser tudo o que os últimos chegados decretarem; tudo, menos Poesia."

"Ou então, argumenta, os grandes símbolos eternos perderam o seu sentido lógico e o seu potencial de idealismo; e não resta mais lugar nenhum na terra para as expressões musicais da formosura, fora dos ritmos sem regra, encurtados ou encompridados discricionariamente para gáudio do futuro moderno e do modernismo futurista..."

"A Poesia é, de fato, a parte divina que ficou intata no coração do homem à corrupção do pecado, — conforme o conceito de José do Patrocínio, sobre *Mors-Amor* de Felix Pacheco (rodapé da *A Notícia*, 1905). A castália nova é o sangue do pelicano íntimo, o coração do poeta, que sangra num suicídio divino de amor pela paz, pela liberdade, pela glória do seu meio e da humanidade."

A musa das *Poesias* de Felix é original, como essa figura de mulher amada e desconhecida de que nos fala o dístico de Paul Verlaine, gravado numa das mais aprimoradas coleções daquela obra — *Tu, só tu*:

"Et qui n'est chaque fois, ni tout-à-fait la même

"Ni tout-à-fait une autre, et m'aime et me comprend.

Em *Poesias* obedecem ao metro várias composições de rara beleza artística, tais: *O sono da Crisálida*, *Sem remédio*, *Paulo Barreto* e *A nova espada*.

Mas toda a delicadeza do seu estro se concentra na edição íntima de *A aliança de prata*, não incluída naquela coletânea nem exposta à venda, solenizando o jubileu conjugal do poeta, que melhor refulge, como em discreto escrínio a mais fina gema "o mimo de amor", do seu coração de artista do verso.

Dos dezesséis sonetos de que se compõe, cada qual mais lindo, destacaremos o primeiro — *O rosário sem par*:

Tanto tempo a correr por sobre nós,

E dura sem parar o nosso idílio!

O mesmo amor, o mesmo domicílio,

A mesma voz a tua e a minha voz!

Nunca poudes até hoje o andar veloz

Separar-nos os dois em longo exílio.

Onde te vais me vou, num meigo exílio,

E onde me vou me segues logo após.

O teu sangue é o meu sangue, e as nossas filhas,
No céu do lar tranquilo em que rebrilhas,
Junta meada vez mais as nossas almas.

Tudo é uma só e esplêndida afeição,
Um rosário de beijos e de calmas,
E quatro corações num coração!

Não nos eximimos de citar ainda o quarto soneto —
A Aliança de prata, que deu nome ao livro:

Eis aquí, tens o teu anel de prata.
Deixa-me enfiá-lo eu mesmo no teu dedo,
Em remate feliz do longo enredo,
Que sobre nós em bençãos se desata.

Dá-me agora, tu mesma, a mesma oblata
Ao símbolo sem par que te concedo,
E o teu segredo unido ao meu segredo,
Multiplique-se em júbilos na data.

Como foi belo aquele dia! E como
O teu sim, sussurrado em terno assomo
Ao pé do altar, encheu a Igreja toda!

Nunca te ouvi depois dizer-me não.
Que sonho comovente a nossa bôda,
E como sobe e cresce desde então!

Felix Pacheco teve a extrema gentileza de oferecer-nos sete dos seus já consagrados livros, recentemente aparecidos.

Baudelaire e os Milagres do poder da imaginação se intitula a formosa oração proferida pelo Autor na sessão da Academia de Letras, de 24 de Novembro do ano passado, seguida das palavras dos Srs. Aloysio de Castro e Afranio Peixoto.

O próprio gênio revoltado das *Flores do Mal* assim glorificara a maravilha do poder da imaginação: *Misteriosa faculdade* — é a rainha das faculdades!

De todas as mais participa, excita-se e impele-as ao combate. De tão parecida, chega por vezes quasi a confundir-se com as outras faculdades do espírito humano; mas, sem embargo, conserva-se sempre a mesma; e os homens a quem ela não agita facilmente se deixam reco-

nhecer por um não sei que de maldição que lhes desseca os frutos como da figueira do Evangelho." (*Les curiosités esthétiques*, 1859).

Para Afranio Peixoto, o nosso maior mal é a falta de imaginação que nos leva a copiar atabalhoadamente o que é, dos outros (Oração paraninfal aos bacharéis em direito, 1932).

Entende Felix que foi mesmo essa maravilhosa faculdade que nos revelou o senso da cor, da forma, do som e do perfume.

A analogia e os tropos, as velhas e fanadas flores da retórica foram por ela inventadas desde as primeiras origens e deu-nos a sensação de um mundo novo. O seu prestígio é o onipotente no desdobramento cultural dos povos; e se nos tem faltado em matéria de organização política e social, não assim na fértil seara das artes e das letras.

Por que serão indústria somenos as traduções, como inquire Afranio Peixoto, — e não obras de consciência e gosto literário? E chega a indicar justificando a sua versão de *Tristão e Iséu*: "Cada escritor se deveria obrigar a transpor piedosamente uma obra prima forasteira para a própria língua, a um tempo enriquecendo o patrimônio de sua grei e honrando o grande estrangeiro, com uma versão, digna dele."

Nunca será demais que se repita esse convite, pensa Felix, à imaginação dos escritores do Brasil.

Ha sempre exagero no conhecido rifão: *Tradutore, traditore*, pois as palavras e locuções têm aproximadamente um sentido invariável e exato que é sempre possível trasladar em língua estranha, embora sem chegar, talvez, à fidelidade rigorosa, mas sem trair nem falsificar o pensamento alheio.

Demais a unidade de idéia ou pensamento humano, sendo universal, não reconhece particularidades de idioma para fazer-se exprimir, mas pode sempre traduzir-se conjunta ou simultaneamente em todas as línguas.

Além disso, urge admitir-se que a interpretação é por si mesma uma criação (Aloysio de Castro, *A expressão sentimental na música de Chopin*, conferência). E, parafraseando a expressiva comparação de um poeta hindú "Não se vê duas vezes a mesma miragem", conclue o Sr. Aloysio de Castro — "Não se escuta duas vezes a mesma harmonia".

Por outro lado, pensa que o intérprete é um criador, certamente, e isso se deduz "ouvindo a música dos versos

de Baudelaire através as sonoridades da lira de ouro do nosso Felix Pacheco."

"Não se poderia falar de um ator ou atriz geniais, se não fosse assim. Diz-se até que o *Lorenzacio* de Musset foi criado por Sarah Bernhardt, e a "Gioconda" de Annunzio, é criação da Duse".

"O tradutor é também criador em outra língua; é, às vezes, criador "verdadeiro" da obra interpretada.

Em argumento cita Afranio Peixoto o caso de Edgard Pöe, de quem Baudelaire foi "o genial tradutor, maior que o traduzido".

"O Pöe, que nós conhecemos, não é só o poeta americano, que teria glória restrita e justa, mas um poeta universal, a que Baudelaire deu a ressonância e a profundidade de sua interpretação." E conclue por este postulado de crítica estética: "A interpretação cria; como a tradução, da originalidade se são dignos da obra e se o outro artista é continuador da obra de arte, prolongando a criação."

Entre os nossos maiores nomes de tradutores, figura nas letras nacionais o do insigne poeta maranhense, falecido em 1864, Manoel Odorico Mendes, que verteu em verso as tragédias de Voltaire, *Merope* e *Tancredo*; os monumentais poemas de Virgílio e Homero, a *Eneida Brasileira*, o *Virgílio Brasileiro*, a *Ilíada* e a *Odysséa*. Esta última versão foi ha pouco reimpressa e publicada numa coletânea de escritores maranhenses pelo governo do Maranhão.

Franklin Doria (Barão de Loreto) traduziu em elegante verso brasileiro a sentimental elegia *Evangelina*, de Longfellow. Desse último poeta norte-americano Henry Wodsworth Longfellow, ha os *Quatro poemets* vertidos por Lucindo Passos Filho, que trasladou, outrossim, as *Virgilianas* e as *Novas Virgilianas*.

A João Cardoso de Menezes e Souza (Barão de Parana-piacaba) se devem as esplêndidas traduções das *Fabulas* de Lafontaine, do *Jocelyn* de Lamartine, de *A Marmita* (Aulúria), de Marco Plauto.

Affonso Celso verteu magistralmente em verso brasileiro a *Imitação de Christo*. Raymundo Corrêa, Bilac, Vicente de Carvalho, Augusto de Lima e outros nossos poetas fizeram traslados e parafrases em vernáculo, muitos dos quais emparelham o mérito do original estrangeiro.

Machado de Assis, o mestre dos mestres, deu-nos em verso nacional a *Lucia* de Musset, o *Corvo* de Pöe, alguns dos sonetos de Ramon de Campôamor e outras produções magníficas.

Carlos Porto-Carreiro presenteou-nos com a bellissima tradução, sob todos os pontos de vista, do *Cyrano de Bergerac*, de Edmond Rostand, trabalho que rivaliza com o original; e a de *L'Aiglon* que se conserva inédita.

Dom Pedro II cultivou também as letras poéticas, e, entre as suas traduções, são conhecidas as *Lamentações* de Wollis Siva; os *Versos do Araucaria* de Alonso Ercilla, a *Ode Il Cinque Maggio*, de Alexandre Manzoni; e o *Prometeu acorrentado*, de Esquilo, afóra traduções de textos hebraicos.

Felix Pacheco já havia publicado *Dois charadas bibliographicas*, a respeito do qual tivemos ensejo de escrever, examinando o mérito do esforço de erudição que representa esse estudo de bibliografia a história das origens da imprensa no Brasil.

Editara a mais o melhor ensaio bibliográfico que possuímos sobre Evaristo da Veiga — *O Publicista da Regência*; e traçou o ano passado um vigoroso “escorço a carvão” *Robles e Cogumelos*, onde se projeta, em traço forte, o retrato de José do Patrocínio, confrontado aos “pigmeus da imprensa”.

Nos livros *Baudelaire e os milagres do poder de imaginação. O mar através do Baudelaire e Valery e Paul Valery e o monumento a Baudelaire em Paris*, Felix Pacheco supera todas as dificuldades, que não ha quem desconheça em traduzir o grande gênio rebelde das *Fleurs du Mal*.

Ao mesmo tempo, poeta, pensador, filósofo e nebuloso artista do símbolo, tal é Charles Baudelaire.

Deu Felix à Academia de Letras as primeiras das suas traduções de *L'Élevation* e de *Correspondances*.

São esses, segundo reconhece, os dois trechos em que a lira baudelaireana sobe mais alto.

Falando da obra poética de Baudelaire, reputa-a como “o maior prodígio do verso na França do século XIX”, e tendo ligado como uma ponte de ouro o Romantismo ao Simbolismo, através do movimento parnasiano, está hoje no zenith da glória.

Sucedem-se as reedições de Baudelaire, comentadas ou não, a exemplo do livreiro Conard. A casa Calmon Levy fez recentemente reimprimir toda a coleção de *Letres à sa mère* e Nilssen empredeu uma tiragem de luxo das obras primas do grande artista de *Benediction* e de *L'Albatros*.

Em *L'Élevation* e *Correspondances*, Baudelaire esboça, como fez sentir o seu exímio tradutor brasileiro “um rumo

de arte que tinha de vir a constituir mais tarde a própria essência do programa de escola simbólica.

"Ninguém pode procurar outra origem para o anseio de fixar o novo e decifrar o invisível, que caracterizou toda uma geração, e passou de Rimbaud, e Verlaine, e Maeterlink, prolongando-se daí até as extravagâncias do modernismo ao tumulto de *Les Villes Tentaculaires* e *Les Campagnes Hallucinées* do belga Verhaeren.

"Baudelaire não era somente um grande poeta, diz Felix. Poucos conheciam tão bem como ele a música, a pintura e a escultura."

Como Hoffmann, o grande orquestrador das *Flores do Mal* achava que existe uma escola completa de cores e sentimentos, uma analogia e uma associação íntima entre as cores, os sons e os aromas. Parece-nos que todas essas coisas foram engendradas por um mesmo raio de luz e devem reunir-se em um concerto maravilhoso. (*Curiosité Esthétique*, 1857.)

Baudelaire "revela agudíssimo o alto senso da intuição generalizada, olhando de dentro para o espetáculo inteiro do Universo, homens e nações e astros e coisas, e descobrindo por toda parte um magnífico sentido de unidade, principal razão de ser da vida, na complexidade de todos os seus infinitos desdobramentos". (*Méthode critique — De l'idée moderne appliquée aux beaux-arts — Déplacements de la vitalité*, em apreciação de Delacroix, onde procura ligar a concepção da harmonia das cores às expressões da vida física e metafísica.

Felix Pacheco mostra-nos como essa nova percepção do cosmos se encontra nas *Histoires émouvantes*, de Charles Barbara, edição Michel Levy, 1857; na primeira estrofe do referido soneto *Correspondances* e nos versos de Edgar Pöe.

*All Nature speaks, and ev'n ideal things
Flap shadowy sounds from visionary wings.*

citados por Crépet em suas *Notes et Eclaircissements* as *Flores do Mal*.

Após os versos tersos de *Sublimação*, o Autor dá-nos este bellissimo soneto — *Correspondências*:

*"A natureza é um templo, onde pilastras vivas,
Manam de quando em vez o confuso segredo,
Em cada canto, aí, um símbolo de enredo
Tem para todos nós miradas compreensivas.*

*E é tudo um éco só as vozes dispersivas,
Ferve por toda parte a unidade em levedo.
A mesma a noite vasta e a luz clara e sem medo.*

E o aroma e a cor e o som — simples alternativas...

*Ha cheiros com o frescor da carne de crianças
E suaves como oboés, e verdes como franças,
E outros de corrupção e ricos e subidos.*

*No amplo expandir subtil de matéria sem fim,
Como o ambar, como o incenso, e o almiscar e o benjoim
Cantando os vóos d'alma e a febre dos sentidos."*

Como Anatole, Bajú, Ernest Raynaud, Jacques Crépet, Léon Cladel e François Porché, Felix fez um excelente estudo sobre Charles Baudelaire e sua obra, do ponto de vista bibliográfico, crítico, literário e iconográfico.

É mesmo o seu recente trabalho, nesse sentido, a melhor contribuição que possuímos, a mais pura interpretação das *Flores do Mal*, como obra sem par da poesia simbolista.

Não só fez essa conferência de Novembro do ano findo na Academia de Letras, como todos os domingos estampou Felix Pacheco, daí por diante, no registo do *Jornal farto* manancial documentado sobre aquela obra e sua repercussão entre nós, além da versão dos primores do grande simbolista francês de *L'Albatros*, *La Beauté*, *Parfum exotique* e *A une dame créole*, de quem Felix Pacheco nos traça em lavor a sutil afinidade de analogia com Rimbaud, Mallarmé e Verlaine.

Antecipou, com isso, de dois meses a bela iniciativa de Paul Valery da consagração de um monumento em Paris à memória de Charles Baudelaire.

Trata-se, embora tarde, de reivindicar os troféos devidos a um vencedor esquecido, de quem disse Victor Hugo: "O senhor dotou o céu da arte de não sei que raio macabro. O senhor criou um frêmito novo."

"Achastes o meio de rejuvenescer o Romantismo e, o que vale pela primeira de todas as qualidades, não vos pareceis com ninguém." (Flaubert).

Alfredo de Vigny sentiu que as *Flores do Mal* se achavam "envenenadas de não sei que emanações do cemitério de Hamlet".

Théodore de Banville achou a sua obra "original e essencialmente nova"; e no autor, "não um poeta de talento, mas de gênio".

Sainte-Beuve, Leconte do Lisle, Paul Bourget, Charles Asselineau, Edouard Thierry, Barbey d'Anrevilly, Jules Laforgue, Henri de Régnier, Léon Dierx, Pierre Louis, Signoret, Gustave Kahn, Verhaeren, Armand Sylvestre, Pilon, Viélé-Griffin e Rodenbach traçaram-lhe o elogio que Catulle Mendès deixou registado em anexo do seu relatório oficial.

Baudelaire foi acusado pela crítica como uma natureza satânica, eivada da paixão do mal e da depravação do bom gosto literário. Mas Théophile Gautier em sua notável *Notice*, que precede "*Les Fleurs du Mal*", edição de 1868, mostra que — "o que caracteriza Satan é não poder admirar, nem tampouco amar".

Ora as peças de versos baudelairianos, de um sabor tão exquisitamente estranho e como encerradas em frascos de cristal cinzelados, o espírito novo da sua poesia excita na alma do leitor a sensação do belo.

Entretanto, esse libelo acusatório se fundamenta e articula em grande parte das suas poesias; e o próprio Baudelaire nos oferece os melhores argumentos desde as quadras do *Préface*, principalmente em *Le possédé*, até a parte intitulada *La révolte — Le reniement de Saint Pierre, Abel et Caïn* e *Les Litanies de Satan*, ao fim do livro.

Na mesma *Notícia*, Théophile Gautier, a quem Baudelaire dedicou as suas "*Fleurs malades*" ("*au poète impeccable, au parfait magicien des lettres française*") relembra-nos o seu primeiro conhecimento desse talento ainda inédito fito com o poeta de *La Beauté*. Era em 1840, nesse *hôtel* Pimodan, frequentado pelos melhores artistas novos e mais altas e formosas damas. Entre esses, Baudelaire já era tido pelo laureado da geração que sucedeu de perto às glórias literárias de 1830.

No magnífico original pastel em que o retrata o colorista insigne da *Mademoiselle de Maupin*, assim nô-lo desenha, em seu surpreendente aspecto:

"Tinha cabelos aparados muito rente, negros de azeviche, alvejando nas fronteiras à feição de um capacete serraceno; olhos cor de tabaco de Espanha de olhar espiritual, profundo e de penetração um tanto insistente; a boca, guardada de dentes muito alvos, os lábios sombreados por leve sedoso bigode, de sinuosidade mobil, voluptuosos e irônicos, como os

das figuras de Leonardo da Vinci; nariz fino e delicado, um pouco arredondado, narinas palpitantes, dir-se-ia aspirar o vago aroma longinquo de um outro país, mais amado pelo sol; uma covinha acentuava-lhe o queixo com o toque final do polegar de um estatuário; as faces bem escanhoadas faziam contrastar o azul aveludado do pó de arroz com as maçãs rosadas do rosto; o pescoço, de elegância e brancor femininos, emergia da gola de camisa de colarinho virado e do laço de gravata de xadrez estreita, de madras da Índia. O seu vestuário consistia de um casaco negro de tecido lúcido, calça *noisette*, meias brancas, escaupins de verniz, tudo meticulosamente nítido e correto, com um certo cunho e requisito de simplicidade inglesa, e com a intenção de destacar-se desse gênero de artistas de chapéu mole de feltro, traje de veludo, de blusa vermelha, de cabeleira frondosa.

Nada de ostensivo nesse vestuário a rigor."

Charles Baudelaire pertencia ao dandismo que foge à burguesia do fato vistoso, e propendia para o verdadeiro *gentleman*. Mais tarde fez raspar o bigode, por considerá-lo um vestígio de velho chiquismo pinturesco, e por ser pueril e burguês conservá-lo.

A cabeça do grande artista das *Flores do Mal* lembrava a de Lawrence Sterne, semelhança que mais se realçava pelo hábito ordinário de apoiar o indicador à fronte quando falava, tal a atitude do humorista de *The Sentimental Journey*, no retrato do frontispício de sua obra.

Banville, que foi um dos mais íntimos e fiéis amigos do poeta, dá-nos o seu retrato tal como em uma das obras-primas da pintura francesa nô-lo figurou Emile Deroy, e representa Charles Baudelaire aos 20 anos, no tempo em que era rico, feliz, amado e já célebre, escrevia os seus primeiros versos, aclamado por Paris em peso que comanda o resto do mundo".

"Charles Baudelaire teve a sua hora de beleza suprema e eclosão perfeita, nós o atestamos, acrescenta Gautier, por fiel testemunho da verdade".

O seu estilo, que para muitos sugere a presença de esforço, artifício, exagero, "era apenas a livre e fácil expansão de uma individualidade"; e os seus mais primorosos poemas "não lhe custavam mais do que a outrem um lugar comum mal rimado".

Fazendo-lhe o retrato vivo, diz Gautier que, ao invés das maneiras um tanto desmanteladas dos artistas, Baudelaire guardava a conveniência e polidez excessiva a ponto de

parecer maneiroso. Exprimia-se de um modo solene e sentencioso. Media as frases, só usava de termos escolhidos, e parecia sublinhar alguns, ou dar-lhes a inflexão maiúscula com um certo valor misterioso.

Desdenhava a *charge* por grosseira, mas se divertia a fazer paradoxos, “axiomas satanicamente monstruosos” e “teorias”; e apreendia nas coisas “relações impreciables para o comum dos homens e cuja bizarria de lógica era evidente.”

Os seus gestos eram lentos, raros e sóbrios, e tinha horror à gesticulação meridional e à parlapaticice; preferia-lhe a frieza britânica. “Pode-se assim dele dizer que era um dandi extraviado na vida boêmia, mas conservando as prerrogativas de classe, os ademanes e o culto de si próprio que caracteriza o homem imbuído dos princípios de Brumel.”

Ainda nessa época, em horas encantadoras de lazer, como nesse salão puro estilo Luiz XIV do palácio de Pimodan, como no século de Boccacio reuniam-se artistas notáveis como o pintor Fernand Bonard, sucesso do *Salon* com o *Episode de la retraite de Russie*, o escultor Jean Feuchères, Baudelaire, Gautier, e mulheres soberbas de formosura como essa joven Maryx que passou para a *Mignon*, de Scheffer, e para *La Gloire distribuant des couronnes*, de Paul Delaroche, e o modelo da *Femme au serpent*, de Clessinger, se reuniam para confabular sobre arte, literatura, amor e sorver esse funesto licor verde da alucinação e da morte—a *canabis indica*, o *haschich*, o *dawamesk* dos *Paraisos Artificiais*.

Sainte-Beuve disse de Baudelaire que ele havia construído um “quiosque” ou melhor uma “yurt” de arquitetura bizarra em terra inexplorada, além do Romantismo, “uma espécie de Kamtchatka erriçado e feroz”. Mas o seu estilo foi imprópriamente o da decadência, como observa Gautier — “Estilo engenhoso, complicado, sábio, cheio de matizes e rebuscado fazendo recuar cada vez mais as fronteiras do idioma, respigando em todos os vocabulários da técnica, servindo-se das cores de todas as palhetas, das notas de todos os teclados, esforçando-se por exprimir o que o pensamento tem de mais intraduzível, e a forma dos seus contornos mais vagos e fugidios, ouvindo para expressá-los as confidências subtis da nevrose, as confissões da paixão que envelhece e se deprava, e as alucinações bizarras da idéia fixa que toca às raízes da loucura.”

Mas o estilo do poeta só era esse quando se tratava de exprimir “alguma face inédita da alma ou das coisas” pois, em caso contrário, a sua linguagem era pura, clara, correta e de tal exatidão que nada havia a reparar-lhe”, mormente a sua prosa.

A frase de Theodore de Banville: “Mon ame voltige sur les parfums comme l’âme des autres hommes voltige sur la musique” — lhe era perfeitamente applicavel, pois, em matéria de delicadeza olfativa Baudelaire mostrou-se, segundo Gautier, de uma sensualidade estranhamente sutil, que só se depara entre os Orientais.

Era uma natureza fina, complicada, lógica, paradoxal e mais filosófica que a maioria dos poetas.

Ao surgir o livro *Flores do Mal* fez escândalo, mas não se lhe recusou o mérito da originalidade e realizou o seu fim. “Dar ao gosto uma sensação desconhecida é a maior felicidade que possa succeder a um escritor, e sobretudo a um poeta.”

Felix Pacheco é ainda o ensaista de um belo “retrato a pastel” — *Guy d’Auberval* (Aloysio de Castro), acabado de imprimir em Março deste ano nas oficinas tipográficas deste “Jornal”.

As suas últimas obras sobre Charles Baudelaire visam principalmente menos tornar mais conhecida do nosso meio artístico e literário a figura propriamente dita de um poeta rebelde e decadista, do que penetrar o nosso fundo no *fiat* misterioso do movimento simbolista da poesia francesa no fim do segundo quartel do século passado, e reivindicar para quem de direito os troféus de ouro desse movimento que atinge, ao mesmo tempo, as letras, as artes, a crítica, a educação, a esthética e a filosofia da arte.

Baudelaire é, assim, um dos autores literários mais difíceis de compreender-se e de interpretar-se; Felix Pacheco venceu com garbo tais dificuldades.

Seus últimos livros confirmam-lhe os altos foros de homem de letras, dando-lhe pleno direito à admiração e ao respeito que cumpre ter pelos verdadeiros trabalhadores intellectuais. Um roble.

DUAS CHARADAS BIBLIOGRÁFICAS

Nosso velho e querido amigo Felix Pacheco, distinguiu-nos com um exemplar do seu último livro de investigação histórica — *Duas charadas bibliográficas*.

Dividido em duas partes, compreende a primeira dez cartas, superiormente eruditas, enviadas ao Sr. Affonso de Eseragnolle Taunay, a propósito do primeiro livro editado, em 1748, no Brasil, e sobre o *Exame de Artilheiro* e o *Exame de Bombeiros*, pelo brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.

Forma esta investigação de ciência experimental das nossas artes gráficas, um tomo de edição de aparato, em formato tipográfico 18 x 10, oitavo grande com 567 páginas, nitidamente impressas nas oficinas do *Jornal do Comércio*, o decano da imprensa periódica carioca.

Dedica o autor a primeira parte de sua contribuição bibliográfica ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que é consócio desde 1910, e à Sociedade Capistrano de Abreu; e faz honrosas referências ao nosso Instituto e a seus esforços no sentido de que "não devem as bibliotecas ser cemitérios de livros, mas instrumentos ativos de propulsão da cultura geral" (4ª e 10ª cartas, part. 1ª, págs. 56 e 206).

A segunda parte refere-se ao *Luzeiro Evangélico* e a outros trabalhos impressos em português no continente americano, incluindo em opúsculo de apêndice a reprodução *fac-similada* em foto-zinco-gravura da *Relação da entrada que fez o bispo do Rio de Janeiro dom Fr. Antonio do Desterro Malheyro*, composta pelo juiz de fora dr. Luiz Antonio Rosado da Cunha, impressa no Rio de Janeiro na segunda oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747. Faz-lhe referência o começo da primeira parte da obra. Seguem-se, no apêndice em cópia foto-zinco, as *Conclusões metafísicas*, de Francisco Fraga, e algumas composições poéticas, editadas nesta capital pelo mesmo tempo e impressor.

Enriquecida de 22 gravuras, sendo *fac-similes* de frontispícios algumas das quais com rubricas em carmezim, e textos completos *fac-similados*, o livro de Felix Pacheco constitue, sem favor, esforço colossal de erudição, e de certo, marcará época nos fastos da literatura bibliográfica ibero-americana.

Mais do que um trabalho de pesquisa ou de divulgação cultural dessa especialidade como de crítica histórica, pouco versadas, aliás entre nós, vale o presente estudo de Felix Pacheco por um exemplo de paciente decifração, do enigma das origens da impressão entre nós, e dos frutos do primeiro prelo de mão que estampou no Brasil.

Felix Pacheco, nascido na capital de Piauí, a 2 de Agosto de 1879, publicou, entre uma dezena de obras literárias que

cumprir citar, *Mors-Amor*, 1904; *Dois egressos da farda — O Sr. Euclides da Cunha e o Sr. Alberto Rangel*, 1900 e *Poesias*, 1911, filiado, em técnica à escola parnasiana-simbolista.

Redigiu *O Debate*, e de ha tempos, que chefia a direção do *Jornal do Comércio* galgando-a degráu por degráu, em 30 anos de vida jornalística.

Como historiógrafo, deu à lume *O Periplo de Hamon*, um ensaio sobre *O Publicista da Regência — Evaristo Ferreira da Veiga*, *Notas biográficas* e *Perfil político do Marquês de Paranaguá*, que lhe grangearam o renome de que goza em nossas letras históricas.

Felix Pacheco, ainda em matéria de bibliografia brasílica afirmou-se, sobretudo, doutíssimo brasilólogo; foi duplamente o sucessor do saudoso bibliófilo brasileiro, dr. José Carlos Rodrigues, não só no mesmo posto de honra jornalístico da imprensa periódica, como em seu erudito amor a pesquisas históricas plenamente documentadas, em exhaustivos estudos sobre as coisas e os homens do Brasil.

Como o dr. Rodrigues, como Rio-Branco e Eduardo Prado, o autor de *Duas charadas bibliográficas*, desde cedo nutriu o fogo sagrado do culto pela resurreição do Brasil histórico.

Além da afinidade que mantém com o primeiro no jornal, com o segundo na tradição diplomática da nossa chancelaria, e com o terceiro na elegância e aticismo da forma literária, compete, de conjunto, com essa tríade ilustre, no fulgor da inteligência e no amor às raridades brasileiras e às dificuldades de sua bibliografia.

Seduzem-no o intricado dédalo da *Plancheriana* e da *Fonsecciana*, os cimélios pátrios, dos quais entre os mais preciosos, figura, na biblioteca do Itamarati, o primeiro livro impresso no Brasil, a que o autor consagra longa série de pesquisas e retificações à luz do mais rigoroso aparelho crítico.

Sobre o seu senso investigador exerceram decisiva influência certas equações históricas de solução indeterminadas, a que jocosamente, denominou *charadas bibliográficas*, espécie de quebra-cabeças esfingéticos que desafiavam a paciência e a sagacidade desses novos Édipos a caminho de Thebas da moderna bibliografia histórica.

Como chefe do Gabinete de Identificação, em começo daquela carreira, coube-lhe introduzir entre a prática da

datiloscopia de Vuscetich, que tão relevantes serviços tem prestado à instrução criminal desta Capital.

Na carreira administrativa e política chegou às mais altas posições, no parlamento, no seio das comissões legislativas e na mesa da Câmara, assim como no Senado, em que representou a sua terra natal.

Ministro do Exterior na administração Bernardes, serviu os interesses da pátria com grande brilho, e seus discursos pronunciados no exercício dessa pasta, cuja publicação em volume está para breve, melhor permitirão assim aferi-lo e julgá-lo com isenção de ânimo fora das competições partidárias.

Na carreira administrativa e política atingiu as mais altas cumiadas; mas foi sempre, com saudade que a política, a administração e o jornalismo afastaram-no, durante anos, dos seus estudos de História, das suas pesquisas e rebuscar de arquivos — conforme fez assinalar em Setembro de 1924, respondendo ao belo discurso de recepção do sábio brasileiro dr. Theodôro Sampaio, no *Instituto Histórico da Baía*.

Seus douts trabalhos sobre o editor francês P. Plancher, fundador do *Spectador Brasileiro*, de onde se origina o *Jornal do Comércio*, acreditaram-lhe os foros de “apaixonado bibliófilo e dos mais douts sabedores de nossa bibliografia”, no autorizado conceito do dr. Affonso de Eseragnolle Taunay, em artigo inserto no *Jornal do Comércio* de 19 de Fevereiro deste ano.

Distinguem-nos *primus inter pares* suas qualidades de escavador probo e exaustivo, dotado de profunda erudição, poder evocativo e talento de exposição que amenizam em grande parte a aspereza e complexidade do tema desbastado pela crítica histórica.

A presente obra de Felix Pacheco, que lhe assegura nome definitivo na Brasilografia, originou-se da carta-resposta por ele dada a um artigo de Taunay — *Um preciosissimo cimélio*, inserto na edição dominical do *Jornal do Comércio* de 18 de Janeiro deste ano — edições que constituem, aliás, no dizer do mesmo historiador das bandeiras paulistanas “verdadeiros, legítimos números de Revista e Revista do mais largo e belo tomo”.

A *Relação da Entrada* de d. Frei Antonio do Destêrro Malheiro, monje beneditino, 6º bispo do Rio de Janeiro, armou então o problema bibliográfico da primeira obra editada realmente no Brasil.

Constam do frontispício dessa preciosidade bibliográfica, reproduzindo a pág. 13 em foto-zinco-gravura, os seguintes dizeres titulares: "Relação da entrada que fez o Exmo. e Revmo. Sr. D. F. Antonio do Destêrro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste presente Ano de 1747, havendo sido seis Anos, Bispo do Reyno de Angola, donde por nominação, de Sua Majestade e Bulla Pontificia, foi promovida para esta Diocese, — Composta pelo doutor Luiz Antonio Rosado da Cunha, Juiz de Fóra e Provedor das defuntas, e ausentes, Capellas, e Residuos do Rio de Janeiro".

Figuram ainda a marca cruz de Malta e a indicação — Rio de Janeiro, na segunda oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, Ano de MCCXLVII, e a licença do bispo, d. frei Antonio do Destêrro, natural de Ponte de Lima, em Portugal, confirmado bispo de São Paulo de Loanda em Angola, em 1738, pelo papa Clemente XII, foi sagrado em 25 de Janeiro de 1739 na Sé Patriarchal de Lisboa; e transferido para o Rio de Janeiro pelo santo padre Bento XIV, por Bulla de 15 de Agosto de 1745. Chegou a esta Capital em 1 de Dezembro de 1746, tomou posse do bispado em 15 do mesmo mês, por seu procurador o cônego dr. Henrique Moreira de Carvalho.

Fez sua entrada solene na Sé a 1 de Janeiro de 1747. Inaugurou o Convento da Ajuda. Faleceu nesta cidade na idade de 79 anos em 5 de Dezembro de 1773, tendo sido inhumado no Mosteiro de São Bento. Legou à diocese a chácara do Rio Comprido.

Sobre o assunto bibliográfico em foco, origens da impressão de obras no Brasil, Felix Pacheco, a propósito do invento do precioso cimélio do Itamarati, revelado por Affonso Taunay no citado artigo do *Jornal*, escreveu uma série de cartas de estudos históricos, que se sucederam, reveladoras da formidável erudição, interpretação e confrontação de edições e manuscritos raros, em seus mínimos sinais caracteres tipográficos, estampas, vinhetas, frontispícios *couls de lampe*, colofons, qualidade do papel de impressão marcas d'agua, autenticidade diplomática da obra ou do autó-grafo, à luz da crítica bibliográfica, heurística ou paleográfica.

Seu método e aparelhamento crítico foram dos mais fecundos resultados — o da comparação, por isso que estabeleceu logo os elementos confrontativos e mais vehementes traços de identificação gráfica da *Relação da Entrada* com dois

outros alfarrábios notáveis o *Exame de Artilheiros*, impresso em 1744, editado por José Antonio Plates, e o *Exame de Bombeiros*, saído, em 1748, com a declaração das oficinas madrilenas de Francisco Martinez Abad, estudando-lhes a apocrifia dada por indiscutível.

Esse foi o ponto de partida firmado pelo Autor para a elucidação do intrincado problema de *Duas choradas bibliográficas*.

Felix Pacheco deixa assinalado que a primeira obra editada em português na América foi o *Luzeiro Evangélico*, impresso no México em 1710, cuja lavra de frei João Baptista Morelli é vasta e eruditamente discutida e contestada.

Mas sua pesquisa não se restringe aos elementos de investigação puramente bibliográfica, como sejam textos e gravuras no que excele como mestre, mas culmina e se aprofunda na crítica propriamente bio-historiográfica pela aferição dos acontecimentos e personagens, das leis e costumes da época, o que lhe opulenta consideravelmente o manancial de erudição, conclusões e achados surpreendentes e originais.

E por fim, como acentua Taunay em seu artigo-prefácio ao livro, pág. 7, "transformou o curiosíssimo problema da bibliografia brasileira em outro luso-brasileiro, que ainda muito mais longe o levou, incitando-o a levantar a preciosa relação das obras impressas por Fonseca, já divulgadas no artigo de 15 de Fevereiro deste ano.

"E mais: ampliando o terreno da rebusca, transportou o caso ao campo da bibliografia espanhola, afim de apurar o que se pode descobrir das relações entre o editor madrileno Martinez Abad e a obra de Alpoim".

São citados em matéria de brasiliana antiga concernente à gênese e evolução histórica de nossas artes gráficas, os conhecidos trabalhos que sobre essa especialidade escreveram, entre outros, Alfredo de Carvalho, Valle Cabral, Monsenhor Pizarro, Vieira Fazenda, José Carlos Rodrigues, Innocencio Moreira de Azevedo, Fernandes Pinheiro, Ferreira dos Santos, Ernesto Senna, Cunha Barbosa, Aurelio Lopes, Bourroul, o modesto sinatário deste artigo e outros publicistas.

Como fonte subsidiária dessa difícil questão bibliográfica, citou-nos nosso confrade Affonso Taunay, em honrosa referência, ao lado de Alberto Lamago, como nos sendo devedor de "excelentes achegas".

Em nossas *Páginas de História*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930, capítulo — *Subsídios para a História da Imprensa no Brasil*, ab pág. 589 usque 595, versámos o assunto orientando-o em seus pontos cardeais à luz da bibliografia e história pátrias.

O Autor discute bem a questão de identidade do frade João Baptista Morelli, nome suppositício, que talvez fosse o do frade augustiniano português Fulgencio Leitão, nascido em Lisboa em 1586, ora apresentado ainda sob os nomes de dr. Antonio Betencor e frei João Antonio Rivarola, ou senão de outro.

Felix Pacheco possui em sua biblioteca, como preciosidade inestimável, o *Luzeiro Evangélico*, primeiro livro impresso em português no Novo Mundo, obra de combate ao protestantismo, com 492 páginas, México, 1710. O Autor faz a descrição minuciosa e interessantíssimas considerações sobre esse cimélio raríssimo; e em aditamento final, estampa dois sermões de um jesuita, filho de um capitão português, impressos no nosso idioma, em Lima, no ano de 1654.

Da *Biblioteca Lusitana*, Barbosa Machado, II, pág. 146, consta o nome desse religioso da Companhia de Jesus, Francisco Ferreira, nascido na ilha de Chiloé, lente de teologia e reitor do Colégio do Chile e célebre orador evangélico, filho do capitão Gonçalo Ferreira. Um dos sermões, em panegírico a Santo Agostinho, foi pregado às religiosas agostinhas do Chile; outro a Sant'Ana na igreja parquial também do Chile. Francisco Ferreira morreu em Santiago, em 1709.

A respeito obteve o Autor interessantes informes em Santiago, na Biblioteca Nacional do Chile, com o nosso embaixador Rodrigues Alves, e pelo nosso encarregado de Negócios no Perú, dr. Sylvio Rangel de Castro.

Os mais antigos e interessantes livros sobre a geografia e etnografia brasilienses se devem a dois aventureiros alemães, Hans Staden, de Homberg em Hesse e Ulrich Schmidel, de Straubing na Baviera. Do primeiro, publicou a *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (tomo 55, parte I) uma versão portuguesa por Tristão Alencar Araripe. Existe outra de Alberto Loeffgren e a francesa de Ternaux Compans.

Não são, porem, essas as mais antigas contribuições germânicas de Brasilografia; precedeu-os por uma geração, a *New Zeitung ausz Pressillg Landt*, que é de 1515 (Clemente Brandenburger, do Instituto Histórico Brasileiro, A *Nova*

Gazeta da Terra do Brasil, texto, tradução, glossário e comentário, São Paulo, Rio, 1922) .

Em solução de sua *Primeira charada bibliográfica*, que versa sobre a dupla oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, em Lisboa e no Rio, e, ao caso bibliográfico luso-espanhol, relativo à publicação dos livros do brigadeiro Alpoim o *Exame de Artilheiros* e *Exame de Bombeiros*, Felix Pacheco deixou irrefutavelmente provado que a oficina de Martinez Abad, cujo último representante é José Francisco Martinez Abad, existiu realmente em Madrid, e imprimiu muitos outros livros, além do *Exame de Bombeiros*, de Alpoim, entre 1704 e 1743, cuja relação autêntica e minuciosa nos apresenta na ordem cronológica.

A edição primorosa de *Duas charadas bibliográficas* é enriquecida, não só de profusas notas sobre editores, livreiros, autores, como de comentários sobre fatos e temas de política, história, sociologia, linguística, religião, direito, e moral, que representam um quadro completo e retrospectivo da época do Vice-Reinado Brasileiro.

Nela figuram nítidas gravuras em foto-zinco, reproduzindo a folha do rosto e dedicatória de *Relação da Entrada*, primeira e última folha do texto do *Exame de Bombeiros*, das falsas páginas, folhas de rosto e dedicatória, primeira e última folha do texto, do *Exame de Artilheiros*.

O mesmo em relação a *O Capitão de Infantaria Português* e ao *Engenheiro Português*, tomos I e II, pelo coronel de infantaria de praça do Rio de Janeiro, André Ribeiro Coutinho, Lisboa, Régia Oficina Silviana, e da Academia Real, 1751 cujos cimélios existem em nossa Biblioteca da Marinha.

Encontram-se ainda a *Lógica Racional*, pelo engenheiro mór Manoel de Azevedo Fortes, Lisboa, Oficina de José Antonio Plates, 1744; letras capitais e gravuras do alto de página existentes nas edições de José Antonio Plates; página dedicatória da obra de Antonio Cerqueira Pinto, *História da prodigiosa imagem do Bom Jesus de Bouças* (Matosinhos), Lisboa, 1737, editada por Antonio Isidoro da Fonseca; além das folhas do rosto do *Luzeiro Evangélico*, da *Epístola Apologetica*, de d. Hermando de Molina y Savedra, Colonia Agripina Cornelio Egmont, 1650; de *La Perfecta Muger Beata Rita de Casia*, por frei João Antonio Rivarolla; de *La Redution e Restituyción del Reyno de Portugal*, pelo dr. João Baptista Morelli, Turim, Juanetin Pennoto, 1648; e de uma obra im-

pressa em português em Manilha, Filipinas, em 1782, sobre os motivos da infalibilidade da religião católica Impr. dr. Felipe de Gusman, da Companhia de Jesus, 1782.

A propósito, cumpre consignar, entretanto, a opinião de mais um erudito, especialista no assunto, a do dr. Aurelio Lopes, diretor da Secção de Estampas de nossa Biblioteca Nacional.

É certo que impressores de obras em castelhano e em mexicano e abridores de gravuras, conheceram-nos, desde 1536, no México, as então vilas de Puebla, Oaxaca, Guadalajara e Vera Cruz.

A *Escola de San Juan Climaco*, 1536, e a *Breve y mas compendiosa doctrina en lengua mexicana y castellana*, 1539, passam de fato, por terem sido as primeiras obras impressas no Novo Mundo.

Na capital mesmo da Metrópole portuguesa, o primeiro *in-folio* em latim, com estampas, *Vita Christi*, surgiu a lume em 1495, segundo Aquilino Ribeiro, *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Lisboa*.

O que liberalmente concedia a Espanha ao México do segundo quartel do século XVI, Portugal procrastinou despoticamente até ao alvorecer do século XIX em relação ao Brasil. O Perú e o Paraguai precederam-no entremamente no conhecimento do prelo.

No Reino de além-mar restringia-se ao mínimo possível o uso da oficina tipográfica e na Colônia americana a proibição era absoluta.

Os nossos autores faziam imprimir assim suas obras em Lisboa e Coimbra e muitas houve que ficaram inéditas, em manuscrito, esquecidas em arquivos particulares ou públicos.

Essa tirania asfisiadora da liberdade de imprimir, manifestou-se em Pernambuco, acentuadamente na administração do capitão-mór governador Francisco de Castro Menezes, pela Ordem régia de 8 de Julho de 1706.

Posteriormente, fez-se também sentir no Rio, de 1747, do vice-reinado do conde de Bobadela por motivo da instalação da segunda oficina tipográfica de Antonio Isidoro da Fonseca.

Cumpre assinalar, entretanto, com o citado dr. Aurelio Lopes (*Repertório Mundial*, revista mensal bibliográfica, ano I, n. 1, Rio, Setembro de 1925) certas circunstâncias deste último fato, que teve por antecedentes a criação em Lisboa

da *Academia Real de História* (1720) e a de Setubal para o estudo da geometria (1722).

Concluída a paz de Utrecht, Portugal como que ressurgiu nas ciências e nas letras; mas a falta de licença de impressão, levava autores e editores a “procurar na clandestinidade o que não tinham na franqueza da lei”.

“Contavam provavelmente da parte dos governadores com uma benevolência bem compreendida em face da monstruosa proibição.

“Ninguém mesmo poderá acreditar na inciência a semelhante respeito dos dirigentes da Colônia, que só agiam quando chegavam ordens do Reino.

“Nessa situação, foi que montou Antonio Isidoro da Fonseca, no Rio, em 1747, ou por esse tempo, a sua pequena oficina tipográfica. Ha quem diga ter sido custeado pela *Academia dos Saletos*. Se assim foi, aqui se deu em pequeno, particular e ocultamente, o que em Lisboa ocorrera oficial e livremente. Os mesmos efeitos para as mesmas causas.”

Tendo falado da impressão feita no Rio por Isidoro, da *Relação da entrada do bispo do Destêrro*, mostra, em seguida, o dr. Aurelio Lopes uma prova circunstancial deduzida dos sinais bibliográficos, que mais nos convencem da certeza de que a impressão do *Exame de Bombeiros*, de Alpoim, não é de procedência madrilhenha, mas sim carioca legítima. A prova acima referida é a existência na obra de Alpoim de algumas estampas, hoje reputadas as de mais antiga feitura; os mais remotos incunábulo das gravuras no Brasil, tendo, porem, uma — a estampa XVII — e esse é o ponto importante, a indicação — Rio — 1749, ou literalmente — *José Franc. Chaves fecit. Rio, 1749.*

Como explicar esta última data ?

Sobre a data do livro de Alpoim, 1747, inquinada de falsa ou errada — eis como a explica o modestíssimo erudito em coisas de iconografia e brasiliana antiga, dr. Aurelio Lopes:

“E’ de 1747, não ha dúvida, quando de 1748 é a impressão do livro, a ordem vinda de Portugal relativamente a essa tipografia, mandando “abolí-la a queimá-la para não propagar idéias que poderiam ser contrárias ao interesse do Estado”. Mas nada obstava, supremo dirigente que era em sua circunscrição, fechasse um tanto os olhos o governador, permitindo ao tipógrafo a necessária delonga para a ultimação

de trabalhos encetados, sendo assim esse realmente impresso em 1748.

“Para nós foi isso o que se deu (Aurelio Lopes, *op. cit.*, pág. 9).

Essa procrastinação explicaria ainda a assinatura da gravura a buril, de Chaves, um ano depois, em 1749.

Em dezoito gravuras, tem-se a rubrica *Chaves fecit* ou *José Franc. Chaves fecit*, além da referida XVII estampa, que traz a procedência do Rio de Janeiro.

O autor possui em sua biblioteca particular inestimáveis riquezas bibliográficas, assinaladas com um asterisco na relação das obras consultadas, constante do apêndice final do volume. Entre elas, figuram o *Luzeiro Evangélico* e o *Exame de Bombeiros*.

Os exemplares desta última e do *Exame de Artilheiros* — pertencentes ao Gabinete Português de Leitura, foram catalogados em sistema decimal por nosso ilustre consócio Ramiz Galvão. A Biblioteca Nacional, a Biblioteca da Marinha, o Arquivo Nacional, também possuem essas duas últimas obras.

O exemplar da Biblioteca Nacional, em bom estado de conservação, faz parte da Brasiliense do dr. José Carlos Rodrigues — *Coleção Cristiano Otoni*. Foi pelo último possuidor, João Ribeiro, por intermédio do livreiro Jacintho Ribeiro, oferecido ao dr. Rodrigues. Anteriormente havia pertencido ao grande bibliógrafo português Manoel Bernardes Branco, cuja assinatura autógrafa figura na primeira folha.

Ha um exemplar do *Exame de Bombeiros* na Biblioteca Ruy Barbosa; e nele ocorre a seguinte interessante nota, não assinada, de que temos notícia pelo Sr. Calazans Rodrigues, que trabalhou na catalogação da mesma.

Eis a nota: “E” raríssima a tiragem no formato de fôlio, de que tenho um exemplar também. Nenhuma bibliografia dá a notícia nesse formato.”

O autor deixa apurada a existência de fato, em Lisboa, da oficina de impressão de obras de José Antonio Plates, que foi, como se sabe, o impressor, em 1744, do *Exame de Artilheiros*.

Não deve, pois, em boa razão, argue à pág. 135, ser considerada supositiva a folha do rosto dessa obra de Alpoim.

Sobre a dúvida já levantada por vários dos nossos brasileiros, relativa à impressão do *Exame de Bombeiros*, na 2ª oficina de Isidoro da Fonseca, no Rio, pensa ainda o autor que “a chave do segredo repousa em parte no fato provável de ser judeu, ou passar como tal, o nosso Antonio Isidoro da Fonseca. Talvez não quizesse propriamente perseguir ao autor, mas azucrinar o impressor.

Capistrano de Abreu, ouvido a respeito por Taunay, na casa de Martin Francisco, em São Bernardo, desconfiava disso, pois, não só os israelitas se dedicavam muito à arte tipográfica, como os apelidos Mesquita, Mendes e Fonseca são entre eles muito comuns.

É sabido que Isidoro da Fonseca imprimiu na Metropole em 1736 e 1737, as obras de Antonio José, o “Judeu”, que foi queimado pela Inquisição, no antigo Campo de Lã, em Lisboa, a 17 de Outubro de 1737.

Não podemos separar o autor do impressor, diz bem Felix Pacheco — e não era natural que Antonio Isidoro da Fonseca escapasse incólume dessa recrudescente de ódio contra os cristãos novos.

Nas primeiras coleções impressas das obras de Antonio José, publicadas depois do seu bárbaro justicamento pelo Santo Officio, adita em nota o autor — nem ao menos se permitiu que o seu nome figurasse no rosto dos volumes.

E sugere a hipótese, mais que provável: “Não lhe aconteceu talvez nada na ocasião, mas quem sabe se não sofreu mais tarde picuinhas que o obrigassem a fechar o estabelecimento e procurar o Brasil, para fundar uma “segunda oficina”, apesar de um dos volumes saídos de sua loja intitular-se garbosamente “impressor do duque estribeiro-mór?”

A Ordem Régia ao Corregedor de Alfama, a que se refere Varnhagen, prova a introdução de tipos de imprensa no Brasil; e mandou recolher o *Exame de Artilheiros* a pretexto de infringência da lei sobre pragmáticas de tratamento.

Cumpra seja encontrado na sua coletânea, como espera Felix Pacheco, o seu inteiro teor, pois daí virá, talvez por completo, aclarar-se o mistério de *Duas charadas bibliográficas*.



CAMPOS SALLES NA EUROPA



“CAMPOS SALLES NA EUROPA”

(2ª EDIÇÃO), POR TOBIAS MONTEIRO

Tobias Monteiro, o erudito homem de letras e investigador de *Pesquisas e depoimentos* e da *Elaboração da Independência*, reeditou um de seus interessantes livros — *O Presidente Campos Salles na Europa*.

É uma narração da viagem do presidente eleito da República ao Velho Mundo em 1898, escrita de Maio a Agosto, quando o autor teve de acompanhá-lo na qualidade de redactor do *Jornal do Comércio*.

Surgiu em volume, de tiragem restrita, em Abril de 1900, com o mesmo contexto, salvante o último capítulo que tráz por epígrafe — *Em Portugal*.

Não é intuito nosso dizer sobre a substância do livro, assás conhecido e filiado a um gênero literário, infelizmente escasso entre nós.

Decorrida uma trintena da viagem de Campos Salles, pode-se hoje lançar um olhar retrospectivo, como justifica o autor, sobre os acontecimentos que precederam essa viagem.

Por isso, foi dado ao livro reeditado um belo pórtico de cerca de cem páginas novas, formando-lhe a *Introdução*, espécie de balanço geral da vida política, econômica e social do país desde o advento de 1889 até ao Governo Campos Salles.

Abrange assim fatos ocorridos da proclamação da República à demissão do Governo Provisório, ao domínio Lucena: desde à reação do Parlamento, da candidatura civil de Prudente de Moraes à derrocada dos Governos dos Estados, da reação contra Deodoro à dissolução do Congresso, do golpe de Estado de 3 de Novembro à conflagração do Sul, à revolta

de 1893, à cisão do Partido Republicano Federal ao atentado de 5 de Novembro, e da glorificação, de Prudente de Moraes e pacificação do Sul ao equilíbrio financeiro do *funding-loan* e à política de reorganização e cordialidade sul-americana, empreendida, no momento próprio, pelo Governo Campos Salles.

Magistralmente escrito, vale, a nosso ver, esse prefácio mais que o livro, sinão pela melhor síntese, — na unidade do conjunto, precisão dos conceitos, colorido e clareza elegante da forma, — entre os melhores que temos lido sobre o assunto.

Aliás o autor forma na linha de frente dos modernos escritores de letras históricas americanas, pelo que entendemos que esse primoroso esboço histórico da primeira década republicana no Brasil, deveria constituir o arcabouço do primeiro volume da *História da República*.

Poucos têm arrostado a temerosa empresa de sumariar os nossos fastos republicanos.

Poucos têm sequer definido historicamente os pródromos e eclosão do movimento de 15 de Novembro; e ainda menos, dos assuntos e, sobretudo, com o vigor de talento e perfeito conhecimento de Tobias Monteiro.

Divergem sensivelmente ainda hoje as opiniões, por mais autorizadas e de vários matizes políticos sobre muitos dos principais episódios do movimento republicano no Brasil, desde a campanha da propaganda com o manifesto de 3 de Setembro de 1870 até a proclamação da República.

Quantas lacunas e contradições!

Qual o local e o momento, rigorosamente históricos, em que se fez a proclamação?

Pairam dúvidas sobre esses, como sobre muitos outros pontos capitais da crônica republicana, que cumpre sejam de vez aclarados sem ódios, nem preocupações hoje totalmente descabidos.

Tivemos nós mesmo ensejo de cotejar as versões correntes a respeito, como de coligir depoimentos, de sumo valor, com a contribuição histórica, prestados pelas figuras que contrascenaram o golpe de 15 de Novembro, quer militares, quer civis, — além das informações colhidas entre amigos e íntimos parentes próximos dos vultos históricos mais em evidência na memorável jornada de 1889 (*História Administrativa do Brasil*, 2ª edição, parte VI — *A República*, págs. 37 e seguintes; e *Páginas Brasileiras*, capítulo *O Imperador D. Pedro II no arquivo do Conselheiro José Antonio Saraiva*).

Ainda ha dias o íntegro marechal Ilha Moreira nos disse possuir sobre o assunto documentos relevantes e que, na própria tarde de 15 de Novembro, Benjamin Constant pensava em organizar um governo provisório que consultasse a Nação sobre a forma de governo a estabelecer:

Um plebiscito!

A nosso ver, está à evidência comprovado que a versão constante do manifesto do Visconde de Ouro Preto, datado de Santa Cruz de Tenerife a 9 de Dezembro de 1889, é a lídima expressão dos fatos históricos que precederam a proclamação.

Cumprê dizer, de uma vez por todas, em obra histórica e não em fugidios artigos de jornal, a última palavra sobre esse e outros passos da fundação do regime, aproveitando o depoimento dos já poucos sobreviventes.

E, para escrevê-la está por todos os títulos indicado o meticoloso investigador das *Pesquisas e depoimentos*, não só pela aptidão e idoneidade que revelam as suas grandes qualidades de escritor de História, como pela circunstância de ter privado na intimidade e na vida pública com os políticos mais em evidência desde 1889 até hoje.

Como historiador, Tobias Monteiro tem o raro talento de definir situações, de retratar em poucas linhas, em estilo agil e colorido como um esmalte artístico, os mais complexos caracteres dos nossos políticos.

Haja vista, por exemplo, os magníficos perfis históricos de Deodoro, Lucena, Floriano, Custodio de Mello, Silveira Martins, Wandenkolk, Prudente de Moraes, Campos Salles, que deixou indeléveis nessa *Introdução*.

Descrevendo o personagem central da revolução de 1889, define-o — “impulsivo e generoso, abnegado mas escravo das afeições, capaz de tudo recusar para si, mas de tudo conceder à amizade.

“Habitudo a mandar soldados e a só ceder ao coração, não conhecia a necessidade de colaboradores estranhos.

“Dos seus contatos com a política só colhera dissabores; de grato, restava-lhe apenas a amizade de Lucena.

“Rompera com Cotegipe, que o imaginava capaz de ser o novo Caxias dos conservadores; rompera com Benjamin Constant, cujas opiniões, no começo do Governo Provisório, quando se tratou de adotar a bandeira da República, declarava indiscutíveis”.

Mas as revoluções, acentua um grande moralista, envolvem, de ordinário, esta triste verdade: — “os néscios as iniciam, os incautos aderem, os aventureiros fazem-nas triunfar e os intrigantes se apossam delas para explorá-las”.

Não só o 7 de Abril, na célebre ironia de Theophilo Ottoni foi uma *journée de dupes*, feito pelos liberais exaltados só aproveitou aos moderados, — Joaquim Nabuco dissera que a fatalidade das revoluções consiste em não ser possível levá-las a termo sem os exaltados, embora se torne impossível governar com eles.

“Não se poderia conceber maior imprudência”, observa Tobias Monteiro tratando da opposição feita à candidatura Deodoro à presidência da República, após votada a Constituição de 1891, — “pode-se dizer insensatez, do que aquella inopinada opposição à candidatura do Marechal. Muitos daqueles homens tinham concorrido para envolver as classes armadas nas contendas políticas e fazê-las elemento decisivo para a proclamação da República.

“Desde a primeira questão militar, o nome de Deodoro estava à frente dessa agitação, ora explorado pelos abolicionistas, ora pelos republicanos e até por liberais contra o Ministério Cotegepe. Ele tinha nas mãos, se não todo, quasi todo o Exército; a guarnição do Rio em peso o estremecia como a um ídolo e era tido por certo que se insurgiria contra quem o preferisse”.

E considera imperdoavel, não já aos jovens do Congresso, mas em homens amadurecidos pela idade e por longo tirocínio da vida pública, não preverem as funestas consequências a esperar da queda do Marechal.

“Eram eles os autores da sua preeminência, foram eles que o desencaminharam e envolveram em negócios aos quais era extranho; deveriam saber como se pagam caro os triunfos políticos obtidos a preço de indisciplina militar; quanto é longa a convalescença e difficil a cura de uma sociedade política, invadida pelo “elemento extranho”, poucos anos depois assim denominado por Quintino Bocayuva”.

Fazendo o conceito histórico do pronunciamento militar de 15 de Novembro, pondera Tobias Monteiro — “O nosso Exército nasceu e criou-se em meio às agitações dessa natureza; apenas começa abrir os olhos aos males a que se expõe por neles persistir, de novo a velhacaria política acha meios de seduzi-lo e desviá-lo” — E dando a razão de

ser dessa anomalia explica — “Falta-lhe o espírito exclusivamente militar do exército francês, a que a terceira República deve 58 anos de ordem pública, inabalável a despeito da exploração boulangista, rematada de modo tragi-cômico. Nenhum soldado da França concebe a idéia de sobrepor-se aos poderes do Estado. Mac-Mahon, primeiro presidente, dispunha-se a respeitar o voto da Assembléia Nacional, ainda que fosse para restaurar a monarquia dos Bourbons e abolir a República nascente”.

E aduz em apoio de suas asserções o seguinte flagrante exemplo ocorrido no Conflito Mundial de 1914-1918:

“Certa vez, em seus dias terríveis para a França, Clemenceau chegou a supor impossível manter a autoridade civil e mandou chamar o Marechal Foch para transmitir-lhe o poder. Aconselhou-o Foch a conservar-se no seu posto, pois ele, Marechal, só sabia comandar soldados e de modo algum mudaria de pensar”.

Assinalou ainda Tobias Monteiro o erro de ter sido reservada a vice-presidência, cargo da mais alta importância em vista da precária saúde do Marechal, a candidatos militares — Wandenkolk, apresentado pelo governo e Floriano Peixoto, pela oposição.

Acentuou ainda que no pleito num total de 214 votos, 129 para Presidente couberam a Deodoro e 97 a Prudente de Moraes, ao passo que para Vice-Presidente, num total de 232 votos, 153 foram dados a Floriano e 57 apenas a Wandenkolk, que não conseguiu a adesão plena dos amigos de Deodoro.

— “Reservado, astuto, cauteloso até a dissimulação, Floriano, ainda uma vez, conseguia na mesma hora, inspirar confiança a dois partidos contrários. Enquanto a diferença de votos entre o Presidente eleito e o seu competidor era de trinta e dois, entre ele e o candidato do governo subia a noventa e seis, ou mais cinquenta e seis votos além dos obtidos pelo candidato civil”.

Tobias Monteiro deixou admiravelmente esboçada a figura do Marechal Floriano Peixoto, que em suas linhas fugitivas só através de certos fatos poderá ser devidamente analisada à luz da História.

O autor faz a reminiscência de alguns desses fatos.

Para evitar o desfecho violento da dissolução do Congresso pela espada da ditadura, Lucena pretendendo anular

a ação de Prudente de Moraes, como última cartada, pensou em lançar mão do Vice-Presidente, fazendo-o assumir a presidência do Senado, função que Floriano jamais exercêra.

— “Era essa a derradeira esperança de Lucena; Deodoro, porém, opunha-se a que o ministro recorresse ao general; tinha a certeza de vê-lo abrir os braços à oposição, apenas percebesse a fraqueza do Governo. Por fim aquiesceu, mas sob a recomendação de Lucena ir sozinho, pois em presença de outra qualquer pessoa, Floriano nada diria de aproveitável.

“Alegando ter o nariz inflamado e não poder sair à rua, ele recusou-se a atender ao pedido, mas prometeu não abandonar Deodoro em quaisquer circunstâncias para juntos salvarem a República”.

Expedido o decreto de 3 de Novembro de 1891, dissolvendo as Câmaras, Floriano continuou reservado como uma esfinge.

Mayrink, Deputado ao Congresso e Presidente do Banco da República, pressentindo que algo de grave se tramava em silêncio, insistiu com Lucena para que se arrancasse do Vice-Presidente da República qualquer demonstração de apoio ao Governo. Deodoro fez então um bilhete lacônico, convidando Floriano a assistir ao seu lado à próxima revista das tropas a 15 de Novembro.

Lucena foi em pessoa levar o convite à casa de Floriano que então morava em Santa Alexandrina, mas não houve meio de encontrá-lo.

No dia da festa nacional chegava ao palácio Itamarati um ajudante de ordens de Floriano, com um simples recado seu verbal, justificando a impossibilidade de comparecer por... não estar a sua farda em bom estado.

Entretanto, tramava-se na residência do Vice-Presidente, assim como em casa de Pelotas, nas Laranjeiras; e Floriano marcava com o ex-deputado Vinhaes, chefe de partido operário (do que deu parte por carta a Campos Salles), dia e hora para a declaração da greve do pessoal da Central do Brasil (Campos Salles — *Da Propaganda à Presidência*, pag. 96, depoimentos de Vinhaes e dos Srs. Cunha Mattos e Serzedello Corrêa: — Tobias Monteiro — *Pesquisas e depoimentos*, pág. 342).

Era a reprodução, desta vez com Deodoro, do mesmo papel político representado dois anos antes pelo ajudante

general do Exército do passado regime, que até à última hora dava ao Visconde de Ouro Preto plena garantia da confiança nele depositado pelo trono prestes a sossobrar.

Deodoro jamais esperou o 23 de Novembro, que para ele foi uma completa desilusão. Sempre se orgulhava do inteiro prestígio de que supunha dispor sobre a tropa — “Ninguém ousará por o pé fora da fileira” — (*Pesquisas e depoimentos*, pag. 359) — ouviram-no várias vezes assegurar.

Dias antes rebentara a revolução no Sul, onde Silveira Martins, qual um jequitibá frondoso, assegurava-nos que o machado que havia de derrubá-lo, ficaria dentado.

Na manhã de 23, um balazio do *Aquidaban* sobre o zimbório da Candelária anunciava a revolta da Armada, desgostosa desde que Wandenkolk não lograra vencer na eleição de Vice-Presidente da República — em fácil triunfo, como o da parada de 15 de Novembro, obtida por dois encouraçados — sem derrame inútil de sangue — sem “ser causa de haver a mais em sua pátria uma viuva ou um orfão”, segundo recomendou Deodoro renunciante ao ajudante de ordens incumbido de chamar o Vice-Presidente a assumir a presidência da República.

— “Quando às nove horas da manhã, o Tenente-Coronel Lobo Botelho chegou à rua de Santa Alexandrina, encontrou Floriano vestido de quimão, a tomar tranquilamente o café matinal, espantado de tudo quanto lhe era referido, e a que poderia parecer estranho em caso de malogro. Sem demora chegou ao palácio e abraçou Deodoro. Ninguém lhe perceberia no rosto o mais vago sinal dos sentimentos. Lucena, quasi ao seu lado, apenas ouviu-o recomendar baixinho ao General Argollo a conveniência de haver moderação e de não se praticarem excessos já que haviam vencido.”

Deodoro havia sido presidente legal vinte e um meses apenas, de 25 de Fevereiro de 1891 a 23 de Novembro de 1892.

Não tendo decorrido dois primeiros anos justos de exercício, deveria proceder-se à nova eleição para Presidente da República, segundo a letra inflexível da Constituição Federal.

Mas, a despeito da atuação política de Rodrigues Alves, que reuniu o ministério e expôs-lhe o seu modo de ver favorável ao assunto, apesar da interpretação douda do Mi-

nistro da Justiça, José Hygino, da corrente legislativa chefiada por Campos Salles e da irritação crescente da Marinha, graças à qual se dera o golpe de Estado a 23 de Novembro, Floriano declarou peremptoriamente a Custodio de Mello, incumbido de ouvi-lo a respeito, que não era caso de haver nova eleição.

E' que o 23 de Novembro fora apenas um *knock-out* político, a lógica da violência armada — e ... *la force prime le droit*.

Corolário desse princípio foi ainda a 10 de Abril com as reformas compulsórias e prisões em massa de generais e almirantes que tres dias antes lembraram a Floriano, em manifesto coletivo, o dever de mandar proceder à eleição presidencial, alguns dos quais, figuras primazes do 15 de Novembro.

O Saturno da revolução, na ância de tudo destruir, acabara devorando aos próprios filhos.

Onze deles eram membros do Congresso; e enquanto se discutia a suspensão das imunidades parlamentares e garantias constitucionais, Floriano teve uma das suas frases típicas — “Vão discutindo que eu vou mandando prender.

E com a deposição dos governadores militares nos Estados começou — “a inversão de hierarquia militar”.

Ao Governador do Ceará, General José Clarindo de Queiroz, por alcunha — “o sabiá de capote”, quando encarregou um simples tenente de fazer bombardear o palácio, mandou — “tirar o capote do sabiá”.

— “Floriano atirava cadetes contra generais”.

Vendo-se ameaçado, o Governador da Baía, procurou Ruy Barbosa ao Marechal e pediu-lhe que não consentisse na violência.

— “Floriano tranquilizou-o: — “da Constituição não o tirariam nem a pau”.

Dias depois, José Gonçalves tinha a sorte dos demais.

Quando se tratou de intervir no Rio Grande do Sul, para dar mão forte a Julio de Castilhos na ascensão ao poder, Floriano incumbira previamente, sob o maior sigilo ao então Major Caetano de Faria de estudar a situação política desse Estado, onde lutavam tres partidos — o de Silveira Martins, de maior pujança, o de Castilhos e o dominante no poder, “tão fraco que só vivia da divergência dos dois”.

"A Floriano cabia agir. Nesses momentos, quando precisava dar ordens para se cumprirem longe, ele não escrevia, mandava um emissário. Não deixava documento a sua ação. A um oficial de origem alemã, hoje coronel reformado, o Sr. Alfredo Vidal, deu de viva voz instruções reservadíssimas para serem transmitidas ao Major Faria. Ao terminar, disse-lhe: — *Repita* — o oficial repetiu.

Então ele ajuntou esta recomendação jesuítica ou maçônica — "Quando acabar de dar este recado, esqueça-o".

"No meio da Várzea, em Porto Alegre, num momento onde não se enxergava viva alma, e "nem sequer pastava um cavalo", depois de olhar para todos os lados e certificar-se da solidão do lugar, o fiel emissário reproduziu tudo quanto ouvira. Passados alguns minutos, o major perguntou-lhe si Floriano empregara realmente certa palavra a determinado respeito. Ele respondeu que não sabia.

O interlocutor extranhou-lhe a rápida ausência de memória. O oficial redarguiu — "o marechal recomendou-me esquecer esse recado apenas o desse". E não houve meio de fazê-lo proferir uma palavra a mais".

Barros Cassal e Barros Leite tinham passado o Governo ao Visconde de Pelotas, a mais alta patente do Exército, herói do Paraguai e prócere da questão militar que provocou a Republica, e Pelotas se viu deposto pelas forças da guarnição e parte do corpo policial sob o comando de um simples tenente, em comissão no Exército.

E' interessante o paralelo traçado — "*O Marechal de ferro*" e o Almirante Custodio de Mello em quem a perspicácia de Floriano viu logo um perigoso rival.

"O papel decisivo do almirante a 23 de Novembro fê-lo acreditar-se indispensavel e com força de predominar no governo...

"Orgulhoso, cheio de ambições, rude na franqueza, ia direito aos pontos que visava. Floriano sabia como seria facil forçá-lo a demitir-se. Nenhum sinal de desgosto, a mesma amabilidade, as mesmas atenções pessoais; porem subterfúgios, reserva nos negócios do Estado.

Só o atendia nos assuntos de marinha, aos demais deixava-o extranho ou fazia às suas propostas ouvidos de mercador.

Era a sua forma de despedir; fechava a porta calado. Do mesmo modo obrigara o seu primeiro Ministro da Fa-

zenda a exonerar-se. Uma, duas, tres vezes pôs-lhe a pasta de lado sem assinar nenhum papel. Homem de pundonor, Rodrigues Alves nunca mais voltou. No primeiro despacho após a demissão, com ar pezaroso, Floriano comunicou "a triste notícia" aos companheiros.

Na carta de 29 de Abril de 1893, devolvendo a pasta da Marinha, Custodio de Mello declarara não se sujeitar ao "papel de autômato".

Levara, conclue Tobias Monteiro, dezeseite meses até compreender que para Floriano os homens eram apenas instrumentos de sua única inspiração.

Foi a revolta de 6 de Setembro que melhor revelou essa extraordinária feição de carater.

Naqueles tempos de delações escrevemos nós, em nosso opúsculo de reminiscências — *A Semana* —, só se podia pensar de acordo com os turiferários do poder, sim, porque o marechal Floriano acarretou grandes culpas exclusivamente devidas aos seus inomináveis bajuladores.

"E falando no marechal, não será descabido referir um caso que então ocorreu entre o ditador e quem escreve estas linhas. Residíamos ambos no Cosme Velho; o marechal na casa denominada do *Engenheiro*, à ladeira do Ascurra, eu — na própria rua do Cosme Velho n. 46. Certa noite, tomei o derradeiro bonde que passava pelo Largo do Machado às 2 e 45 da madrugada, e reconheci que no último banco, perto do condutor, se achava o marechal Floriano. Viajava sozinho, vestido à paizana, e apoiando as mãos num guarda-chuva. Tínhamos relações pessoais e por isso, cumprimentei-o. O marechal cortezmente correspondeu. Na *Bica da Rainha* havia, à espera dele, quatro soldados de cavalaria, armados de clavinotes.

A precaução não era desarrozoada; estávamos em plena revolta e o marechal era alvo de tremendos ódios. Chegado o bonde àquele lugar, o marechal montava a cavalo, seguido de perto pelas ordenanças.

"Na noite imediata, viajámos juntos e na seguinte igualmente.

"Esses encontros tão repetidos podiam parecer propositais e, portanto, como justa salvaguarda em tempo de guerra, quando o bonde, pelo Jardim das Laranjeiras, ficou vazio, deixei o meu lugar no banco de frente, e fui sentar-me perto de Floriano. Foi ele o primeiro a dirigir-me a palavra:

"Então, vem da sua *Semana*? Tem alguma agência no Largo do Machado?" — perguntou-me sorrindo maliciosamente.

— Não, marechal, respondi; venho da casa de um amigo.

— "Estou quasi acreditando", replicou-me no mesmo tom, e depois continuou:

— "Tenha cuidado com esses amigos"...

"Passámos depois a conversar e o marechal queixou-se de seus incômodos, que o privavam de dormir tranquilo; não se referiu, porém, nem incidentemente à revolta. Nessa palestra chegámos à Bica da Rainha.

Tentei despedir-me. O marechal disse-me: — "O Sr. vai a pé até a sua casa? Eu o acompanho; talvez me faça bem andar um pouco".

"E caminhámos... Ao longe ribombavam os canhões, feria-se sem intervalo a luta entre irmãos e numa rua solitária de arrabalde, alta hora da noite, o indomável chefe de Estado, despreocupadamente, indiferentemente, como se fora o menos conhecido dos populares, andava ao lado de humilde jornalista".

Estudando o papel de Floriano na revolução do Sul e na revolta da Armada, Tobias Monteiro observou que esta última lhe prestou o mais assinalado dos serviços, tudo fazendo crer que o seu governo ditatorial, como representação da ilegitimidade do poder, na falta da eleição presidencial que se recusou a mandar proceder, fındaria na impopularidade e antipatia dos próprios militares.

Todos os defeitos de Floriano como homem de Estado juntos às suas qualidades como militar tornavam-no, segundo acentuou perfeitamente Tobias Monteiro — tremendo adversário na guerra: — "Coragem, calma, insensibilidade ao perigo, profundo conhecimento dos homens, dissimulação, desconfiança, astúcia, reserva absoluta, o dom de seduzir e enganar; prontidão em premiar, punir e corromper, tudo esse homem frio e duro, reunia debaixo da máscara inexpressiva, onde uns queriam ver serenidade e outros viam até doçura. Dizia o Visconde de Ouro-Preto que o soubera escolher para enfrentar a onda republicana e acalmar a indisciplina militar; por isso fizera-o ajudante-general, sem nunca imaginar sua traição".

A 6 de Setembro de 1893, limitou-se a enviar ao Congresso uma mensagem de dez linhas, comunicando a re-

volta e concluindo que o Governo se sentia forte para manter a ordem pública.

Em vez das violências de 10 de Abril, não fez uma prisão, mas embaiu o inimigo sob aparente calma na cidade para melhor agir e organizar a resistência com o inteligente concurso principalmente da mocidade.

"A onça surpreendida calculava friamente a extensão do pulo".

A sua máxima predileta — *Confia, desconfiando sempre* — tantas vezes repetida, já fora muitos anos antes empregada por Martinho de Mello e Castro, ministro de Dona Maria I, em sua correspondência oficial.

Durante a revolta Floriano conseguiu reunir em torno de seu governo as mais vivas dedicações.

"O seu maior talento consistiu em chamar a si a mocidade, a quem a singeleza da sua vida, a reputação de sua honradez e o seu nativismo de caboclo já inspiraram muitas simpatias".

— "Da luta, diz Tobias Monteiro, Floriano saiu transfigurado. O vulto tortuoso de 15 de Novembro de 89 e 23 de Novembro de 91, envolto em dúvidas e suspeitas deprimentes, que só a História um dia esclarecerá na distância dos tempos, ganhou relevo na resistência à nova e poderosa insurreição militar, que, vitoriosa, se tornaria a origem de outros, ninguém sabe quantos. Infelizmente o triunfo foi rematado com as crueldades que pesam e pesarão sobre a sua memória".

De fato, almirantes, generais, oficiais de todos os postos foram recolhidos aos cubículos da Casa de Correção, transformada por decreto em prisão de Estado, na quasi totalidade apenas por suspeita.

"Nunca soldado algum aviltara tanto a própria classe".

Ele próprio expedia os decretos, sem referenda dos ministros, do Itamarati para o *Diário Oficial*. Isso fez Cassiano do Nascimento definir a precária situação de todos, dizendo que não sabia, se dormindo ministro, acordaria na manhã seguinte preso na Correção.

Quando Prudente de Moraes foi eleito e reconhecido pelo Congresso, manifestou-se entre os florianistas franca hostilidade à transmissão do poder. No entanto definhava a saúde de Floriano, combalida por uma cirrose de fígado.

Durante a noite de 14 para 15 de Novembro de 1894, todo o pessoal de bordo velava nos navios da esquadra, de fogos

acesos, pronta a cumprir o dever constitucional de manter a posse do primeiro Presidente civil.

O despeito do malogro em proclamar-se então a Ditadura, como acentua Tobias Monteiro, revelou-se na falta de consideração devida ao novo Presidente por seu antecessor.

Partindo, então, de casa (Hotel dos Estrangeiros) para o Senado em carro de aluguel e depois de já investido de suprema magistratura da Nação, ao chegar ao Itamarati Prudente de Moraes apenas encontrou para recebê-lo os ministros Cassiano do Nascimento e almirante Gonçalves Duarte.

A respeito tivemos já o ensejo de registrar a seguinte impressão em nosso apurado sobre *A Semana*.

“Chegáramos, porem, ao 15 de Novembro (1894). As apreensões eram cada vez maiores. Na véspera, no Hotel dos Estrangeiros, onde se hospedara o Dr. Prudente de Moraes, tinha-se a impressão de que havia qualquer cousa de muito grave a temer-se. Falava-se baixo, a medo; só o velho paulista conservava a mesma linha de serenidade de sempre.

“Ao retirar-me para casa, no Cosme Velho, passei pela de Xavier da Silveira que se mostrava também muito impressionado. O boato corrente, — a certeza, direi melhor, era a de um golpe de Estado na manhã seguinte: — dissolvidas as Câmaras, presos os políticos amigos do Presidente eleito e este, preso e deportado.

“Todos presenciaram a maneira descortez do marechal Floriano para com o Dr. Prudente, por ocasião de sua chegada ao Rio, a 2 daquele mês. Não comparecera um só ajudante de ordens do Vice-Presidente da República, um só de seus ministros... Não parecia tratar-se do estadista a quem dentro de alguns dias devia ser entregue o Governo do país.

“Nos quartéis havia movimentos anormais. A mocidade militar não ocultava a sua aversão ao futuro Chefe do Estado e o populacho agulado crivava-o de alcunhas... Tudo isso emprestava aos boatos a aparência de próxima realidade.

“No Palácio Itamarati, no próprio dia 15, depois da posse, o almirante Elysario Barbosa, novo ministro da Marinha, conversando com o autor destas reminiscências, mostrava-se apreensivo e — “não sabia se o palácio dentro em pouco se não converteria numa prisão”.

Tobias Monteiro termina a magistral, verdadeiramente magistral *Introdução*, por sua síntese dos governos Prudente de Moraes e Campos Salles, sob o ponto de vista histórico-político, social e econômico-financeiro.

Narrando o atentado de 5 de Novembro, que foi a coroa de martírio do primeiro presidente civil, teve Tobias Monteiro estes admiráveis conceitos: — “O sacrifício de Carlos Machado Bittencourt, marechal do Exército, organizador da expedição triunfante em Canudos, vítima de uma praça de pré, desvairada pelas sugestões de fanáticos políticos, caído numa praça de guerra diante de corpos que vinham de cumprir o dever militar, e de alguns loucos alí reunidos para assistir à tragédia de consequências mais vastas, era a maior lição de civismo dada por um soldado no momento de insuflar-se no Congresso e na imprensa a propaganda da disciplina militar e da deposição do Chefe de Estado com auxílio da tropa. Toda ela conservara-se surda às lôas dos seus instigadores e os fanáticos foram buscar na meia luz de uma tarimba o desgraçado capaz de trocar as armas de guerra pela garrucha do sicário. Heroicamente Carlos Machado lavou tamanha infâmia com seu sangue.

“No primeiro momento a cidade encheu-se de pavor. Dizia-se que a mafia política, promotora do atentado, tinha meios de persistir na sua obra, de atingir o seu fim. Parecia um desacerto irreparavel o Presidente expor de novo a vida, quando outro louco poderia deixar-se matar para matá-lo. Não lhe faltaram conselhos nesse sentido; mas a todos ouvia sem nada responder. No dia seguinte, à tarde, viam-no chegar sem guarda alguma, junto ao esquife do grande cidadão, morto para salvá-lo e a quem vinha acompanhar a pé ao cemitério. Nunca se vira alí tão ruidosa apoteose à coragem e ao dever.

“O sangue de Machado Bittencourt revigorou o poder periclitante e o quadriênio pôde findar em paz”.

A *Introdução* é, sob todos os pontos de vista, um trabalho de primeira ordem, que merece os mais vivos aplausos.

Tobias Monteiro não tem o direito de recusar à nossa História os seus depoimentos tão verdadeiros, tão vívidos e expostos de maneira tão atraente.

A história do regime tem nele, talvez, o seu maior e melhor intérprete.



O INTENDENTE CAMARA

O INTENDENTE CAMARA

(1764-1835)

Deve-se indiscutivelmente aos congressos realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o grande desenvolvimento dos estudos históricos em nossa pátria.

Cabe, é de justiça proclamá-lo, à efficientíssima administração de Afonso Celso, que, desde Fevereiro de 1912, ocupa a presidência da centenária e benemérita associação, esse resultado, digno de sincero louvor.

O *Primeiro Congresso Internacional de História da América*, dirigido pelo Sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, no impedimento do Sr. Ramiz Galvão, levado a efeito em 1922, trouxe nove volumes.

O *Segundo Congresso de História Nacional*, a 7 de Abril de 1931, comemorando o centenário da *Abdicação*, e do qual foi brilhantíssimo orientador o Sr. Alfredo Valladão, tendo a presidência de Ramiz Galvão, dará alguns volumes.

Veu, depois, a sessão inaugural do *Instituto Panamericano de Geografia e História*, criado em 1929, pela assembléia de Havana, de 26 de Dezembro de 1932 a 1º de Janeiro de 1933, dirigida, ainda por decisão de Afonso Celso, pelo Sr. Manuel Cicero, que soube, com tanto realce, imprimir a todos os trabalhos admiravel desdobramento.

Do Congresso de 1931 já foram publicadas, em avulso, algumas das monografias, constando, muitas delas, de biografias interessantíssimas que trarão muita luz, não só quanto à personalidade dos biografados, mas também sobre a época em que tiveram papel saliente.

A biografia histórica, como hoje se entende e cultiva, abre campo vastíssimo à investigação dos estudiosos.

Entre estes — figura Marcos Carneiro de Mendonça, que acaba de enriquecer as letras históricas com um trabalho de valor, sob o título — *O Intendente Camara* — (Manoel Ferreira da Camara Bithencourt e Sá), Intendente Geral das Minas (1807-1832), um volume em oitavo, de cerca de 500 páginas.

Como ilustrações contem um mapa, de frontespício, da região diamantífera setentrional de Minas Gerais, e duas vistas do Arraial de Nossa Senhora do Pilar ou Gaspar Soares. escala 1 por 2 mil.

Vale, especialmente por notavel repositório de documentos, numerando 106 especimes de manuscritos e autógrafos, contendo atos legislativos, fichas de matrícula universitária e títulos de formatura, requerimentos, certidões, salvo-condutos, atestados, folhas corridas, decretos, representados ministeriais, officios, relatórios, contas, cartas régias, resoluções, decisões, ordens, portarias, avisos, correspondência de secretarias d'Estado e dos governadores e vice-reis, traduções, memoriais, mapas da produção diamantífera, conta da extração do ferro, plano de abertura de rodovias, peças do processo de ação divisória e demarcação no arraial do Tijuco-Diamantina e Serro do Frio.

Fartíssimo documentário que procede dos arquivos da nossa Biblioteca Nacional, coleção Conde de Linhares; do Arquivo Nacional, bem como do preciosíssimo acervo da Brasiliana, do nosso quasi secular Instituto Histórico, de onde foi extraído o parecer do Ministro da Marinha e Ultramar, o Visconde de Anadia, datado de 9 de Dezembro de 1802, acerca das providências tomadas por minuta, para os fins de lavrar-se o Alvará das Minas de 1803.

Firmando esses documentos autênticos, figuram entre outras, as assinaturas de vultos históricos como Dom João VI, Dom Pedro I, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Conde Linhares, Visconde de Anadia, D. Manoel de Portugal e Castro, Marquês de Aguiar, do Conde da Palma, de Thomaz Antonio Villanova Portugal, José Bonifacio de Andrada, João Maria da Gama e Freitas Berquó, Marquês de Cantagallo, Visconde de Magé, Manoel Corrêa Picanço, Vasconcellos Drumond, Barão de Alcantara, Conde de Valença, Estevam Ribeiro de Rezende, Manoel Caetano Almeida e Albuquerque, João Severiano da Costa, Marquês de Queluz, Cavalheiro Antonio de Araujo Azevedo, Conde da Barca; Guilherme Barão de Eschwege, Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá e outros.

Encontram-se, de parte, extratos de *Plutus Brasiliensis* (1816-1833) do barão de Eschwege; e da Spix e Martius *Reise in Brasilien auf Befehl Magestat, Maximilian Joseph, von Bayern in den Jahren 1817 bis 1820* — Munchen, 1823 — 31, 3 vols. e atlas, traduções de Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça, a ser publicado no número da Rev. do Inst. Hist. Bras. comemorativo do centenário de Karl von Martius, 2ª parte, volume II, livro 5º, capítulo II, pág. 466.

Livro de erudição e investigação paciente e fecunda, damos nosso testemunho pessoal da perseverança e labor com que foi coligido pelo autor, que longas horas dedicou às pesquisas em nosso Instituto Histórico.

Abre o volume um prefácio com o esclarecimento de que, coligido aos poucos a sua valiosa coleção de obras sobre o Brasil, jamais pensou em servir-se dela como escritor. Entretanto, o conhecimento nítido da corrente contínua de esforços feitos pelo homem através dos séculos “em prol de um Brasil maior e melhor, alcançado pelo trato quotidiano de tantas obras preciosas”, fez dele “um sincero admirador dos expoentes das gerações passadas, que, na evolução do nosso povo, têm concorrido para o engrandecimento do país”.

É esta a razão, acrescenta, por que me dispuz a aceitar o convite que me foi feito pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob indicação feliz do Sr. Rodolfo Garcia, para relatar uma das teses do II Congresso de História Nacional reunido a 7 de Abril de 1931.

E não só por isso. O bio-bibliografado, além de legítimo expoente do nosso povo e de nossa raça, foi o maior propugnador da implantação da indústria do ferro em alta escala no Brasil, indústria à qual, ha já muitos anos, dispenso toda a minha atividade”.

Demais, como bem deixa acentuado — pela simples leitura da bibliografia anexa ao trabalho, poder-se-á aferir do esforço e atividade despendidos pelo monografista dentro do espaço de poucos meses de que dispunha para apresentar a sua memória ao referido Congresso de História Nacional, de 1931.

Da extensa bibliografia que encerra o livro, figuram, além dos *Anais da Escola de Minas de Ouro Preto*, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, *Revista Industrial de Minas Gerais*, *Anais da Biblioteca Nacional*, *Arquivo Nacional*, *Publicações e Memórias*, em manuscrito, conservadas na “Secção Histórica”; *Anais do Parlamento Brasileiro*, *Arquivo do Esta-*

do de São Paulo, *Coleção das Leis do Brasil, Coleção das Leis de Ouro Preto* (1834-1840, dez vols. em 13 tomos); a monumental e sempre citada *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, *Revista da Academia Real das Ciências de Lisboa* — obras, estudos, ensaios, exposições, traduções, monografias e artigos sobre a especialidade.

Da profusa bibliografia sobre o assunto, o autor declara não constar em sua biblioteca senão uma obra — o *Plutus Brasiliensis* do barão Wilhelm L. von Eschwege, Berlim, G. Rimmer, 1833, em cuja parte 6ª figura, aliás, uma injusta crítica à administração do Intendente geral dos diamantes, Camara. Demonstra Carneiro de Mendonça, irrefutavelmente, que essa acusação é, de todo, infundada.

Como Eschwege acentua, o autor “escrevia para um público completamente alheio aos negócios das Minas Gerais, tudo o que dissesse seria bem recebido.

“Fatos passados em 1815, com a vinda dos mestres e artífices alemães, pedidos nesse ano por Camara (ofício de 11 de Setembro de 1814, expedido da Câmara Municipal do Tijuco ao conde de Aguiar) são ligados a outros de 1811, fazendo crer que o governo, pondo em dúvida a sua capacidade (sempre então incondicionalmente louvada), deliberara enviar-lhe Varnhagen para ajudá-lo”.

Eschwege, escreveu isso, — acrescenta Marcos Carneiro de Mendonça, — sabendo muito bem que Varnhagen esteve escolhido, não para auxiliar Camara no Morro do Pilar, e sim para substituir a êle Eschwege na construção da Fábrica de Ferro de Congonhas, fundada pelo conde de Palma (apesar de Eschwege deixar sempre em seus escritos a impressão de ter sido ele o autor da idéia e da sua execução), conforme se pode verificar dos termos do Aviso de 30 de Agosto de 1811, do conde de Linhares ao conde de Palma (*Coleção de leis de Ouro Preto*, vol. II, 1835).

Essa bibliografia, que é das de mais cópia e valor como subsídio à nossa história mineralógica e metalúrgica, só ao correr de anos poderá ser devidamente examinada, esmerilhada e esgotada.

O plano desse ensaio bio-bibliográfico, em 20 capítulos, obedece, tanto quanto possível, à ordem histórica-cronológica.

Justifica-se o ensaísta ter feito obra modesta de explanação, com ressalva de que “buscou, porem, fazê-la verdadeira”.

“Procurei, acrescenta, nesse sentido, revelar memórias, fatos e acontecimentos importantes; esclarecer e modificar a apresentação de outros já estudados — e, conclue — “os mestres que me honrarem com a sua leitura saberão avaliar quanto me custou ler milhares de documentos, em manuscrito. escolhê-los, copiá-los, concatená-los e encaixá-los nesta obra, que, apesar de tudo, se apresenta tão aquém dos méritos dos biografados”.

“O Desembargador Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá, no exercício das suas elevadíssimas funções de Intendente Geral das Minas e dos Diamantes do Distrito Diamantino e Comarca do Serro do Frio, foi um dos homens que mais e melhor souberam concorrer para a fixação da nossa nacionalidade, criando, desde a sua chegada à Demarcação Diamantina, que até então só fora administrada por portugueses natos, no famoso arraial do Tijuco, um vigoroso núcleo de brasilidade”.

A ficha escolar do Intendente Camara fornecida em 1930, pela Universidade de Coimbra, dá-o como nascido em Vila Nova de Rainha de Caheté, freguezia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Capitania de Minas Gerais; mas a certidão de seu batismo na Matriz de Santo Antonio de Itacambira, comarca eclesiástica das Minas novas do Orassuaí, foi passada em 1827, a requerimento do próprio Ferreira Camara, que então contava 63 anos, e, ao formular o seu pedido declarou ter nascido e se batizado na respectiva vila de Santo Antonio do Itacambira.

A data do nascimento não se acha precisada em ambos esses documentos. Foram seus pais o Tenente Bernardino Rodrigues Cardoso e D. Francisca Antonia Xavier de Bethencourt e Sá. Formou-se em 1788, pela Universidade de Coimbra, com José Bonifacio de Andrada e Silva, o *Patriarca da Independência*.

Confrontando-os, assinalou Sylvio Romero em sua *História de Literatura Brasileira*, “Manoel Ferreira da Camara Bethencourt e Sá é um dos mais distintos representantes de sua vigorosa geração”.

Pode sofrer o paralelo com José Bonifacio. Tinham quasi a mesma idade, formaram-se ao mesmo ano, viajaram juntos, dedicaram-se aos mesmos estudos; foram ambos deputados e assinaram juntos o primeiro projeto de nossa Constituição política”.

Alfredo Valladão, em brilhantíssima exposição de motivos das teses apresentadas ao *Segundo Congresso de História Nacional*, passando em revista as principais figuras intellectuais, científicas e artísticas desse período histórico salientou — José Bonifacio, como nome consagrado nos centros científicos da Europa, onde fora condiscípulo de Humboldt, e onde figurava entre os mineralogistas de mais renome da época — Martim Francisco, seu irmão, igualmente cientista Frei Leandro, o primeiro professor de Botânica, que teve o Brasil, professor da Academia Médico-Cirúrgica; professor popular que em suas lições ao ar livre no Passeio Público, ministradas a um auditório de escol intellectual, do tempo, e diretor do Jardim Botânico, de que se fez o nosso primeiro horto verdadeiramente científico.

“Mas sobretudo acentua Alfredo Valladão — se conta Camara Bethencourt, o companheiro de José Bonifacio, nas suas excursões científicas pela Europa, e que, regressando, ao Brasil, se consagra à aplicação de seus conhecimentos científicos como administrador, como intendente dos diamantes em Minas Gerais desde 1807 até 1823”.

Nada mais é necessário acrescentar, segundo bem considera Marcos de Mendonça, para ficarem devidamente focalizados a importância e o valor da personalidade de Manoel Ferreira Bethencourt e Sá, no cenário da história do Brasil.

Constam da relação dos seus escritos sete memórias elaboradas por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa ou pela mesma premiadas — sobre a comarca de Ilhéos (1789), acerca do carvão mineral da freguesia de Carvoeira (1289); sobre a exposição do melhor sistema político conveniente à Coroa, apresentado pelo Conde de Linhares ao Conselho de Ministros (1789 inédita); sobre as minas de chumbo e prata da Alemanha e sobre a fundição do ferro com diminuto combustível, por processo novo (inédita, em francês), sobre a Memória do Inconfidente Dr. José Alvares Maciel, sobre a fábrica de ferro, de Nova Seixas (1798, inédita), sobre a “Permuta de todo o ouro em pó por moeda corrente (1799, inédita), escrita por ordem do Conde de Linhares; apresentada ao mesmo ministro, sobre o meio de obter o cobre necessário à cunhagem de moedas destinadas aos estabelecimentos americanos, e particularmente para o projeto de permuta de todo o ouro em pó por moeda corrente (1799, inédita); (*Memórias sobre Sesmarias e Datas, Minas e Bosques* (inédita); *projeto do Alvará de 13 de Maio de 1803 para substituir no Brasil o*

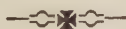
Regimento Diamantino de 2 de Agosto de 1771, conhecido na Capitania de Minas Gerais por "Livro da capa verde"; Informações sobre a lavra de ouro do Morro do Pilar (Tijuco, 1818, inédito), Plano para abertura de Estradas do Morro do Pilar ao Rio Doce (1819, inédito); Parecer dado a D. João VI sobre a Representação que lhe fizera o inspetor das Sociedades de Mineração (Guilherme, Barão de Eschwege) (Tijuco, 1819, inédito), Resposta à Camara de Baía, Parecer sobre o Requerimento dos habitantes da Demarcação de Diamantina, esbulhados de suas terras pela Junta das Diamantes; Proclamações ao povo da Demarcação e Tijuco; Discurso a D. Pedro I pronunciado no Rio de Janeiro em nome do povo e da administração Diamantina (inédito); Emendas ao Projeto de estabelecimento de Universidade no Brasil, considerada como germe da criação de Escola de Minas de Ouro Preto, Anais da 1ª Constituinte, sessão de 18 de Outubro de 1823.

Felicio dos Santos, assim lhe traçou o retrato moral. "Empreendedor, de vontade firme, ativo, inteligente, dotado de profundos conhecimentos teóricos e práticos, na metalurgia, e mais que tudo patriota animado de um ardente desejo de promover o engrandecimento e prosperidade do seu país, quando chegou ao Tijuco, como intendente dos diamantes, entusiasmado com justa razão pelas grandes vantagens, que via colherem-se na Europa do sistema das máquinas e fábricas, foi seu firme propósito applicá-las em sua pátria.

O Intendente Camara, que apresentou seu pedido de demissão do cargo, por motivo de precariedade de saúde, em Abril de 1822, deixou-nos sua autobiografia, a traço forte, nas 14 laudas da petição de reconhecimento dos seus serviços, em remuneração pecuniária e honorífica.

Dá se verifica que para ir servir no Tijuco teve de abandonar sua casa e interesses, acarretando-lhe, isso, grandes prejuízos e sacrificios.

O livro de Marcos Carneiro de Mendonça é, em síntese, um estudo de valor; suprimindo um claro nas letras bio-bibliográficas e históricas. Importa num serviço de erudita benemerência.



A YMAGO MUNDI DE PEDRO D'AILLY



A YMAGO MUNDI DE PEDRO D'AILLY

Edmond Buron, arquivista do governo do Canadá, contribuiu para as letras históricas com um livro sobremodo precioso em todos os sentidos.

É a edição crítica, profusamente documentada e ilustrada, do famoso incunábulo do Cardeal Pierre d'Ailly (Pedro de Alliaco) intitulado *Ymago Mundi*.

A primitiva tese sob o mesmo título, que serve de origem mais remota à presente coleção colombiana dos 16 tratados do autor, data de 12 de Agosto de 1410. Convenientemente desenvolvida aquela monografia de d'Ailly, veio a formar a célebre edição de Lovaina da *Ymago Mundi* (1480-83), que serve de texto à actual edição crítica, de Edmond Buron.

A respeito, figura a presente nota no *Repertório da Bibliografia Geográfica Brasileira*, organizada, sob proposta nossa, pelo erudito Sr. Rodolfo Garcia, e inserta no tomo 85 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*: — Alliaco (*Petrus de*), *Tractatus de imagine mundi et varia ejusd. auct. et Joannis Gersonis opuscula* — S. l. n. d....

Incunábulo dos fins do século XV, apenas citado por Hain, *in Repertorium bibliographicum*.

Em uma página em branco por letra de D. Pedro II, a cuja biblioteca particular pertenceu o exemplar do *Instituto Histórico* encontra-se a seguinte inscrição: "*Avant coureur de Colon*".

Petrus de Alliaco é o célebre teólogo, Cardeal Pierre d'Ailly, a aguija dos doutores de França, martelo dos heréticos, como lhe chamaram os seus contemporâneos. Nasceu em Compiègne, em 1350, foi Bispo de Cambrai, em 1393, e recebeu o chapéu cardinílico em 6 de Junho de 1411; faleceu em Avignon entre 1420 e 1435.

Representou papel importante nos negócios eclesiásticos da sua época. Suas obras cosmográficas resumem tudo o que

se sabia e ensinava em fins do século XIV e princípios do século XV.

O Dr. L. Salembier, em monografia recente, *Pierre d'Ailly et la découverte de l'Amérique*, Paris, 1912, refundindo pesquisas anteriores, fixa definitivamente a influência exercida sobre Cristovam Colombo pelos escritos de Pierre d'Ailly.

Corroborando esse fato, cita os documentos existentes na biblioteca do *Capítulo de Sevilha*, cujos livros mais curiosos são os que pertenceram ao Almirante, cheios de notas suas. Entre os autores favoritos, aquele ocupa o primeiro lugar. No volume que contem a principal obra cosmográfica do Cardeal, a *Ymago Mundi*, e outros tratados contam-se 898 notas escritas por Cristovam Colombo, e seu irmão Bartolomeu, a quem pertencia o exemplar".

O exemplar do Instituto é da primeira edição da obra.

De fato, o texto do códice de d'Ailly pertencente ao Instituto, principia pelas palavras:

"*Petrus de Allyaco, vir inter omnes cui sui facile doctissimus*", etc., que correspondem ao exórdio dos editores da primeira coletânea dos tratados do autor.

Em seu *Dicionário bibliográfico das mais raras e procuradas edições do século XVI*, parte II, pág. 43, La Serna Santander, citado por Edmond Buron, supõe que a *Ymago Mundi*, de Lovaina, deve ter sido editada cerca do ano 1480.

A obra de d'Ailly, acrescenta de muito antes da invenção de imprensa, figurava em todas as bibliotecas universitárias da Europa. Desde que apareceu impressa em volume, espalhou-se pela mesma forma: a todos os que se dedicavam às questões geográficas e cosmográficas.

Martim Behaim, para fabricar o seu célebre globo, utilizou-se dos conhecimentos de d'Ailly (*Histoire critique*, de Vignaud, que reproduz a nota manuscrita de Hartmann Schedel sobre o globo Behaim (tomo II, págs. 625-628).

Fernão Colombo, filho do descobridor da América, na opinião dos sábios e em especial a do cardeal d'Ailly, havia decidido o pai a empreender o grande feito, perfeitamente convencido da estreiteza do oceano entre a Espanha e a Índia. Aliás, o plano de Toscanelli era exatamente conforme às idéias de d'Ailly.

Resumindo toda a parte científica das notas escritas do próprio punho de Colombo, à margem dos livros da biblio-

teca de Sevilha, vê-se que os raciocínios cosmográficos do Almirante se baseiam principalmente nos ensinamentos de d'Ailly e de Pio II.

Vignaud (*Op. cit.*, págs. 305-338), reconhece que "só com os subsídios auridos em d'Ailly, poderia Colombo formular a estrutura teórica do seu sistema, sem recorrer a nenhum outro autor".

Na bibliografia dos códices e livros raros mediéviços designa-se por — *Ymago Mundi*, o título da *Racolta Colombiana*, composta de 21 tratados, 16 de Pedro d'Ailly e 5 de João Gerson, que fora o seu discípulo, sem título, pelo que lhe foi dado o da primitiva monografia de 1410, de Alliaco sobre o mesmo tema — *Ymago Mundi*; sem *post-libris*, sem data de publicação, nem local de impressão, ou nome do impressor.

Por quem foi editada a obra de d'Ailly? João de Westphalia era o impressor da Universidade de Lovaina; sua oficina ficava instalada na sede mesmo dessa universidade: *in alma ac florentissima Universitate Lovaniensi residente*, segundo o anunciam as inscrições de alguns dos seus livros editados.

"Os impressores do século XV estreiam quasi sempre no seio das universidades, por vezes nos eláustros onde se abrigavam as ciências. Os primeiros livros impressos foram destinados a enriquecer as bibliotecas de estudo".

A relação completa das obras de Petrus ab Alliaco, em latim e em francês, atinge 174 produções, entre tratados científicos, memórias, dissertações, peças de oratória sagrada e teses teológicas, entre as quais podem citar-se, além dos 16 tratados coligidos na *Ymago Mundi*, o *Tratado da Alma*, sobre o *Livro da Consolação* de Boecio e sobre as *Sentenças* do famoso Pedro Lombard, etc.

Campeão de ortodoxia, confundiu muitas vezes, falando em nome da *Universidade de Paris* aos heréticos que negavam os principais dogmas de fé católica.

Votado à pesquisa da verdade e da perfeição, espírito profundamente investigador de todas as ciências em seu mais amplo desenvolvimento, maximé a Teologia e o Direito canônico, d'Ailly foi não só sábio e doutor da Igreja, como diplomata da Santa Sé, conselheiro da Corte, confessor e secretário do Rei Carlos VI, Arcediago de Cambrai (1391), Bispo de Diocese de Puy-en-Véllay, e Cardeal de Cambrai (1411).

Criou bibliotecas, reconstruiu o Colégio de Navarre, reformou o sistema monetário e apresentou o projeto de 1417,

de reforma do Calendário que serviu de base à gregoriana de 1580. Não fora o Schisma da Igreja Ocidental, e o Cardeal d'Ailly houvera sido não apenas o inspirador, senão o próprio autor dessa famosa reforma cronológica.

Edmond Buron mostra-nos que Petrus ab Allyaco foi uma intelectualidade sobrepujante à época, verdadeiro guia científico e providencial do périplo do Novo Mundo e da descoberta do caminho marítimo para as Índias, precursor de Colombo e de Vasco da Gama.

Nele se inspirou a tentativa da Cristandade medieval de libertar a Igreja do Oriente pela guerra aos Turcos.

Os raciocínios do Cardeal de Alliaco sobre a revolução planetária, e a conjunção dos astros, apoiados nos cálculos renovados pelos Árabes, assinala Edmond Buron, desvendam o segredo da ação divina no mundo.

D'Ailly deu-nos a observação profética dos grandes acontecimentos da humanidade, no seguinte vaticínio: "De 960 em 960 anos, opera-se uma grande conjunção de Saturno e Júpiter, prenunciadora de transformação dos impérios e reinos do globo".

No seu tratado de 1410, em latim, intitulado *De concórdia astronômica veritatis et narrationis historiae*, de Alliaco, referindo-se a sete dessas grandes conjunções já verificadas em suas consequências e repercussão sobre o mundo nos grandes fatos históricos sociais, assim predetermined:

"O oitavo (desses fatos notáveis do ciclo de humanidade) realizar-se-á em 1789; e acrescentou: "Se o mundo durar até esse ano — o que só Deus o sabe — se observarão inúmeras e extraordinárias transformações à face do mundo, mormente no que entende com a legislação e a religião".

Era de prever a Revolução Francesa, em era certa, com 375 anos de antecedência.

A concordância dos tratados astronômicos e teológicos de d'Ailly, faz lembrar segundo Alexandre Humboldt (*Ensaio Crítico*, I, 61; 64 e 69; II, 349; *Cosmos*, not. 582), as conclusões das teses, tidas por mais alta expressão de ciência coetânea, publicadas quatro séculos após a morte do Cardeal de Cambrai.

Aliás, as obras de Pedro de Alliaco estão repletas de induções científicas, que, para o espírito do tempo, se reputavam audaciosas e que, séculos mais tarde, foram realizações experimentais que maravilharam o mundo.

De Alliaco, entre suas idéias cosmográficas, bateu-se pela consideravel vastidão da parte habitavel da Terra, e relativa exiguidade da superficie do Oceano circunjacente.

Entende Buron que, assim como Alexandre Magno fez a excursão triunfante à India, pelo fato principalmente de ter tido por genitor Philippe de Macedonia, que militarmente aparelhou tudo para essa grande empresa e, devido ainda ao heroismo e façanhas do seu povo, ao próprio carater juvenil de Alexandre, à sua idade e a impressão nele produzida pela leitura de Homero, por tudo isso, assim como ao vencedor de *Arbellas* não era lícito proceder de outra forma, assim também, conclue Buron, o genovês descobriu o Novo-Mundo, por seu gênio e predestinação, e pelo decisivo influxo que nele exerceu a leitura de d'Ailly.

Declara Buron que, produzindo a presente edição critica de d'Ailly, teve por principal objetivo mostrar os processos de composição do cardeal cambraiense, cuja obra, das mais vastas da sua época, é a melhor síntese de ciência medieval.

Críticos, historiógrafos, ensaistas sociais, monografistas eruditos, de vários matizes religiosos, sobretudo católicos, reformados e jansenistas, publicaram estudos sobre seu perfil científico e austeridade de virtude.

A presente edição de crítica substancial em tres volumes, apõe o autor anotações opulentíssimas, à margem em dupla coluna.

São apostilas preciosas: 1º), com indicação das fontes directas que serviram a d'Ailly, no texto original, ou adaptado pelo processo respectivo, afim de que o leitor melhor aprecie a composição da obra; 2º), com as referências secundárias aos autores citados pela *Ymago Mundi*, seguidos de apreciação critica do texto com o sentido dos termos obscuros variantes, etc.; 3º) interpretação das siglas e abreviaturas contidas na obra.

Referindo-se ao próprio esforço dispendido com a recente edição da obra de Pedro de Alliaco, taxou-a o autor de imperfeita tentativa, primeiro ensaio no gênero, destinado antes a esclarecer a questão colombiana e apresentar em segundo lugar o esboço de um dos maiores vultos de pensadores da Cristandade.

"Eu tinha em mente, justifica o autor, render homenagem ao illustre cardeal francês, que reputo por principal cooperador de Colombo, senão seu inspirador".

“Este trabalho seria perfeito, reconhece Buron, se lhe tivesse sido possível a pesquisa dos mesmos manuscritos de que se serviu d'Ailly, porem não ha como obtê-los mais na actualidade; eis por que dá por escusa de que as referências da obra se reportem quasi sempre a edições impressas *a posteriori*. De Alliaco, cita todo um mosaico de textos antiquísimos, recolhidos de Plínio, santo Isidoro, bispo de Sevilha; Orosio, Macrobio, Pomponio Mela, São Jeronimo e Rogerio Bacon.

Este último, talvez devido ao gênio heterodoxo e perigoso do monge franciscano de Oxford, só foi citado por d'Ailly duas vezes: a primeira no *Elucidarium* — Carta de Bacon ao Papa Clemente IV sobre a idade cósmica, a segunda no tratado primitivo da *Ymago Mundi* (1410), em que faz referência à conjunção dos astros que presidiu ao Natal de Jesus Christo.

Relativamente à descoberta do Novo Mundo, o autor dá ao cardeal de Alliaco, o título de “pai espiritual da América”.

“A *Ymago Mundi*, de d'Ailly, acentua Buron, deve considerar-se a fonte por excelência, onde o descobridor da América colheu muitos conhecimentos científicos.

Instruiu-se Colombo com um mestre que dir-se-ia suscitado providencialmente para ensinar-lhe com insistência estranha que o Oceano não era tão largo, que a Espanha estava face a face voltada para as Índias; que o grau terrestre tem 56 milhas e $\frac{2}{3}$; e que o Paraíso terreal estava situado sob a zona temporal, não longe da famosa Ofir, aonde Salomão fora buscar tanto ouro nativo e tão preciosos tesouros destinados ao embelezamento do grande Templo de Jerusalém.

Fora d'Ailly quem havia dito às altas autoridades antigas que em poucos dias — *paucissimus diebus*, com vento de feição, se poderia velejar do porto de Palos às Índias.

Na nota 363 do próprio punho de Colombo à margem da *Ymago Mundi*, assim se lê: “Seneca, segundo d'Ailly, diz que não dista muito de Espanha às Índias. O oceano é um curso d'água que corre de polo a polo em leito não muito largo”.

Confirmando o que tinha por certo e verificado por ele próprio, Colombo anotava às passagens de d'Ailly: *Hoc est credendum* ou *Hoc est veritas*.

A *Ymago Mundi* era conhecida em Portugal, desde o começo do século XV, que as principais bibliotecas a possuíam.

Azurara assina-la em sua *Crônica de Guiné*, terminada em 1488.

E' provavel a houvesse introduzido o Infante D. Henrique, o *Navegador*, na Escola de Sagres, e dela se fez uso por ocasião das descobertas da Madeira, Açores, cabos Bojador e Branco, Cabo Verde e Guiné. A presente edição critica contem os quadros tratados cosmográficos de d'Ailly, conservados ha séculos numa urna de cristal no antigo Capitulo de Sevilha, a saber: a *Ymago Mundi*, o *Epilogo do Mappa-Mundi* e duas sùmulas de *Cosmografia*, de Ptolomeu, com reproduções das páginas do texto em cópia fotopaleográficas, vendo-se as notas autógrafas de Colombo e de seu irmão Bartolomeu.

Os tres tomos da obra, de 828 páginas de numeração seguida, são ilustrados com os retratos do Cardeal d'Ailly em frontespício e no corpo do livro, de Cristovão Colombo, cópia do existente no Museu de Marinha de Madrid, de Santo Isidoro de Sevilha, Sacrobosco, Nicoláo, Orosio, Roger Bacon, e do impressor João de Westphalia; alem de muitas gravuras, traçados, esquemas e tábuas do texto.

Edmond Buron escreveu para o livro uma introdução, que revela pleno conhecimento do assunto; e organizou um trabalho completo de biografia de Colombo e de Alliaco.

Ao todo, compõe-se a obra de 94 capítulos, sendo 60 da *Ymago Mundi*; 10, do Epilogo *Mappa-Mundi*, e dos 24 restantes compõe-se a *Sùmula de Cosmografia de Ptolomeu*.

Os *fac-similes* representam autógrafos de Pedro d'Aillà, páginas do texto da *Ymago Mundi*, anotadas à margem por Cristovam Colombo, outras apostilas, mapas, esferas e cartas cosmográficas tambem de Colombo, Oresmo, Sacrobosco e Santo Isidro de Sevilha.

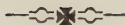
A reedição do chamado *Livro de Sevilha*, ou *Imagem do Mundo*, de Pedro de Alliaco, era um claro bibliográfico, preenchido pelo arquivista do governo do Canadá. Impunha-se esse estudo de paleografia e bibliografia, heurística e diplomática.

Muito se ha controvertido e pesquisado sobre o plano de comunicação intercontinental do Almirante genovês e sobre o verdadeiro local do seu nascimento.

Revolveram-se os arquivos e bibliotecas mundiais; e apresentaram-se eruditas dissertações e teses sobre o Descobrimiento do Novo Mundo, observa *Edmond Buron*, mas nunca se reproduziu, como nesta edição critica, da *Ymago Mundi*, a

obra que Colombo leu antes de partir para sua arrojada empresa, e enriqueceu de 898 apostilas interpretativas e críticas.

Por todas essas razões, Edmund Buron, acaba de presentear as letras históricas com a magistral edição crítica da obra de d'Ailly, sob todos os sentidos, um monumento bibliográfico.



CRISTOVAM COLOMBO

CRISTOVAM COLOMBO

Consagrando a passagem do quatricentésimo quadragésimo aniversário do descobrimento do Novo Mundo, por Cristovam Colombo, a sua cidade natal, Gênova, fez publicar como homenagem à memória do navegador, um monumento bibliográfico de reivindicação histórica, sob o título *Cristovam Colombo — Documentos comprobatórios da sua origem genovesa*, obra artística *in-folio*, de 292 páginas e numerosas fotografias.

No colofão da obra, lê-se que se concluiu a impressão da mesma em 30 de Setembro de 1932, saída das oficinas do Instituto Italiano de Artes Gráficas de Bergamo em tres grandes edições: a edição princeps, a edição hispano-francesa, e a edição anglo-alemã.

A tradução em espanhol foi feita por Juan Ramón Masoliver, Giuseppe Cappelli e Luigi Ziliani; e a francesa é da lavra de Annie Lami Gillot, Eugen Haas e Juan Ramón Masoliver.

Para a elaboração desse trabalho a cidade de Gênova nomeou uma Comissão especial composta do Senador Eugenio Broccardi, Potestade de Gênova como presidente, e de mais treze membros seguintes: os Srs. Mario Maria Martini, conselheiro municipal; Professor Francesco Porro, representante da *Federazione Ligure dell' Instituto Fascista di Cultura*; Professor Avv. Enrico Bensa, representante de la *Società Ligure di Storia Patria*; Dr. Silvio Ardy, secretário geral do Município; Professor Giovanni Campora, representante da Associação Genovesa A. Compagna; Professor Paolo Revelti, da Real Universidade; Avv. Emilio Marengo, superintendente do Arquivo do Estado; Professores Emilio Pandiani e Carlo Bornate; Avv. Ambrogio Pesce-Maineri; e Professor Orlando Grosso, diretor do *Ofício Municipal de Belas-Artes*.

Como secretário-relator figura o Professor Giovanni Monleone, que foi o coordenador da documentação memorial histórica, tendo por colaborador nas investigações nos arquivos o Marquês Dr. Giuseppe Pessagno, sendo ambos também membros da sobredita comissão.

O material crítico-científico de Iconografia e textos antigos, autógrafos, paleógrafos e impressos teve por fontes, os seguintes Institutos e bibliotecas de renome europeu, na especialidade colombiana:

ARQUIVOS — *General de Indias*, de Sevilha; *Nacional*, de Madrid; *de Simancas*; *di Stato di Firenze* (Florença). *Arquivo e Biblioteca Municipale di Savona* (Savona); *di Stato di Genova* (Genova).

BIBLIOTECAS — *Colombiana*, de Sevilha; de *Palácio e Nacional*, de Madrid; *Nacional*, de Paris; *Braidense*, de Milão; *Nacional*, de Turim; *San Marco*, de Veneza; *Universitaria*, de Bolonha; *Apostólica, Vaticana*, da Cidade do Vaticano; *Alessandrina e Angelica*, de Roma; *Civica*, di Pirano (Istria); *Universitaria della Missione Urbana di San Carlo Beriana*, Genova.

ACADEMIA — *De la Historia*, de Madrid.

SOCIÉTÉ — Des Amis de la Bibliothèque Nationale, de Paris.

MUSEUS — *British Museum*, de Londres; *Navale*, de Pegli.

Entre os que contribuíram com a eficiência das suas pesquisas e estudos na colaboração da obra, cumpre citar os seguintes nomes dos Srs. Angel de Altolaguirre y Duvale, da *Academia de la Historia*, de Madrid; Alonso Nuñez, diretor da *Biblioteca Colombiana*, de Sevilha; José Alvarez de Luna y Pohl, do *Archivo General de Indias*, de Sevilha; José Maria Giner Pantoja, do *Archivo Nacional*, de Madrid; Julio Garcia Gondoy, conservador do *Museu Naval*, de Madrid; Martin de la Torre, da *Bibliotheca Nacional*, de Madrid; Rafael Gay de Montella, de Barcelona; Manoel Serrano y Sanz, de Madrid; André Sayous, de Paris; Charles de La Roncière, diretor da *Biblioteca Nacional*, de Paris; Fritz Streicher, de Munich; Gian Carlo Buraggi, superintendente do *Archivo di Stato*, de Turim; Isidoro Marchini, de Gênova; Filippo Noberasco, bibliotecário e arquivista de Savona; Giuseppe Pallastrelli, de Placencia; Alessandro de Orchi, de Como; Paolo Revelli, da Universidade de Gênova; Am-

brogio Pesce-Maineri, de Gênova; Carlo Bornate, de Gênova; e Angelo Piccardo, do *Arquivo di Stato*, de Gênova.

As fotografias do texto e dos documentos, em número de 525, foram executadas pela Gabinete Fotográfico Municipal de Gênova dirigido pelo Professor A. Frixione; e pelo Marquês Dr. Giuseppe Pessagno, na Espanha. Incluem-se nessas ilustrações do texto duas antigas vistas panorâmicas coloridas, verde e sépia, formato de página, representando o golfo e cidade de Gênova (pág. 179) no fim do século XV, recopiada com autorização dos padres da comunidade local por Cristovão Grassi, em 1597, reprodução do painel de 4m,14 X 2m,27, existente no Museu Naval de Pegli; vendo-se as torres de Oliveira, e de Capo di Faro, defendidas em 1447 e 1449 a 1451, respectivamente por Domenico e Antonio Colombo, pae e tio do grande navegador; e o panorama de Savuna (pág. 195) do tempo de Colombo (pág. 195), reprodução de outra tela de 1m,70 X 1m,15, existente no mesmo Museu na qual se descortina em direção da *Torre del Brandale*, além de uns 250 metros, a casa então ali habitada por Colombo e sua família paterna, situada, na rua San Giuliano, casa ha muito tempo demolida, por motivo das sucessivas transformações que soíreu essa cidade (Documento 150). Erguia-se a casa do descobridor junto à *Porta de Santo André*, que se vê nesse panorama, denominada "Casa de Colombo", que seu referido pae, Domingos Colombo, como bem foreiro dos Monjes do Mosteiro de Santo Estevam. À págs. 233, se estampa um retrato a cores, formato de página, representando o genovês reprodução do seu retrato figurante na Galeria Gioviana da cidade de Como, com 0m,40 X 0m,485 de dimensões.

A obra acha-se dividida em tres partes.

Da primeira constam os depoimentos históricos coetâneos, ou quasi contemporâneos de Colombo, quer estrangeiros, quer italianos, ligúrios ou não, escritores de séculos posteriores e a correspondência diplomática referente.

A parte segunda colige documentário de pesquisas de arquivos e outros atestados autênticos — tais como atos de notoriado e da administração genovesa, comprobativos: a) da origem puramente genovesa de Cristovão Colombo e do ano rigorosamente exato do seu nascimento; b) da mudança de residência de Gênova para Savona, de Domingos Colombo, de seu filho Cristovam e respectiva.

família; e do subsequente regresso a Gênova de Domingos e de seu filho Diogo; c) de que ha perfeita identidade do Colombo genovês com o Colombo, descobridor da América além de documentos outros.

A terceira parte é uma coletânea de autógrafos raros de Cristovão Colombo e documentos officiaes relativos a seus colaterais e descendentes, existentes na municipalidade de Gênova, de autenticidade comprovada.

Essa última parte foi especialmente reservada à correspondência de Colombo com os da sua cidade natal, Gênova, e, às declarações pessoais suas, às de seu irmão Diogo, de seus dois filhos Diogo e Fernando e de seus dois bisnetos, D. Francisca Colombo y Pravia (1578), e o Duque de Veragua, D. Luiz de Avila y Colombo ao Senado de Gênova (1633), para sucessão do ducado desse nome. (Manuscrito da Academia de História de Madrid, Coleção Salazar).

De fato, da instituição de morgadio firmada por Colombo em 1498 da verba testamentária de seu filho natural D. Fernando, das declarações aludidas de seus bisnetos se assinala a concordância sobre ter sido aquella cidade ligure a pátria do Navegador.

De mais, como se acentua nesta grande obra — Colombo em seu testamento de 1506, identificou de modo inconfundivel sua própria personalidade com a, tantas vezes, nomeada nos autos de notariado genovês; e suas declarações a respeito foram repetidas por seu filho legítimo, D. Diogo em seu testamento de 1523.

Por sua vez, o irmão do *Descobridor* Diogo no testamento que fez em 1515 faz menção de um seu primo João Antonio, cujo nome vem igualmente citado naqueles autos notariaes, comprovando-se assim que Colombo tivera residência e negócios em Gênova muito antes do descobrimento.

Dos documentos reproduzidos e comentados se deduz o seguinte esboço principal da árvore genealógica de Colombo.

Giovanni Colombo, avô paterno do Navegador, houve dois filhos — Domenico e Antonio.

Domenico, pae de Colombo, foi casado com Susanna Fontanarosa. Como irmãos do illustre genovês figuram — Giovanni Pelegrino, Bartolomeu, Giacomo (Diogo) e Bianchinetta.

Antonio, tio paterno do Navegador, foi pai de tres filhos, Gianeto, Matteo e Amiglietto.

Do manuscrito *Genealogias de los Caballeros que han puesto el Habito de la Orden de Santiago desde el año de 1501 hasta el de 1599 inclusive, sacadas y extradadas por Orden del Consejo, de las Pruebas que existen en el Archivo General del Real Convento de Velés, y de las Genealogias originales, que se custodian en la Escribania de Camara de la Orden de Santiago*, tomo I, consta à fl. 16:

Ano de 1535: Genealogia de D. Diogo, neto de Cristovão Colombo era natural de S. Domingos, teve por paes, D. Diogo Colombo, vice-rei das Índias do Mar Oceano, natural de Lisboa, e de D. Maria de Toledo; e avós paternos — Cristovão Colombo, natural de Saona perto de Gênova e D. Felippa Moniz Perestrello, natural de Lisboa.

D. Diogo, o primogênito legítimo do Descobridor do Novo Mundo, teve o título de 2º Almirante das Índias do mar Oceano; era casado com D. Maria de Toledo, e deixou filhos D. Luiz Colombo y Toledo, que foi o 3º Almirante das Índias, falecido sem descendentes em 1572; e Cristovão Colombo y Toledo, casado em primeiras núpcias com D. Leonor Zuazo; em segundo matrimônio com D. Anna de Pravia, e em terceiras núpcias com D. Magdalena de Gusmán. Do seu segundo matrimônio, houve Cristovão Colombo y Toledo, um filho de Diogo Colombo y Pravia e uma filha a sobredita D. Francisca Colombo e Pravia; do terceiro, uma filha D. Maria Colombo y Puzmán y Anaya, casada com o referido Duque de Veragua, D. Luiz de Avila.

Em 1578, extinta com a morte de D. Diogo Colombo y Pravia, bisneto do Descobridor, a descendência masculina deste último, iniciou-se na Espanha um famoso pleito para a sucessão do Morgadio, a cujo pleito judicial se apresentou em defesa de seus direitos a irmã do finado D. Diogo, D. Francisca Colombo, na qualidade de bisneta do Descobridor.

Durante essa agitada contenda, muito se discutiu sobre qual haja sido a verdadeira naturalidade de Colombo. No *Memorial do Pleito*, alega D. Francisca que seu bisavô era natural de Gênova, como seu pai e antepassados.

Já d. Fernando, o filho mais novo e biógrafo de Colombo nos havia deixado a primeira biografia do seu genitor, da qual infelizmente só veio ter ao nosso conhecimento a versão italiana publicada em 1571 em Veneza, sob auspícios

de um velho patrício genovês possuidor do manuscrito. No capítulo II da sua *História*, D. Fernando trata ao genovês Agostino Giustiniani, que foi contemporâneo de Colombo e escreveu a seu respeito e de sua família, em *Escritores Lígures*; e sempre que os fala de Bartholomeu, seu tio paterno, Fernando assinala que "a sua pátria era Gênova" (*História*, cap. XI).

No testamento de D. Fernando, feito em Sevilha a 3 de Julho de 1539, documento reproduzido em *fac-simile* fotografatura, tendo 9 págs. a fls. 270 da obra cuja cópia de 178 fls. existe no Arquivo Geral das Índias de Sevilha, extraída de outra autêntica que se conserva no Arquivo Capitular da Catedral de Sevilha, figuram as declarações prestadas em 1539 pelo executor testamentário Marcos Filippe, sevilhano, cujo original se guarda num caderno *in-folio* no precitado Arquivo Capitular.

Servem-nos ainda de subsídios documentários uma Carta de Juan Pérez ao Almirante Luiz Colombo, datada de Sevilha, Julho de 1539, Arquivo Geral das Índias em Sevilha; bem como a página primeira do Catálogo original da Biblioteca Colombina de Sevilha.

E' assim que no Testamento com referência à Biblioteca Fernandina se recomenda:

E "pelo fato de ter o bibliotecôno de comprar livros a cada parte, e sendo dificultoso conduzi-los de um para outro ponto sem recorrer aos genoveses, digo que em qualquer parte em que se ache, busque informar-se se ali haja mercadores *genoveses*, e deparando-os declare-lhes a sua qualidade de encarregado da Biblioteca Fernandina, instituída por Dom Colombo, genovês, filho de D. Christovão Colombo, genovês, primeiro Almirante que descobriu as Índias, e que *por motivo de serem da mesma pátria do fundador, lhes peça por favor o favoreçam no que se ofereça* daquela terra, por que assim o deixou instituído e admoestado aos colecionadores de letras que o fizessem, e que em seu nome se o pudessem, *porque sabia que sempre haveria de achar entre os seus conterrâneos muito bom auxílio*; e com isso acho que se possa ter por bem certo que não haverá cidade importante onde não se encontrem mercadores de Gênova, pelos quais ele não possa ser guiado e aos quais não possa confiar os livros que tiver comprado, para fazê-los — amarrar em caixotes e pacote, para o fim.

serem expedidos para onde for mister, como para avisar-lhe de qualquer outra coisa que melhor lhe convenha."

Sobre a personalidade, origem e detalhes históricos acerca do descobridor da América, figuram na obra os depoimentos dos seguintes escritores estrangeiros contemporâneos ou quasi coetâneos seus:

Alemães: Johannes Schöner (1477-1547), Petrus Apianus (von Bennewitz) (1459-1552), Johannes Bœmus Aubanus, da primeira metade do século XVI, Laurentius Surius (1522-1577), Gerardus Johannes Vossius Voss (1577-1649), Philippus Cluverius (Cluwer) (1580-1623), Johannes Henricus (Alstedius) (Alsted) (1588-1638).

Portugueses: João de Barros (1496-1570), Damião de Góes (1501-1573), Vaz Dourado, da segunda metade do século XVI.

Espanhóis: Andrés Bernaldez, falecido em 1513; Jeronimo Girava, da primeira metade do século XVI; Alvarus Gomecius (Gomez) (1515-1580); Nicolas Mornardes, nascido no começo do século XVI (morto em 1578); Luis Del Marmol, nascido cerca de 1520.

Flamengos: Theodorus de Bry (1528-1598?) e Abrahão Ortelius (Oerte) (1527-1598).

Suiços: Henricus Glareanus (Loriti) (1488-1563); Theodorus Zuingerius (Zwinger) (1533-1588).

Franceses: André Favyn, nascido cerca de 1560; Gilbertus Genebrardus (1537-1597), Dionysius Pelavius (Petau) (1583-1652).

Entre os mapas, destacam-se o da *Terra Nova*, de Ptolomeu e um *Mapa Português*, de 1520.

Como compatriotas seus da Ligúria, ha quatorze escritores que se ocuparam do navegador genovês, ha citações de Campofregoso, Duque de Gênova (1440-1504), Canerio Conestaggio, Doria, Ferrari, Foglietta, Gallo, Ganduzio, Gioffredo Giustiniani, Interiano, Maggiolo Salinero e Senarega, todos de Gênova, e o penúltimo de Savona, dos fins do século XV aos fins do século XVI.

São unânimes em afirmar a origem genovesa de Colombo.

Fora da Ligúria, entre os homens de letras, cosmógrafos, analistas e polígrafos mais notáveis que versaram o assunto, os seguintes autores mais próximos da época

de Colombo são: — Pietro Bembo, de Veneza (1480-1567); Giovanni Filippo (Bergamo, de Soldio) (1343-1520); Sebastiano Caboto, de Veneza (1470-1555 ?); Tomaso Garzoni (1549-1589); Alessandro Geraldini, de Úmbria (1455-1525); Francesco Guicciardini, de Florença (1482-1540); Pietro Martire, de Angléria (1455-1526); Giovanni Battista Ramusio, de Veneza (1483-1557) e Battista Mantuanis (Battista Stagnoli), de Mântua (1436-1516).

Em resumo, são, ao todo, 92 esses escritores; 27 estrangeiros e 51 italianos.

Desses escritores, cujos testemunhos são reproduzidos em *fac-simile*, alguns, como Andrés Bernáldez, Alessandro Geraldini, Pietro Martire, de Angléria. Uns floresceram precisamente nos tempos do descobrimento; outros foram concidadãos ou contemporâneos do conquistador do Novo Mundo, de antes ou após o ciclo da descoberta.

Entre estes destacam-se quatro altas personagens de funcionários e autoridades genoveses, que, em virtude das suas funções dignitárias e posição social, eram obrigados a dizer a verdade: tais eram Antonio Gallo, notário e chanceler do Banco de San Giorgio, o Bispo Agostinho Giustiniani, o chanceler da República de Gênova, Bartholomeu Senarege e o Duque de Gênova, Baptista Campofregoso.

“Todos eles, escritores de diversas nações, traduzem conceito geral dos contemporâneos que, em séculos posteriores, teve a ratificação bastante desses três grandes nomes: Leibnitz, Voltaire e Humboldt.”

Como documentos de fé pública sobre-comprovando a identidade de Colombo genovês com o Descobridor da América, figuram a páginas 161 a 177, em *fac-similes* fotográficos, os atos dos tabeliães Giovanni Calvi, datados em 22 e 28 de Setembro de 1470; Giovanni Waldetaro, de 4 de Junho de 1460; Nicolo Raggio, de 31 de Outubro de 1470; Gerolamo Ventimiglia de 25 de Agosto de 1479; Giovanni Battista Pelosso, de 11 de Outubro de 1436, todas de Gênova; e uma datada de Savona, de 26 de Janeiro de 1501, todas pertencentes ao Arquivo do Estado de Gênova.

Da correspondência diplomática (págs. 79 a 92) consta carta de Pedro de Ayala, Embaixador de Espanha na Corte inglesa, de 25 de Julho de 1498, do Arquivo de Simancas, dos Reis Católicos Fernando e Isabel, com referência aos descobrimentos de João Caboto, da qual consta o seguinte

trecho: "Os de Bristol, ha sete anos que não armado por ano duas, tres e quatro caravelas, para irem em busca da ilha do Brasil e as sete cidades com a fantasia desse Genovês (Colombo)." .

Da carta de Gonzales de Pueblo, Embaixador de Espanha na Inglaterra aos mesmos soberanos de Castela, 1498, do Arquivo de Simancas, sobre idêntico assunto, com o seguinte trecho: "O rei de Inglaterra envia cinco naus armadas com outro Genovês (Giovanni Caboto), como Colombo a buscar a Ilha do Brasil e as vizinhas..."

Um interessante cimélio do Arquivo de Estado de Gênova representa a oração gratulatória sobre Colombo, *Elogi di Liguri Illustri* (2ª ed. do di Luigi Grillo, Gênova, 1846, Librajo Domenico Grillo, Typographia dei Fratelli Ponthénier), pronunciada na presença de D. Fernando e D. Izabel de Espanha pelo Embaixador da República de Gênova Nicolo Oderico.

Esse Embaixador é o mesmo amigo e confidente a quem Colombo confiou a guarda do *Livro de los Privilegios*, encerrado numa bolsa de couro vermelho de Córdoba com fecho de prata, em fotografia na obra (*Cartas autógrafas de Colombo a Oderico, de Sevilha, 21 de Março de 1502 e 27 de Dezembro*, Arquivo Municipal de Gênova, documento esse encontrado pelo arquivista Antonio Doria em meiado do século XIX).

Nessa oração Colombo é chamado por Oderico — "nosso concidadão, cosmógrafo preclaríssimo e fiel capitão", descobridor "com grão dispêndio de regiões desconhecidas e inacessíveis, que, tendo submetido selvagens brancos e povos ignotos, os educara na religião, nos costumes e leis".

Na missiva do Chanceler Angelo Trevisan, que conheceu Colombo na Espanha, e era secretário de Domenico Pisani, orador na Espanha da República de Veneza, dirigida a Domenico Malipiero, do *Conselho dos Pregadi* (1501), constam os seguintes traços fisionômicos: "Cristovão Colombo, genovês, homem de elevada e majestosa estatura, vermelho, muito inteligente e de rosto comprido" (*fac-simile*, pág. 87).

Constam ainda (pág. 93) o Relatório lido ao Senado de Veneza, de 16 de Novembro de 1525 por Gasparo Contarini, embaixador dessa República junto às Cortes de Espanha e Portugal em 1519 e 1520. (Arquivo do Estado de Turim, coleção Mongardino).

No Arquivo Médico de Florença se encontra a carta datada de Madrid, 8 de Fevereiro de 1586, onde se faz referência ao Testamento do Almirante Cristovão Colombo, com data de 1506, em poder do procurador do Almirante de Aragona.

Entre as declarações de última vontade, o testador se diz natural de Gênova, deseja que seu filho Fernando fixe residência em Gênova; insiste com os seus sucessores para que ajudem e sirvam aos soberanos e à República, em defesa sua contra qualquer outro Príncipe, exceto contra a Igreja; e dispõe que de tudo quanto lhe venha a tocar do quarto de todas as rendas das Índias que os Reis Católicos lhe prometeram em recompensa da sua empresa, seja depositado no banco de San Giorgio, como o mais seguro para fazê-lo frutificar até que se obtenha o bastante para custear a organização de um exército necessário à conquista de Jerusalem..."

As cartas do Banco de San Giorgio foram escritas por Antonio Gallo, já referido, tabelião e chanceler do Banco e um dos primeiros historiôgrafos do descobrimento do Novo Mundo.

A págs. 121 a 138, constam a mais atos comprobatórios da origem genovesa de Cristovão Colombo e do ano do seu nascimento.

O de 6 de Setembro de 1440 é extraído do livro dos instrumentos do notário Giovanni Recco (Biblioteca Apostólica do Vaticano) e constata que, no ano de 1440, o pai de Colombo, Domenico Colombo, tecelão, obteve de arrendamento dos monjes do Mosteiro de Santo Stefano, em Gênova, um terreno com uma casa, situados em Vico dell'Olivella. (Docs. fots., pags. 122-124).

O cartório do tabelião Recco foi destruído pelo bombardeio de Gênova de 1684, perdendo-se então o *Libro dei livelli* — ou Registo de enfiteuses desse mosteiro, correspondente ao período de 1440-1457.

Do *Manuali Decretorum*, 1442-1453 (Arquivo do Estado de Gênova), o mesmo Domenico Colombo foi, em 1447, nomeado pelo Doge de Gênova guarda da Porta de Olivella, nas proximidades da sua casa de moradia, com os emolumentos mensais de 7 libras genovesas, para ele e seus companheiros.

Domenico Colombo foi renomeado guardião da referida torre, de 1 de Outubro de 1450 a 1 de Novembro do ano imediato (doc. fot., pág. 127); enquanto Domenico montava guarda à Porta de Olivella, seu irmão Antonio, tio de Colombo, era guarda da Torre de Capo di Faro (doc. fot., pág. 128, Arquivo do Estado de Gênova, *Manuali Decretorum*).

De um outro ato, extraído do precitado Registo de instrumentos eurenáticos, do tabelião Giovanni Recco, assistente na Biblioteca Apostólica Vaticana, consta que o pai de Colombo recebeu por arrendamento feito aos conventuais de Santo Estevão de Gênova outra casa sita em Vico Dritto.

Nos atos de 31 de Outubro de 1470, do notário Nicolo Raggio, Cristovão Colombo se declara maior de 19 anos de idade (doc. fot., pág. 132, Arquivo do Estado de Gênova).

O Arquivo Notarial do município de Savona, torrão nativo do *Descobridor*, possui um documento interessante, fotografado a pág. 134, onde nos aparece Colombo como testemunha testamentária num instrumento lavrado nesse município em 1472 (20 de Março) em notas do tabelião Ludovico Moreno qualificado como tecelão "lanero de Genova".

A 25 de Agosto do ano de 1479, vemos esse navegador ilustre fazer em sua terra (Arquivo Notarial do Estado de Gênova, escritura do notário Gerolano Ventimiglia, doc. fot., pág. 136, fl. 4), um depoimento sob juramento ser maior "de uns 27 anos de idade" e residente em Lisboa, aonde se vê obrigado a regressar em breve.

Dessa documentação autêntica ressalta incontestavelmente:

1º. Que o pai de Colombo possuía umas moradas de casas e residiu em Gênova cerca de meio século anterior ao descobrimento da América, e que ali, por largo tempo, teve um cargo público — a custódia de uma das portas da cidade, o que o compelia residir entre as muralhas;

2º. Que Cristovão nasceu no período em que seu pai era guardião da Porta de Olivella;

Que, por declarações do mesmo Cristovão, a data do seu nascimento se deve fixar entre 26 de Agosto e 31 de Outubro de 1451;

Que, nascido em Savona, perto de logarejo então, hoje cidade, perto de Gênova, depois já maior de 21 anos, num ato solene e público como testemunha instrumental de um

testamento, se qualificou tecedor de lã em Gênova. Várias vezes, Domenico Colombo e seu filho Cristovão mudaram de residência de Savona para Gênova e vice-versa.

De 1470 a 1472 se encontravam em Savona. O pai era ali tecelão e depois taverneiro; mas em 1473 vendeu a sua propriedade em Gênova, situada à rua da Porta de Olivella, e já no ano seguinte, figura entre os tecelões de lã com domicílio em Savona. Mas em Janeiro de 1483 Domenico volta a residir em Gênova, em Vico Dritto, subúrbio de Santo Estevão; e seu filho Diogo (Giacomo) Colombo era em Gênova, em 1487, obreiro de tecelagem.

Finalmente, em Setembro de 1494, Colombo pai funciona como testemunha num testamento — é esse o derradeiro ato público em que o seu nome aparece citado entre os vivos (docs. fots., pág. 142).

Deixa-se bem constatado nesses documentos e nas escrituras do notariado e outros atos oficiais genoveses que os Colombos de Gênova e os de Savona são umas e as mesmas pessoas. Trata-se, portanto, de uma só família que se transferiu de Gênova a Savona, pelas razões resultantes desses documentos, e que, em parte, logo tornou para Gênova.

A opinião de alguns, expressa em vários documentos de que Colombo é natural de Savona, se justifica pelo fato de ter sido nesta última cidade a mais longa residência dos pais do descobridor, abrangendo a época do fim de Agosto ao fim de Outubro do ano de 1451, admitida como a do nascimento aproximativamente do conquistador do Novo Mundo.

Na escritura de 26 de Janeiro de 1501, publicada por Julio Salinero, em suas *Annotationes ad Cornelium Tacitum*, Gênova 1602, existentes no Arquivo Notarial e na Biblioteca Cívica Beriana do Estado de Gênova — se regista a sentença arbitral, lavrada por João Agostinho Goano e condenatória de Domenico e seu filho Colombo a pagarem a Jeronymo del Porto, chanceler de Gênova trinta e cinco libras genovesas no prazo do ano vindouro, sem opposição possível.

Nessa causa, Antonio Colombo serviu de fiador por parte de Domenico e Cristovão (Escritura do notário Diogo Calvi, lavrada em Gênova, 22 de Setembro de 1470, Arquivo Notarial do Estado de Gênova).

Pela anterior escritura, de 4 de Junho de 1460, do tabelião João Valdetaro, do sobredito arquivo, se prova, ainda, que

os referidos Antonio e Domenico Colombo (este último pai do Descobridor) eram, de fato irmãos. *Vide in verbis*: "*et fideiussit Dominicus de Colombo frater dicti Antonüo*".

Da escritura do tabelião Jeronymo Ventimiglia, de Gênova, 25 de Agosto de 1479, do referido Arquivo, consta que por esse tempo e na dita cidade — Cristovão Colombo, cidadão de Gênova, com perto de 27 anos, havia chegado a Gênova, procedente de Lisboa, afim de tratar de uma compra de açúcar na ilha da Madeira, aonde fora por conta da casa comercial genovesa de Ludovico Centurione e Paulo Dinegro.

A parte III, abrangendo os autógrafos e documentos de Cristovão Colombo, que se conservam em poder da municipalidade de Gênova, é das mais interessantes; compreende, como vimos, a 1ª Carta a Nicoláo Oderico, embaixador da República de Gênova junto à Côrte de Espanha, datada de Sevilha, 21 de Março de 1502; a Carta aos Protetores do Banco de San Giorgio, em Gênova, de 2 de Abril de 1502; a 2ª Carta ao referido embaixador Nicoláo Oderico, de 27 de Dezembro de 1504; a Contestação dos precitados Protetores do Banco de San Giorgio; e o *Livro dos Privilégios*.

No ano de 1502, Colombo, antes de fazer-se de vela para a sua quarta viagem, recolheu, em traslados que fez extrair de cartórios e repartições públicas, todas as escrituras relativas a seus direitos acerca do Descobrimento das Novas Terras, e enviou-as a Nicoláo Oderico, embaixador da República de Gênova junto à Corte de Espanha, a quem notificou da remessa feita pela supradita Carta de Sevilha, 21 de Março de 1502.

Pouco depois, a 2 de Abril, Colombo entregava ao mesmo Oderico uma carta dirigida aos Protetores do Banco de San Giorgio, em Gênova, annunciando-lhes haver destinado ao mesmo Banco o dízimo, de suas rendas, em desconto dos impostos do trigo, do vinho e das mais virtualhas, e recomendava seu filho Diogo àqueles Protetores do Banco.

Oderico, de regresso de Espanha, entregou a carta ao Banco, e este, em data de 8 de Dezembro de 1502, enviava a Colombo e a seu filho Diogo a contestação inscrita no registo da Chancelaria do mesmo Banco pelo respectivo chanceler Antonio Gallo, contemporâneo e historiógrafo de Colombo, na qual se exaltava o "claríssimo concidadão" para a sua "pátria originária". Mas essa carta, infelizmente, não chegou ao seu destino.

De regresso da sua quarta viagem, em 7 de Novembro de 1504, não tendo Colombo obtido resposta alguma à sua generosa oferta atribuindo o fato a uma quebra de consideração para com ele, queixou-se do caso em uma outra carta endereçada ao mesmo embaixador genovês em Espanha, que foi escrita em Sevilha, em data de 27 de Dezembro de 1504; e anulou, conforme se sabe, o legado em favor daquela instituição bancária.

Oderico guardou consigo não só essas duas missivas como o *Livro dos Privilégios* contendo todos os seus documentos de papéis, que Colombo lhe havia, outrossim, confiado em 1502. Por morte desse diplomata, as peças desse precioso arquivo do 1º Almirante-mor das Índias, ficaram de posse da família Oderico até 1670; nessa data, porém, as cartas mais o livro foram doados à República de Gênova, consoante se vê de uma nota inscrita no verso do primeiro *fólio* dos *Privilégios* e nos *Atlas* do Governo genovês.

Em 1816, como funesta consequência das agitações políticas da Europa, que refletiram sobre os arquivos de Gênova, vão, com estranheza, tanto o *Livro dos Privilégios* como as duas cartas de Colombo a Oderico, encontrar-se catalogados na biblioteca privada de um dos últimos Senadores da desaparecida República Genovesa Michelangelo Cambiaso. Posta à venda essa biblioteca, conseguiu a administração da cidade, em 1821, recuperar esse precioso tesouro bibliográfico. Em 1829, foi extraída do arquivo do Banco de San Giorgio, registo de atos, a referida carta enviada por Colombo ao mesmo banco.

Dessa documentação autógrafa de Colombo se evidencia que o pensamento do Descobridor da América nos últimos anos da sua existência era não só confiar a boas mãos todas as provas que, de direito, lhe assistiam acerca do Descobrimento como a recordação da pátria distante, no teor do testamento de 1498, em que fez a aludida doação ao Banco de San Giorgio.

Ha perfeita autenticidade e conexão entre esses documentos patrimoniais de Colombo, que formam, sem quebra alguma de unidade, um só todo. Neles, ha sempre uma só e a mesma sigla de assinatura:

S
S. A. S.
X M Y
XPO FIRENS —

O que significa, segundo alguns paleógrafos, a fórmula espanhola de saudação ainda hoje em uso: *Su Seguro Atento Servidor* — as iniciais de *Jesus, Maria, José*, e a assinatura do almirante — *Cristóforo*. Para o investigador alemão Fritz Streicher, a sigla colombina quer dizer: *Subscripsit Christoferens Armiratus Maior Indiarum* (Assinado por Cristovão, Almirante Maior das Índias).

Contudo, a sigla e firma de Colombo ainda permanecem um enigma paleográfico. Adotou-as depois do Descobrimento em todos os seus documentos e autógrafos; e no ato da instituição do morgadio, em 1498, prescreveu o uso dessa mesma sub-assinatura a todos os seus herdeiros; obrigação ali imposta nestes termos: “quem quer de vós que haja de herdar esse morgadio, depois de havê-lo herdado e estar de posse do mesmo, seja obrigado a firmar-se com a minha firma, de que uso, e vem a ser, um X encimado por um S e um M com um A romano e em cima deste um S e depois um Y grego com um S em cima com a pontuação e riscos tal qual faça”.

O *Livro de Privilégios* de Colombo vem registado no Arquivo Colombino da Cartucha de Las Cuevas, em cujo inventário figura também por cópia uma carta do primeiro almirante descobridor, onde declara Colombo a quem havia enviado a Gênova os seus privilégios (M. Serrano y Sanz, *El Archivo Colombino*, Madrid, 1930, pág. 120).

Trata-se de Francesco Sopranis de Rivarolo, banqueiro e armador genovês; em 1494 era um dos Protetores do Banco de San Giorgio.

Morreu em Sevilha, em 1514.

No *Livro dos Privilégios* de Colombo figura um documento valioso, qual é a Carta de 14 de Março de 1502 dos Reis de Espanha, à qual alude o grande nauta genovês, e onde se insere o seguinte tópico: “*las mercedes que vos tenemos fechadas vos serán guardadas enteramente, segundo forma y tenor de nuestros privilegios que dellas teneys syn yr en cosa contra ellas; y vos y vuestros fijos, gosarcys dellas, como es rason. E sy necesario fuera confirmarlas de nuevo, las*

confirmaremos; e a *vuestro fijo* mandaremos poner en la posesyon de todo"... (*Livro dos Privilégios*, folio VII, *fac-similes* linhas 23-28).

A autenticidade desses documentos e autógrafos colombinos do Arquivo de Gênova está provada, quer pela sua conexão, quer pela sua procedência certa; a autenticidade de cada um desses documentos, de per si, tão inseparável, é a sua coesão, é a de todos em conjunto.

No *Arquivo Geral das Índias*, em Sevilha, ha, por exemplo, numerosos autógrafos do duque de Verágua, de autenticidade, universalmente aceita. Ora, entre autógrafos, se encontra uma carta que Colombo enviou a seu filho Diogo, em Sevilha, com a data de 28 de Novembro de 1504.

Pouco depois, foi pelo mesmo Colombo despachada a sua mencionada carta ao embaixador Oderico, escrita a 27 de Dezembro de 1504, conservada no Arquivo official de Gênova, e pertencente à coleção dos antigos papéis da velha República, como vimos.

Pois bem, essas duas cartas colombinas, escritas pelo Descobridor a tão breve prazo uma de outra, na mesma cidade de Sevilha, foram submetidas ao rigor de uma prova fotográfica e perícia gráfica, diplomática e paleográfica, que illustra minuciosamente a obra de págs. 232 a 234, por processo de transparência e reprodução em tamanho natural, palavra por palavra, palavras ligadas, abreviadas e locuções; e desse acurado exame, resultou que essas duas cartas em folhas, do mesmo papel, de formato 314 X 217 e fabricação idêntica, guardam os mesmos intervalos das linhas horizontais ou verticais, e as palavras a mesma disposição geral da escrita, de datar e subassinar, a repetição de certas locuções, o mau veso que tinha o almirante genovês contra a praxe ortográfica da sua época de agregar palavras distintas tais como: *yotros, yaotros, desta, delos, yel, otrolivro, ydiligencia, myviage, amenudo, acomum, anigun, queproveyeran* e outras; a mesma analogia de talho de letra, de pontuação, de grafia e de locução própria, etc.

De mais, os mesmos caracteres gráficos se observam nas demais cartas autógrafas de Colombo, escritas entre as datas extremas da sua correspondência conservada nos precitados Arquivos de Gênova e de Sevilha.

Concluindo, agradecemos a preciosa oferta dessa obra, que acaba de fazer ao Instituto Histórico, o Sr. Roberto de Cantalupo, Embaixador de Itália.

BEATRIZ ENRIQUEZ DE HARANA Y
CRISTOBAL COLÓN

BEATRIZ ENRIQUEZ DE HARANA Y CRISTOBAL COLÓN

O Instituto Hispano-Cubano de História da América, com séde em Sevilha, divulgou pelas oficinas da *Compañia Ibero-Americana de Publicaciones*, de Madrid, um estudo, revelador de paciente erudição.

Intitula-se *Beatriz Enriquez de Harana y Cristobal Colón*, em oitavo de 182 páginas, da autoria do Sr. José de La Torre y del Cerro, sócio da Academia de História da capital da Espanha.

Ensaio bio-bibliográfico, empreendido, com proficiência e à luz de uma série de documentos colombianos inéditos, traz um prefácio, sob a epígrafe — *La apertacion colombina del Instituto Hispano-Cubano de Historia da America*, devido ao professor da Universidade de Valência e diretor técnico, desse mesmo Instituto, José Maria Ots Capdequi.

Despertam esses elementos de investigação histórica, encontrados nos arquivos da cidade de Córdoba, vivo espírito de curiosidade científica e enriquecem a iniciante série de publicações dessa última academia de estudos colombianos.

“As páginas desse estudo do Sr. La Torre, acentua o prefaciador, põem em destaque como esses cimélios ora impressos pela primeira feita projetam nítida e decisiva luz sobre questões até hoje obscuras, resolvendo definitivamente pontos de controvérsias entre os investigadores colombinos.”

Um capítulo de alto interesse na vida do descobridor da América é para o professor Capdequi o referente às suas relações amorosas com Beatriz Enriquez de Harana, mãe de Fernando Colombo, considerado o primitivo cronista dos feitos intermundiais do genovês.

"Para Beatriz Enriquez, la humilde lugareña, criada en un ambiente familiar nada propicio para resistir malas intenciones, el misterioso y fantastico aventurero italiano, era el hombre que le hacia vislumbrar una vida de grandezas fué el padre de su hijo, el que la sumió en el desengaño y tal vez en el vicio, el que, en una palabra, en presencia y en ausencia, ocupó y moduló lo mejor de su vida".

As precedentes publicações desse gênero, feitas pelo Instituto Hispano-Cubano envolvem tres tomos do *Catálogo de los fondos americanos del Archivo de Protocolos*, de Sevilha, organizado pelo mesmo catedrático da Universidade de Valência, formando um repertório cronológico de documentação inédita, de notícias e informes interessantes sobre Cristovão Colombo, parentes seus e pessoas que com ele tiveram mais próximas relações, material epigráfico de recolta colombina que aos seus mais especializados pesquisadores caberá, de direito, compulsar e interpretar.

O trabalho perecuente do Sr. La Torre vem pôr em foco o tema sob um *criterio de conjunto*, de maior coesão e homogeneidade.

Dessa farta messe documentária, ressalta com vigor histórico a figura do descobridor do Novo-Mundo.

Dentre os manuscritos mais preciosos do Arquivo de Córdova que se occupam propriamente da personalidade de Colombo, cumpre logo citar a ata da entrega e depósito dos seus despojos mortais aos religiosos do Mosteiro de Santa Maria de Cuevas, em Sevilha, literalmente transcrita no apêndice IX do volume 1º do *Catálogo*, documento esse que veio esclarecer certas minúcias até aqui ignoradas.

Classifica-o o professor Ots Capdequi como um documento histórico e emotivo, digno de menção especial, em linguagem sóbria, suposto que não isenta de certo matiz de dramatismo-decorativo.

Referem-se vários desses documentos a fâmulos procuradores ou enviados de Colombo; a Juan de Santa Cruz, mercador burgalês, que prestou serviços ao Almirante em viagem; a Catalina Alvarez, Antonio Céleroles; ao Guipuzcoano Juan de Oyquia, ao contador da Casa de Contratação das Índias.

De velhíssimas escrituras dos arquivos castelhanos, figuram os nomes de inúmeros descendentes, colaterais, familiares, afins, etc., do genovês, entre os quais o de Diogo Colombo, cujo nome é o do irmão, como o de filho legítimo

de Colombo e de sua mulher, D. Philippa Muniz Perestrello, portadores ambos do título — Almirante-mór das Índias; os de Fernando Colombo, seu filho natural; D. Maria de Toledo, Vice-Rainha das Índias, nora de Colombo, mulher de D. Diogo de Colombo; Cristovão Colombo; Luiz Colombo, Almirante das Índias; D. Juana de Toledo e Maria Colombo, filhos de D. Maria Toledo; Isabel Colombo, Condessa de Gelves; Jorge de Portugal, seu esposo; e Alvaro de Portugal, seu filho; Diogo Colombo, Almirante das Índias, bisneto de (Cristovão) Colombo; Felippa Colombo, mulher, em 1574, do então Almirante das Índias, Dom Diogo Colombo; Diogo de Portugal, Jorge Alberto Colombo e de Portugal e seu irmão Nuno Alvarez Pereira; e Juana Colombo de Toledo.

Alguns desses documentos se relacionam ao testamento de Evaldo Avellana, no qual aparecem uma criada da Marquesa de Montemayor, Catalina de Alvarez, e Antonio Cererolles; de quitação do Almirante D. Diogo Colombo na qualidade de herdeiro de seu pai pela verba de 4.238 maravedis; de quitação ainda do saldo da dívida de 10 mil maravedis dada a Frei Gaspar de Gorricio, do Mosteiro de Santa Maria de Cuevas, pelo mesmo Almirante-mor.

Outros atos autênticos dizem ao pleito movido entre o mercador de Génova, Bernardo Grimaldo e o Almirante D. Diogo Colombo. Escritura pública de compra e venda da vila de la Palma e fortaleza de Alpícar; as questões suscitadas entre D. Fernando Colombo e Alonso Sotelo, entre D. Diogo Colombo e D. Alvaro de Portugal, Conde de Gelves. Deste último processo se traslada literalmente curioso auto de questionário sobre o direito sucessório de morgadio instituído por Cristovão Colombo.

O nome de Juan Antonio Colombo figura no teor da Escritura de 5 de Março de 1509, como criado do Almirante descobridor e do seu filho D. Diogo, que teve ainda a seu serviço; Affonso de Ceá e Vasco de San Martin, Juan de la Peña, Pedro de Harana, Juan Ortiz, Francisco de Garay Sebastian de Labieca, Alonso Duran, Agustin Verde, Juan Mendez, Alonso Maldonado e Andrés del Corral; o secretário era Ruy Gosalez de Castillo; e mordomos, Juan de Molina e Rodrigo Bermudez; aio, Jeronymo Agüero.

Figuram Manoel y Alonso Cansino e Pedro Monge, como mestre e piloto do Almirante-mor das Índias.

Da Escritura de 4 de Julho de 1510, consta o pagamento autorizado pelo 2º Almirante das Índias, feito por D. Briolanja Muniz, de Sevilha, da soma anual de 100 mil maravedis, para o sustento do Mosteiro de Santa Maria de Cuévas.

Do vol. IV do *Catálogo* de documentos colombianos, pertencentes ao Arquivo de Protocolos de Sevilha, ha, de fato, novas luzes históricas sobre os dois filhos deixados pelo Descobridor, sobre a amante de Colombo e seus parentes afins, serviçais, procuradores e enviados seus.

Quanto às relações afetivas do Genovês com Beatriz Enriquez não se afiguram ao autor ter exercido preponderante influxo sobre o circumnavegador.

Essas relações se verificaram quando o Almirante Vice-Rei se achava de passagem em Córdova, embora ocupem grande parte da sua vida e memória históricas.

Para os historiadores, como para os familiares, e conhecidos de Colombo, Beatriz Enriquez, mãe de Fernando, não passou de concubina do Almirante; e isso provam depoimentos históricos irrecusáveis.

E' assim que, na era de 1502, ao arrostar a sua quarta e última empresa marítima, o herói do Novo-Mundo deixou em mão do seu primogênito legítimo um memorial recomendando-lhe o cuidado com Beatriz Enriquez, sem declaração alguma de tratar-se da segunda esposa: "A Beatriz Enriquez, — reza esse texto histórico — hayas encomendado por amor de mi, atento como teniades a tu madre." (*Racolta Colombiana, Scriti*, vol. II, pág. 169; Henry Vignaud, *Histoire critique de la grande entreprise de Christoph Colomb*, Paris, 1911; Cesareo Fernandez Duro, *Colón y la Historia Postúma*, Madrid, 1885).

Outro tanto se pode deduzir do *codicito* de 25 de Agosto de 1505, ao testamento de Colombo, cujo original autêntico se perdeu e traz a data de 1 de Abril de 1502 (*Ops. cit.*; Martin Fernandes Navarette, *Collection des voyages et découvertes*, vol. II, página 315).

O primeiro instrumento de disposições de última vontade de D. Diogo de Colombo, 2º Almirante-mor das Índias, primogênito havido de primeiras núpcias do Descobridor com D. Felippa Muniz Perestrello, vem datado de 16 de Março de 1509; e o seu segundo testamento foi assinado em 8 de Setembro de 1523.

Quanto ao filho natural de Beatriz Enriquez, Fernando Colombo, fez em Sevilha, a 3 de Julho de 1539, as suas

disposições sucessórias cujo autógrafo se extraviou, embora ainda restem duas cópias paleográficas, uma existente no Arquivo da Catedral hispanense e outra do Arquivo das Índias

O testamento de D. Fernando foi, porem, dado a lume na preciosa série dos *Documentos inéditos para la Historia de España*, págs. 232 e seguintes na conhecida obra de Enrique Harrisse e na *Racolta Colombiana*.

Cita, ainda, La Torre, os depoimentos mais explícitos, e autorizados, de alguns contemporâneos de Colombo, sobre a natureza das suas relações com Beatriz Enriquez, tais como os de Gonzalo Fernandez de Oviedo, que pessoalmente conheceu os dois filhos do explorador das terras americanas; de Oviedo que a D. Diogo se refere, como "*lo hijo legitimo y mayor*", do Almirante descobridor: "*e otro su hijo don Fernando*" (*Historia general y natural de las Indias, islas y tierra firme del mar Oceano, por el Capitan Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdez, primer cronista del Nuevo Mundo*. — Madrid, 1851-1855).

O cosmógrafo Alonso de Santa Cruz, que foi colega de Fernando Colombo na Casa de la Contratación, de Sevilha, referindo-se ao mesmo, assim se expressa: "*el que dice ser hijo de don Cristobal Colón*". Declarações pelo próprio insertas na obra de D. Cesareo Fernandez Duro, *Colón y Pizon. Informe relativo a los pormenores del descubrimiento del Nuevo Mundo*, 1833, págs. 106, 156 e 266).

E Frei Bartolomé de las Casas, que se conhece como a melhor fonte de informação em matéria de parentela do Genovês, positivamente distingue: D. Diogo Colombo era mesmo filho legítimo de justas núpcias do Almirante, enquanto D. Fernando era bastardo.

Nenhum desses testemunhos do conhecimento real dos fatos alude sequer a um novo casamento de Colombo com Beatriz Enriquez.

Tanto Esteban de Garibay, que escreveu em 1570 uma memória, *De Don Cristobal Colón*, manuscrito raro que faz parte da Real Academia de História de Madrid, reproduzido, por excertos, na obra *Nebulosa*, de D. Fernandez Duro, págs. 213 e 214, como os eruditos historiógrafos septcentistas Nicoláo Antonio (Biblioteca Hispana Nova, vol. I, pág. 373, edição de 1783), Diégo Ortiz de Zúñiga, (*Anales eclesiasticos y seculares de la muy noble y muy leal*

ciudad de Sevilla, edição de 1796, vol. III, pág. 375) sustentam a mesma descendência ilegítima — “*fuera de matrimonio*” do segundo filho do insigne navegador “D. Ferdinandus Colon, magni illius Christophori, novi ad occidentem solem Orbis adinventoris filius ex Beatrice Henriquez... citra conjugum procreatu”.

A balela do segundo consórcio de Colombo com essa dama de Córdoba surge-nos, cronologicamente, de fonte vária e imprecisa.

Seu filão histórico remonta ao alvorecer do século XVII, num recurso habil de defesa manejado por um causídico no pleito judicial movido por D. Christobal de Cardona y Colón, Almirante de Aragão e Marquês de Guadalest, neto de D. Diogo Colombo, por sua filha D. Maria, contra um filho adulterino de D. Luiz Colombo, 3º Almirante das Índias, na disputa da herança do seu bisavô.

O Sr. La Torre y del Cerro admite, porem, com todos os visos de verdade, que o primeiro a lançar essa falsa versão histórica, não foi, como sugere Vignaud (*op. cit.*, págs. 604 e 605 e pág. 627, not. 277) Frei Pedro Simon; mas sim, o Dr. Andrés de Morales y Padilla, em seu manuscrito inédito e raro, datado de 25 de Julho de 1620, pois nele se relata textualmente que o Almirante contraira segundo desponsório em Córdoba, cidade em que visinhou por seis anos com uma senhora por nome Beatriz Enriquez de Harana, e chega a atribuir-lhe a maternidade de um terceiro filho de Colombo, por nome Cristovão, do qual não existe, aliás, referência alguma em qualquer outra fonte.

Esse manuscrito de Morales y Padilla se intitula — *História de Cordoba*. A passagem em questão se insere no capítulo 34 — *Hombres famosos en armas y santidad, o gobierno en las Indias occidentales*, tom. II, folio 434; e foi classificado sob o n. 48, págs. 48 a 151 do livro de La Torre e sob o título — *Noticias referentes a Beatriz Enriquez de Harana, contenidas en la obra manuscrita e inédita del doctor Andrés de Morales y Padilla*”.

Eis os termos da passagem aludida:

“... pues al primero descubridor el Almirante don Cristobal Colón, duque de Veragua, casó en Cordova, donde fué muchos años vesino y ali tuvo el mejor hijo, mas docto y cuerdo don Hernando Colón, bien conocido en el mundo por sus grandes letras. Ali se criaron sus hijos los años

que el gastó en el descubrimiento y su mujer *D. Tereza* (?) *Enriquez de Harana*, natural de Córdoba y primera Duquesa de Veragua y Marquesa de Xamaica, como dize largamente Antonio de Herrera en su famosa *Historia de las Indias*, y el primer Capitan que vuo en ellas que Diego Harana, natural de Cordova como dicen todas las Historias destas partes..."

O capítulo 35 trata da vinda de Colombo ao reino de Castela, e das conferências que teve com os Reis Católicos e das dificuldades que erriçaram de espinhos a realização do descobrimento do Novo Mundo.

O teor desse documento original pertencente à Biblioteca da municipalidade de Córdoba é o seguinte:

"Estava a Corte dos Reis Católicos reunida em Córdoba, quando o Almirante Colombo veio a esta cidade, aproximando-se dela com o intuito de tratar do seu descobrimento das Indias. Havia-lhe morrido a primeira mulher antes de sair de Portugal. Casou-se em Córdoba, segundo refere Antonio de Herrera na década 1ª do livro 1º da sua *Historia general de las Indias*, cap. 7º, com D. Beatriz Enriquez de Harana, viuva do primeiro capitão que deixou nas Indias, na primeira fortaleza e feitoria dos hespanhóis, chamado Diego de Harana, em cuja linhagem é comum o cognome Enriquez de Harana, linhagem dos fidalgos que vieram de Biscaia a Córdoba.

Teve dessa senhora por melhor dos seus filhos Dom Hernando Colón, bastante conhecido socialmente por suas grandes letras e por sua insigne biblioteca nas proximidades da costa da sua estância, que hoje se conserva na igreja maior de Sevilha. Honra-se muito a cidade de Córdoba de ter um tal filho. Nela nasceu, como diz Antonio de Herrera, nestes anos que viveu em Córdoba, casado D. Cristovão Colombo, seu pai..."

E, mais adiante, fólio 435 verso, coluna 2ª: "E aportou a Palor. Recebido no lugar levando-o em procissão à igreja, com a gente e os índios que consigo trazia. Dalí escreveu a Barcelona onde se encontravam então os soberanos. A resposta colheu-o em Sevilha. Mandaram-lhe os Reis apresentar-se imediatamente à Corte para dar-lhe as ordens de partida para a sua viagem. Passando pela cidade de Córdoba, foi recebido pelos cavalleiros dessa cidade, como

lhe competia, levando descobertas as coisas particulares que das índias trouxera”.

Antonio de Herrera dá o nome de Beatriz Enriquez de Harana à amante de Colombo, sem embargo de chamá-la Teresa Enriquez de Harana e o autor da *História de Córdoba*, dá o Dr. Andres de Morales y Padilla quando assim prossegue, na narração de suas “notícias”: Com a mais viva satisfação o recebeu D. Teresa Enriquez de Harana, sua mulher, senhora natural de Córdoba, e seus filhos D. Diogo, D. Cristovão e D. Fernando. Com eles se encaminhou pela via de Barcelona.

Chegou em meiado de Abril (1492). Mandou-se-lhe preparar solene recepção.

Saiu a Corte à cidade com tanto povo que não cabia pelas ruas, maravilhado por ver o Almirante e os sete índios que consigo trazia, porque os restantes pereceram em viagem. Levava à vista de todos muitos papagaios verdes e vermelhos e outras coisas raras das índias.

Para mais honrá-los, ordenaram os soberanos se armassem o seu estrado e sólio real em público; e ali sentados, com o seu filho Colombo, soergueu-se El-Rei, e, ajoelhando-se o Almirante, lhes beijou reverente as mãos.

Foi-lhe trazida uma cadeira alta para que, sentado, fizesse a relação da sua viagem na ida e volta. Fez-lhe o Almirante com grande júbilo de todos os da assistência; e terminada a narrativa, levantaram-se os Reis e, em seguida, ajoelhando-se com os demais senhores ali presentes, vertendo todos abundantes lágrimas de alegria, entooou-se na capela real o *Te-Deum laudamus*. Confirmou-se-lhe o título de Almirante e Vice-Rei das índias com mui amplos privilégios, firmados por Suas Altezas em 28 de Maio. Deram-lhe as régias armas de Castela e Leão para que delas usasse, com as da sua linhagem.

Recebeu D. João por pagens aos seus tres filhos.

Mais para diante, concederam-lhe mercê e a sua mulher do título de Duques de Varagua e Marqueses de Xamaica.

Deu-se-lhe boa renda com que passasse mui honradamente em sua ausência a Duquesa D. Teresa Enriquez de Harana, sua mulher natural de Córdoba.

Sempre que saía El-Rei, por esses dias, punha-o ao seu lado para honrá-lo.

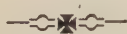
O cardeal de Espanha D. Pedro Gonzalez de Mendoza o convidou para sua mesa, na qual lhe deu assento de honra e fez-lhe servir carne coberta, que daí avante usou no serviço de sua mesa. Avisaram os Reis ao Papa Alexandre VI, espanhol, primo da casa dos Borjas, Duques de Gândia, que em extremo se alegrou do bom êxito do Almirante e deu por bulas especiais aos Reis de Castela a conquista das Índias Ocidentais. Batizaram-se em Barcelona os índios, bem instruídos na doutrina cristã; foram padrinhos os Reis, e um deles ficou ao serviço do príncipe e Nosso Senhor lhe levou depressa. Mandaram a Frei Boil, monje beneditino da Catalunha, que, com 12 clérigos, se ocupasse na conversão do gentio do Novo Mundo, onde teve alguns desgostos com o Almirante, e regressou em breve. Os Reis recomendaram a Cristovão Colombo o bom trato para com os índios, e lhe mandaram empreender a sua segunda viagem — (Biblioteca Municipal de Córdova, *Manuscrito original*).

Colombo conheceu a Beatriz Enriquez no ano de 1487. Tinha ela então vinte anos; era filha dos modestos lavradores cordovenses Pedro de Torquemada e Ana Nuñez de Harana. Era irmã de Pedro Harana. A 15 de Agosto de 1488, nasceu Fernando Colombo, que recebeu o nome do soberano espanhol; Beatriz sobreviveu por mais de quinze anos ao pai de seu filho.

Ha documento de existir ela ainda em Maio de 1521. (Escritura de 11 de Maio desse ano dando poderes ao genovês Francisco Cuzana, residente em Sevilha, para cobrar de outro genovês da mesma cidade, Juan Francisco de Grimaldo, os maravedis devidos aos filhos do outorgante Fernando Colombo.

A luz dos modernos trabalhos de crítica histórica e de ciência heurística e paleográfica, La Torre y del Cerro destruiu a legenda do segundo matrimónio do descobridor da América.

A obra de La Torre y del Cerro, que é illustrada por vinte cópias de documentação colombiana, em fotogravura, constitue, sob todos os pontos de vista, um livro de valor.



LOS PORTUGUESES EN BUENOS AIRES,
SIGLO XVII,
POR R. DE LAFUENTE MACHAIN



LOS PORTUGUESES EN BUENOS AIRES, SIGLO XVII, POR R. DE LAFUENTE MACHAIN

É um ensaio sobre a influência lusitana na formação histórica da vizinha cidade platina de la "*Santisima Trinidad y puerto de Buenos Aires*".

Modesto considera Lafuente Machain esse estudo; um trabalho sem pretensão outra, além de considerar "um toque de reunir para os estudiosos" sobre aspecto pouco divulgado da história colonial sul-americana.

Em seu livro, rende Lafuente Machain justiça a Portugal, o que tanto vale dizer ao Brasil, pelo impulso de origem que soube imprimir à nascente colônia portenha.

O ensaio do Sr. Lafuente Machain sobre o papel exercido pelos lusitanos, relativamente ao núcleo ou feitoria à margem do estuário explorado ao raiar do século XVI por Juan Diaz de Solis, revela acurado esforço de pesquisador de códices e diplomas platinos compreendidos na centúria 1600 a 1700 e relativos à origem e desenvolvimento da família portenha em seus costumes e organização patrimonial, política, social e administrativa.

Fenômeno digno de nota vem a ser o forte contingente dos filhos de Portugal, que de ha tres séculos se incorporaram de geração em geração ao núcleo de população buenairense, verdadeiro sedimento histórico e fator de progresso, grande centro de civilização que é a capital das *orillas* do Prata.

Vinte anos depois de fundada, Buenos Aires sentia-se ainda mal segura em seus alicerces.

De existência problemática a princípio, era tão deficiente, nos seguintes anos à sua fundação, a estatística da

sua população que Rodrigo Ortiz de Zarate na *Planta de* 1585 reduziu a 50 habitantes apenas. No começo do século XVII orçava no dobro.

Entre os elementos alienígenas incorporados, definitiva ou temporariamente, à vida da futura capital do Prata, constituíam os Lusitanos o mais forte contingente.

Isso principalmente devido ao fato de se encontrarem suas tendências étnicas mais em harmonia com as necessidades prementes e os recursos próprios dos povoadores coloniais, em consequência ainda do robustecimento de sua ardorosa população.

Ricardo Levene disse com acerto que a colonização americana traduz obra altamente popular.

O Rei não comprometia nele sua real fazenda, limitava-se a oferecer honras e prerrogativas, o que leis e alvarás demonstram, e, em se tratando de retribuição pecuniária, estipulava sempre que as somas seriam pagas em produtos e riquezas naturais da nova terra conquistada, depois de descontar-se a quota da Coroa, alcavalas, impostos, devendo os interessados na forma legal levar a cabo a empresa "a su costa y misión".

Aos colonizadores de Buenos Aires em princípio do século XVI pouco atrativo oferecia trocar seu primitivo *habitat* de Santa Fé e Asunción pelos sobressaltos e sacrifícios contínuos que lhes acarretava a falta de segurança naquele porto do Prata.

Assinala ainda o autor que as hostilidades entre aventureiros de Europa e os ameríndios, já haviam feito sentir, bem assim que aos conquistadores castelhanos faltava o espírito de concórdia, *camaraderia*, adquirido de ordinário pela constância no serviço das armas.

A homogeneidade de raças que sobreleva em outras fundações idênticas não se verificou em absoluto no caso de Buenos Aires.

Dentre os companheiros de Garay, os espanhóis eram em proporção somenos aos *criollos*, isto é, filhos de castelhanos, oriundos de terra platina, e ao que se afirma, raça muito mestiçada.

Faltava, por isso, coesão entre os *pobladores* da margem platina.

A respeito, cita Lafuente Machain um *memorial* de 1606, do governador espanhol Hernandarias de Saavedra se-

gundo o qual, em uma centena de habitantes em Buenos Aires, cerca de um terço não era de origem castelhana.

Constituiu destarte a colônia buenairense um conglomerado heterogêneo que, sem embargo, acresceu bastante nos primórdios, pois, não obstante a proibição legal, quasi todos os "buques", de arribada ou escala, desembarcavam elementos estrangeiros.

Alem de mais numerosos, por critério de nacionalidade, e de mais facil adaptação ao meio étnico, revelaram ainda os portugueses maior capacidade assimilativa às condições sociais, que não só o ambiente geográfico, como os fatores econômicos e a produção regional impunham, principalmente aos que vinham do exterior.

Atingia em 1664 a população buenairense a 1.200 almas, conforme atesta o padrão levantado nessa época, e os natu-
rais de Portugal eram o mais consideravel elemento alienígena da colonização.

Entre os precursores da história da colonização platina, cita o autor a Don Manuel R. Trelles, cujo nome mereceu ser sempre declinado por quantos amem esse gênero de estudo do passado colonial hispano-americano.

Don Manuel Trelles assim se refere ao assunto, em seu trabalho dado a lume na *Revista del Archivo General del Estado de Buenos Aires*, à pag 142: "La población portuguesa a pesar de todas las prohibiciones, se hallaba incorporada á la población española, a la indígena y a la africana, principales progenitores de la entidad argentina".

E, algumas linhas abaixo, acrescenta: "En seguida de las tres razas fundadoras de nuestra población, la que presenta vinculos de sangre mas antiguos con la sociedad argentina es, sin duda, la raza portuguesa".

"Confirmam os documentos a exatidão do juízo histórico de Don Trelles, acentua Lafuente Machain — pois é indiscutível que os lusitanos formaram um núcleo à parte, que soube imprimir caracteres distintivos ao povo platino sobre o qual atuaram.

E a contribuição do sangue português inoculado na sociedade portenha durante o primeiro século de sua existência foi, com efeito, fator preponderante na formação étnica das famílias desta cidade, pelo quantitativo dos seus elementos e pela importância que daí se derivou".

Chega o autor à conclusão de que não é arrojo afirmar que aos portugueses deve Buenos Aires seu rápido cresci-

mento e até mesmo a base da grandeza comercial, pois quando os povoadores baldos de meios de exportação dos produtos dessa região e carecendo de numerário para a aquisição dos produtos europeus, se sentiam abatidos de desânimo, sob as enormes pilhas de couros providos das suas estâncias, foram os Portugueses que lhos foram ali buscar, valorizando destarte os famosos "frutos del país" que até hoje são o orgulho dos fazendeiros da República Argentina.

E com dar início ao seu aproveitamento, contribuíram sobremaneira para despertar a capital do Prata, até então inativa, da inercia em que jazia.

Foram os Portugueses, assevera Lafuente Machain, que ensinaram aos primeiros íncolas da metrópole argentina onde estava a verdadeira fonte de riqueza nacional.

A influência lusitana em Buenos Aires, durante a primeira metade do século XVII, afirmou-se cada vez mais preponderante, e é de justiça reconhecer que só se traduzia em reais benefícios à região rioplatina, cujos colonizadores não poderiam ter resistido se não houvessem quebrado os moldes administrativos impostos às demais colônias americanas, de situação política econômica assás diferente.

Prevendo o efeito que produzirá a revelação do presente ensaio de investigação histórica, assim se justifica o autor:

"Afeitos que somos a considerar a intervenção lusitana em nossa história somente sob a sua feição militar, através a correspondência e relatórios por administradores espanhóis, partes interessadas no caso, chocará talvez afirmar que foram os Portugueses os asseguradores da duração da cidade de Guayrá, e que sem essa influência benéfica ao desenvolvimento do comércio regional, é bem possível que o progresso houvera sido muitíssimo mais moroso, quem sabe mesmo se sua existência houvera de muito ultrapassado a do porto fundado por Mendoza, de vida tão efêmera quanto acidentada".

O autor dividiu em um prólogo e sete capítulos sua obra:

- I. *A conquista castelhana.*
- II. *A conquista portuguesa.*
- III. *A conquista holandesa.*
- IV. *A cidade da Santíssima Trindade.*
- V. *A sociedade portenha.*
- VI. *A contribuição lusa.*
- VII. *Padrão de Portugueses.*

A rivalidade entre Castela e Portugal, observa o autor, deparou novos motivos com as fronteiras comuns. Esse dissídio foi origem de uma série de intervenções armadas e negociações diplomáticas que duraram dois séculos de porfiada luta.

É indubitavel, porem, que essa desinteligência entre vizinhos marcou-lhes características peculiares sob o tríplice ponto de vista político, mercantil e etnológico.

Tratando da conquista castelhana, estuda a primeira expedição do Capitão Domingos Martinez de Irala, "Governador enérgico que teve a nítida visão do que se pudera esperar daquelas plagas", reunindo em Assunção os restos dizimados da luzida vanguarda de Mendoza.

Porem, se ao Governador Irala coube a glória de ser o precursor da colonização nas regiões rioplatinas, como adverte Lafuente Machain, havemos de reconhecer que o vasto plano então iniciado tinha por principal objetivo facilitar as comunicações entre o Alto-Perú e a Espanha, e tendia ao estabelecimento de sucessivas cidades que, levantadas no Chaco e em Guayrá iriam escalonando o caminho do Perú ao litoral do Atlântico.

Buscava-se, assim, não só o facil escoamento dos produtos peruvianos, como o recebimento pelo Perú dos chamados "articulos de Castila".

Encurtando o primitivo itinerário, aliviavam-se os encargos aduaneiros, impostos às antigas caravanas que faziam a jornada pelo Paraná, com o consequente transbordo e embarque, o que tanto sobrecarregava o custeio, como retardava enormemente o transporte.

Dois séculos mais tarde, escreve Lafuente Machain, persistia ainda a idéia da conveniência que havia em buscar os produtos do Alto-Perú pelo Rio da Prata e durante o governo do depois Vice-Rei Mello e Portugal no Paraguai, o sargento-mór D. Juan de Machain se ofereceu a custear a construção de uma estrada de Assunção a Chuquisaca, com o mesmo propósito. Esse oferecimento não foi aceito, pois cortaria no trajeto as possessões lusas, e poderiam prejudicar, no caso de conflito armado, aos interesses espanhóis.

Desde os primeiros tempos, foi costume, imposto pela necessidade, em vista das condições e capacidade dos navios de cabotagem utilizados nas expedições coloniais, fazer um porto de refresco e reparo às velas na costa do Brasil, tendo sido no meiado do século XVI, o de São Francisco.

O autor estuda ainda as expedições castelhanas de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, seguido de D. Mencia Calderón e outros, até a expedição Irala.

Os chefes lusitanos adotaram a habil política de enfraquecer até extinguir a guarnição do São Francisco, levando contingentes da povoação para São Vicente, de onde os não deixavam mais sair sinão para Assunção ou outro destino mais remoto, e açulavam os índios contra a guarnição dessa feitoria.

Finalmente, em fins do século XVI fundava-se a cidade de "Santíssima Trindade e porto de Santa Maria de Buenos Aires".

Essa fundação de muito valeu aos Lusitanos, pois não só retirou em definitivo a guarnição de São Francisco, como lhes franqueou livremente descer o nosso litoral até ao sul, e ocupar todo o vasto território compreendido entre o Uruguai e o Atlântico com o visível intento de abranger até a *orilla* oriental do Rio da Prata.

De muito beneficiou ao comércio argentino pelo fato de deslocar-lhe a corrente para a bacia do Prata, que passou desde aí a ser o centro político e comercial de toda a região.

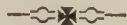
Buenos Aires, em breve suplantava as cidades de la Guayrá, cuja região serviu de primeiro teatro de luta pela supremacia da Espanha ou de Portugal no Novo Mundo.

Com a retirada em 1632 das missões jesuíticas e povo das Missões para o oeste do Uruguai, tornaram-se os Portugueses, embora sem títulos de propriedade, livres senhores de toda a região.

No cap. II, tocante à conquista portuguesa, declara o autor ter-se inspirado no livro *Os judeus no Brasil* do nosso patrício Sr. Solidonio Leite Filho.

Muito atraente é a descrição da cidade de Buenos Aires, em princípio do século XVII, que se encontra no capítulo IV, feita à luz dos documentos coetâneos e da impressão de viagem por aquela época ali empreendida pelo visitante francês Ascarate du Biscay.

O ensaio *Los Portugueses en Buenos Aires*, de R. de Lafuente Machain, merece ser lido.



CONDORCET JORNALISTA



CONDORCET JORNALISTA

Helène Delsaux publicou ha pouco um interessante ensaio sobre Condorcet, focalizando-o de preferência sob o aspecto de articulista revolucionário. Intitula-se seu estudo — *Condorcet journaliste, 1790-1794*, Paris, 1931, in-oitavo, com 354 páginas e quatro retratos.

Do famoso pioneiro do socialismo em França, conhecem-se, entre outros, os esboços biográficos traçados pelo Dr. Robinet *Condorcet, sa vie, son œuvre — 1743-1749*, Paris, 1895; por Franck Alengry, *Condorcet guide de la Révolution française, théoricien du droit constitutionnel et précurseur de la science sociale*, Paris, 1904; e por Léon Cohen, *Condorcet et la Révolution française*, Paris, 1904.

Estes dois últimos biografistas consagraram-se ao exame da obra jornalística e parlamentar do grande vulto da ideologia de 1789.

Alengry visa-o antes como homem de imprensa na Revolução e Cohen como tribuno da Assembléia francesa, discutindo, em sessões tempestuosas, os Direitos do homem.

Hélène Delsaux oferece-nos um quadro por ordem cronológica, levantado por Alengry (*Op. cit.*, caps. 1 a 7 e nota às págs. 120-123), contendo os títulos dos artigos assinados por Condorcet nos seguintes órgãos jornalísticos em que colaborou de 1790 a 1794, com informes sobre cada um dos quais data de aparecimento, duração e comentário crítico e bibliográfico:

Bibliothèque de l'homme public (1790-1792);
La Bouche de Fer (Janeiro de 1790-24 de Junho de 1791);
Chronique de Paris (24 de Agosto de 1789-25 de Agosto de 1793);

La Chronique du mois (Novembro de 1791, e Julho de 1793);

La Feuille villageoise (30 de Setembro de 1790-25 Thermidor, ano IV);

Journal d'instruction sociale (1º de Junho de 1793-6 de Julho de 1793);

Journal de Paris (1º de Janeiro de 1777, e 30 de Setembro de 1789);

Journal de la Société de 1789 (5 de Junho de 1790, e 15 de Setembro de 1790);

Le Patriote français (28 de Julho de 1789, e 2 de Junho de 1793); e

Le Moniteur Universel (Maio de 1789, Novembro de 1799).

Sob a forma do anonimato está averiguada a colaboração de Condorcet em *Le Républicain*, de vida efêmera (Julho de 1791-23 de Julho de 1791); e atribuem-se à sua pena alguns artigos do *Bulletin des Amis de la Vérité* (31 de Dezembro de 1792-30 de Abril de 1793) e de *Le Moniteur* (1788), do qual figura como reedição *Le Moniteur Universel*, supracitado.

No manancial das 160 obras deixadas pelo ideologista da Revolução francesa, na messe dos seus discursos incendiários, pronunciados como deputado à Assembléia legislativa ou na Convenção, e dados à estampa, em *Le Moniteur Universel*; ou ainda no florilégio dos seus artigos de imprensa, foram inspirar-se ou coligir dados de argumentação em matéria de instrução pública, educação, economia, política, filosofia, etc., vários publicistas deste século, como sejam Henry Bigot, *Les idées de Condorcet sur l'instruction publique*, Poitiers, 1912; Eugène Caillaud, *Les idées économiques de Condorcet*, Poitiers, 1908; Francisque Vial, *Condorcet et l'éducation démocratique*, Paris, 1902; Alphonse Aulard, *Histoire politique de la Révolution française*, Paris, 1903.

Até o presente — segundo observa judiciosamente Hélène Delsaux — o aspecto jornalístico da atividade de Condorcet só foi tratado, por assim dizer, à margem da sua ação política, econômica e social.

Por isso, lhe pareceu de utilidade pôr em relevo e em plena luz essa face atraente da personalidade desse agitador de idéias e homens que foi Condorcet, muito menos divulgada que a do filósofo, do economista, do sociólogo, do pedagogo ou deputado revolucionário.

E' assim que, tendo dividido o seu ensaio em duas partes principais — *Jornalismo e Doutrina*, Hélène Delsaux mos-

ira-nos o que foi a carreira jornalística de Condorcet; como o filósofo se desdobrou no jornalista, explicando as razões dessa evolução, que reputa imprevista, como assás divergente das suas anteriores preocupações. Mostrando as causas determinadas dessa transformação, assinala o desenrolar dos sucessos históricos da Revolução, desde a convocação dos Estados Gerais até a queda dos Girondinos.

O Marquês de Condorcet, de nobre linhagem feudal, cedo revelou, como Pascal, notável inclinação pelas ciências exatas, e depois de ter publicado o seu *Ensaio sobre o cálculo integral*, aos vinte e seis anos ingressava na Academia de Ciências em 1759, da qual veio a ser, quatro anos após, secretário perpétuo.

Antes dos 40 anos havia conquistado uma cadeira da Academia Francesa; e seu nome era citado ao lado de cartes, Pascal, Leibnitz e Newton. Era também amigo e correspondente de D'Alembert, Turgot e Voltaire.

Revelou-se igualmente geômetra, economista, filósofo e polemista anti-clerical.

Em 1774, a filosofia dos enciclopedistas, sobretudo Voltaire e a Maçonaria, exerceu sobre ele decisiva influência.

Foi no silêncio de seu gabinete de estudo do cais Conti que ele, após 11 anos de elocubração das questões sociais, de 1775 a 1786, resolveu abandonar as especulações abstratas de matemática para abordar outros problemas que mais de perto interessavam ao gênero humano. E surgiu então como "o homem sensível" da alvorada da Revolução.

Com grande rigor de raciocínio e clareza de lógica pôs em equação os fenômenos sociais, discutiu as teorias políticas e constitucionais por que se deveriam orientar os partidos da tribuna da Assembléia ou dos jornais revolucionários de 1784 a 1788.

Franck Alengry classificou Condorcet como tendo sido "o guia da Revolução Francesa". (*L'esprit révolutionnaire en France et aux États-Unis*).

Condorcet exercia então o cargo de inspetor geral das Moedas, quando, na França, sob a ameaça da bancarrota, ocorreram os primeiros sintomas prenunciadores da Revolução de 1789: a declaração de 27 de dezembro de 1788 e a convocação dos Estados.

O filósofo transformou-se então no homem de ação, arrastado pelos acontecimentos. Preparou a campanha eleitoral que levou a Versailles 1.700 deputados, em 5 de Maio de 1789, e tomou parte ativa na Comuna de Paris, como delegado pelo distrito de Saint Germain des Près.

Nove meses após a abertura dos Estados Gerais, Condorcet, deixando de parte as memórias e tratados de ciência, havia-se entregue aos opúsculos sobre questões diárias e comunicados verbais, redigidos às pressas em clubes políticos, e moções à Assembléia Nacional.

A 26 de fevereiro de 1790 surgiu em público, armado como jornalista, redator de uma publicação, espécie de revista política, intitulada *Bibliothèque de l'Homme public* (1790-1792), ou *Analyse raisonnée des principaux ouvrages français et étrangers, sur la Politique en général, la Législation, les Finances, la Police, l'Agriculture et le Commerce en particulier et sur le Droit naturel et public*, in-8°, mensal; Impr. Chardron, fundado com Peysonne, Chapellier e outros.

Passou então a escrever no *Journal de la Société de* 1789, com Dupont de Nemours, Pastoret, André Chénier, Grouvelle e outros.

Em 1790, fundou ainda, com o Abade Claude Fauche e Nicolas Bonneville, *La Bouche de Fer*, trisemanal, in-8°, — “journal patriotique et fraternel, a pour objet la confédération universelle des Amis de la Vérité”.

Este jornal, explicava o frontespício, devia o seu título a um rosto de homem, tratado à feição das máscaras de comédia antiga: a boca escancarada, e em volta da cabeça a inscrição latina: “*Galle, memento tu regere eloquio populos*”.

Vemo-lo, em seguida, associado a Thomas Paine e Achille Duchâtelet, publicar *Le Republicain*, ou *Le Défenseur du Gouvernement représentatif*, cujo n. 1 não tem data, mas saíra em Julho de 1790, e só editando quatro números, sendo o último de 28 de Julho desse ano.

Apareceu então redigindo diariamente a crônica parlamentar do *Journal de Paris*, e na *Chronique de Paris* (17 de Novembro de 1791 a 5 de Março de 1793).

A 26 de Setembro de 1791 era deputado por Paris. Escrevia então neste último jornal, falando do Rei Luiz XVI, que o convidara para preceptor do Delfim:

“Dans ce moment, il s'agit bien moins de former un roi que de lui apprendre à ne plus vouloir l'être!”

Embora deputado, não abandonou a profissão de jornalista.

“Pelo contrário, observa Hélène Delsaux, o leader da maioria toma a palavra em todas as gran-

des circunstâncias, tem assento como de costume em sua bancada, irá assumir uma após outra as mais absorventes funções parlamentares: a de secretário, em 3 de Outubro de 1791, vice-presidente, a 25 de Janeiro de 1792; presidente de quinzena em 5 de Fevereiro do mesmo ano, leva uma dupla existência de homem de parlamento e de jornal" (Página 18).

Em *La Chronique* fazia inserir, sem interrupção, diariamente, os debates agitados da Assembléia Nacional.

Fundou o *Journal d'Instruction sociale par les citoyens*, publicado aos sábados, e escreveu ainda em *La Feuille villageoise*, semanário destinado a instruir nas leis, fatos e descobertas de interesse para todos os cidadãos: e no *Bulletin des Amis de la Vérité*, publicado diariamente pelos diretores de imprensa do Círculo Liberal.

Le Moniteur, na sua segunda fase, muito lhe deve; além disso, os seus discursos sobre emigração, sobre a questão econômica e financeira, seus relatórios sobre instrução pública, enviados impressos aos então 83 departamentos da França, não o deixavam um instante inativo em sua formidável capacidade de trabalho.

Entretanto, em política não é facil ser chefe e agradar a todos: enquanto os assinantes do *Journal de Paris* o qualificavam de *trop avancé*, os extremistas do Clube dos Jacobinos o achavam *trop pâle*, e durante a campanha eleitoral, que precedeu à Convenção Robespierre e Marat atacaram-no desapiadadamente.

Em Paris, só alcançou um voto, contra 338 dados a Robespierre e 638 a Danton.

Condorcet achava-se em divergência de vistas com a maioria dos seus colegas quanto à forma do processo de julgamento do Rei; e pronunciava-se contra a ereção da Convenção Nacional em Alta Corte de Justiça.

"As tribunas voçiferam ameaçadoras, descreve Hélène Delsaux, quando ele vota com independência contra o regicídio, é, quando alguns dias depois, envida os últimos esforços para obter o "sursis" da execução".

Esse homem que não foi de partido algum, mas apenas um pensador, o maior talvez da Revolução, reivindicado

brutalmente como Girondino pelos Girondinos, como *Montaignard* pelos Jacobinos, cairia finalmente vítima dessa luta em que servia de joguete.

Como membro da Comissão de Constituição, eleito em 11 de Outubro de 1792, foi encarregado de apresentar à Assembléia parecer sobre o ante-projeto de Constituição de Gironda, que foi alvo dos mais vivos ataques dos chefes de *Montaigne*, como Marat, Saint-André, Couthon e Thuriot.

Refutando-os, Condorcet de novo enristou a pena de jornalista pelas colunas de *Le Patriote français* e de *La Feuille Villageoise*; mas o seu projeto caiu, e o nome de Condorcet foi riscado da nova Comissão de Constituição, que, a 4 de Abril de 1793 passou a chamar-se *Comité de l'Analyse*, ou *Commission des Six*.

Condorcet não se deu por vencido e voltou à carga, multiplicando artigos e estudos, afim de apressar a votação da Constituição girondina. Tudo em vão; a *Montaigne* faz protelar indefinidamente o projeto Condorcet, substituído afinal pelo da Constituição jacobina.

Pela última vez, em 18 de Maio do ano do Terror, subia à tribuna da Convenção Nacional aquele que fora "o guia da Revolução". Um mês depois, votava-se a Constituição *montaignarde*, e seus amigos começavam a ser presos.

Tendo por tantos anos meditado sobre altos problemas de política social e sonhado redigir uma Constituição ideal, observa Hélène Delsaux — ele assistiu ao desmoronamento do ideal que tinha apaixonadamente desejado e defendido.

"Então, o filósofo sereno, o geômetra celebrado perdeu o sangue frio e o aristocrata ofendido reapareceu com o jornalista combativo: e Condorcet escreveu um panfleto brutal contra a nova Constituição que se ia submeter ao *referendum* popular.

Decepcionado em suas mais caras esperanças, ferido no amor próprio, abdicando, nesse instante de funestas consequências, daquele senso político que o fazia apreciar com tanta sabedoria as situações e os homens, Condorcet nesse manifesto se voltava contra a própria Assembléia de que era membro, e repelindo-a, num movimento de revolta, apelava diretamente para o povo. Foi esse o seu canto de cisne no jornalismo.

E foi assim, conclue Hélène Delsaux, que Condorcet, que não era um girondino, que não figurou com Vergniaud, Brissot, Gaudet e seus companheiros no rol dos proscritos de 2 de Junho de 1793, passou por girondino e foi atingido,

enfim, pelas mesmas medidas de repressão de que a *Montaigne* lançara mão contra a Gironda.

Denunciado por Chabot, a 8 de Julho desse ano, da tribuna da Assembléia, como "o homem que, pelo fato de ter assento entre alguns sábios da Academia, se afigurava ter de dar leis a República francesa", a Convenção Nacional, após ter ouvido o seu Comité de segurança geral, decretou a sua prisão.

Durante oito meses subtraiu-se à perseguição dos que o procuravam ativamente.

Por último, dirigiu à Convenção Nacional uma carta de provocação que decidiu da sua sorte. Seus bens foram confiscados; e sentindo-se perdido, no dia imediato à execução dos girondinos, 25 de Março de 1794, receiando comprometer a Sra. Vernet, rua Servandoni, 15, em cuja residência se tinha refugiado, partiu em busca da casa do seu amigo Suard. Pernoitou ao relento, e pela manhã seguinte chegou a Clamart.

Denunciado por um estalajadeiro, foi conduzido, a 27, à prisão de Bourg-la-Reine, em cuja célula foi encontrado morto por envenenamento.

Tinha então 51 anos.

Michelet, *Les femmes de la Révolution*, pág. 85, acen-tua que, suicidando-se por essa forma, Condorcet "poupou a República a vergonha do parricídio, o crime de ferir o último dos filósofos, sem o qual ela não teria existido".

Dele nos escreve Barrère em suas *Mémoires*, Paris, 1842-1844, tom. IV, pág. 165:

"Depois de Socrates, não houve filósofo mais munificente e tolerante, mais amigo da humanidade e defensor de seus direitos".

D'Alembert viu nele um "vulcão coberto de neve", Turgot "um carneiro enraivecido". É um protótipo do Rous-seanismo integral, que talvez mesmo sobrepuje ao modelo do vigário saboiano, no conceito de Hélène Delsaux, pág. 24.

Não foi o autor do *Contrato Social*, mas snhou ser o seu realizador.

Era de uma bondade inata, e na divisa do seu braço heráldico inscrevia-se a palavra "charitas", derivada do seu nome.

"Costuma-se em geral admitir que nada ha que faça mais árido o coração humano do que seja o estudo da ma-

temática, e cita-se a expressão de certo geômetra eminente depois de assistir a uma representação de *Polyeucte*: “Que prova isso?” Do geômetra, do matemático, que só se sente apaixonado pelas ciências abstratas, Condorcet conservou apenas o aspecto exterior e o rosto marmóreo, mas como foi observado por um dos seus biógrafos.

“Esse espírito calmo e moderado, no curso ordinário de vida, tornava-se ardente e cheio de entusiasmo quando se tratava de proteger os oprimidos ou de defender o que lhe é mais caro ainda a liberdade humana e a virtude dos infelizes. Então o seu zelo tocava ao auge da paixão; e lhe sentia o calor e o tormento; sofria, agia, falava, escrevia com toda a energia de uma alma ativa e apaixonada”. (*Portrait de M. le Marquis de Condorcet, par Mlle. de Lespinasse, œuvres*, tom. I, págs. 663 e 664).

Foram a sua inteligência superior, sua sensibilidade profunda, o culto da razão que fizeram dele um precursor e guia da grande Revolução social de 1789.

A ironia de Mme. Roland, falando do espírito de Condorcet, comparou-o a “um licor fino embebido em algodão”; Rivarol, pretendia que “ele escrevia com ópio em folhas de chumbo”; Saint-Beuve nele viu um vaidoso, um “meneur” sem escrúpulo e compara a sua crítica “a picadas de estilete envenenado” (*Causeries du Lundi*, tom. III, págs. 339-343).

Na obra jornalística de Condorcet sente-se ainda que ele é um filho espiritual de Voltaire, o mestre da filosofia do século XVIII.

Um dos grandes deuses vermelhos da Revolução, Robespierre, insultou-lhe cobardemente a memória:

“O acadêmico Condorcet, outrora geômetra no conceito dos literatos, e grande literato no dizer dos geômetras, depois conspirador pusilânime, desprezado por todos os partidos, se esforçava incessantemente em obscurecer a filosofia com a monotonia das suas rapsódias mercenárias” (*Le Moniteur* de 8 de Maio de 1794, tom. XX, pág. 408).

La Harpe considerava-o um sofista em delírio, arrastado pela filáucia (*Cours de Littérature ancienne et moderne*, Paris, 1825, tom. XVII, pág. 6).

Chénier deplorou não houvesse uma cripta bem profunda onde a Pátria pudesse guardar as meditações de Condorcet (La Harpe, *op cit.*).

Mas nada vale o elogio de Littré (*Journal des Débats*, 3 de Agosto de 1860).

“Todo o século XVIII se resume num tipo ideal que ha muito excita em mim suprema veneração: quero falar de Condorcet”.

Hélène Delsaux conclue sobre a sua morte que não foi o político, o deputado da Convenção, o girondino, nem menos ainda o sábio que encarniçadamente se procurou eliminar, mas Condorcet jornalista e panfletário: foi o autor do manifesto de *Aux Citoyens français sur la nouvelle Constitution*, que pelas idéias políticas distava certo menos da Gironda que da Montanha, que entre os jacobinos contava numerosos amigos, mas que por amor à liberdade, por espírito de consciência se aliou aos vencidos.



JOÃO DA SILVA TAVARES

Visconde de Cerro Alegre

JOÃO DA SILVA TAVARES

(Visconde de Cerro Alegre)

O ano de 1935 foi todo consagrado, e com justiça, aos gloriosos heróis farroupilhas. Não cabia, mesmo, nas comemorações do centenário da irrupção do movimento reivindicador de 1835 qualquer homenagem a vultos imperiais.

Entretanto, tendo o glorioso movimento continuado, não podemos, sem flagrante injustiça, deixar de prestar nossas homenagens aos heróis imperiais, cujas finalidades guerreiras foram tão justas, dentro de seus pontos de vista, como as dos farroupilhas.

Nove anos teremos, ainda, de datas centenárias, e devemos aproveitá-las para homenagens aos imperiais e é o que, com este ensaio sobre Silva Tavares, Visconde de Cerro Alegre, vamos iniciar.

Passados, como são, cem anos sobre os acontecimentos, devemos encará-los unicamente sob o ponto de vista histórico, sem paixões de personalismos, como juizes e não como partidários de A ou B. Heróis todos foram, farrapos e caramurús, e como tal dignos são todos de nosso acatamento e veneração.

Embora sendo, dos chefes imperiais no movimento farroupilha de 1835/45, um dos menos favorecidos pela sorte, João da Silva Tavares, apesar disso, tornou-se pela sua constância inabalável e inaudita força de vontade, legítimo baluarte do Império contra os revolucionários.

Derrotado em vários encontros, preso e posto a ferros, Silva Tavares não abandonou nunca seus ideais monár-

quicos e esteve sempre e mais do que qualquer outro chefe militar disposto à luta, sem procurar superiorizar-se, e sem ter tido, jamais, aquela mania de ser chefe único, que empolgou a outros oficiais das hostes do Império (1).

Dai a sua natural superioridade, ditada tão somente pelo desejo sincero de sustentar, na medida de suas forças, a soberania monárquica no Rio Grande do Sul Farroupilha.

Nascido na Freguezia do Herval a 16 de Março de 1790, foram seus pais José da Silva Tavares e D. Joanna Muniz Fagundes. Foi João da Silva Tavares 1º barão e 1º Visconde de Cerro Alegre.

Ao falecer na cidade de Bagé, no dia 28 de Março de 1872, com a avançada idade de 82 anos, deixou o Visconde de Cerro Alegre, além da viuva D. Umbelina Nunes, os seguintes filhos e netos:

a) João Nunes da Silva Tavares (Barão de Itaqui) — Nascido a 24 de Maio de 1818.

b) Umbelina da Silva Tavares — Nascida a 28 de Outubro de 1829.

c) Gertrudes da Silva Tavares — Nascida a 25 de Junho de 1821.

d) Ludovina da Silva Tavares — Nascida a 12 de Outubro de 1822.

e) José Facundo da Silva Tavares (Tet. Coronel) — Nascido a 12 de Junho de 1825.

f) Joaquim da Silva Tavares (Barão de Santa Tecla) — Nascido a 28 de Novembro de 1829.

g) Virgilina da Silva Tavares — Nascida a 26 de Setembro de 1833.

h) Maria Cecilia da Silva Tavares — Nascida a 15 de Outubro de 1842.

i) Francisco da Silva Tavares (Dr.) — Nascido a 5 de Agosto de 1844.

j) José Bonifacio da Silva Tavares (Coronel) — Nascido a 19 de Março de 1846.

A sua descendência é a seguinte:

a) João Nunes da Silva Tavares (Barão de Itaqui) e Flora Nunes — Houve os seguintes filhos:

(1) Em nosso trabalho sobre *Caxias e Bento Manoel Ribeiro* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico, III trimestre, 1936)

- 1) Adelaide da Silva Tavares — Solteira.
 - 2) Jeronymo Nunes da Silva Tavares — Casou com Leocadia da Silveira.
 - 3) Lisbella da Silva Tavares — Casou com Francisco de Paula Torres.
 - 4) João Maria da Silva Tavares — Solteiro.
 - 5) Pedro Nunes da Silva Tavares — Casou com Rita Correia.
 - 6) Umbelina Nunes da Silva Tavares — Casou com José Bonifacio da Silva Tavares.
 - 7) Francisco Nunes da Silva Tavares — Casou com Laudelino Oliveira.
 - 8) Ernestina Nunes da Silva Tavares — Casou com Aurelio Py.
-

Bibiano A. da Silveira e (b) Umbelina da Silva Tavares — Houve os seguintes filhos:

- 1) João Manoel da Silveira — Casou com Maria Thezeza Alves Pereira.
 - 2) Bibiano Tavares da Silveira — Casou com Mariquinhas Silveira.
 - 3) José Tavares da Silveira — Solteiro.
 - 4) Amelia Tavares da Silveira — Casou com Libindo Martins.
 - 5) Umbelina Tavares da Silveira — Faleceu criança.
 - 6) Leocadia Tavares da Silveira — Casou com Jeronymo da Silva Tavares.
 - 7) Maria Ignacia Tavares da Silveira — Casou com Delfino Riet.
 - 8) Cecilia Tavares da Silveira — Casou com Aureliano de Barros.
-

Balbino Manoel Francisco de Souza e (c) Gertrudes da Silva Tavares — Houve os seguintes filhos:

- 1) Maria Cecilia de Souza — Casou com Domingos da França Mascarenhas.
 - 2) Balbino Manoel Francisco de Souza — Casou com Juliãna de Carvalho.
-

tratamos desse assunto respeito ás ambições de Chico Pedro, Loureiro e outros.

Julio Alves Pinto e (d) Ludovina da Silva Tavares — Não houve filhos.

e) José Facundo da Silva Tavares e Virgilina Caetano Vieira — Houve os seguintes filhos:

- 1) Maria Eulalia da Silva Tavares — Casou com Herculano Ribeiro.
 - 2) João Facundo da Silva Tavares — Casou com?
 - 3) Umbelina da Silva Tavares — Solteira.
 - 4) Adelaide da Silva Tavares — Casou com José Simões Brasil.
 - 5) José Facundo da Silva Tavares — Solteiro.
 - 6) Facundo da Silva Tavares — Solteiro.
 - 7) Cecilia da Silva Tavares — Casou com Jacintho Carneiro.
-

f) Joaquim da Silva Tavares e Amelia Gomes de Mello — Houve os seguintes filhos:

- 1) Leocadia da Silva Tavares — Casou com Antonio A. de Assumpção.
 - 2) João da Silva Tavares — Casou com Flora Crespo.
 - 3) Joaquim da Silva Tavares — Casou com Maria Angelica Braga.
 - 4) Eduardo da Silva Tavares — Casou com Zulmira Maciel e em segundas núpcias com Ophelia Burlamaqui.
 - 5) Umbelina da Silva Tavares — Casou com Dario da Silva Tavares.
 - 6) Augusto da Silva Tavares — Casou com Sylvia Soares da Silva.
 - 7) Alfredo da Silva Tavares — Casou com Janny Garoia.
-

Antonio Vieira da Costa e Silva e (g) Virgilina da Silva Tavares — Houve os seguintes filhos:

- 1) Floriana Vieira — Casou com Gaspar Rechsteiner (2).
 - 2) Antonio Vieira da Silva — Solteiro.
-

(2) Desse casal é filho o official de nossa Marinha de Guerra, comandante Adalberto Rechsteiner, que está escrevendo a biografia do Barão e Visconde de Cerro Alegre.

3) Raymundo Vieira da Silva — Casou com Clara Corrêa Lopes.

4) Maria Arlinda Vieira — Casou com José Alexandre Brasil.

5) Julio Vieira da Silva — Solteiro.

6) Maria das Dores Vieira — Casou com Manoel Dada Taborda.

Gervasio Alves Pereira e (h) Maria Cecilia da Silva Tavares — Houve os seguintes filhos:

1) Maria Cecilia Alves Pereira — Casou com Pedro Luiz da Rocha Osorio.

2) Arlinda Alves Pereira — Casou com José Barbosa Gonçalves.

3) Alice Alves Pereira — Casou com José Cypriano Nunes Vieira.

4) Gervasio Alves Pereira — Faleceu criança.

5) Luiz Tavares Alves Pereira — Casou com Alice Moreira e em segundas núpcias com Herminia Evangelista de Souza.

i) Francisco da Silva Tavares e Maria Amor dos Prazeres — Houve os seguintes filhos:

1) Armando da Silva Tavares — Casou com Cypriano Piegas e em segundas núpcias com Jenny Camargo.

2) Dario da Silva Tavares — Casou com Umbelina da Silva Tavares.

3) Zulmira da Silva Tavares — Casou com Nicanor Peña.

4) Alzira da Silva Tavares — Casou com Luiz José Monteiro.

5) Eurico da Silva Tavares — Casou com Francisca Abbot.

6) Ernestina da Silva Tavares — Casou com Boaventura Costa.

7) Ottilia da Silva Tavares — Casou com André Rebouças.

j) José Bonifacio da Silva Tavares e Umbelina Nunes da Silva Tavares — Houve os seguintes filhos:

1) Edith da Silva Tavares — Faleceu criança.

2) Branca da Silva Tavares — Faleceu criança.

- 3) José da Silva Tavares — Solteiro.
- 4) Carlos Alberto da Silva Tavares — Casou com Branca Moglia (3).

A Viscondessa do Cerro Alegre, que pertenceu à família Nunes, sendo irmã do Capitão legalista Jeronymo José Nunes, do Tenente Pedro José Nunes, do Tenente Ajudante José Vieira Nunes e outros, faleceu na cidade de Bagé a 27 de Julho de 1886.

Ao rebentar a revolução 1835, poucas foram as pessoas, especialmente militares, que se conservaram fiéis ao governador Rodrigues Braga.

Entre estes, lugar de destaque merece, pela sua decidida atuação, o tenente-coronel João da Silva Tavares. Nele e no Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto põe o presidente legal toda a sua confiança. Deposto em Porto Alegre, um de seus primeiros cuidados ao chegar ao Rio Grande é cercar-se de gente de confiança.

Assim escreveu a Silva Tavares, dando-lhe parte dos acontecimentos desenrolados em Porto Alegre e pedindo-lhe que congregue sua gente e dê notícias ao Marechal Barreto, conforme se vê:

“No dia 19 para 20 do corrente mês teve lugar em Porto Alegre um acontecimento extraordinário que já tinha sido preconizado por V. Mce. O Coronel Bento Gonçalves da Silva, esse Brasileiro degenerado, contra a espectação de todos, pôs em prática o mais horroroso dos atentados que pode cometer um cidadão contra a sua pátria. Tendo reunido e armado gente nas Pedras Brancas, pela maior parte índios, mulatos e negros de charqueadas, ele passou esta força que não excederia a 80 homens para o outro lado do rio, e se dirigiu com ela para acometer a cidade de Porto Alegre, e depor as primeiras autoridades da província. A notícia deste movimento chegou ainda com tempo de se poder prevenir ao meu conhecimento. Proclamei imediatamente ao povo que não se deixasse apossar do medo e que se reunisse armado em torno de mim, se não queria ver reproduzidas nesta bela província as cenas do Pará e Cuiabá. Está proclamação produziu o efeito desejado, mas, tão somente no momento em que apareceu,

(3) Conforme informações do comandante Adalberto Rechsteiner.

porque depois, sabendo-se que estava à testa do movimento revolucionário o Coronel Bento Gonçalves da Silva, e que vinha com uma força acometer a cidade, todos desalentaram, e trataram de fugir, e embarcar-se. Anteriormente havia eu expedido ordem a todos os Guardas Nacionais, tanto do serviço ativo como da reserva, que logo que se comesçassem a manifestar sintomas de revolução seriam obrigados a reunirem-se armados, no lugar da parada das respectivas Companhias. Esta minha ordem, que esperava surtisse o desejado efeito, foi completamente iludida, porque, no momento da crise e em que se tocou a rebatê, foi tão grande o susto dos habitantes de Porto Alegre, que apenas concorreriam ao palácio da minha residência cerca de duzentas pessoas entre gente do povo, militares e Guardas Nacionais, não incluindo neste número a Força de Permanentes, e um piquete de vinte homens de linha. Não desanimei à vista de tanta indiferença pelos negócios da pátria da parte dos cidadãos amantes da ordem. Seriam oito horas da noite do dia 19 do corrente quando uma partida nossa, indo explorar as forças dos rebeldes, foi acometida de surpresa na ponte da Azenha, por uma partida deles que ali se achava emboscada. Houve vivo fogo de parte a parte e deste choque resultou perdermos um bravo Guarda Nacional de Cavalaria (4) e serem feridos cinco ou seis dos nossos entre eles o Visconde de Camamú (5), comandante da força, que foi lanceado em uma coxa. Dos rebeldes consta terem sido mortos tres e feridos muitos.

A notícia deste desgraçado acontecimento grassou logo por toda a cidade e foi tanto o desalento e o terror que se observou entre os cidadãos e Guardas Nacionais que se achavam reunidos no Palácio do Governo, que a mor parte deles abandonou os seus postos, deixando-me reduzido a uma força que não excederia a 100 homens. Passou-se a noite do dia 19 neste estado de desordem, confusão e desalento. No dia seguinte, de manhã, appareceram afixadas, pelas esquinas, a proclamação junta, de Bento Gonçalves, e outras

(4) Foi o famoso *Prosódia*, — Antonio José da Silva Monteiro, jornalista caramurú. Dirigiu *Prosódia* os jornais: *O Pobre* (1834) e *Mestre Barbeiro* (1835).

(5) Gordilho de Barbuda, Visconde de Camamú "retrógrado", violento, que chegou a parar na cadeia por ordem do juiz de paz Pedro José de Almeida, e obrigado a retirar-se para Santa Catarina, de onde voltou no Governo de Braga.

que pelo estilo supponho ser de Pedro Boticario (6). Elas produziram o efeito desejado, que foi incutir mais terror nos amigos da ordem. Correndo de plano que a força dos insurgentes excedia já a 600 homens, por se lhe terem agregado muita gente da cidade e, observando eu que o número da gente armada a favor do governo ia decrescendo consideravelmente, tratei logo de embarcar a minha família, convocando os officiaes que se achavam a meu lado, e, expondo-lhes o estado dos negócios, assentaram todos que deviamos abandonar o Palácio, e reunir-nos no trem de guerra, até que chegassem os alemães, e gente de fora que tinha convocado, à qual se esperava por aqueles dois dias. Esta medida, conquanto fosse ditada pela prudência, foi causa de se espalhar mais o susto e o terror, porquanto, os cidadãos armados que me acompanharam para o trem, apenas seriam 50 e estes mesmos pelo decurso do dia foram se retirando insensivelmente, de maneira que às 11 horas da noite havia no trem de guerra somente nove officiaes. Nesta ocasião chegou a noticia de que os Permanentes haviam desertado todos para os rebeldes. Vendo-me em completo abandono e sem meio algum de poder obstar a entrada dos rebeldes, fiz seguir no escaler da Alfândega os officiaes que se me apresentaram a irem reunir-se ao Exm. Sr. Marechal Comandante das Armas e eu tratei logo de embarcar-me a bordo da barca *Rio Grandense*, fazendo-a velejar para Itapoã juntamente com a escuna *19 de Outubro* e ali me conservei tres dias a espera de vento e ontem aquí cheguei. Bento Gonçalves, logo no dia de minha saída, entrou na cidade com a sua gente (que não excedia a 80 homens armados de lanças), não incluindo neste número alguns individuos da cidade que se lhe incorporaram. Proclamou aos habitantes de Porto Alegre que a pátria estava livre de perigo, que eu tinha abandonado a cidade e o emprego, e que ele já tinha providenciado officinando à Câmara Municipal para que juramentasse e desse posse ao doutor Marciano (7). Reuniram-se quatro membros da Câmara e estes, ou por medo ou por conveniência, deram posse ao dito Vice-Presidente e offici-

(6) Pedro Boticario, — Pedro José de Almeida — o famoso *Marat Farrroupilha*, legitimo *demagogo*, que foi redator do violento jornal *A Idade do Pau*.

(7) Dr. Marciano Pereira Ribeiro, 4º Vice-Presidente, liberal, filho de Minas Gerais, médico de renome, formado pela Universidade de Edinburgo.

aram imediatamente a todas as Câmaras que ele estava no exercício do emprego. Tais são os acontecimentos que ocorreram em Porto Alegre nos dias 19, 20 e 21 do corrente. Aqui fui informado dos passos que Vmce. tem dado para manter a ordem e as autoridades legais no seu departamento. Fui também sabedor da derrota que sofreu Verдум (8) e a força com que ele foi atacar a Vmce. Bento Gonçalves espalhava em Porto Alegre que a revolução tinha sido geral em todos os pontos da Província, que o Marechal Barreto (9) e Vmce. tinham sido assassinados: porem eu julgo que os seus planos se malograram, porque as duas pessoas que lhe faziam sombra ainda existem. Não sabendo o lugar certo aonde existe presentemente o Marechal Barreto, convem que Vmce. lhe dirija uma cópia desta comunicação, afim de ele reunir gente e marchar para Porto Alegre. Vmce. deverá também, sem perda de tempo, congregar a força que poder para obviar que grasse a revolução por esse ponto

(8) Gervasio Verдум. Em seus *Apontamentos*, diz Silva Tavares: "foi uma verdadeira surpresa quando João Simplicio disse que o comandante da força, em sua totalidade eram castelhanos imigrados com o general João Manoel Lavalleja. Silva Tavares duvidava que fosse Verдум, porque este dependeu dele como imigrado e fazia dias que lhe tinha pedido seis onças de ouro emprestadas. Joca dissera, indicando o do cavalo bragado: — E' aquele que leva o ponche atravessado na garupa; o de lança da esquerda é o coronel Chiverte; o major Rolim, capitão Patricio e o Paja Larga, que estão ao seu lado, são todos castelhanos imigrados.

Depois deste reconhecimento, Silva Tavares, conhecendo que a gente que tinha pela frente era toda aguerrida, mandou o tenente Francisco Feijó dizer a Verдум que se retirasse, para um dos altos que tinha em sua retaguarda e que se dispersassem, que ele não os perseguia.

Verдум respondeu a Feijó: — Vou ver os companheiros o que dizem.

Logo depois mandou dizer, por João Simplicio, que, visto já estarem tão perto, deviam brigar.

Silva Tavares receitava o combate pela desigualdade do pessoal, mas, com a contestação de Verдум, não se conteve e disse em voz forte: — Pois diga a esse castelhano que se prepare, que já vou lá.

Verдум, ouvindo estas palavras, fez uma retirada, a tomar uma altura para a carga ser mais violenta.

Houve só uma descarga e travou-se um entrevero de lança e espada, horrível! Depois de ter sido morto o coronel Chiverte e alguns officiaes e ferido o coronel Verдум, foi que se pronunciou a vitória. "O número de força de ambos regulava".

(9) Sebastião Barreto Pereira Pinto.

da fronteira. Si poder dispor de alguma força, seria conveniente que a mandasse para esta cidade, afim de manter aqui a ordem, e impedir os progressos da revolta. O espírito público de São Francisco de Pelotas, e do Norte (10), é o melhor possível. Não desanime Vmce. que a pátria ha de ser salva. Não posso ser mais extenso, porque vou agora tratar de proclamar à Província, e dar outras providências que são muito necessárias na crise em que nos achamos. Deus Guarde a Vmce. Rio Grande, 29 de Setembro de 1835. Antonio Rodrigues Fernandes Braga. Sr. João da Silva Tavares”.

No início da revolução, apesar do movimento ter sido geral, reinava grande dúvida entre os farroupilhas sobre as idéias de certos vultos de destaque que ficaram na penumbra, bem como havia imperiais em dúvida sobre vultos que depois foram, ou foram, desde o início, ardentes revolucionários. Assim, recebeu Silva Tavares do seu parente e amigo Modesto Franco a seguinte carta:

“Viva a Pátria, e seus defensores Farroupilhas.
Povo Novo, 7 de Outubro de 1835.

Primo e amigo — E’ chegado o momento de prestarmos nossos serviços a prol de nossos direitos e Liberdade, todos por aqui se acham em armas protestando a custa da vida defender o patriotismo oprimido, e a grande obra principiada em Porto Alegre pelo nosso valoroso Bento Gonçalves. Como me pedisse que te desse novidades são as que occorrem resistando-me somente conhecer agora quais são os Brasileiros livres, e quais os escravos, cá te espero e mais alguns patrióicos em nosso socorro. É o que si me oferece a dizer e q. cá te espero.

Sou

Teu primo e amigo

Modesto (11)

N. B. — Não repares a letra que foi feita a pressa.

(10) São José do Norte, villa.

(11) Francisco Modesto Franco, mineiro de nascimento, cujos serviços à causa farroupilha foram relevantes. Não sabemos como explicar esse parentesco, crendo, porem, que seja questão de casamento. Talvez Modesto tenha casado com alguma prima de Silva Tavares ou da esposa deste.

E junto remeto as proclamações para se espalhar por aí (12).

Rodrigo Braga, vendo-se quasi isolado no Rio Grande e sem notícias do Marechal Barreto, cujo paradeiro ignorava (13), incumbe de tudo ao Tenente-coronel Silva Tavares: "Cumpre a bem do serviço público Vmce. quando não haja alguma causa urgente do contrário, passe a occupar com a gente do seu commando a posição da cidade de Pelotas, que se diz próxima a ser acometida por Bento Gonçalves da Silva, e gente do seu partido. Vmce. tomará alem disso, as medidas que julgar acertadas a favor da justa causa que defendemos. Rio Grande, 3 de Outubro de 1835. Antonio Rodrigues Fernandes Braga. Sr. Tenente-coronel João da Silva Tavares".

A 4 novamente se dirige Braga a Silva Tavares insistindo para que não se descuidasse e não o deixasse sem seu auxilio: — "À vista das notícias que acabo de receber, de se reunirem forças dos faciosos junto a Camaquã, para acometerem a cidade de Pelotas cumpre que Vmce. a marchas forçadas se dirija a defender aquella cidade, que, segundo me informam, se entregará ao inimigo si lhe falece algum socorro. Nesta data expeço ordem ao Juiz de Direito da Câmara de Piratinim para reunir as Guardas Nacionais e pô-las a disposição de Vmce. Carta de João Dias de Castro (14) com a fecha de 3 do corrente, dizia reear ele que a cidade de Pelotas fosse com efeito atacada na noite, ou dia immediato. A força inimiga era cerca de cem homens, mal armados, crianças e iludidos, mas bem montados, e que alguma cousa poderão fazer, visto o desalento dos habitantes da cidade por falta de alguma força, e de um chefe, pessoa de influencia. Espero portanto que Vmce. nesta conjuntura continuará a prestar os mesmos relevantes serviços, que por tantas vezes tem prestado a sua Pátria: notando finalmente que Vmce. deve remeter para aquí por terra, ou embarcado o armamento

(12) Essa proclamação deve ser a de 25 de Setembro, que vem quasi na integra em Assis Brasil.

(13) Sebastião Barreto, que estava por São Gabriel ao rebentar a revolução, foi obrigado a fugir, indo occultar-se em uma estância em Lameles, Estado Oriental, de onde passou, mais tarde, para Tacuarembó.

(14) Dr. João Dias de Castro foi promotor no processo contra os farroupilhas. Veja-se, a respeito, o vol. XXIX das Publicações do Arquivo Nacional, pág. 292.

ou cartuchame, que lhe seja preciso. Deus Guarde a Vmce. Rio Grande, pelas 4 horas da manhã de 4 de Outubro de 1835. Antonio Rodrigues Fernandes Braga. Sr. Tenente-coronel João da Silva Tavares”.

A 7 de Outubro novamente Antonio Fernandes Braga lhe escreve dizendo que — “as esperanças da Pátria estão no valor de seu braço: — “Cumpre ao serviço público, segundo as informações e requisições dadas por o Major Manoel Marques de Souza (15), em officio datado de ontem no acampamento do Arroio Grande, que Vmce. se dirija a marchas forçadas a reunir-se com o dito Manoel Antunes da Porciuncula (16), afim de evitar a junção do Coronel Bento Gonçalves da Silva com essa força, junção que a não ser evitada se verificará em tres ou quatro dias. Por esta ocasião repito a Vmce., que pode contar com toda e qualquer quantia, que lhe seja necessária. As esperanças da Pátria firmam-se todas no valor do seu braço, e bem conhecido amor do seu país. Vmce. não as deixará frustradas. Deus Guarde a Vmce. Rio Grande, 7 de Outubro de 1835. Antonio Rodrigues Fernandes Braga. Sr. Tenente-coronel João da Silva Tavares”.

Respondendo esse officio, escreveu Silva Tavares: — “Ilm. e Exm. Sr. Cumprindo as ordens de V. Ex., fiz manobras e voltas até reunir-me com o major Manoel Marques de Souza e à tarde de ontem decidi a sorte das armas da legalidade um triunfo consideravel; e pelo dito major ficará V. Ex. informado circunstanciadamente do quanto ocorreu, dos mortos, feridos, etc. (17). Deus Guarde a

(15) Futuro Conde de Porto Alegre, que ficaria prisioneiro pouco depois, e, na *Presiganga*, reentregaria a cidade de Porto Alegre aos imperiais.

(16) Cunhado de Bento Gonçalves da Silva. Porciuncula foi dos mais intrépidos lidadores farroupilhas.

(17) Recontro no Arroio Grande com Porciuncula, em que este foi derrotado, sofrendo regular perda. — Ilmº e Exmº. Snr. — A causa Marques de Souza foi o seguinte: — Ilmº e Exmº Snr. — A causa da legalidade acaba de obter um triunfo, cujas consequências devem ser infalivelmente o breve aniquilamento dos facciosos. Ontem, às duas horas da tarde, passamos com forças do comando do bravo patriota Tenente-Coronel João da Silva Tavares, e as forças do meu comando, e às quatro horas procuramos descobrir 'os facciosos, os quais encontramos em número de quatrocentos e mais homens, junto ao Arroio de São Lourenço, na proximidade da fazenda do cidadão Francisco Vieira Braga. Não obstante ser superior a força dos facciosos em número, a justiça da sagrada causa, que sustentamos,

V. Ex. — Feitoria, 15 de Outubro de 1835. Ilm. Sr. Presidente da Província. João da Silva Tavares, Tenente Coronel Comandante do Departamento do Rio Grande.

Em resposta a essa comunicação escreveu Rodrigues Braga a Silva Tavares nos seguintes termos: — “Tenho presente o que Vmce. me dirigiu com data de 15 de Outubro corrente, participando a vitória, que no dia 13 haviam obtido as armas da legalidade, comandadas por Vmce., contra a força dos rebeldes, e referindo-se enquanto aos detalhes da ação ao officio, que me endereçou com data de 14 do dito mês o Major Manoel Marques de Souza, e vendo pela participação deste bravo, e honrado official o denodo, valor, intelligência, e prudência, com que Vmce. se houve; cumpre felicitá-lo pelo seu excelente procedimento, certo, e seguro que se os facciosos tornarem a fazer-lhe frente, sentirão sempre o peso de sua patriótica espada. Sabendo, alem disso, pela mesma partici-

e a presença dos inimigos de nossa cara Pátria fez duplicar a firme disposição em que estão estes brasileiros patriotas, de sustentar a Lei a todo o transe. A injustiça da causa dos facciosos os desanimou inteiramente com a nossa presença; e a vitória se declarava para nós, porem era preciso lançar mão dos meios de os enganar, e dar mais uma prova, de não ambicionarmos outro triunfo senão o da Lei. — De combinação com o Tenente-Coronel Silva Tavares, eu fui a fala propor ao Comandante dos facciosos Capitão Manoel Antunes da Porciuncula, que não empregariamos a força se eles e seus officiais dessem suas palavras de abandonarem as armas dos facciosos; deixassem retirar as suas casas os homens que à força a maior parte, e outros iludidos, haviam feito pegarem em armas, e que nos fosse entregue o piquete, que existia em Porto Alegre, composto de praças do segundo corpo de cavalaria; porem, desgrazadamente, a ambição lhes havia cerrado os ouvidos à voz da razão: eles não anuíram. Sendo então cinco horas e meia, esgotados os meios de brandura, foi preciso entrar em ação. O comandante dos facciosos deu signal do combate, ressoaram os vivas à legalidade nas nossas fileiras, avançamos, os facciosos fugiram, e a vitória foi completa em cinco minutos, custando às nossas forças 'a lamentavel perda de dois bravos da legalidade, que morreram, e dez feridos leves, e dos facciosos contamos no campo quarenta e tantos mortos, fizemos oito prisioneiros, passaram dois e tomamos muito armamento. — Ao bravo Tenente-Coronel Silva e a seus officiais, e soldados irresistíveis se deve o triumpho, que teve neste dia a causa da legalidade. Seria impossivel descrever a coragem, o decidido ânimo de tão bravo patriota na carga, que fizeram de espada na mão; os seus feitos excedem a qualquer elogio que lhes queira tecer. — Deus Guarde a V. Excia. Acampamento volante na Feitoria de 14 de Outubro de 1835. — Ilmº. e Exmº Snr. Presidente da Província — Manoel Marques de Souza, Major Comandante das forças legais estacionadas no Arroio Grande.

pação o perfeito comportamento da gente do seu comando, ordeno a Vmce. que em meu nome lho agradeça. Enquanto ao reforço que Vmce. pede para mandar ao Capão do Leão (18), não posso anuir à sua requisição, visto que achando-se ameaçado este lado do Norte por uma força de facciosos, comandada por um tal Onofre (19), a que, é de supor se tenha unido o Major Domingos Gonçalves Chaves (20), suspeito de nos haver atraído, assim como o Juiz de Paz do Estreito (21), cumpre-me empregar todos os meios agora dis-

(18) Povoado, pedreira e arroio (tributário de S. Gonçalo) no município de Pelotas.

(19) Onofre Pires da Silveira Canto, brilhante oficial farroupilha.

(20) A 3 de Outubro escreveu-lhe Braga os seguintes officios: — “Participo a Vmce. que nesta data se expede ordem ao Tenente Placido da Silva Ferreira, para engajar gente, e pô-la à disposição de Vmce, que se entenderá com ele a tal respeito. Cumpre outrossim. que Vmce. faça pegar em armas, tanto a Guarda Nacional ativa do seu comando, como a da reserva, distribuindo o serviço conforme a sua bem conhecida prudência e intelligência lhe ditar. Noto outrossim. que igualmente se expede aos Juizes de Paz do Distrito do Norte, e do Estreito para o coadjuvarem. Deus Guarde a Vmce. Cidade do Rio Grande, 3 de Outubro de 1835. Antonio Rodrigues Fernandes Braga.. Snr. Major Domingos Gonçalves Chaves.” — “Tendo autorizado, nesta data, o Tenente Placido da Silva Ferreira para de acordo com o Major Domingos Gonçalves engajar gente para o serviço; e tendo ordenado ao dito Major a conveniência, digo, convocação da Guarda Nacional, tanto a ativa como da reserva; cumpre que Vmce. pela sua parte coadjuve quanto estiver ao seu alcance os sobreditos officiaes nas diligências do que se acham incumbidos, e em tudo mais que for a bem da justa causa, que defendemos. Deus Guarde a Vmce. Cidade do Rio Grande, 3 de Outubro de 1835. Antonio Rodrigues Fernandes Braga, Sr. Juiz de Paz do Distrito de São José do Norte. — Outras do mesmo teor para o Juiz de Paz do Distrito do Estreito e Mostardas”, e a 17 dizia-lhe: — “Participo a Vmce. que ontem recebi officios do Tenente-Coronel João da Silva Tavares, e do Major Manoel Marques de Sousa, dando parte que as armas da Legalidade, comandada por aqueles dois officiaes, haviam ganhado uma importante vitória sobre os facciosos na tarde do dia 13 do corrente. Desassombrado, pois, de qualquer receio daquelle lado do sul, passei hoje com todas as forças à minha disposição para este lado do Norte, afim de repelir a aggressão que por este lado se tenta; e conto com o auxilio de duas embarcações de Guerra, que apparecem na barra, vindas de Santa Catarina com socorros. A vista, pois, do exposto, convem que Vmce. venha quanto antes à minha presença, afim de receber ordens importantes, que tenho a comunicar-lhe, Deus Guarde a Vmce. Vila de São José do Norte, 17 de Outubro de 1835. Antonio Rodrigues Fernandes Braga. Snr. Major Domingos Gonçalves Chaves.»

(21) Ainda a 14 escrevia-lhe Braga: — “Exige o serviço público. que Vmce. faça, de acordo com o Major das Guardas Nacionais,

poníveis, afim de repelir essa agressão; o que me obrigou a vir hoje a esta vila, para dar prontas providências. No entanto, se lhe for possível destruir a força dos rebeldes que comanda Netto, e Antonio de Oliveira, por alcunha Nico de Oliveira, e destruir assim o susto e terror pânico que esses malvados têm incutido na cidade de Pelotas, fará Vmce. mais um relevante serviço. Em todo caso, porem, estou certíssimo de que Vmce. ha de operar sempre como melhor convier ao bom êxito da nossa feliz causa, que toda está pendente do seu valor, e patriotismo. A cidade do Rio Grande oferecia ontem um espetáculo de desalento, e desânimo fatal aos inimigos da Legalidade; mas a notícia da vitória ganhada por Vmce. reanimou todos espíritos. Já pois conhece Vmce. a importância de me dar notícias suas com frequência; e igualmente as desejo do Marechal Comandante das armas (22), e do chefe dos rebeldes Bento Gonçalves da Silva. Deus Guarde a Vmce. Vila de São José do Norte, 17 de Outubro de 1835. Antonio Rodrigues Fernandes Braga. Sr. Tenente Coronel João da Silva Tavares”.

Quasi na mesma ocasião em que recebia a carta acima, chegava às mãos de Silva Tavares, a veemente carta de Jorge Mazaredo, também parente do Chefe legal: — “Ilmo. Sr. João da Silva Tavares, Rio Negro, 9 de Outubro de 1835. — Meu parente e amigo. Ontem tive notícias que V. S. existia com uma força imponente; no momento em que tive este prazer me dirigi ao General Barreto, transmitindo-lhe a carta que me noticiou, e dizendo-lhe que marchava a incorporar-me com V. S., o que verá das cópias que envio juntas. O General Barreto deverá unir-se conosco já o predigo e tenho pressentimento que a Legalidade triunfará a despeito dos revolucionários. — Tenho necessidade de demorar-me algumas horas, e estou ansioso por unir-me ao mais bravo e melhor dos continentistas. Sou com a maior consideração. — Seu parente afetuosíssimo Jorge de Maza-

Domingos Gonçalves Chaves, reunir toda a gente de seu Distrito, que poder pegar em armas, pondo à disposição do mesmo Major, e coadjuvando-o em tudo o mais que seja necessário, como no ajuntamento de cavallada, fazendo constar aos proprietários que se prestará como convem à causa da Legalidade. Deus Guarde a Vmce. Rio Grande 14 de Outubro de 1835. Antonio Rodrigues Fernandes Braga. Snr. Juiz de Paz do Distrito do Estreito.”

(22) Sebastião Barreto Pereira Pinto.

redo (23) — N. B. — Advirto-lhe que o Netto (24) será constrangido por todos os moços de ordem do distrito; e que havendo carga se dispersarão naturalmente”.

As cópias a que se refere Mazaredo na carta acima são as seguintes: — Ilmo. Sr. — Tenho a honra de transmitir a V. Ex. a carta original que me dirigiu, com data de hoje, o Capitão do Exército Oriental D. Fortunato Silva; cumprindo-me significar a V. Ex. que hoje mesmo marcho a ver se me cabe a glória de chegar a encorporar-me ao bravo e benemérito Tenente Coronel João da Silva Tavares; antes de ser atacado, quero partilhar os perigos dos verdadeiros livres; que são os que corajosos sabem sustentar a Lei. Si perecer na luta, cumprirei com o dever de um bom soldado; e si vencedor, de quanta glória e ufanía me não verei rodeado!... Este officio vai por um soldado que solicitei e me considero o Tenente Comandante da guarda deste ponto. — Deus guarde a V. Ex. Hospital, 3 de Outubro de 1835. Ilmo. e Exm. Sr. Sebastião Barreto — Jorge Mazaredo”. Ilm. e Ex. Sr. Sebastião Barreto P. Pinto. — Hospital, 8 de Outubro de 1835. Meu General, que é isto? V. Ex. entrando-se no Estado Oriental, e o Tenente Coronel Silva sustentando dignamente o seu posto?! É possível que na Província de São Pedro triunfe a ilegalidade, por falta de Chefe Legal?! A mesma dos Continentistas toda amante e aferrada aos princípios de paz e justiça, se verá abandonada do mais importante dos seus compatriotas, e por isso submetida a indiscreta administração de quatro ambiciosos? Nada, meu General? V. Ex. deve voltar as suas vistas sobre o seu rico País; deve acompanhar aos verdadeiros livres, e sustentar a Lei; e não permitir que a nossa Pátria seja presa da ignorância, da anarquia! Sei bem que a recompensa do melhor soldado do Brasil, é a mais criminal indiferença; porém, que importa isto a quem é verdadeiro patriota? Nada. A minha consciência é meu soberano: ella me recompensa sobradamente, por isso nada me faz trepidar na escolha do dever, ou do indiferentismo. Acredite V. Ex. que sou com sinceridade o seu súdito e amigo Jorge de Mazaredo”.

(23) Brioso official do Império. Morreu no posto de major, num dos últimos cercos de Porto Alegre.

(24) Antonio de Sousa Netto, o maior inimigo de Silva Tavares, que costumava dizer: “Quando minha força precisa de algo, procura

A 17 dizia Silva Tavares a Rodrigues Braga, dando conta da situação de sua força: — Ilm. Exm. Sr. — Pelo Major Manoel Marques ficaria V. Ex. informado do que se tratou ontem com os furiosos; tendo agora a comunicar de minha parte a V. Ex., que a necessidade é que nos obrigou tanto pela desigualdade das forças, como por estarmos quasi a pé e a gente cançadíssima das viagens forçadíssimas, todas de noite para se fazer a surpresa, tambem grande falta de cartuchos, de forma que no tempo em que estivemos na conferência, se foram oito homens, e em outra porção que ainda se atacou iam trinta, não por cobardes, mas pelos motivos que exponho, e à vista da desigualdade das forças, e quando foi ao anoitecer não houve como sujeitar a maior parte, tanto pelos motivos expressados, como pela notícia que girou de que o Coronel Bento Gonçalves vinha com duzentos homens a reunir-se à força, e que não estava pela comoção (?) e que só queria vingar a morte de seus parentes, e companheiros no ataque do dia quatorze (25), e girando com probabilidade, porque até eu tive aviso reservado por pessoa fidedigna, e tendo tambem o capitão Domingos Crescencio faltado a uma das condições que era para cada um: comandante ir acampar aonde lhe conviesse, querendo ter-me abaixo de vista enquanto não chegava Bento Gonçalves; por todos estes motivos, de combinação com o Major Marques, tratamos de a deixar dispersar, tanto por que mesmo não havia como podê-la conter, como pela má fé e demonstrações de vinganças que se observava aos furiosos logo com a chegada de Bento Gonçalves pelo triunfo obtido no dia quatorze, e nos retiramos ocultamente, por entendermos de que muito obravamos com acerto; tendo projetado ir hoje apresentar-me a V. Ex., recebi de manhã cedo officio de V. Ex. de 14 do corrente, e outro para o Coronel Servando Gomes (26), que resolvi a re-

Silva Tavares para tomar-lhe o que for necessário". — A esse respeito divulgou-se a seguinte quadra popular:

Sinhô Netto não precisa
 ir cuidar dos parelheiros:
 Já lá tem Silva Tavares,
 só está faltando o Medeiros.

(Veja-se nosso *Farrapos*, 2ª série, apêndice).

(25) Veja nota 17.

(26) E' o seguinte o officio de Braga a Servando Gomes, official uruguaio, que se oferecera ao serviço do Império: — Ilmº. Snr. Cons-

metê-lo hoje para ter uma certeza do auxflio com que devo contar; tambem lhe peço para dar-me uma notícia circuns-tanciada do Marechal Barreto, e se trata de regressar com alguma força, e estes motivos e o de querer providenciar

tando-me por comunicação do Tenente-Coronel João da Silva, que V. S. generosamente lhe havia oferecido os socorros, que estivessem ao seu alcance, a favor da Causa do Governo Legítimo deste País, cumpre-me levar ao conhecimento de V. S., que nesta data autorizei ao mencionado Tenente-Coronel a receber todo e qualquer auxilio, de que precisassem e que V. S. quizesse e podesse ministrar^l-lhe. Posso, alem disso, afirmar a V. S. que lhe serão abonadas as des-pesas que fizer com prestação do auxflio. Resta-me, pois, somente agradecer a V. S. a generosidade, a lealdade, com que se mostra bom e fiel amigo da Nação Brasileira; e apresentar-lhe os mais sinceros protestos de respeito, consideração, e estima pela pessoa de V. S. Deus Guarde a V. S. Cidade do Rio Grande, 14 de Outubro de 1835. — Ilmo. Sr. Coronel D. Servando Gomes. Antonio Rodrigues Fernandes Braga."

Servando Gomes era General do exército uruguaio, a cujo Pre-sidente, em data de 6 de Outubro, escreveu Rodrigues Braga: — "Ilmo. e Exmo. Sr. Persuadido de que os acontecimentos, que tiveram lugar a 19 e 20 de setembro próximo passado, na Capital desta Província, podem talvez de algum modo afetar o sossego e tranquillidade do Estado, a cujos destinos, por felicidade dele V. Excia. preside, e levado da obrigação de usar de todos os meios ao meu alcance para sufocar a anarquia no território cuja adminis-tração me foi confiada, passo a relatar a V. Excia. em poucas pa-lavras aqueles sucessos, e a pedir-lhe algumas medidas conformes aos principios de direito das gentes, particularmente para com nações visinhas e amigas. O Coronel Bento Gonçalves da Silva, pondo-se à frente do partido revolucionário, que por meio de seus escritos in-cendiários, calúnias, intrigas, e proteção do General Lavalleja, agita ha muito esta Província do Rio Grande do Sul, fez romper a rebelião contra o Governo Legal, nos dias 19 e 20 do mês próximo passado. O nome do Coronel e os manejos do partido o puseram de posse da cidade de Porto Alegre, sem forças fisicas, pois que na sua estrada apenas constava de 80 a 90 pessoas, indios, mulatos e negros em grande parte armados de lanças e sem força de opinião, pois que o caudilho de semelhante gente de certo se não apoiava na convicção, e senti-mentos da maioria do País. Porem, foi tal como disse o terror es-palhado pelo nome do Coronel, e pelos manejos do partido, que, de-samparado daqueles mesmos, a quem incumbia e interessava a sede da administração para esta cidade do Rio Grande. No entanto, os facciosos proclamaram em Porto Alegre um governo, a cuja frente se acha o Dr. Marciano Pereira Ribeiro, mas que não é reconhecido alem do recinto daquela cidade: a maior parte dos habitantes desta fronteira do Rio Grande, e Jaguarão correm a defender a legalidade e eu espero brevemente fazer uma junção com o Marechal Barreto, e cair sobre Porto Alegre. E' notavel, porem, que muitos facciosos, com especialidade o Coronel Bento Gonçalves da Silva, e seus pri-meiros sequazes procurarem no território da República Cisplatina asilo,

a engrossar algumas reuniões me privou de ir a essa cidade e desejo que V. Ex. me esclareça respeito a providências se espera obter alguma vantagem, porque tendo eu muitos bons camaradas, estão desanimados por não constar o perseguirem-se os furiosos em mais alguns pontos da Província e que lhes parece impossível obter-se vantagem só por esta parte, afim de que fiquem satisfeitos. Se ainda aí estiver o Major Jeronymo Baptista de Alencastro, e quizer tomar encômodo de trazer dinheiro para um pagamento, estimaria bem. Também me tem lembrado de que por meio de um engajamento por dois ou tres meses seria muito con-

e ponto de partida para continuarem ao menos a inquietar os habitantes do Rio Grande do Sul. Espero, portanto, e solícito de V. Excia. que se digne expedir as suas ordens, para que a fronteira do Estado Oriental, em contacto com o Império se ponha em attitude de repelir, e desfazer qualquer força estranha, que pise o território desse Estado, e para que ou sejam entregues às autoridades brasileiras, ou sejam desarmados e obrigados a marchar immediatamente para o interior do Estado todos os facciosos que para aí se passarem. Cumpre-me notar que sou agora informado de que muitos dos 80 indivíduos, que invadiram Porto Alegre, eram súditos da República Cisplatina, partidistas de Lavalleja, assim como o era o intitulado Coronel Verдум, que perdeu a vida em um ataque contra o Tenente-Coronel de Guardas Nacionais, João da Silva Tavares. Pela gente que emprega Bento Gonçalves, e seu partido, conhecerá V. Excia. o espírito, de que todos eles se acham animados, para com o Governo, e Administração Legal desse Estado. Aproveito esta ocasião para assegurar a V. Excia. os mais sinceros sentimentos de alta estima, consideração e respeito, que dedico e voto à pessoa de V. Excia.. Deus Guarde a V. Excia. Cidade do Rio Grande, 6 de Outubro de 1835. Ilmo. e Exmo. Sr. D. Manoel Oribe — Presidente do Estado Oriental. Antonio Rodrigues Fernandes Braga.

Sobre a questão de auxílio estranho, Rodrigues Braga assim se expressa em carta a Sebastião Barreto datada do Rio Grande, 16 de Outubro de 1835:

"Neste estado de cousas forçoso é lançar mão de todos os recursos ao meu alcance e por isso faço partir nesta data segundas vias dos officios dirigidos ao Coronel Servando Gomes, e ao Presidente do Estado Oriental, pedindo a este a sua coadjuvação para o bom êxito da nossa causa; e àquele, que faça efetuar os socorros, que, prometera a Silva Tavares. Cumpre-me finalmente notar que uma das armas para espalhar o terror tem sido a notícia de V. Excia. haver emigrado para a Cisplatina; mas eu estou persuadido de que no caso de V. Excia. haver se transportado para alí voltará sem dúvida com força bastante, para debelar a facção, que acaba de cravar o punhal da anarquia na nossa bela Pátria. Se V. S. julga necessária autorização minha para aceitar socorros dos nossos vizinhos eu desde já autorizo o mais completamente, que se possa, não só para isso, como para lançar mão de todos os meios, que achar convenientes ao nosso intento".

veniente si se pudesse realizar isto julgo e que seria muito conveniente e merecer aprovação de V. Ex. me fará a graça ordenar até quanto se lhe deve pagar por mês, porque sujeitando-se a isto não lhes fica lugar de pedir licença pelo que tem a fazer; igualmente quanto se deve dar por dia. Não mando descuidar em operar pela parte que me toca, enquanto não tiver ordens contrárias. — Deus Guarde a V. Ex. com todos camaradas. — D. G. 17 de Outubro de 1835. — Ilm. Ex. Sr. Presidente desta Província — João da Silva Tavares, Tenente-Coronel Comandante do Departamento do Rio Grande.

Em resposta ao officio de 17, Rodrigues Braga communicava a Silva Tavares as providências que tomou: — Ontem respondendo ao seu officio de 17 do corrente pelo Alferes Maximiano Antonio Pereira lhe dizia que se dirigisse a Domingos Faustino Corrêa (27) para dele receber o dinheiro necessário para o pagamento da gente que o acompanha; como tão bem para engajar todo e qualquer número de pessoas que precisar para, debatendo os anarquistas e facciosos, salvar a nossa cara Pátria dos males que a ameaçam, o que tudo confirmo agora mesmo, tendo a acrescentar que me acho embarcado a bordo do brigue escuna *Parobé* por terem os habitantes da cidade do Rio Grande e Vila de S. José do Norte aderido a causa dos rebeldes, mais por medo, do que por seguirem suas idéias e mesmo por constar que forças mui numerosas marcham a estes dous pontos: porem aqui mesmo me conservarei dando todas as providências necessárias e só sairei barra fora quando de todo não houver remédio, e assim espero faça todos os esforços de bater com suas forças ao inimigo, até que cheguem os recursos que exigi para o Rio de Janeiro, que não podem demorar-se; e tudo quanto fizer para salvar a Província terá a minha aprovação. Deus Guarde a Vmce. Rodrigues Fernandes Braga — Sr. João da Silva Tavares”.

A 18, depois de um encontro com as forças de Netto, já emigrado, escrevia Silva Tavares a Braga: — Ilm. e Ex. Sr. Ontem a noite escrevi a V. Ex. dando-lhes parte

(27) Domingos Faustino Corrêa, capitalista riograndense domiciliado no Uruguai, cuja fortuna, de conformidade com suas disposições testamentárias, somente poderia ser distribuida aos herdeiros da terceira geração, cincoenta anos após seu falecimento, o que se verificou em 1935, sem terem, porem, logrado resultado, os herdeiros.

dos motivos que fizeram dispersar a força do meu comando e da minha direção, e providências que ia tomar e agora neste lugar no Arroio da Palma (28), acabo de saber por aviso de que os furiosos projetam nestes dois dias encaminhar-se para a vila, digo cidade, e por isso lembrei-me de dirigir este a V. Ex. participando-lhe para tomar sérias providências com energia, e no caso de que se movam, eu já só tenho sessenta homens reunidos, que ficarão com o Major do corpo do nosso comando David Francisco Pereira, e vou ativar quanto possa a reunião, até por meio de engajamento, e comunicar-me com o Coronel Servando Gomez, fazendo V. Ex. oposição, pode contar com algum auxílio de minha parte, dirigindo próprio pelos Canudos, para onde julgo mais livre de risco, e em casos de uma urgência não julgo que deva haver isenção de pessoa alguma pegar em armas. Deus Guarde a V. Ex. Arroio da Palma, 18 de Outubro de 1835.— Ilm. e Exm. Sr. Presidente da Província Antonio Roiz Fernandes Braga — João da Silva Tavares, Tenente Coronel Comandante do Departamento do Rio Grande.”

Inestimável, para o Império, foi a atuação de Silva Tavares. Nenhum outro oficial, conforme já notamos, teve a força de vontade e a contínua resolução de bem servir ao Governo Central, como o futuro Visconde de Cerro Alegre.

(28) Ao Ministro do Império, Antonio Paulino Limpo de Abreu sobre o sucedido, escreveu Rodrigues Braga: — “Agora passarei a referir os sucessos subsequentes, que me forçaram a abandonar a Província, e retirar-me para esta Corte. Tendo-se verificado a junção do Tenente Coronel João da Silva Tavares (de que tratei no meu citado officio de 29 de Setembro) com o Major Manoel Marques de Souza, bateram estes completamente a força dos rebeldes comandada pelo faccioso Manoel Antunes da Porciuncula, que se achava estacionado em Arroio Grande. A narração desta derrota, e dos meios, que antes do combate se empregaram para evitar a efusão de sangue, achará V. Excia. no officio sob número 1, que me endereçou o valente Major Marques do acampamento de Feitoria. Depois de uma vitória tão assinalada, parecia que a causa da Legalidade triunfaria, porem não aconteceu assim, e ainda desta vez a causa da razão e da justiça teve de succumbir aos golpes da anarquia. Quando o bravo Tenente Coronel Silva Tavares, aproveitando-se das vantagens que conseguira sobre os rebeldes no dia 14, voltava com as forças para a cidade de Pelotas, afim de ocupar este ponto importante da Província, encontrou na passagem do Arroio Grande uma nova força inimiga comandada por Antonio Netto, de perto de 500 homens, muito dos quais eram praças de linha das que haviam desamparado o Marechal Barreto. Este encontro foi fatal à causa da Legalidade. Silva Tavares com forças

A sua atividade constante, não desanimando nunca, embora nem sempre fosse feliz, deveria ser penhor bastante para que fosse guindado aos mais altos postos. Entretanto, a única recompensa que teve foi o título.

Sobre sua atuação durante o resto da revolução, basta, para fiel reflexo, reproduzir aqui o que ele mesmo escreveu nos seus *Apontamentos*, que anotamos: "Seguindo Silva Tavares para o Arroio Grande encontrou-se com o Coronel Antonio Bento Gonçalves (29) e Florentino Manteiga (30): ao encontrarem-se houve parlamento e conferência, onde acordaram em dispersarem-se, com o que não concordou Manteiga, porque a sua força era muito superior à de Silva Tavares, e a qual dispôs tão mal que foi derrotado completamente.

Silva Tavares contramarchou essa mesma noite por ter tido notícia que Netto o procurava.

Chegando ao passo do Retiro, encontrou-se com a vanguarda deste. Silva Tavares tomou o passo; aparecendo a força, calculou-a em 500 homens. Parlamentaram durante o dia, ficando de resolver-se o que deviam acordar no dia seguinte. Nessa noite, porém, Silva Tavares dispersou a força e passou o arroio de Pelotas e S. Gonçalo e foi repousar no dia seguinte nos Canudos, seguindo para a sua fazenda.

multos inferiores em número, e estas cançadíssimas pelas contínuas marchas forçadas, que lhe foi mister fazer, já para dispersar os facciosos do Jaguarão, como fez, e eu o participei no meu último officio dirigido ao antecessor de V. Excia. já para operar a sua junção com o Major Marques, e bater os rebeldes no Arroio Grande, conforme o que acima deixo dito, já para socorrer a cidade de Pelotas, operações estas entre as quais quasi que não medeou espaço, e que só a atividade e energia de um homem tal como Silva poderia com tanta presteza executar, tendo a gente assim extenuada de fadiga, e desalentada, além disso por ver só o seu chefe em campo, sem que nenhum outro da Legalidade operasse de combinação com ele, nem o mesmo Marechal, que em vez de se lhe unir, ou de tomar um ponto militar na Província, se tinha retirado para o Estado Oriental, viu-se por isso Silva na dura necessidade de debandar a sua força, para a não sacrificar e retirar-se o que felizmente executou, e a 18 de Outubro achava-se no Arroio da Palma (como consta do officio, que nessa data me dirigiu) com tenção de passar o Estado Oriental a valer-se do auxilio do Coronel Servando Gomes, que lho tinha prometido, e eu lhe havia solicitado".

(29) Antonio Bento Gonçalves, sobrinho de Bento Gonçalves da Silva, mas conhecido por Antonio Bento. Foi quem acompanhou Albano de Oliveira Bueno.

(30) Florentino Leite de Souza, mais conhecido por Florentino Manteiga, primo de Bento Gonçalves.

Dias depois, sabendo Silva Tavares que não havia forças nenhuma que se opusessem à revolução, tratou de emigrar para o Estado Oriental.

Tendo comunicação que o General Bento Manoel (31) se tinha pronunciado a favor do governo, tratou de reunir alguns brasileiros emigrados e invadiu (não me recordo o dia e o mês) (32). Fazendo sua incorporação com forças que já havia mandado reunir, fez junção com o Coronel Medeiros (33) na barra do Jaguarão-Chico. Deste ponto mandou observar uma força que vinha do município de Pelotas para atacá-lo; as descobertas deram parte que essa força era comandada por Bento Gonçalves da Silva e que excedia a mil homens.

Silva Tavares deixou escurecer e marchou e foi emboscar-se nas pontas do Jaguarão. A tarde avistou a coluna de Bento Gonçalves, descendo para Candiota. Silva Tavares marchou a noite ao rumo de Bagé; mudando de rumo na mesma noite foi transpor o Camaquãzinho nos Tres Passos, passando aí todo o dia seguinte, onde recebeu ordem do General Bento Manoel para incorporar-se sem perda de tempo.

Fazendo marchas forçadas, foi incorporar-se a este General nas pontas da serra de Caverá.

No dia seguinte o General Bento Manoel deu a vanguarda a Silva Tavares e fez marchar sobre as forças de Corte Real (34), ferindo-se o combate sobre o passo do Rosário, sendo este chefe derrotado e preso.

Silva Tavares teve ordem de Bento Manoel de contramarchar e incorporar-se à força do Coronel Albano de Oliveira Bueno (35). Chegando ao município do Herval, teve notícia de ter sido o Coronel Albano de Oliveira derrotado e preso.

(31) Bento Manoel Ribeiro. — Sobre esse valoroso militar lê-se a obra do Dr. Olinto Sanmartin: *Bento Manoel Ribeiro*.

(32) Bento Manoel pronunciou-se a favor da legalidade logo após a denegação de posse a Araujo Ribeiro (9-12-1835). Oficialmente, porém, só com sua proclamação de 30 de dezembro desse mesmo ano, em S. Gabriel.

(33) Antonio de Medeiros Costa.

(34) Affonso José de Almeida Corte Real, que foi o oficial mais moço dos farroupilhas, pois contava apenas 26 anos de idade ao rebentar a revolução. Morreu no posto de Coronel a 18 de Junho de 1840 (Veja-se *Farrapos*, de Walter Spalding, 2 vols.).

(35) Coronel legalista de grande valor. Derrotado e preso no Passos dos Negros (Rio S. Gonçalo), sendo cobardemente assassinado dias depois (veja-se *Farrapos*, de Walter Spalding, 2 vols.).

Tratou Silva Tavares de passar o S. Gonçalo para evitar encontro com as forças de Antonio Netto; este, depois de ter encorporado sua força, passou também o rio S. Gonçalo de frente a Pelotas.

Silva Tavares, que se achava acampado nas pontas do Turutama, logo comunicou à guarnição do Rio Grande a passagem de Antonio Netto e retirou-se para as Porteiras; onde esperou as forças de Netto.

Achando-se a cidade do Rio Grande sem trincheiras, Silva Tavares não quiz arriscar um combate e deixar tomar a cidade, que estava sem meios de resistência. Logo que appareceu a coluna de Juca Netto (36), Silva Tavares se pôs em retirada e acampou além da povoação de Taím, onde esperou quatro dias sem que o inimigo apparecesse.

Silva Tavares contramarchou com 200 homens, deixando o resto da força e foi em procura da coluna inimiga; encontrando-a, que também vinha em marcha, na costa da lagoa de Cuiabá, pôs-lhe guerrilhas e se pôs em retirada. Netto tratou de persegui-lo com fortes guerrilhas até à capela de Taím.

Encorporando-se Silva Tavares com a força que havia deixado, foi acampar no fundo do Curral Alto, onde pretendia esperar o inimigo, não para dar combate e sim levá-lo à frente, enquanto se construíam trincheiras no Rio Grande.

Alguns dias depois, como o inimigo não apparecesse e as descobertas dessem parte que ele se achava acampado abaixo da capela, na costa de um banhado, Silva Tavares mandou o Capitão Pedro Nunes (37) com 50 homens tiroteá-lo; neste tiroteio tomou-se ao inimigo uma cavallhada de artilharia e se fez um prisioneiro, que declarou que estavam à espera de cavallhada, que devia chegar muito pronto.

Silva Tavares retirou-se para a fazenda de Antonio Correia (conhecido por Cabeça-Quebrada).

Aos poucos dias chegou parte que o inimigo vinha em marcha; logo Silva Tavares providenciou a retirada, partindo à meia noite. Ao romper do dia a vanguarda de Netto estava no acampamento que Silva Tavares havia deixado.

A perseguição foi tenaz, não havendo lugar para dormir e carnear durante tres dias, tendo Silva Tavares de emigrar

(36) José de Souza Netto, irmão de Antonio de Souza Netto, o glorioso general farroupilha.

(37) Pedro José Nunes, tenente, cunhado de Silva Tavares. Pedro Nunes foi morto no combate de 10 de setembro de 1836.

na fronteira do Chuí para o Estado Oriental e logo repassou em Jaguarão, pelo passo do Centurião.

Marchou Jaguarão acima, depois para Candiota, donde mandou saber das forças de Bento Manoel e receber ordens. Estando na barra do Seival, teve parte que, no passo do Lageado, no Jaguarão, havia uma força.

No dia 10 de Setembro marchou para fazer reconhecimento; foi quando apareceu das pontas do Seival a força de Netto. Silva Tavares fez uma retirada a tomar posição e esperou; travou-se o combate; a sua esquerda foi rechassada e a direita rechassou a de Netto. No entrevero, não se soube como, ficou o cavalo de Silva Tavares sem freio; o Capitão Pedro Fagundes (38) foi quem laçou o cavalo, tirando Silva Tavares do perigo.

Se não me engano, foi no dia 12 que se proclamou a república por influência de Joaquim Pedro Soares e Manoel Lucas de Oliveira. (39)

Segundo se dizia, tinha vindo ajudar esse combate de Seival o Coronel Sanes (conhecido por Calengo) (40), o que se verificou, porque, tendo sido o Jôca (41), filho de Silva Tavares, prisioneiro, ele Calengo mandou pedir a Netto que lhe mandasse este prisioneiro e que nada mais queria, pois esteve a força de Netto no mesmo acampamento das de Calengo, tendo só o Jaguarão por meio. Esta força pertencia ao exército de Manoel Oribe (42). Quando Jôca chegou à presença de Calengo, este lhe disse: — Fiz isto, porque devo a seu pai inúmeros favores quando estive emigrado.

Silva Tavares, com a gente que se escapou do combate, foi a Caçapava; onde se encorporou ao General Bento Manoel; marcharam quatro dias em perseguição de Netto e David Canabarro.

(Combate do Seival). Nesse combate foi também morto o valoroso David Francisco Pereira, cunhado de Silva Tavares.

(38) Pedro Muniz Fagundes, primo de Silva Tavares.

(39) Foi no dia 12 de setembro de 1836, no Campo dos Menezes (Veja-se *Farrapos!*, de Walter Spalding, 2 vols.).

(40) Calengo Sañes, coronel uruguaio, amigo de Souza Netto.

(41) João Nunes da Silva Tavares (Jôca Tavares) foi o famoso federalista da revolução de 1893, que, apesar de seus 76 anos, fez toda a campanha brigando com ardor. Digno descendente do Coronel, seu pai.

(42) D. Manuel Oribe, então presidente do Uruguai.

Mandando Bento Manoel a Silva Tavares para o município de Jaguarão, já se achando sua família em casa do seu sogro Bonifacio José Nunes, vindo do Estado Oriental, foi ele ali direito. No dia seguinte ao ter chegado, foi surpreendido muito cedo o acampamento e ao mesmo tempo atacada a casa de seu sogro, onde ele se achava. Havendo resistência, entraram em proposta à tarde com David Canabarro, do que resultou entregar-se Silva Tavares com a condição de ficar o seu filho Joca para garantia da família e ele escolher o oficial para a sua guarda. Bonifacio Nunes convidou David a entrar, este aceitou e tranquilizou a família.

Chegando Silva Tavares ao exército de Netto, houve grande alarma para matá-lo. David Canabarro se opôs, fazendo nessa ocasião imposições.

Tendo Netto de dividir as forças e David Canabarro de seguir para o Alegrete, tiveram uma conferência a respeito de Silva Tavares, ficando este na força de Netto. Dias depois mandaram remachar-lhe um par de machos (43).

Tendo a força de Netto emigrado temporariamente, ficou Silva Tavares sob a guarda do Menino-Diabo (44), que o conduziu para a barra do Chuí, no Estado Oriental; já lhe

(43) Ha quem ponha em dúvida essa asserção. Entretanto, descendentes dele o afirmam e o próprio Silva Tavares, em outro manuscrito que deixou *Feitos e serviços prestados na revolução da provincia do Rio Grande do Sul*, pelo Visconde de Cerro Alegre, o afirma com estas palavras: "A Silva Tavares lançaram pesados grilhões, e ele e os seus companheiros eram algemados todas as noites".

Em nota a este trecho diz o Sr. Alfredo Ferreira Rodrigues: "Estes grilhões, que pesavam 27 $\frac{1}{2}$ libras, foram passados 41 anos, oferecidos ao Tenente Coronel José Facundo da Silva Tavares pelo seu particular amigo Manoel de Souza Netto, irmão de Antonio Netto, um dos mais prestigiosos caudilhos da revolução".

(44) Havia dois farroupilhas com o nome Menino Diabo. O distinto historiador De Paranhos Antunes estudou-os, chegando à seguinte conclusão: "E' bem provavel tenham existido dois individuos com o cognome de Menino Diabo, durante a revolução dos Farrapos. Da existência de um Antonio Joaquim da Silva (que foi o guarda de Silva Tavares), português de nascimento, comandante do *Lanchão Liberal*, eu hoje nenhuma dúvida mais tenho, em face de abundante documentação em meu poder. Era um tipo de baixos sentimentos, pouco escrupuloso, aventureiro arrojado, de ambição desmedida, que se fez chefe de um grupo audacioso, operando ora nos rios que formam o Guaíba, com um lanchão artilhado, ora em terra com uma partida volante, que batisou de "Legião diabólica". Entretanto, o Sr. Coriolano Alves, de Caçapava, contraditando-me, afirmou que o "Menino Diabo", de 1835, chama-se Manoel Joaquim Ferreira Gomes

tinham tirado os machos e botado umas algemas, assim como em seu cunhado Serafim Caetano (45).

Conseguindo Silva Tavares seduzir o comandante da guarda, este fez uma chave de pau (de coronilha) com que abriu as algemas (a que fechava ficava sempre em poder do Menino-Diabo) e fugiu, levando consigo o comandante da guarda, passou Jaguarão e foi para o Rio Grande, onde foi muito bem recebido pela população, como salvador daquela cidade (46).

e era filho de S. Jerônimo, neste Estado. Não nego que tenha existido um outro indivíduo com este apelido, em face do depoimento do Sr. Coriolano, que tem seu valor, sem dúvida alguma, mas, nenhuma referência, nenhum documento encontrei, nas minhas pesquisas, falem deste "Menino Diabo", "Pas de documents, pas d'histoire", dizem os metodologistas deste ramo de ciência... Quanto ao primeiro, lendo-se Alfredo Varella, o *Processo dos Farrapos*, a *História do General Osório* (1º vol.) e vários outros documentos da época, pode-se afirmar que existiu, de fato, e foi o personagem lendário e fantástico da revolução dos Farrapos, que espalhava o terror por onde passava com sua horda... — Mas afirmar podemos que Manoel Joaquim Ferreira existiu e foi esforçado farrapo.

(45) Serafim Caetano Vieira, Capitão. Também cunhado de Silva Tavares. Em 1837 ficou inválido do braço direito, em consequência de ferimentos em combate.

(46) Nos *Feitos e serviços* assim é descrita a fuga: — No dia 10 de Março de 1837 o comandante da guarda, sargento Segismundo, preveniu os prisioneiros que no dia seguinte findariam seus dias. Silva Tavares aproveitou essa ocasião para peitar o sargento, que, depois de muitas relutâncias, apesar de receoso das consequências, deante da promessa de 2:000\$000 e transporte para a Baía, resolveu fugir com os prisioneiros.

À tarde, quando os recolheu e algemou, deixou as algemas abertas e alta noite, na ocasião em que todos dormiam e somente ele e a sentinela estavam em seus postos, Segismundo mandou pela sentinela buscar agua para beber, ao arroio, que distava algumas braças da barraca.

Aproveitando este interim, saem Silva Tavares e seus companheiros, levando somente os freios dos cavalos. Ao regressar a sentinela, Segismundo colocou-a no seu posto de honra, guardando a barraca e as algemas, que ali ficaram e foi reunir-se aos seus amigos. Montaram nos melhores cavalos que estavam à sogá e a todo galope se dirigiram para a fronteira. Às tres horas da madrugada estavam na Serra do Rio, fazenda de Bonifacio Uunes, da qual era administrador um cunhado de Silva Tavares, que forneceu arreios para todos e deu-lhes as poucas armas que tinha.

Ao amanhecer do dia 11, atravessaram a fronteira, no passo do Centurião e a tres léguas de distância ocultaram-se em um capão de mato, onde descansaram durante o dia. Ao anoitecer encetaram a marcha para os Canudos, chegando ali no dia seguinte às oito horas

Recebeu ordem do presidente (47) de assumir o comando das forças que se achavam na margem direita do São Gonçalo; mais tarde passou o rio São Gonçalo e ocupou Pelotas.

Fez uma expedição sobre o Capão do Leão, com o fim de reconhecer uma força que constava que se aproximava daquele ponto. Encontrando-se com a força de Crescencio, (48) retirou-se para a cidade de Pelotas, debaixo de forte tiroteio.

Teve ordem de passar o São Gonçalo, em vista das forças legais terem desaparecido da campanha. Ocupou o acampamento do Rincão dos Touros, onde se formou novo exército e se fez base de operações.

Marchou com a divisão do General Calderon (49) e junto à vila do Herval tiveram fortes guerrilhas com as forças de Bento Gonçalves e acamparam esse dia no Arroio das Pedras.

No dia seguinte o general teve parte da derrota do exército no Rio Pardo; chamou os oficiais superiores a conselho e acordaram em contramarchar.

O General entregou a retirada a Silva Tavares, como homem mais prático e conhecedor do terreno. Este ordenou para que fossem feitos fogos em todo o acampamento, logo que fechasse a noite, e a força estivesse pronta a marchar. O inimigo achava-se a meia légua de distância. As 8 horas, mais ou menos, levantaram acampamento, ficando os fogos em toda a extensão do acampamento bem acesos. Caminhou-se

da manhã, sendo recebidos pelos seus companheiros de armas com todas as demonstrações de apreço.

Dois dias depois seguiram para a cidade do Rio Grande, sendo esperados fora das trincheiras por seus habitantes, que deram a Silva Tavares as mais solenes provas de consideração e entusiasmo, testemunhando-lhe por esta forma a sua gratidão, por te-los livrado das garras do inimigo que, poucos meses antes, os tinha ameaçado.

O comércio cotizou-se para remunerar o sargento Segismundo, e, em vez de 2:000\$000 que lhe haviam sido prometidos por Silva Tavares, deu-lhe 10:000\$000 e passagem gratis para a Bafa, sua provincia natal".

(47) Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito que, empossado a 5 de Janeiro, a 23 de Março era preso por Bento Manuel no Passo do Itapevi.

(48) Domingos Crescencio de Carvalho, então Capitão farroupilha. Chegou ao posto de Coronel.

(49) Bonifácio Isás Calderon. Veja-se Calderon e Pedro Chaves, 4^a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2^o sem., 1935.

14 léguas; chegando-se a São Gonçalo à 1 hora, mais ou menos, da tarde, tratou-se logo de transpô-lo. Às 5 da tarde chegou a vanguarda de Bento Gonçalves.

Silva Tavares teve ordem de ocupar o Rincão dos Touros; mais tarde, transpôs o São Gonçalo, em busca do Coronel Florentino Manteiga, que ali se achava, conseguindo derrotá-lo.

Seguindo em perseguição do Tenente-coronel Camillo Campello (50), até Candiota, não conseguindo batê-lo, regressou ao São Gonçalo.

Tendo ordem do General João Paulo Barreto (51) de incorporar-se, passou o São Gonçalo e incorporou-se no Cerro de Baú; foi-lhe dada uma brigada de infantaria, formando uma divisão.

O exército acampou em São Vicente, onde passou o inverno.

Vindo depois para o Vacacaí, Silva Tavares adoeceu. Depois de melhorar, pediu licença para ir ao Rio Grande, onde estava sua família.

Restabelecido, voltou ao exército e logo teve ordem de ocupar a margem esquerda do São Gonçalo, onde esperou até a chegada do Barão de Caxias, com quem marchou a incorporar-se ao exército, que se achava na margem direita do rio Jacuí, junto à Cachoeira, marchando-se em seguida sobre o exército revolucionário.

Chegando-se à costa do Santa Maria, Rincão do Barreto, o General disse que pretendia demorar-se alguns meses, devido à má estação; em vista do que Silva Tavares pediu licença para ir ao Rio Grande, sobre assuntos de família.

Quando voltou ao exército, tratava-se da paz. Recolheu-se então Silva Tavares ao lar da família, paupérrimo, pelo que lhe foi dada pelo governo uma pensão de um conto e duzentos mil réis por ano.

Foi, mais tarde, agraciado com o título de Barão do Cerro Alegre e comandante da fronteira de Bagé."

Encerrando estas breves notas sobre Silva Tavares, apresentamos alguns officios inéditos, de 1839, enviados por cópia

(50) Camilo dos Santos Campello, Tenente-Coronel.

(51) João Paulo dos Santos Barreto, General, em 1833 era Ministro da Guerra. Em 1839 era Comandante das Armas no Rio Grande do Sul.

ao presidente das armas, e pelos quais se vê a atividade de Silva Tavares: — “Ilm°. e Exm°. Snr. Tenho a honra de levar à presença de V. Excia. por cópia, o officio do Brigadeiro Graduado Bonifacio Isás Calderon (52), de 14 de Julho p. p., a quem direi que julgo mui judiciosas as providências, que deu sobre o assunto de que ele trata; e que levo à presença de V. Excia., de quem espero aprovação. Remeto igualmente cópias das notícias vindas pelo Comandante da Vila do Norte; e das comunicadas pelo Comandante Superior da Guarda Nacional o Coronel João da Silva Tavares; destas conhecerá V. Excia. o sucedido na Província Oriental, sobre nossa Fronteira do Chuí; e o que diz o mesmo Coronel a respeito dos 800 a 1.000 cavalos, que V. Excia. lhe encomendou; respondi-lhe, que approvava a sua lembrança de se efetuar a compra para o fim deste mês; e que sobre a compra no Estado Oriental, já V. Excia. tinha expedido ordens ao Brigadeiro Calderon, e que naturalmente aproveitaria a encomenda, que anteriormente se tinha feito ao Coronel Jeronymo Jacintho (53); esperando a esse respeito as últimas ordens de V. Ex. no dia 24 do mês de Julho findo, partiram os officios para Calderon; e espero os que V. Excia. agora mandar para os fazer partir, com a resposta ao dito officio de 14 de Julho p. p., deste já remeti cópia ao Ministro da Guerra. — Deus Guarde a V. Excia. Quartel General em o Rio Grande, 2 de Agosto de 1839. Ilm°. e Exm°. Snr. Saturnino de Souza e Oliveira — Manoel Jorge Roiz”. (54) — “Ilm°. e Exm°. Snr. — Recebendo eu do Major de Guardas Nacionais João Guilherme Catalã, que deixei em comissão do outro lado do Uruguai, o officio que por cópia remeto a V. Excia. junto com outra da declaração que fez por escrito o portador do mesmo officio, tomei o expediente, que V. Excia. verá pelas duas últimas cópias, que junto enviô, único meio, que julguei proveitoso à vista do estado em que ainda está a Província de Corrientes, para ver se assim se pode verificar a reunião daqueles estraviados e emigrados; pois me persuado, que virão mais de cincoenta homens, que refere o

(52) Ver sobre o Brigadeiro Calderon: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 3º trimestre, 1935.

(53) Coronel Jeronymo Jacintho foi um legalista incançável.

(54) General Manoel Jorge Rodrigues, brioso official do Império, já então octogenário. Foi mais tarde barão de Taquarã.

dito Major, à vista das lanças que se fizeram. — Também muitas cartas e vários officios e cidadãos legais, que existem ainda pelas Missões Brasileiras, para fazerem a reunião, que possam, e marcharem com a brevidade possível para este lado, e quando assim não possam fazer ao menos encomodar o mais possível aos anarquistas até o tempo que for conveniente para o exército operar; afim de por este meio fazerem eles estragar as cavalhadas dos mesmos rebeldes. — A vista de todo o expellido estou certo que V. Excia. aprovará minhas deliberações. — É o quanto por agora tenho a comunicar a V. Excia. — Deus Guarde a V. Excia. Acampamento no Arroio Melo, 14 de Julho de 1839. — Ilmo. e Exmo. Snr. Antonio Correa Seára (55), Brigadeiro e Comandante Interino das Armas da Província de São Pedro do Sul. — Bonifacio Isás Calderon, Brigadeiro Graduado". — Ilmo. e Exmo. Snr. — No dia 26 foi-me entregue o officio de V. Excia. com data de 22 deste mês, ordenando-me, que o informe só se poderá efetuar a compra de oitocentos até mil cavalos nesta Província, se ha pasto para os conservar no melhor estado, ou se será melhor ajustá-los, e te-los sobre palavra em poder dos vendedores até que sejam precisos, evitando-se, deste modo, que se arruinem em nosso poder; e, finalmente, que declare o meu parecer a respeito: sobre o que cumpre-me informar a V. Excia. que ha mais de quinze dias, que mandei para a Sessão do Canal Alto o Capitão Maximiano Soares de Lima, na diligência de prender os desertores da Guarda Nacional e a recrutar a todos que estejam nas circunstâncias de servirem, e que se tem escusado de prestarem serviços, outros por se conservarem fugitivos, e outros, que passam para alem da linha da Província, quando os procuram; e lhe ordenei, que nos giros que tem de dar nesta diligência, tirasse uma relação de todos os moradores e apontando o número de cavalos, que possuem, e o estado deles, para quando se recolher dar-me uma conta exata, afim de se poder calcular o número de cavalos com que se pode contar em bom estado; e muito breve espero esta parte, porque não poderá demorar

(55) Brigadeiro Antonio Corrêa Seára, de quem disse Caxias ter inaugurado, no Exército, os negócios ambulantes, dos quais percia certa percentagem. Veja-se *Caxias e Bento Manoel Ribeiro*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, trimestre, 1936, — Foi substituido no comando pelo General Manoel Jorge Rodrigues em fins desse mês de Julho.

a recolher-se, ou enviar-me; e logo que a receba a levarei a presença de V. Excia. — Sou de parecer, que neste Departamento se poderá comprar o mencionado número de cavalos, mas se admitisse demorar ou precisarem-se deles, me parece, que seria mais conveniente tratar-se de efetuar a compra, do fim do mês entrante por diante, porque, no prazo de oito a quinze dias, se pode fazer, e estarem aqui reunidos; e como o tempo já favorece não se atrasarão o que não acontece agora que por muito bom trato que tenham, só com o pastoreio para dar-lhe crença (56) ficam magros, e se se precisarem de pronto pouco serviço podem dar, e nas crenças (56) se conservam nas carnes em que estão, não obstante haver neste lugar muito bom pasto, e de boa aguada, tanto, que as cavahadas da Divisão, quasi todas estão aqui invernadas. — Para se conservarem em poder dos donos por trato, que se faça com eles só se poderia fazer, se eles obrassem de boa fé, o que duvido; e conto, que hão de fazer emagrecer os melhores para ficarem com eles, e entregarem os peores, dando lugar a que estes se conservem em melhor estado, e trabalhando aos bons, e se já ficam comprados peor será, porque desfrutarm-nos em seus serviços, e se hão de perder muitos; e à vista do quanto exponho V. Excia. resolverá o que julgar mais conveniente, na certeza de que não pouparei sacrifícios para em tudo cumprir exatamente o que V. Excia. ordenar, como é do meu dever. — Deus Guarde a V. Excia. — Acampamento no Rincão dos Touros, 29 de Julho de 1839 — Ilmo. e Exmo. Snr. Manoel Jorge Rodrigues, Tenente General Comandante em Chefe do Exército. — João da Silva Tavares, Comandante Superior da Guarda Nacional". "Ilmo. e Exmo. Snr. — Hoje tive parte do Comandante das nossas guardas sobre a Fronteira do Chuí, que, na madrugada do dia vinte e quatro deste mês, foram surpreendidas as Guardas da Província Oriental, que guarneciam a linha sobre aquella fronteira, sendo o Comandante o Coronel Leonardo Oliveira (57) declarando-se contra o Governo do General Fructuoso Rivera, e a favor do General Lavalleja, como Comandante em Chefe da força, que se declara contra aquele.

(56) Querência.

(57) Oficial uruguaio, de origem brasileira como muitos havia naquella época, provindos dos tempos da Cisplatina. Allás, brasileiros de nascimento. Também havia vários nas forças Uruguaias de ambos os partidos.

e me diz que levaram prisioneiros todas as praças, e Comandantes das ditas guardas. — À vista do que me parece seria boa ocasião de comprar naquela fronteira porção de cavalos bons com o motivo da revolução, e por preço módico, pondo ali pessoa de probidade, e com dinheiro se V. Excia. julgar conveniente. — É de supor, que tenha aparecido em todos os Departamentos daquela Província igual movimento, e que Lavalleja tenha entrado para a Província, como asseverou o mencionado Coronel Leonardo Oliveira, quando surpreendeu as guardas. — No Departamento do Serro Largo também me avisa o Capitão Diogo Felix Feijó em carta de dois deste mês, que ha bons cavalos, e que se podia comprar porção grande, e agora com o motivo da revolução naquela Província melhor compra se poderia fazer, mas para virem em bom estado só se poderia efetuar a compra quando houvesse força alem do rio São Gonçalo para proteger a vinda deles pelo lugar mais perto; o que também sirva de governo a V. Excia. — As últimas notícias, que tive da Campanha são, que Bento Gonçalves estava na Vila de Alegrete à espera de Lavalleja para tratar de planos. — Deus Guarde a V. Excia. Acampamento no Rincão dos Touros, 29 de Julho de 1839. — Ilmo.

e Exmº. Snr. Manoel Jorge Rodrigues, Tenente General Comandante em Chefe do Exército. — João da Silva Tavares, Comandante Superior da Guarda Nacional". — "Ilmo. e Exmº. Snr. — Ontem chegou aquí Pedro Moreira, Espanhol e morador na Vila do Cerro Largo, vindo em meu hiate, que foi à Vila de S. Servando, e me entregou a cópia inclusa da Proclamação que fez o Coronel Manoel Lavalleja (58) na ocasião de entrar naquela Vila, e que se viu na posição de apresentar-se-lhe, porque chegou aí sem ser esperado, com cento e seis homens, e que o tratou muito bem, e lhe disse que já tinha recomendações do irmão, o General Lavalleja (59) para proteger reflexionando que lhe pode ser util por seus conhecimentos e probidade, não obstante haver pertencido à causa do General Frutuoso Rivera. (60) e que, passando a conversarem sobre o estado

(58) D. Manoel Lavalleja, Coronel Uruguaio, irmão de D. Juan A. Lavalleja.

(59) D. Juan Antonio Lavalleja, General Uruguaio.

(60) D. Fructuoso Rivera, General Uruguaio.

das cousas públicas daquele Estado, Lavalleja, disse que o Governo de Buenos Aires está em harmonia com nosso Governo, e que para triunfarem com mais brevidade se utilizarão de alguns auxílios dos rebeldes desta Província, e que em se apossando daquele Estado, ajudariam a sucumbí-los, porque é o plano do Governo de Buenos Aires, e que o general em Chefe do Exército deste Governo, é Paschoal Echangué (61) que deve passar com cinco ou seis mil homens. Que à sua vista despachou Lavalleja um próprio com officios para o General Servando Gomes, e que lhe ordenara que seguisse direito a Bagé, e que supõem, ou ser para ir por esta Província a salvo, ou porque vinha pela linha da mesma Província com alguma força a fazer junção com Lavalleja e o Coronel Leonardo de Oliveira, para fazerem uma Divisão por esta parte daquele Estado para chamar atenção ao General Rivera. Também assevera que o rebelde Crescencio se acha na barra do Jaguarão Chico, no Passo de Centurião, como para proteger ao Coronel Lavalleja, se fosse procurado por força inferior, e a notícia da marcha do Crescencio, já eu tinha recebido a dois dias, de haver seguido para a banda do Jaguarão, por isso estou certo de que é verídica.

Diz também que o General Rivera veio do Durasno com uma força de pouco mais de duzentos homens, e que, depois de passar para aquem do Arroio Cordovón, seguiu como para Rio-Negro, direito a força do Brigadeiro Calderon, e que ao depois chegou a Cordovón o Coronel Fortunato Silva, com uma força, e logo também a reunir-se com ele outro Coronel Manuel Dias, que supõem-se virem a procurar o Coronel Lavalleja.

Do Brigadeiro Calderon nada sabe noticiar. O mencionado Pedro Moreira, é de probidade, e muito de minha amizade, e tem prestado serviços que têm estado ao seu alcance a favor da Integridade do Império, e por isso era amante da questão que Fructuoso Rivera moveu contra o seu Governo; e como o viu marchar ao depois de combinação com os rebeldes, também se indispôs com ele, a ponto de ter sido

(61) Pacuae Echagé, amigo de D. Juan Manuel de Ramos, o famoso tirano de Buenos Aires. (A respeito de Servando Gomes, General Lavalleja, Rivera e Echagé, transcrevemos interessantes cartas em nosso trabalho sobre Pedro Chaves e Calderon. — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 3º trim., 1935.)

prezo, e remetido para a Vila de Durasno, em satisfação as reclamações de Bento Gonçalves, por isso tirou a escapar-se para esta Província com favorecimento do mesmo Coronel Lavalleja, e por estar chovendo, e achar-se encomodado não o envio hoje a presença de V. Excia., o que farei no primeiro dia bom. No hiate vinha um doutor Antonio José de Maia, e trazia um periódico (62) dos rebeldes enserido na Vila de Caçapava, em que está enserido um officio de Bento Manoel (63), que tirei a cópia, e junto a levo à presença de V. Excia., porque é interessante, e não vai o periódico porque só me facilitou a cópia. Se V. Excia. quizer mandar algum officio ao Brigadeiro Calderon, tenho aqui muito bons vagueanos, que já lá têm ido por vezes, e não precisa irem pela Fronteira do Chuí, porque vão daqui indereitura aonde ele está, caminhando só de noite. É quanto tenho de levar ao conhecimento de V. Excia. que Deus Guarde. — Acampamento no Rincão dos Touros, 15 de Agosto de 1839. — Ilm°. e Exm°. Snr. Manoel Jorge Rodrigues — General em Chefe do Exército. — João da Silva Tavares — Comandante Superior da Guarda Nacional."

Em 1840, recebia Silva Tavares o seguinte officio de que mandou cópia ao Presidente da Província, dr. Saturnino de Souza Oliveira: — Ilm°. Snr. — Em virtude da ordem de V. S., que marchasse as immedições de Herval, e batesse a força rebelde, que alli se achava de quarenta e tantos homens, ao mando do intitulado Major Felix Vieira (64), e o Capitão João Simplicio, a qual consegui derrotar completamente no dia treze do corrente, ficando prisioneiros o dito Major Felix e doze companheiros, vinte e dois mortos, e algum armamento, vinte e seis cavallos arreados, e noventa ditos reunidos por aquellas immedições, sendo cinquenta bons. — Dos prisioneiros haviam sete gravemente feridos, os quaes mandei entregar a um vizinho para os curar por

(62) *O Povo*, jornal político, literário e ministerial da República Riograndense. O primeiro número foi publicado em Piratini a 1º de Setembro de 1839. O último saiu à luz em Caçapava a 22 de Maio de 1840.

(63) E' o famoso officio em que Bento Manuel se desligou do serviço da República, alegando ter sido desautorado, datado de Cachoeira de 16 de Julho de 1839, e publicado em *O Povo*, n. 86, de 24-7-1839.

(64) Felix Vieira, brioso official farroupilha.

não poderem acompanhar a força. — No número dos mortos entra o Major Dionysio Lacunha, que se tinha reunido com vários companheiros emigrados do Estado Oriental. — Apresentaram-se dois rebeldes pedindo para servirem em nossas fileiras — Leonidio Ignacio da Silveira, e Fortunato Vergara. — Os oficiais que me acompanharam pedem a V. S. pela soltura dos prisioneiros. Domingos José Garcia, Manoel Pereira da Silva (65), e Manoel Machado de Souza, (66) para ficarem servindo no corpo de meu comando por terem neste parentes. — Aproveito esta ocasião para levar ao conhecimento de V. S. os nomes dos oficiais que comandaram os meios esquadrões; o primeiro que carregou na frente ao mando do Snr. Capitão Serafim Caetano Alz. Vieira; o segundo pelo Snr. Capitão Maximiano Soares de Lima, e o terceiro de suporte, pelo Snr. Capitão Genuino da Silva Ferreira, os quais desempenharam honrosamente os deveres de militar; assim como também os mais Snrs. Officiais, Officiais Inferiores e Soldados que acompanharam nesta expedição merecem de V. S. iguais louvores. — Deus Guarde a V. S. — Acampamento no Rincão dos Touros, 15 de Abril de 1840 — Ilmo. Snr. João da Silva Tavares, Comandante Superior da Guarda Nacional — Manoel Pereira Vargas, Tenente-Coronel Comandante do 1º Corpo.”

Encerrada esta série de cartas inéditas, de Silva Tavares, apresentamos a que se segue, cujo valor é inestimável. Por tratar-se de carta particular a um amigo — o Visconde de Piratini, João Francisco Vieira Braga (67), nela fala a

(65) Manuel Pereira da Silva, Capitão. Foi tesoureiro da República Riograndense.

(66) Manuel Machado de Souza, ex-capitão da Guarda Nacional, oficial farroupilha.

(67) Pelas notas que a seguir transcrevemos, vê-se quem foi o Visconde de Piratini.

“Exposição sucinta dos serviços prestados a S. M. O Imperador e à Nação, por João Francisco Vieira Braga, e quais as distinções honoríficas de que gosa.

1º. Concorreu gratuitamente para os cofres nacionais, em diversas épocas, com a quantia de 7:000\$854, em moeda forte, que, reduzidos ao dinheiro de hoje, produzem a somma de 12:600\$000, sendo a mór parte desta quantia destinada para a sustentação da independência do Império, e da guerra contra Buenos Aires, como mostra pelos documentos de 1 até 11.

2º. Deu, em 7 de Abril de 1820, por dom gratuito para estabelecimento da colônia de suíços, 1:200\$000, moeda forte, os que se

sinceridade do guerreiro imperial, livre das peias convencionais, dando largas ao seu coração de patriota convicto da nobreza da causa que abraçou.

E' dever notar, aquí, que devemos a cópia da carta abaixo ao prezado amigo comandante Adalberto Rechsteimer, que dela nos enviou redução fotográfica.

acham incluídos em um conhecimento n. 122, de 10:000\$000, passado pelo Real Erário, em o mencionado dia e ano, a João Rodrigues Ribas; documento este que existe na Secretaria do Estado dos Negócios do Império.

3º. Sendo administrador do contrato do 5º dos couros da Província do Rio Grande do Sul, segundo se vê da Provisão da junta da Fazenda em n. 12, teve a Nação a crescida vantagem de 105:916\$877 que produziu o mesmo contrato em dous anos e meio, contados de 16 de Junho de 1824 ao último de Dezembro de 1826, confrontando-se com o rendimento anterior de 1º de Janeiro de 1822 até 15 de Junho de 1824, em que outros foram administradores; o que tudo se manifesta da certidão n. 13.

4º. Forneceu ao Estado Imperial com gêneros comestíveis, comprados com seu próprio dinheiro, e pagou outros, subministrados pela repartição do Commissariado, em virtude de ordem da junta da Fazenda, no valor de 189:415\$547 (Documento n. 14), sem que daí lhe resultasse o menor interesse pecuniário, e sim à nação, que lucrrou para cima de 40:000\$000 (Documento n. 15), diferença entre os pregos das compras que fez, e as celebradas pela sobredita repartição do Commissariado, sofrendo o empate de 30 a 45:000\$000, em razão da falta que então havia de numerário na junta da Fazenda, segundo se evidencia dos documentos ns. 16 e 17, documentos estes que com os de ns. 18, 19 e 20 abonam o zelo, atividade e prontidão com que acudia às precisões do Estado.

5º. Fez oferta, que lhe foi aceita, de tres escravos seus, sendo deles dois calafates, para servirem gratuitamente no fabrico de hiates destinados para aumentar a força da Esquadra Imperial no Rio da Prata, prescindindo da importância de alguns gêneros seus que forneceu para o mesmo fabrico, e que se comprova com os documentos de ns. 21 a 22.

6º. Aprontou à sua custa um armazem seu, com tarimbas para 100 praças da Divisão Expedicionária, como se infere do documento n. 23.

7º. A pedido do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Salvador José Maciel, encarregou-se de fornecer carnes verdes para o consumo do Exército e Marinha, no ano de 1829, com que livrou o exército de privações, e a Fazenda Pública de sofrer condições duras da parte dos arrematantes (Documentos ns. 24 e 25).

8º. Havendo no ano de 1829 falta de farinha na Villa do Rio Grande para fornecimento do Exército, e não existindo alguma nos armazens de fornecedor, à requisição do Comandante Militar comprou a que foi necessária, com o que evitou uma sublevação na tropa, como se pode coligir dos documentos ns. 26 e 27.

9º. Oferecendo 20:000\$000 emprestados à Nação por tempo de um ano, sem prêmio algum, a bem de ser exemplo do emprego de Admi-

Eis a carta: — “Ilmo. Snr. João Francisco Vieira Braga. — Respeitavel amigo e Snr. Fico de posse das suas cartas de 17, 28, do mês p. p. e a de 12 deste mês, a pri-

mistrador dos contratos do 5º e munício das tropas, não lhe foi aceita esta oferta pelo Presidente da Província que julgou mais conveniente e proveitoso à Fazenda Pública que continuasse a exercer o dito emprego (Documento n. 28).

10. Foi nomeado Diretor da obra do novo edificio mandado construir por S. M. o Imperador para servir de Alfândega na Vila do Rio Grande (Documento n. 29); comissão que aceitou e desempenhou com zelo e economia.

11. Subscreeveu por empréstimo sem vencimento de juro para a edificação da casa da Alfândega da Vila do Rio Grande, com a quantia de 1:000\$000, como se patenteia do documento n. 30.

12. Como negociante de grosso trato pagou de direitos na Alfândega do Rio Grande 24:153\$597, como consta da certidão n. 31; e ao contrato do 5º dos couros 14.960 couros (documento n. 32) que, regulados ao preço de 3\$000 cada um, produzem a quantia de 44:880\$000 réis.

13. Exerceu na cidade e Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul os seguintes empregos: — Juiz Almotacel em 1814; Tesoureiro de selo desde 1815 a 1821; Vereador em 1818, 1824 e de 1829 a 1832; Membro da Comissão encarregada dos melhoramentos da barra do Rio Grande em 1821; Agente da subscrição para aumento da Marinha de Guerra em 1824, 1831 e 1833; Eleitor em 1824, 1828 e 1833; Membro da Comissão externa, encarregada de indicar ao Conselho da Província os meios de fomentar o comércio, agricultura, indústria, artes, etc. em 1824; Membro do extinto Conselho Geral em 1831; Juiz de Paz em 1833; Deputado à Assembléia Provincial em 1835, e Vice-Presidente da Província em 1838.

14. Promoveu a empresa da abertura do canal denominado da Barca, na cidade do Rio Grande, que foi levada a efeito, para a qual concorreu com 1:200\$000, resultando daqui grande beneficio ao comércio por facilitar a entrada, até então vedada, de embarcações de alto mar no porto do Rio Grande.

15. Influuiu quanto em si estava para que a Câmara Municipal da cidade de Pelotas se reunisse e declarasse contra a sedição de 29 de Setembro de 1835, e no meio de todos os perigos e dificuldades distribuiu proclamações em sentido de ordem e defesa do Trono Imperial, gravemente ameaçado pelos revolucionários, contra os quais reuniu gente armada, prontificou peças de artilharia, e fez todos os esforços a seu alcance, até que, obrigado pelas circunstâncias, emigrou para esta Corte desamparando todos os seus bens, que têm sido distribuídos, avaliando os danos causados pelos rebeldes em mais de 80:000\$000 (Documentos de ns. 45 a 48).

16. É negociante matriculado na Junta do Comércio, e proprietário na Província do Rio Grande do Sul. Foi condecorado por el-Rei D. João VI com o Hábito da Ordem de Christo em 1820, e o senhor D. Pedro I, de saudosa memória, fez a graça de lhe conferir o posto de Capitão da 2ª linha em 1823, nomeando-o depois, em 1827, Cavalheiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, e em 1829 Official da mesma Ordem Imperial (Documentos de ns. 57 a 60).

meira remetendo-me a carta Imperial que confirma a pensão que me foi concedida, e dando-me o seu parecer para promover o negócio de apólices, e fazendo-me conhecer a vantagem que posso colher, sobre o que estou por hora vacilante no que devo obrar, à vista do estado de cousas nesta Província, e de estar V. S. com o projeto de regressar, e ficar por isso aí sem a sua proteção para este objeto. A segunda remetendo o aviso do Snr. Ministro da Fazenda (68) para se verificar nesta Província o pagamento da citada pensão. A última acusando o recebimento da minha carta de 10 de Novembro findo, com o requerimento que dirigi ao Governo de S. M. I. e que o tinha entregado em mão ao Snr. Ministro da Justiça, (69) e pela decisão fico ansioso, e incluindo tres periódicos intitutados, o *Sete d'Abril*, o *Chronista* e o *Diario do Rio de Janeiro*, e ficando ciente do que relatam sobre o estado de cousas nesta Província, direi-lhe que achei inexatidão no primeiro, porque até fala no intrépido Coronel Gabriel Gomes (70), que ha mais de 17 meses morreu no campo da batalha, e o conta como um dos chefes que estão em serviço, e visto que se lembrou dele, parece justo exhorte ao Governo para agra-

Em remuneração, pois, de todos estes serviços, pelos quais mostra os sacrificios que tem feito a prol da Causa Pública, e o amor, respeito e acatamento que consagra a S. M. o Imperador, espera que lhe faça a graça de o honrar com a nomeação do Dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro. — Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1840".

Título honoríficos do Conde de Piratini, Dr. João Francisco Vieira Braga: Honorária concedida por D. João VI: 1820, Hábito de Christo. — Honorárias concedidas por D. Pedro I: 1823, Capitão da 3ª Companhia do Batalhão de Milícias da Província de S. Pedro do Sul. — Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. — 1828, Capitão da 3ª Companhia do Batalhão de Caçadores n. 46, da 2ª linha do Exército. — Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro. — Honrarias concedidas por D. Pedro II: 1841, Guarda Roupa da Imperial Câmara de D. Pedro II. — 1845, Veador da Imperial Casa de D. Pedro II. — 1846, Mercê do Foro de Fidalgo Cavaleiro de sua Imperial Casa. — 1854, Barão de Piratini. — 1866, Visconde de Piratini. — 1885, Conde de Piratini. Ocupou os cargos de Vereador das cidades do Rio Grande e Pelotas, Deputado à Câmara Provincial e Vice-Presidente da Província em 1838. Nasceu o Conde de Piratini no ano de 1793, e faleceu na cidade de Pelotas a 9 de Maio de 1887.

(68) Miguel Calmon du Pin e Almeida (Gab. de 10-9-1837).

(69) Bernardo Pereira de Vasconcellos (Gab. de 19-9-1837).

(70) Gabriel Gomes Lisboa, valente chefe imperial heroicamente morto no combate de Triunfo (Veja nosso *Farrapos!* (1ª série) — O Tigre de Triunfo).

ciar a infeliz família com a pensão que lhe foi conferida, que está cheia de misérias, porque os rebeldes lhe tem roubado todos os bens, dando assim provas de que não olha só para os filhos desta Província, enquanto precisa de seus serviços. E sobre o mais que relata em execução de ordens, desafio aos meus contrários para apontarem a falta que julgarem haver eu cometido como militar, ou a falta que a causa pública tenha sofrido por meu respeito por motivo da desinteligência com o Presidente (71), relativamente ao exemplo que aponta do Snr. Marechal da França, não é preciso servir-me isso de guia, porque comigo mesmo aponto o exemplo de haver obedecido restritamente ao traidor Bento Manoel (72), até que entregou aos rebeldes, conhecendo mesmo os meus planos muito antes, e manifestando-os particularmente até a autoridade que podia providenciar como poderei provar si for preciso, e se o Governo Imperial me demitir do emprego que ocupo como espero, terei ocasião de mostrar ao Brasil, que sou fiel defensor da Monarquia Constitucional para o que já tenho uma lança, e como soldado entrarei com meus companheiros nos campos de batalha, se disso não for privado por ordem superior; se o General Presidente preenchesse os seus deveres, corrigiria como lhe compete os erros que houvesse eu cometido, apontando-os para exemplo, e não se valeria da autoridade de que está revestido para deprimir-me, obrigando-me ocupar o lugar de um Coronel de Legião, e por meio de imposturas fazer ocupar o lugar que me compete, pelo seu escravo Felipe Nery (73), mas tenho a satisfação que todos conhecem nesta Província que a origem é não ser eu inclinado a aparição do veto absoluto, o que bem se mostra pelo que tem praticado com a Guarda Nacional, que tantos, e tão poderosos serviços tem feito a prol da Integridade do Império (74).

(71) Elizário de Miranda e Brito.

(72) Bento Manuel Ribeiro que, em Fevereiro de 1837, abandonara os imperiais, aprisionando o então presidente da Província, Brigadeiro Anthero José Ferreira de Brito (Veja-se Olyntho Sanmartin — *Bento Manuel Ribeiro e Bizarro de Andrade Pinto — Um episódio da revolução dos Farrapos*).

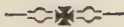
(73) Felipe Nery de Oliveira, mais tarde Brigadeiro.

(74) Simples intriga, por certas rivalidades de mando, indispuzaram o Presidente Elizeario com João da Silva Tavares, que, altivo e côncio de seus deveres, não deixou dominar, respondendo, sempre,

Agradeço a V. S. tantas provas que me tem dado da consideração que lhe mereço, e ambiciono ter repetidas occasiões de lhe dar provas de gratidão.

Mande como pode ao De V. S. O mais obrigam°. am°. e Creado — João da Silva Tavares — Acampamento no Rincão dos Touros, 23 de Dezembro de 1838."

Embora em si estas notas de pouco valham, podem, contudo, servir de algo para o estudioso que se quizer dedicar a escrever-lhe a biografia. E como sabemos que seu descendente, official de nossa Marinha, Comandante Adalberto Rechsteiner, está nisso empenhado, a ele dedicamos, com satisfação, este trabalho.



altivamente. Infelizmente a bajulação venceu, no momento, sendo Nery com menos serviços prestados à causa, colocado em posição superior. Mas tudo serenou, por fim, e Silva Tavares foi compensado, graças aos esforços, na Corte, de Vieira Braga. — *Walter Spalding*. Do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

ATAS DE 1936

1ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE ABRIL DE 1936
(SESSÃO 1.616)

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MANUEL CICERO PEREGRINO DA SILVA
(1º *Vice-presidente*)

E DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO
(*Presidente perpétuo*)

Às 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos Srs. Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Virgilio Corrêa Filho, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Nelson de Senna, Carlos da Silveira Carneiro, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Lucas Alexandre Boiteux, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Emilio Fernandes de Souza Docca, Alfredo Valladão, Braz Hermenegildo do Amaral, José Maria Moreira Guimarães, Alexandre Emilio Sommier, Alfredo Ferreira Lage, Laudelino Freire, Monsenhor Frederico Lunardi, Manuel Tavares Cavalcanti e Levi Carneiro.

Justificaram a ausência os sócios, Srs. Francisco Radler de Aquino, José Mattoso Maia Forte, Basilio de Magalhães e Helio Lobo.

O Sr. Fleiuss (1º *Secretário perpétuo*) leu das Efemérides Brasileiras do barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O Sr. Manuel Cicero (1º *Vice-presidente, em exercício*) congratulou-se com os sócios do Instituto, pelo início das sessões no presente ano.

Submeteu, em seguida, à discussão o parecer da Comissão de Fundos e Orçamento, lavrado pelo Sr. Rodrigo Octavio e também assinado pelos Srs. Alfredo Ferreira Lage e Fran-

cisco José de Oliveira Vianna, aprovando o balanço da Receita e Despesa do Instituto, apresentado pelo tesoureiro Senhor capitão de mar e guerra Francisco Radler de Aquino, referente ao ano de 1935, convindo salientar que as contas já haviam sido aprovadas pelo Sr. Ministro da Educação. Nos termos do art. 51, parágrafo único, o parecer dessa Comissão deve ser discutido e votado na primeira sessão ordinária de cada ano. Ninguém pedindo a palavra, o Sr. Presidente pôs em votação o referido parecer que foi aprovado unanimemente.

O sr. Manuel Cicero (1º *Vice-presidente em exercício*) participou que depois da sessão magna de 1935 perdeu o Instituto os seguintes sócios:

Felix Pacheco — Sócio correspondente em 1 de Agosto de 1910. Benemérito em 30 de Julho de 1935. Faleceu a 6 de Dezembro de 1935.

Alípio Gama — Sócio correspondente em 15 de Julho de 1911. Honorário em 22 de Agosto de 1931. Faleceu a 21 de Dezembro de 1935.

Paulino José Soares de Sousa Junior — Sócio efetivo em 10 de Junho de 1898. Faleceu a 8 de Março de 1936.

Disse que no momento próprio o insigne orador perpétuo do Instituto faria o necrológio desses saudosos companheiros.

Disse ainda o Sr. Presidente que seria inserto na ata da sessão um voto de pesar pelo falecimento do professor Henrique Bernardelli, que tantos serviços prestou às Artes Brasileiras, e a quem o Instituto deve preciosas ofertas de trabalhos feitos por seu inesquecível irmão, professor Rodolpho Bernardelli.

Em seguida, o Sr. 1º Secretário perpétuo leu as propostas abaixo:

Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Sr. Enrique de Gandia, historiador argentino, membro da Junta de História e Numismática Americana, de Buenos Aires, e autor de muitas contribuições para o estudo da especialidade deste Instituto, das quais ofereceu para a nossa biblioteca vinte e cinco, constantes da relação junta.

Rio de Janeiro, 15 de Abril de 1936. — *Manuel Cicero, Max Fleiuss, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Virgílio Corrêa Filho, Nelson de Senna, Alexandre Sommier, E. F. Sousa Docca, Levi Carneiro.*

OBRAS DO SR. ENRIQUE DE GANDIA, OFERECIDAS PELO AUTOR AO
INSTITUTO HISTÓRICO

"La ciudad encantada de los cesares".

"Indios y conquistadores en el Paraguay".

"Gregorio de Pesquera".

"Historia de Santa Cruz de la Sierra".

"Alanis de Paz".

"El misterio de los tumulos. Del valle de Lerma y de Copiapó".

"Historia critica de los mitos de la conquista americana".

"Donde nació el fundador de Buenos Aires".

"Los primeros italianos en el Rio de la Plata y otros estudios historicos".

"Limites de las gobernaciones sud-americanas en el siglo XVI".

"Cronica genealogica de los Gandia".

"Del origen de los nombres y apellidos y de la ciencia genealogica".

"La patria de Juan de Garay".

"La Junta de Historia y Numismatica Americana".

"Limites de la gobernación de Juan Ortiz de Zárate".

"Información genealogica de Juan Ortiz de Zárate".

"Historia de la conquista del Rio de la Plata y del Paraguay — 1535-1556".

"Historia del Gran Chaco".

"Genesis y esencia del arte medieval".

"De la Torre del oro a las Indias".

"Los estudios historicos en la Argentina I. La obra historica de Ricardo Levene".

"Antecedentes diplomaticos de las expediciones de Juan Diaz de Solis, Sebastian Caboto y don Pedro de Mendoza".

"El primer clerigo y el primer bispo del Rio de la Plata".

"Don Ramiro en America".

"Los derechos del Paraguay sobre el Chaco Boreal y las doctrinas del "Uti Possidetis", en el siglo XVI".

25 volumes.

— Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Sr. Arthur Cesar Ferreira Reis, autor de uma interessante *História do Amazonas*, 15 de

Abril de 1936. — *Manuel Cicero*. — *Max Fleiuss*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Nelson de Senna*. — *Virgilio Corrêa Filho*. — *E. F. Sousa Docca*. — *Alexandre Sommer*. — *Levi Carneiro*".

— Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Dr. Alvaro Salles de Oliveira, presidente da Sociedade Numismática Brasileira, com sede em São Paulo, e autor de diversos trabalhos sobre o assunto.

Rio de Janeiro, 15 de Abril de 1936. — *Manuel Cicero*. — *Max Fleiuss*. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Nelson de Senna*. — *Virgilio Corrêa Filho*. — *E. F. Sousa Docca*. — *Alexandre Sommer*. — *Levi Carneiro*.

O Sr. Manuel Cicero (1º Vice-presidente, em exercício) disse que se achava na casa o Sr. conde de Affonso Celso, presidente perpétuo do Instituto, o qual vinha reassumir as suas elevadas funções.

Nomeava para introduzir no recinto o Sr. conde de Affonso Celso, os Srs. Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio, Ramiz Galvão, Max Fleiuss e Virgilio Corrêa Filho.

(Deu entrada no recinto, sob grandes aplausos, o senhor conde de Affonso Celso, que assumiu a presidência).

O Sr. Manuel Cicero disse, logo depois, o seguinte:

"O dia é de festa para o Instituto Histórico e é duplo o motivo: aqui se celebra hoje o "Dia da América", exaltando-se a concórdia, a confraternidade, a solidariedade americana, e, como para dar maior realce à consagração, reassume as suas elevadas funções o nosso egrégio Presidente conde de Affonso Celso, grande brasileiro que se ufana do seu país e grande cidadão da América, propugnador dessa concórdia, dessa confraternidade, dessa solidariedade americana.

É intenso o júbilo que nos domina ao vê-lo, depois de prolongada ausência, retomar o seu posto.

Refeito de gravíssima enfermidade, restaurada a sua saúde, que nos é verdadeiramente preciosa, ei-lo que volve, redivivo, ao pleno exercício da presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujos destinos lhe estão confiados a perpetuidade e para cuja prosperidade e crescente prestígio tem concorrido admirável e inexcedivelmente.

Exímio condutor de homens, o conde de Affonso Celso sabe como ninguém inspirar simpatia, provocar dedicações, des-

pertar entusiasmos, tal a fascinação que o seu fulgurante espírito e os seus altos predicados morais exercem sobre aqueles que se honram de ser seus cooperadores.

Em várias das sessões que se realizaram no período da sua enfermidade e da sua convalescença, manifestou o Instituto o vivo desejo de que fosse pronto e completo o seu restabelecimento e na última dessas sessões consagrada à memória do visconde de Ouro Preto, no centenário do nascimento desse insigne homem de estado, foi aprovada a moção que tive a honra de redigir no sentido de ser enviada expressiva saudação ao conde de Affonso Celso, significando-se-lhe toda a nossa admiração e manifestando-se-lhe a esperança de o ver em breve, retemperadas as suas forças, voltar ao desempenho das suas funções de presidente deste Instituto.

Debelado o mal que o assaltara, o que vale por verdadeiro triunfo alcançado pela medicina brasileira, assegurada a recuperação da sua saúde com a resistência que só os organismos privilegiados podem oferecer, é extraordinário o regosijo que experimentamos todos os que pertencemos ao Instituto Histórico e por semelhante motivo nos congratulamos efusivamente uns com os outros e com o nosso preclaro presidente, fazendo os mais ardentes votos para que se lhe consolide a cura e por muitos anos viva para a felicidade de quantos o estimam e admiram, de quantos o respeitam e veneram, e para felicidade do Instituto Histórico, a que sabiamente preside.

A mais antiga e uma das mais respeitáveis associações culturais brasileiras orgulha-se de ter à sua frente, ha 24 anos, esse conspícuo varão, figura helênica, que personifica alevantadas virtudes morais e encarna o patriotismo e a brasilidade. Salve, Affonso Celso!" (*Palmas prolongadas*).

Teve depois a palavra o Sr. Ramiz Galvão, para dizer o seguinte:

"Sr. Presidente, ilustres confrades. Quando não ha muito voltou à Academia Brasileira de Letras o eminente veterano Sr. conde de Affonso Celso, depois da grande crise que o prostrou num leito de dores por espaço de meses, tive eu ocasião de proclamar aquele dia: *um dia de festa*. Hoje que o vemos também restituído a esta presidência, que por largos anos ele tem sabido honrar, seguindo a trilha luminosa aberta ha quasi um século, pelo insigne visconde de São Leopoldo, — hoje é este igualmente um dia de *grande festa* para as nossas:

almas e para os nossos corações. Sabem todos os seus companheiros quanto vale esse brasileiro ilustre, cultor primoroso das letras, professor emérito, jornalista de fina têmpera, cidadão exemplaríssimo, patriota que desde o tempo da monarquia iluminou a tribuna do Parlamento nacional, presidente perpétuo do Instituto Histórico, onde a sua palavra eloquente e a sua direção ponderada ha sido um farol que a todos guia, um palinuro que sempre em tempos de calma ou agitados, nos aponta a rota segura do trabalho produtor, eficiente e glorioso. Rezam os anais da Helade que um cidadão ingrato deixara de votar no grande e impoluto Aristides, porque estava cansado de ouvir que o chamavam de *justo*.

Aquí neste cenáculo, senhores, ao contrário, o nosso prezadíssimo Affonso Celso não encontrará uma só voz, que não proclame o nosso novo Aristides — grande benemérito. É a justiça da história, da qual somos devotados operários.

Deus Nosso Senhor nô-lo conserve ainda por muitos anos, com o vigor indispensavel para servir à Pátria bem amada. O sentencioso Horacio disse na sua imortal *Arte poética*: “*bis repetita placent*”. Repitamos todos, portanto; a uma voz: “Salve egrégio Affonso Celso! (*Prolongadas palmas*)”.

Findas as palavras do Sr. Ramiz Galvão, levantou-se da sua bancada o Sr. Nelson de Senna para saudar o conde de Affonso Celso, em nome do Estado de Minas Gerais, de que ambos são filhos. E referindo-se à angústia com que a terra natal acompanhou a enfermidade do grande brasileiro, disse que grande foi a satisfação de Minas quando viu que o perigo tinha sido conjurado e estava salvo o seu querido filho. O Sr. Nelson de Senna terminou aplaudidíssimo.

Respondendo a todos, o Sr. Presidente conde de Affonso Celso disse que, si durante mais de metade de sua dilatada existência, tinha procurado servir com dedicação ao Instituto, magnânimo lhe havia este galardoado os esforços da boa vontade.

Não lhe estivesse já cativo para todo o sempre o seu reconhecimento, e o ficaria agora, graças ao carinho que lhe prodigalizara, em longa enfermidade, bem como à comovente manifestação com que lhe acabava de acolher o regresso ao honrosíssimo convívio da associação.

As palavras dos oradores que tão generosamente o exaltaram depunha a segurança de imarcessivel gratidão. Abrangia nesse gesto todo o Instituto, personificado no pre-

claro 1º Vice-Presidente que o substituirá no impedimento, com o consciencioso e lúcido zelo, característico invariável de seu procedimento particular e público, o Dr. Manuel Cícero, que recentemente aumentara a copiosa lista de seus serviços à casa, representando-a eximamente no Congresso de Numismática, em São Paulo.

Encarecia a satisfação do reinício da sua função presidencial a circunstância de se efetuar ela na data em que o Instituto comemorava, mais uma vez o *Dia da América*, mediante a sempre inspirada palavra, igual à consagrada pena, do Dr. Pedro Calmon, uma das figuras primaciais da espiritalidade brasileira hodierna.

Brasilidade, americanidade, humanidade, isto é patriotismo, solidariedade e cooperação da família continental, confraternização cristã, com todos os povos, eis o triângulo dentro do qual se movem as locubrações e a atividade do Instituto; eis o culto, a que escrupulosamente se consagra, ha quasi um século.

Ajude-o Deus a prosseguir no desempenho da alta missão de que é seguro penhor a comprovada idoneidade dos dignos consócios, aos quais o Sr. Presidente tinha a honra de tributar saudação cordialíssima!

Ao terminar, recebeu o Sr. conde de Affonso Celso prolongados aplausos.

Teve, logo depois, a palavra o Sr. Pedro Calmon que, da tribuna, realizou a seguinte conferência:

Senhores,

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma das velhas torres inexpugnáveis do pensamento americano, cujas ameias estendem a sombra ilustre sobre a vasta terra que defende, protege e enobrece.

Nesta atalaia quasi secular da cultura continental queima, perene, a almenara do idealismo que é patrimônio — o mais característico — e destino — o mais indiscutível — da nossa civilização.

A história desta casa patricia, em cujos arquivos e memórias se vão acamando e emurhecendo todas as searas do espírito desde o começo da nossa floração nacional, é a síntese da vida brasileira, diário de bordo da nossa acidentada navegação através dos mares emparcelados, a própria biografia de um povo que sempre timbrou em sonhar e pensar acima e longe das mofinas contingências de sua evolução política.

Data de 1838 esta academia. Criaram-na os homens da Independência.

Cansados do duro trabalho de organizar o país, eles fizeram como as aves após o largo e claro dia afanoso: vieram agasalhar no refúgio comum, sob a rama sonora da idéia, onde o crepúsculo de existência se doura de um colorido raio espiritual, a imaginação generosa e ambição satisfeita.

Parece que ainda os vemos, áqueles maiores, cujos sitiais nos herdaram, para que honrassemos as justas intenções que tiveram, e o seu nome veneravel. Serenos e graves arquitetos de uma nação, depois de lhe darem a mocidade cheia de audácia, quizeram votar-lhe sabedoria e experiência, integrando, fóra do Estado, o senado egrégio dos historiadores.

Eram, à espera da justiça dos tempos, os antepassados do Império.

Entre eles, José Silvestre ReMello. Diplomata uma só vez, fóra aos Estados Unidos, a obter do Presidente Monroe o reconhecimento da monarquia brasileira. O modesto negociante do Rio de Janeiro, que trouxera de Washington a primeira palavra de fraterna americanidade, ouvira-a, com a autoridade de uma doutrina e a unção de um dogma, do próprio estadista que traçou a divisória entre a expansão européia e a união continental. Foi um dos fundadores do Instituto o plenipotenciário que reconciliou com a puritana federação de Jefferson o trono de D. Pedro I. Lançou-lhe — dir-se-ia — nos alicerces perpétuos, a boa semente do americanismo. Germinou, deitou raízes, encorpou, cresceu, floresceu a árvore bendita, e hoje é debaixo das suas galhadas amplas que nos reunimos, descendentes do patriarca que soube transportar, abrigada na concha das mãos comovidas, a chama do ideal, para que ardesse infinitamente no altar onde a conservamos, aquecidos e alumiados pelo divino clarão!

AFFONSO CELSO

D. Pedro II, durante meio século, presidiu a este Instituto. Pai da arbitragem entre os governos, advogado do americanismo que se faz do mútuo conhecimento e das relações intellectuais, fixou em 1876 o definitivo sentido da nossa política exterior, indo à América do Norte, primeiro rei que a visitou, associar-se pessoalmente às comemorações do centenário de sua Independência.

Aquí resoaram sempre, em famosas harmonias de solidariedade internacional, as vozes da concórdia americana. E' tradição nossa, é coerência e é voto. Depois do Imperador, os presidentes do Instituto Histórico foram fiéis zeladores do fogo sagrado. O barão do Rio Branco fez disso um sistema; Affonso Celso, um programa.

Os bons fados, que amparam esta instituição, permitem-nos a ventura de ter a presidí-la hoje o Sr. conde de Affonso Celso, que, após demorada e grave enfermidade, volta ao nosso convívio aureolado pela impoluta autoridade de oito lustros de desinteressados e incomparáveis serviços prestados à casa, que fez maior com as vibrações de sua fé, a amplitude dos seus patrióticos sentimentos, a fascinação de sua inteligência e a espartana integridade do seu caracter de velho heroi civil do direito, da tradição e de espiritualidade, que durante uma vasta época, em que cabem duas vidas completas, não dobrou, não transigiu, não cedeu, agrihoado e estoico Prometeu da rocha das Convicções!

O nobre presidente do Instituto brandiu na sua juventude mais verdejante as armas do pan-americanismo, e não as depôs ainda. Foi em 1882, que, em Buenos Aires, a sua voz republicana e romântica, mais veemente ainda pela interpretação que dava a um pensamento político caro à sua geração, ao seu tempo e ao seu partido, pregou a sincera, completa aliança dos povos debaixo do mesmo céu do novo mundo desnuado e luminoso. O visconde de Ouro Preto, às vésperas da queda do trono, estabeleceu de vez uma praxe brasileira e uma orientação diplomática, coroando a nossa política de boa vizinhança com o tratado que submetia a pendência sobre o contestado território de Missões a um tribunal arbitral. Era ainda chefe do Governo o insigne estadista, quando foi o Brasil convidado para participar, em Washington, da primeira conferência pan-americana, nova fórmula de congraçamento e aproximação continental que o secretário de Estado Blaine ajuntava à doutrina de Monroe. Foram logo pelo Imperador e Ouro Preto designados para representar o Brasil Lafayette Rodrigues Pereira, juriconsulto e internacionalista que substituiu o Marquês de São Vicente na provecta função de cōselheiro jurídico do soberano, o ministro e o consul geral do Império nos Estados Unidos, este o eminente Salvador de Mendonça. Necessitava-se de um nome a mais, do joven homem público que pudesse falar, com a bela e flamejante frase dos oradores parlamentares, pela gente moça de sua Pátria. D. Pedro II

comunicou ao presidente do Conselho que resolvera escolher Affonso Celso Junior. Não por ser filho do visconde de Ouro Preto. Quasi diria: apesar disto... Mas pelos seus próprios talentos pelo êxito intelectual de suas viagens à República Argentina e à América do Norte, pela bizarrria e inquietação do seu espírito liberal... O monarca levava a tolerância e o respeito das idéias ao amavel exagero de dar comissões e empregos aos propagandistas da República! Affonso Celso foi na monarquia resolutu republicano; e na República, monarchista inabalavel... Com isso, brasileiro de tão rara tẽmpera que ninguem ha de ufanar-se de ter melhor amado e servido o seu país do que ele o serviu e amou! Mas não quiz. Confessou depois: não receberia favores de um regime que não prezava; mesmo acidentalmente, não deixaria enredar-se no equívoco de ter sido funcionário do trono que sacudia com os seus atléticos braços de Samsão adolescente... Aderiria, sim, à forma de governo que oito anos — os seus canoros e fulgurantes oito anos de parlamento! — combateu sem trẽguas. Aderir-lhe-ia à sombra e à catástrofe, como Chateaubriand. "courtisan du malheur", contente de haver sido ao tempo de rei, o rebelde, e quando esse rei era um doloroso exilado pobre e ancião a tiritar de frio no seu longinquo, deserto e amargo desterro, o áulico da majestade extinta!

Já se vão quarenta e sete anos... Não foi Affonso Celso à América do Norte incorporar-se à festa do pan-americanismo que nascia. Perto de meio século mais tarde é ele quem assiste e dirige esta comemoração, complemento de uma tarefa pacientemente urdida na tenacidade e na singeleza da escola de Blaine, o Iniciador.

Deus louvado, esta circunstância dá à celebração de hoje a expressão e o timbre das melhores cerimônias históricas!

RODRIGO OCTAVIO

Outro consócio nosso, dos mais eminentes, o Sr. ministro Rodrigo Octavio, duas vezes nos disse, com a pureza e a sabedoria de sua palavra, a exata significação do dia da América toda...

Foi feliz o Instituto, em ter por intérprete então um dos mais notáveis americanistas que sobrevivem à geração de Elihu Root, Rio Branco, Alvarez, Sá Vianna, cuja existência é, inteira, uma oblata de poeta e de jurisconsulto à grande causa da afeição e da justiça, do equilibrio e da simpatia

entre os povos, como reconheceu em ocasião memorável a Pan-American Society, de Nova York, agraciando-o, pelas mãos do seu presidente, Severo Mallet-Prevost, com a primeira medalha de ouro que a brasileiro conferiu. Bastar-nos-ia, para defender o alcance integrativo e doutrinário desta festa, recordar as grandes orações aquí proferidas pelo senhor Rodrigo Octavio: respiram a serena confiança do seu espírito jurídico, o envolvente otimismo de sua ciência magnificamente humana, de levita da paz, que sabe ver as realidades da terra através das normas de moral comum que equiparam o forte e o debil, o titânico e o minúsculo, os Estados irresistíveis e as fracas potências, em face das regras permanentes do Direito que é único e soberano. Juiz de tribunal arbitral como foi Lafayette, bem longe levou, com a autoridade dos seus julgados que desdenharam todas as contingências que infelizmente ainda subordinam as decisões da magistratura internacional, a sensibilidade brasileira heroicamente fiel aos princípios e às idéias, sem os quais a sentença dos homens tem a pobre falibilidade de suas paixões e dos seus erros. Escutemo-lo no que nos refere de sua dedicação aos deveres para além das conveniências e dos temores que costumam fazer calar a voz do direito nos pretórios universais. Não faz muito historiou, com o ameno estilo dos seus livros de "Memórias", as tribulações da embaixada ao México, quando exerceu o difícil encargo de dirimir a pendência entre essa República e os Estados Unidos, em torno de uma quantiosa indenização que azedava e envenenava as relações entre os países vizinhos. Sofreu com resignação, resistiu com bravura, deu de si quanto pôde, em risco da própria vida, para realizar até o fim a sua missão, simultaneamente esgotando o cálice das amarguras num lento suplício de quem, indefeso, ha de enfrentar as misteriosas e vastas forças que se opõem ao sincero congraçamento das nações, e nem por isso um momento duvidou do seu sacerdócio e do seu misticismo, da reconciliação pelo arbitramento da substituição dos rancores internacionais pelo sereno respeito da justiça que os submete e dissuade.

MANUEL CICERO

Ainda no ano passado, o vice-presidente do Instituto o ilustre Dr. Manuel Cicero, revistava as conquistas desse pan-americanismo que data de 1889. Pertencemos ao mesmo

sistema emotivo — do apaziguamento pela cultura — e ha perto de meio século lhe consagramos, descontinua e vigilante, a colaboração mais decidida. E' doutrina que nos orgulhamos de ter difundido. E' a direção tradicional da nossa diplomacia. Sobretudo é afirmação e protesto da nossa alma de Homem Novo.

1936

Evidentemente, o ano de 1936 é diferente, estranhamente diverso do ano de 1935. Aguçam-se as dores sociais. Os ventos rebojam mais rijos do quadrante tempestuoso. Os problemas agravam-se pelas suas complexas e íntimas dificuldades, e por todo o mundo a ciência se refugia na sua alta menagem de cristal, preservando das lufadas frias o fogo bendito da Idéia. Em 1929 tivemos a crise econômica. Foi o degelo das fortunas. Ao calor, reajustante, da combustão de uma provisória e suntuosa aparelhagem de crédito, derreteram-se as geleiras de uma falsa prosperidade, descobrindo as duras arestas das rochas estéreis. Em 1936 abre-se a crise do Direito. Não é bem a falência de uma ordem mental e pragmática do Direito. E' uma pandemia de descrença, um contágio amplo de desencantamento, uma peste de materialismo, uma contaminação interminável de desilusão, que se nos afigura doença mortal da vontade, enlanguescendo e desfibrando as mais capazes creaturas. Tem um nome este mal: e, epidêmica, a moléstia da razão lúcida! Entendemos que o delírio enevoa e confunde as coisas: paradoxalmente, esse êxtase é condição de saúde internacional, porque transforma daltonicamente as cruas cores da realidade em tintas amáveis de mútuo e nobre amor. A limpidez da visão significa, ao contrário, febre intensa, turbção de sentidos, delíquo e colapso de faculdades: porque transporta para a órbita espiritual do comércio entre as gentes os mesquinhos critérios que prevalecem na mecânica sumária da vida nacional; interesses, força, egoismo, retraimento e desconfiança, limitado o olhar pelo muro do quintal doméstico, sem ânimo para alçar-se até o azul e longinquo horizonte onde o céu e a terra traçam em luz a conjunção do temporário e do infinito...

E' peculiar aos períodos históricos de desabalada decadência das fórmulas morais e jurídicas, do espírito religioso — sublimando a conduta — de ética normativa — tornando coerente e sistemática a virtude — uma razão prática que

nada embarça nas dobras da metafísica. O transcendente não a seduz; é inútil para as suas pesquisas de laboratório. As idéias-forças não a detêm; o fato é, em si, um código de política. Os fins não a preocupam: na penosa travessia noturna em mar perigoso ninguém cuida do porto remoto, mas de salvar o barco dos recifes semeados na sua rota... E — perguntam — a civilização terá mesmo os seus objetivos? Não; a luz não baixa docemente dos astros para fazer desabrochar num canteiro as rosas vermelhas, também se vive a vida, porque assim é, não porque a aproveitamos desta ou daquela forma... Daí a absurda conclusão dessa filosofia de curto vôo, que seria sem dúvida a dos bichos do mato si na bruteza deles reluzisse um lampejo de raciocínio: temos de resolver apenas os diuturnos problemas da comunidade humana.

TAMBEM OUTRORA

Arriscamos destarte um formidável patrimônio de cultura, o velho trabalho da inteligência sedimentado século após século, na consciência das raças, absorvido e revivido na alma coletiva. Só não nos aterroriza a perplexidade do mundo moderno, porque é cíclica e inconsequente. Esse profundo abatimento das energias espirituais já entorpeceu a Europa ha quatrocentos anos. As situações eram equivalentes, guardadas as proporções de tempo e complexidade dos fatores sociais. Super-população, mercados gradualmente fechados, a especulação desvalorizando o produto honesto do agricultor, classes confundidas, as indústrias despovoando os campos que as guerras revolviam e esterilizavam, os reformadores místicos acenando com os exemplos honrados de uma época sem esplendor profano, sem poder que se opusesse ao dos patriarcas veneráveis cujo cajado bíblico conduzia mansamente rebanhos e nações, o moinho da imprensa a esmoer os livros e a panificar, nos fornos de Guttemberg, toda a velha farinha da ciência, avidamente devorada pelos espíritos milenarmente famintos, e o turco entre as colunas do Templo, prometendo sepultar sob os escombros das catedrais o acidente exausto... Já não se cria, mas se negociava; já não se armavam cruzadas, porem, se vendiam honras, títulos, consciências; já não se respeitavam as antigas leis e a sociedade christã estalava, desconjuntando-se, como uma casa que tomba... Um milagre talvez salvasse o mundo da próxima e inevitável invasão dos bárbaros, quando os asiáticos rolassem sobre a

Polônia vencida, a Áustria destrogada, Veneza corrompida e agonizante, e o sultão repetisse o sacrilégio de Mahomet II, indo dar aveia e palha a seu cavalo debaixo dos imensos tetos de São Pedro de Roma...

O MILAGRE PORTUGUÊS

Um milagre!

Pois o milagre aconteceu.

Um pequeno povo de dura raça de pescadores e soldados sobraçou o escudo dos cavaleiros de Christo, e, aconchegando em diminutos navios uma dúzia de marinheiros morenos, saiu a descobrir, para o mundo arruinado, outros mundos que o renovassem!

Ardida Troia, Enéas, com as armas dos avós, partiu para os sítios férteis, onde fundaria um império. Os portugueses iam também criar o seu império; mas, duplamente audazes, a um tempo romperiam no oceano o rumo da Civilização futura, e no Levante golpeariam e retalhariam de través os exércitos mussulmanos, tomando-lhes as terras da especiaria, Índia e Persia...

"... Poi che sei si grande

Che per mare e per terra batti l'ali...".

NOVA TESE

Joaquim Bensaude cabalmente sustentou esta tese, da estratégia bélico-mística do infante D. Henrique e dos seus nautas, dando ao Périplo e à travessia de Vasco da Gama o acento católico, idealmente christão, de derradeira e temerária cruzada, na qual os homens de ferro de S. Luiz eram substituídos pelos sábios pilotos do seminário de Sagres. O nosso saudoso e eminente confrade Felix Pacheco, cuja companhia tanto prezávamos, e que os mais indeléveis serviços prestou à cultura do país fazendo do *Jornal do Comércio* a antologia semanal dos grandes estudos brasileiros de sua constante e lúcida preocupação, Felix Pacheco interpretou engenhosamente as descobertas de Bensaude, divulgando-as entre nós.

Têm razão, ambos os historiadores. E ainda andaremos certos se quizermos ver na trama inaudita das viagens lusi-

tanias a própria solução, divinamente inspirada pela agonia de um mundo, do mais grave problema que enfrentou a humanidade desde a dissolução do Império latino: a preservação da Europa, com os novos hunos arvorados, quasi debaixo das paredes do Papado, o Crescente do Profeta!

O Infante Navegador, deslocando para o Atlântico a civilização engarrafada no mar Mediterrâneo, resgatou a moderna sociedade do perigo mahometano. Mas, Portugal e Espanha, achando a América, possibilitaram quatro séculos de regeneração da planta humana!

A AMÉRICA E O MUNDO

A iluminação da América dispersou rapidamente as densas sombras. O século XVI é o da sua influência indireta; as sobras de população para aquí se escoam, e o ouro e a prata de suas minas robustecem, contra o Islam e a anarquia política, as concentrações nacionais. O século XVII é o seu influxo inexgotável: as velhas nações se desdobram em colônias, cuja riqueza lhes é alimento, força e ressurreição. O século XVIII é de sua reação ideológica; a América, que plasmara, dos seus estranhos elementos étnicos, na magia das ligas sentimentais, uma raça diferente, passou a importar colonos e livros, e a exportar, com o seu algodão, o seu açúcar e o seu cacau, a Liberdade, produtos de sua lavoura grangeada pelo negro braço escravo, e a eletricidade de sua alma desembrulhada de preconceitos históricos.

A revolução francesa foi da América; o Contrato Social, de Rousseau, é originariamente americano, sugerido desde Montaigne, pelo idílio indianista das primeiras cartas de viajantes e missionários sobre as cousas tupís do Brasil; a democracia moderna reviveu em Boston e Filadélfia a Grécia de Pericles; a liberdade e os direitos do homem evolaram-se, como de um turíbulo o leve e perfumado incenso, da compreensão evangélica e do sentido puritano da colonização inglesa da "May flower"; a espada de Lafayette lampejou primeiro em Yorktown, depois em Paris sangrenta; antes dos Estados Gerais, houve os Estados Unidos; Taine precede a Mirabeau, como Demosthenes a Cicero; Garibaldi unificou a Itália depois de ter aprendido no Rio Grande do Sul, com as cavalarias "farroupilhas", o sacrifício absoluto dos homens pelas idéias, das almas simples pelo torrão do berço...

Que seria o universo da boa estirpe greco-romana sem a América? Podemos responder com uma dúvida: talvez, esse universo fosse hoje alguma cousa de incompreensivelmente anti-humano, a recommear a sua aventura social, depois da inundação barbaresca que lhe afogou, ha dezesseis séculos, nos municípios galo-latinos, a flor do pensamento ocidental!

A América abriu à Europa as largas áreas de um trabalho que nivelou os homens de todas as origens, matou-lhes no isolamento o ódio racial, deu-lhes à existência o vigor e o otimismo que ha na prosperidade desoprimida, recortando à imagem do seu individualismo uma civilização amavelmente cristã.

Começou por irmanar os povos imemoravelmente des-avindos. Foi de início gasalhado de prófugos, comum degredo de todos os expatriados. O Judeu Errante repousou o cajado na praia de São Vicente, a que aportou, e julgou findo o divino sortilégio: christãos velhos e novos confundiram-se assim, nos sobressaltos da primeira aclimação, no limiar da floresta, em cujos rumores sussurravam os segredos do Cosmos, as palpitações da grande Metamorfose... Fez-se lavrador o homem d'armas, o negro cativo se batisou, o tapuia recebeu um nome à sombra da cruz rústica do Jesuita, plantada no seu deserto. E' a conciliação feita pela terra. A suprema glória de "ser um homem", que Bayard Taylor considerou a obstinada aspiração americana. Oswaldo Spengler reparou que à cultura antiga faltara, para ganhar em densidade o que tinha de superficial, as cores verde e azul que, em pintura, fazem infinito, natureza, perspectiva. A América é toda azul — de céu e águas — e verde — de sua primavera a rebentar de seiva, em apoteose de vida... A inquietação, o frêmito vital, a alegoria das formas, são-lhe os dísticos e o character. A creatura acompanha nisso a criação.

O imutavel, "ne varietur", o definitivo, são estranhos à América, que é o mundo em marcha! O progresso não é a sua vocação, porem, a sua medida. Porque se transforma prodigiosamente, arrasta no seu turbilhão o espírito inventivo, subordina-o à sua ânsia de felicidade individual. Esta sua predeterminação; não importam as vicissitudes de sua evolução; é o sentido de suas realidades.

A EUROPA

Deveras, a Europa governa. Honra seja à herança que nos legou. Ela não perdeu aqui nenhuma de suas soberbas

conquistas intelectuais; sem se indianizar, o que seria catastrófico, europeizou a América, o que foi assombroso. A alma remota latejou, rejuvenescida, no organismo titânico e adolescente: religião, idioma, humanismo, o resto da entidade moral, da mãe Europa nos veio, e a ela nos unem consanguinidade e inteligência. Somos europeus do lado de cá; assim queríamos que da banda de lá só americanos vivessem, na generosidade do pensamento enleamento humano, a largueza da idéia nova, a pacífica e serena concepção da fraternidade no direito e da igualdade na justiça!...

Diferentes questões fazem da política pan-atlântica uma utopia. O desenvolvimento particular de cada povo desequilibra-lhes os interesses. A paisagem dos espíritos é, longe de nós, atavicamente hostil, na mútua desconfiança das forças que se contrariam, a terra angusta, o armamento excessivo, proporcionais a isto os nacionalismos, paixão, reação, resguardo, defesa, desespero, somando as apreensões da hora que passa, a sensação universal de insegurança, o cepticismo dos legistas, a derrota dos idealistas lapidados porque cegos, apupados e desacreditados, porque insensatamente pacifistas...

UNIÃO AMERICANA

Se tem de ser assim, procuremos apresentar, contra a confusão do momento, a límpida união das Américas mais do que antes conjugadas em achar as fórmulas perfeitas de sua harmoniosa e construtiva confraternização.

Os homens do arado expulsaram os gênios da guerra.

Contou-nos Emerson aquela boa lenda escandinava, que simboliza a substituição do ciclo da violência pelo ritmo do trabalho. Havia uma vez uma gigante mulher que tinha uma filha. Esta viu um pequenino agricultor lavrando um campo. Tomou-o curiosa e cuidadosamente entre o índice e o polegar, com a sua charrua e os seus bois, e correu a mostrar à mãe o minúsculo ser. "Que espécie de escaravelho seria aquilo, que encontrara na areia?" Mas a mãe respondeu: "Deixa-o, minha filha; força é abandonar o país, porque essa gente aí o habitará!"

Isto aconteceu.

Por toda parte aqui há condições de paz, não ambientes de luta. De pouco valem os conflitos de outrora comparados às realizações de hoje. Seria absurda a evolução social sem as tragédias que seguem, como a sombra ao corpo, o

desenvolvimento dramático dos Estados. Os padecimentos da América são como sulcos de arado: ferem e retraçam o solo, mas o fertilizam. Recordemos este pensamento de uma carta de Emerson a Carlyle, sobre o epílogo evangélico ou miltoniano da guerra do Norte contra o Sul: "Todo mundo se enganou nas suas previsões, exceto as mulheres generosas que não desesperaram de um *direito ideal*". As grandes causas americanas têm essa magia, esse providencialismo, essa ternura, esse anêlo de "um direito ideal", que as fazem sagradas antes de vitoriosas. Profundas divergências ha entre as nossas e as alegorias clássicas. Os nossos heróis são geralmente civis, as nossas epopéias libertações, as nossas velhas guerras cruzadas, que colimaram em desagrilhoar os povos impacientes de independência, os nossos doutrinadores poetas e apóstolos... D. Pedro I proclama no Ypiranga a emancipação do Brasil e na mesma noite compõe ao piano um hino que a sonoriza; José Bonifacio agradece do exílio uma eleição política na sua "Ode aos baianos"; o 7 de Abril musicaliza-se nas notas fulgurantes da partitura de Francisco Manuel; derroca-se a cordilheira negra, da escravidura que nenhum outro poder lograra ainda abalar, quando Castro Alves atira aos céus o bramido da Cachoeira de Paulo Affonso...

Estes são, no nosso mundo, os símbolos populares. Figuras singelamente humanas; dramas de idéias e abstrações. Não é uma sombra humanidade que se esmaga de encontro às grades da prisão para sorver um raio de luz; é a geração dos fortes e dos livres que se move num meio geográfico espaçoso, opulento e alegre. O que foi acolá agonia, aquí é lirismo. A poesia da vida e o vago idílio ambiente se derramam sobre a política das nações e a literatura que a espiritualiza, sobre o character nacional e a tolerância entre os governos, sobre a soberania dos Estados e os pensamentos das elites. Forjou-se com esses metais a liga pan-americana!

DEFINIÇÃO

Diante da desunida família cosmopolita, para concitá-la a semelhante iniciativa, a fraternidade americana, que Jefferson, Bolivar, San Martin sonharam, de jeito a anteciparem os Estados Unidos cisatlânticos a hipóbole hugoana, cada vez mais improvavel, dos Estados Unidos do globo... Que é a aliança de dois países das tres Américas para a comunhão cor-

dial do direito? Simplesmente a federação dos povos que amam a paz em desafio às malignas influências do nosso tempo que entabulam a guerra. Pois se o conflito é a lei do século, e a conciliação a índole continental, oponhamos a nossa amizade inteligente ao determinismo de um tempo estúpido. Não podemos corrigir o universo, sinão melhorá-lo. Porem está em nossas mãos plantar na América a árvore perene da concórdia. Só nos separam prevenções anacrônicas, presunções perniciosas e nefastos preconceitos. A nossa manhã é de trabalho e produção; os campos virgens convidam o homem e na vastidão destes países semi-povoados não pensará em arremessar-se sobre o eito do vizinho quem ainda não cultivou o próprio. A paz não desce dogmaticamente das consciências, porque sobe insensivelmente da terra: é a sua voz materna que comanda uma atitude de suprema generosidade. E' um imperativo e uma redenção: desarma os paroxismos políticos, para que sejam defensivos e eriadores; e limpa as almas, como no milagre do santo leproso, das nódoas do ódio social, castigo e morte dos que não crêm!

Esta é a América.

GUSMÃO ANTES DE MONROE

Alexandre de Gusmão assim a entendeu, meio século antes de James Monroe. Rodrigo Octavio lembrou essa circunstância impressionante: ministro brasileiro do rei português, o que ele obteve, com o tratado de Madrid, em consonância com a irradiação sertanista dos bandeirantes de São Paulo, já era política e tradição americana. Consistiu a novidade em convencionar-se que, em guerra os reinos da Europa, não estariam a ela obrigadas as colônias, de modo que espanhóis e lusitanos se matassem a vontade na península, sem que siquer se molestassem os moradores de Buenos Aires e do Rio Grande, mansamente entretidos no seu comércio pastoril e na sua galharda aventura gaúcha! Monroe pouco acrescentou à fórmula de Gusmão: estipulando que seria a América inteira ofendida, caso se objetivasse qualquer empresa estrangeira de reconquista, acentuou apenas o traço divisório que o outro riscou intuitivamente, de alto a baixo, no oceano Atlântico. Era uma espécie de neutralidade preventiva e geral: o seu estandarte branco flutua hoje sobre a União fundada pelo secretário Blaine e reformada sob os auspícios do Presidente Roosevelt.

Concentração contra o equívoco, coalisão contra o erro, agrupamento de Repúblicas contra o perigo de desinteligências que o mesquinho ou o oculto interesse sopra nos brazeiros da história, e cujas faúlhas incendeiam por vezes, carbonizam e derrancam as soberbas arquiteturas políticas. Coligação contra a desconfiança; o taboleiro do xadrez diplomático sucedido pela mesa redonda dos cavaleiros; no juramento da boa convizinhança a equidade e a simpatia, em lugar de concorrência e da rivalidade. Os helenos de todas as dispersas e longínquas cidades gregas podiam encontrar-se nas anfitionias conspícuais ou nas olimpiadas apolíneas; para outros cerimoniais de compreensão recíproca os países da América se procuram, juntam e completam.

A NOVA SOCIEDADE DE NAÇÕES

As responsabilidades do Brasil nessa organização de ética internacional são nítidas e históricas. A primeira Conferência pan-americana realizou-se com o nosso pressuroso apoio, numa época em que de Washington nos mandavam dizer que o Império Brasileiro seria de futuro outra Norte América, no tamanho, na prosperidade, na riqueza, e por isso dependia de sua solidariedade a coesão continental. Império éramos, entre todas as repúblicas, que desde Monroe e Alvear censurava aflightamente a variante monárquica e tradicionalista da nossa trajetória política. E não somente ajudamos a construir o edifício do pan-americanismo, como, por atos e palavras, colaboramos sem pausas na sua preservação — para que no templo o lume que não deve extinguir-se continuasse, trêmulo e votivo, a iluminar e aquecer, perpétuo e religioso como o sentimentalismo jurídico que professamos. Hoje, por iniciativa de Franklin Roosevelt, restaura-se, em magnificentes proporções, aquela União.

Tenhamos, portanto, a coragem de prometer:

Não desejamos a cordialidade contemplativa e tímida dos indiferentes, porem, a ação resoluta dos povos jovens. Às energias da destruição oporemos as razões da conservação; às dissolventes da ordem internacional os reativos da paz; ao cepticismo das culturas exaustas a inquietação fecunda do pensamento crédulo; à fatalidade estrangeira a esperança americana. Somos força, espírito e movimento.

O futuro, previu Victor Hugo, é um deus que tigres arrasam... Não têm sentido neste mundo novo as noções de imobilidade, do irreparável, das perplexidades desoladas, da rotina que é a agonia da ação, acidentes da sociedade senil. A biologia social imita a natureza circundante. Não compreendem a nostalgia do crepúsculo os povos que maldrugam; não choram a exterminação dos ídolos os que acabam de fundar, traçando-lhe os invioláveis limites, a "urbe" sagrada! Cremos e afirmamos a nossa fé. Cremos em todos os princípios que alhures a violência desacreditou; cremos na consciência fraterna das nações e no direito que as congrega e protege; na supremacia do ideal; na eterna justiça, que repara, mais dia menos dia, a fraude, o esbulo e a iniquidade; na civilização, que tem as suas leis morais imprescritíveis e soberanas; no império da ordem razoável, que dá aos homens dignidade e ventura; na vocação americana das liberdades, refúgio definitivo da inteligência e do coração, onde os gênios da nova Eva inspiram as honestas decisões da Paz! Cremos em ti, Pan-América, lar imenso e indiviso do idealismo reconstrutor. Cremos em ti, América do Sul, fantástica moldura de raças viris, onde os antigos caminhos da aliança entre as gentes têm idades geológicas, e serpeiam, indelévels e suspensos, sobre as barreiras mais altas e as mais densas selvas da paisagem primitiva. Cremos especialmente em ti, Brasil, miniatura do universo na multiplicidade dos seus panoramas, síntese da humanidade na coloração de suas populações, resumo da História nas emoções do seu desenvolvimento, onde ainda o brasileiro se desvencilha da enredante urdidura de uma natureza que o oprime, e rasga com o seu abençoado otimismo as brumas da hora presente, para fitar a alta luz que o atrai, fanal da América juvenil que lhe coroa de cintilações a fronte altiva e livre! (*Aplausos calorosos e prolongados.*)

O Sr. conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*), agradeceu o comparecimento da bela e numerosa assembléia. Agradeceu especialmente o dos representantes do Sr. ministro das Relações Exteriores e da Embaixada dos Estados Unidos. Agradeceu também especialmente o do dr. Reynaldo Porchat, insigne paulista, ou antes insigne brasileiro, digníssimo reitor da Universidade de São Paulo, joven e já prestigiosa instituição, destinada a fazer de sua sede a capital do ensino

superior no Brasil. Agradeceu ainda a excessiva benevolência com que o tratou o seu querido amigo dr. Nelson de Senna. Disse s. ex. que falaria em nome de Minas Gerais. S. ex., na realidade, pode sempre representar o glorioso Estado, como o tem feito brilhantemente no magistério, nas letras, na imprensa e no Congresso Nacional, donde todos deploram vê-lo agora afastado, desejando que o seja por pouco tempo.

Encerrou o sr. conde de Affonso Celso a sessão, que denominou de notavel, porque, na sua primeira parte, fulguraram generosidades e, na segunda, altas idéias, enunciadas de modo magnífico, erguendo caloroso salve às 22 unidades da Federação Brasileira, da qual haviam falado as vozes autorizadas de um pernambucano, de um riograndense do Sul, de um baiano e de um mineiro, como num símbolo de união, e às 21 nações componentes do Novo Mundo, constelação, tanto aquelas como estas, de imenso esplendor. (*Longos applausos.*)

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Virgilio Corrêa Filho, servindo de 2º secretário.



ANEXOS

OS INCONFIDENTES MINEIROS

UMA SUGESTÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO

Em data de ante-ontem, o sr. conde de Affonso Celso, presidente perpétuo do Instituto Histórico, dirigiu ao sr. Getulio Vargas, Presidente da República e presidente honorário daquela associação, o seguinte officio:

“Exmo. sr. dr. Getulio Vargas, m. d. Presidente da República e presidente honorário do Instituto Histórico. O Instituto Histórico tem a honra de congratular-se vivamente com v. ex. pelo decreto de 21 do corrente, relativo à repatriação dos despojos mortais dos Inconfidentes Mineiros, inhumados no solo africano.

O júbilo do Instituto é tanto maior quanto numerosas vezes tem ele se occupado de Tiradentes e seus companheiros, conforme atestam os annaes da *Revista*, quasi secular, de que acaba de apparecer o volume 166.

Em Fevereiro do anno passado dirigiu-se ele ao Ministério das Relações Exteriores, a propósito da repatriação que acaba de ser felizmente resolvida por v. ex.

Na sessão de 20 de Abril de 1923 foi oferecida e justificada pelo abaixo assinado e unanimemente aceita a seguinte proposta:

“Os antigos erigiam, mais do que estátuas, arcos de triumpho, com baixos relevos e inscrições, para consagrar a lembrança de feitos particularmente memoráveis, a glória de excepcional vencedor. Mereceram-no Scipião, o Africano,

Fabio Maximo, Tito, Setimo Severo, e, mais modernamente, Luiz XIV e Napoleão.

A memória das sangrentas conquistas deste último, dedicaram-se os dois tão famosos do Carroussel e da Estrela. No da Estrela, gravaram-se os nomes de 386 generais das guerras da República e do Império. Sob ele jazem hoje os despojos do soldado desconhecido.

Tiradentes merece um arco de Triunfo, em que se insculpam também os nomes de seus companheiros de ideal e de sofrimento, o de Felipe dos Santos, os dos mártires da revolução pernambucana de 1817, o de todos quantos pagaram com a vida o protesto e a revolta contra a metrópole madrastra que, na frase insuspeita de Oliveira Martins, tudo sugava da colônia que a sustentava e era tratada como vil feitoria.

No Arco Triunfal de Tiradentes deve avultar o preto a dois belos vultos simbólicos: o de um negro cativo e o de uma mulher, freira.

São: 1º, Nicolau, o fidelíssimo escravo de Domingos Vieira, significando as virtudes e o concurso da raça africana na civilização material e moral do Brasil; 2º, Joanna Angelica, a religiosa assassinada pela tropa lusitana, na Baía, em Fevereiro de 1822, representando as mesmas virtudes e o mesmo concurso, por parte da mulher e da religião.

E o Arco Triunfal de Tiradentes levantar-se-á no terreno tomado ao oceano, onde, comemorando o Sete de Setembro, presentemente pompeia a Avenida das Nações.

E no seu frontespício ler-se-á: "*Gratidão da Pátria aos mártires, heróis e precursores da Independência, imorre-doura e intangível, como a União e a Integridade nacionais.*"

O Instituto pede vênia para respeitosamente colocar sob o alto e patriótico espírito de v. ex. a idéia aventada, que já foi submetida, sem andamento, à Câmara Municipal desta cidade.

Sirvo-me da oportunidade para reiterar a v. ex. as seguranças da minha elevada consideração. — *Conde de Affonso Celso.*"

SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA, EM 13 DE MAIO DE 1936
(SESSÃO 1.617*)

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

Às 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Luiz Felipe Vieira Souto, Francisco Radler de Aquino, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, José Maria Moreira Guimarães, Manuel Tavares Cavalcanti, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Wanderley de Araujo Pinho, Basilio de Magalhães, Virgilio Corrêa Filho, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt e monsenhor Frederico Lunardi.

Justificou a ausência o sócio sr. Alfredo Ferreira Lage.

O sr. Fleiuss (1º *secretário perpétuo*) leu a ata da sessão anterior, realizada a 14 de Abril, a qual foi, sem discussão, aprovada unanimemente.

O sr. Vieira Souto (2º *secretário*) leu das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O sr. Fleiuss (1º *secretário perpétuo*) disse que era grato recordar que um dos grandes batalhadores da abolição, talvez único que sobreviva dos que obtiveram a passagem, na Câmara dos Deputados, da lei, naqueles curtos dias de maio de 1888, é o brasileiro notável que tão galhardamente preside ao Instituto, o conde de Affonso Celso, que mercê de Deus, por muitos anos ainda viverá, para gáudio de nossa Pátria e dos que o admiram e estimam. (*Longos aplausos.*)

Disse ainda o sr. secretário perpétuo que o sr. Alberto Carlos Newman, da Casa Editora W. M. Jackson, desta capital, ofereceu pessoalmente ao Instituto os cinco volumes, nitidamente impressos e encadernados, da *História do Brasil*, do saudoso e ilustrado membro do Instituto, sr. Rocha Pombo. Notou que algumas legendas das estampas encerram equívocos e que a reprodução de vários quadros históricos não trás o nome dos autores. Tudo isso salientou ao sr. Newman, que prometeu mandar fazer as corrigendas em outras edições.

Continuando com a palavra, o sr. secretário perpétuo disse haver recebido do Ibero-Amerikanisches Institut, de Hamburgo, um trabalho denominado *Geographie und Geschichte der Indianischen Landwirtschaft*, do dr. Karl Sapper, o qual lhe pareceu muito interessante. Bastará, para avaliá-lo, ler as epígrafes dos capítulos:

Influências pre-colombianas (do Pacífico) sobre a lavoura dos indígenas antigos.

A transformação da agricultura indígena, sob a influência europeia, africana e asiática.

a) *Maior expansão das plantas úteis e dos animais domésticos dos antigos indígenas pelos europeus em terra americana;*

b) *Introdução de plantas úteis e animais domésticos do velho mundo para a América: importação da Europa — Influências africanas — Contribuições da Ásia — Resumo — Utensílios europeus — Repartição dos campos;*

c) *A reação da antiga agricultura americana sobre a dos emigrantes do velho mundo;*

d) *A reação da agricultura dos antigos indígenas sobre o velho mundo.*

Por último, o sr. secretário perpétuo leu a seguinte indicação do sr. Rodrigo Octavio:

“O ilustre historiador argentino embaixador Roberto Levilier apresentou à Sociedade das Nações, em setembro de 1935, um projeto tendente a ser feita a publicação de uma coleção de obras originais por colaboração internacional, sobre: a) *Las turas indígenas de América*; b) *História da América desde os grandes descobrimentos até os princípios do século XVII*.

Essa iniciativa, aceita pela Sociedade das Nações, tem merecido o apoio de diversas instituições culturais latino-americanas, sendo que entre nós esse apoio já foi manifestado pela Academia Brasileira e pela Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Tenho a honra de apresentar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um exemplar da proposição, onde se encontra um projeto do plano provisório da obra. Da leitura desse plano se evidencia, desde logo, sua grande deficiência em relação à parte correspondente à América portuguesa.

Requeiro que seja nomeada uma comissão para estudar a matéria, de alta relevância, afim de que: a) opine sobre:

a conveniência de apoiar o Instituto Histórico a iniciativa; no caso afirmativo:

b) completar a parte relativa à América portuguesa, na proporção em que o programa foi desenvolvido quanto às outras partes da América.

Rio, 13 de maio de 1936. — *Rodrigo Octavio.*"

O sr. conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) declarou que posteriormente nomearia a comissão.

O sr. conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) disse que era para o Instituto Histórico grande motivo de júbilo e desvanecimento a honrosa visita com que o distinguiram representantes do Congresso em tão boa hora promovido e com tamanho fulgor realizado pela Academia Carioca de Letras, à qual apresentava calorosas congratulações por esse cometimento, de óbvio valor espiritual e patriótico. Agradeceu aos ilustres visitantes, especialmente aos delegados dos Institutos Históricos estaduais, cingindo-os a todos em cordialíssimo afetuoso amplexo.

As unidades componentes da comunhão brasileira, continuou, são como as estrelas de uma constelação ou as ilhas de um arquipélago, cada qual com a sua órbita própria ou situação particular, mas formando todas um agrupamento ligado por vínculos indissolúveis, atados por mil condições naturais, preestabelecidas pelo Supremo Creador e Ordenador. São como os vários instrumentos de uma orquestra imanente, destinados a dar notas individuais, contribuindo todos, porém, concatenados, simultânea e solidariamente, para o conjunto harmonioso. Executem esplêndido hino no universal concerto. Esse hino é o nacional, que nos enleva, nos entusiasma, nos impele impávidos aos sacrifícios máximos, aos combates, os únicos combates admissíveis. — os do Progresso, os do Bem contra as múltiplas modalidades do Mal...

O Instituto Histórico semelhava, naquele feliz momento, o patriarca que acolhe próximos parentes amigos, no seu lar tradicional. Comovido saudava-os, abraçava-os, e, com a autoridade de sua senectude secular, abençoava-os, impetrando para eles e para a Mãe comum — a Pátria — infinitas graças do Senhor. (*Aplausos.*)

Prosseguindo, o sr. conde de Affonso Celso disse que a data do dia era a do 48º aniversário da lei que declarou extinta a escravidão no Brasil, data que já figurou entre as festas nacionais e que permanecerá perenemente gloriosa nos

fastos humanos. Não podendo celebrar os nomes de todos quantos para ela contribuíram, o Instituto curvava-se reverente ante a memória de Isabel, a Redentora e as dos eminentes consócios João Alfredo e Joaquim Nabuco.

Também a data era a do centenário do restabelecimento da ordem, da paz e da legalidade na província do Pará, dominado o movimento da Cabanagem que, aliás, não propugnava o rompimento da união nacional. Paz, ordem, legalidade, união constituem lemas cardiais do Instituto. Daquele acontecimento ia tratar a consagrada proficiência do Professor Basílio de Magalhães, a quem o sr. Presidente, antecipando justos aplausos, transmitiu a palavra. (*Palmas.*)

Em seguida, o sr. Basílio de Magalhães proferiu a seguinte conferência, que foi calorosamente applaudida:

A "CABANAGEM"

I) "*Cabanos*" — "*Cabanada*" e "*cabanagem*"

O interregno da Regência foi para o Brasil, politicamente, uma convulsão ininterrupta. A atitude de d. Pedro I, principalmente de 1828 a 1834, desdobrada em ostensivos esforços para que a filha (depois d. Maria II) recuperasse o trono de Portugal, usurpado então por d. Miguel, e a abdicção, a que evidentemente foi coagido, pela revolução de 7 de Abril, o proclamador da nossa independência, reacenderam no povo brasileiro, de envolta com algumas tentativas retrógradas, as chamas daquele acendrado nativismo, que cintilaram no começo e no fim do século XVIII, e de cujo rescaldo ainda crepitaram as explosões republicanas de 1817 e 1824 em Pernambuco.

Foi no período regencial que esta cidade, corte do império e cérebro do Brasil, viveu em constantes sobressaltos, devidos às "rusgas" ou quarteladas, oriundas da indisciplina da tropa — pois d. Pedro I tinha sido sempre um negligente aplicador do código do conde de Lippe — e as forças armadas, naquele angustioso momento da nossa evolução histórica, estavam sendo aliciadas para pronunciamentos políticos, tanto pelos partidários do federalismo e das idéias democráticas mais adiantadas, quanto pelos que desejavam a restauração do monarca deposto, já considerado, então, com o nome de d. Pedro IV, novo e legítimo titular do trono português.

Foi no período regencial que irromperam sucessivas rebeliões, militares e populares, umas acentuadamente monárquicas e outras confessadamente republicanas, em quasi todas as províncias do Brasil: na Baía, de 1831 a 1835 (quando houve também o levante dos nagôs), e de 1837 a 1838, esta última com a denominação vulgar de “Sabinada”, por ter tido como chefe o dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira; em Pernambuco e Alagoas, de 1831 a 1835, a “setembrizada”, a “abrilada” e a “cabanada”; no Ceará, de 1831 a 1832, o movimento “restaurador”, capitaneado por Joaquim Pinto Madeira; no Maranhão, os motins de 1831 a 1832, seguidos, mais tarde, do tremendo movimento armado da “Balaiada”, que durou de fins de 1838 a meados de 1840; em Minas Gerais, a arrancada de 1833 contra Bernardo de Vasconcellos; e em Mato Grosso a hecatombe chamada dos “mata-emboabas”, em 1834.

Foi ainda no período regencial que rebentaram, em duas províncias lindeiras da nossa Pátria, as mais violentas manifestações de federalismo, transformadas em nativismo e republicanismos à *outrance*, que tiveram mais longa duração e, por isso mesmo, mais sangue derramaram no solo brasileiro: — a “cabanagem”, iniciada com as rivalidades entre “filantrópicos” e “caramurús”, em 1831, de posse do governo, *manu militari*, desde 7 de janeiro de 1835 até 13 de maio de 1836, e somente apaziguada a 25 de março de 1840; e a guerra dos “Farrapos”, que constituiu séria ameaça à unidade política do império e ao trono de d. Pedro II, desde 1835 até 1845.

O apelativo “cabanos” depara-se-nos, pela primeira vez, em nosso anais, para designar os insurgentes que, em Alagoas e Pernambuco, se bateram, desde 1832, pela restauração de d. Pedro I, contra as forças armadas da Regência, as quais chegaram ali a cerca de 6.000 homens. Apesar de tão considerável exército, só se conseguiu a pacificação daquele singular e demorado movimento político em novembro de 1835, graças à decisiva intervenção do bispo de Olinda, d. João da Purificação Marques Perdigão. Foi um episódio bastante parecido com o que havia de tragicamente celebrar, no crepúsculo do século passado (1893-1897), os sertões baianos de Canudos.

Felix Fernandes Portella, em criteriosa monografia, inserta na “Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano” (vol. X, n. 58, pags. 425-445), diz que “a setembrizada, a abrilada e a cabanada tinham um só fim, e

esse fim era a volta de Pedro I". Provavelmente o epíteto menosprezante de *cabanos* partiu dos soldados da legalidade, que os combatiam, e proveiu, certamente, de serem os rebeldes daquela região pobres roceiros, moradores em cabanas ou ranchos de sapé. E, como prova do influxo da analogia nessas designações fortuitas, basta dizer que a um contingente dos mesmos insurretos, formado de negros, escravos fugidos, deu-se a alcunha (até hoje sem assento em nossos léxicos de brasileirismos) de "papa-méis", porque dos favos das abelhas era que tiravam, nos matos, o melhor da sua alimentação.

Por um documento inserto nos "Traços cabanos" (Belém, 1936) — livro em que o sr. Jorge Hurley enfeixou grande número de elementos probantes, extraídos do antigo arquivo da província do Pará, verifica-se que o título depreciativo, dado aos revoltosos daquela região, no período regencial, já era corrente ali em fins de 1834. Assim é que o dr. Angelo Custodio Correia, então major comandante da guarda nacional de Cametá, dirigindo-se oficialmente ao presidente Bernardo Lobo de Sousa, a este informava em 8 de novembro de 1834: — "Corre o boato que Muanãa está em armas para sustentar a criminosa pretensão dos Cabanos do Acará..." (ob. cit., pag. 276).

Domingos José Gonçalves de Magalhães (depois visconde de Araguaia), em sua "Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840" (publicada primeiramente na "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.", vol. X, pags. 263-362, e, pouco depois, num opúsculo hoje bastante raro, editado em São Luiz do Maranhão, 1858), referindo-se aos dois partidos que se degladiavam em 1838 e que deram ensejo à irrupção da "Balaçada", o dos *bemtevis* (assim chamado do nome do periódico "Bemtevi", redigido por Estevam Rafael de Carvalho) e o dos *cabanos*, explica em nota, pela maneira seguinte; este último apelativo: — "Esta denominação lhes foi dada pelo contrário partido, em tempo da presidência do senador Antonio da Costa Ferreira, por analogia aos *cabanos* rebeldes do Pará. Chamam-se *cabanos* naquela província os sertanejos ou habitantes das cabanas, gente rústica e feroz, que, capitaneada pelos Vinagres e Eduardos (*sic*), causaram a desgraça do Pará em 1834 e 1835. De Pernambuco passou esta denominação de *cabanos* para o Pará, e dali para o Maranhão" (pag. 22 da *separata* acima citada). Note-se que Antonio

Pedro da Costa Ferreira (depois barão de Pindaré) presidiu ao Maranhão de 21 de Janeiro de 1835 a 5 de Maio de 1837.

Gonzaga Duque, em seu trabalho "Revoluções brasileiras" (Rio, 1898), no capítulo "Os cabanos do Pará (1834-1836)", assevera o seguinte: "Esta denominação provém dos bandos de índios, moradores em palhoças e cabanas, rebeldes em Pernambuco e Alagoas, por espaço de tres anos"; e a explicação, que dá, de aplicar-se a denominação a um dos partidos maranhenses, é evidentemente a mesma de Gonçalves de Magalhães.

O dr. Bernardino José de Sousa, em seu utilíssimo volume consagrado à "Onomástica geral da geografia brasileira" (Baía, 1927), também se refere ao vocábulo "cabano" e aos seus derivados.

Em seu "Dicionário de vocábulos brasileiros", o visconde de Beaupaire-Rohan explica que o nome "cabano" fôra dado "a todo aquele que se havia envolvido na revolta conhecida pelo nome de *cabanada*, tanto em Alagoas e Pernambuco, como no Pará"; e a mesma asserção ainda se encontra no verbete que consagrou a definição de "*cabanada*".

Antes de Beaupaire-Rohan, já Braz da Costa Rubim, em seu "Vocabulário brasileiro", afirmara o seguinte: — "*Panellas*, assim se denominou uma rebelião na província de Alagoas; também lhe chamaram *cabanada*".

Finalmente, o erudito padre Carlos Teschauer, em seu "Novo dicionário nacional", perfilha a denominação de "*cabanada*" tanto para a insurreição popular de Alagoas e Pernambuco, quanto para a do Pará (cujas datas, infelizmente, não regista com acerto), e define "*cabanagem*" como "partido dos cabanos, ato de cabano, selvageria".

Assim devia ser. Mas a verdade é que "*cabanada*" e "*cabanagem*" tomaram a mesma acepção política, servindo, todavia, a primeira para designar o movimento de *Panellas*, estendido imediatamente a uma vasta região das províncias de Pernambuco e Alagoas, e applicando-se a segunda à longa luta civil que ensanguentou a Amazônia.

E' fora de dúvida que os nomes dos partidos em degladição no Pará, desde o ano da abdicação de d. Pedro I, "filantrópicos" ou "federalistas" e "caramurús" ou "restauradores", foram substituídos, depois do falecimento do ex-imperador do Brasil (ocorrido em 24 de setembro de 1834), pelos de "cabanos" ou "vinagres" e "bicudos" ou "marinhei-

ros". Quando isto se deu, ainda durava a insurreição sertaneja de Pernambuco e Alagoas, com a qual os revoltosos do Pará e da comarca do Alto-Amazonas não tinham comunhão ideológica. Assim, tomaram estes o título de "cabanos" (si é que o mesmo não lhes foi dado depreciativamente pelos portugueses) apenas como um nome de guerra, à semelhança do de "farrapos", que se havia de perpetuar, por aquela mesma época, na formidável campanha gaúcha, pois os vocábulos "farrapos" e "farroupilhas" (este também simultaneamente empregado na mesma região) não passavam de tradução metonímica do pejorativo "gueux", o qual não impediu que os batavos, rebelados em fins do século XVI, sacudissem heroicamente o jugo da Espanha.

O padre Galanti ("Compêndio de História do Brasil", vol. IV, pag. 408), preferiu o termo "cabanagem" para designar, quer o movimento restaurador surto em Panelas, quer a revolta federalista e nativista do Pará. Mas o certo é que ao primeiro sempre deram o nome de "cabanada" quantos o mencionaram em letras de imprensa, ao passo que a luta civil da nossa província do extremo-norte recebeu quasi unanimemente, dos que a estudaram totalmente ou parcialmente *in loco*, o rótulo de "cabanagem", qual se pode ver em Raiol ("Motins políticos", vol. V, pag. 434), nas "Cenas da cabanagem no Tocantins", de Domingos Soares Ferreira Penna, nas "Scenas da cabanagem no Amazonas", de Bento Aranha, na "História do Amazonas" (pag. 163), de Arthur Cesar Ferreira Reis e nos dois volumes "A cabanagem" e "Traços cabanos", agora publicados pelo sr. Jorge Hurley.

Aceitando semelhante distinção, meramente empírica, mas de inegável vantagem pedagógica para a nossa história, vamos sumariar as causas, feitos e efeitos da "cabanagem".

II) Causas da "cabanagem"

Pertencente ao antigo Estado do Maranhão — creado por Philippe III em 1621 e dissolvido por Pombal em 1775 — o Grão-Pará (do qual fazia parte a capitania, depois comarca, de São José do Rio Negro, comarca do Alto-Amazonas em 1833 e por fim província do Amazonas em 1830) merecera sempre particular atenção da coroa lusitana, como, posteriormente, da brasileira. Tanto assim que foi a única província

nossa a figurar no título do segundo herdeiro presuntivo do trono do Brasil.

De todo o nosso vastíssimo território, o ponto mais próximo da capital portuguesa era o Grão-Pará, banhado pela maior bacia fluvial do mundo e descendo alguns dos afluentes da margem esquerda do seu rio-mar ou dos confins de possessões européias ou da orela de repúblicas de origem espanhola.

Belém foi a primeira cidade brasileira a que chegou a notícia da revolução constitucionalista portuguesa de 1820. O paraense Philippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente (uma das personalidades mais singulares, a começar pelo tamanho do nome, da nossa história e da nossa literatura), que cursava então a universidade de Coimbra, partiu de Lisboa para o Brasil em fins de 1820, e veio promover em Belém, a 1 de janeiro de 1821, uma sedição militar, que constituiu ali novo governo, sob a presidência do futuro arcebispo da Baía, d. Romualdo Antonio de Seixas (depois conde e marquês de Santa Cruz), natural de Cametá. Em meio de prisões, deportações e anistias, formaram-se logo ali dois partidos: um, em que predominava o elemento genuinamente brasileiro, o qual aspirava à independência da Pátria; e o outro, em que dominava o elemento lusitano, o qual era favorável à união do Grão-Pará com a metrópole de além-mar. No mesmo ano de 1821, tendo retornado a Portugal, publicou Patroni em Lisboa (editou-as o seu amigo Daniel Garção de Melo, depois estabelecido com tipografia em Belém) as "Peças interessantes, relativas à revolução efetuada no Pará, afim de se unir à sagrada causa da regeneração portuguesa".

O regresso da família real, em 1821, para a terra de Affonso Henriques, deu ensejo a que as províncias do Maranhão e do Pará ficassem sob um verdadeiro regime de terror, implantado ali pelo general português Bernardo da Silveira. O Pará, entretanto, elegeu tres representantes efetivos e um suplente, destinados às côrtes constituintes de Lisboa, tendo para lá seguido em 1822, como um dos seus deputados, o bispo d. Romualdo de Sousa Coelho, tio de d. Romualdo Antonio de Seixas, e, como este, uma das glórias autênticas da nossa circunscrição política do extremo-norte.

As duas facções, surtas no Pará, enfrentavam-se cada vez mais acirradamente. Novas rixas sangrentas foram tra-

vadas em Belém, nos anos de 1822 e 1823, tendo então sofrido dos seus adversários as mais insólitas perseguições o padre João Baptista Gonçalves Campos, que era ali o "supremo árbitro" do partido da independência do Brasil, conforme bem o qualificou o dr. Palma Muniz ("Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará", vol. IV, pag. 192).

As circunstâncias de haver o Pará pertencido ao antigo Estado do Maranhão e de predominar em sua capital o elemento lusitano influíram sobremaneira nos trágicos successos de 17 de outubro de 1823, que deixaram profundos sulcos de indelevel mágua no espírito dos paraenses. Receava-se que o antigo Estado do Maranhão quizesse conservar o "lealismo" à coroa portuguesa, a exemplo do que acontecera na América do Norte, com relação à Inglaterra, pois o Canadá deixou de acompanhar as treze colônias britânicas, por ocasião do movimento solidário destas para a conquista da emancipação política de 1776. E daí a atuação de Cochrane e de Grenfell naquelas nossas duas províncias do extremo-norte, para cumprirem as instruções recebidas de José Bonifácio.

Comandando o brigue *Maranhão*, fundeou Grenfell em frente a Belém, a 11 de agosto de 1823. No mesmo dia, foi efetuada a adesão da província à independência, solenemente proclamada, ali, em 15 do mesmo mês. E, a 17, procedeu-se à eleição de uma nova Junta Governativa de cinco membros: Giraldo José de Abreu, presidente; capitão José Ribeiro Guimarães, secretário; cônego João Baptista Gonçalves Campos, porta-bandeira; Felix Antonio Clemente Malcher e capitão João Henriques de Mattos, vogais. Não tardou, contudo, a lavrar a discórdia no seio da mesma, porque o cônego Campos e Malcher queriam que se prendessem e exterminassem todos os portugueses residentes em Belém e, embora não contassem com o apoio dos seus tres outros companheiro de governo, promoveram o levante popular de 15 de outubro. Grenfell jugulou facilmente a arruaça, restabeleceu a autoridade da Junta, e, dois dias mais tarde, a pedido desta, mandou encerrar nos porões do brigue *Diligente*, rebatizado com o nome de *Palhaço*, a 256 prisioneiros, todos brasileiros-exaltados, dos quais somente escaparam com vida quatro, constando que para tão sinistro desfecho muito concorreu a água que lhes foi fornecida, previamente envenenada pelo boticário João José Calamopim, com o auxilio de Bernardo José Carneiro, fervorosos amoucos da facção lusitana. Vencido, o cônego Campos perdeu o seu lugar na Junta

Governativa, na qual foi substituído pelo dr. Antonio Correia de Lacerda, e esteve na iminência de ser fuzilado sumariamente; salvou-o, porem, Grenfell, que o remeteu para esta capital, onde o valente sacerdote nativista foi encarcerado na fortaleza de Santa-Cruz. Posto, logo após em liberdade — pois foi absolvido e d. Pedro I até o agraciou com um título honorífico — regressou ao Pará, indo ser de novo ali a alma dos sucessos políticos que tornaram a abalar a província, quer por ocasião da tentativa de adesão da mesma à Confederação do Equador, em 1824, quer durante a insubordinação de Cametá, irrompida no mesmo ano, movimentos esses em que ainda mais se acentuou o rancor votado aos portugueses pelos brasileiros genuínos, daquela região, consoante o evidenciou o dr. Palma Muniz, em seu magistral estudo sobre “Grenfell na história do Pará” (“Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará”, tomo X, pags. 141-157).

Da abdicação de d. Pedro I resultou para a nossa província do extremo-norte nova e ainda mais intensa agitação política, que lhe penetrou até ao âmago das camadas sociais. Ao espírito nativista sobrepôs-se o halo do federalismo. E’ o período das agremiações partidárias. Da “Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica”, fundada então em Belém pelo cônego Baptista Campos, promanou a denominação de “filantrópicos”, dada ali aos liberais brasileiros, transmutada logo em “federalistas” e por fim em “cabanos” ou “vinagres”. Aos portugueses, como já vimos, applicavam os seus adversários as etiquetas políticas de “caramurús” ou “restauradores”, trocadas, depois da morte de d. Pedro I, pelas de “bicudos” ou “marinheiros” e, ainda em certas ceulemas populares, pelas de “maçons” e “pés-de-chumbo”. No governo de Machado de Oliveira (1832-1833), fundou este em Belém a “Sociedade Federal Paraense”. E, ainda no ano de 1833, surgiu tambem na capital do Pará a “Sociedade das Novas Amazonas ou Iluminadas”, sem dúvida o primeiro grêmio exclusivamente feminino, de finalidade política, instalado em nossa Pátria. Estampou-lhe Raiol (ob. cit., vol. II, pags. 201-215) os estatutos e até o hino, da seguinte quadra, do qual se infere o duplo e contrastante papel a que se destinavam então as damas paraenses:

“Fechado de Jano o templo,
Damos provas de amorosas;
Mas, si Jano as portas abre,
Nos tornamos belicosas!”

Como se deduz de tais versos e do que expuzemos pouco acima, achava-se aquela região transformada em um imenso acampamento irrequieto, a que nem sequer faltavam novas Penthesiléas e Talestris, dispostas a tornar realidade a visão ilusória de 1541, atribuída ao descobridor do nosso rio-mar.

Houve também quem dissesse, por aquela mesma época, que o Pará “parecia não pertencer ao império do Brasil”. Com efeito, ainda existia naquela província uma espécie de escravidão medieval — a dos índios e mestiços — os quais, apesar de livres perante a constituição política do império, estavam sendo explorados, como servos da gleba, pelos grandes proprietários agrícolas, nas chamadas “Fábricas nacionais” e “Roças comuns”. Estas últimas, entretanto, estavam, pelo nome, como que a indigitar uma precoce experimentação de bolchevismo.

Durante o primeiro império, teve o Pará tres presidentes: José de Araujo Rosa, de 1824 a 1825; José Felix Pereira de Burgos (depois barão de Itapecurú-mirim), de 1825 a 1828 e de 1830 a 1831; e Paulo José da Gama (depois barão de Bagé), de 1828 a 1830.

Após a abdicação de d. Pedro I, a presidência do Pará foi confiada a Bernardo José da Gama (depois visconde de Goiana), que a exerceu somente de 19 de julho a 7 de agosto de 1831; teve ele por substituto ilegal o dr. Marcelino José Cardoso e por sucessor legítimo o coronel José Joaquim Machado de Oliveira, cujo governo se estendeu de 27 de fevereiro de 1832 a 4 de outubro de 1833, porque o desembargador José Mariani, nomeado para substituí-lo em começos de 1833 e tendo chegado a Belem a 6 de abril do mesmo ano, não logrou tomar posse de seu alto cargo; e, finalmente, com o governo de Bernardo Lobo de Sousa, iniciado a 4 de dezembro de 1833, encetava a “cabanagem” a sua lóbrega atividade.

Era Burgos o presidente e Andréa o comandante das armas da província do Pará, quando chegou ali a notícia da abdicação de d. Pedro I. Deu-se logo em Belem um pronunciamento de quartéis, que visava a depor aquelas autoridades. Mas esse motim foi imediatamente abafado por soldados e paisanos, fiéis à legalidade.

A 19 de julho de 1831, tomaram posse, ali, dos cargos de presidente e comandante das armas, o barão de Goiana e o coronel José Maria da Silva Bittencourt. Contra o futuro visconde de Goiana insurgiu-se, menos de vinte dias depois, a tropa local, que, mercê do apoio do coronel Bitten-

court, o depôs facilmente, entregando o governo ao dr. Marcelino José Cardoso, *persona-grata* dos chefes "caramurús". Foi, portanto, um triunfo alcançado ali pelo elemento português, esse de 7 de agosto de 1831, em consequência do qual foram presos e deportados: para o Rio de Janeiro, o depois visconde de Goiana; e para o longínquo interior do Amazonas, o cônego Baptista Campos. Mas o intrépido levita fugiu da nau que o transportava e conseguiu fazer-se reconhecer, em Óbidos e em algumas vilas amazonenses, como a autoridade legítima de todo o Grã-Pará, pois era o membro mais votado do conselho da província, e, por isso, o vice-presidente dela, *ex-vi legis*.

A estes acontecimentos é que se liga a primeira tentativa de emancipar-se do Pará, afim de constituir-se em província, a comarca de São José do Rio Negro. Tal empreitada tem sido atribuída ao cônego Baptista Campos. Mas parece que foi tramada, sem intervenção alguma do dito chefe nativista, pelos frades carmelitas Ignacio Guilherme da Costa, Joaquim de Santa-Luzia e José dos Santos-Inocentes, todos eles brasileiros. Este último, o mais esforçado e talvez o mais inteligente dos tres, — e descrito como nada inocente pelo sábio que descobriu, com Darwin, o princípio da seleção natural, o celebre cientista inglês Alfredo Wallace, em seu interessante livro "Travels on the Amazon and Rio Negro" (2ª ed., págs. 157), — entrou em entendimento com Antonio Luiz Patricio da Silva Manso (então secretário do governo de Mato Grosso e cuja biografia esboçamos em 1919), para obter o apoio da Regência, o que não conseguiu. O ativo cogulado recebeu até uma censura oficial do então ministro do Império, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (depois visconde de Sepetiba), e a ereção da antiga capitania de São José do Rio Negro à categoria de província só se realizaria dezoito anos mais tarde. A sublevação separatista, estalada na então Barra do Rio Negro em 22 de junho de 1832, foi debelada, a 10 de agosto do mesmo ano, pelas forças para ali enviadas pelo novo presidente do Pará, empossado a 27 de fevereiro de 1832. José Joaquim Machado de Oliveira, que puzera termo ao governo ilegal do dr. Marcelino José Cardoso. Coube-lhe também dar execução ao Código do Processo Criminal, de 29 de novembro de 1832, pelo qual toda a vasta província brasileira do extremo norte foi dividida em tres comarcas: a Grão-Pará, a do Baixo-Amazonas e a do Alto-Amazonas. Esta última compreendia então quatro ter-

mos: Manáos (antiga Barra do Rio Negro), Tefé (antiga Ega), Luzéa (antiga Maués) e Mariuá.

Um dos mais hábeis presidentes que teve o Pará, naquele período de frequentes e graves agitações políticas, foi, inquestionavelmente, o coronel José Joaquim Machado de Oliveira, depois promovido a general de brigada. O ilustre paulista, — que honrou o quadro social deste nosso Instituto tendo deixado grande número de excelentes trabalhos, ainda hoje lidos e consultados com proveito, sobre história, geografia, etnologia e assuntos econômicos, e cuja descendência lhe tem dignamente continuado as brilhantes tradições intelectuais, desde Brásio Machado até aos dois Alcantaras Machados, — conseguiu, pela criação da “Sociedade Federal Paraense” e por outros não menos idôneos meios, conquistar as simpatias e o franco apoio do partido brasileiro, nativista e federalista, acaudilhado ali pelo cônego Campos, posto no conselho presidencial. E foi por isso que este não permitiu tomasse posse o desembargador José Mariani, sucessor de Machado de Oliveira, em começos de 1833. E foi por isso que se ensanguentaram de novo as ruas de Belém, a 16 de abril de 1833, saindo vencedora da refrega a facção do cônego Campos, tendo sido derrotados os “caramurús”, dos quais era destemido guieiro o rico português Joaquim Affonso Jales. Mariani viu-se coagido a regressar para o Rio de Janeiro (donde, logo depois, foi despachado presidente do Rio Grande do Sul, que governou até maio de 1834, continuando na administração do Pará o coronel Machado de Oliveira, à espera de outro e mais feliz sucessor. O egrégio filho da terra dos bandeirantes agiu sempre ali de modo elevado e inteligente, quer quando teve de opor-se a certas exigências descabidas do cônego Baptista Campos, quer quando precisou de defender-se de acusações que lhe assacou o desembargador Mariani (veja-se o folheto que, com semelhante objetivo, foi por ele então publicado na capital paraense). Deixando aquele governo a 4 de dezembro de 1833, — data em que tomou posse da presidência Bernardo Lobo de Sousa, — ia o Pará, por causa da inépcia deste, mergulhar-se na mais desastrosa anarquia, isto é, na feroz e estirada guerra civil, que dominou toda a província até 1840.

Não obstante o severo juízo de Rocha Pombo (“História do Brasil, vol. VIII, págs. 345-346 e 382) sobre Machado de Oliveira, pensamos que ao tino do eminente paulista é que se deve não ter mais cedo o federalismo do Pará degenerado ali na sanha facinorosa da “cabanagem”.

III) Surto e feitos da "cabanagem".

Bernardo Lobo de Sousa (tirado da câmara temporária, onde representava a Paraíba, e sem prática alguma de administração provincial, ao contrário do que afirmam Galanti e Rocha Pombo, fiados, demais da conta, em Raiol) e seu companheiro, o coronel Joaquim José da Silva Santiago, veterano das guerras do sul, removido de Pernambuco para o mesmo cargo de comandante das armas no Pará, foram recebidos com pouca simpatia pelo elemento brasileiro da nossa circunscrição política do extremo norte. Enfatuados e arrogantes, não tardaram os dois, por seus atos imprudentes, a semear tufões, precursores de tétricas procelas. Como o novo presidente ostentasse, em meio ao cabelo ainda negro que lhe emoldurava a fronte, um topete de fios brancos, recebeu logo dos federalistas a alcunha de "Malhado", pela qual ficou dali por diante conhecido em Belém.

As primeiras desinteligências de Lobo de Sousa deram-se com o clero da capital paraense, particularmente com o estimado bispo d. Romualdo de Sousa Coelho, por questões de pragmática e de maçonaria. Indispôs-se também, desde logo, com o cônego Baptista Campos, tendo confiado a um rancoroso inimigo deste, o padre Gaspar de Siqueira Queiroz, a direção intelectual do "Correio Oficial Paraense", primeiro órgão do governo da nossa província septentrional, então creado ali. Afim de defender-se da melhor forma possível, o tonsurado chefe nativista não só se reconciliou com Felix Malcher (de quem se tornara inimigo desde 1823), por achar-se este já em franca oposição a Lobo de Sousa, como também chamou de São Luiz do Maranhão para Belém ao afamado pasquineiro cearense Vicente Ferreira Lavor Papagaio, que aureolava com um barrete frígio os seus matraqueados ideais de federalismo. E foi assim que, meados de 1834, apareceu em Belém o semanário "Sentinela Maranhense na Guarita do Pará", editado sob a responsabilidade de Camillo José Moreira Jacarécanga, também filho da terra do sol e dedicado sequaz da numerosa grei que obedecia ao cônego Campos. Naquele alvorejar do nosso romantismo literário, já precedido pelo nosso romantismo político, o programa de qualquer órgão de imprensa constava, geralmente, de um vistoso lema, ora em latim, ora em vernáculo, ora em prosa, ora em verso. O lema, que Lavor Papagaio

deu ao seu periódico de combate, era expressivamente o seguinte:

“Sem rei, existe um povo;
Sem povo, não ha nação;
Os brasileiros só querem
Federal constituição”.

Entre as armas que Lobo de Sousa manejava ali contra os seus adversários, figurava o recrutamento, quer para as forças de terra, quer para as forças de mar.

Havia no Pará, por aquele tempo, duas famílias brasileiras, que iam celebrar-se nas horripilantes truculências da “cabanagem”. A primeira era a dos Vinagres, oriundos da cruz de sangue português com sangue paranaense: chamavam-se Antonio, José, Manuel, Raymundo e Francisco os cinco irmãos, todos os quais lavravam terras às margens dos rios Acará e Itapecurú. A outra era a dos Nogueiras, migrados do Ceará: chamavam-se Geraldo, Manuel e Eduardo os tres irmãos que a compunham. Depois de ter sido, por algum tempo empregado de casa comercial, occupava-se de lavoura o último, que arrendara e explorava terras de Malcher, tornando-se mais tarde proprietário da fazenda de Carnapijó; e eram artífices na capital os dois outros. Geraldo, por simbolo de bravura, adotara a antonomásia de “Gavião”, ao passo que Eduardo, por jactância de sua resistência física, tomou o agnome de “Angelim”, apelativo de uma das madeiras mais rijas do nosso opulento reino vegetal.

Correligionário extremado e amigo dedicadíssimo do cônego Baptista Campos, Eduardo Francisco Nogueira Angelim, então no ardor dos vinte anos, não tinha papas na língua para defender e propagar o seu credo cívico, e, embora mais loquaz do que talentoso, dirigia frequentes arengas facciosas aos magotes do povoleo, em cujo seio vivia, sempre que se demorava na capital. Afim de afastá-lo definitivamente daí, Lobo de Sousa mandou recrutá-lo para a marinha; e, só depois de nove dias de detenção num navio de guerra, foi que o joven federalista recuperou a liberdade, graças aos bons officios de pessoas influentes, que o cônego Campos, para isso, pusera em ação. Escusado é dizer que Angelim jurou vingar-se da prepotente perseguição política, de que fôra vítima.

Descambando cada vez mais para tão funesto e inglório terreno, o atrabiliário administrador da província do Pará

alvejou com as mais sérias ameaças os adversários que não lhe davam quartel. Por isso, o cônego Campos, Angelim e outros companheiros correram a refugiar-se no interior, em fazendas de Malcher, sitas no distrito de Acará; e, para não ir parar na cadeia, Lavor Papagaio, pouco depois, também buscou asilo nos mesmos recessos, onde exerceu ainda mais os ânimos, já em sobressalto, dos seus partidários. Entretanto, Lobo de Sousa entendeu de tornar efetiva a ordem de prisão, já expedida contra o audaz verrineiro, que o zargunchara sem piedade, e para tal fim mandou rumo do Acará um destacamento de praças de pret, comandado pelo sargento José Maria Nabuco de Araujo, do qual só escapou com vida um único homem, na refrega da fazenda "Vila-Nova", onde a pequena tropa foi surpreendida, a 22 de outubro de 1834, por Antonio Vinagre, Gavião e Angelim. Uma coluna mais forte, composta de 300 praças, às ordens de Marinho Falcão, conduzida em cinco barcos, sob o comando de James Inglis, foi também destroçada tres dias depois, no Guiaíbal, onde perdeu a vida o coronel da força paraense. Novos contingentes foram enviados para o Acará por Lobo de Sousa, nos últimos dias de outubro. James Inglis comandava a esquadilha e o major Monteroso a soldadesca. A tomada da fazenda de Malcher, na qual estavam os principais chefes federalistas (chamava-se "Acará-Assú" e foi incendiada por ordem do marujo britânico), deu em resultado a vitória das forças legais. Aprisionado então ali, Malcher foi encaminhado para a capital da província e recolhido à fortaleza da Barra; Manuel Vinagre tombou assassinado por um inimigo (juiz de paz de Acará), o que ainda mais exasperou a paixão política dos seus quatro irmãos sobreviventes; mas todos os outros sub-chefes rebeldes lograram escapar às garras dos soldados legalistas, bem como o seu acatado "condottiere", o cônego Baptista Campos, que, adoecendo gravemente, faleceu em Barbacena, a 31 de dezembro de 1834. A morte do prestigioso sacerdote, atribuída por seus devotados amigos à perseguição que lhe movera Lobo de Sousa, foi o que fez deflagrar imediatamente a violenta explosão, que ia por longo tempo sacudir, qual um cataclismo, toda a vasta região amazônica.

Não tardou, portanto, a estalar a irrupção armada dos federalistas. Desde os primeiros dias de janeiro de 1835, achavam-se eles acampados nos arredores de Belem. Aos Vinagres e Nogueiras juntaram-se logo outros elementos de destaque: João Pedro Gonçalves Campos (cujo cognome lhe

argue a consanguineidade com o falecido cônego), os irmãos Aranhas (Germano e João Miguel), o crioulo vulgarmente conhecido por "Patriota", e que era insinuante tribuno popular, e um número considerável de rudes caboclos, cujos instintos canibalescos a civilização ainda mal refreara.

Ao romper da manhã de 7 de janeiro de 1835, estava toda a capital em poder dos insurretos, vitoriosos. Joaquim José da Silva Santiago, que fugira do palácio do governo à vista do fulminante assalto dos sublevados, foi o primeiro a cair trespassado por um tiro, que lhe desfechou o tapuia Philippe "Manda-chuva"; e Bernardo Lobo de Sousa que, pernoitara fora da sede do seu posto e pervagara por quintais de várias casas, sem achar esconderijo em parte alguma, foi também prostrado em terra, ao retornar para o paço presidencial, pelo trabuco de outro tapuia, o chamado Domingos "Onça".

Imagine-se como os vencedores não tripudiaram sobre os cadáveres do presidente e do comandante militar, que os seus tiros certos haviam abatido!

Estava inaugurada a "cabanagem".

IV) *Apogeu da "cabanagem" — Os tres presidentes "cabanos": Felix Antonio Clemente Malcher, Francisco Pedro Vinagre e Eduardo Francisco Nogueira Angelim.*

Si o grosso das tropas, às quais se deveu a derrota das forças legais, que defendiam o governo de Bernardo Lobo de Sousa, a 7 de janeiro de 1835, era composto de índios domesticados e de sanguemixtos, aliciados todos para a sublevação, conclamada com nativista, pela habil loquela dos Vinagres e Nogueiras, nos seus tejupares de beira-Amazonas, — nada mais curial do que terem os portugueses apodado de "cabanos" os vencedores, e nada mais natural do que terem aceitado os antigos federalistas o novo epíteto, alçado, daí por diante, como seu definitivo nome de guerra.

Trombeteadas logo de boca em boca, a narração da vitória, é de crer que os restantes selvícolas e mestiços da inculta Amazônia, ainda semi-escravizados à população branca, ansiassem logo por imitar os gestos, para eles desmedidamente heroicos, do "Manda-chuva" e do "Onça".

No mesmo dia, foi retirado da fortaleza da Barra, onde ainda se encontrava preso, e aclamado presidente da província do Pará, pelos seus correligionários triunfantes, Felix

Antonio Clemente Malcher, que chamou para ajudante de ordens a João Pedro Gonçalves Campos, e para secretário a João Miguel Aranha, tendo confiado o comando das armas a Francisco Pedro Vinagre. O primeiro presidente "cabano" oficiou imediatamente à Regência, pedindo a esta não enviasse ao Pará novo governador, afim de evitar mais derramamentos de sangue, tanto mais que ele se dispunha a aguardar, no posto a que fôra inespontaneamente erguido, que d. Pedro II assumisse o exercício do poder majestânico.

Foi, todavia, curtíssimo o governo revolucionário de Malcher, pois desde logo desgostou este aos Vinagres e Nogueiras, que começaram a hostilizá-lo por diversos modos, principalmente pela pena virulenta de Lavor Papagaio. Ante a reação iniciada por Malcher, os seus próprios companheiros de "cabanagem" fizeram contra ele uma leva-de-broquéis, a qual ensanguentou durante tres dias as ruas de Belém, pois que durou desde 19 até 21 de fevereiro de 1835. Derrotado, abandonou Malcher o paço presidencial, entregando-se ao alvedrio de seus partidários, e ia sendo transportado para a fortaleza da Barra, onde fôra condenado a ficar de novo detido, quando lhe tirou a vida Quintiliano Barbosa, a quem poucos dias antes havia ele mandado injustamente prender.

Reunido no mesmo dia 21 de fevereiro de 1835 o conselho da provincia, este, com o aplauso dos "cabanos", confiou então o governo, inclusive o supremo comando militar, a Francisco Pedro Vinagre. Também não durou muito o indébito mandato do segundo presidente "cabano" que teve a Amazônia. Exerceu-o ele apenas por quatro meses. Serviu-lhe de secretário o padre Casemiro Pereira de Sousa. Logo a 7 de abril procedeu-se no Pará, simultaneamente com a do regente único, à eleição de deputados provinciais, e a maior votação, quanto a este, coube ao dr. Angelo Custodio Correia, nascido em Cametá e educado na França. Conforme, então, preceituava a lei, Angelo Correia passara a ser o vice-presidente da província; e, como não houvesse na mesma, por aquele tempo, um presidente legal, cumpria-lhe assumir imediatamente o governo, até que ali chegasse autoridade competente, investida de poderes pela Regência. Mas Vinagre recusou-se a transferir-lhe a alta jurisdição política, de que se desempenhava revolucionariamente. Cerca de uma semana depois, chegava às águas da baía de Guajará, comandando uma flotilha de guerra, o capitão-tenente Pedro da Cunha, encarregado de restabelecer no Pará o domínio da lei. Apesar dos esforços que empregou, não conseguiu tirar

das mãos de Vinagre, para entregá-lo ao vice-presidente legítimo, o leme do governo; e, por isso, retirou-se com as suas naus para a baía de Santo Antonio, enquanto Angelo Correia seguia para sua vila natal, onde assumiu perante a edilidade, embora para efeito puramente moral, a magistratura política da província.

Estavam assim as coisas, quando, a 19 de julho de 1835, chegou a Belém, com uma esquadilha sob o mando de João Taylor, o marechal Manuel Jorge Rodrigues, nomeado pelo regente Feijó para por termo à anarquia reinante no Pará. A 26 do mesmo mês e ano, entregou-lhe Francisco Pedro Vinagre, depois de longa troca de ofícios, as rédeas do governo daquela conturbada província. Português nato, e, por isso, logo mal visto pelos “cabanos”, o futuro barão de Taquarí não se aguentou sinão dois meses no paço presidencial de Belém. Mau grado haver prometido a todos os habitantes da província o esquecimento do passado e a todos haver pedido que entregassem aos arsenais as armas de guerra e somente cuidassem de manejar as ferramentas da paz — verificou imediatamente o novo governador que os seus esforços estavam perdidos e que a luta civil ia continuar ali com a mesma intensidade. Realmente, os Vinagres e Nogueiras, de posse dos seus fuzis e de fartas munições, formaram logo, nos latíbulos da Amazônia, diversos núcleos de resistência, concentrando-se em Vigia, que tomaram depois de estúpida matança. Ali foi, então, trucidado o vereador Pedro Antonio Raiol, pai do depois barão de Guajará, que, em seu extenso e substancioso trabalho, “Motins políticos”, — o melhor que existe em nossas letras históricas sobre aquela sinistra quadra, — não poupa aos “cabanos” os mais acerbos doestos.

Em consequência disso, o novo presidente, poucos dias depois de sua posse, viu-se na dura necessidade de iniciar a reação contra os sublevados, conseguindo aprisionar a Francisco Pedro Vinagre, com outros cabecilhas e muitos sequeazes dos mesmos, que se haviam deixado ficar confiantemente na capital, todos os quais, em número superior a 200, foram trancafiados nos porões de navios da esquadilha de Taylor. Em revide, os chefes “cabanos”, então na fazenda “Itaboca”, tocaram a reunir e começaram, sem tardança, a aparelhar as suas forças, as quais, num total de quasi 3.000 homens, dispostos em tres colunas (sob o comando de Antonio Vinagre, Angelim e Gavião), marcharam de Murucutú sobre a capital, da qual só conseguiram assenhorear-se depois de nove dias

de medonhos combates (14 a 23 de agosto), num dos quais perdeu a vida um filho do marechal Manuel Jorge Rodrigues.

Tendo morrido na peleja Antonio Vinagre, — naquele tempo o verdadeiro cacique da “cabanagem”, — foi aclamado presidente da provincia, pelos vencedores, Eduardo Francisco Nogueira Angelim, então com 21 anos de idade (pois nascera em Aracatí em 1814).

O seu governo teve mais longa duração do que os de Felix Malcher e Francisco Vinagre; mas foi tal a desordem que reinou, então, na capital paraense, que o terceiro presidente “cabano” teve que recorrer muitas vezes, para conter a fúria criminosa de seus próprios soldados, à intervenção do velho e respeitado bispo d. Romualdo de Sousa Coelho. Angelim chamou para secretário a seu cunhado Ignacio Vieira Lima (pois o primeiro nomeado, o padre Casemiro Pereira de Sousa, muito bemquisto dos “cabanos”, morrera de varíola, pouco depois de haver-se empossado do cargo), entregando os postos militares de confiança a seus irmãos e aos Vinagres, bem como a outros de seus mais fiéis apaniguados.

Cumprê notar que as publicações dos “cabanos”, antes e depois da custosa vitória de 23 de agosto de 1835, se caracterizavam todas por um nativismo rubro. Seus manifestos e proclamações consideravam como a maior das afrontas o haver a Regência entregado a suprema administração do Pará a dois estrangeiros: um “bicudo”, que era o marechal Manuel Jorge Rodrigues, e um “desertor da marinha inglesa”, que era João Taylor. Tais escritos terminavam quasi sempre com enfáticos e tendenciosos vivas aos “descendentes dos Ajuricabas e Anagaibas”.

Houve, assim, na segunda metade daquele ano tumultuoso de 1835, dois governos em nossa circunscrição política do extremo-norte: o legítimo, do marechal Manuel Jorge Rodrigues, estabelecido na ilha de Tatuoca, para onde fugira, acompanhado de cerca de 9.000 pessoas, que lograram retirar-se de Belém, e que era respeitado em Cametá e Gurupá; e o intruso, de Angelim, a quem obedecia o resto da provincia.

Não é facil esboçar o quadro de horrores a que esteve sujeito o Pará, nos nove meses quasi completos que transcorreram de 23 de agosto de 1835 a 13 de maio de 1836. Não falando nos incontáveis assaltos, nas vandálicas devastações, que ocorreram tanto na capital paraense, quanto nas povoações e propriedades agrícolas do interior, e cujas vítimas foram principalmente os filhos de Portugal, — basta-nos con-

signar que a fome e diversas epidemias assolaram, ao mesmo tempo, Tatuoca e Belém, arrebatando inúmeras vidas. Foi esse, indubitavelmente, o período mais calamitoso da história do Pará. Salientaram-se, nessa ocasião, pela atividade, bravura e sanguisedência, com que perseguiram os “cabanos”, o padre Prudencio José das Mercês Tavares, o cametaense Francisco Mauricio Corrêa (o “Pedrada”) e o terrível guerrilheiro maranhense, popularizado então pela sugestiva alcunha de “Thebas”.

Não tardou que Manoel Jorge Rodrigues, cuja atuação havia sido censurada pela Regência (ofício do ministro do Império, Joaquim Vieira da Silva e Sousa, de 6 de novembro de 1835), ansiasse pela chegada do seu legítimo sucessor; e parece que Angelim, vendo as coisas também mal paradas para seu lado, não estava longe de nutrir o mesmo desejo. O presidente usurpador percebeu que a contristadora situação a que havia chegado a Amazônia, começara a ser explorada por europeus, a quem convinha a fragmentação do Brasil. Referiu ele próprio a Raiol (ob. cit., vol. V, pág. 309) que — “houve quem o aconselhasse a proclamar a separação política do Pará, como nação livre e independente, com promessa de proteção estrangeira, respondendo ele que não trairia nunca a sua pátria, para trocar o nome de cidadão brasileiro, com o qual se julgava enobrecido!”

Finalmente, a 9 de abril de 1836, aportaram à ilha de Tatuoca as novas autoridades nomeadas pela Regência: — o brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréa (depois barão de Caçapava), para sucessor do marechal Manuel Jorge Rodrigues; e o capitão de fragata João Frederico Mariath, para substituir ao chefe de divisão João Taylor. Tomaram posse dos respectivos cargos dois dias depois.

Andréa, que conhecia bem aquela região, — pois já vimos que tinha sido comandante das armas do Pará, na segunda presidência de José Felix Pereira de Burgos (1830-1831), — mudou a sede do seu governo para a ilha de Arapiranga, menos distante de Belém do que a de Tatuoca, realizou em segredo o preparo de suas forças (eram quasi todas recrutadas os soldados que levava para ali, e, por isso, tratava de adextrá-los para as próximas operações de guerra) e fez bloquear por barcos artilhados os portos principais das cercanias da capital.

Angelim reconheceu-lhe imediatamente a autoridade e dispôs-se a entregar-lhe o paço presidencial, exigindo, contudo, anistia para si e seus prosélitos, bem como outras garantias. O principal intermediário dessas negociações, que se prote-

Elaram por mais de um mês, foi o bispo d. Romualdo de Sousa Coelho, já em adiantada ancianidade e bastante enfermo. Andréa encerrou a questão, declarando que só aos altos poderes da nação, que não a ele, é que competia conceder indulto aos rebeldes, e, dispondo-se a solicitá-lo da Regência, designou a Angelim, para residência deste, a fazenda de que o mesmo era proprietário em Carnapijó, até à irrecorrível decisão da superior instância. Mas a imprudência de alguns "cabanos", que, — em represália à tomada de Igarapé-mirim, realizada pela esquadra legal a 30 de abril, — fizeram fogo contra tres barcos de guerra da frota de Mariath, ancorados perto da Pedreira, na manhã de 13 de maio de 1836, precipitou a fuga de Angelim e a ocupação de Belém por Andréa, esta quatro dias depois.

V) A pacificação da "cabanagem"

Escolheu-se a data de hoje para comemorar-se a pacificação da "cabanagem", e o nosso venerando Instituto acaba de homologar, com a assentada ora em realização, a iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. A verdade, entretanto, é que a pacificação da "cabanagem", iniciada realmente a 13 de maio de 1836, só se ultimou a 25 de março de 1840.

Andréa, que governou o Pará até 8 de abril de 1839 (data em que passou a presidência a Bernardo de Sousa Franco), não descansou um só momento na prossecução da montaria aos "cabanos", acoutados no interior, ao mesmo tempo que cuidava, com o acendrado zelo e fino espírito que punha em todos os seus atos, da reorganização financeira daquelle combalida circunscrição política.

Foi ele quem mandou prender, em outubro de 1836, a Angelim e seus dois irmãos, Geraldo e Manuel, então refugiados à beira de um lago, no inhóspito sertão do rio Pequeno. Mas os "cabanos", embora desfalcados daqueles influentes chefes, ainda continuavam com os Vinagres. Dirigidos por esses caudilhos, fortificaram-se em Iquipiranga, donde, — afirma-o Bento Aranha, em suas "Cenas da cabanagem no Amazonas", — "partiam as suas forças contra Tapajós (Santarém): Pauxis (Óbidos), Nhamundá (Faro), Tupinambaranas (Parintins), Luzéa (Maués), Saracá (Silves), Itacoatiara (Serpa), rios Madeira e Uautás e vila de Manáos". Sustentaram assim, naquella imensa hiléa, ainda por mais de tres anos, a guerra

civil, tendo-se então celebrizado, nos impetuosos e implacáveis ataques que lhes moveu, o pernambucano Ambrosio Pedro Ayres, mais conhecido pelo agnome de Bararoá, topônimo que tomou para alcunha, por ali viver então degredado, conforme diz Lourenço da Silva Araujo e Amazonas, em seu hoje raríssimo "Dicionário topográfico, histórico, descritivo da comarca do Alto-Amazonas" (Recife, 1852), a pag. 69.

Andréa, ao mesmo tempo que, em 1838, arbitrava em 3\$200 o subsídio diário de cada deputado a Assembléia Provincial, continuava a mandar para os aningaís do "inferno verde" sucessivas expedições militares, cujas proezas não foram menos bárbaras do que as dos bandos dos "cabanos". Uma de tais tropas, a confiada ao mando do tenente-coronel Joaquim Luiz de Souza, compunha-se de tres batalhões de caçadores e de um parque de artilharia, tendo sido transportada rio acima em oito barcos de guerra. Sintetizando as façanhas que todas elas perpetraram, exclama Raiol (ob. cit., vol. V, página 424); — "Houve até quem considerasse um padrão de glória trazer rosários de orelhas secas de cabanos!".

Por isso mesmo, vivia Andréa intranquilo. Contra a sua pessoa fora feita uma tentativa de morte em Belém. E daí a sua ordem do dia de 8 de fevereiro de 1839, pela qual, e somente prevendo a hipótese do ser-lhe arrebatada violentamente a existência, nomeava o coronel Marcos Antonio Bricio para substituí-lo no comando das armas da província. Essas circunstâncias põem claramente de manifesto que a "cabanagem" estava ainda longe de ser pacificada, dois meses antes de deixar Andréa a administração suprema do Pará, para ser aproveitado, um ano depois, na presidência do Rio Grande do Sul (27 de julho a 30 de novembro de 1840), à qual voltou outra vez (10 de abril de 1848 a 6 de março de 1850), tendo também governado Minas e Baía em 1843 e 1844.

O ilustre paraense Bernardo de Souza Franco (depois visconde de Souza Franco), cujo governo se estendeu de 8 de abril de 1839 a 22 de fevereiro de 1840, duvidou, desde logo, de poder pôr termo áquela dilatada luta civil, pois assim o declarou, pouco depois de haver tomado assento na curul presidencial de Belém: — "Continuam as operações, e difficil será concluir a guerra, sem o emprego concorrente dos meios brandos e conciliatórios, atenta a vastidão dos terrenos, que têm de ser explorados".

Coube, pois, ao carioca João Antonio de Miranda, que exerceu a presidência do Pará de 22 de fevereiro a 4 de novembro de 1840, a fôrtuna de ver cessar, definitivamente, a tremenda conflagração da "cabanagem". Com efeito, qual se vê do documento inserto por Arthur Cesar Ferreira Reis, em sua excelente "História do Amazonas" (pags. 173-174) e pertencente ao arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, foi a 25 de março de 1840, na vila de Luzéa hoje, de novo, Maués), capital da Mundurucânia, que, sob o comando de Gonçalo Jorge de Magalhães, 880 "cabanos", os últimos do grande exército que havia obedecido aos Nogueiras e Vinagres, ensarilharam as armas e se apresentaram às forças legais do major José Coelho de Miranda Leão, para gozarem dos efeitos da anistia, decretada para a província do Pará em 4 de novembro de 1839. Si é certo que João Antonio de Miranda, em offício de 3 de agosto de 1840, dirigido ao ministro da Justiça (em "Traços cabanos", pág. 227), declarou que só "do meiado do mês de setembro em diante" é que proclamaria "acabada a guerra no Amazonas", — parece, contudo, que as últimas forças rebeldes de eficiência militar, pelo menos pelo número elevado, foram as apresentadas às autoridades legais de Luzéa, em 25 de março de 1840; as que depuseram as armas posteriormente, conforme se infere do referido documento talvez não passassem de pequenos bandos dispersos, tanto que não vem mencionado o menor algarismo com relação aos mesmos. Assim, a sobre-dita data pode ser definitivamente aceita, a nosso ver, para o término da "cabanagem".

Dos tres cabos de guerra da "cabanagem", que ocuparam a presidência da nossa circunseriçãõ política sepentrional, somente Felix Malcher foi que perdeu a vida, por motivo de vindita particular, quando os seus próprios correligionários o apeiaram do governo. Francisco Pedro Vinagre e Eduardo Francisco Nogueira Angelim, atingidos pela anistia geral de 22 de agosto de 1840, foram enviados, em começos de 1841, para esta capital, designada para servir-lhes de "domicílio coacto" por dez anos. Mas os Andradas haviam saído desgostosos do primeiro ministério da maioridade em 23 de março de 1841, e, reabertas as câmaras, romperam logo em veemente opposiçãõ a d. Pedro II. Assistindo da galeria da antiga Cadeia Velha a um violento discurso de Antonio Carlos contra o governo pessoal do jovem imperante, deu Angelim calorosos vivas e apoiados ao brilhante e fegoso orador parlamentar. Foi preso no mesmo dia, e, embora Vinagre não

se houvesse acumpliciado com Angelim para essa manifestação política, foi também preso, e tiveram os dois que seguir para Fernando de Noronha, onde passaram a cumprir o degredo decenal. Dalí saíram em 1881, indo morrer, já velhos, na capital paraense, tablado de suas façanhas nos lutosos dias de 1835: Francisco Pedro Vinagre a 2 de novembro de 1873; e Eduardo Francisco Nogueira Angelim, a 11 de julho de 1882.

Eis aí como efetivamente se rematou a pacificação da "cabanagem" e como desapareceram da cena política e da existência objetiva os seus últimos "abencerragens".

VI) *Bibliografia da "cabanagem"*

Si ha episódio sobre o qual pouco dizem (e mesmo esse pouco a porejar ironias) os nossos compêndios, grandes e pequenos, de história pátria, é precisamente o da "cabanagem". A "História do Brasil durante a menoridade do d. Pedro II (1831-1840)", de Pereira da Silva, e a "História Pátria — O Brasil de 1831 a 1840", de Moreira de Azevedo, são demasiado lacunosas e estão inçadas de equívocos, em tudo quanto encerram sobre a guerra civil do Pará. Quem lançou luz decisiva sobre os deploráveis acontecimentos desenrolados em nossa província do extremo-norte durante o interregno da Regência, foi Domingos Antonio Raiol (barão de Guajará), com a sua documentada e admirável obra em cinco volumes, publicados de 1865 a 1890, e à qual deu o título do "Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará, desde 1821 até 1835". Dessa valiosa coletânea foi que se utilizaram, *tant bien que mal*, quer o padre Rafael Galanti, quer Rocha Pombo, aquele no tomo IV e o outro no tomo VIII dos seus desenvolvidos e preciosos compêndios de "História do Brasil".

Ha, entretanto, quatro pequenas, mas inesquecíveis monografias, todas elas vindas a lume no século próximo-pasado, consagradas exclusivamente à "cabanagem".

A primeira é lavra de um oficial português, o capitão-de-mar-e-guerra Isidoro Francisco Guimarães, testemunha ocular das lóbregas cenas de que foi teatro o Pará em 1835, e veiu a lume, nesse mesmo ano, em Lisboa, acompanhada de 25 documentos. Intitula-se "Memória histórica sobre os sucessos do Pará em 1835, publicada pelo comandante da corveta *Elisa*. Acha-se integralmente reproduzida no vol. V (pags. 453-481) dos "Motins políticos" de Raiol.

Interessa apenas à história da presidência do marechal Manuel Jorge Rodrigues. Na sua exposição, afirma o autor que, desde 1823 até 1835, "mais de 800 dos seus compatriotas tinham sido assassinados pelos brasileiros e pelas gentes de côr". E, entre os documentos anêxos à mesma, figura um "Protesto" dos negociantes lusitanos, estabelecidos em Belém, "contra o governo central do Brasil, pelas perdas e danos que sofreram nos desditosos sucessos de 14 a 23 de agosto de 1835".

A segunda é devida a um distinto brasileiro, Philippe José Pereira Leal, que honrou a farda de oficial da nossa marinha de guerra, a carreira diplomática em que longamente serviu e o quadro social deste benemérito grêmio. Na "Revista" do nosso Instituto (tomo XXII, pags. 161-200) foi que apareceu a sua "Memória sobre os acontecimentos políticos que tiveram lugar no Pará em 1822 e 1823". Mais tarde, tendo ele comandado, como segundo-tenente, a escuna "Leal Cametaense", ao lado do primeiro-tenente Francisco Manuel Barroso (depois barão do Amazonas), comandante do brigue "Brasileiro", na tomada da freguezia de Igarapé-Mirim, a 30 de abril de 1836, refrega que preparou a ocupação de Belém por Andréa treze dias depois, não deixou correr sem reparo em nossas letras certos enganos de um historiador de renome. Daí o seu interessante folheto, editado na Baía em 1879, com o título de "Correções e ampliações ao que sobre a revolução que arrebentou na capital do Pará, em 1835, publicou o conselheiro João Manuel Pereira da Silva em sua *História do Brasil de 1831 a 1840*. Raiol (ob. cit., vol. V, pag. 271), todavia, assevera não se achar isento de erros de datas e de nomes esse opúsculo de Pereira Leal. Sobre o episódio militar da "cabanagem", acima referido, também merece ser lida a "Crônica de Igarapé-Miri", escrita pelo coronel Agostinho Monteiro Gonçalves, de Oliveira (Belém, 1904).

A terceira, lucubrada pelo ilustre mineiro Domingos Soares Ferreira Penna, — que consagrou a sua formosa inteligência ao estudo das pessoas e coisas da Amazônia e também abrilhantou o quadro social deste nosso colendo sodalício, — foi inserta, em 1883, no tomo I da "Revista Amazônica" (pags. 113-119 e 157-166), fundada e dirigida por José Verissimo, e cujos dois únicos volumes são já hoje de muita raridade. Sob a denominação de "Cenas da cabanagem no Tocantins", cogita somente de episódios de 1835, em que se celebrizaram o maranhense alcunhado de "Thebas", o não-

menos famoso "Pedrada", isto é, Francisco Mauricio Correia (irmão bastardo do dr. Angelo Custodio Correia, então vice-presidente legal do Pará), e o belicoso padre Prudencio Tavares (vigário de Cametá), de quem insere uma cópia autêntica da exaltada proclamação com que enalteceu a desapiedada vitória dos seus correligionários sobre os "cabanos", em Cupijó, nos primeiros dias de novembro de 1835.

A quarta, finalmente, saiu da pena de Bento Aranha, intitula-se "Cenas da cabanagem no Amazonas (provincia do Grão-Pará)" e encontra-se no vol. I, n. 1, da "Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará" (pags. 20-25), apparecida em 1900. Traz dois documentos que patenteiam a continuação da guerra civil no Alto-Amazonas, depois da occupação de Belém por Andréa em 1836, inferindo-se ainda de um deles que os "cabanos" já eram tambem popularmente conhecidos ali pela designação de "vinagres".

Como elemento subsidiário, ainda merece ser citado o opúsculo de Antonio Rodrigues de Almeida Pinto, *O bispado do Gram-Pará durante a vida do seu VIII bispo, d. Romualdo de Sousa Coelho* (Pará, 1872).

Quem, entretanto, quizer inteirar-se da verdade sobre o final da "cabanagem", deve ler, além da obra monumental de Raiol (fartamente enriquecida de elementos probantes, e que, na realidade, se estende até 1840), a "História do Amazonas", já por nós citada, de Arthur Cesar Ferreira Reis, a qual foi editada em Manáos, ha apenas cinco anos. Depois da occupação de Belém por Andréa, o cenário da "cabanagem" passou a ser a Mundurucânia, irradiando ella dali para diversos pontos do Alto-Amazonas. E é lá que felizmente termina a longa e dolorosa convulsão política, com a apresentação das últimas forças armadas dos "cabanos" às autoridades legais de Luzéa, em 25 de março de 1840. Pois ao sr. Ferreira Reis é que devemos, como já vimos, o conhecimento da importante prova documental, que assinala a data precisa da pacificação da "cabanagem".

O sr. Jorge Hurley, finalmente, com o fito de comemorar, — de acordo com o que resolveu o Instituto Histórico do Pará, — o primeiro centenário da dilatada luta civil que ensanguentou a Amazônia durante o período regencial, deu a lume dois livros, saídos agora do prelo, e ambos profusamente documentados: "A cabanagem" e "Traços cabanos". Graças a tais publicações, fica presentemente esclarificado, de vez, o movimento que assolou a vasta provincia

seprional do Brasil, na fase mais convulsionada da história de nossa pátria.

Uma vez que nos emaranhámos no aranhol da bibliografia concernente à "cabanagem", — não podemos deixar de trazer à baila um escritor francês, fecundo, mas de pouco ou nenhum fulgor intelectual, que, na segunda metade do século próximo-findo, perpetrou quatro volumes sobre a Amazônia, dois dos quais especialmente consagrados a eventos da guerra civil, ali desencadeada no interregno da Regência. De Emilio Carrey publicou a casa parisiense de Michel Levy Frères, sob o título geral "L'Amazone", os livros seguintes: — "Huit jours sous l'Équateur" (1856). "Les méfaits de la Savane" (1857), "Les revoltés du Pará" (1857 e "La dernière des N'Hambahs" (1872). Os tres primeiros foram reeditados em 1872, formando com o último uma série completa de quatro tomos numerados. Apesar das injúrias e calúnias, que o prosador gaulês ejaculou nos dois trabalhos de 1857 em feitio de novelas de viagem, sobre o Brasil e os brasileiros, não hesitou o sr. F. F. da Silva Vieira em trasladá-los a vernáculo, anotando-os embora, algumas vezes, com repetidas palavras de defesa da nossa gente; essas traduções saíram de prelo lisbonense em 1862, sob os títulos de "Os mutilados de Marajó" e "Os revoltosos do Pará" articulados como "primeira parte" e "segunda parte" da obra "O Amazonas". Além da mancheia de insultos e ridículos, vomitados sobre a nossa pátria por esses grosseiros romances, tudo mais que deles consta e de todo imprestavel a quaisquer respigas de dilucidação histórica.

Ha, finalmente, curiosas referências à "cabanagem" em "Sketches of residence and travels in Brasil" (Philadélfia, 1845, 2 vols.) de Daniel P. Kidder, que a ela dedicou meia dúzia de páginas (314-325 do vol. II), e em "Die Plata Staaten" (Berlim 1852) de S. Gottfried von Kerst. Este último alude exclusivamente a uns 500 alemães, engajados na Europa em 1838 e no mesmo ano transportados para Belém, onde, segundo informações que lhe chegaram ao conhecimento, e que não foram nunca desmentidas (repete-o ele com entono), morreram quasi todos, dizimados pelas operações de guerra e por epidemias. Von Kerst afirma (pags. 7) que os seus desgraçados compatriotas foram tratados como prisioneiros no Pará, e verbera com acrimonia o governo que os aliciou para tão sinistro destino. Ha, sem dúvida, muitos exageros nas palavras que a esse incidente consagrou o escritor tedesco.

VII) *Conclusão*

Contemporânea da guerra dos "Farrapos", que absorvia então o melhor das atenções da Regência, a "cabanagem", que dominou a vastidão da Amazônia por cerca de cinco anos, tendo conseguido elevar ao governo da província do Grão-Pará, pela vitória das armas, tres dos seus mais notáveis caudilhos, ficou todavia, em plano inferior à grande revolução gaúcha.

E' que a guerra dos "Farrapos", embora oriunda da mesma agitação política do interregno regencial, teve um objetivo relevante, qual a implantação da república nas duas províncias do extremo-sul, e contou com heróis de exaltado ideal e de épica bravura. Brasileiros e estrangeiros celebrizaram-se ali em feitos homéricos, quer lutando pela república, quer defendendo a unidade do império.

A "cabanagem", como se vê da linguagem e das proesas mavórticas dos seus gonfaloneiros, foi a princípio uma formidável explosão de nativismo e de federalismo, ideologias explicáveis e justificáveis pelo nobre anseio da nossa independência e pelas bandeiras que os partidos nacionais, durante o primeiro império e través a quadra tempestuosa da Regência, fizeram drapejar por todos os ângulos do Brasil; mas, desgrazadamente, degenerou depois na mais inominável chacina, levada a cabo pelos "descendentes dos Ajuricabas e Anagaibas", — os quais, segundo Baena ("Ensaio corográfico da província do Pará", 1839, pag. 8), formavam a maioria da população da Amazônia, então com apenas 150.000 habitantes, — contra os portugueses natos e naturalizados, "marinheiros" e "bicudos".

Calcula Raiol (ob. cit., vol. V, pag. 426) que a província do Pará perdeu mais de 30.000 homens, imolados por aquela prolongada e brutal guerra civil.

Handelmann, na sua magnífica "História do Brasil" (veja-se a tradução publicada pelo nosso Instituto e anotada pelo ora ocupante desta tribuna), apreciou bem as arestas da "cabanagem", para o conhecimento da qual se serviu ele principalmente, como averiguámos agora, da obra de Daniel P. Kidder, que acabámos de mencionar. Depois de assinalar o aspecto nativista dela, observando que o povo brasileiro detestava então os portugueses, do mesmo modo que os europeus aos judeus, assim concluiu (pag. 315): — "Todavia essa feição primitiva apagou-se, quando os chefes das revoltas chamaram às armas as populações índias meio

selvagens, os tapúias, e a sublevação apresentou-se como uma guerra de índios contra os brancos, dos destituídos de bens contra os que possuíam bens”.

Assim, a pacificação da “cabanagem”, iniciada por Andréa a 13 de Maio de 1836 e terminada na presidência de João Antonio de Miranda, a 25 de Março de 1840, foi um desafogo para a nossa civilização e para a nossa cultura, ao mesmo tempo que uma necessidade imperiosa para a desafortunada província, a qual, quasi completamente arruinada, passou muito tempo sem braços e capitais estrangeiros, custando a readquirir a anterior opulência, conforme também acertadamente observou (pág. 315) o sobredito criterioso historiador alemão.

Celebre-mo-la hoje, — no mesmo dia em que, finalmente, realizou a nossa pátria a redenção da raça negra, — e façamos sinceros votos por que a inteligência esclarecida, o coração afetuoso e os braços varonis dos nossos compatriotas, longe de se arrastarem a deploráveis fratricídios, sempre se ergam para a conquista de glórias pacíficas consentâneas com a grandeza moral e com a natureza maravilhosa deste nosso estremecido Brasil, fadado aos mais excelsos destinos na América e no mundo (*Calorosos aplausos*).

O Sr. Conde de Affonso Celso, por fim, manifestou a gratidão do Instituto pelo comparecimento da bela assembléa, destacando o dos mandatários do Pará e fez uma saudação particular ao Sr. Affonso Costa, prestante presidente da Academia Carioca de Letras (*Calorosos aplausos*).

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas. — *Luiz Felipe Vieira Souto*, 2º Secretário.

3ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 16 DE JUNHO DE 1936 (1.618ª SESSÃO)

HOMENAGEM AO 90º ANIVERSÁRIO NATALÍCIO DO DR. BENJAMIN FRANKLIN RAMIZ GALVÃO. PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*Presidente perpétuo*)

Às 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Luiz Felipe Vieira Souto, Francisco Radler de Aquino, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Cardeal Dom Sebastião Leme, Ramón J. Cárcano,

José Wanderley de Araujo Pinho, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, dom Pedro de Orleans e Bragança, José Maria Moreira Guimarães, Basilio de Magalhães, Rodrigo Octavio Filho, Alfredo do Nascimento Silva, Virgilio Corrêa Filho, Raul Tavares, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Lucas Alexandre Boiteux, Sylvio Rangel de Castro, Manuel Tavares Cavalcanti, Alfredo Valladão, Emilio Fernandes de Souza Docca, Jonathas Serrano, Levi Fernandes Carneiro, Pedro Calmon Mûniz de Bitencourt, Thiers Fleming, monsenhor Federico Lunardi, José Mattoso Maia Forte, Alfredo Ferreira Lage, Alexandre Emilio Sommier, Helio Lobo e Fernando Luiz Vieira Ferreira.

O Sr. Fleiuss (1º *secretário perpétuo*) leu a ata da sessão anterior, realizada a 13 de Maio, a qual foi aprovada unanimemente e sem discussão.

Leu depois, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão, e comunicou o recebimento de uma ode latina em homenagem ao sr. Ramiz Galvão, escrita pelo dr. Padberg-Drenkpol.

O Sr. Presidente perpétuo disse que essa carinhosa demonstração de apreço seria adicionada à ata da sessão, muito agradecendo o Instituto ao professor Padberg a delicada lembrança.

Disse mais que também faria parte da ata o artigo do sr. Max Fleiuss, publicado no *Jornal do Comércio*.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) convidou para tomarem assento à mesa, a seu lado, o Sr. Cardeal dom Sebastião Leme e o general Francisco José Pinto, representante do sr. Presidente da República.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) convidou todo o auditório a ouvir de pé a leitura do seguinte telegrama do Santo Padre:

“CIDADE DO VATICANO, 16 DE JUNHO, NÚNCIO APOSTÓLICO. RIO. SANTO PADRE DI CUORE BENEDICE RAMIZ GALVÃO. — CARDEAL PACELLI.”

(*Palmas.*)

O sr. Conde de Affonso Celso, saudando ao sr. Ramiz Galvão, disse o seguinte:

O Instituto Histórico consagra a sua assembléia de hoje a comemoração do nonagésimo natal do seu orador perpé-

tu, do seu decano, do seu patriarca, dando a este termo a majestade bíblica e segundo a sua significação etimológica, de pai, chefe, guia. É desses veteranos, cuja colenda longevidade enobrece toda uma época, e cujo culto tanto honrava certas repúblicas da antiguidade.

Conhece-lhe e admira-lhe a exemplar biografia a espiritualidade do país inteiro. Cumpre, entretanto, recordarlhe, em rápida síntese, os traços essenciais:

Desde remotos tempos, do segundo reinado, registava-se o nome de Ramiz Galvão entre os das nossas culminâncias mentais. Bacharel pelo Colégio Pedro II, o que já constituía valiosa recomendação, doutor e professor, mediante belo concurso, da Faculdade de Medicina, fundador do Instituto de Bacharéis em Letras, médico da Saúde Pública, diretor da Biblioteca Nacional, antecessor de outros ilustres e dedicados bibliotecários, quais Manoel Cicero, Basílio de Magalhães e Rodolfo Garcia, todos do Instituto e onde realizou duas memoráveis exposições, — a Camoniana e a de História Pátria — representante do Brasil na Exposição Universal de Viena, em 1873, sempre e em tudo manifestando superiores zelo e capacidade, escolheu-o o imperador para preceptor de seus netos, a um dos quais competiria a sucessão da coroa, — cargo que ele aceitou, com sacrifício de conveniências particulares.

Titular com grandeza, agraciado com altas distinções nacionais e estrangeiras, conquistara por seus méritos e trabalhos a geral veneração.

A República confiou-lhe elevadas funções dirigentes de instruções municipal e federal, — primeiro reitor da Universidade, presidente do Conselho Superior de Ensino. Dirigiu, durante mais de 30 anos, com insuperáveis diligência e caridade, o Asilo Gonçalves de Araujo.

Demonstrou também esclarecida e patriótica idoneidade na chefia da comissão incumbida de celebrar o 4º Centenário do Descobrimento do Brasil.

As suas várias obras científicas e literárias, a sua erudita colaboração em jornais e revistas, levaram-no à Academia Brasileira de Letras, cuja presidência também brilhantemente ocupou.

Entrou, ha 64 anos, para o Instituto, a que tem prestado, em tão longo período, inúmeros magníficos serviços: redator da Revista, e membro das mais relevantes comissões, e vai para um quarto de século, verbo, intérprete, voz autorizada da corporação, proferindo frequentes discursos

justificativos da investidura clássica de *Vir bonus dicenda peritus*, discursos nos quais a eloquência, jamais eivada de paixões subalternas, constante, ininterruptamente se inspirou na verdade, na justiça e no patriotismo.

Estabelecimentos de ensino superior conferiram-lhe o diploma singular e preclaríssimo de *Magister Brasilæ*, e, na realidade, ele tem dado, dá e dará ainda à Pátria, por largo prazo, — desejamo-lo e esperamos-lo, em Deus, — lições magistrais sobre quaisquer matérias de interesse doméstico ou coletivo.

Professor de grego, autor de inestimável trabalho sobre vocábulos derivados da língua grega, é espírito genuinamente ateniense, realçado pelas virtudes cristãs. Sua figura, sua vida, sua obra, lembram esbelta, branca, firme coluna de mármore helênico, cuja elegância e nobreza desafiam o passar das idades, que a contemplam enlevadas. E', pois, por numerosos motivos, padrão de orgulho, força e prestígio do Instituto, ao nível dos vultos que mais o tem enaltecido, no percurso quasi secular.

A biblioteca do Instituto, embora mal alojada, pois não mereceu ela, ainda, dos poderes públicos, instalação condigna de seus serviços. é das mais notáveis do Brasil, sinão da América Latina, já pelo algarismo, já pelo valor de seus volumes, cerca de oitenta mil, entre os quais avultam milhares doados e muitos anotados pelo Magnânimo.

Proponho que, em homenagem ao herói do dia, ao ínclito nonagenário de hoje, a nossa biblioteca passe a chamar-se BIBLIOTECA RAMIZ GALVÃO. Nessa catedral de livros, assiste-lhe direito a um altar. Si, como confio, a proposta merecer, sem debate, unânime adesão, convido os circunstantes a se levantarem, e, com vibrantes aplausos, aclamarem, não estas palavras tão somenas, ao seu objetivo, mas a figura realmente oracular e augusta, sobranceira ao tempo, de Ramiz Galvão.

O Sr. conde de Affonso Celso conclue, agradecendo vivamente a todos quantos se solidarizaram com o Instituto na sua festa de família, glorificadora do sócio grande e benemérito Ramiz Galvão. Agradece especialmente a Sua Eminência o sr. Cardeal Arcebispo, consócio do Instituto, desde 1928, ao sr. General Francisco José Pinto, digno representante de S. Ex. o Sr. Presidente da República, à Academia Brasileira de Letras, Colégio Pedro II e P. E. N. Club, que se fizeram representar por brilhantes delegações, bem como à

colônia riograndense, cuja comissão, composta de nomes illustres, foi dignamente presidida pelo insigne ministro Sr. Plínio Casado. O Instituto tem tido a fortuna de contar no seu grêmio muitos gauchos eminentes. Basta lembrar Manoel de Araujo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, natural do Rio Pardo, conterrâneo, pois, de Ramiz Galvão, patrão da cadeira por este occupada na Academia de Letras, vice-presidente e orador do Instituto, durante 13 anos, e émulo, na eloquência e outros raros dotes, do actual orador perpétuo (*Prolongadas palmas*).

Respondendo, o sr. Ramiz Galvão disse o seguinte:

“Senhor Cardeal, sr. general representante do sr. Presidente da República, sr. Presidente e dignos consócios:

Ha na vida humana horas e dias de tão profunda emoção, que a palavra não basta para traduzir o que se passa em nossa alma. Este é um desses dias. Acabo de ouvir de um grande brasileiro lustre da nossa geração, aquilo que só a sua magnanimidade pode ter ditado. Mais uma vez se demonstra o que vai de primores nesse coração do filho do nosso saudoso Visconde de Ouro Preto, nome que já se não apaga da História Brasileira.

Que fiz eu, porventura, nesta minha longa vida, para merecer os gentilíssimos conceitos que acabais de ouvir?

Não passei e não passo de um velho estudioso, que fez do *livro* o encanto de sua existência e a preocupação constante de seus labores. E', pois, ao *livro* que devem ser entoados epinícios. Lede atentamente as páginas da História e convencer-vos-eis desta verdade.

Ha no decurso desta vida, que generosamente engrandeceis, um episódio infantil, que ousou trazer ao vosso conhecimento. Quando menino de seis anos incompletos, cheguei em 1852, vindo da minha terra gaúcha, querendo mandar uma lembrança a meu padrinho de batismo, José de Sá Brito Vellozo, fiz-me daguerreotipar (era processo da época); pois bem, tirei o meu retrato de atarracado garoto com um livro debaixo do braço. Essa prova fui encontrar em 1885, trinta e tres anos depois, quando tive a oportunidade de rever o torrão natal no chamado *Passo do Couto*, e de beijar a mão do honradíssimo *guasca*, que amparara os dias da minha orfandade. Ele ma restituiu, mas dela infelizmente já não existe sombra, siquer, porque os anos apagaram totalmente a imagem. É pena, porque aquele *livro*

sobraçado traduzia o horoscópio da minha vida. Lembrar-vos-ei outro caso, que assinala de outra forma o valor de um *livro*. Quando, em 1889, proclamada a República, teve de partir o nosso magnânimo Imperador D. Pedro II para o exílio, paupérrimo, ele, como se sabe, não encheu de barras de ouro as suas malas, para ir comprar castelos na Inglaterra. Só reclamou, para levar consigo, um *livro*, a edição *princeps* de *Os Lusíadas*, de 1572, pertencente à sua biblioteca particular em São Cristovão, livro que anos depois foi doado pelo distinto príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança a esta casa, a qual, com o devido carinho, guarda esse precioso cimélio.

Que mais vos direi?

Chamado por duas vezes para substituir nas cadeiras de Grego e Literatura os respectivos professores, meus mestres, no sempre amado Colégio de Pedro II; de 1870 a 1882 director da Biblioteca Nacional, casa de *livros* onde passei os dias tranquilos e mais deliciosos da minha existência; professor, por espaço de onze anos, da Escola de Medicina do Rio de Janeiro; preceptor dos príncipes brasileiros, filhos da benemérita heroína da Abolição, a princesa D. Isabel, condessa d'Eu; por duas vezes director da Instrução Municipal; mais tarde presidente do Conselho Superior do Ensino e reitor da Universidade do Rio de Janeiro; director de um grande estabelecimento de educação, o Asilo Gonçalves de Araujo, por espaço de 30 anos, — passei a vida, como vedes, a lidar com alunos e professores, isto é, com os que fazem do livro a sua arma e o seu incomparavel encanto.

Foi com *livros*: o *Púlpito no Brasil* e os *Apontamentos históricos sobre o Mosteiro Beneditino de N. S. de Monserrate*, que se me abriram, em 1872, as portas deste cenáculo, onde fulguram os cultores da História, meus prestimosos amigos e colaboradores. Foi com *livros*, finalmente, que conquistei a honrosa láurea de membro da Academia Brasileira de Letras, em cujo seio, aprendendo com os que ali me ensinam, labuto ha oito anos em prol do *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, que, dentro de alguns anos, poderá ser a obra dignificadora e imortal da mesma Academia.

De tudo quanto acabo de vos dizer, digníssimos confrades, a conclusão legítima é só esta: cabem ao *livro* todas as homenagens hoje graciosamente prestadas ao velho traba-

lhador. Este, como o nobre Affonso Celso, *só disto se ufana* e pode dizer como o poeta luso:

*"Eu desta glória só fico contente,
que a minha terra ameí e a minha gente".*

(Grandes aplausos).

Encerrando a sessão, o sr. Conde de Affonso Celso disse:

"O Instituto tem tido, mercê de Deus, a fortuna de possuir vários consócios octogenários e nonagenários. Um, o Visconde de Barbacena, chegou, em boas condições físicas e mentais, a mais de cem anos.

Façamos todos votos, dirijamos preces ao Onipotente para que Ramiz Galvão ultrapasse o Visconde de Barbacena, sendo assim o primeiro na idade, como já o é em muitas coisas, nesta casa onde os anciãos, como ele, se mostram, às vezes, no trabalho, no esforço, no ardor patriótico, tão jovens quanto os mais moços.

Com esse desejo e esse augúrio, encerremos os trabalhos, bradando: "Viva Ramiz Galvão".

(Prolongados aplausos).

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas. — *Luiz Felipe Vieira Souto*, 2º secretário.

Ocuparam lugares especiais no recinto, além da família do sr. Ramiz Galvão, os srs. monsenhor Aloisi Masella, Núncio Apostólico, Dr. Gustavo Capanema, ministro da Educação, ministro Ataulpho de Paiva, ministro Carlos Maximiliano, os representantes¹ da comissão riograndense, composta dos srs. Plinio Casado, general Pantaleão Pessoa, almirante Raphael Brusque, desembargador Armando de Alencar, ministro Thompson Flores, Drs. Arthur Caetano, João Neves da Fontoura, monsenhor Mariano da Rocha, general Francisco Ramos de Andrade Neves, Dr. Victor Russomano, desembargador Florencio Carlos de Abreu e Silva e Dr. Laury Conceição; comissão da Academia de Letras, constituída dos srs. Filinto de Almeida e Ademar Tavares; comissão do Colégio Pedro II, composta dos srs. Othelo Reis, Jonathas Serrano e João Baptista de Mello e Souza; e a comissão do P. E. N. Club, composta, além do sr. Affonso Celso, dos srs. Claudio de Souza, Mucio Leão e Raul Pedroza; general

Tasso Fragoso, sr. Affonso Costa, presidente da Academia Carioca de Letras.

No auditório, entre muitas outras, havia as seguintes pessoas: príncipe dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança, Armando Ferraz de Vasconcellos, desembargador Henrique Rodrigues, João de Deus Pereira Cabral, Dr. Bulhões Carvalho, Lucas Soares Neiva, Jeronymo Maximo Romano Junior, José Corrêa Ribeiro, Dr. Aleixo de Vasconcellos e senhora, Dr. Cassius Berlink, Dr. Estevão Cruz, coronel Raul de Vasconcellos, Dona Alzira Zorilla Brusque, senhorinha Alzira Brusque, desembargador José de Mesquita, Dr. Adolpho de Figueiredo, Dr. Urbino Vianna, Dr. Pedro Vergne de Abreu, Dr. Phocion Serpa, viuva Enéas Martins, Eponina Gaudie Ley, Dr. Beni Carvalho, representante da Faculdade de Direito do Ceará, tenente Mello, pelo Sr. ministro da Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, Dr. Randolpho Chagas, coronel Americo Guimarães, Jacintho Mattos, Dr. Xavier França, Adelinio Simões de Faria, Frederico de Albuquerque Lins, Guilherme Dale Filho, Luiz da Rocha Paranhos, Dr. Leopoldo Feijó Bittencourt, Dr. Rocha Campos, diretor do Ginásio Paes Leme, Leoncio Corrêa, Arlindo Drummond Costa, José Galhonone, Renato Americano, Roberto Bailão, Herbert Parentes Fortes, Oswaldo Cardoso, Limeiro dos Santos, Oline de Oliveira, Antonio Marques, Brasil Kainos, Benedicto Esteves e família; Judith Ribeiro, Raul de Siqueira, José Mergulhão, Octavio Perry e senhora, Eugenio Proença Gomes, A. Leal Costa, general Carlos Damasceno Vieira, Jacob Goldenberg, Dr. Benoni da Veiga, Dr. Gabriel Ozorio Mascarenhas, Dr. Avelino Pessoa Cavalcanti, Gastão Penalva, Dr. Paulo José Pires Brandão, pelo Instituto Histórico de Ouro Preto, Messias do Carmo, representando o secretário de Saúde e Assistência do Distrito Federal, professor David J. Peres, José Affonso Bandeira de Mello, Joaquim Machado Werneck, pelo Dr. Arthur Costa, ministro da Fazenda, Placido de Mello, Dr. Humberto Gottuzo, capitão de fragata Antonio Pinto Guimarães e senhora, Centro dos Professores Francisco Vianna, representado pela secretária geral Adelir Albuquerque, Nair Mesquita, Julio Lebon Regis, Alba Canizares Nascimento, Sezina Queiroz Nascimento, Alberto Washington Leal, Annibal Braga Richard, Alfredo Gonçalves de Campos, Dr. Herbert Canabarro Reichardt, Manoel Farias, Firmino Saraiva, Dr. Elmano Cardim, Dr. Alceu Amoroso Lima, Dr. Miguel Ozorio de Almeida.

ANEXOS

RAMIZ GALVÃO

Grandes e justas homenagens serão hoje prestadas ao insigne brasileiro Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que atinge com o maior garbo intelectual e moral os seus noventa anos de vida.

Múltiplos são os aspectos que apareceriam para a sua biografia, na qual transparece, desde a infância, a tenacidade no trabalho.

Nasceu Ramiz Galvão no Rio-Pardo (Rio Grande do Sul) a 16 de Junho de 1846, vindo para o Rio de Janeiro em 1852, e iniciando logo seus estudos na escola pública de Custódio Mafra, à rua da Assembléia, concluindo-os, na parte primária, no externato da Sociedade Amante da Instrução, de que era diretor Innocencio Vasconcellos de Drummond.

Não tendo ainda nove anos, foi admitido como aluno gratuito, no Colégio de Dom Pedro II. Concluiu todas as séries em 1861, alcançando unanimemente nos exames a nota mais elevada e recebendo o diploma de bacharel em letras.

Não tendo ainda 16 anos, só em 1863 entrou para a Faculdade de Medicina, realizando brilhantíssimo curso que terminou em 1868.

Foi orador da turma e seu discurso constituiu nova afirmação de quanto se podia, confiadamente, esperar de seus talentos.

E releva consignar aqui um fato que nos foi narrado pelo próprio Ramiz.

Quando em 1855 alcançou a admissão no Colégio de Dom Pedro II, concedida pelo grande Imperador, Ramiz dirigiu-se ao soberano em companhia de sua avó materna.

Por ocasião da colação do grau de doutor em Medicina, ao terminar a solenidade e indo Ramiz cumprimentar ao Imperador, este lhe disse carinhosamente — *“Que prazer teria hoje sua avó se fosse viva!”*

O jovem médico, de tão comovido, não pôde articular palavra alguma.

Logo depois de formado em medicina, desdobrou-se a atividade de Ramiz Galvão.

Médico da Saúde do Porto, professor, mediante concurso, da Faculdade de Medicina, diretor da Biblioteca Nacional

aos 24 anos de idade, preceptor dos netos do Dom Pedro II, diretor da Instrução Pública e da Instrução Municipal, presidente do Conselho Superior do Ensino, no que se aposentou, em todas essas funções conseguiu imprimir relevo extraordinário, refletindo as verdadeiras qualidades de seu espírito, seguro tino administrativo e nobreza de caracter.

Para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entrou em 16 de Agosto de 1872, apresentando a sua monografia sobre a *Ordem Beneditina Brasileira* e logo no fim desse ano, adoecendo Joaquim Manoel de Macedo, foi o orador na sessão magna de 15 de Dezembro, fazendo o panegírico de Giacomo Raja Gabaglia, Ernesto Ferreira França, Francisco Gonçalves Martins (Visconde de São Lourenço), Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), e Candido Borges Monteiro (Visconde de Itauna). Foi sempre um sócio notavelmente assíduo, jamais negando o concurso de sua grande erudição.

E o Instituto tem sabido corresponder aos serviços prestados pelo seu decano, porque naquela Casa, quasi centenária, o culto da gratidão não é uma fantasia.

Quando Rio-Branco assumiu a presidência do Instituto não vendo entre os sócios a figura do eminente brasileiro, cometeu-nos a grata incumbência de convidá-lo a tornar ao nosso convívio de que fazia anos se arredara, devido a desinteligência com um dos antigos presidentes. Ainda sob inspiração de Rio-Branco foi apresentada, na sessão de 24 de Maio de 1909, presidida pelo ínclito Visconde de Ouro Preto, uma proposta nos seguintes termos:

“Propomos seja elevado à classe dos sócios honorários o efetivo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, S. Ex. preenche todos os requisitos exigidos para semelhante promoção, porquanto tem sempre se distinguido por seu valor intelectual e é, inegavelmente, consumado mestre nos domínios da História e da Geografia. A proposta importa no reconhecimento de um legítimo direito. Sala das sessões, 24 de Maio de 1909. — *Max Fleiuss* — *Gastão Ruch*. — *Arthur Guimarães*. — *Norival Soares de Freitas*. — *Bernardo Horta*. — *Antonio Martins de Azevedo Pimentel*. — *Rocha Pombo*. — *Ernesto Senna*. — *José Pereira Rego Filho*. — *Dantas Barreto*. — *Rodrigo Octavio*. — *Jansen do Paço*. — *Belisario Pernambuco*. — *Alfredo Rocha*. — *Jesuino da Silva Mello*. — *Orville A. Derby*. — *Figueira de Mello*. — *Visconde de Ouro Preto*”.

A classe dos honorários era, ao tempo, a mais graduada.

Ouvinda a Comissão de Sócios, a 19 de Julho do mesmo ano, emitiu o seu parecer, unanimemente aprovado, assim concebido:

"A Comissão de Admissão de Sócios acolhe com a maior simpatia a proposta que, para ser elevado à classe de sócio honorário o Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, foi apresentada por dezoito membros do Instituto, entre os quais a maioria dos que compõem a sua diretoria.

Está a Comissão convencida de que, por mais de um título, merece do Instituto essa distinção o egrégio consócio, agora indicado para subir de posto entre os que se honram de pertencer a este grémio.

Figura proeminente no nosso meio intelectual, onde se destaca pelo seu vasto saber, quer no tocante à História e à Geografia, quer em outros domínios dos conhecimentos humanos, a aceitação do Dr. Ramiz Galvão como sócio honorário tem ainda em seu favor a circunstância de haver ele servido efetivamente em várias comissões, durante quatorze anos consecutivos, de 1873 a 1887, período que ultrapassa o que é exigido pelos estatutos (artigo 9º, letra A).

Plenamente satisfeita a exigência do artigo citado, letra C, assim como a do artigo 10, na parte relativa aos sócios proponentes, pensa a Comissão de Admissão de Sócios que a proposta deve ser aprovada como o "reconhecimento de um legítimo direito" e como uma homenagem devida ao eminente homem de letras. Sala das Comissões, 19 de Julho de 1909. — *Manoel Cicero Peregrino da Silva*, relator. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho*. — *Joaquim Xavier da Silveira Junior*. — *Leopoldo de Bulhões*".

A 12 de Outubro desse ano volvia Ramiz Galvão aos trabalhos do Instituto, sendo saudado pelo Barão do Rio-Branco que presidia a sessão.

Falecendo o grande Chanceler da Paz, foi eleito Affonso Celso, presidente do Instituto, eminente continuador de Rio-Branco, e seus primeiros atos foram convidar Ramiz Galvão para orador e Manoel Cicero para primeiro vice-presidente.

Na assembléia imediata foram por unanimidade homologadas tais nomeações do novo e tão querido Presidente.

Foi também logo nomeado diretor da Revista do Instituto que exerce sem interrupção desde 1912.

Duas notáveis homenagens prestou o Instituto a Ramiz Galvão.

A primeira, comemorando o seu jubileu científico a 3 de Dezembro de 1918, proferindo Basilio de Magalhães magistral oração, assim terminando:

— “Nós temos que arrancar dos refolhos das nossas almas reconhecidas uma revoadada de sentimentos, que a linguagem humana nem sempre consegue traduzir e, apelando para o benévolo Destino que tem presidido à trajetória da nossa terra estremecida, o invocamos com o mais acendrado fervor e lhe suplicamos confiantes que nos preserve e dilate ainda por longos e felizes anos, sempre lúcida e sempre fecunda, a preciosíssima existência daquele de quem neste dia comemoramos o jubileu científico, de Ramiz Galvão, que é, ao mesmo tempo, nosso bom amigo e nosso erudito mestre, e que, a um perfeito conjunto de qualidades de espírito, de coração e de caracter, reúne também o maior dos predicados que nele admiramos e veneramos, — o amor inquebrantável e luminoso que consagra a esta grande e gloriosa Pátria Brasileira, a qual muito e muito se deve orgulhar de um tão digno filho”.

A segunda consagração foi registar o quinquagésimo aniversário de sua admissão ao Instituto, a 16 de Agosto de 1922.

Na sessão, Affonso Celso proferiu uma das suas mais eloquentes alocações, entregando a Ramiz um ramo de louros, gentil lembrança do Sr. Afranio Peixoto, que logo depois pronunciou formosíssima oração, cuja conclusão, inexcedível no brilhantismo, teve os maiores aplausos.

— “Permiti-me, Sr. Ramiz Galvão, a quem me mandaram louvar, e a quem não o pude fazer senão invocando por mim os nomes e as famas de todos esses grandes nomes que juntei, de indústria, ao vosso, também como os deles, gemas do Humanismo... permiti, que vos tendo falado pelo Instituto Histórico, louvando na nossa vida e na vossa obra a vossa inteligência, queira rematar por mim e pelos vossos amigos; todos os de casa venerável... Não será agora ao sábio, ao filólogo, ao historiador, ao erudito, nem ao grande orador, nem ao perfeito humanista a quem me dirijo, mas ao grande homem de bem, ao perfeito coração que também sois.

Passeando a minha triste piedade sem fé por Assisti, no horto concluso da sua Porciuncula, o monge humilde que me acompanhava, colheu uma rosa com que me agraciou...

"Diz a tradição que descendem das que aí plantara o nosso padre São Francisco... devem ser, acrescentou... porque nunca tiveram espinhos..." Ha gênios tão felizes que têm até coração... como ha roseiras milagrosas que dão somente flores...

Senhor Ramiz Galvão, tal o vosso gênio, que tem o vosso coração".

E' este o patricio egrégio que o Instituto Histórico, todos nós, todo o Brasil festeja no dia de hoje!

Salve Ramiz Galvão!

Rio, 16 de junho de 1936. — *Max Fleiuss.*

ODE LATINA AO 90° ANIVERSÁRIO NATALÍCIO

DO EXMO. SR. DR. BENJAMIN FRANKLIN RAMIZ GALVÃO

— BARÃO DE RAMIZ —

16 de junho de 1936

- | | |
|--|--|
| <p>1. Audivit mea vota, en,
Deus optimus
Admisitque preces om-
nipotens meas
Optatamque videre
Clemens me hanc vo-
lui diem:</p> | <p>Eis que o boníssimo Deus
ouviu os meus votos, e aco-
lheu minhas preces o Oni-
potente e quis benigno que
eu visse este almejado dia.</p> |
| <p>2. Qua complesse novem
rite decennia
Gaudet Ramicius Gál-
banus, hic bonus
Baro, annis meritisque
Plenus, vique vigoreque</p> | <p>em que tem a dita de com-
pletar festivamente nove de-
cênios Ramiz Galvão, esse
Barão bondoso, cheio de anos
e méritos e pujante ainda de
força e vigor,</p> |
| <p>3. Pollens corporis et men-
tis. Adhuc simul
Nonaginta obeunt nunc
tibi, Benjamin,
Natales, minimus qui
Natu nomine diceris.</p> | <p>tanto no corpo como no espí-
rito. Noventa natalícios agora
expiram, Benjamin, que pelo
nome és chamado o mais
novo.</p> |

4. Adsunt ecce hodie cuncta
decennia,
Quae permensus eras, ut
memorent tuae
Vitae curriculumque
Virtutesque potissimas.

Eis que hoje se apresen-
tam todos os decênios, que
havia percorrido, a fim de
recordarem a carreira de tua
vida e suas principais vir-
tudes.

5. Ac primum video te
puerum probum,
Matris delicias, in patrio
solo,
Jam te heroa Gaüchum
Sperantem fore somniis.

E primeiro vejo-te como
bom menino, delícias de tua
mãe, no solo pátrio, já espe-
rando em sonhos te tornares
um dia heroi gaúcho.

6. Sed mox attulit huc, ad
caput Imperii,
Te Joanna, parens opti-
ma, literis
Formandum, quibus unus
Excellis cito ceteris.

Mas logo te trouxe cá,
para a capital do Império,
Joanna, tua boníssima mãe,
para que te formasses nas
letras, nas quais tu cedo ex-
cedes a todos os mais.

7. Tum discis medicinam,
altius appetens,
Supremis studiis, ac me-
dici anulum
Viginti jam adolescens
Annorum capis aureum.

Em seguida estudas me-
dicina, aspirando mais alto,
com elevada aplicação, e,
jovem de vinte anos, já re-
cebes o anel de ouro, distin-
tivo do médico.

8. Tricenarius inde ut ju-
venis regis
Musá Bibliothecam aus-
pice Publicam:
Mire disposuisti
Libros ante sine ordine.

Depois, aos trinta anos,
diriges a Biblioteca Pública
(*Nacional*), sob o auspício da
Musa: catalogaste de modo
admiravel os livros, até então
sem ordem.

9. Robustumque virum Cae-
sarca in domo
Quinde te conspicio? Dux
ibi tunc eras
A matre imperiali
Proli altae triplici datus.

Homem feito, no vigor da
idade, porque te vejo na
Corte? Mestre alí eras então
encarregado pela mãe impe-
rial de educar seus tres
nobres filhos.

10. Sed quid nunc video?
Discipulis vale

Mas que vejo agora? Já
dizes adeus a teus discípulos,

- Jam dicis lacrimans? Hi quoque lacrimant,
Affecti exsilio atro,
Vi divulsi ab amante te entre lágrimas? Esses também se debulham em pranto, atrozmente exilados e com violência arrebatados a ti,
11. Praeceptore suo. Qui dolor is fuit
Cogens ad lacrimas! Quorum ubi fis memor,
O Baro, ex oculis clam seu amoroso preceptor. Que dor foi essa, arrancando lágrimas! Todas as vezes que delas te lembras, oh Barão, rola-te ainda agora furtivamente uma lágrima dos olhos!
Vel nunc gutta cadit tuis!
12. Complens lustra decem, robore ferreo
Propugnator eras municipium omnium
Scriptorque in populi actis Hic tunc egregie editis.
Completo dez lustros, foste, com férrea energia, propugnador de todos os teus concidadãos e escritor no jornal popular, que então egregiamente aqui se editava (*Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araujo).
13. Sexto vitae ali quando decennio
Languescunt homines, strenuus arduum
Tu pensum duplicasti Praeceptor juvenumque dux.
No sexto decênio da vida, quando outros homens languescem, tu, denodado, duplicaste o árduo trabalho, como preceptor e educador da juventude.
14. Reges qui imbueras moribus optimis,
Non spernis fieri pauperibus pater
Orbis mille puellis Trinis usque decenniis.
Tu que instruiras príncipes nos bons costumes, não te desdenhas de te tornar pai de mil pobres donzelas orfãs, durante trinta anos continuos (no *Asilo Araujo*, 1899-1931).
15. Adsunt cunctae hodie, quas aluisti amans,
Pupilae memores, en, genibus pie
Nixae, grata tuaeque Figentes manui oscula!
Eis que hoje se apresentam todas aquelas que, amoroso, educaste; tuas pupilas reconhecidas, piedosamente ajoelhadas e imprimindo em tuas mãos ósculos de gratidão!

16. Et libros video scribere
te optimos
Graecae et grammaticae
tradere literas:
Graecum namque ad-
masti
Praeter cetera maxime!
17. Vox me deficiat, dicere
si velim,
Quaenam praestiteris
munera coetui
Praeclaro Historicorum,
Tota aetate hominum,
impiger
18. Rhetor perpetuus, rector
et editor.
Actorum. Merito est haec
tibi tessera:
"Non recuso laborem!"
Felix, cujos honos labor!
19. Tandem jamque senem
tete Academici
Dignarunt socium: gloria
tu gregis
Immortalis et usque
Cinctus laureola senex!
20. Paucos ante dies tu ju-
venis senex
Ardenter celebrasti Ar-
chiepiscopum
Nostrum festa agitantem
Caelestisque viae ducem.
21. O caeli pretium nos tibi
maximis
Optamus precibus! Qum-
que aliquando jam
Centenarius heros
Fors evaseris, haec sonas
- E vejo escreveres ótimos
livros e ensinares as letras e
a gramática gregas: pois do
grego te enamoraste acima de
tudo!
- Faltar-me-ia a voz, se
quisesse dizer, quais os ser-
viços que prestaste ao pre-
claro Instituto dos Historia-
dores, durante toda uma ge-
ração tu, seu incansavel
- orador perpétuo, redator e
editor das Atas. Com razão,
esta é tua divisa: "*Non recuso
laborem!*" Feliz quem põe sua
glória no trabalho!
- Enfim, já ancião, os Aca-
dêmicos se dignaram de re-
ceber-te como confrade:
glória imortal és tu do grêmio
e ancião cingido de laureis
para sempre!
- Ha poucos dias ainda, tu,
ancião jovem, celebraste com
ardor, por ocasião do seu
jubileu, o nosso Arcebispo,
guia do caminho do céu.
- Oh, o galardão do céu te
desejamos nós com preces ins-
tantes! E quando algum dia,
por ventura, chegares mesmo
a ser *herói centenário*, possas
tu entoar o seguinte:

22. "Nunc dimittis in pace "Agora despedes em paz
 hunc famulum tuum este teu servo, tu Senhor su-
 Summus tu Dominus; premo; pois vi e ensinei as
 nam docui videns divinas bondades, em louvor,
 Divinas bonitates de minha gente!"
 In laudes populi mei!"

Dr. J. A. Padberg-Drenkpol, professor da Universidade do Distrito Federal.

A ode está composta na mais variada das estrofes *Asclepiádicas* (coriâmbicas), empregadas bastantes vezes por Horácio, p. ex., no seu lindo canto à fonte de Bandúsia (*Od.*, III, 13). Consiste ela em dois versos *Asclepiadeus menores*, conhecidos pela primeira ode horaciana: "*Mecenas atavis edite regibus*". Acrescem-lhes um verso *Ferecrático* e outro *Glucônico*.

QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA, EM 10 DE JULHO DE 1936
 (1.619ª SESSÃO), EM HOMENAGEM À DATA CENTE-
 NÁRIA DO NATALÍCIO DE CARLOS GOMES

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

As dezesete horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Conde de Affonso Celso, Manoel Cicero Pe-regrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Luiz Felipe Vieira Souto, Francisco Radler de Aquino, Affonso de Escragnolle Taunay, Basilio de Magalhães, Nelson Coelho de Senna, Braz Hermenegildo do Amaral, Helio Lobo, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Virgilio Corrêa Filho, Rodolfo Garcia, Sylvio Rangel de Castro, Monsenhor Frederico Lunardi.

O sr. Fleiuss (1º *secretário perpétuo*) leu a ata da sessão anterior, realizada a 16 de junho, a qual foi aprovada sem discussão.

O mesmo sr. secretário perpétuo leu depois as *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, relativas à data da sessão e, em seguida, os seguintes pareceres da Comissão

de História, os quais foram aprovados e enviados à Comissão de Admissão de Sócios:

—“Foi proposto para sócio correspondente deste Instituto o escritor argentino Sr. Enrique de Gandia, notável homem de pensamento que, em pleno fulgor da juventude, conta já grande número de trabalhos nas lides da imprensa volante, nas belas letras, na pedagogia e na história.

No campo da heurística do seu país, — onde já foi laureado com um prêmio — firma o seu nome diversos ensaios, entre os quais julgamos de nosso dever pôr em destaque os denominados *História del Gran Chaco* (1929), *História de la Conquista del Río de La Plata y del Paraguay* (1931), *Límites de las gobernaciones sudamericanas en el siglo XVI* (1933), *Alanís de Paz: un gobernador desconocido del Río de La Plata en el siglo XVI* (1934) e *História de Santa Cruz de la Sierra — Una nueva republica en Sud-America* (1935).

Em qualquer uma das produções intelectuais do sr. Enrique de Gandia — que tem ainda vários opúsculos sobre arte, genealogia e pedagogia — verifica-se possuir o autor boa cultura geral e louváveis predicados de investigador e de estilista. Tais qualidades são postas de manifesto nos livros acima citados, bem como num dos últimos saídos de sua pena e que se intitula: *Los derechos del Paraguay sobre el Chaco Boreal y las doctrinas del “Uti possidetis” en el siglo XVI*. Aí não só distingue ele as duas formas do *uti possidetis* — a *juris*, iniciada, em relação à América, pela bula *Inter caetera* (1493), de Alexandre VI e a *de facto*, da qual são máximas expressões, para as colônias ibéricas do Novo Mundo, os tratados de 1750 e 1777. Inclue ele neste derradeiro rol uma cédula real de 1536. É pena que o excelente volume traga errada (pág. 132) a data do Tratado de Tordesillas, que foi assinado a 7 de junho de 1494 e não em 1493.

Pertencente a diversos grêmios culturais da América e da Europa, o sr. Enrique de Gandia, estamos certos, virá honrar o quadro dos sócios correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A Comissão abaixo assinada é, portanto, de parecer que seja aprovada a proposta que se refere ao ilustre polígrafo argentino. Rio, 15 de junho de 1936. — *Basilio de Magalhães*, relator. — *Max Fleiuss*. — *Souza Docca*. — *Helio Lobo*.”

A Comissão de Admissão de Sócios, relator o sr. Ramiz Galvão.

— “Tomando conhecimento da proposta para ser admitido como sócio correspondente deste Instituto o sr. dr. Arthur Cesar Ferreira Reis, residente em Manaus, a comissão abaixo assinada vem apresentar sobre a mesma parecer favorável, pelas razões que passa a fundamentar.

Reune o proposto os mais brilhantes predicados morais e intelectuais. De alguns anos para cá, tem ele consagrado o seu formoso e elevado espírito a duas tarefas insignes e meritórias, quais a da educação da infância e a do culto das tradições do seu Estado natal. Provam-no sobejamente os seus últimos trabalhos, dados a lume de 1931 a 1935, e que são os intitulados *História do Amazonas*, *A explosão cívica de 1932*, *O ensino da História do Amazonas na escola primária* e *Manaus e outras vilas*.

Em todos esses opúsculos — cumpre-nos acentuá-lo — revelou-se notável o escritor amazonense, tanto pela castidade do estilo, quanto pela competência de pedagogo e pela probidade de investigador da nossa heurística.

Assim, a comissão abaixo assinada é de parecer que o sr. dr. Arthur Cesar Ferreira Reis honrará sobremaneira o quadro de sócios correspondentes deste nosso colendo grêmio.

Sala das sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 10 de julho de 1936. — *Basilio de Magalhães*, relator. — *Max Fleiuss*. — *Souza Docca*. — *Helio Lobo*.”

A Comissão de Admissão de Sócios, relator o sr. Tavares de Lyra.

— “O sr. Alvaro Salles de Oliveira, proposto para sócio correspondente do Instituto, é autor de um grande trabalho que se intitula *Moedas do Brasil*, constante de quatro volumes: o 1º sobre Moedas e Barras de ouro (elementos para o seu estudo), o 2º, Moedas e Barras de ouro (ensaio de classificação), o 3º, Moedas de prata e de níquel, carimbos e contra marcas, ensaios monetários e provas de cunho (ensaios de estudo e classificação), o 4º, Moedas de cobre, de bronze, e de outras ligas (ensaios de estudo e de classificação).

Tivemos ensejo de examinar, embora ligeiramente, os originais dos primeiros volumes. Ainda assim à rápida inspeção nos permitiu avaliar da importância da obra. Conhecemos sobre o assunto os trabalhos de Julius Meili, *Das Brasilianische Geldwesen*, da Viscondessa de Cavalcanti: *Catálogo de medalhas brasileiras*, e do coronel Laurenio Lago, *Medalhas e condecorações brasileiras*.

Pedimos ao erudito sr. Manoel Cicero que nos desse uma relação das obras desse gênero e o sr. 1º vice-presidente do Instituto teve a gentileza de nos fornecer uma relação completa e que é a seguinte:

Candido de Azevedo Coutinho — *Apreciação do medallheiro da Casa da Moeda*, Rio, 1862.

Idem — *Notícia sobre as moedas do Brasil*, Rio, 1867.

Idem — *Necessidade do aumento de senhoriagem na moeda auxiliar de prata do Brasil*, Rio, 1867.

Idem — *Estudo sobre a moeda de cobre e a subsidiária do Brasil*, Rio, 1869.

João Xavier da Motta — *Moeda do Brasil*, Rio.

Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil, Rio, 1881.

Julius Meili — *Das Brasilianische Geldwesen*, Zurich, 1897.

Miguel Archanho Galvão — *A moeda no Brasil* (Rev. Trim. do Inst. Hist., vol. LXVI, p. 2ª, 1905).

Catálogo da coleção numismática de J. G. de Sousa Braga, Rio, 1907.

Catálogo da coleção de medalhas brasileiras da Viscondessa de Cavalcanti, Paris.

Catálogo da coleção numismática de Augusto de Sousa Lobo, Rio.

Catálogo da coleção numismática de Bernardo d'Azevedo da Silva Ramos. Roma, 1900 (Catálogo organizado em Pernambuco pelo Dr. Cicero Peregrino, ao qual foram depois acrescentadas as peças que já pertenciam ao Sr. Ramos e eram todas ou quasi todas de ouro. Ao catálogo manuscrito da Coleção Cicero Peregrino, faz referência Julius Meili à pág. 237 do 1º volume da sua obra *Das Brasilianische Geldwesen*.

Numismática pernambucana (Inéditos do *Dicionário Histórico e Geográfico Pernambucano*), por F. A. Pereira da Costa. Publ. no *Jornal do Recife*, de 28 de novembro a 5 de dezembro de 1896.

Medalhas e condecorações brasileiras, por Laurenio Lago.

O sr. Alvaro Salles de Oliveira apresentará um trabalho que, sem favor, será dos mais importantes para o estudo da numismática brasileira e, nesta conformidade, acha-

mos que o Instituto só terá a lucrar com a admissão à classe para que foi proposto.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1936. — *Max Fleiuss*, relator. — *Souza Docca*. — *Helio Lobo*. — *Basílio de Magalhães*."

À Comissão de Admissão de Sócios, relator o sr. Manoel Cicero.

O sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpétuo*), iniciando os trabalhos da sessão, convidou para logar especial, no recinto, a senhora Itala Gomes Vaz de Carvalho, filha de Carlos Gomes, que foi saudada por grandes aplausos, e o Sr. desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, presidente da Corte de Apelação do Estado do Espírito Santo, notavel jurisconsulto e homem de letras.

Disse depois que a sessão significava a contribuição do Instituto, para o movimento glorificador do emérito maestro, movimento que está ocorrendo em todos os centros artísticos e literários do país e repercutindo no estrangeiro. Do autor de tantos primores de música, um dos quais a profonia do *Guaraní*, se tornou, por aclamação do povo, uma espécie de segundo Hino Nacional, vai enunciar o sentir e pensar da corporação o seu segundo secretário, Dr. Luiz Felipe Vieira Souto, que em vários trabalhos de investigações, biografia e crítica, já angariou, muito moço, honrosa nomeada.

Antes, porem, de convidá-lo a usar da palavra, devia lembrar que amanhã passará o também centenário de outro brasileiro illustre, a quem o Instituto não pode mostrar-se indiferente. É o ex-consócio Franklin Americo de Menezes Doria, Barão de Loreto, advogado, magistrado, poeta, escritor, professor, deputado geral, presidente da Câmara e de várias províncias, do Conselho do Imperador, a quem acompanhou na viagem de exílio, revelando sempre altas competências e nobre caracter. Tem vasta e variada bibliografia jurídica e literária. O país lhe deve assinalados serviços. Ha um traço ligando a biografia dele à de Carlos Gomes. Quando o imortal compositor trouxe a esta Capital a partitura de *Schiavo*, era o Barão de Loreto, ministro do Império, no gabinete do Visconde de Ouro Preto, e, nesse caracter, muito contribuiu, secundado pela Princesa imperial e pelo Visconde de Taunay, para que a ópera fosse executada no teatro Dom Pedro Segundo, pouco antes da queda da monarquia.

A sua honrada memória merece veneração e saudade. Com estes sentimentos, o Instituto se inclina ante ela.

Agradeceu, por fim, o comparecimento da brilhante assistência. Agradeceu particularmente à banda de música do Corpo de Bombeiros que, graças à benevolência do seu digníssimo comandante, coronel Aristarcho Pessoa, enalteceu a sessão, executando trechos de Carlos Gomes, de modo tão primoroso que ele, si os pudesse ouvir, de certo, com grata satisfação, os aplaudiria. (*Palmas.*)

Assomando à tribuna, o Sr. Luiz Felipe Vieira Souto proferiu o seguinte discurso:

CARLOS GOMES

"Assistimos a uma apoteose... mas antes dela houve uma dolorosa tragédia de sofrimentos..."

CESAR AUGUSTO MARQUES.

Sofrer tem sido apanágio dos artistas.

Arte e sofrimento viveram sempre irmanados, em todos os tempos. Não cabe citar exemplos. A profusão é enorme. Basta atentar um momento muito curto mesmo, para ter-se idéia desta verdade inconcussa. Faz crer tenha a natureza propositalmente unido os dois, para melhor exaltar, por uma espécie estúrdia de pensamento, os predestinados à glória.

De fato, quem mais sofre, mais aguça a sensibilidade, provocando série de reações várias que, aproveitadas por um talento superior, vem produzir a feitura de obras palpitantes de realismo, onde o reflexo dos momentos vividos apresenta-se sob matizes variados, mas também retratando fielmente os descontraídos estados da alma de seu autor.

Entre os artistas brasileiros, as conjunturas da vida prática têm-se feito sentir com irrefutável fereza, tornando-lhes o peregrinar pela existência, nem sempre muito longa, verdadeiro calvário. Raros, raríssimos, são os que têm encontrado um oasis para saciar a sede de sofrimentos agros que têm sido o diuturno viver dos homens de espírito. Na mente de todos perpassa, como procissão esfumada, falange deles, e cada um de per si, voltando-se para um trecho de imensidão brasileira, relembra, entre aquela coorte imensa, no-

mes que talvez em condições outras tivessem tido projeção imorredoura.

O dia é para comemorar um músico cujo centenário natalício passa. Olhemos apenas os músicos. A luta é incessante. Não ha tempo para estudar; a inspiração é tolhida pela premência de ocasiões para deixá-la expandir-se; faltam os meios para produzir, a labuta pela subsistência afunda-se em desânimo e as inspirações perdem-se irremediavelmente.

Poucos têm conseguido vir à tona neste singular naufrágio da vida. Destes, o que mais alto subiu foi Antonio Carlos Gomes, artista máximo, na expressão feliz de Alfredo de Eschagnolle Taunay, também artista e destacado nas letras pátrias.

Viveu e produziu o mestre campineiro sessenta anos de peleja intensa, de sofrer quasi constante, conseguindo no tumultuar das decepções e dos desenganos deixar grande número de obras ímpares, suficientes para sagrá-lo o maior compositor lírico das Américas.

Guaraní e *Colombo*, pontos extremos da carreira artística de Carlos Gomes, na maturidade, para consagrá-lo bastariam. Mas, entre estas duas óperas, outras de concepção maior e mais alto consolidaram-lhe o renome.

Volvendo os olhos para a Pátria que o vira nascer e para a que tão bem o recebeu, procurou na história delas, principalmente, assunto para quasi todas. Na primeira (é preciso considerar que não me refiro às duas escritas antes da sua partida para a Itália), refletiu a poesia das matas verdejantes, o cascadear do Paquequer, do indígena indômito, cujo sangue lhes corria nas veias, dando-lhe acentuado cunho de liberdade ao character; do nobre português conquistador e colonizador, dos adventícios cubiços. Na segunda, os céus venezianos serviram de docel à tragédia de amor, sem fugir à reprodução de fatos habituais na época estudada. Para vingar a incompreensão com que receberam esta manifestação admiravel do seu talento, aliás rapidamente retratada, compôs célere outra, baseada em conflito de sentimentos em uma alma de artista, vacilante entre a Pátria napolitana sob o jugo espanhol, e a mulher querida.

Torvo assunto, bebido em drama romântico, sanguinário mesmo, serviu de motivo para a quarta, não sendo feliz a escolha, de que redundou em grande parte o quasi esquecimento desta partitura tão trabalhada e de inspiração ele-

vada. Novamente, volve para a Pátria as vistas e sobre um libreto detestavel e absurdo compõe um hino em prol dos escravos. Que importa tenha sido a vítima um indio, se a tese era applicavel aos infelizes africanos? Merece por isto ter associado seu nome ao de Antonio Castro Alves, o poeta dos míseros escravos. A penúltima levou-o ao terreno da fantasia, do legendário, e através tres atos num país de sonho, de canto de fadas, desenvolve sobre o amor, sua aspiração tão rica. Quiz na derradeira ser inovador, voltando à história do continente, sua Pátria esta. Foi infeliz, por progredir; e o que hoje nos extasia, naquela época teve a frialdade esmagadora dos auditórios.

A glória veio tarde, mas sempre veio. Avolumou-se e cada vez mais a justiça dos homens tem se penitenciado por não haver corrido quando devia ao grande brasileiro Deste arrependimento, a posteridade procura redimir-se, exaltando a glória imortal do autor do *Escravo*.

Aos 11 de Julho de 1836, na cidade de Campinas, da província de São Paulo, nasceu Antonio Carlos Gomes, do terceiro matrimônio de Manoel José Gomes. Seu pai, mestre de banda de música, procurou sempre incutir o amor pela arte que professava aos seus 27 filhos. O joven campineiro iniciou a carreira musical tocando triângulo, sob a direção paterna. A inclinação musical crescia, de par com o desenvolvimento físico e, fêrvido admirador de Verdi, era aos 15 anos, tentando já aí compor sobre motivos de outrem que melhor o haviam impressionado, professor de piano e organista na igreja local.

Opunha-se o pai a que viesse estudar na Corte. Talvez por egoismo, pois na banda era de utilidade enorme, de vez que executante de vários instrumentos. Nestas ocasiões, o desânimo e a revolta revezavam-se no seu sentir. Era-lhe bálsamo a amizade do irmão José Pedro de Sant'Anna Gomes. Contudo, repugnava-lhe desobedecer. De character reto e indomavel, não deseja usar de meios que arguia reprováveis, para não merecer doestos motivados. Mas a Corte e o seu Conservatório de Música, dirigido por Francisco Manoel da Silva, fascinavam-lhe a todos os momentos. Só a fuga e a proteção imperial poderiam fazer do professorzinho de piano de província o que ele desejava ser e poderia vir a ser si aproveitadas com sapiência as qualidades inatas que sentia exuberantes.

A oportunidade tardava, mas a excursão a São Paulo, em companhia do irmão, proporcionou-lhe o esperado ino-

mento. Os estudantes paulistas, subjugados pela inspiração do *Hino Acadêmico*, feito para eles, quasi de improviso, onde a música sublinha grandiosa os versos de Bittencourt Sampaio, deram-lhe a coragem que apenas esperava, latente, um incentivo para manifestar-se plena e irrefreável. Os conselhos anteriores do erudito e sensato dr. Theodoro Langgaard vieram-lhe à mente, corroborando a idéia esposada pela mocidade do convento de São Francisco. Num desabafo além do hino, ficou para sempre, como exemplar de sentimento brasileiro, da alma sonhadora, a modinha *Quem sabe?* Não mais resistiu e despedindo-se do irmão, rumou para a Corte de onde invocou o perdão paterno. Não tardou a chegar a desejada carta, enriquecida de mesada mensal. Por intermédio da Condessa de Barral, a quem viera recomendado, foi-lhe facil avistar-se com o Imperador, conseguindo deste matricular-se no Conservatório.

O progresso foi rápido e fulgurante. No encerramento do ano escolar de 1860, foi executada cantata de sua autoria, rica de inspiração e modelar de técnica. Mas, nas vésperas da execução cae, subitamente, acometido de violenta enfermidade. Cria um todo impossível o comparecimento do joven musicista para dirigir a obra que deveria dar-lhe a láurea tão cubiçada. No momento em que, a postos, os executantes iam, sob a direção de outro, dar início ao seu trabalho, surge Carlos Gomes, ardendo em febre, o olhar desvairado e, rápido, antes que pudessem obstar este ato de verdadeira loucura, assume a regência e recebe, ao findar, a primeira consagração pública. Era o primeiro passo no caminho da glória, para ele tão árduo e difficil.

Depois de curta convalescença, em Campinas, retorna à Corte e faz executar na igreja de Santa Cruz dos Militares a cantata: *A última hora do Calvário*, oratório inspirado em composição poética de Antonio José de Araujo. Valeu-lhe esta manifestação artística a nomeação para o cargo de regente e ensaiador do Teatro Lírico Nacional. No tempo era uma realidade a ópera nacional e em contacto com elementos prestigiosos, poudo realizar o sonho muito tempo pensado de compor uma ópera. José Amat, diretor da organização, pediu ao poeta Antonio José Fernandes dos Reis, extraísse do romance de Antonio Feliciano de Castilho, o cego sublime, um libreto com o mesmo título: *Noite do castelo*. Para libreto nacional, não é dos piores, apesar de assunto explorado várias vezes, e bastante trágico. Saiu-se bem o joven

compositor. Não é obra prima, mas, como primeira tentativa, foi promissora. O patriotismo fez sucesso inenarrável. Francisco Manoel dirigiu a representação, levada a efeito aos 4 de Setembro de 1861, no Teatro Provisório. O Imperador condecorou-o com a ordem da Rosa; os campineiros ofertaram-lhe uma batuta de ouro e a orquestra uma de unicórnio.

Dois anos depois, aos 15 de Setembro de 1863, era no mesmo teatro levada à cena outra ópera sua. Esta, tendo libreto de Salvador de Mendonça, foi considerada a melhor manifestação, poética do gênero, feita por brasileiro a *Joana de Flandres*, ou *A volta do Cruzado*, demonstrou as qualidades raras de Carlos Gomes, apenas dependendo de um pouco mais de estudo e conveniente polimento, que só um centro artístico adiantado poderia fornecer.

O Imperador resolveu mandá-lo para a Alemanha, mas preferiu Carlos Gomes a Itália. Talvez tenha errado; o tempo encarregou-se de mostrar a queda iniludível pelos processos de Ricardo Wagner e embora suas óperas sejam mais próximas da escola italiana, em *Fosca*, *Maria Tudor*, e, sobretudo, *Condor*, a inclinação pelo gênio de Beyruth é evidente.

Percorreu diversos centros europeus, a auscultar as manifestações artísticas de cada um, no terreno da música. Fixou-se em definitivo aos 9 de Fevereiro de 1864, na cidade de Milão, em cujo Conservatório não teve matrícula, por ser estrangeiro. Lauro Rossi, diretor do mesmo, foi, graças à intervenção de amigos, seu professor particular. Tornou-se o mestre, entusiasta do discípulo forasteiro, rasgando-lhe os maiores elogios, até a conquista do título de maestro compositor, outorgado em seguida de provas brilhantes, levadas a efeito nos dias 5 e 6 de Julho de 1866.

Em 1º de Julho de 1867, no Teatro Fossati, era representada uma revista do poeta Antonio Scalvini, musicada por Carlos Gomes. *Se sa minga* fez a volta da Itália, sendo levada em todos os teatros do país e grangeando fama ao autor. *Nella luna*, outra revista, no ano seguinte, aumentava a fama em derredor do nome do esquivo paulista. Mas não era isto o desejado pelo joven músico. Queria compor uma ópera de grande espetáculo, que lhe fosse marco definitivo na vida. Começou aí a luta com os libretistas, luta que teve de sustentar até o fim. Scalvini mostrou-se pouco inclinado a satisfazer-lhe os desejos, mas, assim mesmo, após acaso não previsto, iniciou a feitura de um libreto calcado

no romance de José de Alencar, que revolucionara os meios intelectuais brasileiros e em traduções começava a carreira vitoriosa além das fronteiras. Não terminou, por motivo fútil, os versos do *Guaraní* e teve Carlos Gomes de valer-se de Carlo d'Ormeville para alcançar o fim colimado. Resolvida a primeira parte, pôs mãos à obra e não descansou senão quando terminada a partitura de sua ópera. A direção do Teatro Alla Scala, de Milão, criou dificuldades para a montagem da peça. Mais uma vez a munificência imperial foi seu valimento. Graças ao poderoso auxílio, todos os óbices foram afastados e, aos 19 de Março de 1870, o velário do vetusto teatro milanês descerrou-se, após curto período (a sinfonia que tanto fala à nossa alma de brasileiros, a ponto de ser considerada segundo hino nacional, só foi incorporada à partitura no ano subsequente) para a batalha decisiva da vida e da glória de um brasileiro. O coro dos câçadores, onde a influência de Mehul é flagrante, agradou, principalmente pelo diálogo nele intercalado, primeiro tema melódico de rara beleza da ópera; a entrada de Perú, a balada de Cecilia, foram maravilhando a sala: a solenidade da Ave Maria, cheia de harmonias contemporâneas, ao dealbar da tarde, quando a nostalgia das terras longínquas fazia com que todos elevassem ao Altíssimo o pensamento, prepararam o ambiente para o dueto que termina o ato, o mais popular de todos os trechos da ópera. No segundo, o drama acentua-se fortemente, a começar pela ária de Perú, crininosamente sacrificada de há muito, sem razão plausível, nas representações, quer aqui, quer fora; a canção do aventureiro, modelar, por ter mostrado quanto Carlos Gomes evoluiu, adaptando sua inspiração ao carácter dos diversos personagens. No libreto fizeram do frade apóstata de José de Alencar, um espanhol conquistador sem escrúpulos; Carlos Gomes cingiu-se às contingências e deu-lhe feição acorde com a modificação. A balada de Cecilia parece refrescar a iminência da tragédia que se esboça cada vez mais tétrica. Os personagens são perfeitamente delineados neste ato. O seguinte, evoca os ritos bárbaros dos indígenas brasileiros e acentua a nobreza do índio guaraní. A invocação dos aimorés tem qualquer coisa de diabólica, correndo um arrepio, um frêmito de terror, ante a expectativa ansiosa dos ouvintes. O último ato culmina a obra de arte. Verdi imortal naquele tempo, não teve dificuldades em asseverar que o jovem brasileiro começava por onde ele acabava.

A fama surgiu súbito; em pouco o *Guaraní* era representado nas platéias as mais cultas, quer da Europa, quer da América. Só glória trouxe ao seu autor. Um editor ganancioso, durante o intervalo da primeira audição, fê-lo assinar contrato miserável, em que lhe tirava todos os direitos sobre a obra, em troca de uma quantia ridícula. Pobre Carlos Gomes! Teria sempre de padecer com os editores. Da rusga deles nasceriam cabalas contra as óperas futuras fazendo com que fossem vaiadas, obrigando-lhes a queda, embora momentânea, trazendo dissabores inapagáveis à sensibilidade tão grande do insigne campineiro.

O Brasil quiz conhecer a partitura que sagrara no estrangeiro um filho seu, e, no dia 2 de Dezembro de 1870, foi cantada sob a direção do autor, que pouco antes aportara à Corte, debaixo das maiores demonstrações populares. O sucesso ultrapassou o esperado. O Imperador condecorou em seu camarote o joven maestro.

Ainda desta vez, obstinou-se ele a não seguir os conselhos imperiais, indo aperfeiçoar-se na Alemanha. Talvez para demonstrar a não necessidade do estudo que julgavam fosse-lhe necessário, começou a cogitar na *Fosca*.

Um ano fazia que na Pátria haviam cantado o *Guaraní*, quando, na Itália, consorciou-se com Adelina del Conti Peri, musicista de valor e admiradora incondicional das obras de Carlos Gomes. Deste matrimônio nasceram tres filhos e uma filha. Dois precederam o pai no túmulo, causando-lhe ao coração amantíssimo dor imensa. O terceiro varão pouco viveu após a morte paterna. Resta sua filha, que tão bem tem se esforçado para conseguir na Pátria a justiça que mereceu o grande vulto da música brasileira. Constantemente vemos seus escritos, onde apenas quer justiça, na imparcialidade que os pósteros podem possuir.

Antonio Ghislanzoni escreveu para a *Fosca* um libreto aceitavel, o melhor que Carlos Gomes musicou.

Na noite de 17 de Fevereiro de 1873, o mesmo velário que se abrira para o *Guaraní*, descerrou-se para a nova ópera do paulista caipira, como ele próprio dizia. Mas, se a montagem e os ensaios haviam corrido calmos, se todos mostravam-se prontos a facilitar tudo ao maestro que tão bem fôra sucedido tres anos antes, o mesmo não se dava com o público, trabalhado pela inimizade dos editores, pelas intrigas dos melodistas, que, sem conhecimento da novel partitura, acoimavam-na de wagneriana.

Apesar de tudo, e com razão, considerou sempre Carlos Gomes a *Fosca*, sua obra prima. Modelo de feitura, admirável de técnica, talvez não possua as qualidades necessárias para avassalar público leigo, mas, aqueles que têm instrução musical suficiente para compreendê-la, hão de sempre tê-la entre as más perfeitas manifestações do engenho humano na arte musical. O dueto de barítono e soprano no terceiro ato culmina na partitura e seria suficiente para torná-la imortal. Contudo, o público milânês não a ouviu na primeira representação. Vaiou-a, pateou-a. O carioca fez o mesmo quasi quatro anos depois. O golpe foi do mais rude que poderia suportar Carlos Gomes. Restava-lhe o consolo de que Rossini fôra pateado no *Barbeiro de Sevilha*; Verdi, na *Traviata*, e Wagner, no *Lohengrin*.

A virilidade de seu ânimo não foi sinão momentaneamente abatida. Quiz demonstrar que teria o público aos seus pés, subjugado, no momento em que bem lhe parecesse. Escolheu um assunto tratado por muitos outros compositores, de valia e entregou-o ao mesmo Ghislanzoni para que lhe preparasse um libreto e em seis meses *Salvador Rosa* era realidade.

Teve logar a estréia no Teatro Carlo Felice, de Gênova, em 21 de Março de 1874. O êxito foi retumbante, o sucesso impar, a admiração do público singular. A popularidade da ópera foi instantânea. A cançoneta de Genariello correu a península, imediatamente.

Carlos Gomes é que nunca teve consolo do insucesso da *Fosca* e da vitória do *Salvador Rosa*. Ao seu amigo Taunay, confessou, ao assistir uma representação desta: "É sempre assim, o que nada me custou, o que escrevi apenas num momento de bom humor, causa todo este barulho, ao passo que a *Fosca*, que é um trabalho sério, consciencioso e cheio de valor, foi recebida friamente. Retrataram-se, é certo; cobriram-me de flores e palmas com a mesma *Fosca*, mas o golpe já estava dado. Desse tempo é que datam os meus primeiros cabelos brancos. Compôs *Salvador Rosa* em seis meses, como mero desabafo."

Verdade seja dita que *Salvador Rosa* nunca teve no Brasil a popularidade de sua irmã mais velha. Na Itália, sim, tornou-se a obra de Carlos Gomes mais representada, mais admirada. Na minha obscuridade, aliás, faço-lhe muitas restrições. Sou incondicional na admiração pelo *Guaraní*.

pela *Fosca* e pelo *Escravo*, principalmente por este último, em que a inspiração magnífica de Carlos Gomes faz esquecer por completo as incongruências e os absurdos do libreto.

Houve um lapso de tempo maior entre *Salvador Rosa e Maria Tudor*, do que entre as tres primeiras. Nas cartas ao amigo Taunay, dá Carlos Gomes explicação cabal dos motivos que o levavam a demorar no lançamento da obra em que depositava as esperanças mais fundadas. Toda a sua sorte futura dependia do êxito da nova partitura.

A velha pendência entre as casas editoras, acirrada mais do que nunca, iria lançar mão de todos os meios, por mais condenáveis e absurdos que fossem para servir ao ódio que as separava. *Maria Tudor* seria o campo de batalha. Até suscetibilidades internacionais, que haviam amargurado Víctor Hugo na tumultuosa representação do drama original, obrigando-o a declarações de que não havia intenção de ofensas, foram ressuscitadas, com o fim único de indispor o público com o maestro. Não valeu a qualidade dos executantes, o brilho da indumentária, a beleza da música. *Maria Tudor* nascera sob mau signo e ainda ultimamente entre nós, por questão mal interpretada de nacionalismo, foi o que todos presenciamos.

A estréia em 27 de Março de 1879 foi motivo para a maior vaia que as paredes do Teatro Alla Scalla presenciaram. Em carta a Taunay, Carlos Gomes nos dá notícia dêste acontecimento disparatado, a julgar pelo successo imenso da segunda representação, no dia imediato: "Na primeira noite a ópera principiou aplaudida, mas sentia-se uma corrente contrária, especial, vinda ao teatro para fazer rumor !

"Logo no princípio do segundo ato arrebentou a *trevoada*, calinou-se um pouco no terceiro, e... deu o estouro no quarto (o melhor da ópera !).

Nesta primeira noite (verdadeira noite), a ópera acabou acompanhada de gaitas, assobios, sanfonas e... não faltou o famoso cri-cri !

Voltei para casa fumando tranquilamente, em companhia de Celega e Paulo Lecourt, meus íntimos amigos, um italiano e outro francês.

Você ha de ficar de boca aberta, sabendo que na segunda noite a ópera obteve um successo completo e foi até bisado o dueto do segundo ato "Colui che non canta", desapareceram as gaitas e assobios e só se aplaudiu, mas o caipira não

estava no teatro; o público que me batizou em 1870, com o *Guaraní*, foi grosseiro na noite de 27 ou, por outra, estava bêbedo!

Na segunda noite já lhe tinha passado a carraspana, mas não era merecedor de ver a cara do paulista, e tem de esperar muito para ter este gosto!

A imprensa toda foi contra mim, e, ainda mais, não quis confessar o sucesso da segunda noite; era necessário que eu fosse uma esperança da Itália, um maestro italiano de sangue; e... compositor que compra artigos de jornais, coisa que nunca fiz e não farei nunca, ainda que arrebente."

O estilo epistolar de Carlos Gomes, muito incorreto quasi sempre, tem cunho pessoal característico e são interessantíssimas as expressões por ele usadas para exprimir o pensamento. Ainda sobre o insucesso de *Maria Tudor*, na estréia e o posterior sucesso, escreveu ele: "Uma ópera nova é como o queijo de Minas, quem gosta *fresco* e quem prefere *passado*, *ardido* ou *com bichos*!!"

No Brasil, contava Carlos Gomes com inimizades grandes e das peores, por gratuitas. Em compensação, tinha Alfredo de Taunay, Francisco Castellões e André Rebouças, incansáveis, desinteressados e verdadeiros amigos, sempre prontos a velarem pela reputação do ausente, a procurar manifestações geniais do maestro ausente.

Não conseguiram aparar todos os golpes e até na Câmara Alta, onde a voz de Ouro Preto levantou-se para corroborar as asserções de Taunay e mais tarde coadjuvarem com eficácia os esforços para a primeira representação do *Escravo*, no Rio de Janeiro, foram impotentes os que se batiam pelo glorioso patricio.

Data de *Maria Tudor* o início da estrada podregosa e abrupta que foi o fim da vida de Carlos Gomes. A luta foi terrível, curtiu as maiores privações. A casa que fizera nos arredores de Lecco terminou tendo de passar às mãos dos credores, por falta de auxílios que a pátria lhe devia. Não eram favores que pleiteava, quem tão alto, no estrangeiro, levantava o nome do torrão natal.

Compreendia ele muito bem todas as misérias humanas que desabavam em catadupa sobre sua cabeça sempre erecta, incapaz de curvaturas menos dignas. Sobre *Maria Tudor* escreveu novamente, referindo-se ao mal que lhe fizera a pateada da estréia, assunto ótimo para que os que na pátria queriam despedaçá-lo, atirá-lo do pedestal que erguera tão

trabalhosamente. "Ainda soffro com a injustiça que fizeram à Maria, à tua afilhada. A italianada que a pateou foi seduzida pelas intrigas e infâmias de meus inimigos, pela canalhada dos editores. Os meus inimigos no Brasil devem estar satisfeitos, mas tu, meu Alfredo, com o meu André e o meu Chico — deves estar com o coração apertado pelo mal que fizeram ao teu Carlos. Julgam que se acabou a fonte de onde brotou o *Guarani*, mas enganam-se inteiramente; o Gomes ha de trabalhar, ha de produzir, ha de mostrar a essa gentalha que não é um compositor de ópera bufa (como um jornalista meu inimigo, disse, ha dias!!) A Maria caiu em Milão, mas ha de voltar triunfante, para mostrar que não é uma borracheira !

"Meu Alfredo, tenho vivido horas amargas, apesar do consolo dos amigos; o que me sustenta é a fé no futuro. Quem tem amigos como Alfredo Taunay, André Rebouças, Chico Castellões, capazes de tantas dedicações, não pode desanimar.

Taunay e Rebouças têm o talento, Chico a bondade enorme."

Sem a mesada que o Governo lhe dava, voltou ao Brasil, dirigindo uma companhia de óperas, fazendo cantar aquí composições suas. Nos intervalos não descurava trabalhos para orquestra, romances, hinos e outras composições em que mostrava a riqueza de sua imaginação nas diversas modalidades musicais exploradas, sempre com felicidade. Em 1882 novamente veio ao Brasil, voltando para a Itália.

O esboço de libreto que Taunay lhe fornecera em uma mesa do Hotel de França, enquanto arrumava as malas, era para ele um pesadelo. Queria aproveitá-lo, mas o libretista a quem o entregara entrou a fazer modificações, arredando de quasi 250 anos a ação da peça e inçando-a dos mais estúrdios contrasensos. Da moxinifada resultante, foi, com o protesto de Taunay, musicada esta jóia lírica que é o *Escravo*.

Os empresários, vendo a quasi penúria em que se debatia Carlos Gomes, pensavam em fazer novo negócio semelhante à compra do *Guarani* e esperavam para isto o momento azado.

Debatia-se com denodo o músico brasileiro, defendendo o futuro dos dois filhinhos, preocupação constante de sua vida. Procurou o auxílio dos amigos no Brasil e estes não lhe faltaram.

Taunay conseguiu o apoio da Princesa Imperial e o de Ouro Preto. Com tão valiosos paraninfos, a representação do "Escravo", após lutar incessante com a má vontade dos empresários e dos artistas, teve logar no Teatro Lírico, a 27 de Setembro de 1889.

Em 2 de Outubro, no camarote imperial, é ele promovido a grande dignatário da Ordem da Rosa. Foi a derradeira vez que viu o Imperador, de quem diria mais tarde, quando provaria com ato meritório a gratidão imorredoura: "Se não fosse Pedro II eu não seria Carlos Gomes."

Em Campinas, onde descansava, tive notícia da queda da monarquia, do desabar do Trono brasileiro. Ficou inconsolável.

O Governo republicano manda-lhe um cheque vultoso para que componha o hino da proclamação da República. Apesar das agruras horríveis por que estava passando, dos encargos que o encerravam em círculo férreo, declina do convite, recusa a incumbência. Não podia escrever um hino à queda do velho e alquebrado monarca que o protegera tanto.

Vem novamente à pátria crendo conseguiria um logar, a direção talvez do Instituto de Música, em fase de reorganização. Nada lhe dão, alegando ser mais italiano do que brasileiro. Ofereceram-lhe cargo semelhante na Itália, mas não efetivam o convite por ser estrangeiro. No Brasil era italiano, na Itália brasileiro.

Tragava, resignado, o cálice amargo, que lhe coubera por sorte.

A direção do Teatro Alla Scalla encomendou-lhe, em outubro de 1890, nova ópera para a temporada a inaugurar-se em fevereiro do ano seguinte. A premência do tempo era angustiante, mas assim mesmo aceitou musicar o libreto de Mario Canti, bastante fantasioso.

A noite de 21 de fevereiro de 1891 foi de glória para o maestro. *Condor*, levada com apuro à cena do principal teatro da Itália, resultara em sucesso pleno. A evolução do artista brasileiro fazia-se sentir na ópera inteira e a crítica foi unânime em reconhecê-la.

Este dueto de amor através de tres atos onde os demais personagens são episódios a gravitar em derredor da Odaléia e Condor, valeu-lhe talvez a última, a derradeira alegria.

A crítica brasileira, tendo à frente a figura inconfundível de Oscar Guanabary, que desde a *Fosca*, em estudo memo-

ravel, fizera justiça a Carlos Gomes, foram favoráveis à *Condor*.

E', porem, de notar que este trabalho de Carlos Gomes permanece desconhecido na pátria, não tendo ainda merecido a apreciação de que é digno.

Carlos Gomes conseguiu tornar-se, entre os músicos de sua geração, inconfundível.

Quem ouve um trecho de qualquer de suas óperas reconhece imediatamente suas características. Não imitou ninguém. Mesmo quando ha laivos de outrem, é súbita a aparição da personalidade singular do autor.

No ano de 1892, já combatido pelos tórmentos físicos, que se manifestavam alarmantes e pelos morais, que se avolumavam, tomando proporções assustadoras, compôs a última obra de vulto da consideravel bagagem com que dotaria a posteridade. Foi inovador. Mais do que isto, precursor. Compôs *Colombo*, oratório em quatro partes, em que os cantores, à paisana, sem jogos de luz, nem cenários pomposos, interpretavam a epopéia da descoberta do continente americano. No Rio de Janeiro, onde estreou, foi *Colombo* recebido com acrimônia. Críticas ferinas atroaram de todos os lados. Nada foi perdoado.

Hoje, passados 40 anos, cessados os motivos causadores da atoarda, a posteridade reconhece o valor incontestavel da obra, a inspiração superior que perpassa em todas as páginas e a justiça tem-se feito sentir exuberante.

Pleiteou, quando da execução do *Colombo*, ser mandado a Chicago, para, na Exposição a se realizar, montar óperas suas, tornando conhecidas na América do Norte composições brasileiras. Prometeram-lhe tudo, nada cumpriram. Fizeram-no ir à Itália, de lá aos Estados Unidos, onde, com maiores sacrificios, conseguiu apenas realizar um concerto que, mau grado o êxito alcançado, de pouco serviu para o regente brasileiro, pois a animosidade dos brasileiros lá acreditados era clara e insofismavel.

Em 1893, novamente segue para a Itália. Aí aguardava-o sofrer tremendo. O filho, adolescente, deperecia a olhos vistos. Precisava de climas montanhosos e amenos. Não mediu Carlos Gomes sacrificios e tudo fez para salvar o herdeiro de seu nome. Os esforços foram baldados, apenas Deus, na sua infinita misericórdia, poupou-lhe a dor de ver morrer mais este, fazendo-o viver algum tempo mais do que o pai extremo.

O rei de Portugal condecora-o com a comenda de São Tiago, no Teatro de São Carlos, durante a representação do *Guaraní*.

Opera-se em Lisboa. O cancer na língua progredia rapidamente e a intervenção apenas era paliativo para dirimir maiores padecimentos.

Nesta ocasião, Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará, num gesto nobilitante e digno, convida-o para dirigir o Conservatório de Música, em Belem, recém-criado. Carlos Gomes aceita este encargo. Era o desafogo. O primeiro passo que a pátria pela mão de um filho ilustre dava para saldar dívida de gratidão.

Despediu-se dos filhos e da Itália onde colhera os louros da carreira tão brilhantemente encetada e tão afanosa e ingrata. De passagem por Funchal, viu André Rebouças exilado voluntário. De que foi esta entrevista, as lágrimas de ambos demonstraram.

No dia 14 de maio de 1893, o Pará recebeu-o condignamente. O respeito das almas bem formadas cercou o artista exangue.

Encontra forças para lutar, procura mostrar-se digno do cometimento que lhe fora dado. A magnanidade de Lauro Sodré tocava-lhe fundo a alma sensível.

A doença progredia rápida, o sofrimento físico avassalava o indomável paulista. Ao anoitecer de 16 de setembro, terminava em Belem, cercado de estranhos, mas de estranhos que haviam sabido mostrar ao Brasil o que lhe competia de ha muito ter feito, finava-se o maior compositor americano, glória altíssima do Brasil.

Não sei qual a razão das inimizades que fervilharam contra Carlos Gomes, a não ser a soez inveja das gralhas que não podiam emparelhar com ele.

A justiça, tardia embora, espocou imediatamente e o que em vida não haviam feito, fizeram de maneira triunfal ao morto, imediatamente.

Sempre que ouço as oito páginas da *Alvorada*, do *Escravo*, por uma associação de idéias, talvez incompreensível, sinto estampadas nelas a vida de Carlos Gomes. A escuridão da floresta, interrompida em seu silêncio noturno pelo piar lúgubre das aves agoirentas, a madrugada rompendo, os pássaros anunciando a luz que virá nos trópicos iluminar os mais recônditos esconderijos da floresta, até

o romper imponente da manhã, numa sinfonia de vida, de glória.

Laurindo de Britto, poeta bandeirante, em momento de felicidade, condensou em sua poesia, das mais modernas, a vida torturada e grandiosa de Antonio Carlos Gomes:

“Resõem vozes cristalinas

No céu,

Para glorificar

Na terra,

O grande filho de Campinas,

Que outrora,

Embora

Triste e doente, pobre e caluniado,

Com o coração torturado

Pelos espinhos cruéis da ingratidão;

Nobre entre os reis, heróico entre covardes;

Como um sol entre os vermes, refulgindo;

Transformando

Os apodos da inveja e as pedradas do egoismo

Na transfiguração

Das rosas de ouro da beleza,

Conquistou,

Para o orgulho de sua Pátria,

Para a grandeza do seu Povo,

Com as harmonias triunfais do *Guaraní*

Numa noite imortal a própria Eternidade...

As tuas óperas traduzem,

Oh! Carlos Gomes,

Na soberba orquestração

Da Natureza:

Os suspiros das frondes e os clamores do oceano;

Os mistérios das sombras e as apoteoses da luz;

Os rugidos e os cânticos, os sonhos e os pavoros

Das selvas americanas;

As ânsias e os delírios, as dores e as agonias,

Das paixões humanas,

Espelhando,

Num arroubo profundo,

As paisagens da terra e as tragédias do mundo.

Glória a ti, Carlos Gomes,

Que entre hinos dos homens e as bênçãos de Deus,

Com a sublime inspiração
Do teu gênio de artista,
Debuxaste,
No divino Painel da Música Universal,
A imagem do Brasil."

(Palmas prolongadas.)

O Sr. Presidente perpétuo anunciou que a próxima sessão será a 3 de Agosto e convidou para falar sobre o General Carlos Frederico Lecor, 1º Visconde de Laguna, o sócio efetivo Sr. Wanderley Pinho.

O sr. Conde de Affonso Celso, encerrando a sessão, pediu que todos ficassem de pé em homenagem a Carlos Gomes, a glória imortal do Brasil.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Luiz Felipe Vieira Souto, 2º *secretário*.

QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA (1.620ª SESSÃO), EM 3 DE
AGOSTO DE 1936, COMEMORANDO O CENTENÁRIO
DA MORTE DO GENERAL CARLOS FREDERICO LECOR,
VISCONDE DA LAGUNA

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(Presidente perpétuo)

Às 17 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Luiz Felipe Vieira Souto, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Ramón J. Cárcano, Affonso de Escragnolle Taunay, Thiers Fleming, Fernando Luis Vieira Ferreira, José Wanderley de Araujo Pinho, Helio Lobo, José Mattoso Maia Forte, Theodoro Sampaio, Lucas Boiteux, Manuel Tavares Cavalcanti, Emilio Fernandes de Souza Docca, Virgilio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Rodrigo Octavio Filho, Braz Hermenegildo do Amaral, monsenhor Frederico Lunardi e Alfredo Ferreira Lage.

(Não havendo comparecido o sr. Francisco Radler de Aquino, tesoureiro, que justificou a ausência, o sr. Presi-

sidente perpétuo convidou o sr. Affonso de Escragnolle Taunay a ocupar o lugar à mesa.)

O sr. Vieira Souto (2º *sècretário*) leu a ata da sessão anterior, a qual foi, sem discussão, aprovada unanimemente.

O mesmo sr. 2º secretário leu, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas á data da sessão.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*), abrindo a sessão, disse que a ordem do dia era a apreciação da vida e da obra do tenente-general Carlos Frederico Lecor, Visconde da Laguna, figura egrégia do último período do regime colonial e nos primeiros decênios do Império, e de cujo óbito passou ontem o centenário. Nascido em Portugal, naturalizou-se brasileiro, jurou a Constituição de 1824, serviu prestantemente ao nosso país. Conselheiro de d. João VI, barão português, os seus títulos de baronato e viscondado da Laguna recebeu-os do Brasil como justa recompensa de preciosos trabalhos. Aceitou gentilmente a incumbência de versar o assunto um dos mais jovens e prestimosos sócios do Instituto, e que já se tem recomendado ao conceito público por brilhante operosidade na política e nas letras. Para defini-lo é suficiente lembrar que representa galhardamente tres grandes tradições: a de Araujo Pinho, a de Cotegipe, e as dos Calmons. Com indubitavel aprazimento geral transmitia a palavra ao sr. Wanderley Pinho.

Aplaudidas as palavras do sr. Conde de Affonso Celso, leu o sr. Wanderley Pinho a seguinte conferência:

CARLOS FREDERICO LECOR

O nobre presidente deste Instituto — o ilustre sr. Conde de Affonso Celso — é desses homens felizes que mandam e imperam sobre quantos um dia dele se aproximam. A sua gentileza generosa vence e cativa as vontades mais rebeldes. Raríssimos terão sido aqueles a quem sobrou ânimo para lhe dizer não.

Só essa submissão, essa impossibilidade de contrariar a quem tanto me merece, dar-me-ia nesta tribuna — cujas responsabilidades não desconheço — a improvisar quasi uma conferência sobre um homem a respeito do qual tanto ha que estudar e dizer.

Surpreendido com a minha designação para falar no centenário da morte de Carlos Frederico Lecor, tendo apenas pouco mais de duas semanas para pesquisar-lhe vida e ação, sem tempo, sequer, de manusear todas as fontes arquivais em que poderia abeberar a informação desta palestra — o que vos vou dizer não é sinão um bosquejo, um esboço de estudo.

Naquele curtíssimo prazo pude tão só medir o que ha a esclarecer, criticar, narrar; apenas pude folhear pequena parte da grande quantidade de documentos que nossos arquivos guardam; relancear pouquíssimos livros pátrios, uruguaios e argentinos.

Palpei filões de metal de lei: — informação, verdade, razões e motivos; senti o que aqueles papéis guardavam: — certeza, encanto da realidade dramática, curiosidade de um character forte e sutil. Entretanto — minhas senhoras e meus senhores — trago-vos unicamente algumas pepitas, e ainda envoltas na canga impura da minha linguagem!...

Livros e documentos deixavam-me entrever um largo e belo panorama de onde se destacava uma grande e majestosa figura. Que linda tela! Que magnífico retrato — se me so-
brasse, além de tempo, engenho e arte!... Só me foi dado traçar com pesada mão, grossos traços de incompleto contorno.

Tende paciência; tende-a igual ao meu tormento; que nem o que eu pudera de melhor, e que sendo meu seria pés-simo, vos hei de aquí agora, dizer, por paga à tão generosa atenção de me ouvirdes.

* * *

A 30 de Março de 1816, entravam barra a dentro desta baía do Rio de Janeiro, naus de alto bordo, comboio de vulto em velas de porte. Chegavam de Portugal os Voluntários Leais do Príncipe, divisão numerosa de mais de 4.800 homens, portadores de glórias e nomes. Comandam-nos officiaes orgulhosos de antiga prosápia, ou nobilitados por serviços de coragem e sangue na guerra peninsular. Vêm todos ainda esbrazeados dos últimos clarões da recém-extinta fogueira napoleônica — à sua frente Carlos Frederico Lecor, depois Barão e Visconde de Laguna, e que na data de hoje, ha precisamente cem anos, quasi septuagenário, fechava os olhos para o mundo.

Tendo culminado nos postos da carreira militar — tenente-general — aureolava-o, já naquela ocasião, em pleno

vigor de seus 49 anos, o prestígio das lendas, entre as quais era lembrado o serviço útil de desmanchar uma ponte, com o que atrazara o avanço de Junot, dando tempo a d. João VI embarcar para o Brasil.

Quem tanto seria reparado por adiar e contemporizar, poderia responder com ironia que, *adiando*, permitira acontecimento de tamanhos resultados, sobretudo para este grande país, a que vinha servir e amar.

Não era o Brasil para ele novidade. Revia ceus e terras da América que conhecera na Baía, como tenente da guarda da nau *Príncipe Real*, em 1795. Mas não teve tempo de embriagar-se das belezas da Corte, descansando da travessia. Ia partir para plagas platinas, em comissão delicada e operações de guerra.

* * *

Debret nos deixou, num de seus desenhos, a lembrança daquela revista e parada de 12 de Maio de 1816, na Praia Grande, quando a divisão, que embarcaria nove dias depois, desfilou diante de d. João VI, da real família, de Beresford e de Lecor.

Faziam aquelas tropas contraste com as locais, pelo desgarrado, pela disciplina, pelos uniformes, pela manobra perita de soldados experimentados. Essa observação não escapou ao príncipe Maximiliano de Neuwied, que lhes gabou o desembaraço e o garbo, a "tournure tout à fait militaire", enquanto a outros contemporâneos irritava "certo ar de chibantaria" com que portavam suas fardas tafues.

As vitórias sucessivas que iam colher, porém, na campanha contra Artigas, não as lograriam aqueles veteranos, certamente desajudados dos cavalarianos do Rio Grande e dos milicianos de São Paulo e Santa Catarina.

Não repetamos; já é tempo de não mais repetirmos o que proclamam a sensibilidade pouco crítica e os exageros de fraternidade americana, à custa da exatidão histórica, ao lembrar dessa campanha da Cisplatina, que se pinta como empreitada de cubica desaçaimada, descabelada conquista e desrespeito à independência e liberdade de uma nação irmã.

Tempo faltaria agora, conquanto sobrassem argumentos, fatos, documentos, para desmentir o que nem mesmo sustentam escritores orientais e argentinos dos de melhor quilate e de mais ponderada isenção.

Baste lembrar o que era então a política sul americana, a situação de anarquia das antigas colônias espanholas da América, ainda em luta para se libertarem da metrópole, quasi todas pasto de combates recíprocos de caudilhos que ali semeavam, com a guerra, a divisão e o caos.

Baste recordar o que escreveram: entre nós, Oliveira Lima, Rio Branco e Souza Docca; entre os do Prata, Berra e Mitre.

Uruguai e Argentina mandaram ao Rio de Janeiro embaixadas solicitando a intervenção; orientais e argentinos ajudaram-na; entre os desígnios de organização monárquica dos que dirigiam Buenos Aires não repugnava a anexação disfarçada das Províncias Unidas, sob o cetro de um príncipe bragantino; entre as aspirações de paz e a reacção aos horrores da caudilhagem de Artigas não se opuseram, antes pugnaram muitos e muitos orientais como uma salvação, acolherem sob a protecção luso-brasileira a sua província.

A política exterior de d. João VI e seus ministros, todos sabemos, era hesitante e imprecisa, aliás como pediam, além do character do rei, os tempos e as circunstâncias. A Corte do Rio de Janeiro temia por-se ao lado dos rebeldes americanos, receiando uma luta na Europa com a Espanha; e temia aliar-se à Espanha, com receio de lutar, na América, com os rebeldes. Havia de marombar, trapacear, negacear.

Mas sem esquecer as antigas aspirações de limites, a velha política de expansão até o Prata, não podia a Corte sofrer os desmandos de Artigas tão na nossa vizinhança e até dentro das fronteiras do Rio Grande. Da Banda Oriental vinham pedidos de intervenção; de Buenos Aires não menos. O emissário Garcia insistia e a situação diplomática veio como que a obrigar.

Pois se o congresso de Viena tratara os interesses portugueses de somenos? Pois se não indenizara a Portugal dos gastos da guerra peninsular, dos prejuizos sofridos? E se nem ao menos lhe restituia a praça de Olivença, retida pela Espanha?

Só, portanto, no ambiente da América era possível mostrar decisão, fortaleza, espírito de represália, e reter, como um refém, uma província de Espanha e, ao mesmo tempo, levar a paz a povos que a pediam, exterminando um caudilho que era uma contínua ameaça à tranquillidade do continente e do Brasil, porque não realizar o grande golpe?

Foi Lecor o incumbido, e partiu, com escala em Santa Catarina, para desembarcar em Maldonado ou outro porto da costa do Rio da Prata, a ocupar Montevidéu, fortalecer-se na Colônia do Sacramento, "bater o déspota Artigas, reduzi-lo à última extremidade, sem necessidade de lhe dar quartel", expelindo-o para além do Rio Uruguai; proteger e pacificar os povos, respeitando-lhes usos e costumes.

Ia ocupar um território, formar aí uma capitania com governo próprio e interino, enquanto conviesse à segurança das fronteiras do Brasil, mas de modo que tirasse à operação político-militar toda e qualquer antipatia; evitasse o saque; concedesse condições de capitulação as mais liberais; conservasse patentes e soldos; não aprezasse gado, mas o comprasse e pagasse; respeitasse a organização política de cabildos e alcaides; adquirisse por todos os meios possíveis os ânimos dos povos para o serviço de S. M.; não investigasse os princípios políticos seguidos até então por estes ou aqueles orientais; protegesse os párocos e os chamasse ao partido da corte portuguesa; admitisse como cadetes os moços pertencentes às famílias de Montevidéu que estivessem no caso de ser admitidos; conservasse os corpos de milícias da província com seus privilégios, não esmerando muito na disciplina delas para não mortificar os homens. E, ainda que fosse combater Artigas com aqueles rigores, não excluísse a hipótese de com ele pactuar, se ele se conformasse em dissolver suas partidas, viesse residir no Rio de Janeiro ou onde S. M. permitisse, com o soldo de coronel de infantaria que se lhe daria e a faculdade de vender seus legítimos bens.

Lecor seria ainda mais brando do que tais instruções aconselhavam.

* * *

Sabeis que estas não puderam ser obedecidas quanto ao seu desembarque em Maldonado ou outro porto do Prata. O mau tempo e os ventos contrários levaram Lecor a marchar por terra e pelo litoral de Santa Catarina ao Rio Grande e ao Estado Oriental.

Nos limites de uma palestra não caberia a crítica às operações militares da expedição, louvadas unanimemente pelo acerto dos planos e pela perfeição e felicidade da execução. As forças entraram por colunas destacadas e, onde quer que encontraram as de Artigas, as derrotaram.

Artigas tinha o orgulho indomável do homem que obedece aos instintos e o primarismo da bravura que não raciocina. Os seus sucessos, o hábito das vitórias animavam-lhe a confiança e a certeza de que a sua arte guerreira era infalível. Manda ao seu Andresito (aquele índio que era todo o seu desvelo) invadir as Missões; dispõe de forças de socorro em Mandisovi; ele próprio se vai colocar perto de Santa Maria; destaca Otorquez até Santa Tecla, enquanto Rivera ocupava com as milícias de Maldonado a campanha de Santa Tereza. Pensava em atrair às Missões uma parte do exército luso-brasileiro, para envolvê-lo com seus contingentes de Santa Maria e Santa Tecla, e ao mesmo tempo Rivera e Otorquez se incumbiriam de rechassar a coluna que viesse realizar a invasão pelo litoral.

Mitre que, além de historiador sereno, era um perito na arte militar, faz o elogio do plano de Artigas, comparando-o ao de Scipião, o Africano, ao buscar a salvação de Roma em Cartago. Faria honra a qualquer general: — “não só atrevido no sentido de ofensiva, senão também prudente no sentido de defensiva”. Mas, diz Mitre: era um plano superior à inteligência de Artigas e seus tenentes, e, carecendo de base segura, que era a conservação de Montevidéu, havia de fracassar. Berra, o historiador oriental, atribue a derrota das colunas de Artigas à ignorância dos chefes, à indisciplina dos soldados e à maneira bárbara de fazer a guerra.

No desenvolvimento das batalhas Artigas e seus companheiros usavam de uma tática que reputavam indiscutível, mas que resultou desastrosa: a de estender as forças em ordem aberta sobre um grande terreno para cercar o inimigo — expediente de pouca sabedoria, que permitiu, por exemplo a 900 luso-brasileiros vencerem em India Muerta a 1.400 homens de Rivera.

O certo é que, em S. Borja, Abreu desbarata as forças de Andresito; Berdun é batido em Ibiracoá por Menna Barreto e chega a vez do próprio Artigas amargar a derrota em Corumbé pelos que comandava Oliveira Alvarez. E Lecor, penetrando no território uruguaio, vai de S. Miguel a Santa Tereza e a Maldonado e, depois de ver Rivera destroçado em India Muerta, chega a Montevidéu, recebido debaixo de pátio com “te-deums” e honras. Com ele vinham orientais que aconselhavam a invasão, vinham milícias que iam aderindo.

Vencia nas batalhas a boa arte da guerra e a disciplina, vencia na "campanha" e nos "pueblos" a persuasão, a idéia da paz, a proteção da ordem.

* * *

Atravessando campinas orientais, Lecor aumentava as disposições de seu espírito para a pacificação e sentia crescer-lhe a simpatia por aqueles povos e por aquele país. Encantavam-no os panoramas que se lhe desdobravam na marcha. Vinha da Europa, das labutas de outra guerra. Tudo aqui era diferente. Não via tapadas e quintas de Portugal, nem mirava, melancólico, o verde escuro de bronze dos olivais andaluzos, manchando com sombras a terra vermelha, sem relva, dos campos ibéricos. Terras do Uruguai tinham outra beleza, mais desafetada, menos cuidada pelo homem podia dizer — mais paradisíaca; eram como um afago da natureza, que parecia estender tapetes para recebê-lo, com aquelas fofas hervas que o cavalo pisava, esse encanto do campo uruguaio que Zorilla de San Martin celebra com um entusiasmo de vaqueano: "alfombra de vegetación herbacea, formada de más de quinientas especies de gramíneas que abriga el cuerpo de la tierra, como la piel de un animal, sob la que pasan estremecimientos vitales". Atravessando a Banda Oriental, Lecor devaneava na poesia da "vida carminosa" das águas de rios, arroios e banhados. E cedia ao abraço ambiente, desde aqueles longínquos fingimentos de serra, esgueirando falsas alturas, à custa da humildade modesta das cochillas, até aos tufo de florestas escassas e esparsas, interrompendo em hiatos a extensão ondulosa dos campos que os umbús salteam para orientação do viandante. A maravilha do homem europeu crescia ao descortino daquelas "lombadas elásticas que se reproduzem sem cessar... sobem e baixam, ondulam no espaço como enormes turgescências de seios núbéis que respiram dormentes". (Zorilla de San Martin). E o general aspirava embriagado aquela "atmosfera de alegria" que ali respirou Saint Hilaire, e cuja lembrança guardou em seus escritos.

Desde então Lecor foi um namorado daquele país.

E ainda amou aquela gente por sentí-la em desventura, batida e rebatida pelas guerrilhas, correrias e montoneras. E de 7 de março de 1817 um officio seu em que narra ao Conde da Barca: "desde que saí da capitania do Rio Grande,

como também em toda a digressão que tenho acabado de fazer pela campanha, recebi continuadas representações de famílias desvalidas que se achavam na última indigência e que, receando ser vítimas do estado em que esta província está, me requereram lhes permitisse o abrigo das tropas, não só para haverem alguns meios de subsistência, mas não correrem o victo dos partidos". Ainda que, como general, bem visse os inconvenientes de aumentar a retaguarda da coluna com essa cauda de necessitados, senti a impossibilidade de o negar aos que por tanta necessidade aquilo lhe pediam. E consentiu; sugerindo apenas que àqueles desgraçados se dessem terra e trabalho nas cochilhas do Rio Grande.

* * *

As instruções que trouxera, a simpatia que a terra e os povos orientais logo lhe inspiraram correspondiam à maravilha, à índole e ao caracter de Lecor.

E' desse character que vos quero falar. Não me ocuparei do general, mas do político, do conciliador paciente, do diplomata de traços finos, de sua finura tantas vezes esquisita e paradoxal, de sua inteligência culta servido de uma forma não raro tocada de ritmo. O que, sobretudo, desejo salientar são os rumos constantes da sua ação no Prata: — ele sempre pensou e agiu no sentido *humano* e *americano*.

E' percorrer-lhe a correspondência e sentir a simpatia pelo seu semelhante; o desprezo pelas violências preferindo contemporizar a vencer; a indulgência anistiadora; a boa fé que, se o engana, testemunha franqueza e lealdade; a benignidade pelos que sofriam; a fé nas soluções pacificas da habilidade tenaz. E é ler-lhe as cartas e officios e sentir, sem falha ou desfalecimento a sua preferência pelos americanos, pelos nativos, revoltados contra a metrópole espanhola, sentimento dominante que o ajudaria mais tarde a não hesitar e decidir-se a ser brasileiro, contra o Portugal onde nascera.

E, como o rei a quem servia, "preferia os enredos às pelepas". Estava sempre pronto a separar os adversários em dissídios, sabia como poucos manejar a espionagem, tinha vivo o dom de enganar; e usava a sedução paciente para captar, sendo habil em apreçar os que tinham que vir pelo interesse.

E dourava a tudo com o optimismo de quem tinha a certeza de pacificar e melhorar, crente de poder, sob a proteção luso-brasileira, fazer daquella país um paraíso.

* * *

Não perdia tempo em levar àquelas regiões benefícios. Mal chega, pensa em instalar na ilha das Flores um grande farol, que adquire na Inglaterra (30 de Dezembro de 1817 e 1 de Maio de 1819). E, quando (Outubro de 1819) se acentua o receio da Banda Oriental voltar às mãos dos espanhóis, lamenta pudessem estes retirar aquilo de que tanto se orgulhava: "para que nestes mares não fique à posteridade aquele glorioso padrão que, apesar deles, conserve o nome português no Rio da Prata" (1 de outubro de 1819).

Na "campanha" regularizava a propriedade e incentivava a cultura e a criação, com seu bando de 7 de Novembro de 1821 sobre terras realengas e sua venda e regularização dos títulos de propriedade rural.

Cuidava das estradas (5 de Maio de 1819); favorecia com uma loteria a fundação de uma casa de expostos (ofício de 27 de julho de 1819 a Vila Nova Portugal); encaminhava com louvores e interesse um memorial de Mr. Drapper que pretendia trazer colonos seus compatriotas — suíços — para a agricultura do Uruguai (11 de Setembro de 1824); e diligenciava junto a José Clemente Pereira para ali introduzir plantas e sementes "tanto úteis como agradáveis" como laranjeiras, fruta-pão, goiabeiras, ananazes, jasmims do cabo, trombetas, chorões, — e aquelas rozeiras de S. Francisco "que são uma árvore que a flor primeiro é branca, depois côr de rosa e morre roxa" (12 de abril de 1822).

* * *

Tinha Lecor opiniões e soluções imprevistas.

Andava ele carecido de trigo em Montevidéu. E Buenos Aires impunha aos que o exportavam, de maneira nenhuma o vendessem no porto ocupado por Lecor. Pois este achou meio de obter o trigo, tranquilizando o vendedor de que assim não quebraria a fiança a que se obrigara com aquela condição, mandando baldear para a fragata *Tenaz*, surta ao largo da baía de Montevidéu, o grão adquirido (24 de abril de 1817).

Certa vez chega a Montevidéu um navio com passageiros franceses que se destinavam a Buenos Aires, a servirem no exército desta província. Devia Lecor impedir ou dificultar a ida desses futuros combatentes para onde se transformariam provavelmente, em futuros inimigos. Entretanto, muito

ao contrário, o Visconde de Laguna facilitou-lhes a viagem até Buenos Aires. E assim justificou o seu procedimento: "o governo de Buenos Aires se verá mais apurado à proporção do maior número de estrangeiros que entram no seu serviço, principalmente franceses sem fortuna e desvalidos, não só pelo gravame que lhe faz o pagar-lhes os seus estí-pêndios e ajuda de custo, no mau estado das suas finanças, que os tem obrigado a suspender soldo aos mesmos nacionais, mas pela encômoda colisão em que o põem as murmurações dos filhos do país, que não podem tolerar a colocação dos estranhos" (28 de Agosto de 1817).

Em maio de 1825 as tropas de Lavalleja e Rivera separavam as de Lecor das de Barreto e Abreu. O general em chefe anciava por comunicações com aquelas colunas, mas não achava meios. Nisto chega à praça o prisioneiro brasileiro Ferrara com uma proposta dos rebeldes orientais a Lecor para a suspensão das hostilidades, afim de que "los pueblos se manifestassem pacificamente a respeito de suas vontades e futuro político. Era um expediente protelatório. Lecor não responde. Manda que o faça Ferrara por um official, dizendo que por este mandava comunicar a proposta a Barreto e Abreu para poder resolver. E desse modo conseguiu que o inimigo deixasse passar por suas linhas o agente de comunicações. O official levava instruções a Barreto para que respondesse a Lavalleja por palavras escapatórias e sem maior compromisso, e um pedaço de tafetá branco no qual devia por escrito responder a ele Lecor.

Doutra feita Lavalleja lhe dirige um officio e põe na sobrecarta a declaração de procedência: "Do governador e capitão general da Província Oriental". Ao parlamentar portador declara Lecor com altivez: não recebia aquele papel, pois só havia um governador e capitão general da província que era ele, nomeado pelo seu soberano... mas, informava para o Rio — "fiz contudo abrir sutilmente o mesmo officio de que mandei extrair cópia, que incluso remeto à V. Ex.", 28 de Setembro de 1825). E restituiu a sobrecarta, como se a não tivera aberto, naturalmente com a mesma altivez da inicial recusa.

* * *

São de notar em Lecor certos meneios de linguagem com alguma pretensão literária. Não se contentava de dizer e escrever bem e claro, preocupava-o a arrumação artística

com preciosismo amaneirado. E não lhe faltava, às vezes, um certo ritmo que ainda nos soa bem ao ouvido.

Aquí está um exemplo neste parecer que ele manda ao ministério, quando foi dos fundados receios da Corte do Rio de Janeiro de que a Espanha, abandonando mediações e diplomacias, se aprestava a mandar, em frota numerosa, uma divisão militar de forte poder para atacar Montevidéu e Santa Catarina.

Para começar perguntava Lecor: que será melhor — “retirar para as fronteiras e vir cobrir Santa Catarina, ou defender Santa Catarina e Montevidéu?” E passou a responder, com pena apurada, conceituoso e guindado, com reminiscências clássicas na forma castigada: “nas diferentes idades dos impérios têm influência vária os achaques políticos a que eles estão sujeitos. O mesmo mal na sua infância não os deixará continuar; no seu aumento os atrasará; no seu estado os fará decair e na sua decadência os levará rapidamente ao precipício. Devem, pois, os remédios ter aquelas épocas em vista, e ser, na infância, brandos; no aumento, decisivos; enérgicos no estado; e na decadência, paliativos”.

Teríamos muito o que dizer dessas noções de estatística e terapêutica política, mas vê-se que os officios de Lecor, com certa inspiração na *Suma Política*, de Sebastião Cesar de Menezes, não ficariam mal entre os de Vila Nova Portugal e os de Palmela.

Continuava o general letrado: “quando as nações estão ameaçadas de um mal extremo, o seu único e melhor recurso costuma encontrar-se nas resoluções extremas e na celeridade com que depois de ponderadas maduramente, passam a executar-se. Longo tempo e em vão têm muitos povos chorado o pernicioso efeito que lhes produzirão as meias medidas, com que pretenderão sair de colisões extremadas, e o vagar com que tratarão o que só com pressa aproveitaria; e muitas vezes têm pelo contrário, os grandes perigos respeitado o ânimo generoso que denodadamente arrasta, e surpreende com a rapidez das suas operações”.

Aquí o contemporizador, o *cuntactor*, o adiador, parece querer ter golpes de Alexandre, sem paciência, sequer, para desatar a adversidade.

Depois desse proêmio entra ele na apreciação dos fatos: “eu considero o Império do Brasil na segunda época da sua idade; no seu aumento; e julgo que é extremo o mal que dizem o ameaça. Cumpre, portanto, ser heróico e pronto

o remédio; muito principalmente havendo todas as probabilidades a favor do resultado e não podendo nunca o peor evento ser tão mau, como a falta de diligência para o arredar”.

Bem vemos sempre uma construção de frase elegante, certo torneio de linguagem tersa.

Não havia da parte do rei da Espanha apenas o empenho de sustentar um direito, mas espírito de vingança: “azedado publicamente pela nossa ocupação e ferido em particular pelos rumores que andarão na Corte do Rio de Janeiro sobre a morte da rainha sua augusta esposa, e que o haviam de chocar, sendo falsos: — porque forão inventados, e sendo verdadeiros: — porque foram descobertos”. Ora, a vingança e a tenacidade eram os “afetos mais dominantes do character de Fernando VII, era pois de recear muito que invadisse Santa Catarina a título de refrescar”, “fazendo-lhe reconvenções a título de represália” e, quando o incidente terminasse por alguma negociação, a Espanha receberia Montevideú “florescente, rica, adornada”, enquanto seria restituída Santa Catarina — “ermo e devastado aquele belo sítio em que apenas se verião vestígios confusos do que houvera sido e uma ou outra lamentavel recordação da crueldade espanhola”.

Este parecer caracteriza bem, alem da forma de escrever, a perspicácia política e o gosto diplomático de Lecor, nas previsões e suposições que alvitra, nas soluções e medidas que aconselha.

Restituída a Banda Oriental aos espanhóis, lá viriam de novo as questões de limites, obrigando o Brasil a continuados esforços “para repelir as demasiadas pretensões de semelhante vizinho, que talvez nunca julgue bastante, enquanto puder adiantar”. Tudo era de recear da paixão exaltada de “um rei em momentos de poder”, si o Brasil pudesse fazer presumir debilidade.

Não lhe escapa o louvor entusiástico a D. João VI. Estava o Brasil, dizia Lecor, em uma daquelas crises “em que S. M. costuma tomar aquelas maravilhosas deliberações que tão justamente lhe merecem o nome de Mestre dos Reis em Política”. E presumindo que se não pudesse, ou que não fosse conveniente opor força à força, expõe seus conselhos políticos com uma argúcia e lógica que não são para menosprezar, nem menos louvar. As operações políticas que sugere são em primeiro lugar intrigar para demorar por alguns meses em Cadiz a saída da expedição. O tempo decor-

reria favorável ao Brasil que melhor se armaria e seria sempre funesto à Espanha: — “aumentar-se-ão os fretes dos transportes alugados ao estrangeiro e o desgosto dos donos dos nacionais, que, desconfiando da paga, mais perderão quanto mais esperarem; as tropas comerão os víveres que se houverem acapado para a viagem, e quem sabe como se poderão acaprear outros; o dinheiro que se destina exclusivamente para a expedição, talvez seja aplicado a outro objeto urgente, que em uma nação empobrecida não será raro aparecer; a falta de soldos descontentará os soldados, levando-os à deserção; e outros inconvenientes paralisarão ou de todo ou por muito tempo os planos espanhóis”.

Os argumentos são de uma sedução a que nenhum espírito resiste. E foi, de fato, o adiamento da partida da expedição que a veio obstar e impossibilitar: — a peste e a rebelião evitaram, afinal, que a temerosa e temida frota se fizesse à vela em sua missão de reconquista da América rebelada, talvez de vingança à corte portuguesa.

Essa expedição espanhola que se aprestava em Cadiz foi um “papão” da época. Todos a temiam: os do Rio de Janeiro, Lecor e os de Montevidéu, os de Buenos Aires. Contando com ela Lecor definia outro dilema: “ou este país se entrega amigavelmente à Espanha ou pretende conservar-se para nós”. E formulava sua opinião: “no primeiro caso julgaria eu que deve ter-se em vista não só ficarmos bem com a Espanha e airoso com as outras nações, mas o consultar os nossos interesses e nossa própria segurança”.

Mas, como ficar bem com a Espanha, si se havia ocupado a província, demonstrado grande favor aos americanos, si ele Lecor exilara espanhóis por serem fieis à Espanha e até frades por aconselharem essa fidelidade?

Ouçamo-lo: “ficaremos bem com a Espanha mostrando com singeleza e muito naturalmente que a ocupação deste território teve com efeito por fundamento os motivos que diz a proclamação ministerial com que entraram as tropas; que só tratámos de estabelecer aquí um governo interino e com ele à ordem até que a Espanha enviasse forças capazes de segurar o país; que em benefício dela se compuzeram as fortificações antigas, se fizeram outras novas, e se empreenderam calçadas, molhes, hospitais, aquartelamento e outras obras públicas em que tanto se tem trabalhado, e, finalmente, que para melhor iludir os orientais que suspeitavam a nossa conduta, e desconfiavam de inteligência com a Espanha até se tomaram algumas medidas que pareciam opostas aos in-

teresses daquela nação, como fôra o estabelecer os atos do governo em nome de S. M. El Rey Nosso Senhor" e mais deportar frades espanhóis, admitir na administração americanos, etc.

Tudo isso que ele, Lecor, fizera contra a Espanha, opinava agora se pintasse como disfarces para melhor reter a província para a Espanha! Bem ele sabia que não enganava a ninguém, mas, se era preciso, seriam tais alegações expediente diplomático, porventura útil. Se Portugal assim se explicasse satisfaria às nações, que não tem mais remédio que dar crédito público as nossas exposições, ainda que, particularmente, estejam persuadidas do contrário, e livrar-nos do ridículo e impertinência dos relatores."

Essa mentira teria por fim facilitar a defesa dos interesses luzo-brasileiros que então seriam "conseguir da Espanha alguma coisa que nos faça conta na Europa ou na América ou bem em ambos os hemisférios e para cuidar da nossa segurança é necessário presumir que a Espanha, debaixo de todos os cálculos, não pode pacificar absolutamente a Banda Oriental, e por muitos motivos e que daqui nos resultarão males que devemos precaver."

Esses males, os sucessos que se desenrolariam com a retomada da Banda Oriental pelos Espanhóis, Lecor define e prevê com aquela sua acuidade e viveza: os espanhóis são teimosos e vingativos, e tanto os que residem nesta cidade e campanha como os que virão só vivem da consideração complacente das crueldades e castigos que darão aos americanos. Cartas de Espanha e do Rio de Janeiro e algumas do mesmo embaixador espanhol confirmou esta opinião; assim estes (os americanos) preferindo a miséria e trabalho ao governo espanhol hão de continuar na insurreição, é provavel que se ajudem mutuamente e feita a paz entre Artigas e o governo de Buenos Aires, que é de esperar, virão os americanos, com o auxílio que, apesar de tudo, sobreptícia ou declaradamente lhes darão os da Norte América por sistema ou por conveniência, a renovar com o novo Capitão General espanhol de Montevideu o caso Vigodet."

Nessa conflagração, tão bem prevista como ficariam Portugal e o Brasil que se teriam, ainda que fingidamente, manifestado a favor da Espanha; se haveriam definido, ainda que falsamente, como solceitos gestores de negócios, expon-tâneo e operosos, da Espanha na Banda Oriental?

Lecos não havia de, em suas precisões, desprezar esse lado dos sucessos prováveis: "como, porem, a nossa con-

duta ha de atrair a execração e ódio irreconciliáveis dos americanos, deve presumir-se que eles não se descuidarão de nos fazer o mal possível por todos os modos imagináveis contando desde já com a ajuda de muitos mercantis nossos que aprazarão os corsários com patente de Buenos Aires, que subrepticamente hão de armar-se em toda parte — porque o império do Brasil grande e ordenado, como ele pode ser, não convem a nenhuma nação marítima — devemos recear que eles invadam as nossas fronteiras e insinuando-se com os negros e alguns mal intencionados brancos das nossas capitanias, que desgraçadamente não faltarão, qualquer dia venham a levar os seus princípios revolucionários e aquelas quiméricas, porem sedutoras, idéias de liberdade natural e de igualdade a nossos domínios.”

Contra isso só a segurança das fronteiras e Lecor entendia que da transação devia resultar que ficássemos com a posse dos fortes de Santa Tereza e São Miguel, além de conservarmos na fronteira do Rio Grande “uma força que tenha os nossos vizinhos em respeito.”

Com que mágoa Lecor dava essas opiniões. O seu sonho de incorporação pacífica e cordial — povos mansos e brandos e confiantes, sob a proteção e amizade de Portugal e Brasil — o seu grande sonho de concórdia e progresso de um país que já amava como se ama a um filho que se criou e viu desenvolver — lá se ia, e com ele esforços e guerras e acordos e paz, tudo para entregar ao espanhol odioso aquela província que ele com tanto cuidado e fadiga pacificara!

Havia, felizmente, a outra alternativa — conservarmos para nós aquele país. Se fosse esta a deliberação da Corte: ou seria “declaradamente ou com pretextos e dissimulações”.

No primeiro caso era a guerra.

Que diria dela Lecor? Nada! — Sem dizer palavra sobre planos que sugerisse, forças com que contasse, estratégias que aconselhasse, declina de toda responsabilidade, num silêncio fechado: — “o ministério saberá si lhe convém”. O segundo caso, o dos pretextos e dissimulações, era o que encantava ao Visconde de Laguna, e o gosto dos labirintos, das argumentações quasi paradoxais o exaltava nas opiniões que mandava ao ministério. Para ele a retensão da Cisplatina só se podia dar enquanto não chegasse uma expedição espanhola ao Rio da Prata, e esta devia ser evitada pelos meios da intriga adiadora que sugerira. Mas enquanto ela não viesse e dada a resolução de guardarmos para nós aquela

provincia, eis o que aconselhava: "bem longe de julgar que as nossas forças devem aqui aumentar-se e acabar com Artigas, pacificando absolutamente a Banda Oriental, acho, pelo contrario, manejar-se deve, prudentemente, a existencia daquele chefe, por dois notaveis motivos, primeiro porque a Espanha ha de instar pela entrega da Banda Oriental, tanto mais quanto maior for a facilidade de a pacificar e possuir, e por isso muito mais se ela estiver absolutamente pacificada; segundo porque, se a razão justificativa da nossa entrada e presença neste território é a existencia do chefe Artigas, e dos males que ele fomentava, não existindo ele e pacificado o país não podemos airoosamente conservar-nos aqui vindo os espanhóis, e fica a estes e até ao Cabildo desta Cidade simplesmente o direito fundado, por diminutas que sejam as suas forças, para exigir que nos retiremos, pois que o nosso fim está conseguido".

Entreter a luta contra Artigas como meio de adiar os botes da politica reanexadora da Espanha! Que dura colisão!...

* * *

E se viesse a provincia a ser entregue aos espanhóis com a cooperação de Portugal e Brasil, não se esquecessem os ministros e o rei dos efeitos de uma, tão escandalosa politica considerada a situação da "monarquia do Brasil no meio dos povos constitucionais e quasi democráticos", que nos execrariam por entregarmos a provincia à Espanha depois de tantas esperanças em contrario.

O politico, o diplomata, considerando as circunstâncias, acomodava soluções nem sempre condizentes com seus desejos e seu próprio caracter. Mas o homem de honra, cioso de sua palavra, queria tambem resguardar seus empenhos e cumprir suas promessas. Quando ele chegara com sua divisão às portas de Montevideú, veiu-lhe em face o Cabildo e lhe entregou as chaves da Praça, com uma condição — a de que as restituiria ao mesmo Cabildo se algum dia tivesse de evacuar a cidade que ia ocupar. Lecor aceitou a cláusula e queria por tudo cumprí-la: "não me parece decente, nem digno, que eu entregue a outrem que não seja aquela corporação as ditas chaves. Se, porem, é necessário que se faça o contrario, rogo a V. Ex. que, dando-se-me anteriormente outro destino, me pòue este dissabor, que me atrairá as justas imprecções e clamores destes infelizes habitantes, até

pela triste figura que eu faria, depois de ter chegado o general espanhol”.

Esses trechos de comunicação e cartas de Lecor nos dão alguns aspectos curiosos da sua personalidade e do seu caracter, dignos, por certo, de um estudo a que não faltaria interesse psicológico e histórico.

Outros confirmam que as duas grandes forças dominantes de sua ação na Cisplatina foram uma larga inspiração de humanidade e uma intensa simpatia pelos americanos.

Era político ser brando, ser e parecer bom. Mas era também inclinação de seu natural benévolo e indulgente. Um dia teve que justificar porque dava em Montevideu asilo a tantos emigrados de Buenos Aires.

Alí acolhera D. José Miguel Carreras que “tem pedido dinheiro emprestado para sustentar a família” e a D. Carlos Alvear que tem “vendido algumas alfaías suas e quasi todas as joias de sua mulher muito abaixo do valor para manter as suas precisões domésticas”. Carreras, escapado de Buenos Aires, fugitivo de seu país e buscando um asilo, mal poderia vê-lo negado quando era “americano, chefe de um tal ou qual partido também americano”; Alvear, que viera da Corte com passaporte em forma, aborrecia, como Carreras aos espanhóis. Ora, se pudesse faria ele, Lecor, de Montevideu, um asilo desses americanos. E também de europeus em desgraça. Se o general Brayer, receiando perseguições em Buenos Aires, consulta se o receberia e se lhe permitiria passar ao Rio de Janeiro, logo Lecor lhe oferece asilo, não vendo porque expulsasse de Montevideu “um desgraçado que nenhum fato criminoso ainda praticara”. E informava: também alí tem apontado alguns outros estrangeiros que ou perseguidos da fortuna ou buscando melhor sorte implorando a proteção de S. M., e como os necessitados nunca a invocam debalde, julguei que a não devia negar, principalmente não resultando daqui dano algum”.

“O general Brayer, com seu filho, que não passa de um jovem de nenhuma suposição, esperam entre os desaires da penúria e dos papéis públicos de Buenos Aires contra eles, que Luiz XVIII lhes perdôe, como tem feito a outros infelizes postos em caso idêntico. Os outros miseráveis franceses livres, à força de experiência e padecimentos da ilusão que os trouxe à América, onde esperavam fazer um papel brilhante, ou têm tomado officios que os livrem da fome ou têm ido levar à outra parte os seus desejos e a sua superfi-

cialidade — mas, no meio dela, a saudosa recordação do bem que passarão em Montevidéu à sombra da bandeira de S. M.” (6 de agosto de 1819).

* * *

Estendia, assim, o trabalho de sedução que exerceu até onde podia e por todos os modos por que podia. Era uma obstinação tenaz essa de consolidar pela confiança e pela paz a ocupação que realizara pelas armas. E cada dia captava uma grande personalidade. A Herrera, que trouxera consigo, junta-se Thomaz Garcia de Zuniga e mais Santiago Vasquez e Rivera e Lavalleja — a flor da sociedade e da bravura orientais. Com subtileza procurava maneiras de render e conjugar — aquí o agrado, além o interesse. Ia dos magnatas aos camponeses. Não sendo possível ocupar com força, simultaneamente, toda a província, de modo a não restar a menor esperança de sucesso ao inimigo, o que afinal faria a província “erma e devastada”, com sacrifício doloroso de vida e notável despesa, achava que somente poderia tirar-se proveito verdadeiro de “um sistema político e de meios que, atacando de frente as idéias geralmente recebidas nestes povos, lhes fizessem conhecer, à custa da persuasão e da sua própria experiência” — o incômodo de sua situação e os benefícios que lhes prometia.

E minava o terreno inimigo, obtinha deserções, como a de Bausá.

* * *

Manobrava Lecor essa sua política de pacificação com força à vista, e mais a de neutralidade simpática, contemporização e observação com Buenos Aires. Mas as dificuldades e os contratempos lhe surgiam em barda.

Mal passara o receio dos espanhóis, mal a pacificação consolidando-se, se estendia, eis que surge a dessidência em suas tropas divididas, por ocasião da independência do Brasil em tropas de Portugal, ao mando de d. Alvaro da Costa, e tropas brasileiras, que ele, Lecor, comandava.

Este episódio custaria duplamente ao espírito e coração do Visconde de Laguna. Era a “Divisão” que se cindia; eram antigos companheiros de armas e de combates feitos inimigos. E retirou-se de Montevidéu para assediá-lo depois, obrigando a tropa lusa a embarcar-se rumo de Portugal.

Amargou então desconfianças e intrigas, ele que fora e era leal ao Brasil; e leu ásperas palavras do impetuoso imperador que o não compreendia, a ele que, como disse, tomara uma "resolução que os homens de sua têmpera tomam uma só vez na vida", "renunciando aos interesses de um país que vira nascer e o encher de honras, e onde outras o esperavam, ligando-se ao vasto império do Brasil pela justiça da causa que abraçava".

* * *

Venceu essa grande crise, que, entretanto, o desprestigiou. Retomou a pacificação e o trabalho da incorporação em que insistiu, crente de a conseguir.

Não cuidava que os fieis que imaginava o abandonassem pela campanha que Lavalleya, os *trinta e tres*, empreendiam com a mesma felicidade triunfal da nossa guerra contra Artigas.

Veiu a guerra com a Argentina, confiadas as tropas a outro general. Surgiu a paz e a independência do Uruguai.

Em breve o Visconde de Laguna deixava para sempre o Estado Oriental que amara como um criador.

* * *

A impressão que deixou Lecor no Prata foi a de fidalguia. Os testemunhos dos escritores argentinos ou uruguaioes acentuam-lhe os dons de sedução. Alberto Palomeque dele disse que tinha qualidades negativas para conquistador, guerreiro, mas em compensação era um "conquistador social, cavalheiro cultíssimo, amante dos homens de trato afável, atento às damas, que aspirava a seduzir os filhos da terra, incrustando-se no seio das famílias por meio de seu astuto saber e da vinculação das hierarquias oficiais... buscando os homens de valor para atraí-los à sua causa ou para tranquilizá-los, detendo-os nos seus lares".

Berra, ao acentuar que o objetivo político do Visconde de Laguna era acomodar-se quanto pudesse aos sentimentos e costumes do povo, como meio de se fazer tolerado e simpático, afirma que ele isso procurou alcançar, fazendo observar às suas tropas uma ordem que contrastava com "a bárbara licença" dos soldados que o haviam precedido, diligenciando para que os curas carreassem-lhe a opinião dos paroquianos, e fazendo os chefes e oficiais cultivarem re-

lações com as famílias montevidéanas, com elas contraindo vínculos estreitos.

E Zorilla de San Martin, cujo trabalho sobre Artigas sofre dos entusiasmos, nem sempre justos, dos panegiristas exaltados em patriotismo, fala de Lecor como um "grão senhor", um príncipe, um verdadeiro príncipe... um cortezão galante com as damas, mui apurado no vestir, olímpico no olhar, uma suntuosa pessoa.

Essas qualidades de distinção pessoal, de galanteria, e até de beleza ou dignidade física ajudaram-no num expediente de conciliação e pacificação que, dizem, aconselhava a seus oficiais, aos quais ainda quiz dar, ele próprio, um grande e gracioso exemplo, fazendo-se capitão de uma nova "ala dos namorados".

Contam que estimulava a seus comandados a que se unissem às famílias locais, a que escolhessem esposas entre aquelas tantas e tão lindas raparigas orientais, e aí, em 1824, como me dá a certeza Eseragnolle Doria, desposava Lecor a d. Rosa Maria Josepha Herrera de Basavilbaso, joven de apenas 18 anos, que vinha florir e perfumar a vida, tão asperamente vivida, daquele militar, que beirava os 60.

Na meia idade dos homens, é comum tentá-los o demônio encarnado em mulher. A Lecor, já passado do meio dia da existência, tentou e venceu-o, não o diabo, mas um anjo que era quasi uma criança.

* * *

Não podemos julgar um homem e o que ele fez sem investigar as dificuldades e embaraços que lhe perturbaram a ação, e impediram ou retardaram a obtenção de seus objetivos.

A Lecor, desde o primeiro momento, sobraram estorvos.

Começara a campanha militar sem cavalos e cartuchos; mantivera em disciplina forças muitas vezes sem roupa e sempre em grande atrasos de soldo (em Março de 1825 tinha 4.314 praças sem fardamento e a 4.844 homens se deviam 375:000\$ de pretos, soldos e gratificações); havia ter tato e diligência com facções locais e com as das províncias vizinhas, e vigiar e conter as que se podiam formar em tropas, ou de tropas indisciplinadas e revoltas que lhe mandavam de Pernambuco ou da Baía, a despeito de seus minuciosos e francos informes, nunca lhe enviaram, ou sinão tarde e às

más horas, reforços que solicitava; não tinha dinheiro e algumas vezes lhe desmoralizavam o crédito, não aceitando as letras que emitia para alimentar a tropa, e sustentar o governo, era obrigado a lutar com militares de alto posto, que não compreendiam ou não colaboravam na sua política, irritando os locais, mostrando preferências por espanhóis, como os marechais Avilez, Pizarro e Silveira; era forçado a transigir com os do "conselho militar", espécie de governo coletivo de quartéis, que em Montevidéu se erigiu e a que se submeteu a princípio por impossibilidade de resistir, e que foi enfraquecendo, desmoralizando, vencendo pela diuturna habilidade com que restaurava o perdido prestígio da hierarquia militar.

Quando chegou a grande crise da independência brasileira e d. Alvaro da Costa chefiou as tropas lusas, chamava Lecor sobre si desconfianças e reprimendas magoadoras de d. Pedro I, trabalhado por intrigas que achavam alimento em fatos mal interpretados. Naquela dura ocasião, fiel à independência que abraçara, ele podia descrever as míseras contingências em que se encontrava: "em campo e fazendo a guerra àquelas mesmas forças que comandeí, que conduzi à vitória e que me grangearam honras e considerações; necessitado de dividir-lhe a força, porque, de outro modo, se as minhas ainda agora são pequenas, muito menos seriam se aquelas chegassem a reunir-se; obrigado a guardar uma província incitada por mil brilhantes aparências e poderosos aliciantes a repelir o nosso governo, e tudo isso quando mais escassos eram os meios que eu tinha para o fazer; quando as tropas do meu comando contavam trinta e oito meses de dívida; quando a sua longa estada neste país, contra os seus engajamentos, as trazia descontentes: sem pólvora..."

Venceu muitas destas dificuldades: a outras iludiu. Sob o seu governo, brando e habil, a Cisplatina se conservou brasileira, e ele pôde ser, como queria, um ocupante que se fazia querido e obter a adesão dos espíritos e corações à incorporação definitiva que era o seu sonho.

Outro faria melhor?

Ou só aquelas qualidades, que aqui estivemos vislumbrando podiam tanto conseguir?

Tudo é estudar aquela época e este homem o, E, por certo, os que tiverem o tempo de que não pude dispor, dirão maior

número de coisas agradáveis que censuras que, como humano, não lhe faltarão.

* * *

Voltando ao Rio em princípios de 1829, vinha repousar.. Retornava cansado e com um sonho desfeito. Não trazia à Corte a segurança da união que promovera, a anexação por que pugnara. Sentia que a nova nação independente ia ser presa, ainda, por longo período, da desordem e da violência das facções.

Tanto tempo perdido, tanto esforço em vão!..

Sempre ficara alguma coisa; que não é possível que dez anos de tolerância, simpatia humana, indulgência, espírito de concórdia nos dirigentes, não deixassem naquele povo culto vestígios benéficos.

O emissário-embaixador de Buenos Aires — Garcia — encarando, pouco antes da partida de Lecor do Rio de Janeiro, a intervenção portuguesa no Prata, como salutar e necessária, dizia — “necesitamos la fuerza de un poder extraño no solo para terminar nuestra contienda, senon para formarmos un centro comun de autoridad, capaz de organizar el caos en que estan convertidas nuestras provincias”, e pugnando por ela como meio de acabar com os males que causava o “caudillo de los anarquistas”, media bem o que era a missão político-militar de Lecor: — “esta es maniobra complicadissima y necessita de la circunspección del mundo para salir sin desgracia”.

Lecor teve essa circunspecção; e não sofreu essa desgraça.

* * *

E voltou à Corte para descansar.

Ao lado da esposa fiel viu crescer melancólica a velhice dos inativos, e, afinal, chegou-lhe a morte, infalível, na data de hoje, ha um século.

Os serviços que prestara mereciam prêmios grandes, mas os governos daqueles tempos, se em honras e títulos eram, às vezes liberais, mostravam-se avaros em pagas a que, entretanto, estavam obrigados.

Lecor recebera reiterados avisos (18 e 20 de Dezembro de 1828) para se recolher à Corte. Não havia, no porto do Rio Grande, onde estava, embarcação de guerra. Fretara a

galera *Gentil Americana* e nela regressara com 11 oficiais, 22 cadetes, inferiores e soldados de diversos corpos. Vira-se forçado a pagar o afretamento desse barco, e ainda em 1833, não o havia o Tesouro embolsado da dívida que contraíra pelo governo. E recolhera-se à Corte com uma fortuna de soldos a receber: nada menos que oitenta e cinco contos de réis.

* * *

Comemorando esta efeméride, o Instituto quiz chamar a postos os estudiosos, estimular-lhes a atenção curiosa para a vida desse homem, — cheia de fatos e ensinamentos, e não raro tocada de beleza e emotividade; e para a época em que servia ele ao nosso país, período histórico em que os fatos da política interna se cruzam com as intrigas da diplomacia, e os sucessos militares casam-se aos fastos agitados dos povos vizinhos e irmãos.

Pude apenas sacudir a poeira que cobria os documentos; não me foi dado sequer, lê-los — mas entrevi o que continham, e como uma homenagem a Lecor, que a merece, e como um serviço à verdade histórica, desejaria aproveitar a oportunidade para pedir ao Instituto fizesse publicar na sua Revista os documentos que possui sobre o Visconde de Laguna e a campanha Cisplatina, assim como apelasse para os directores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional no sentido de o mesmo fazerem.

Se esta minha iniciativa chegar a se converter em realidade, poderei tranquilizar a minha consciência inquieta da ousadia que aqui estou cometendo, pois terei contribuído para que outros, mais felizes, com todos os documentos à mão, façam o que eu faria agora, se pudesse (*Grandes e prolongados aplausos*).

Nada mais havendo a tratar, o sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*), apresentando novamente seus cumprimentos ao sr. Wanderley Pinho pela brilhante conferência e agradecendo a presença do seletíssimo auditório, levantou a sessão.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Luiz Felipe Vieira Souto, 2º *secretário*.

ANEXOS

CONFERÊNCIA DO SR. DR. RICARDO LEVENE, SOBRE O TEMA "O CONCEITO DA HISTÓRIA AMERICANA E DAS NOVAS INVESTIGAÇÕES HISTÓRICAS NO BRASIL E NA ARGENTINA"

Realizou-se ontem, no salão das sessões, a conferência do consórcio dr. Ricardo Levene, e à qual assistiu também, por convite especial, o professor Juan Carlos Rebora.

O Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) convidou para sentar-se à sua direita o sr. dr. Ramon J. Cárcano, Embaixador da Argentina, cuja entrada no salão foi saudada por prolongada salva de palmas, ocupando os demais lugares, além dos ilustres professores argentinos, srs. Ricardo Levene e Juan Carlos Rebora, os srs. Max Fleiuss, secretário perpétuo, e Vieira Souto, 2º secretário do Instituto.

O sr. Conde de Affonso Celso, abrindo a reunião, disse que o Instituto Histórico acolhia, como em singela festa de família, o sr. Ricardo Levene que, consócio do mesmo desde 1928, era condômino do patrimônio corpóreo e espiritual da associação.

Achava-se, pois, em sua casa, de que é presidente honorário, o preclaro chefe da Nação Argentina, d. Agustin P. Justo, entre afins, companheiros de trabalho, admiradores e amigos.

Não havia necessidade de o apresentar nem o seu ilustre compatriota, o eminente jurisconsulto sr. Juan Carlos Rebora.

O Brasil intelectual os conhece e aprecia desde que, ha 14 anos, por ocasião do centenário da Independência, visitaram esta cidade, com outros exímios representantes do seu glorioso país, e cativaram o nosso apreço e reconhecimento por inúmeras gentilezas, quais, por exemplo, as da placa para a estátua de Teixeira de Freitas, e a oferecida por senhoras argentinas à Mulher Brasileira, personificada em Isabel, a Redentora.

Se já eram, então, consideráveis os documentos atestadores das capacidades do sr. Ricardo Levene, muito os tem ele aumentado, dirigindo a famosa Universidade de La Plata, escrevendo livros magistrais e presidindo a Junta de Numismática e História Americana, associação irmã do Instituto,

e cujo último Bolefim entesoura magníficas monografias, como a do insigne embaixador Ramon J. Cárcano e de seu digno filho, Miguel Angelo Cárcano.

O Instituto Histórico fazia respeitosa continência aos srs. Ricardo Levene e Juan Carlos Reborá, oficiais superiores do Estado Maior espiritual argentino que, na Frente Única com o igual Estado Maior Brasileiro e de outros países neo-latinos, dirige o Exército pacífico no combate permanente contra os inimigos comuns: ignorância, erros, preconceitos, prevenções, rivalidades estéreis, em vez de fructuosa emulação.

Paladinos da consciência americana, do ideal americano, da força moral americana, lidam na cruzada para a suprema conquista: integrar a América que, devolvida a parte ainda irridenta-Malvinas, Guianas, Honduras Inglesa, algumas das Antilhas (o Canadá já é quasi independente), constituirá a verdadeira Terra de Promissão, onde cada uma das suas entidades autônomas exerça a sua missão própria e caminhe livremente para a finalidade progressista.

Vincule-as, porem, para sempre o firme propósito de reverências, as antigas civilizações, formar uma civilização nova, sob a lei geral e inviolavel da paz, da ordem, da justiça, da solidariedade, da cooperação, à luz da confiança, respeito e afeto recíprocos (*Aplausos prolongados*).

Terminado, o sr. Conde de Affonso Celso disse que o sr. Ricardo Levene ia juntar mais um serviço aos muitos que já lhe deve o Instituto, proferindo uma conferência sobre assunto essencialmente americano. Agradecendo-lhe e antecipando-lhe aplausos, pedia-lhe que fizesse ouvir a sua prestigiosa palavra.

Levantando-se, o sr. Ricardo Levene proferiu a seguinte oração:

“Volto, com emoção, a fazer uso da palavra, na prestigiosa tribuna, que tive a honra de ocupar em 1922, por ocasião do centenário da emancipação do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, modelo e exemplo das instituições similares da América.

Mais dois anos e se completará o centenário desta casa de intenso trabalho e escola de investigadores, acontecimento esse que será celebrado com júbilo pelo público, e por todos os homens que consagraram suas atenções ao estudo de duas ciências formadoras das bases econômicas e políticas dos Estados deste Continente: sua geografia e sua história, estreiti-

tamente unidas em uma síntese superior, porque, se a primeira descreve a natureza, o homem perante ela como um pedaço da terra, a segunda reconstrói o contínuo e fecundo processo da cultura vitoriosa do homem sobre a terra e dos homens entre si.

E' preciso reconhecer que houve uma visão genial na fundação deste Instituto por seus nobres fins e pelos métodos adotados para a investigação de verdade resplandecente e de eleição.

Ao completar-se esse centenário, proporei à Junta de História e Numismática Americana, a edição de um volume especial do "Boletim" dirigido por meu colega Romulo Lá-bola, com colaborações de historiadores do Brasil e da Argentina, em homenagem ao ilustre Instituto, guarda zeloso do tesouro das tradições da grande Pátria Brasileira.

Como se sabe, o século XIX foi o século da história, que chamo de crise do progresso material da história, pelo aumento extraordinário das investigações e acumulação de restos pré-históricos e nova documentação. A história em formação serviu, em seguida, identificando-se erroneamente com o sistema das ciências da natureza para explicar a sociologia positivista, segundo Comte, e a interpretação materialista, segundo Marx.

Desde o princípio deste século se manifestou uma reação enérgica contra estas tendências de interpretação histórica, reação de natureza filosófica, que tinha por fim respeitar o pensamento do historiador a quem a investigação particularmente deixa de contemplar a extensão do panorama, escravo do individual, circunscrito a descrever isoladamente os fatos.

Excedendo-se na crítica, o historiador Sefnobs dizia que a investigação das cousas era muito obscura no domínio dos fatos humanos, a ponto de que os fatores dos costumes e as instituições eram o desconhecido e o inconciente Langlois qualificava as pretensões de generalização como micróbios que se alojavam nas articulações da obra histórica.

Convém recordar e repetir o conceito de Henri Beer, que criticou o abuso das análises e estabeleceu relações intelectuais entre historiadores sociólogos e filósofos, proclamando a necessidade da síntese na sua conhecida *Revista de Síntese Histórica* e na sua biblioteca.

Afirmando que a investigação era prévia, sem dúvida, e que a síntese, erudita primeiramente e, depois, científica, é o objetivo da obra do historiador.

O conceito fundamental é o de que a história foi e será sempre a mesma: a que vem para nós como um processo ou gênese e não como um terremoto, inspirando às almas e dirigindo os passos dos homens, enquanto que a crônica é uma história morta e falsa, a história filológica encerrada em "vitrines", sem vida, com o brilho da erudição; que é ignorância fastuosa.

O historiador profissional incorreu no erro de construir a obra com caracter puramente técnico, de onde resultava uma história esotérica, envolta em um aparato desconcertante.

A história é feita pelo povo e para o povo, a história é escola de formação do cidadão e fonte perene de coesão social interna e de solidariedade humana.

A cultura histórica é parte vital da cultura geral. E' preciso difundir o conhecimento da história pátria, enraizando o sentido de continuidade e o sucesso gradual das gerações, porque esta é a verdade, afastando-a das incursões bastardas das chamadas teorias avançadas, que são, pelo contrário, as teorias que preconizam o salto para trás, isto é, o regresso à barbarie primitiva.

Se os tempos atuais se caracterizam por uma grave dissociação do passado e do presente, como se disse, creio que isso denuncia a ignorância do passado ou seu estudo deficiente, como se fora dogma insuperável e não como saber emotivo e reflexão sobre os antepassados, cujas forças continuam conosco.

A cultura histórica na América teve sua mais antiga expressão corporativa neste Instituto Histórico e Geográfico no qual se congregaram, desde a sua fundação, os valores autênticos de seus historiadores e geógrafos.

Bartolomé Mitre, estadista, soldado, humanista, jornalista e historiador — figura principal da história argentina e americana, manifestou em 1854 o pensamento de fundar um Instituto Histórico e Geográfico com a mesma denominação do Brasileiro; e o disse, formulando observações admiráveis sobre a cultura ibero-americana, que o cultivo da inteligência só se professava até então na meditação solitária. O fogo sagrado da ciência ardia no gabinete do homem estudioso e era necessário ir formando o que chamou "a santa

irmandade das ciências e letras", que identifica todos em um mesmo pensamento, corrige as divisões sociais e é o campo neutro para repouso das agitações da vida pública. Com a obra destes Institutos, dizia o grande historiador argentino em feliz frase, nós mesmos nos surpreenderíamos com a riqueza da ciência e das idéias desenvolvidas que possuímos. A Junta de História e Numismática Americana, criada por Bartolomé Mitre em 1893, é o Instituto que aspirava fundar.

Mitre ensinava, no campo fecundo da ação, no momento candente de fazer as coisas. Suas sólidas obras *História de Belgrano e da Independência Argentina* e *História de San Martin e da emancipação sul-americana*, nas quais estão fusionadas, sem se desconhecereem a história social e heróica, assinalam rumos para os estudos históricos argentinos, com programa orgânico e material de trabalho para executá-lo.

Referindo-me à Junta de História e Numismática Americana, não posso deixar de mencionar outro nome e me resolvo a fazê-lo porque é público que professais à sua personalidade o afeto e a admiração que lhe votamos, nós, seus compatriotas; é o do dr. Ramon J. Cárcano, embaixador da Argentina, da sua política e da sua cultura, expoente elevado, que sabe fazer em igual simplicidade as coisas mais finas e as mais profundas, continuador e renovador dos estudos históricos, e que, por duas vezes, presidiu e ainda no Rio de Janeiro, continua a presidir com seu conselho, a Junta de História e Numismática Americana.

A cultura atual do Brasil e da Argentina venceu a primeira etapa dos esforços individuais, como já se disse, mas com criações notáveis em distintas esferas do labor científico. Estamos agora em uma nova etapa; o trabalho solidário — em universidades, academias, institutos, a união das inteligências, com o concurso dos especialistas armados de um conceito geral e diretriz para nos precaver contra os perigos que nos ameaçam, no dizer de Kar Vossler, uma pseudo-especulação, pura e uma pseudo-universalidade do saber. E' preciso, pois, extirpar pela raiz esses germes, se existem, e será facil fazê-lo em povos sãos espiritualmente, como o Brasil e a Argentina, porque seria horrivel, alem de retrógrado, que caíssemos involuntariamente em uma frivolidade da ciência e do enciclopedismo.

A estes conceitos enunciados de especialidade e de generalidade que a organização do trabalho científico, impe-

rantes nos homens de estudo dos nossos países, obedece o plano de história da nação Argentina até 1862, que se publicará em dez volumes, por mandato de lei nacional, auspiciada pelo Poder Executivo, encarregando à Junta de História e Numismática Americana.

E'-me grato antecipar a este Instituto que dentro de poucos dias será distribuído o primeiro volume da obra, com 1.000 páginas, sobre a pre e proto-história, em que cada arqueólogo ou etnólogo de autoridade científica tomou a parte das suas especiais investigações e anuncio, também que está sendo concluída a paginação do segundo e do terceiro volumes sobre o descobrimento, a conquista e a colonização.

Concebido o plano em pensamento americano, dois historiadores do Brasil colaboraram nele: Max Fleiuss, sobre o descobrimento desta terra; e Pedro Calmon, sobre a síntese da sua história, até 1808.

* * *

A solidariedade da História do Brasil e da Argentina está fundada em fatos que vão escalonando a evolução fraterna das duas nações.

O conceito da História Americana está estruturado sobre esta nova noção, a vida paralela dos povos, como Plutarcho escreveu sobre a vida paralela dos grandes homens, e tal desenvolvimento sincrônico do Brasil e da Argentina corresponde exatamente às principais etapas que se realizaram e se efetuaram, embora com matizes distintos, obedecendo aos mesmos ideais.

As novas investigações históricas dos membros do Instituto Histórico do Brasil e da Junta de História de Buenos Aires e outros historiadores são concludentes nesse sentido, muito confortadora para o sentimento das gerações.

Como se compreende, limito-me a sugerir a extensão de um tema conhecido pelo seletto auditório que me ouve de projeções para a paz, para a cultura e para a economia da América.

* * *

No momento histórico da Independência da Argentina e do Brasil, dois pensadores se associam na luta pela liberdade comercial: Mariano Moreno, tribuno e pensador, após-tolo da Revolução de Maio, e J. da Silva Lisboa, Visconde de

Cairú, da Baía, economista e juriconsulto, que traduz para o português, redige um prefácio magistral e publica no Rio de Janeiro, antes que o fosse em Buenos Aires, a famosa *Representação dos Fazendeiros e Lavradores*, para fazer com essa publicação a campanha contra os monopolistas portugueses, que pretendiam convencer d. João VI sobre a conveniência de fechar os portos.

Tem significação simbólica este entendimento de dois grandes talentos, no momento solene em que surgem duas nacionalidades e o tem pelo conceito comum que lhes inspira pela postura do problema fundamental econômico-político.

Em 1828, com a paz entre o Brasil e a Argentina, terminou um litígio que não era nosso, nascendo a soberania do Uruguai e essa paz e a que vem proporcionando consideráveis benefícios ao curso da nossa história.

Em 1851, ao formar-se a união argentino-brasileiro-uruguaia, surgiu um novo direito público americano, fundado na civilização contra a tirania, regime incompatível com a tranquilidade e a segurança das nações, como disse Ramon Cárcano, em sua obra *De Caseros al 11 de Setiembre* — novo direito público que associa depois as nações da tríplice-aliança, deixando salvo o respeito ao povo paraguaio e de cuja guerra se originou o conceito fundamental de que a guerra não dá direitos.

O processo ulterior é o de profundo entendimento dos povos.

Quando o Brasil adotou sua forma de governo atual, a Argentina foi a primeira nação que saudou o nascimento da República, como disse o Presidente Justo, em seu discurso, no Itamarati.

E' a história viva, gerada no amor e no respeito, que está tornando possível o desenvolvimento transcendente dos fatos intelectuais, celebrados por estas duas nações, entre os quais destaco a significação do fato sobre revisão do ensino da História e da Geografia Americana, comissão do Brasil, presidida pelo meu ilustre colega o sr. dr. Affonso de Taunay.

Acabam de criar-se as bibliotecas de autores escolhidos do Brasil, traduzidos para o castelhano, e da Argentina, traduzidos para o português, para difundir suas obras mestres e professores, os cinzeladores que modelam corações da in-

fância e da juventude, e, entre intelectuais, jornalistas e publicistas, que impregnam a consciência, forjando a alma coletiva.

Por estas avenidas, abertas pela história, caminham as caravanas dos nossos povos, seguros de si mesmos, com fé nos seus grandes destinos, povos para os quais o Brasil e a Argentina, além de grandes nações geográficas e econômicas, são centros que brilham com a luz própria dos valores da sua cultura.

Agora, mais do que nunca, é necessário reconstruir aquela história e construir esta política.

Já não satisfaz às exigências do espírito a divisão da história, anacrônica e cronológica, em antiga, média, moderna e contemporânea.

Vivemos em uma época de crise, porque é de transição e de preparação para uma época orgânica. Se em outras partes não é difícil saber em que consistirá a transformação que se opera, na Ibero-América é de absoluta clareza: nossas sociedades devem enraizar-se e estender-se, em seus próprios domínios, continuando as correntes centrais, que emanam das fontes de uma comum história americana. E' preciso aprofundar na concepção nacional e americana, ao mesmo tempo, da cultura, sem perigo de tocar no fundo, porque é insondável.

Esta cultura vernácula foi o ideal dos nossos maiores, abraçada pelos primeiros criadores da ciência da arte.

Pela nacionalidade conseguiremos a emancipação integral, porque o nacionalismo é a consciência do que fomos, do que somos; história e natureza — e do que queremos e devemos ser, o conhecimento de onde vimos para sabermos para onde vamos.

Com a imitação renunciámos a nós mesmos, por debilidade ou por inconsciência, expostos e contágios lamentáveis, de teorias exóticas, e nos precipitaremos para uma decadência irremediável, que é a morte moral das nações.

Mas nada disto acontecerá à América pela vontade imutável das passadas e das novas gerações." (*Palmas prolongadas.*)

O sr. Conde de Affonso Celso encerrou a reunião, dizendo que estava certo de traduzir o sentimento unânime da assembléia, exclamando: Salve as 21 individualidades da comunhão americana; salve principalmente a vizinha, perma-

nente aliada espiritual, amiga, irmã do Brasil — a Nação Argentina! (*Prolongados aplausos.*)

— Estiveram presentes os seguintes sócios do Instituto: Conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, embaixador Ramon Cárcano, Vieira Souto, Manoel Cicero, Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio, Moreira Guimarães, Ricardo Levene, monsenhor Federico Lunardi, A. L. Pereira Ferraz, Vieira Ferreira, Braz do Amaral, Rodolpho Garcia, Camelo Lampreia, Wanderley Pinho, Carlos Carneiro, Lucas Boiteux, Miguel de Carvalho, Tavares Cavalcanti, Souza Docca, Rodrigo Octavio Filho, J. Mattoso Maia Forte, Levi Carneiro, Alfredo Ferreira Lage, Helio Lobo, Theodoro Sampaio, Virgilio Corrêa Filho, Leão Teixeira Filho e Vilhena de Moraes.

Compareceram mais as seguintes pessoas, entre muitas outras: dr. Juan Carlos Reborá, Feijó Bittencourt, Mario do Amaral, Alcides Bezerra, José Manoel Carbonel, ministro de Cuba, general Pantaleão Pessoa, Geonizio Curvello, viúva Torres Carneiro, Stella Rodrigo Octavio, Laura Rodrigo Octavio, senhora e senhorinha Max Fleiuss, sra. Caillet, consul da Argentina e consul Ildefonso Falcão.

FELIX PACHECO

A INAUGURAÇÃO DO SEU RETRATO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Discurso do sr. Conde de Affonso Celso

No Instituto Histórico

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro prestou ontem uma homenagem de alta significação a Felix Pacheco, que, por vinte e cinco anos, se dedicou, com amor e entusiasmo, àquela sábia e patriótica instituição.

Quiz o Instituto, por iniciativa do seu ilustre secretário perpétuo, sr. Max Fleiuss, inaugurar o retrato de Felix Pacheco na sala da respectiva biblioteca. Esse retrato foi feito, gentilmente, pelo apreciado pintor sr. Carlos Oswald. É uma sanguínea excelente, que reproduz muito fielmente a effigie de Felix Pacheco.

A cerimônia, realizada às 16 ½ horas, assistiu a exma. sra. viuva Felix Pacheco e suas filhas, senhorinhas Ignez e Martha Felix Pacheco.

O eminente sr. Conde de Affonso Celso, Presidente perpétuo do Instituto, ao fazer a inauguração do retrato de Felix Pacheco, pronunciou as seguintes palavras:

“O Instituto Histórico cumpre satisfeito um dever de admiração, reconhecimento e saudade, inaugurando o retrato de Felix Pacheco no seu salão de leitura, onde se franqueiam ao público os jornais e os volumes da biblioteca da associação. E', pois, o lugar apropriado para guardar a imagem de quem se exalçou como mestre do jornalismo e dedicadíssimo aos livros, de tantos dos quais foi laureado autor. Finguram também neste recinto as efígies de todos os chefes de Estado que o Brasil independente tem tido. Junto delas ficará devidamente o de Felix Pacheco, parlamentar, legislador, estadista, eminente membro de ministério. Não cabe na ocasião tratar de individualidade tão opulenta, de variados, fulgentes aspectos. Fal-o-á em sessão solenne quem para isso possui a adequada eloquência, o orador perpétuo do Instituto, Barão de Ramiz Galvão. No momento importa apenas rememorar o quanto ao finado deve o Instituto, que o elegeu seu sócio benemérito, classe composta apenas de quinze nomes, assim distinguidos por haverem prestados valiosos serviços ao grêmio, durante dez anos. Felix Pacheco prestou-os no decurso de cinco lustros, desde que para ele entrou em 1910, e onde conquistou cada dia maior e mais afetuoso acaatamento.

Bastava-lhe o concurso que assegurou por parte do *Jornal do Comércio*, continuando, aliás, a tradição de seus antecessores, quais José Carlos Rodrigues, Souza Ferreira e Luiz de Castro. Na guerra do Paraguai, o governo concedeu insígnias de ordens honoríficas a navios da esquadra, assinalados em feitos heróicos. Depois da conflagração mundial, receberam condecorações, cidades, bandeiras, corporações. Se similhantemente o Instituto Histórico pudesse conferir diplomas de grata estima a órgãos da imprensa, fá-lo-ia ao *Jornal do Comércio*, que, mais idoso do que ele pouco mais de um decênio, se lhe tem mostrado constante, dileto, desinteressado amigo, através as vicissitudes de agitado período quasi secular. Pedê permissão para ter a honra de depor, em nome do Instituto, um beijo de máximo respeito na mão da atual gerente da folha, a companheira de trabalhos e de

glória, a digna consorte de Felix Pacheco, assegurando-lhe que a memória dele terá sempre nesta casa carinhosa veneração, análogo à que lhe tributa o lar modelo, fundado por ambos e a empresa que ele tão insignemente chefiou e ela, imitando-o, também da mesma forma está gerindo. Praza a Deus que o seja por tempo tão extenso quão igual ou superior aos dos passados triunfos. Mão tão bemfazeja merece outros ósculos. Transmitam-lhos as gentilíssimas filhas de Felix Pacheco, a quem ele consagrou inspirados poemas, elas próprias, poemas vivos de encanto e bondade”.

As palavras do Presidente do Instituto Histórico foram acolhidas com muitas palmas.

Estiveram presentes ao ato os seguintes sócios do Instituto, srs. Conde de Affonso Celso, Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Vieira Souto, Manoel Cicero, Ramon Cárcano, Monseñhor Lunardi, Leão Teixeira Filho, Rodrigo Octavio Filho, Affonso Taunay, Braz do Amaral, Wanderley Pinho, Thiers Fleming, Tavares de Lyra, Vieira Ferreira, J. Mattoso Maia Forte, Helio Lobo, Theodoro Sampaio, Lucas Boiteux, Tavares Cavalcanti, Virgilio Corrêa Filho, Souza Docca e Alfredo Ferreira Lage.

Assistiram à cerimônia, entre outras pessoas, as seguintes: viuva Felix Pacheco e suas filhas Ignezita e Martha, tenente-coronel Paula Cidade, vice-almirante Penido e senhora, Anísio Alves, sr. e sra. Antonio Pinho, Aida Cerqueira Lima, Hyginia de Souza Leão, Yaya W. Mascarenhas, Dora Osório de Souza, Pompeu M. de Souza, dr. Elmano Cardim e senhora, Viana Rodrigues, dr. Romeu Ribeiro, Antonio Cicero e senhora, general Azevedo Coutinho, Carlos da Silva Tavares, Yara Tavares, Adalberto Rechsteiner, Balbino Mascarenhas, André de Souza Rebouças, Armando Silva Tavares, dr. Deoclecio de Campos, dr. Julio Barbosa, dr. Octavio Brito e dr. Odylo Costa Filho.

Logo depois foram inaugurados, na sala do 1º Secretário, os retratos dos Viscondes de Serro Alegre.

Ao fazê-lo, disse o Conde de Affonso Celso, Presidente do Instituto:

“A galeria de retratos do Instituto se ia enriquecer com dois mais: — o de um conspícuo filho do Rio Grande do Sul e de sua digníssima esposa. São os do Visconde e da Viscondessa de Serro Alegre, ambos notáveis, por muitas virtudes domésticas e cívicas. Ele defendeu bravamente a legalidade, na campanha farroupilha, apesar de amigo e compadre de

Bento Gonçalves, e na invasão da província. Ela, devotada, o coadjuvou, arriscando ambos a vida e sacrificando valiosos interesses. O casal exemplar deu à Pátria 19 filhos, 19 gaúchos, isto é, 19 bons brasileiros, entre os quais se destacaram o Barão de Itaquí e o Barão de Santa Tecla. Mais do que pela sua preclara ascendência (a ilustre família Tavares), mais do que pelos títulos nobiliárquicos, os Viscondes de Serro Alegre pertencem ao verdadeiro patriciado nacional e humano, o da fidalguia moral, mediante elevação do seu procedimento e a dos exemplos que legaram. Os seus retratos, obra primorosa do pintor Trebbi, e oferecidos em nome da família pelo seu digno descendente, comandante Adalberto Rechteiner, ficam, apropriadamente na Secretaria do Instituto, oficina de trabalho e escola de zelo no cumprimento do dever”.

Em nome da família, o sr. comandante Adalberto Rechteiner disse:

“Sr. Presidente, srs. membros do Instituto Histórico. Senhoras, senhores.

Na qualidade de bisneto dos Viscondes de Serro Alegre e como intermediário que fui da oferta de seus retratos a esta benemérita instituição, cumpro o grato dever de apresentar à ilustre diretoria os mais sinceros agradecimentos pelo carinho com que foram eles acolhidos.

Por uma coincidência deveras interessante, inaugura-se nesta casa o retrato de Serro Alegre na mesma ocasião em que o Instituto comemora o centenário do falecimento do general Lecor, em cujo exército o jovem Silva Tavares iniciou sua carreira militar como simples soldado, na campanha contra Artigas.

Não pretendo rememorar neste momento, e isto seria aliás desnecessário diante de tão douto auditório, os grandes serviços prestados pelo Visconde de Serro Alegre, na paz como na guerra. Na campanha da Cisplatina foi, por seu exclusivo merecimento e bravura, promovido sucessivamente de soldado a capitão e, uma vez terminada a luta, exerceu diversos cargos de importância em sua terra natal.

Na Revolução Farroupilha, sua ação foi tenaz, decisiva e abnegada, digna de um grande patriota e de um nobre caracter. Não a estudarei agora, limitando-me a citar a opinião do erudito historiador dr. Alfredo Ferreira Rodrigues, que aliás não lhe era simpático: “foi o coronel Silva Tavares, que considero um dos mais valentes oficiais da legalidade e

dos poucos que, se opondo à revolução de 20 de Setembro, conseguiu frustrar-lhe os planos". Em um estudo sobre o Conde de Porto Alegre, publicado no Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, de 1897, escreve mais o referido historiador gaúcho: "A revolução triunfava completamente. Dois homens lhe haviam resistido: Silva Tavares e Marques de Souza. Soldados, antes de tudo, adstritos à disciplina militar, que lhes mandava ver um inimigo em cada rebelde, deram à autoridade constituída, desrespeitada, todo o esforço de seu braço. E, enquanto puderam empunhar uma espada, brandiram-na com valor em defesa da legalidade. Tão dignos de respeito eram os que se levantaram, em nome dos direitos conculcados, da liberdade torturada, contra o governo que os oprimia, como os que de seus peitos faziam baluarte ao princípio da autoridade que periclitava. Pontos de vista diversos, porem idêntica grandeza."

Não desejo entrar no estudo dos objetivos visados pelos revolucionários de 35; o certo é, porem, que uma grande parte da opinião pública da província atribuiu-lhes, desde o começo revolucionário, intuitos republicanos e separatistas. Silva Tavares estava profundamente convencido disso e assim, recusando, de início, o convite que para acompanhá-los lhe fizera seu amigo e compadre Bento Gonçalves, sacrificou seus haveres, seu bem estar e sua família e durante quasi dez longos anos expôs abnegadamente sua vida, a de seu filho mais velho e a de vários parentes, alguns dos quais morreram em combate, na defesa das leis e da integridade do Império.

Terminando, narrar-vos-ei um episódio conhecido apenas dos membros da família Tavares e que diz bem da firmeza de convicções de seu grande chefe. Em 1872, achava-se o Visconde de Serro Alegre em seu leito de morte, em sua residência de Bagé, cercado pelo carinho de sua extremosa família. O seu cérebro, enfraquecido pela idade e pela moléstia, já não tinha mais a precisão do discernimento normal. No delírio constante que o afligia, a sua preocupação máxima era uma imaginária visita que o Imperador estaria prestes a fazer a Bagé. E, voltando o rosto para os que lhe cercavam o leito, indagava: "Então, não se fazem preparativos para receber sua majestade?" Ao que um dos filhos, para acalmá-lo, respondeu: "Descanse, meu pai, todos os preparativos já estão feitos". Alguns minutos depois volvia ele: "Aí vem sua majestade, e, após uma breve pausa: "Como é isto, não se

dão vivas à sua majestade ? Pois se ninguém quer dar, dou-os eu". E soerguendo-se no leito, bradou com todas as forças de seus robustos pulmões: "Viva sua majestade o Imperador!" As filhas, que o rodeavam, não puderam conter as lágrimas: viu-as o velho pai, que lhes disse: Chorem, minhas filhas, que de alegria também se chora". Pouco depois entrava em agonia, para falecer na manhã seguinte.

O velho lutador reafirmava, assim, quasi no momento exato de morrer, a firmeza de suas convicções e a sua inquebrantavel fidelidade ao Imperador, que era, aos seus olhos, a incarnação viva da lei e da integridade da Pátria.

Senhores do Instituto Histórico, obrigado, muito obrigado.

SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA EM 28 DE SETEMBRO DE 1936

(SESSÃO 1.621^a)

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

As dezeseite horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Conde de Affonso Celso, Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Virgilio Corrêa Filho, Francisco Radler de Aquino, Braz Hermenegildo do Amaral, José Wanderley de Araujo Pinho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Basilio de Magalhães, José Maria Moreira Guimarães, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Dom Francisco de Aquino Corrêa, Raul Regis de Oliveira, Raul Tavares, Thiers Fleming, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Manuel Tavares Cavalcanti, Rodolpho Garcia e Helio Lobo.

O sr. Virgilio Corrêa Filho (*servindo de 2º secretário*) leu a ata da sessão anterior, a qual foi, sem discussão, aprovada unanimemente. Leu, depois, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*), abrindo a sessão, exprimiu a satisfação do Instituto, por ver na assistência o eminente consócio, sr. embaixador Regis de Oliveira, que, sendo um dos maiores nomes do nosso corpo diplomático, continuador em Londres das nobres tradições do Barão de Penedo, tem prestado ao mesmo Instituto os mais

valiosos serviços, como, entre outros, o de o haver representado em vários congressos europeus, nos quais não só honrou notavelmente a velha associação, como todo o Brasil. Renova a S. Ex. cordiais homenagens de reconhecimento, de par com fervorosas saudações de boa vinda. Pede licença para ter a honra de incluir nesta saudação a digníssima esposa de S. Ex., descendente do preclaro Marquês de Olinda, verdadeira grande dama, cujos altos dons artísticos mereceram do Governo francês significativa distinção honorífica, e que não é só Embaixatriz oficial do Brasil, mas representante de tudo quanto de mais fino possa apresentar a incomparável mulher brasileira (*Aplausos calorosos*).

Eis alguns traços biográficos do embaixador Raul Regis de Oliveira: Nasceu em Paris, a 10 de Outubro de 1874. Entrou para o Corpo Diplomático a 30 de Dezembro de 1895. Ministro em Havana, Tokio, México, Viena. Sub-Secretário de Estado de 8 de Janeiro de 1918 a 10 de Abril de 1919. Ministro em Paris. Embaixador no México. Embaixador em Londres, desde 1 de Outubro de 1924. Sócio honorário do Instituto, eleito em 29 de Junho de 1928. Representou o Instituto, com permissão do Ministério das Relações Exteriores, nos seguintes congressos de ciências históricas: Oslo, Cambridge, Paris, Veneza, Budapest. No Congresso de Oslo foi presidente da secção de História da América. Obteve do rei D. Manoel a oferta autógrafa ao Instituto dos volumes do grande catálogo, primorosamente ilustrado da biblioteca daquele ex-soberano. Ele e o sr. Max Fleiuss são os únicos brasileiros que fazem parte permanentemente do Comité Internacional des Sciences Historiques, organizado em Geneve em 15 de Maio de 1926. Anteriormente foi membro desse Comité o sr. Sylvio Rangel de Castro, também sócio do Instituto.

O sr. Regis de Oliveira agradeceu ao Presidente, senhor Conde de Affonso Celso, a carinhosa recepção e as amáveis palavras que se dignara dirigir-lhe e à sua Senhora.

Referiu-se à honrosa distinção que lhe tem sido conferida de representar pessoalmente o Presidente e o Instituto Histórico no *Comité Internacional de Ciências Históricas* e nos diversos congressos e reuniões anuais promovidas por esse *Comité*. Nele colaborou ativa e eficazmente o nosso secretário perpétuo, sr. Max Fleiuss, a cuja iniciativa se deve a criação da Comissão Brasileira de Iconografia de que é o mesmo Presidente, eleito pela assembléia de Veneza em 1929.

Essa Comissão é projeção direta no Brasil da Comissão Central do *Comité*, cujo fim é a reunião e o estudo de todos os documentos Iconográficos que tenham qualquer relação com a História ou a crônica dos países representados no *Comité*. Trabalho de enorme alcance, está sendo ele organizado com extraordinária perícia pelos ilustres historiadores, diretores de museus e de bibliotecas e mapotecas do mundo inteiro.

É, portanto, do maior interesse para esse estudo de carácter internacional a contribuição da comissão brasileira e sente-se jubiloso em extremo em manifestar ao sr. Max Fleiuss o apreço com que foi recebida pelo presidente do Comité de Ciências Históricas, prof. Temperley, e pelo presidente da Comissão de Iconografia, a parte tomada pelo Brasil nos trabalhos do *Comité*, notadamente no vol. n. 165, na *Revista do Instituto*, com o excelente trabalho *Maravilhas da Religião e da Arte*, de que é autor frei Pedro Sinzig.

Tudo quanto se puder fazer para tornar conhecidos monumentos e documentos iconográficos do Brasil resultará de grande utilidade para os historiadores.

Outra comissão que tem merecido a colaboração do Brasil é a de História Diplomática, cujo trabalho atual consiste no estudo completo das missões diplomáticas, ordinárias e extraordinárias, dos principais países do mundo, desde o século XV.

Os dois primeiros volumes acabam de ser publicados e compreendem o período que medeia do fim do século XV ao XVII.

Tem o orador a honra de ser vice-presidente da Comissão Internacional de Diplomacia, e esses dois primeiros volumes lhe foram dedicados pelo *Comité*.

Refere-se a esses fatos para demonstrar a efetividade dos trabalhos do Brasil no *Comité*, onde são conhecidas as personalidades e os trabalhos dos nossos estudiosos historiadores.

Sendo nobre a missão do nosso Instituto, de promover por todos os meios o culto e o respeito das nossas grandes tradições, iguais às mais belas, cumpre-lhe constatar a irradiação dessa sua atividade daquela assembléia internacional, formada dos mais eminentes historiadores do Mundo.

Finalizando, reiterou seus agradecimentos, muito enoborado pelo acolhimento e renovou suas felicitações ao

sr. Conde de Affonso Celso, ao 1º Secretário Perpétuo, sr. Max Fleiuss, e ao Instituto Histórico, que tão admiravelmente trabalham em prol das tradições do Brasil (*Palmas*).

O sr. Max Fleiuss (*Secretário perpétuo*) anunciou o aparecimento do volume 167 da *Revista* do Instituto, que encerra o trabalho do professor Magalhães Corrêa, denominado *O Sertão Carioca*, e o do eminente consócio Theodoro Sampaio, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) disse, em seguida, que, conforme ha pouco se ouvira, pela leitura das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, a data de 28 de Setembro é rica de memoráveis acontecimentos nacionais. Bastam a exalçá-la as duas leis emancipadoras, a de 1871 e a de 1885, a primeira das quais declarou livres os filhos de mulher escrava, nascidos daí em diante, libertou os escravos da nação, providenciou sobre a criação e tratamento daqueles menores e sobre a libertação anual de cativos; a segunda regulou a extinção gradual do elemento servil, mantendo os escravos sexagenários. Essa extinção vinha sendo feita desde a lei de 7 de Novembro de 1831, que declarou livres todos os escravos vindos de fóra do Império, impondo pena aos importadores dos mesmos e culminou a 13 de Maio de 1888, com a declaração de que se achava definitivamente extinto no Brasil o nefando instituto.

Sentia-se tanto mais jubiloso com a comemoração do dia quanto lhe coubera a fortuna de votar, na qualidade de deputado à Assembléia Geral Legislativa, as duas leis finais — a de 1885 e a de 1888. É um dos poucos superstitos dos deputados da época e o único sobrevivente da Comissão Especial da Câmara, que deu parecer sobre a proposta apresentada pelo Governo, a 8 de Maio e que se converteu na lei de 13, comissão composta de Duarte Azevedo, Joaquim Nabuco, Gonçalves Ferreira, Alfredo Corrêa e da sua pessoa. Teve mais ocasião de intervir nos debates do projeto e de fazer parte da comissão da Confederação Abolicionista, encarregada de assistir à assinatura pela Princesa Imperial da sancção da Lei (*Palmas*).

Agradecia ao sr. Virgilio Corrêa Filho a aceitação do convite para tratar do assunto e, certo de que o iria fazer,

com a segurança de dados, elevação de conceitos e distinção de forma habituais nos seus trabalhos transmitia-lhe a palavra.

Assumindo a tribuna, o sr. Virgílio Correia Filho proferiu a seguinte conferência:

O VISCONDE DO RIO BRANCO E AS LEIS DE 28 DE SETEMBRO

As agremiações humanas, qualquer que lhes seja a finalidade, hão mister de disciplina, sem cujo concurso debalde tentarão realizar os seus propósitos.

É o elemento em que se apoiam os exércitos, quando se empenham em luta de extermínio, como também as legiões consagradas ao heroísmo anônimo do trabalho pertinaz, bem que pacífico.

É ela que retempera a bravura do guerreiro, e dá ao pacato legionário das obrigações obscuras a eficiência na execução da tarefa que lhes caiba.

Ainda quando inspire algum ato menos acertado, valerá mais obedecer-lhe aos mandamentos, geradores de benefícios em profusão, do que increpá-la de inconveniente. Por isso, não vos lamenteis demasiado da incumbência que aprouve ao Sr. Presidente do Instituto Histórico Brasileiro cometer a quem se preza de obreiro disciplinado, bem conciente da deficiência de suas aptidões intelectuais, mas pronto sempre a acatar as ordens dos que lhas podem dar.

Principalmente quando se envolvem em expressões gentilíssimas, a que se acostumou a fidalguia do insigne Conde de Affonso Celso, sobre maneira cativante em suas deliberações, até quando ordena, sem admitir evasivas.

Tratava-se de preencher o posto, deserto pela inesperada ausência de Rodrigo Octavio Filho, conferencista de comprovados talentos, à última hora impedido de encantar-vos com a sua palavra colorida. Para vos atenuar a decepção causada pela substituição inevitável, o sucesso que a data de hoje rememora é tão sugestivo, na magnificência da sua alta significação humana, que dispensa panegiristas de maior tomo.

Cada qual, atentando-lhe nos antecedentes, e desfecho sensacional, experimentará emoções muito mais suaves do que lhe pudesse porventura despertar a palavra canhestra.

Porque, senhores, o fato que imortalizou o primeiro Rio-Branco, embora decorrente de uma atitude política, deriva mais comovidamente da ternura humana.

O sentimento sobrepuja o raciocínio, naquele primeiro embate vitorioso do abolicionismo brasileiro contra a instituição trisecular da escravidão.

Não vos espante o conceito.

Certo, as escaramuças vinham de longe, desde a era pombalina, quando o padre Manoel Ribeiro da Rocha, "domiciliado na Bafa e nela advogado", logrou licença para levar ao prelo o seu *Etíope Resgatado*, condenatório da escravidão, que não admitia, além do prazo indispensável à indenização do resgate dos prisioneiros trazidos da África.

E ainda na sujeição, o penhor seria pessoal, isenta a prole, a que não se transmitiria a desventura materna.

Livres, os nascituros apenas compensariam, com o seu trabalho, enquanto menores, os cuidados da criação e educação que os beneficiassem.

Assim floruiu, ao sol brasileiro, a primeira sugestão abolicionista, mais generosa que a resolução da Virgínia, impeditiva da importação de escravos, imitada, de 1776 a 1782, por onze Estados da União Americana, e pela Revolução Francesa, que incriminou de contrário aos princípios da liberdade o tráfico negreiro.

A Inglaterra segue-lhe o exemplo, em 1807, e forceja por cerrar os mares ao intercâmbio nefando.

Não obstante discutido no Congresso de Viena, o problema ainda se mantém insolúvel, quando João Severiano Maciel da Costa redige a "*Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil*".

A seu ver, a vida do cativo escoa-se mais aprazível no eito, a que o submetem, do que na terra nativa, onde estaria sobressaltado, à mercê dos sobas sanguinários.

Todavia, preconiza a transformação do regime do trabalho no Brasil, porque, "raciocina:

"A verdadeira população, a que faz a sólida grandeza e força do Império não consiste em manadas de escravos negros, bárbaros por nascimento, educação e gênero de vida, sem pessoa civil, sem propriedade, sem interesses, nem relações sociais, conduzidas unicamente pelo medo do castigo e por sua mesma condição inimiga dos brancos, mas sim, em grande massa de cidadãos interessados na conservação do Estado e prosperidade nacional e nascidos na própria pátria, favorecida por leis sábias e justas e por um governo paternal."

O sentimentalismo ofuscava-se, nas páginas de Maciel da Costa, superado pelas conveniências de ordem política, em que se inspiraram as suas conclusões.

O Brasil constituía-se, por aquela época, abraçado em idealismos alviçareiros, que alagam os ares eletrizados.

Para a Assembléia Geral Constituinte convergem todas as iniciativas, que visam modelar as feições características do Império nascente. José Bonifácio, com o prestígio de sábio e estadista, delinea as modificações que julga mais urgentes.

Entre outros ensaios, analisa o instituto do trabalho servil, na "Representação" em cujo limiar declara:

"Nela me proponho mostrar a necessidade de abolir o tráfico da escravidão, de melhorar a sorte dos atuais cativos, de promover a sua progressiva emancipação".

Considera as várias fases do "cancro que roi as entranhas do Brasil", a cada uma das quais prescreve golpeante artigo, cabalmente justificado. Assim, preceitua, de início: "dentro de 4 ou 5 anos, cessará inteiramente o comércio da escravidão africana". Extinguir-se-ia, em verdade, se adotado e cumprido o projeto, associação traficante, de que participavam tres continentes, a África, inesgotável fornecedora da mercadoria humana, adquirida e transportada pelos europeus, que a revendiam, com lucros tresdobrados, aos utilizadores americanos.

Restaria ainda cuidar dos desarraigados anteriormente do berço adusto e seus descendentes.

O legislador previdente destina-lhes atenção especial, para coibir a mancebia entre os senhores e as cativas, e protegê-las nas ocasiões mais necessárias.

"A escrava durante a prenhez, e passado o terceiro mês, não será obrigada a serviços violentos e aturados; no oitavo mês só será ocupada em casa; depois do parto, terá um mês de convalescença; e, passado este, durante um ano, não trabalhará longe da cria".

Conquista recente, que proporciona à gestante laboriosa, forçada ao máximo trabalho fisiológico, a poupança de energias reclamadas pela sua temporária condição, a providência do patriarca estabelecia regras de assistência prenatal, que só modernamente adotou a higiene preventiva. Antecipando à sua época, punha de manifesto a seriedade das reflexões, que o levavam a conceituar incisivamente "sem liberdade individual, não pode haver civilização, nem sólida riqueza; não pode haver moralidade e justiça; e sem estas

filhas do céu, não ha nem poder, ^{se} haver brio, força e poder entre as Nações”.

A ponderação do estadista, no deduzir conclusões das premissas, que formulara, emparelhava-se com a sensibilidade do moralizador das senzalas, para as quais instituiu preceitos acauteladores das gerações futuras.

O código do cativo, que lhe rompe as cogitações, embebido de piedade humana, diante dos sofrimentos da raça desventurada, não medra no ambiente inundado de preconceitos escravistas. A idéia não se transformou em lei, arguida de prematura, não obstante a gravidade das razões justificativas.

Fez-se mister que despontasse a Regência, com os seus rompantes inovadores, para que, referendado por Feijó, Ministro da Justiça, afluísse o primeiro ato indicativo de que os poderes constituídos condenavam o tráfico.

Em verdade, a lei de 7 de Novembro de 1831 vedou a importação de africanos escravizados, cuja libertação garantia, apenas saltassem no litoral brasileiro. Mas a severidade inegável da resolução era apenas para inglês ver. Por vinte anos, ainda continuariam os contrabandistas a sua actividade através do Atlântico, tolerados, quando não protegidos por autoridades, acumpliciadas com os intermediários nas transacções, até que Euzébio de Queiroz se lança bravamente a dar realidade à lei até então inócua.

Para completá-la, promove a elaboração da que taxou de pirataria, a 4 de Setembro de 1850, a importação de escravos, e sujeitos a apreensão os navios negreiros que entrassem em portos brasileiros.

A proposta básica do Padre Ribeiro entrava em prática, atrasada de longa centúria, em cujo decurso prosperou a instituição, que os paladinos da liberdade do homem debalde condenavam em seus escritos.

De um lado, vibravam nos ares serenos as vozes dos idealistas, que increpavam de criminosa a continuação do regime escravocrata. De outro, avolumava-se a gritaria dos beneficiados, que não admitiam o progresso do Brasil por forma diversa da que provinha da era colonial. O cativo era e devia ser, até a geração derradeira, o esteio principal da economia nacional, que sossobriria de súbito, se fosse alforriada a raça insubstituível no eito.

Não maravilha que lograsse o utilitarismo imediato refrear a propaganda emancipadora, iluminada, a espaços por nobres defensores, cujas palavras sumiam sem eco.

Fora do terreno doutrinário, somente as situações dispostas à luta ousariam mostrar a coligação de traficantes e proprietários, que julgavam irremediável o fadário da raça condenada ao cativeiro.

A resolução de 31, a que os sucessos contemporâneos não permitiram execução, completa-se com a ação do Ministério chefiado por Monte Alegre, no estancar definitivamente a fonte abastecedora, contra a qual se pronunciara outrora, e pelo decreto do gabinete Furtado de 64.

E inicia-se, por essa forma, a realização do programa indicado por José Bonifácio, cuja visão abrangera o conjunto de medidas, que deveriam ser adotadas desde a década da Independência. Entretanto, como se o fatigasse o esforço aplicado em dar execução a um só dos 32 artigos do projeto submetido à consideração da Constituinte, o país repousaria por longa temporada, de quando em quando alertado pela iniciativa de algum parlamentar, do porte de Wanderley, ou pela argumentação irresponsível de publicistas do quilate de Tavares Bastos.

Para dar novo andamento à questão, foi necessário que Silva Paranhos tornasse do Paraguai, com a auréola da vitória, que lhe proporcionara azo de ativar a reorganização do bravo país, cujo governo provisório, a seu conselho e do Conde d'Eu, se apressou em extinguir a escravidão na República reconstituída. Fôra como diplomata para afastar as dificuldades que impediam o encerro da Triplíce Aliança, no mesmo radioso ambiente de harmonia e cordialidade em que se gerou.

Regressara triunfante, com a fama acrescida, de estadista consumado, habil no enfrentar o perigo e transpô-lo sem demora.

Convidado pelo Imperador, que pretendia ausentar-se, cabia-lhe organizar o gabinete, que somente a 7 de Março de 71 entrava em forma. Vinha suceder a Pimenta Bueno, que voluntariamente renunciara ao poder, para não contrariar o bloco fluminense do partido conservador, hostil à orientação governativa referente ao problema servil.

Deparou-se-lhe emborrascado o cenário político, onde surgira uma componente nova — a *República* — diário que trazia, como credencial de sua valia, o manifesto de 3 de Dezembro, subscrito por individualidades de alto estofo.

E pela *Reforma*, com a data de 29, Zacharias expõe os motivos que o levaram a recusar as honras de Conselheiro, com o azedume de quem não encerrara ainda o ajuste de

contas de grave ressentimento, causado pela queda fragorosa de 68.

Paranhos, sondando o ambiente, não se aterroriza. Lobreiga as dissensões entre os próprios correligionários diante do magno problema, que se propõe a resolver.

Avalia a resistência, que irá vencer, com a sua energia retemperada ao sol platino, que lhe robusteceu a convicção da premência de apagar a nêdoa contra a qual não ousara opinar resolutamente de outra feita.

“Não conheço, dizia em Conselho de Estado de 67, questão mais grave e de mais extensas consequências do que esta de que ora se trata nos Conselhos de Sua Majestade Imperial. Na França e na Inglaterra, onde a escravidão não era tão numerosa, nem dela dependia tão profundamente a fortuna particular e o trabalho produtivo do país, ali, o mesmo problema, posto que circunscrito às possessões coloniais, e limitado à emancipação de alguns milhares de escravos, foi empresa de longo tempo preparada e ante a qual recuaram muitas vezes os espíritos mais liberais e afoutos”.

Afinava, então, a voz pelo diapasão da prudência mantenedora da instituição, cuja expoente, Olinda, desejava a emancipação, quando já não houvesse escravos, ou lhes fosse tão reduzido o número, que nenhum abalo sofresse a lavoura.

As viagens por terras estranhas e a propaganda de abolicionistas infatigáveis tinham-lhe, porém, amadurecido a idéia humanitária, que irá patrocinar com ardor apostolar.

Escolhe, para colaboradores, personagens que tudo sacrificassem, como o chefe, em prol do objetivo mais relevante do programa comum.

A João Alfredo, confia a pasta do Império: a Sayão Lobato, a da Justiça. Manoel Francisco Corrêa, Duarte de Azevedo, Theodoro Machado respondem respectivamente pelos Negócios dos Estrangeiros, da Marinha, da Agricultura. Para si, Rio-Branco reserva a da Guerra, enquanto não cede o posto a Jaguaribe, e a da Fazenda, em que permanecerá definitivamente.

Ao formar a sua falange, cuidou, antes do mais, de garantir-lhe a disciplina, imprescindível nos embates que o não surpreenderiam.

Confiante na coesão do grupo, que reunira, arrosta a discussão, em que sossobrara, por divergências internas, o gabinete precedente.

Resoluto, afirma na Fala do Trono, perante a Assembléia presa de espanto:

"É tempo de resolver tal questão e a vossa prudência esclarecida saberá conciliar o respeito devido ao direito vigente de propriedade e esta melhoria de condições sociais que exigem o nosso estado de civilização e os próprios interesses dos proprietários de escravos".

Nada mais transigente do que o simples aviso, que, todavia, provoca imediato revide, como desabrida provocação.

Retruca-lhe Paulino de Souza, correligionário de outros tempos, que se manteria intolerante na defesa do regime, cuja reforma, a seu ver, não devia competir a nenhuma situação conservadora, mormente quando já se anunciava a próxima viagem do Imperador à Europa.

"Não caberia, opinava, durante a ausência do monarca, e sob uma regência, tratar-se de assunto de tal monta".

Não obstante, a proposta vai ter, a 13 de Maio, à Comissão especial, para detido exame.

Sobressaltam-se os antireformistas com a audácia governativa, qualificada de loucura perniciosa à economia nacional.

Tinham esbarrado o projeto de Pimenta Bueno acalentado pelo "Conselho Imperial", em cujo seio adormecia, à espera de oportunidade, pelo menos, ulterior à terminação da guerra.

A mesma sorte refreara a iniciativa de Teixeira Junior, cujo ardor abolicionista o levava, embora representante conservador, a criticar o silêncio de Itaboraí, diante da impaciência nacional, que se avolumava progressivamente.

Urgia redobrar de esforços para adversar o prestigioso gabinete, colorido de conservador, que vinha à arena, para o combate salvador das futuras gerações negras.

Mobilizam-se os mais dextros lutadores, que se congregam em torno de Paulino, herdeiro do prestígio do Visconde de Uruguai e Itaboraí, seu tio, e de Zacarias de Góes, o temível sarcasta.

Entre os fogos cruzados de possantes baterias de cores partidárias opostas, que o alvejavam implacavelmente, iria Paranhos manobrar a sua nave, em que içara o pendão da cruzada redentora.

Homem predestinado a empresa tamanha, trazia longa experiência de navegações perigosas, em que se lhe madrugou o engenho.

Não temia os escarceus, quando tinha por si a consciência de estar pelejando pela boa causa.

Natural da Baía, onde abriu os olhos a 16 de Março de 1819, habitava o Rio desde 35, quando, ansioso por ilustrar-se, frequentou a Academia de Marinha, e em seguida, a Escola Militar, em cujo corpo docente ingressaria, apenas terminado o curso regulamentar.

Deputado provincial no Rio de Janeiro, encetou, em 45, a trajetória política, pontilhada de lances memoráveis, que o apontaram à admiração patricia. Quando lhe negavam a renovação do mandato, franqueava-se-lhe, acolhedora, a tribuna mais ampla da imprensa, onde as "Cartas a um Amigo Ausente" lhe firmaram o renome de publicista. Lá se achava, na redação do *Jornal do Comércio*, quando o procura nada menos que Honório Hermeto, que o requisita para seu secretário na embaixada ao Rio da Prata, de cujas peculiaridades se mostrava conhecedor o jornalista.

Entendiam-se às maravilhas os dois conspícuos brasileiros, o que se abeirava do túmulo, onde repousam com a recente vitória apaziguadora, e o estreante de 44, que sustentava as mesmas idéias, ao vaticinar, pelas colunas do *Novo Tempo*: "Quereis fazer a prosperidade do país? Derramai-lhe o bálsamo da conciliação".

De como atuara naquela missão, em que sucederia ao chefe atilado, bastará o depoimento deste, quando lhe indagou o Ministro dos Negócios Estrangeiros para qual das duas seria mais indicado o seu secretário, se a de Montevidéo ou a de Buenos Aires.

"Aquele aconselhou prontamente o Marquês do Paraná, a que V. Ex. ligar maior importância", conforme se lê na excelente biografia elaborada pelo Visconde de Taunay.

Naquela quadra rumorosa, apresilhava-se o Brasil às contendas sulinas, que, não raro, enegreciam os horizontes, em ameaças tremendas à cordialidade entre vizinhos.

Para defender-lhe os propósitos pacíficos, conviria a presença de uma individualidade conhecedora das diretrizes da política brasileira e do mesmo passo dotada da faculdade de compreensão das aspirações alheias, merecedoras de endosso.

Paranhos afigurava-se, mais do que ninguém, indicado, para atalhar as complicações platinas, a que applicava o seu raciocínio, afinado no estudo das matemáticas, a habilidade no argumentar, a meticulosidade na análise das questões, com que deparasse e o sadio sentimento da solidariedade americana.

Tantas vezes tratara, com a autoridade de plenipotenciário, ou de Ministro, dos problemas relacionados com o Rio da Prata e Paraguai, cuja navegação interessava sobremaneira a Matto Grosso, que não causou reparo a sua candidatura a Senatária por aquela Província, quando, em 1862, sucumbia João Antonio de Miranda, sucessor de José Saturnino da Costa Pereira.

Eleito e confirmado, empossou-se, a 5 de Maio seguinte, e desde então, teve à sua disposição a tribuna vitalícia, que enobrecceu com a sua palavra peregrina.

Decorrido breve prazo, ali maravilhou a assistência, apropositadamente reunida, ao transformar a censura ministerial, desfechada na destituição inesperada do enviado especial em Montevideu, em verdadeira apologia do convênio de 20 de Fevereiro, de que se causara a sua demissão. A sessão memorável mereceu referência especial do cronista do "Velho Senado", cujo depoimento paíra sobranceiro a qualquer suspeição. Recordemô-lo, feito oasis encantador em meio de enfadonho areal.

"Era uma hora da tarde, quando o Presidente deu a palavra ao Senador por Mato Grosso; começava a discussão do voto de graça. Paranhos costumava falar com moderação e pausa; firmava os dedos, erguia-se para o gesto lento e sobrio, ou então para chamar os punhos da camisa, e a voz ia saindo meditada e colorida. Naquele dia, porém, a ânsia de produzir a defesa era tal, que as primeiras palavras foram antes bradadas, que ditas: "Não a vaidade, Sr. Presidente". Daí a um instante a voz tornava ao diapasão habitual e o discurso continuou como nos outros dias. Eram nove horas da noite, quando ele acabou: estava como no princípio, nenhum sinal de fadiga, nele nem no auditório que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloquência parlamentar."

Foi assim que testemunhou Machado de Assis, a cujo discreto senso de justa medida não aprazia derramar-se em louvores imerecidos.

O mesmo governo adversário, que lhe fizera descabido agravo, iria afagar-lhe a ânsia de reparação, com a sua escolha para o Conselho do Estado, em pleno domínio liberal por volta de 1866.

Tornando ao poder, com o sossobro do Ministério Zacharias, abria-se-lhe de novo o ensejo para exercer a sua diplomacia amistosa com os vizinhos do Sul.

Por bem agir naquela emergência, acalmando suscetibilidades irritadiças, grangeou o título de Visconde do Rio-Branco, por decreto de 20 de Junho de 70. Na curva ascensional da sua carreira, parecia ter alcançado o tope, que lhe não seria possível ultrapassar.

Todavia a campanha de vasta envergadura, que empreendeu, ainda mais o alçou na consideração dos brasileiros, a cujo sentimentalismo romântico agradou a sua agilidade intelectual a serviço de uma causa piedosa. Nas refregas a que o desafiavam oradores de incontestáveis qualidades para os debates, revelou-se o estratega atilado, a cujas ordens se movia a corte dos devotados partidários do seu programa, entre os quais se destacariam João Alfredo, cuja destreza parlamentar aparava os golpes da oposição que o apelidou de "leader taciturno dos encerramentos". "Teixeira Junior", Presidente da Câmara, em cujo recinto sereno, de imensa maioria conservadora, desfechava, como explosivo es-traçalhador da unanimidade reinante, o brado da emancipação a cujo estrondo baquera o gabinete de Itaboraá.

De Mato-Grosso, que se lhe acolhetara indissoluvelmente ao nome, pela senatória, com que o distinguiu, e pelo título de fidalguia, que lembrava litigioso afluente do Paraguai, viriam legionários, cujo concurso para a vitória Nabuco apreciava como dos mais eficientes.

Um era Paranhos Junior, que emplumava as azas, ao calor de Mato-Grosso, para a vasta ascensão, que o levaria, na primeira República, à fama radiosa de "Deus terminus", antes de imprimir o cunho de sua personalidade marcante à política internacional do Brasil.

Deputado pela província distante, foi, diz o historiador inexcedível, "um elemento constante de animação, em certo sentido, seu principal apoio, por ser doméstico, íntimo, interior quasi, e que ambicionava, mais do que ele mesmo, essa glória para o seu nome".

O companheiro de bancada, Ernesto Camillo Barreto, sacerdote baiano transplantado para Cuiabá, donde veio com o mandato legislativo, não demonstraria menor dedicação, manifesta de maneira expressiva.

Os votos a favor do projeto mal alcançavam o limite mínimo de presença exigida para a abertura das sessões. A cabala oposicionista desenvolvia-se tanto nas discussões intermináveis, como fora por manobras que afastassem do recinto os governistas, cuja ausência não permitiria a continuação dos trabalhos.

Medida protelatória, serviria para travar a marcha da reforma que ia transpondo todos os obstáculos.

Exemplo de rara abnegação, o protonotário Ernesto mais de uma vez compareceu à Câmara para dar o seu voto a favor da emancipação dos nascituros, com o corpo a arder de febre, e afistulado de erisipela, que exigia repouso.

Destarte, Mato-Grosso cumpriu, naquela conjuntura, o seu dever cívico, do mesmo passo que patenteava a sua simpatia pela raça infeliz.

Outros cooperadores encontraria Paranhos até nas fileiras adversárias do seu partido, entre os liberais, que não sacrificam as aspirações da sua gente em troca de possíveis vantagens efêmeras.

Brasileiros embebidos de idealismo sustentavam, contra o próprio interesse partidário, os princípios mais elevados, que insculpiram em sua bandeira. As divisórias de grupos existentes diluíam-se, apagavam-se naquele gigantesco duelo de dois antagonismos irredutíveis.

Liberais, reforçados pelos condutícios de Paulino de Souza, hostilizavam o gabinete conservador, que tomara uma sugestão liberal para lhe dar o sopro de vida.

De outro lado da trincheira, com igual devotamento, a situação conservadora, capitaneada pelo Visconde, valia-se do precioso concurso de liberais conceituados, como o Senador Nabuco de Araujo, Octaviano Souza Franco entre os maiores.

Destarte, o triunfo não galardoou nenhum partido.

Obra de espíritos humanitários tocados de compaixão pelo infortúnio negro, dignificou os vitoriosos, sem ultrajar os vencidos.

Ao revés, Paulino de Souza conquista, na arena, as honras de "marechal do futuro" e a Zacharias no dia da votação final, o povo desbarretou-se, respeitoso, quando o viu sair do Senado, com ares de quem tinha procedido de acordo com as suas convicções.

Mas, em resumo, por que renhiam intrepidamente os pelejadores de tamanho porte, esquecendo as divisas das agremiações a que normalmente se achavam filiados?

Defrontavam-se, naquele prélio, a cautela rotineira dos que não toleravam modificação alguma ao regime do trabalho instituído à custa do sofrimento de uma raça, e o sentimentalismo humanitário, que pretendia arejar as senzalas, pela dignificação da maternidade negra, até então considerada

simples meio de substituir, pela fecundidade de viveiros crioulos, o contingente forasteiro, que cessara com o tráfico.

O direito romano, que se espelhava na legislação vigente, ensinava que seguia o filho a contingência materna e escravos seriam, pelas eras afora, os descendentes de mãe cativa, salvo o que lograsse a própria alforria pelos meios permitidos em lei.

Mas o ambiente social variaria ultimamente, quando os países, até então solidários com o Brasil, na manutenção do braço servil, foram, um a um, libertando os seus escravos.

Não lhe seria possível deixar-se embalar pela crença da perpetuidade da instituição, imposta por imperativos econômicos, sem dúvida, mas guerreada cada vez mais pela opinião universal. Caberia a Rio Branco patrocinar a causa das futuras gerações das senzalas, que, mercê da dedicação de tão valoroso patrono, conseguiram personalidade própria.

Ao defendê-la, estadeou os seus dotes tribunícios, que se avantajaram às maiores exibições anteriores.

Das 41 vezes em que orou, na Câmara e no Senado, "durante os cinco meses da sessão legislativa de 1871", enumerou J. Nabuco, 21 discursos consagraram-se à sustentação do seu projeto, transformado, por fim, na lei de 28 de Setembro, cuja promulgação encheu de aleluias a alma do estadista baiano e seus eminentes auxiliares.

Não é que tivesse resolvido de golpe a debatida questão social. Mas deu-lhe acolhida nas deliberações do governo, além de impedir definitivamente a renovação do eito por jovens cativos.

Depois de 71, acalmam-se os abolicionistas com as esperanças nutridas pela lei promissora, até que, na década seguinte, Souza Dantas agita o Parlamento com a sua declaração ministerial: "neste assunto, nem retroceder, nem parar, nem precipitar". E propõe a "libertação dos escravos que tenham atingido e atinjam a idade de 60 anos".

Mas baqueia, diante da maioria parlamentar, que também impede a ação do seu sucessor, Saraiva.

A votação contrária, porém, não impedia que, nos comícios, e nas ruas engrossasse a propaganda abolicionista, que fazia Joaquim Nabuco declarar a propósito.

"O projeto de lei para a libertação dos escravos maiores de 60 anos é uma concessão muito pequena, mas nós devemos aceitá-la, porque significa a emancipação dos africanos importados depois de 1831, os quais foram todos matri-

culados, em fraude da lei de 7 de Novembro, com idade superior à que tinham."

Tocaria a Cotegipe a incumbência de comemorar o 14º aniversário da lei do Ventre Livre, com a que alforriou os sexagenários.

E assim, isentaram-se na mesma data, com tres lustros quasi de permeio, a infância e a velhice do labéu, que lhes reduzia a personalidade à categoria de semoventes.

Para os abolicionistas exaltados, já não bastariam as duas conquistas. Pregavam abertamente a revolta dos espoliados em sua liberdade.

Promovem-lhes a fuga. Inquietam-se os proprietários, quando percebem a recusa do Exército em desempenhar encargos de capitães do mato.

O Parlamento retorna à questão. Ainda uma vez, assume a Princesa Isabel a Regência do País. Ao seu influxo, o lida-dor glorioso de 71, feito chefe experiente do Ministério, João Alfredo, promove o projeto derradeiro, que passou à História com o título de Lei Aurea, festejada entre flores e harmonias, como a vitória cabal do sentimentalismo contra o emperramento interesseiro dos que previam e temiam a derrocada fatal dos redutos escravistas.

A elegância da solução compensará a demora em obtê-la.

E assim a idéia generosa de José Bonifacio entrou em completa execução.

Era um sonho de estadista esclarecido que se realizava, com a colaboração das gerações sucessivas, dignificadas por notáveis individualidades, que se creditaram à benemerência nacional, pelo que fizeram, em pról da causa humanitária (*Muitos aplausos*).

O Sr. Max Fleiuss (*Secretário perpétuo*) comunicou haver recebido do seu grande e ilustre amigo dr. Ricardo Levene, Presidente da Junta de História y Numismática Americana e que ha pouco esteve nesta Capital, o primeiro volume da *História da Nação Argentina*, obra monumental que aquela Junta empreendeu e que constará de dez volumes, afóra o Manual e um Atlas Histórico e Geográfico.

O volume apparecido assegura o êxito do empreendimento que constituirá uma glória para a Nação Argentina e para todo o continente.

Bastará considerar o índice do primeiro volume para que se reconheça a importância de toda a obra.

Alem de interessantes informações sobre a Junta de História y Numismática, prólogo e plano de obra, atas, documentação oficial, o volume está dividido em duas partes: a primeira trata do *Homem pré-histórico*, a segunda dos *Aborígenes pré-hispânicos e históricos*.

Quanto ao *Homem pré-histórico*, escerra dous capítulos — I. A série geológica da República Argentina em suas relações com a antiguidade do homem; II. Os restos humanos e os restos industriais.

Quanto aos *Aborígenes pré-hispânicos e históricos*, está dividido em onze capítulos, a saber: línguas indígenas do território argentino, culturas indígenas do Noroeste, a quebrada Humahuaca, o antiplano andino, a antiga província dos Diaguitas, as planuras de Santiago del Estero, a antiga província da Comechingones, as culturas aborígenes do Chaco, as culturas indígenas do Rio da Prata (o Paraná e seus tributários), os tributários do rio Uruguai, as culturas indígenas do Pampa, as culturas indígenas da Patagônia, as culturas indígenas da Terra do Fogo.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estou certo, hipoteca desde já seus calorosos aplausos à Junta de História y Numismática Americana, destacando o nome de seu insigne presidente, dr. Ricardo Levene, cujo alto espírito dirige a suntuosa empresa, e que faz parte do nosso quadro social desde 1928 (*Palmas*).

O Sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*), ao encerrar a sessão, congratulou-se com o sr. Virgílio Corrêa Filho pelo seu belo trabalho sobre o movimento abolicionista, trabalho que correspondera à geral espectação, e a confiança posta no seu consciencioso autor. Lembrou que àquele movimento se ligaram dous vultos, de que se achavam presentes dois dignos netos, consócios do Instituto: os srs. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho e Wanderley Pinho. O primeiro descende do conselheiro Jeronymo José Teixeira Junior, Visconde do Cruzeiro, que, membro do Gabinete São Vicente (1870), Presidente da Câmara dos Deputados (1871), muito contribuiu, com desassombro e abnegação, arriscando-se a sacrificar a sua carreira política, para a primeira lei de 28 de Setembro.

Descende o segundo do Barão de Cotegipe, chefe do ministério que referendou a segunda lei de 28 de Setembro, a dos sexagenários, e que nunca foi escravagista, no sentido de defender o cativo, mas queria que a sua extinção se

realizasse paulatinamente, sem prejuízo da lavoura, que, proprietária legal, devia ser indenizada das perdas que sofresse. A 12 de Maio de 1888, o Barão de Coteçipe proferiu no Senado discurso notável, pela coragem e dignidade cívica, bem como pela intuição profética (*Palmas*).

Participou depois o falecimento do sócio honorário sr. Alfredo Lisboa, admitido em 1931 e que grandes serviços prestou ao Instituto na organização do Dicionário de História, Geografia e Etnografia do Brasil.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) convidou, por fim, a assembléia para a sessão magna de 21 de Outubro, comemorativa do 98º aniversário da fundação do Instituto.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Virgílio Corrêa Filho, *servindo de 2º-secretário*.

Assistiu à sessão o coronel do Exército português Henrique de Campos Ferreira Lima, que tomou assento no recinto especial, oferecendo as seguintes obras de sua autoria:

— *Subsídios para um dicionário bio-bibliográfico dos calígrafos portugueses*. Lisboa. Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

— *Joaquim Raphael. Pintor e escultor portuense. Breves notas biográficas e compilação dos seus escritos (Subsídios para a história da arte portuguesa)*. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1923.

— *Medalha das campanhas da liberdade (1826-1834)*. Vila Nova de Famalicão. Tipografia Minerva, de Gaspar Pinto de Souza & Irmão. Avenida Barão de Trovisqueira, 1932.

— *Cartas dirigidas pelo Conde de Raczynski a Ferdinanda Denis*. Préfaciadas e anotadas. Lisboa, 1932.

— *Corpo de atiradores portugueses ou o Corpo de Atiradores belgas (1833-1834)*. Lisboa, 1935.

— *Relação entre Portugal e a Tchecoslováquia*. Vila Nova de Famalicão. Tipografia Minerva, de Gaspar Pinto de Souza & Irmão. Rua Barão da Trovisqueira, 1936.

— *Enciclopédia pela imagem. O Exército português*. Livraria Lelo, Limitada-Editora. Rua das Carmelitas, 144 Porto, s/d.

— *Legião polaca ou Legião da rainha Dona Maria Segunda* (1832-1833). Segunda edição. Tipografia Minerva. Vila Nova de Famalicão, 1936.

— *Frei Casimiro de S. José Wyszynski* (polaco). *Introdutor da Ordem dos Marianos em Portugal*. Separata do tomo 2º da "Revista de Archeologia". Lisboa, 1936.

SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO NONAGÉSIMO OITAVO ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO (SESSÃO 1.622ª, EM 21 DE OUTUBRO DE 1936)

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO
(*Presidente perpétuo*)

As dezesete horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Francisco Radler de Aquino, José Maria Moreira Guimarães, Raul Régis de Oliveira, Emilio Fernandes de Souza Docca, Basílio de Magalhães, Nelson Coelho de Senna, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Thiers Fleming, José Wanderley de Araujo Pinho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Alfredo Ferreira Lage, Manoel Tavares Cavalcanti, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Nicolau Debané, Braz Hermenegildo do Amaral e Sylvio Rangel de Castro.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) convidou a occuparem logar à mesa os Srs. Capitão de Mar e Guerra Americo Pimentel, representante do Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da República, e Dr. Gustavo Capanema, ministro da Educação.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*), abrindo a sessão, disse o seguinte:

"Os dois documentos que iam ser apresentados pelos sócios grandes beneméritos os srs. 1º secretário e orador perpétuos, um resenhando os trabalhos efetuados durante o ano findo, outro fazendo o elogio dos companheiros falecidos, no mesmo prazo, formavam a ordem do dia da sessão, cabendo apenas ao presidente abri-la, com breves palavras proemiais. Destinavam-se essas palavras a exprimir a gratidão do Instituto pelo comparecimento da bela assembléia, a cujo fulgor dava particular realce a presença do representante do Chefe da Nação, presidente honorário do mesmo

Instituto, de numerosas autoridades civis, militares, diplomáticas, sociais, e de muitas senhoras.

Cumpria, depois, acentuar que o relatório anual demonstraria, mais uma vez, que, graças à dedicação e proficiência dos associados, a corporação, no período decorrido, se mantivera em elevado nível de atividade mental, nobreza de propósitos, correção de procedimento, idêntico ao dos noventa e oito períodos anteriores.

A perda de alguns confrades, se sobremodo a compungiu, avivou-lhe o justo desvanecimento, ao rememorar o valor e serviços dos que partiram.

Instalando a *Société d'Histoire de France*, pouco antes da fundação do Instituto ponderou o eminente historiador e estadista François Guizot: "O estudo da História (poderia acrescentar-se o da Geografia) deve ser considerado como condição especial da ciência do Estado, satisfazendo, acima de um interesse de curiosidade, o do ensinamento. O gênero humano é o único que tem história, e constitue uma série de gerações, herdeiras umas das outras, unidas intimamente entre si por um vínculo geral e permanente. Mas, para que tamanho privilégio produza todos os seus frutos, é preciso que essas gerações sucessivas se conheçam e compreendam verdadeiramente; é imprescindível que as modernas dediquem às precedentes afetuoso sentimento, e que cada uma se recorde com fidelidade do que deve às antecessoras, tributando-lhes justiça agradecida".

É o que tem procurado fazer o Instituto juntando a este culto a pesquisa dos elementos do meio físico em que essas gerações nasceram e se expandiram.

O espírito que o animou e anima só difere do manifestado pelos seus fundadores naquilo que a continuidade e a experiência lhe acresceram.

Veneração ao passado da Pátria, confiança nos seus destinos, certeza do seu radioso porvir, tal a síntese do seu sentir e pensar.

Crê firme e inabalavelmente: — Assim como o Brasil já é um dos principais países do mundo, pelo território e a população, sê-lo-á também pela superioridade de seus exemplos, podendo asseverar à comunhão planetária que tem obtido com excepcional facilidade todas as maiores reformas, a da Independência, a da liberdade civil e religiosa, a das reivindicações femininas e do operariado, — prova de que

alcançará sem violência tudo quanto for adiantado e legítimo, sempre que a consciência nacional o quizer.

A sua exclusiva ambição consiste em realizar deveras a ordem e o progresso inscritos na sua bandeira, quer dizer que em todo o seu imenso território, sempre integralmente conservado, dominem o direito, a justiça, a tolerância, a segurança, a paz e, sendo necessário, também a força serena, criteriosa e decisiva, protetora e defensora dos bens, represora e punitiva dos maus, bemdita por aqueles, enquanto imponha a estes últimos, além de respeito, salutar temor.

Eis a norma praticada e difundida pelo Instituto, ha quasi um século, cujo complemento, dentro de um biênio, espera comemorar, de modo condigno. Para isso, conta com o concurso dos poderes públicos e da intelectualidade compatricia e, empenhados, todos, de certo em que prevaleça aquela norma cívica, moral, política. Política, sim, mas no sentido estreito e vulgar da expressão, — conflito de paixões e interesses subalternos, — mas na larga acepção de esforço para encaminhar e impelir os homens na ascensão ao ideal *(prolongada salva de palmas)*.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) deu depois a palavra ao Sr. Max Fleiuss (*secretário perpétuo*), que leu o seguinte Relatório:

“Foi precisamente ha 30 anos que, pela primeira vez, apresentei, em sessão magna de nosso Instituto, o meu relatório de secretário. Trinta anos! Que formidável desdobramento de sucessos em todas as esferas sociais, caracterizando sempre diversas faces, algumas antagônicas; todas, porem, querendo e respeitando a unidade de nossa pátria.

E, no ponto de vista restrito de nosso Instituto, as alternativas só o foram pela substituição natural de nossos presidentes, pois que os fins desta Casa tiveram sempre um cumprimento modelar, refletido na frequência, sempre crescente, da sala de leitura pública, na conservação de nossos livros, de nossos documentos, de nossos mapas, de nossas estampas, na publicação de nossa *Revista*, de que em breve aparecerá o volume 168.

Quando da vez primeira ocupei esta tribuna, presidia o Instituto aquela veneranda figura, quasi centenária, de nossos fastos políticos que foi o Marquês de Paranaguá, de quem Tavares de Lyra disse, com tanto acerto: “Ia já passando de seu tempo, quando a revolução republicana des-

truiu o trono. Soube, porem, cumprir até o fim o seu dever. Extinta a realza, recolheu-se à vida privada, e morreu vinte e dous anos depois — sereno, com a sua consciência de justo, ardoroso no culto de Deus e da Pátria”.

Paranaguá, no momento, era primeiro vice-presidente em exercício, pois o conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro faleceu a 10 de Agosto de 1906.

Depois de Paranaguá veio Rio-Branco, cuja presidência durou quatro anos, trazendo ao Instituto relevante fulgor, que jamais será esquecido.

Morto o grande Barão, foi eleito Affonso Celso.

Senhores. Nossos Estatutos dizem terminantemente que, na sessão magna, o secretário lerá o relatório com a resenha dos trabalhos anuais.

Assim, o relatório apresentado aos senhores sócios não constitue uma exposição subordinada ao presidente, e, pois, julgo-me plenamente autorizado a falar do nosso atual supremo chefe.

Todos sabem que a Affonso Celso me prende uma estima de mais de quatro décadas. Não raro tem ele mesmo manifestado, com a generosidade de seu coração, que nossa amizade reveste o cunho de fraterna.

E assim é. Devo-lhe muito, quero-o como se fôra um irmão pouco mais idoso.

Isso não me impede, porem, de proclamar, porque está igualmente na consciência de todos, a benemerência inextinguível da sua gestão de vinte e cinco anos.

A nova instalação, quatro congressos, conferências, cursos, orientação seguríssima, revelando alto descortino, interesse diuturno pelo assuntos do Instituto, constituem, em síntese, essa administração modelar que Deus ha de permitir ainda se prolongue por largo tempo.

Têm sido esses os presidentes dos meus trinta anos de primeiro secretário. Eles foram sem duvida os maiores autores de quanto me foi dado realizar.

Cito-lhes, pois, os nomes num preito de absoluta justiça!

Senhores! Estamos nas vésperas do nosso grande dia: o Centenário do Instituto.

Preparemo-nos para celebrá-lo com eficiência.

Autorizados por Affonso Celso, elaboramos, Manoel Cicero e eu, um programa que o nosso Presidente aprovou

e que mereceu igual e ampla sanção do Sr. Presidente da República, cujo apoio decisivo nos assegurou.

Releva consignar o modo cavalheiresco, extremamente cordial, por que foi atendido pelo sr. Getúlio Vargas, nosso ilustre Presidente Honorário.

Com seu apoio, repito, podemos confiar na realização integral de nossos projetos para a comemoração do Centenário.

Projetos razoáveis, mas precisos, condignos e cujos resultados permanecerão em proveito da nossa História e do renome do Instituto.

Lembremo-nos de que esta grande casa é, como disse o espírito superior de João Mendes Junior, uma oficina onde se trabalha nas profundezas dos nossos arquivos e monumentos, trazendo à luz os exemplos das virtudes, de patriotismo e de sabedoria dos nossos antepassados.

Aquí não se nutrem invejas nem competições — trabalhamos pela grandeza de nossa pátria, procurando tornar conhecida, com exatidão, a sua nobre e muitas vezes fulgurante História (*Palmas*).

A resenha dos fatos sociais ocorridos no último ano é a seguinte:

SESSÕES — Durante o ano social houve seis sessões ordinárias, duas especiais e uma assembléia geral. Realizou-se esta a 19 de dezembro de 1935, afim de eleger os membros da Diretoria não providos vitaliciamente e das comissões permanentes para o biênio de 1936-1937.

Naqueles, como de justiça, o Instituto manteve os srs. drs. Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio, Luiz Felipe Vieira Souto e o capitão de mar e guerra Francisco Radler de Aquino, respetivamente 1º, 2º e 3º vice-presidente, 2º secretário e tesoureiro.

A primeira sessão especial efetuou-se a 18 de Outubro do ano passado para comemorar o centenário natalício do conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, tendo feito uma conferência sobre o presidente do gabinete que realizou a extinção total do cativoiro, o 2º vice-presidente, sr. Augusto Tavares de Lyra.

A segunda sessão especial realizou-se a 21 de Fevereiro deste ano e foi consagrada ao Visconde de Ouro Preto, na

data em que o grande brasileiro, **cem anos antes nascera em Minas Gerais**. Falou sobre o notavel estadista o sr. Alfredo Valladão.

A 14 de Abril começaram as sessões ordinárias do Instituto. Reassumiu nessa data as elevadas funções do seu cargo de Presidente perpétuo o sr. Conde de Affonso Celso, ao cabo de longa e grave enfermidade. Parte da sessão foi consagrada a esse acontecimento gratíssimo ao Instituto, do qual foi legítimo intérprete o sr. Manoel Cicero, que presidiu a sessão e se conservava no exercício interino da presidência desde Agosto de 1935.

A parte restante foi destinada à comemoração do Dia das Américas, ocupando a tribuna o sr. Pedro Calmon.

A segunda sessão realizou-se a 13 de Maio. O professor Basilio de Magalhães fez uma conferência sobre a Cabanagem.

Na terceira sessão, efetuada a 16 de Junho, foi homenageado o sr. Ramiz Galvão por completar naquele dia o seu nonagésimo ano de natalício. Saudou-o o sr. Conde de Affonso Celso, Presidente perpétuo do Instituto.

A 10 de Julho realizou-se a quarta reunião consagrada à comemoração do maestro patricio Antonio Carlos Gomes, tendo sobre ele discorrido o segundo secretário, sr. Luiz Felipe Vieira Souto.

Para comemorar o centenário da morte do general Carlos Frederico Lecor, Visconde da Laguna, efetuou-se a sessão de 3 de Agosto, quinta das ordinárias. Foi ocupada a tribuna pelo sr. Wanderley Pinho.

Antes da realização dessa sessão, na sala de leitura, foi inaugurado, pelo sr. Conde de Affonso Celso, o retrato do sócio benemérito Felix Pacheco, com a assistência de sua Exma. Viuva e de duas filhas. Em seguida, na secretaria, o mesmo sr. Conde de Affonso Celso inaugurou os retratos dos Viscondes de Serro Alegre, respondendo pela família, que os havia ofertado ao Instituto, o comandante Adalberto Reschtein.

A sexta e última sessão ordinária realizou-se a 28 de Setembro para comemorar as duas grandes leis ocorridas naquela data, em 1871 e 1888. Ocupou a tribuna o sr. Virgilio Corrêa Filho.

Nessa sessão falou tambem o nosso prestantíssimo consócio sr. Raul Regis de Oliveira, que foi saudado pelo nosso Presidente perpétuo, o qual igualmente se referiu à distintíssima esposa do illustre embaixador do Brasil em Londres.

A REVISTA — Apareceram no último ano os volumes 166 e 167, correspondentes aos anos de 1932 e 1933, devendo, dentro em pouco, aparecer o volume 168, segundo do ano de 1933.

Com as providências asseguradas pelo sr. Presidente da República, até o dia do Centenário estará rigorosamente em dia a nossa Revista, que aparece regularmente desde 1839, sendo, no gênero, a mais antiga da América e uma das mais antigas do mundo. E bem assim as publicações especiais.

Apareceram também o segundo volume da sessão inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e vários *Boletins* da Revista.

CADASTRO SOCIAL — Atualmente o cadastro social é o seguinte:

Presidentes honorários — 6.

Sócios grandes beneméritos — 5.

Sócios beneméritos — 12, havendo tres vagas. Para ser elevado a benemérito é essencial que o sócio efetivo ou correspondente tenha dez anos de serviços ao Instituto.

Sócios efetivos — 46, havendo um excesso de seis que, em parte, desaparecerá se fôr aplicada a resolução da Assembléia Geral de 22 de Agosto de 1931, quanto à transferência de alguns sócios efetivos para a classe dos honorários.

Sócios correspondentes — 38, havendo duas vagas.

Sócios honorários — 34, havendo o excesso de 4.

Perdeu o Instituto neste ano social os seguintes sócios: Felix Pacheco — benemérito.

Paulino José Soares de Souza Filho — honorário.

Alipio Gama — honorário.

Alfredo Lisboa — honorário.

MOVIMENTO DAS DIVERSAS SECÇÕES:

Biblioteca — Obras oferecidas, 475; adquiridas, 72; encadernadas 457; revisias recebidas, 31.

Arquivo — Documentos consultados, 1.416; oferecidos 7;

Mapoteca — Mapas consultados, 469; oferecidos, 41.

Museu Histórico (criado em 1851) — Visitantes, 508; objetos oferecidos, 51;

Sala pública de leitura — Consultantes, 2.413, sendo 345, para jornais e revistas.

Secretaria — Offícios, cartas e telegramas recebidos, 1.194; expedidos, 1.769.

FATOS SOCIAIS — Visitas — A 6 de Dezembro de 1935 o Instituto foi honrado com a visita do Ministro da Educação e Saúde Pública, dr. Gustavo Capanema, que se fez acompanhar do diretor de seu gabinete, dr. Carlos Drummond de Andrade.

Todas as dependências do Instituto foram percorridas por S. Ex. que teve palavras de extrema bondade para tudo quanto viu.

A 25 de Agosto também nos visitou o escritor Stefan Zweig, festejado autor de *Maria Antonietta* e de *Joseph Fouché*, tendo sido recebido em reunião no salão de sessões, pelo nosso presidente, sr. Conde de Affonso Celso.

Cabe igualmente aqui uma referência à visita que nos fez o sr. Raul Regis de Oliveira, Embaixador do Brasil em Londres e membro do Instituto desde 1928. S. Ex. ofertou ao Instituto um bellissimo quadro (fotopolieromia), representando o Jubileu do rei Jorge V, quadro esse colocado no gabinete do Presidente do Instituto.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO — A 12 de Fevereiro de 1936 o sr. Ministro da Educação enviou ao Instituto um longo questionário com o plano nacional de educação, pedindo o parecer desta agremiação. O dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva, que se encontrava no exercício interino da presidência, designou para emitir parecer uma comissão composta do ministro Rodrigo Octavio, como presidente; Max Fleiuss e Basilio Magalhães, sendo este o relator. A 22 de Maio foi o parecer enviado àquele Ministro, que em carta dirigida ao Presidente louvou o trabalho do Instituto.

INSTITUTO DUQUE DE CAXIAS — Sob os auspícios do Instituto Histórico foi criado em Agosto o Instituto Duque de Caxias, com a finalidade de cultuar a memória do valoroso soldado, seu patrono e os nossos grandes feitos militares. A inauguração realizou-se a 5 de Setembro, em sessão muito concorrida, na qual, depois de uma alocação do sr. Conde de Affonso Celso, presidente do novo Instituto, fez uma conferência sobre Caxias o sócio efetivo sr. Pedro Calmon.

CENTENÁRIO DO INSTITUTO — O Instituto providencia sobre as comemorações relativas ao centenário de sua fundação daqui a dois anos. Por portaria de 10 de Outubro, o sr. Conde de Affonso Celso, presidente perpétuo, incumbiu os srs. Manoel Cicero, 1º vice-presidente, Max Fleiuss, 1º secretário perpétuo, e Virgilio Corrêa Filho, de todas as

providências precisas para que tenham o maior brilho a comemoração, para execução de cujo programa o sr. Presidente da República assegurou completo apoio.

REPATRIAÇÃO DOS DESPOJOS DOS INCONFIDENTES MINEIROS — Desde 1842 vem o Instituto sugerindo o dever de serem conduzidos à Pátria os despojos mortais dos Inconfidentes Mineiros mortos no desterro.

O sr. Conde de Affonso Celso, presidente perpétuo, em nome do Instituto, felicitou o dr. Getúlio Vargas, Presidente da República e presidente honorário do Instituto pela deliberação.

CONFERÊNCIAS — O professor dr. Ricardo Levene, presidente da Junta de História y Numismática Americana e sócio do Instituto, encontrando-se no Rio de Janeiro, visitou-nos a 31 de Julho, realizando nesse mesmo dia uma Conferência sobre *O conceito da História americana e as novas investigações históricas no Brasil e na Argentina*.

Concluo o Relatório. Achemo-nos, repito, em véspera do nosso Centenário.

Será o grande marco da trajetória benemerita desta Casa, fundada por Januario da Cunha Barbosa e Raymundo José da Cunha Mattos; dois nomes que o Instituto jamais esqueceu e esquecerá, constantemente alvo do nosso maior respeito desta Casa, de que d. Pedro II foi o protetor inigualável, presidindo a 500 de suas sessões e sempre chefiada por brasileiros que fazem parte do patrimônio moral de nossa pátria: Jerumirim, São Leopoldo, Sapucaí, Bom Retiro, Joaquim Norberto, Aquino e Castro, Paranaguá, Rio-Branco, Ouro Preto, aos quais manda a justiça acrescentar o nome do nosso Affonso Celso!

Senhores — A máxima mais elevada da nossa vida é — O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.

Nós temos cumprido o nosso e saberemos cumprí-lo (Palmas).

Teve depois a palavra o sr. Ramiz Galvão, que proferiu o seguinte discurso:

Exmo. Sr. representante do Exmo. Sr. Presidente da República e dignos membros do Governo. — Ilustre e venerando Sr. Presidente e prezados colegas do Instituto His-

tórico e Geográfico Brasileiro — Minhas senhoras e senhores:

É dever precípua da Posteridade render culto à memória dos que bem serviram à Pátria, qualquer que tenha sido a esfera da sua atividade, porque é do conjunto dos labores de todos os bons cidadãos, que dependem o bem estar e a prosperidade crescente dela.

Já neste ano foram e ainda vão ser realizadas justíssimas comemorações a insignes Brasileiros, como Caxias, Pereira Passos, Benjamin Constant e Bocayuva, que desempenharam eminente papel na História Brasileira. São tributos reclamados pela justiça, não ha negar.

O Instituto Histórico, fiel ao seu programa, que data de quasi um século, nunca deixou de render homenagens aos méritos dos ilustres companheiros de que se viu privado pela lei inexoravel da morte; e já pela palavra altissonante de Porto Alegre, de Joaquim Manoel de Macedo, do Visconde de Taunay, de Joaquim Nabuco, do preclaro Sr. Conde de Affonso Celso e de outros dignos oradores deu sempre cumprimento a este sagrado dever.

Desde alguns anos, graças à generosidade desta benemérita Companhia, cabe a referida missão ao velho soldado, desta coorte, que sente cansada a pena pelo peso dos anos vividos em constante trabalho e em estudo nunca interrompido. Se trabalho e estudo, por um lado, confortam e engrinaldam a vida, haveis de convir em que eles tambem acabam por amortecer a fibra do laborioso.

Eis porque, distintos e amáveis colegas, haveis de perdoar a palidez dos conceitos que ides ouvir. Conto com essa gentileza.

Poucas foram as nossas cadeiras que neste ano social se cobriram de luto; mas, em verdade, de todas elas nos foram roubados altos valores.

Mal havíamos concluído os nossos trabalhos em 1935, nos chegou a triste nova de haver falecido em São Paulo, a 21 de Dezembro, o engenheiro militar general dr. Alipio Gama. Este distinto patricio pertencia às nossas fileiras desde que a 15 de Julho de 1911 fôra proclamado sócio correspondente do Instituto. Dessa categoria ascendeu à de sócio honorário, por decisão de 22 de Agosto de 1935.

Prescindindo de dados biográficos, que infelizmente nos falecem, devo acentuar que a admissão do ilustrado engenheiro para o nosso grêmio teve por título um valioso tra-

balho intitulado: *Memória sobre os fenômenos vulcânicos no Brasil, precedida de um estudo comparativo das principais hipóteses sobre a causa dos fenômenos vulcânicos em geral.*

Este assunto, deveras interessante para nós, tanto pela feição geográfica como pela geológica, desenvolveu-o Alípio Gama com proficiência e talento, que lhe reconheceu o saudoso especialista Orville Derby, relator do Parecer que se encontra no tomo 74, parte II, da nossa Revista.

Embora Alípio Gama houvesse consignado 33 pequenos tremores de terra verificados no Brasil, Derby nos deu a consoladora esperança de que semelhantes desastres não nos devem apavorar. E ainda bem! Já bastante sofre o nosso amado Brasil com as inquietantes agitações políticas, e com a defesa a que somos coagidos contra a invasão de doutrinas e manobras perigosas, que, de longe, de muito longe, vêm. Deus, que é Brasileiro, como alguém o disse, de tudo isso nos ha de salvar, iluminando os que dirigem os nossos destinos.

Paulino José Soares de Souza, filho do conselheiro Paulino e neto do Visconde do Uruguai, tinha as veias o sangue de uma ilustre raça, e não fez sinão honrá-la em uma vida de 70 anos. Nascido a 9 de Maio de 1866, fez sua educação secundária no Colégio dos Jesuitas de Itú (feliz começo) e a superior na Faculdade Jurídica de São Paulo.

Desde logo eleito deputado estadual, passou depois para a Câmara Federal, na qual fez parte e trabalhou distintamente em várias comissões, e onde discutiu a reforma constitucional, a legislação de minas e o ensino religioso.

Em 1929 pusera termo à sua vida política e concentrara seus labores no Ensino, regendo a cadeira de Direito Civil, e por vezes as de Direito Romano e de Filosofia do Direito na Faculdade Jurídica da Universidade desta Capital. Professor, foi dos mais estimados pela cultura do espírito e pela sisudez do character. Não poderia ter dedicado os últimos dias da vida a mister mais nobre nem mais util, porque doutrinar as gerações futuras, incutindo-lhe amor à Religião de Christo-Rei, à Pátria, à Justiça e à Verdade, é preparar o glorioso futuro de qualquer nação e qualquer povo.

Exausto por uma profunda anemia no último quartel da existência, veio a falecer em Niterói a 8 de Março deste ano. Para a nossa Companhia entrou a 10 de Junho de 1898, tendo por título à admissão o bellissimo discurso, que na Câ-

marra dos Deputados proferira tres anos antes, sobre a velha questão de limites entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Ligado pelos laços do matrimônio a uma distinta filha dos Viscondes do Cruzeiro e neta do excelso Marquês do Paraná, deixou filhos que honram a sua memória. No lar, como na vida pública, foi exemplaríssimo cidadão.

Ao cabo de 70 anos bem vividos, seu organismo fraquejou, e, vítima de profunda anemia, nosso saudoso confrade se apartou deste mundo a 8 de Março de 1936.

Alfredo Lisboa, filho de Antonio José Lisboa e de d. Anna Amelia dos Santos Lisboa, nasceu a 31 de março de 1847, na Bolívia, quando seu pai ali exercia as funções de nosso encarregado de negócios.

Anos depois, indo à Europa, bacharelou-se em Matemáticas e Filosofia na Universidade de Coimbra, em 1871, e passando à Bélgica se formou engenheiro civil na Universidade de Gand.

Estava, assim, preparado para vir prestar serviços à Pátria, e neste particular se distinguiu como eminente engenheiro hidráulico, além de outras comissões de que o incumbiu o nosso Governo. Seus estudos e seus Relatórios mereceram sempre o maior apreço e até francos elogios de Congressos a que compareceu, e de altas autoridades estrangeiras dessa especialidade.

Não é possível enumerar nesta hora a série enorme desses trabalhos. Limitar-me-ei a consignar aqui essa esplêndida Memória sobre *Portos do Brasil*, que, por solicitação deste Instituto ele escreveu, e se acha publicada no vol. I do nosso *Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro*, da página 560 a 710, uma verdadeira "jóia da nossa Literatura técnica", como a classificou o digno professor Belfort Vieira.

Para resumir, senhores, o dr. Alfredo Lisboa, que a 22 de Agosto de 1931, com garbo inscrevemos na lista dos nossos sócios honorários, e que tivemos o infortúnio de perder a 16 de Setembro p. p., foi, indubitavelmente, uma glória nacional, e ha de sempre figurar com honra ao lado de Capanema, André Rebouças, Francisco Bicalho, Paulo de Frontin, Edgard Gordilho, Oliveira Bulhões e Teixeira Soares, grandes nomes da Engenharia Brasileira.

A esses, como a outros excelsos trabalhadores, deve a Pátria o extraordinário progresso de que se ufana em explorações do *hinterland*, em melhoramento de portos, na cons-

trução de estradas, na expansão dos telégrafos, que nos colocam visivelmente entre as nações mais cultas da América.

Fecha o ciclo das nossas grandes perdas um nome aureolado, como jornalista, como poeta, como historiador, como acadêmico e como estadista. Em qual destas categorias Felix Pacheco foi mais insigne, não é facil dizer. Seu famoso talento, sua variada ilustração, o fervoroso patriotismo com que afrontou árduas questões e muitas vezes venceu, com honra para o nome brasileiro, foram dotes soberanos que o collocaram na primeira linha entre os seus contemporâneos. E' demasiado longa a enumeração de todos os trabalhos do seu privilegiado espírito, da sua pena primorosa; e semelhante catálogo excederia até os limites razoáveis desta oração, que tem por único destino significar a homenagem que rende o Instituto Histórico ao saudoso piauiense, nascido em Terezina a 2 de Agosto de 1879, filho do íntegro magistrado dr. Gabriel Luiz Ferreira e de d. Maria Benedicta Candida da Conceição Pacheco.

Feitos os seus estudos de Humanidades no Colégio Militar desta Capital, não prosseguiu estudos superiores; foi um autodidata dos mais completos, bastando-lhe para esse triunfo o talento e o aturado estudo.

Seus méritos pessoais e a estima de seus conterrâneos elevaram-no primeiro à Câmara dos Deputados, depois ao Senado Federal, e por último à posição de Ministro das Relações Exteriores — alta função com que o distinguiu o Presidente sr. dr. Arthur Bernardes. Em todos esses setores da sua carreira ascensional Felix Pacheco manteve singular papel.

No jornalismo, de simples secretário da redação do *Jornal do Comércio* passou a venerando chefe, e todos sabemos o vigoroso e lúcido impulso que deu a esse órgão de publicidade, que disputa primazia na imprensa sul-americana.

Como homem de letras, dos mais cultos, a Academia Brasileira o foi buscar para sentar-se na cadeira de que é patrono Gregorio de Mattos, e no qual succedeu em 1911 a Araripe Junior.

O nosso Instituto Histórico não pudera esquecer esse exímio trabalhador, e, em 1900, aprovou a sua entrada para a classe dos seus sócios, graças ao esplêndido livro — *O Pu-*

blicista da *Regência*, em que ele magistralmente desenhara a figura de Evaristo da Veiga.

Tive eu próprio a fortuna de o receber em sessão especial, exaltando os méritos dessa obra, que é o que temos de mais completo sobre o inolvidável redator da *Aurora Fluminense*. Não resisto à tentação de mencionar e louvar outra composição de Felix Pacheco, que lhe faz muita honra: o esplêndido livro, que tem por título — *Duas charadas bibliográficas*. Nessa obra, como em tudo mais, se revelou o agudo engenho-crítico e investigador desse homem de letras que tinha, entre outros valores, o culto do livro, esse “Remédio da alma” — *Psychés iatreion* — a divisa que ornava o pórtico de antiquíssima biblioteca de Memphis, no dizer de Diodoro Siculo.

Ao lado do livro, justo é consignar, outro culto distinguia o nosso saudoso patricio: o culto da família. Sua digna esposa, a exma. sra. d. Dora Rodrigues Pacheco, e suas gentis filhas as senhorinhas Inezita e Martha Pacheco, constituíam o encanto indizível do seu lar, templo de graça e de virtude.

A doença, que o martirizou nos últimos meses da vida, só encontrou alívio na dedicação desses anjos e no devotamento de seus numerosos amigos. Afinal, quiz Deus chamá-lo à sua glória, e Felix para esse grande momento se preparou como um apóstolo, confessado e sacramentado por um bom servidor de Christo. E, assim, expirou a 6 de Dezembro de 1935, legando aos pósteros um modelo que tão cedo se não esquecerá.

Está destarte, senhores, cumprida neste dia a missão do órgão do Instituto Histórico Brasileiro, mas a vossa benignidade permitirá que eu não desça desta tribuna sem um brado de conforto e sem uma palavra de esperança que nos atenua a dolorosa recordação dos ilustres companheiros desaparecidos.

Nas nossas fileiras fulge uma geração nova, cheia de vigor e de entusiasmo pelos destinos da Pátria, assim como pelo brilho desta casa de Estudo e de Patriotismo, que é o sagrado arquivo das tradições do Brasil muito amado.

O nosso papel no mundo, como nação americana, adstrita ao culto da Paz e da Concórdia, insignes fatores da prosperidade; este nosso papel glorioso será mantido com denodo pela geração dos novos hoplitas, que nestes últimos

anos se agregaram felizmente ao batalhão dos veteranos, o qual continua firme e coeso.

Ha 38 anos passados foi esta mesma tribuna abrilhantada pelo verbo eloquente do excelso Joaquim Nabuco, e são dele estes conceitos: "O nosso trabalho, senhores, é conservar de pé as paredes deste templo, guardar e aumentar as riquezas do seu tesouro, encarnar, quando o tempo as haja desfigurado, as velhas imagens dos seus nichos."

Aí está o nosso eterno programa. Entrem também na liça os valorosos efêbos, hasteando a flâmula com garbo e confiança, convictos, com os seus velhos companheiros, de que a nossa América será a herdeira da civilização do mundo, e de que nele, ao lado das diletas irmãs americanas, se ha de erguer, sempre triunfante, o lábaro da Paz e da Fraternidade, genitoras da *Ordem* e do *Progreso*, divisa simbólica e profética da nossa bandeira.

E' com esta convicção que hoje repito, entusiasta, o meu brado de todos os anos:

Viva o Brasil ! (Aplausos calorosos.)

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) agradeceu o concurso que o sr. Presidente da República prometeu prestar à comemoração do centenário do Instituto é, certo de que essa promessa será cabalmente cumprida, pediu ao auditório que corroborasse esse agradecimento com uma salva de palmas ao Chefe da Nação e Presidente Honorário do Instituto. (*Palmas prolongadas.*)

O sr. Fleiuss leu a seguinte proposta, assinada pelo sr. Thiers Fleming e outros: "Considerando a importância para a unidade nacional que advem da solução pacífica das "questões de limites interestaduais", propomos que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apresente, pela decisão final do litígio Minas-São Paulo, as suas congratulações aos exmos. srs. Presidente da República, dr. Getulio Vargas, Governador do Estado de São Paulo, dr. Armando Salles, Governador do Estado de Minas Gerais, dr. Benedicto Valladares, árbitro, general Ximeno Villeroy. — Rio de Janeiro, 21 de Outubro de 1936."

Justificaram a ausência os srs. Manoel Cicero e Augusto Tavares de Lyra, e o sr. ministro Edmundo Lins, presidente da Suprema Corte agradeceu, por telegrama, o convite para a sessão magna.

Entre as pessoas gradas viam-se o capitão de mar e guerra Americo Pimentel, representando o exmo. sr. Presidente da República, ministro Gustavo Capanema, Linneu de Albuquerque Mello, pelo Instituto da Ordem dos Advogados, dr. Raul Leitão da Cunha, Alvaro de Salles Oliveira, Olyntho da Gama Botelho, pela Liga da Defesa Nacional, viuva e filhas de Felix Pacheco, representantes das famílias Paulino de Souza e Alfredo Lisboa, Christovão de Camargo, major Alvaro Ribeiro Saldanha, representando o chefe do Estado Maior do Exército, J. de Souza Leão, representando o ministro das Relações Exteriores, Gilberto da Silva, pelo ministro da Agricultura, coronel F. de Paula Cidade, representante também do general Pedro Cavalcante, major Mario T. dos Santos, pelo Chefe de Polícia, comandante Adalberto Rechsteiner, Cassius Berlink e muitos outros.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Virgilio Corrêa Filho, *servindo de 2º secretário*.

SESSÃO ESPECIAL EM 26 DE OUTUBRO DE 1936. HOMENAGEM A DATA CENTENARIA DO NATALICIO DE BENJAMIN CONSTANT (Sessão 1.623ª)

(PRESIDÊNCIA DO SR. MANOEL CICERO PEREGRINO DA SILVA)

(1º Vice-presidente)

As 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos senhores sócios: Manoel Cicero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Virgilio Corrêa Filho, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Augusto Tavares de Lyra, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, José Maria Moreira Guimarães, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Nelson Coelho de Senna, Basilio de Magalhães, José Wanderley de Araujo Pinho e Lucas Alexandre Boiteux.

O Sr. Manoel Cicero (*presidente*) convidou o general Dr. Lauro Sodré, que foi discípulo e secretário de Benjamin Constant, a tomar assento à mesa, sendo para a família de Benjamin Constant destinados logares no recinto.

O Sr. Max Fleiuss (*1º secretário perpétuo*) leu, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O Sr. Manoel Cicero (*presidente*), abrindo a sessão, disse que na celebração do centenário de Benjamin Constant Botelho de Magalhães toma parte, como era do seu dever, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contribuindo assim para a glorificação do fundador intelectual da República.

Consagrou-o grande patriota a Constituição Federal de 24 de Fevereiro de 1891, quando já havia ele deixado de existir objetivamente e havia penetrado na imortalidade.

Não podia ser maior nem mais expressiva a excepcional homenagem que à sua memória veneranda prestou o Congresso Constituinte: — o reconhecimento formal e solene, consignando na nossa Lei Magna, dos méritos e serviços extraordinários de um brasileiro insigne.

Escola do patriotismo, orgulha-se o Instituto Histórico de render fervoroso culto aos brasileiros que bem mereceram da Pátria. No centenário desse grande patriota, notável pela inteligência das mais brilhantes, ampla cultura, excelsas virtudes, predicados superiores de mestre que o tornavam o ídolo dos discípulos, fé inquebrantável no ideal republicano, atuação decisiva na transformação política que se operou no país a 15 de Novembro de 1889, cumpria ao Instituto Histórico vir, reverente, participar das demonstrações cívicas com que se tem exaltado a sua memória. E' o que faz, nesta sessão especial, pelo autorizado órgão do seu eminente orador perpétuo, o Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que com a habitual mestria se vai ocupar da personalidade egrégia de Benjamin Constant, o fundador da República. Quanto ao Sr. Ramiz Galvão, grande benemérito e o mais antigo dos sócios do Instituto, ao qual tem prestado assinalados serviços, basta enunciar-lhe o nome para tornar desnecessária quaisquer referências ao infatigável batalhador das lides da inteligência.

Desde logo lhe agradecia, em nome do Instituto Histórico, a preciosa contribuição que naquela sessão lhe iria prestar (*Palmas*).

O Sr. Ramiz Galvão fez o elogio histórico de Benjamin Constant, louvando as virtudes cívicas e envergadura moral do fundador da República, com as seguintes palavras:

"Exmo. Sr. Presidente e distintos consócios, minhas senhoras e senhores. — Obedecendo à ordem do nosso preclaro presidente, o sr. Conde de Affonso Celso, venho como bom soldado dizer-vos algumas palavras em honra.

do grande cidadão brasileiro, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, cujo centenário se celebra este ano com grande justiça em todo o nosso país.

Fui designado para esta honrosa missão pela circunstância de haver com ele privado intimamente no ano que precedeu à sua morte em 1891.

Este encargo, que com prazer aceitei, antes de ser um dever de patriota, é para mim um dever de gratidão. Para compensar de alguma forma os defeitos que tenho, que tenho de certo, lisonjeio-me de possuir este predicado. Fui, sou e sempre serei grato aos meus grandes amigos e protetores.

Quero e devo explicar a este digno auditório o motivo especial dessa gratidão.

Quando, pela revolução de 1889, se inaugurou o regime republicano, na qualidade de preceptor dos filhos da benemérita Princesa Imperial D. Isabel fique em situação dolorosa, pois que todos os meus cargos abandonara para dirigir a educação dos netos do venerando Imperador — função aliás melindrosa, em que permaneci por espaço de sete anos até o dia 17 de novembro de 1889 — data em que fui pessoalmente entregar meus tres jovens alunos, D. Pedro, D. Luiz e D. Antonio, aos progenitores, que anciosos e aflitos se achavam a bordo da corveta *Parnaíba*, enquanto não seguiam para o exílio.

A minha situação, repito, era mais que precária. Nenhum recurso me ficara para viver.

Pois bem, Benjamin Constant, disto informado por um amigo dele e meu, o distinto tenente-coronel Manoel Corsino Peixoto de Amarante, conseguiu, sem demora, do Marechal Deodoro, Chefe do Governo Provisório, a minha nomeação para diretor da Instrução Primária e Secundária do Rio de Janeiro — cargo que me pôs a salvo da situação penosa.

Esta generosa intervenção não esqueci jamais, e folgo ainda hoje de a trazer a público para testemunhar a minha gratidão à sua memória, passados 46 anos.

— Não me estenderei, senhores, sobre a biografia de Benjamin Constant, que está feita. São conhecidos seus grandes serviços à Pátria, desde o início da carreira militar em 1852, até o importante cargo que ocupou na República, como sub-chefe do Governo Provisório.

E' sabido que ele pouco se demorou como ministro da Guerra, aproveitando logo depois o ensejo da criação do Ministério da Instrução para assumir esse cargo, muito do seu particular agrado. Benjamin Constant nascera filho de um professor, e foi como professor que viveu a maior parte de sua existência, devotando-se com verdadeiro entusiasmo à instrução da mocidade militar e civil, professando no Instituto Commercial, na Escola Normal, no Instituto dos Cegos, na Escola Central (depois Politécnica), nas Escolas Militar e Superior de Guerra.

Tenho para mim, e já o hei dito por vezes em atos solenes, que não conheço mister mais nobre nem mais eficiente do que o do magistério. E' da cadeira do mestre que surge o preparo feliz de todos os grandes servidores da Pátria.

O alto espírito de Benjamin Constant tive oportunidade de apreciar nas longas e encantadoras conferências, em que se assentaram as bases das reformas reclamadas pelo Ensino naquele período; e, se é verdade que nem sempre estive de acordo com a sua doutrina de filósofo positivista, adepto de Augusto Comte (pelo menos em uma parte do seu *Credo*), o certo é que naquele privilegiado cérebro reconheci sempre o predomínio da Tolerância e do Patriotismo ao lado da Suprema Bondade. Estes predicados singulares fizeram com que Benjamin Constant fosse o ídolo dos seus discípulos onde quer que ele professasse, e alguns ainda vivem para o atestar. Ainda ha bem pouco deu prova disso a sua mais brilhante aluna, D. Olympia do Couto, astro de primeira grandeza no magistério brasileiro.

Guardo memória das interessantíssimas confabulações que tivemos no seu retiro de Santa Tereza, depois que ele se transferiu do Ministério da Guerra para o da Instrução Pública, criado em boa hora pelo Governo Provisório a 19 de Abril de 1890.

Tive a honra de o acompanhar nas reformas que promoveu, e em todos os pormenores encontrei dirigido por um espírito de alto descortínio. Tive tambem a honra e o prazer de ver aceitas por ele algumas sugestões que lhe propuz; entre outras, a criação das chamadas Escolas de Segundo Grau, cuja supressão mais tarde se realizou infelizmente, depois de inauguradas, providas de idôneo corpo docente e produtivas de ótimos frutos.

A doutrina filosófica, a que o espírito de Benjamin Constant se subordinara, teve por agravante a série enorme de decepções que sofreu na vida pública, e que o magoaram profundamente. Em concursos que lhe deram o primeiro lugar foi escandalosamente preterido. Em nomeações várias para o alto Magistério, quando outros candidatos de igual categoria triunfaram, o seu nome foi esquecido. Cadeiras que regera com aplauso foram acintosamente suprimidas. Outras, a que se propuzera mediante concurso, foram entregues sem esta formalidade legal a afilhados do *patronato*, — esta praga deletéria, que, anulando o verdadeiro mérito, tantas vezes concorre para depreciação do funcionalismo público.

Em tal conjuntura é acaso estranhavel que nascesse e se acentuasse a indignação de Benjamin Constant, que das funções do Magistério o arrastou a intervir na Política, dando expansão à idéia republicana, que aliás estava de acordo com seus princípios filosóficos?

E' estranhavel que essa indignação se traduzisse alguma vez com rudeza e acrimonia contra os próceres do regimen, que tamanhas amarguras lhe causara, embora alguns deles fossem cidadãos de alto mérito e grandes servidores, dignos do maior respeito?

Perdõe-se-lhe, portanto, a explosão do desgosto. Ele era homem, e a natureza humana não escapa a semelhantes fraquezas.

Dos accidentes de sua vida trabalhosa e das injustiças que padeceu se originou o papel decisivo de Benjamin Constant no dia 15 de Novembro de 1889.

A constituição de 24 de Fevereiro de 1891 quís reconhecer-lo no art. 8º das suas disposições transitórias, intitulado-o "*Fundador da República*".

Tenho para mim que fora mais exato chamá-lo, não *Fundador*, mas *Alto Cooperador* da República, e com isso julgo não empalidecer os seus reconhecidos méritos.

Por que? Perguntar-me-eis talvez. Respondo-vos:

Em 1889 o terreno se achava preparado por causas múltiplas para essa transformação política.

O Partido Republicano, já em ação desde o seu *Manifesto* de 3 de Dezembro de 1870, ia solapando os alicerces da última monarquia existente na América.

A famosa *Questão militar* ofendera os melindres do Exército.

A *Questão Religiosa*, com a prisão de grandes prelados em 1873, fizera desde muito amortecer a simpatia dos católicos fervorosos.

A augusta lei de 13 de Maio de 1888, que fora em verdade um título de glória para a excelsa Princesa Regente D. Isabel, suscitara o descontentamento dos proprietários agrícolas, feridos nos seus interesses.

Afinal era visível o enfraquecimento físico do nosso magnânimo Imperador, que havia sido, aliás, por espaço de quasi meio século, um prototipo de Honradez e Patriotismo, digno sem dúvida da maior veneração dos Brasileiros.

Tudo, tudo isto tinha preparado o terreno para abalar a solidez do trono, que evidentemente perigava. Daí a oportunidade que se ofereceu para a eficácia de uma centelha elétrica — e essa foi a intervenção de um homem da estatura moral de Benjamin Constant.

Aí está porque eu preferiria chamá-lo *Alto cooperador* da República.

Dir-se-á que, desta distinta tribuna, escureço hoje os méritos do ilustre, saudoso e incomparavel professor, que ele foi ?

Não, senhores. Benjamin Constant foi um educador emérito; ao lado de exemplaríssimo pai de família, um coração adoravel, um cidadão honestíssimo e de alto fulgor intelectual. Em uma palavra, um brasileiro que honrou a sua geração e digno das homenagens que, entre muitas outras, lhe presta nesta hora o Instituto pelo orgão do mais apagado dos velhos cultores da História Nacional.

Tenho pela sua memória altíssima veneração, da mesma forma que cultuo a memória de todos os grandes servidores da Pátria, qualquer que fosse a sua doutrina política. A Pátria está acima de todas essas considerações. A História, na justiça dos seus conceitos, não conhece bandeiras; só conhece a verdade.

Benjamin Constant se acha com honra colocado naquela falange que brilhou na Humanidade com os nomes imortais de Solon, Aristides, Demosthenes, Catão, Cicero, Franklin, Simão Bolivar, Cavour, José Bonifacio e Ruy Barbosa próceres da Liberdade, da Moral e do Direito. Conserve-se pois aureolado o nome de Benjamin Constant na grata memória dos Brasileiros. *Justus ut palma florebit!*" (*Muitos aplausos*).

O sr. Manoel Cicero (*presidente*), agradecendo a presença do seletto auditório, declarou encerrada a sessão.

Levantou-se a sessão às 18 horas.

Entre as demais pessoas presentes encontravam-se a viuva e filhas do marechal José Bevilaqua (filha e netas de Benjamin Constant), marechal João A. Serejo, almirante Vital Cavalcanti, general Lauro Sodré, marechal Joaquim Marques da Cunha, comandante Antonio Pinto Guimarães e senhora, general Horta Barbosa, coronel João da Rocha Maia, comissão de professores e alunos do Instituto Benjamin Constant, Feliciano Xavier, pelo Instituto Histórico de Ouro Preto, Cassius Berlink, Optato Carajurú, general Azeredo Coutinho e Raul de Farias Mello.

Virgilio Corrêa Filho (*Servindo de 2º secretário*).

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (SEGUNDA CONVOCAÇÃO), EM 4 DE DEZEMBRO DE 1936

(99º ANO — SESSÃO 1.624ª)

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

As 16 horas, na Sala Varnhagem abriu-se a sessão de assembléia geral extraordinária, com a presença dos seguintes sócios: Conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, José Maria Moreira Guimarães, Luiz Felipe Vieira Souto, Basilio de Magalhães, Braz Hermenegildo do Amaral, Raul Tavares, Alfredo Ferreira Lage, José Wanderley de Araujo Pinho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Augusto Tavares de Lyra e Octavio Tarquinio de Sousa.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) disse que convocara, a 14 de novembro último, a presente sessão de assembléia geral extraordinária, afim de se resolver sobre uma proposta de elevação de tres consócios à classe dos beneméritos, bem como da transferência de quatro consócios para a de honorários, aproveitando-se a reunião para, igualmente, votar os pareceres da Comissão de Admis-

são de Sócios, relativos a tres indicações para as vagas existentes na classe dos Correspondentes.

Não tendo havido a 30 de Novembro passado número legal para ser efetuada a assembléia em primeira convocação, mandou que se fizesse a segunda convocação para o dia de hoje.

Achando-se presentes 15 sócios, declarou aberta a sessão, determinando que fosse lida a proposta principal.

O sr. Fleiuss (*secretário perpétuo*) leu a seguinte proposta:

— “Propomos que sejam elevados a sócios beneméritos, nos termos precisos do art. 8º dos Estatutos, os efetivos:

Francisco Radler de Aquino, eleito em 26 de Agosto de 1911, atual tesoureiro e que sempre tem feito parte das comissões permanentes;

Carlos da Silveira Carneiro, eleito em 6 de Agosto de 1921, que já foi tesoureiro interino, tendo pertencido às referidas comissões e cujos trabalhos nos dois primeiros volumes do Dicionário do Instituto devem ser sempre recordados.

E o correspondente:

Braz Hermenegildo do Amaral, eleito em 22 de Junho de 1911 e que tem prestado assíduos serviços ao Instituto, já o havendo representado no Congresso de História, realizado em Montevidéu, em 1928.

Aceitas estas indicações, ficará preenchida a classe dos sócios beneméritos.

Propomos mais que sejam transferidos para a classe dos honorários os sócios efetivos:

Cincinato Cesar da Silva Braga, eleito em 25 de Agosto de 1895;

Eduardo Marques Peixoto, eleito em 23 de Outubro de 1903;

Norival Soares de Freitas, eleito em 5 de Outubro de 1908, antigo tesoureiro;

Othelo de Sousa Reis, eleito em 6 de Agosto de 1921.

Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 1936. — *Conde de Affonso Celso*. — *Max Fleiuss*. — *Arcebispo Aquino Corrêa*. — *Ramiz Galvão*. — *Lucas Boiteux*. — *Manoel Cicero*. — *Basilio de Magalhães*. — *L. F. Vieira Souto*. — *Monsenhor*

Federico Lunardi. — Virgilio Correia Filho. — A. L. Pereira Ferraz. — Rodrigo Octavio. — H. C. Leão Teixeira Filho. — Pedro Calmon."

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) disse que estava em discussão a proposta e não havendo quem, sobre a mesma, pedisse a palavra, pôs, logo depois, em votação, sendo aprovada por unanimidade.

(*O sr. Braz do Amaral retirou-se do recinto antes desta votação.*)

O sr. Presidente perpétuo fez as devidas proclamações e declarou que seriam lidos os tres pareceres da Comissão de Admissão de Sócios, aos quais se referira.

O sr. Secretário perpétuo leu os seguintes pareceres:

— "A Comissão de Admissão de Sócios, tendo examinado a proposta e o parecer da Comissão de História, relativos ao sr. Henrique de Gandia, opina pelo recebimento do mesmo senhor na classe dos sócios correspondentes, para a qual foi indicado. Rio de Janeiro, 19 de Novembro de 1936. — *Ramiz Galvão*, relator. — *A. Tavares de Lyra*. — *Manoel Cicero*."

— A Comissão de Admissão de Sócios é de parecer que o sr. Alvaro Salles de Oliveira preenche as condições para ser aceito pelo Instituto na classe dos sócios correspondentes, para a qual foi indicado. — *Manoel Cicero*, relator. — *A. Tavares de Lyra*. — *Ramiz Galvão*."

— "O sr. Arthur Cesar Ferreira Reis, indicado para fazer parte deste Instituto, na qualidade de sócio correspondente, está nas condições de ser aceito. A Comissão de Admissão de Sócios assim opina, tendo examinado a proposta e o parecer da Comissão de História. — *A. Tavares de Lyra*, relator. — *Ramiz Galvão*. — *Manoel Cicero*."

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) pôs em discussão os pareceres e ninguém pedindo a palavra, submeteu-os à votação. Corrido o escrutínio secreto foram os mesmos pareceres aprovados por unanimidade e o senhor Presidente perpétuo fez, em seguida, as proclamações.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente perpétuo agradeceu a presença dos ilustres consócios e declarou encerrada a sessão de assembléia geral extraordinária

Levantou-se a sessão às 16 e meia horas.

Luiz Felipe Vieira Souto, 2º *Secretário*.

SESSÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DA DATA CENTENÁRIA DO NASCIMENTO DE QUINTINO BOCAUYUA, EM 4 DE DEZEMBRO DE 1936 (99º ANO — SESSÃO 1.625ª)

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

As 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Conde de Affonso Celso, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Max Fleiuss, Luiz Felipe Vieira Souto, Francisco Radler de Aquino, Ramón J. Cárcano, José Maria Moreira Guimarães, Basilio de Magalhães, Braz Hermenegildo do Amaral, Raul Tavares, Alfredo Ferreira Lage, José Wanderley de Araujo Pinho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Rodrigo Octavio Filho, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Virgilio Correia Filho e Emilio Fernandes de Souza Docca.

O sr. Fleiuss (1º *secretário perpétuo*) leu, das *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) disse o seguinte, ao abrir a sessão:

“As opiniões individuais do presidente do Instituto podem divergir, alguma vez, das de seus dignos confrades, o que raro, aliás, tem sucedido. Respeitava-as, todas, na sua leal sinceridade, procurando sempre acatar e fazer cumprir as decisões soberanas da maioria.

Não lhe tem sido possível assistir a certas comemorações. Mas à celebrada no dia da sessão prestava plena solidariedade, pois, embora adversário político de Quintino Bocayuva, votava à sua memória comovido reconhecimento, pelo modo como ele procedera para com o Visconde de Ouro Preto, por ocasião da queda da monarquia. Combatera com ardor o governo deste estadista, contribuíra poderosamente para derrubá-lo; mas preso e vencido num quartel do Exército, acorrera a visitá-lo e o acompanhou ao embarque para o exílio, dando-lhe mostras de particular e delicada deferência.

Escrevera: "O Visconde de Ouro Preto foi chamado pelo Imperador para organizar ministério, à última hora, como médico eminente para tratar de enfermo condenado. Prodigalizou-lhe durante cinco meses os maiores cuidados da capacidade e da dedicação, mas não podia salvar um moribundo."

Na vida literária, política, jornalística, na propaganda revolucionária, destacava-se Quintino Bocayuva por um traço incomum: o cavalheirismo, a intrepidez elegante.

A sua atividade intransigente, atacando sem tréguas o regime monárquico, sobressaía pela firmeza, coerência, energia, aliadas à suma distinção, com o mesmo *donaire* do seu porte físico, sempre perfilado.

A sua figura lembrava fina, branca, sólida coluna de mármore helênica, no meio de rudes construções, ou, então, palmeira infrangível, alçando-se esbelta entre árvores retorcidas ou espinhosas. Agitassem-lhe os ventos as folhas, não lhe alteravam a verticalidade fidalga do aprumo. Bocayuva, aliás, é palmeira em botânica.

De tão nobre e belo vulto, ia ocupar-se quem, como ele, escritor, poeta, periodista, diplomata e, além disso, advogado, jurisconsulto, professor, internacionalista, servidor prestantíssimo do Instituto, se revelou recentemente exímio memorialista: Rodrigo Octavio, nome já ilustre em tres gerações. Afim de que colhesse novos lauréis na tribuna que em tantas ocasiões tem enaltecido, pediu-lhe que erguesse a voz de tamanho prestígio e autoridade, no Brasil e no estrangeiro." (*Prolongadas palmas.*)

Da tribuna, o sr. Rodrigo Octavio proferiu a seguinte conferência sobre Quintino Bocayuva:

"Tive, ha alguns meses, a satisfação de receber de nosso egrégio presidente, convite para vos entreter sobre a personalidade de Quintino Bocayuva, por ocasião da passagem do centenário de seu nascimento, que hoje ocorre. Aceitei o convite, e o aceitei com agrado, por diversas razões. Primeiro, porque me é sempre grato ir ao encontro dos desejos de nosso presidente, ainda porque me teria de ocupar de quem, desde minha juventude, meu pai me ensinara a querer e estimar e eu segui, pela vida em fora, querendo e estimando; e, finalmente, porque a tarefa se me apresentava facil: traçar, nos tres quartos de hora de uma conferência, a figura de um homem que tivera uma larga e assinalada existência de tão marcada repercussão na vida nacional.

Entretanto, aproximando-se o dia apazado e pondo eu mãos à obra, pude verificar a dificuldade do serviço.

Quintino Bocayuva teve uma vida sem episódios. A longa trajetória de seus 76 anos de existência pode ser indicada como uma linha sem acidentes, numa planura infinita; um vôo de pássaro possante, numa direção segura, atravessando impávido, dias claros, noites de funda treva, horas de tempestade.

A princípio, dado às letras, foi poeta, crítico literário e comediógrafo. Fixou-se no jornalismo e jornalista foi toda sua vida, até o fim, enquanto pode dar alento à sua pena.

E acresce que, para dificultar ainda a tarefa de quem se tenha de ocupar da longa vida desse grande homem, se encontra o biógrafo em face da mais completa ausência de documentação. Além de dois pequenos ensaios, um de *Suetonio*, pseudônimo de Ferreira Vianna Filho, mais uma apologia que um estudo biográfico, e outra de Alexandre d'Attri, coisa alguma existe reunida sobre a vida de Quintino Bocayuva; sabe-se que, ao tempo da guerra do Paraguai, esteve no Rio da Prata, onde entreteve relações com Mitre, Sarmiento, Hector Varela; fala-se de uma azeda polêmica que manteve com o procer uruguaio Juan Carlos Gomes; sabe-se que esteve também na América do Norte e sabe-se disso porque em mãos de pessoa de sua família se encontram cartas de Tavares Bastos, a ele endereçadas para Nova York. Qual tenha sido, porém, o escopo dessas viagens, o tempo que por lá andou, as atividades que desenvolveu no estrangeiro, nada se sabe de seguro; a documentação falta, lamentavelmente.

A Quintino era familiar, desde a juventude, a língua castelhana. Alguns dos primeiros versos que se lhe conhece foram escritos nesse idioma. Encontro no precioso livro das *Notas de um Reporter*, de Ernesto Senna, versos de Quintino em castelhano, aparecidos no *Jornal das Senhoras*, de 2 de Abril de 1854, datados de São Paulo, Setembro de 1853; teria o autor, então, 17 anos.

Tais versos são os seguintes:

Yo no tengo una esperanza
Que me caliente en mi vida,
Soy como la hoja seca
Y del arbol desprendida.

Tuve, es cierto, en otros tiempos
 Dentro de mi corazon,
 Una imagen hechicera
 Que me dió inspiración.

En el jardin de mi pecho
 Brotó la flor del amor,
 De ella tengo un recuerdo
 Prendida a mi cruel dolor.

Tuve mi sueño de niño,
 Tuve tambien ilusiones,
 Soñé amores del cielo
 Fueron mentiras visiones.

Huieron todas y sólo
 De la vida en el desierto,
 Me dejaron como estatua
 Sobre la tumba de un muerto.

Sin padre, madre, ni amor
 Amo el sol y las mañanas;
 Toda mi vida se encierra
 En ellos y en mis hermanas.

Sólo y triste en el mundo
 Todo yo soy un misterio,
 Hasta que llégue la muerte
 Y me lleve al cementerio.

Seria interessante apurar porque conhecia Quintino, desde tão cedo, o idioma de Cervantes, e, à imitação do que fizeram muitos poetas portugueses no século XVII, tanto escrevia nele como em português. E' certo que a mãe de Quintino era filha de Buenos Aires. Isso, porem, não basta para explicar a circunstância, tanto mais quanto é certo que ele a perdeu muito jovem.

Muita coisa está, pois, por elucidar e fixar na vida de Quintino Bocayuva.

Por outro lado, entretanto, é mister, desde logo, assinalar que essa longa linha em que se representa a larga existência de Bocayuva, se confunde com o nascimento e desenvolvimento e a vitória da idéia republicana no Brasil.

De toda essa obra formidável, Quintino foi o grande obreiro. A obra tem por certo história que é sabida. A ação ininterrupta e triunfante do obreiro ficou, porem, calada no silêncio de sua modéstia, na quietude de seu temperamento.

A história de tal ação está ainda por fazer.

Quintino Bocayuva nasceu no dia 4 de Dezembro de 1836. Havia dúvidas quanto ao lugar de seu nascimento, disputando-se o privilégio entre esta Capital e a antiga província do Rio de Janeiro. E justificava essa contenda a circunstância de ter sido seu pai coletor em Vassouras e haver a família residido em Valença, cidade daquela província.

O caso, porem, foi resolvido pelo *O Globo*, desta cidade, que em sua edição de 20 de Agosto de 1932, deu à estampa um interessante comunicado, onde se lê uma carta de Noronha Santos oferecendo, em fotografia, a certidão do batizado de Quintino. Essa publicação foi reproduzida por esse jornal, no dia 2 do corrente mês.

O batizado se realizou na Igreja da Freguezia do Sacramento da Sé, desta cidade, no dia 30 de Janeiro de 1837, em cujo registo se menciona que o nascimento se deu em 4 de Dezembro do ano posterior, sendo ele filho legítimo de Quintino Ferreira de Souza, nascido e batizado na cidade da Baía, e de d. Maria da Candelaria, natural e batizada em Buenos Aires.

Informa ainda na mencionada carta o mesmo historiadór patrício que o sr. Ferreira da Rosa apurou que Quintino nasceu em uma das pequenas casas, à rua Luiz de Camões, que foram demolidas para construção do edificio do Gabinete Português de Leitura.

Devia, pois, o grande jornalista e repúblico, chamar-se simplesmente Quintino de Souza. Blacke, em seu *Diccionario Bibliográfico* o denomina de Quintino de Souza Bocayuva.

O nome, porem, que ele criou, dignificou e perpetuou é o de Quintino Bocayuva.

Estudante em São Paulo, no romantismo patriótico de sua ardente juventude, Quintino acompanhou o movimento nativista que ali se acentuava, e, eliminando a banalidade do Souza, de seu apelido paterno, adotou o harmonioso nome singular de Bocayuva, indicativo de elegante e rija palmeira de nossos sertões.

E o nome lhe acertava, porque Quintino era esbelto, esguio, desempenado como a palmeira e na placidez de nossa vida pública sua figura se iria destacar na fortaleza de sua resistência, feita da mesma fibra da altiva planta a cuja sombra abrigou a vida.

* *

Desde minha meninice o nome de Quintino Bocayuva me era familiar. Meu pai, desaparecido quando eu apenas tinha 15 anos, era seu amigo. Tinha em seu gabinete de trabalho um quadro com o seu retrato, numa litografia de Augusto Off, que eu ainda conservo e entre seus papéis encontrei dele uma carta, datada de Rio de Janeiro, 7 de Setembro de 1881, que assim reza: "Meu caro Rodrigo Octavio. Torno como um bom japonês a fazer exercícios de equilíbrio sobre o *Globo*. Cumpro, portanto, um dever de amizade pondo à tua disposição as colunas desse jornal. Peço-te que faças esta comunicação e este oferecimento extensivo a teu bom sogro e excelente amigo Dr. Langgaard.

Aperta-te cordialmente a mão o amigo e colega obrigado. — *Quintino Bocayuva*."

E tenho perfeita memória que por esse tempo, indo, com meu pai, certo dia, de bonde, comprou este um número do *Globo*, deu-mo e disse: — "quando quizeres ler um jornal, compra este".

Eu cresci: fiz-me homem; fui frequentador dos *meetings* e conferências republicanas e abolicionistas; entusiasma-me a eloquência de Quintino, sóbrio, comedido, mas ardego e seguro na argumentação; e, sem ter tido intimidade com ele, contei-o entre os meus amigos.

Tinha uma figura inconfundível; trajava sempre de preto, pequeno fraque abotoado, chapéu mole, desabado, umas luvas pretas seguras na mão. Magro, ereto, andava de vagar e falava pouco, sem expansão, com uma voz suave e cava que, sendo-lhe a voz natural, parecia às vezes afetada.

Modesto na vida, recatado no trato, nunca procurou fortuna e esta jamais veio ao seu encontro. Viveu e morreu pobre e sentindo que o fim se aproximava deixou a seus filhos a expressão de sua vontade de ser dado à sepultura com a maior singeleza, sem honras civis ou religiosas de

qualquer espécie, no cemitério mais próximo do lugar em que morresse, em cova rasa, que não deveria ser assinalada "por lápide ou outro qualquer símbolo material que lhe recordasse a existência". Se morresse no Rio de Janeiro deveria ser enterrado no Cemitério de Jacarepaguá. "Findo o prazo legal seus ossos deveriam ser mandados para o ossuário comum".

E essas disposições, cuja sinceridade as circunstâncias atestam, são o reflexo eloquente e significativo de sua vida modesta e recolhida.

Falecido aos 11 de julho de 1912, suas disposições foram respeitadas; com toda a simplicidade, sem convites, nem eças e velas, seu corpo foi levado da singela casa em que morreu, no subúrbio da cidade que hoje tem o seu nome, para o pequeno campo santo de Jacarepaguá.

O ato do sepultamento teve, entretanto, a mais alta e significativa expressão, pela representação das pessoas que a ele concorreram, pela multidão que o constituiu, pelo sentimento de profunda consternação que a todos dominava.

Esse enterramento, sem pompas e na maior simplicidade, correspondeu a uma verdadeira apoteose. Entre a grande massa de gente que ali apenas foi, sem representação, na sua simples qualidade individual de amigos e de cidadãos, acompanharam-lhe o corpo o Presidente da República, todos os Ministros de Estado, Julio Roca, antigo Presidente da República Argentina e então seu representante diplomático no Brasil, toda a Câmara dos Deputados, a quasi totalidade dos Senadores e povo, povo para ali levado por trens especiais que corriam a cada momento.

Quintino era, então vice-presidente do Senado, e, assim, segundo Vice-Presidente da República. Governava o país o Marechal Hermes, que, conforme declaração oficial, havia resolvido que, em seus funerais lhe fossem prestadas honras de Chefe de Estado. Tal resolução, porem, teve de ceder ao imperativo das vontades do morto, que tiveram de ser respeitadas.

O velho republicano, o grande jornalista que morrera investido de uma das mais altas dignidades da República, seguiu para a singeleza da cova rasa, num pobre cemitério de subúrbio, na estreiteza de um caixão modesto.

Quintino manifestou, desde os albores de sua inteligência, marcada propensão para as letras. São de São Paulo, onde foi a estudos, seus primeiros trabalhos e informa Spencer Vampré, no primeiro volume de suas *Memórias para a His-*

tória da Academia de São Paulo, que em 1852-1853, redigiu ele o jornal *O Acaíaba* e, conjuntamente com seu colega Ferreira Vianna, *A Honra*, (cujo nome é aí indicado como *a Hora*), jornal que ainda segundo o testemunho de Vamprê, fez época em São Paulo e lhe assinalou a estréia na imprensa partidária”.

Tinha Quintino então 15 ou 16 anos e nos 60 mais que logrou viver sua palavra não emudeceu nem mudou de tom.

Foi seu companheiro, no início da campanha, Ferreira Vianna, que, uma dezena de anos mais tarde, devia escrever esse tremendo panfleto da “Conferência dos Divinos”, e que, se na vida pública abandonou a idéia republicana, soube manter sempre dentro do sentimento do mais vivo liberalismo, apesar de, na manifesta contradição da vida partidária, ao tempo do Império, ter se filiado ao partido conservador. Sobre a estreita amizade inicial desse dois brasileiros jovens e ardentes de patriotismo, escreveu *Suetonio* (nome que, como já aqui foi referido, escondia um filho de Ferreira Vianna) os seguintes sugestivos períodos: “Conhecia aquela alma irmã, gêmea da sua, aquecida no mesmo fogo patriótico; e não se iludia, porque, se bem pertencendo aos partidos monárquicos, ninguém deu golpes mais tremendos na monarquia que ele, cobrindo de ridículo e sarcasmo o representante das instituições. Seus discursos tinham frases que, como um ferro em brasa, queimavam as carnes dos adversários; ditos que ficavam como um brado de combate”.

E, realmente, podia nele confiar o impertérrito propagandista. Quando, nos últimos dias de fevereiro de 1876, se deram os atentados contra o jornal a *República*, órgão do partido republicano e de que era redator Ferreira Vinna, profligando o atentado, pronunciou, em defesa dos princípios da liberdade de pensamento e da tolerância governamental, uma das mais notáveis orações que, em todos os tempos, foram proferidas no Parlamento Brasileiro.

Nesse memorável discurso, cujo inteiro teor o governo da República devia mandar publicar para distribuir pelo povo e pelas escolas, em profusão, como páginas de um catecismo cívico, Ferreira Vianna quiz, logo às primeiras palavras, acentuar o seu sentimento democrático e sendo monarquista, como nesse discurso proclamou, sinceramente convencido da superioridade do regime monárquico para segurança da liberdade, rebelou-se contra a qualificação de *soberano* dada em seu discurso pelo Ministro da Justiça ao Imperador Pedro II.

Ferreira Vianna assim falou: "Sr. Presidente, não sei se sou muito confiado presumindo-me garantido nesta tribuna após a escusa que o Ministro da Justiça aprovou fazer dos excessos praticados nas noites de 27 e 28 do mês passado contra os sectários e a propriedade da *A República*..

"Antes de entrar no exame dos acontecimentos que alarmaram a cidade, permita-me a Câmara reclamar contra um qualificativo empregado pelo nobre Ministro da Justiça, referindo-se no começo do seu discurso ao chefe do poder executivo; segundo creio, S. Ex. chamou-o soberano, quando a nossa Constituição qualifica-o de primeiro representante e expressamente reconhece como dimanações da nação ou da soberania todos os poderes políticos.

Esta inexatidão em assunto de tanto alcance político pode talvez nos dar a razão dos atos inconstitucionais praticados pelo gabinete de 7 de março e da pertinácia com que se mantém no poder, apesar das manifestações da opinião pública.

Se em verdade o chefe do poder executivo fôra soberano como pretende o nobre Ministro da Justiça, a nossa forma de governo seria outra, e a manifestação da *República* não poderia ser tolerada e muito menos consentida pela autoridade competente".

Nesse discurso notavel nem se dignou o grande tribuno monarquista de fazer referência direta aos redatores do jornal *A República*, de quem disse que "eram pessoas conhecidas, que trazem o rosto descoberto, que tomam publicamente a responsabilidade de suas opiniões, e são movidos por sentimentos sinceros"; e pronunciando, em pleno Parlamento, nesse grave momento político, o nome de Quintino Bocayuva, apresentou-o como "escritor distinto e orador eloquente tantas vezes ouvido e aplaudido nesta cidade".

Foi em São Paulo que iniciou Quintino sua carreira literária e jornalística. Para aí fora a estudos e na imprensa paulista, a partir de seus 15 anos, começou a publicar versos em português e espanhol e páginas de crítica literária, algumas das quais fez aparecer em volumes, sob o título de *Estudos Críticos e Literários* e a que pensou dar feição periódica.

Por esse tempo se manifestou entre nós um interessante movimento pelo teatro nacional — para o qual a contribuição paulista foi muito grande. Quintino se deixou levar por esse movimento e mesmo quando as dificuldades da vida o fizeram abandonar São Paulo, ele, no Rio de Janeiro, para

onde se transferira, entregou toda sua atividade à produção teatral.

Do que escreveu em São Paulo, penso que cousa alguma foi publicada, pelo menos a publicação teatral alguma se refere Pessanha Pova a em seus *Anos Acadêmicos*, onde faz a minuciosa resenha do labor acadêmico do tempo e no qual sobressai a obra teatral. De Quintino apenas faz menção de seus *Estudos Críticos e Literários*. No Rio de Janeiro, porem, sua produção foi grande.

Por esse tempo, além dos teatros de drama, onde avultava o de João Caetano, e que acolhiam com prazer a contribuição brasileira, que se abria numa brilhante floração, que marcou o período áureo de nossa literatura dramática, surgiu e se impoz o teatro de ópera Nacional, criado pelo espanhol D. José Amat, carlista militante que, fugindo às consequências do desbarato de seus partidários, na terra pátria, acolheu-se à tranquila e segura hospitalidade brasileira. Como fosse bom músico e tivesse excelente voz de tenor, entregou-se, para viver, ao ensino do canto, havendo posto em música poesias de poetas nossos, do que, sob os títulos de *Melodies Brésiliennes* e *Les Nuits Brésiliennes*, publicou diversas colleções, que alcançaram grande éxito.

D. José Amat fundou, em 1857, no palco do teatro São Januário, sua companhia, levando à cena a tradução portuguesa da zarzuela *Estréia de um Artista*, a cuja primeira representação assistiram o Imperador e seu Ministro, o Marquês de Abrantes.

O empreendimento teve successo e o Governo o amparou, aprovando, por decreto de 27 de outubro do ano seguinte, os Estatutos da Imperial Academia de Música e de ópera Nacional, e dando fundos para sua manutenção. As óperas a ser representadas nesse teatro, traduzidas ou originais, deveriam sê-lo em português.

Originais não appareceram muitas. Mas foi nele que Carlos Gomes levou à cena seus primeiros grandes trabalhos, *A Noite do Castelo* e *Joanna de Flandres*. Também óperas originais foram ali representadas de Domingos José Ferreira, de Elias Lobo e de Henrique de Mesquita.

Para alimentar a vida do teatro da ópera, porem, foi solicitada a atividade de nossos escritores que à porfia foi adaptando à cena brasileira libretos de óperas e operetas estrangeiras.

Quintino Bocayuva alinhou-se nessa plêiade e foi dos mais operosos colaboradores de D. José Amat, para quem ele

traduziu ou compôs, segundo a informação de Sacramento Blake, os seguintes libretos: *O Dominó Azul*; *Diamante da Coroa*; *Quem porfia sempre alcança*; *O sargento Frederico*; *Minhas Duas Mulheres*; *Vale de Andorra*; *Boas Noites*; *Senhor D. Simão*; *Tramoia*; *O Grumete*; *Estebanillo*; *Marina e A Dama do Véu*.

Mas não foi só essa a produção teatral de Quintino. Ele escreveu ainda: *O Trovador*: imitação levada à cena a 2 de fevereiro de 1856, no Teatro São Januário; *O Bandoleiro*, ópera cômica original em tres atos; *Um pobre Louco*, drama em cinco atos; *Pedro Favilla*, drama; — este drama, como o precedente, foi perdido na tipografia onde se imprimia; *Claudio Manoel*, drama histórico em cinco atos; *De La Viola*, drama histórico em cinco atos; *Uma Partida de honra*, imitação, em tres atos; *Os mineiros da Desgraça*, drama em 4 atos, e *A Família*, drama em cinco atos.

Mas Quintino não prosseguiu nessa atividade, nem mesmo procurou dar maior realce ao que escreveu, preparando uma edição escolhida de seus mais significativos trabalhos.

Na sua grande modéstia, sempre mudo, quanto ao que fez na vida, como que repudiava esse labor, animado por tanto talento e tanto entusiasmo sadio. Consta mesmo que se opôs a que mais tarde se levasse de novo à cena *Onfália*, sua mais notável produção, sob o fundamento de que o sentimento do tempo havia mudado e que sua peça não poderia mais ser compreendida.

Segundo ainda Sacramento Blake, esse mesmo, a seu respeito rápido e superficial, deixou Quintino inéditos alguns trabalhos literários. Entre eles um poema, em seis cantos sobre *Gonzaga* e a tradução em versos do *Estudante de Salamanca*, de Espronceda.

Dele, de trabalho puramente literário, nada mais consta a partir de 66. De então em diante, o jornalismo político, de que fizera as primeiras armas muito jovem, em São Paulo, o absorveu e o levou para frente. Afora as atividades propriamente jornalísticas, escreveu *Bocayuva* e publicou alguns panfletos de combate político, alguns sob o pseudônimo de *Philemon*, e entre os quais são lembrados *A Opinião e a Coroa*, publicado em Porto Alegre em 1861; *A Comédia Constitucional*, aparecida no mesmo ano no Rio de Janeiro; *Retrato de José Maria da Silva Paranhos*, Rio de Janeiro, 1864;

Impugnação ao Protesto do Visconde de Jequitinhonha, 1865; *A Crise na Lavoura*, 1863; *Guerra do Paraguai*, 1869; *As Constituições e os Povos do Rio da Prata*, 1870.

Mas jornalista é o que ele foi e o fôlego nunca lhe faltou.

Pertencia, na antiga Corte, à redação do prestigioso *Diário do Rio de Janeiro*, cujos principais redatores, antes dele, foram José de Alencar, Ferreira Vianna, Saldanha Marinho e depois dele, Augusto de Carvalho. Em 1870, fundou, com Saldanha Marinho, Lafayette, Aristides Lobo, Christiano Ottoni, Flavio Farneze e Pedro Ferreira Vianna: *A República*, órgão do novo partido que se acabava de organizar e do qual era um dos pontífices e, por certo, o seu centro vital. Em 1874 esse jornal desapareceu e Quintino assumiu a direção do *O Globo*, onde até 1878 trabalhou em colaboração com Salvador de Mendonça. Após uma interrupção de dois anos a folha reapareceu em 1881, sob a direção exclusiva de Quintino. É desse tempo a carta a meu Pai a que já tive oportunidade de me referir momentos antes.

O Globo tornou-se um jornal de prestígio e autoridade. Seu redator era um homem íntegro e limpo. Terçava armas, sem transigir com o adversário, mas com elegância e boa fé. Jamais procurou o escândalo, nem explorou circunstâncias desairosas para seus antagonistas. De viseira erguida atacava e se defendia; era um argumentador seguro, um dialeto temeroso, um escritor empolgante que prendia até o fim a atenção do leitor; mas dele o contendor não tinha que temer senão a segurança de seus argumentos, o vigor de sua dialética, a eloquência de sua palavra. Com ele na discussão, estavam fora da previsão o receio do golpe traiçoeiro, ou a surpresa de uma manobra desleal. A luva preta de pelica que sempre trazia descalçada numa das mãos e eram um traço característico da correção de seu trajar apurado, mas discreto, ele não as trazia por luxo. Eram talvez o símbolo do seu feitio de jornalista.

Por todas essas qualidades sãs e pela continuidade de sua atividade, varando os decênios, sempre na brecha, sem desfalecimentos nem contradições, atitude que ele manteve impertérrito e sereno ainda em *O País*, que fundou em 1886, por todas essas qualidades foi que a pena fulgurante de Ferreira de Araujo o sagrou, com o assentimento geral, como o sim-

ples reconhecimento de um fato indisputavel — *príncipe do jornalismo brasileiro*.

E no dia de sua morte, o glorioso decano de nossa imprensa, dando notícia do funesto successo, num admiravel artigo, o chama de *patriarca* e justificou o epíteto por forma eloquente: Estas são as palavras do *Jornal do Comércio*: “*Patriarca*, dissemos, e ele o era, de fato, pela idade, pela extensão e relevância dos serviços prestados. A sua figura se impunha à veneração geral do país, pela correção de sua vida particular e de homem público, e bem assim pelo valor extraordinário de sua inteligência e pela influência excepcional que o seu provado civismo e o seu bom senso conquistaram sobre as diversas camadas da opinião.

“Si a catástrofe é grande para a nação, muito maior é para nós da imprensa, que nos habituámos a ver no glorioso estadista uma espécie de encarnação da própria vida profissional do jornalismo. A inclinação para os combates da pena nascera-lhe com a puerícia, acentuara-se na juventude, fizera a glória de sua maturidade e era ainda o orgulho de sua fecunda e afanosa velhice. Jornalista por vocação, poucos terão honrado tanto como ele a imprensa em nossa terra. Foi pelo jornalismo que chegou a culminar nas letras e foi ainda pelo prestígio adquirido no exercício diurno desse árduo ministério que logrou subir às mais altas posições políticas a que um homem pode aspirar.

“Sem abandonar nunca a sua velha e prezada profissão, regressava sempre com prazer a ela toda vez que necessitava entrar em contato mais direto com o público.

“Ia-lhe muito bem a qualificação que um dia lhe deram de príncipe do jornalismo brasileiro. Realmente, esse grande democrata, em cujo privilegiado coração e em cuja poderosa mentalidade só desabrochavam sentimentos bons e idéias puras, adquirira, por força de sua benemérita ação, continuada no tempo, aquela solenidade oracular que caracteriza os verdadeiros tipos representativos. A sua palavra revestia uma absoluta majestade e era sempre ouvida com o respeito devido aos batalhadores que sabem relegar para o segundo plano o seu êxito pessoal, só se preocupando com a vitória dos princípios”.

Nesse longo e consecutivo tirocínio jornalístico, Quintino Bocayuva seguiu a linha espiritual que suas convicções lhe haviam traçado. Desde a juventude se batera pela democracia pura sob a forma republicana; e seguiu inflexível na defesa desses princípios. Jamais transigiu, sob o mínimo aspecto,

com o campo adverso e a inteireza de suas convicções, dentro da austeridade de sua vida, conquistaram para ele estima e consideração. No período áureo de sua atividade literária, autor consagrado de peças teatrais que o público acolhia com satisfação, o Imperador o condecorou com a Ordem da Rosa. Quintino declinou da honra, declarando respeitosamente que suas opiniões políticas não lhe permitiam aceitá-la.

E, ao passo que viu tantos de seus companheiros como Ferreira Vianna, Lafayette, Christiano Ottoni, Salvador de Mendonça, passarem a prestar ao regime dominante a colaboração preciosa de seus talentos, ele seguiu na peleja impertérrio, inabalável e tranquilo.

Sua atividade jornalística que apenas cedeu à morte, com os intermédios naturais, impostos pelo exercício das funções públicas que foi chamado a exercer, depois do estabelecimento da República, representa uma linha reta que foi segura a seu termo.

E de tal modo se compenetrou Bocayuva de suas responsabilidades de propagandista das idéias liberais da democracia republicana que, com inteira verdade, se pode afirmar que a história de sua vida política coincide com a história da evolução da idéia republicana no Brasil.

Foi ele um de seus semeadores iniciais. E a trouxe, cultivando-a e desenvolvendo-a, com vigor e sucesso, nas suas campanhas de imprensa, em que circunstância alguma era deixada de ser aproveitada. Atraz dele vinham acorrendo os adeptos e, quando julgou conveniente, procurou ele dar corpo ao partido republicano. A oportunidade foi o grande movimento político que se operou no sentimento público com a queda do gabinete progressista, presidido por Zacharias de Góes e Vasconcellos. A queda do gabinete de 3 de agosto se dera pela desinteligência entre o Chefe do Governo e o Imperador, a propósito da escolha senatorial. Em opposição ao candidato progressista Amaro Bezerra, que o gabinete propunha, a escolha imperial pendeu para Salles Torres Homem, então conservador e áulico, o futuro Visconde de Inhomirim, e que havia sido pouco antes Timandro, o panfletário exaltado e demagogo dos *Libellos do Povo*.

O ministério caiu; foram os conservadores chamados ao poder. Mas da agitação política que de tais circunstâncias decorreu, surgiu o partido liberal avançado, que lançou em 1869 o manifesto que apresentou o dilema de *Reforma ou Revolução*. Entretanto, dentro do novo partido não havia unidade de vistas. Uma corrente acentuada queria ir mais lon-

ge e muitos dos seus adeptos chegavam até a pedir que no programa se inscrevesse a abolição da monarquia.

Fundou-se, então, o partido republicano que, com o manifesto de 3 de dezembro de 1870, atirou desassombradamente à Nação o certificado de sua existência.

Desse manifesto, aprovado por aclamação em brilhante e numerosa reunião presidida por Lafayette, foi redator principal Quintino Bocayuva, que tomou a chefia do órgão do partido que então também se fundou.

Por certo, o chefe do partido republicano, aquele em torno de cuja autoridade oracular todo o movimento se fazia, era o velho Saldanha Marinho. Mas a alma da agitação, aquele que dava a solução dos casos que surgiam, que alimentava vivo e candente o fogo sagrado do entusiasmo e da fé, que era, enfim, como qualificou Nuno de Andrade, em trabalho a que a seguir me referirei, o centro, o núcleo, o sol do sistema, era Quintino.

A Nuno de Andrade, o grande médico, de irradiante inteligência e de vivíssimo espírito, por vezes sarcástico e mordaz, levado por seus diletos amigos Mauricio de Abreu e Coutinho Aymoré, coube assistir a uma das sessões do Club Republicano, na sede do jornal *A República*, quando se tratava da elaboração do manifesto.

E no livro em que, sob o título de *Imagens* e com o pseudônimo de *Felicio Terra*, foi reunida a série de artigos que ele, querendo deixar documento de seu valor, mesmo no domínio puro das letras, escreveu e publicou em *O País*, nos anos de 1905 e 1906, se encontra escrita a cena numa formosa página intitulada *Quintino*, e onde se lê: — “Entramos, os tres, numa casa estreita da rua do Ouvidor, de sobrado, em cuja sacada havia uma taboleta enorme, com este letreiro — *República*. “Foi isto na época do Império...”

“Subimos e chegamos à sala dos fundos. Muita gente, principalmente, muitos moços. A um lado, junto à cabeceira de extensa mesa escura, sem coberta, um homem de pé, — magro, moreno, grave, barba à veneziana, fronte alta, cabelos em resplendor, olhar tranquilo — conversava com Saldanha Marinho. Fitei-o. Pareceu-me o árabe do deserto nutrido de tâmaras, a soletrar, nos vórtices da areia, a vontade de Allah, caída do alto nas amplidões da sua resignação inexaurível.

“Quem é — perguntei. Mauricio esboçou com o braço direito um gesto triunfal, e Aymoré, apertando-me o pulso, de olhos arregalados, segredou: — Quintino! E por alguns segundos esqueceu o sorriso melancólico...”

"Cuidava-se do manifesto republicano, que não podia tardar muito".

E adiante, referindo-se a Quintino, escreveu: "Na sua órbita gravitavam inúmeros planetas, mas quem fulgia era ele. Talhado para as lutas da propaganda, dispunha de uma energia formidável — a da sinceridade. Ensinava, dirigia, iluminava. Tinha a palavra solene do apóstolo, e a forma pomposa do artista; mas nem se apartava da arte para manejar o convívio, nem esquecia o apostolado ao ponto de explorar as paixões. O jornal era um púlpito, e nele Quintino recitava o evangelho, em frases suas, partidas da sua convicção, profunda e sóbria, a um tempo imaginosa e prudente, com uns leves tons de sonho e frequentemente severa".

"Do seu corpo patenteavam elas a feição sugestiva; cabelos em resplendor, a rigidez de uma estátua, a nervosidade calma...

E os acontecimentos se precipitaram. Surgiu a intensidade da questão abolicionista. Houve no seio do partido republicano grande perplexidade quanto ao caminho a seguir neste caso incandescente. A generalidade dos senhores de escravos, que se sentiam ameaçados pelos partidos monárquicos de serem empobrecidos e desorganizados com a abolição, pura e simples, se alistavam em massa no partido republicano.

— Como iria o partido entrar nessa campanha que feriria os interesses de grande número de seus partidários?

Não era possível, porém, que os chefes do extremo liberalismo se deixassem ficar inertes ante o movimento em prol da extinção do cativeiro.

Quintino defendeu esse ponto de vista e venceu. Atirou-se, de corpo e alma, na campanha e se lhe abriu na vida uma das fases mais brilhantes de sua carreira de jornalista e de tribuno.

O governo respondeu à campanha com a reação que se manifestou sob o Ministério Cotegipe. Intemerato, Quintino arrostando os maiores perigos. Conta-se, como padrão de seu inigualável sangue frio, que, certa vez, durante uma conferência que ele pronunciava numa sala de espetáculos, ocorreu um formidável tumulto. Houve espancamento, correrias, tiros. As luzes se apagaram. E, quando, apaziguado o conflito, a sala se iluminou de novo, o povo que havia ficado no teatro viu, perplexo, que o orador se havia mantido na tribuna, e ali

estava tranquilo e senhor de si, pronto para continuar sua oração...

Veio por fim a abolição. O movimento republicano tomou vulto acrescido com o notório enfraquecimento da saúde do velho monarca que, pela tolerância de seu espírito e lhaneza de seu caracter nada fizera para merecer a animadversão pública. Erros políticos que se refletiam nas forças armadas, levaram o caso a uma solução imediata.

A ação de Bocayuva nesse momento agudo da crise foi formidável e decisiva. Era ele então, como aliás havia sido sempre, a alma do movimento; nessa hora, seus companheiros principais eram naturalmente, Deodoro, o prestigioso chefe militar fundamente melindrado por atos governamentais que o atingiam diretamente e Benjamin Constant, o doutrinador refletido que havia conquistado para o lado da república o espírito ardente da briosa mocidade militar.

Mas, entre os dois chefes, a posição de Quintino era de extrema dificuldade, porque Deodoro, não era propriamente republicano; desejava agir violentamente, mas não pensava chegar até a abolição da monarquia, e Benjamin, republicano convicto, tinha grande estima pelo Imperador e não desejava magoar o coração do velho monarca. Seu voto era para que se aguardasse a morte de D. Pedro II, que enfermo não podia durar muito.

Quintino e outros companheiros de prestígio, entretanto, entendiam que o momento próprio havia chegado e acreditavam que esperar para mais tarde correspondia apenas a dar tempo ao adversário para se preparar melhor e criar, assim, para a vitória da revolução, os mais sérios embarços.

E a Revolução se fez e a República foi proclamada.

E quando, na manhã de 15 de Novembro, Deodoro, à frente da tropa apareceu no portão do Quartel General, depois de haver noticiado a deposição do último Ministério da Monarquia, vinha a seu lado, a cavalo, Quintino Bocayuva.

Dentro da modéstia do seu temperamento, no silêncio com que agia, a história de sua intervenção decisiva na proclamação da República, não é inteiramente conhecida. Existe, porem, um documento importantíssimo, de sua própria lavra, que bem mostra não só a importância de sua atuação nesse momento, como a absoluta confiança que ele soube merecer de Deodoro e de Benjamin.

Esse documento é uma carta por ele escrita à viuva do general de divisão, Solon, Frederico Solon Sampaio Ribeiro, que, major, em 15 de Novembro, e pertencendo à guarnição da Corte, foi um dos auxiliares mais eficazes e decididos do movimento.

Contestados, depois da sua morte, certos fatos atribuídos a Solon, sua viuva, em carta a Quintino, pediu seu testemunho. E Quintino, que então era presidente do Estado do Rio de Janeiro, deu-lhe resposta, aos 31 de julho de 1902, num documento, que é, por certo, um dos elementos mais seguros sobre certas circunstâncias da famosa jornada.

Essa carta, de que possuía cópia o Dr. Nestor Ascoli, que fôra secretário da Quintino na Presidência do Estado, foi por ele confiada ao *Imparcial*, que a publicou em seu número de 11 de julho de 1913, 1º aniversário da morte de Quintino, e foi mais tarde, a requerimento do então deputado Mauricio de Lacerda, publicada na parte relativa ao Congresso Nacional, do *Diário Oficial* de 5 de outubro do mesmo ano, juntamente com a parte de uma notável biografia do general Solon, da lavra de Ignacio Moura.

Apesar dessa publicidade, tal documento, que encontrei em meu arquivo, é quasi desconhecido e não pode deixar de ser aqui memorado. E, sem truncá-lo e mesmo comentá-lo, dele passo a ler a parte fundamental:

Assim se expressa Quintino Bocayuva: — “Tenho lido tantas histórias sobre o movimento revolucionário do dia 15 de Novembro de 1889 e sobre a proclamação da República, que, afinal, receioso de baralhar as minhas reminiscências, deliberei reconcentrar-me na minha própria memória, esquivando-me a fornecer o meu testemunho quando acaso o reclamam.

“Somente a veneração que consagro à memória do seu ilustre esposo e a alta consideração e respeitosa estima que consagro a V. Ex. sua virtuosa e nobre viuva, podem obrigar-me a abrir uma exceção à regra que adotei.

“Com relação aos fatos a que alude em sua carta e ao papel proeminente que coube ao meu falecido amigo e devotado correligionário general Solon, na revolução, tudo o que posso dizer nada mais será do que a repetição do que já disse em carta íntima dirigida ha tempos a um eminente cidadão e ilustre correligionário.

“Entre todos quantos tomaram parte na revolução de 15 de Novembro *nenhum* foi mais abnegado do que o general

Solon; nenhum exerceu mais decisiva influência na proclamação da República, do que ele.

"O episódio da interpelação feita ao marechal Deodoro, de ilustre e saudosa memória, é verdadeiro. O que não é exato é que o marechal Floriano houvesse descido do Quartel General para incorporar-se às forças que desfilaram pela cidade com direção ao Arsenal de Marinha.

"O que o então major Solon disse no exaltamento do seu entusiasmo ao marechal Deodoro, quando este voltou a colocar-se à frente das tropas, depois de haver intimado a demissão do ministério imperial, foi que não embainhava a sua espada antes de proclamada a República.

"Como eu estava ao seu lado e recorde-me do incidente, não duvido descobrir-me a mim próprio, confessando que fui eu o instigador desse movimento, por circunstâncias que alguns conhecem, mas que peço licença para guardar em reserva.

"Devo, porem, declarar, que essa instigação da minha parte não procedeu de desconfiança que pudesse marear a lealdade do bravo e inclito soldado, a cujo nobre e patriótico espírito, a cuja gloriosa espada e ânimo resolutos, devemos nós os republicanos, o êxito da revolução e a proclamação da República.

"Quanto à recusa do Ministério da Guerra pelo major Solon, quem a recebeu fui eu próprio.

"Na sala do meu escritório, à rua do Carmo n.º 40, nos havíamos reunido, à noite, na ante-véspera do dia 15, eu, o major Solon e o Dr. Benjamin Constant.

"Esse ilustre e legendário companheiro, tão nobre e desprendido quanto ingênuo e sincero, transmitia-me nesse momento as suas últimas impressões e confabulávamos os tres sobre o movimento projetado e sobre a conveniência de fixarmos o dia do pronunciamento, por nos parecer, a mim e ao major Solon, que a demora nos poderia ser fatal.

"Neste ponto discordava de nós o ilustre amigo Dr. Benjamin Constant, alegando que nada podia resolver nessa noite, porque na noite seguinte, do dia 14, devia conferenciar com alguns amigos do Club Naval e que só depois disso poderíamos fixar o dia do movimento revolucionário.

"Eu, porem, vivamente apoiado pelo major Solon, ponderei que na minha opinião estava abortada a revolução se ela não explodisse na manhã do dia 15 de Novembro.

"Com a impetuosidade própria do seu caracter e o entusiasmo de um fanático, o major Solon, tomando uma folha

de papel, propôs que ali exarássemos a nossa firme resolução de proclamar a República no dia 15, *jurando* que essa resolução era inabalável e que nos exporíamos a todos os riscos que sobreviessem.

"A isso opus-me eu, ponderando que os tres homens que ali estavam eram sinceros e leais e que nenhum de nós precisava oferecer ou pedir garantias que assegurassem a nossa fidelidade à causa da Revolução e da República.

"Retirando-se o dr. Benjamin Constant, continuamos, eu e o major Solon, a conferenciar, combinando encontrar-nos no dia seguinte, à noite, no largo de São Francisco de Paula.

"Nessa noite, efetivamente, estava o dr. Benjamin Constant no Club Naval, quando, subitamente, se espalhou o boato de que não somente ele como outros eminentes companheiros estavam presos ou para ser presos por ordem do Governo.

"A notícia era falsa. Como eu sabia onde aquela hora devia achar-se o dr. Benjamin, lá mandei saber por notícias suas e pelo mesmo portador mandou-me dizer que o movimento estava adiado para o dia 17.

"Fui imediatamente procurar o major Solon e expus-lhe os meus receios, ficando, afinal, deliberado entre nós que, apesar do recado do dr. Benjamin Constant e da prostração em que se achava, por enfermo, o marechal Deodoro, o movimento se efetuariá no dia seguinte, ficando o major Solon incumbido de determiná-lo.

"Ao meu ilustre amigo dr. Benjamin Constant, de gloriosa e saudosa memória, mandei então dizer que era tarde, que a revolução teria lugar no dia seguinte, fosse qual fosse o resultado.

"Efetuada a revolução, tratou-se de organizar o governo provisório. Deste assunto já nos havíamos ocupado, eu e meu ilustre amigo, general Glycerio (que felizmente está vivo) e o meu malogrado amigo dr. Aristides Lobo, de honrosa memória.

"Quanto a essa organização, recebi eu *carta branca*, da qual usei. Tanto o marechal Deodoro como o dr. Benjamin Constant desconheciam quasi completamente o pessoal politico republicano. Estando o marechal enfermo e de cama, foi o dr. Benjamin quem me autorizou a compor o Governo com os amigos que eu escolhesse. Ponderei-lhe, então, que ele e o marechal Deodoro já eram membros do Governo, e

que eu indicaria os outros amigos que deveriam acompanhá-los.

"Devo dizer que tanto um como outro procuraram excusar-se. O marechal Deodoro entendia que o dr. Benjamin Constant devia ser o chefe do Governo; o dr. Benjamin entendia que esse posto cabia ao marechal Deodoro.

"Tendo eu, finalmente, apresentado os nomes dos companheiros que deviam compor o Governo, perguntou-me o dr. Benjamin: — e o senhor?

"Ao que eu respondi: — eu já estou no Governo desde que considero assegurada a República; o meu posto é no *O Paiz*.

"Nesse caso, retorquiu-me o dr. Benjamin, eu também ficarei fora.

"Em resumo, depois de algumas considerações reciprocas, deliberámos ambos fazer parte do Governo Provisório.

"Com o major Solon havia eu conversado, indicando-lhe os nomes dos republicanos que eu ia propor e disse-lhe eu nessa ocasião que, não podendo o general Deodoro, por sua enfermidade, exercer o Ministério da Guerra, ficaria sendo o chefe do Governo, sem pasta, e que então bem podia ele, major Solon, ficar com o Ministério da Guerra.

"Foi, então, que dirigindo-se a mim familiarmente e sorrindo, disse-me: "meu caro, não sabemos ainda em que dará tudo isto; o meu lugar é na fileira, para sustentar a República, se ela for ameaçada.

"Eis o que posso dizer em resposta à carta que se dignou dirigir-me, invocando o meu testemunho para as afirmações que v. ex. diz haverem sido contestadas".

Este notavel documento, o mais precioso que conheço sobre a história da famosa manhã, é claro bastante, está escrito com tal precisão e segurança que os fatos e circunstâncias dele ressaltam precisos, seguros e com eles a preponderância do papel de Quintino naqueles acontecimentos.

Com a proclamação da República, Quintino Bocayuva entrou na segunda parte de sua vida. Passou a ser governo, a ter influência direta e aberta na evolução dos negócios públicos.

Ministro das Relações Exteriores, no primeiro ministério do Governo Provisório, negociou, em Montevideu, para onde se trasladou, um tratado com a República Argentina

sobre a famosa questão de limites. O tratado negociado naquela oportunidade, por circunstâncias especiais a que foi preciso atender não satisfaz a opinião nacional e o próprio negociador teve a hombridade de comparecer perante a Câmara dos Deputados, reunida em comissão geral, e pedir que o tratado não fosse aprovado.

Quintino usou da palavra pelo tempo integral de duas sessões, que foram secretas e essa famosa reunião terminou pela aprovação unânime de uma moção em que, reconhecendo as relevantíssimas razões em que se inspirou o negociador para salvar os magnos interesses da Nação e da República, “consagrava um voto solene de respeito e profunda admiração ao benemérito negociador do tratado, o cidadão Quintino Bocayuva”.

Eleito, como Senador pelo Estado do Rio, para a Constituinte, tomou em seus trabalhos parte saliente, tendo continuado sua nobre atuação na vida pública, como Senador, cuja investidura lhe foi outorgada por diversas vezes. Eleito Presidente do Estado do Rio, para dar um exemplo que lhe pareceu salutar, e o era realmente, não permitiu que sua candidatura legislativa fosse apresentada ao eleitorado, senão tres anos depois de terminado seu Governo.

Volvendo ao Senado, foi elevado à sua vice-presidência, posto que, como se sabe, correspondia, pela Constituição de 1891, ao de Presidente do Congresso e substituto do vice-presidente da República, e nessa alta posição o colheu a morte.

E eis, senhores, o esboço da larga vida de Quintino Bocayuva. E digo esboço porque, como assinalai no correr desta alocução, não existem reunidas, compendiadas, postos à disposição de quem se queira inteirar da vida daquele preclaro cidadão, os indispensáveis elementos de estudo.

Por isso, apesar dos esforços a que levaram minha boa vontade para com as ordens do sr. Presidente e minha estima pela memória do ilustre morto, cujo centenário hoje passa, o que acabais de ouvir, com a paciência e atenção de que me confesso grato, não encerra senão as linhas gerais de uma grande vida, o ligeiro esboço de uma biografia.

Sirva esta observação de estímulo para que as associações patrióticas do Brasil se empenhem na obra de pesquisa

e elucidação de onde ressaltasse, perfeita, completa, íntegra, a história de Quintino Bocayuva.

Sua nobre existência, a linha firme de seu caracter, e os grandes serviços que prestou à Nação, são mercedores desse labor (*Grandes e prolongados aplausos*).

Pediu depois a palavra o sr. Camelo Lampreia para exprimir as suas homenagens pessoais a Quintino Bocayuva.

O sr. conde de Affonso Celso (*Presidente perpétuo*) antes de declarar encerrados os trabalhos, felicitou o sr. Rodrigo Octavio pelo brilhantismo de sua oração e disse que, como anexo à ata, seria incluído o primoroso artigo que, sobre Quintino Bocayuva, publicara o *Jornal do Comércio*, devido ao eminente sr. Augusto Tavares de Lyra, digníssimo segundo vice-presidente do Instituto.

Levantou-se logo depois a sessão, às 18 e meia horas.

Luiz Felipe Vieira Souto, 2º *secretário*.

No meio da assistência encontravam-se entre muitas outras as seguintes pessoas: general Lauro Sodré, general Azeredo Coutinho, Affonso Costa, Presidente da Academia Carioca de Letras, capitão Pedro Costa Leite, dr. J. Bello de Amorim, dr. José Affonso Bandeira de Mello, Pereira Lessa, pela Liga da Defesa Nacional, viúva Mario Pedernheiras e filhos, Sara Fialho, H. Canabarro Reichardt, Herminia Pinto Guimarães, Alfredo B. Colonia, Maria Alagon, além de membros da família de Quintino Bocayuva.

ANEXO

Artigo do sr. Augusto Tavares de Lyra, publicado no *Jornal do Comércio* de 4 de Dezembro de 1936.

QUINTINO BOCAJUVA

Quintino Bocayuva teve a grande fortuna de ver realizado, na idade madura, um dos maiores ideais de sua mocidade: — a unificação republicana da América.

Por esse ideal, lutou e sofreu corajosamente, ninguém o excedendo no denodo e na bravura com que o evangelizou na imprensa — a arena predileta de seus combates. E, chegado o dia da vitória, que foi pelo lado negativo a depo-

posição da realza, não houve quem lhe contestasse o direito de figurar entre os governantes e legisladores que a consagrariam em definitivo nas instituições políticas do país. Passou de doutrinador a estadista; mas passou naturalmente, com os aplausos da nação inteira, atentos seus inolvidáveis sacrifícios e renúncias, sua brilhantíssima folha de serviços ao regime que se inaugurava.

Orfão na meninice, amparou-o o desvelo e o carinho de um tio, a quem tributou sempre imorredoura gratidão. Aos 14 anos, seguia para São Paulo e ali se matriculava no curso anexo à Faculdade de Direito, na esperança de se graduar, mais tarde, em ciências jurídicas e sociais, o que não conseguiu. A míngua de recursos o obrigou a voltar a esta capital, procurando angariar meios de subsistência no ensino particular do latim, da geografia e da filosofia.

Fez-se a seguir homem de letras, compondo e traduzindo peças para o teatro, escrevendo e publicando ensaios críticos e opúsculos políticos, tudo sem prejuízo de seu fecundo labor jornalístico, iniciado em 1852, na cidade de São Paulo, quando redigiu *O Acaia*, com Felix da Cunha, e *A Honra*, com Ferreira Vianna.

A princípio, colaborou em várias gazetas periódicas e diárias; mas, depois, integrou-se de todo na imprensa e veio a ser o principal redator de *A República*, *O Globo* e *O País*, onde conquistou o título, que lhe foi conferido por Ferreira de Araujo, de *príncipe do jornalismo brasileiro*, pela distinção de suas maneiras, pela nobresa de suas atitudes, pela honestidade de seus processos, pelas louçanias de seu estilo. Sua pena feria sem fazer sangue; e ainda hoje se recorda sua célebre frase... *o honrado senhor Ministro da Fazenda prevaricou*, que lhe valeu chamarem-no também o *jornalista de luva de pelica*.

Em regra, convencia sem irritar.

No mais aceso da luta, jamais perdia a linha da moderação e da compostura. Era respeitoso e cortês. Foi sempre assim. Estava no seu feitio.

De 1868 em diante, sua atividade se tornou mais intensa, após o golpe de poder pessoal, desferido pelo Imperador, que inverteu a situação dos partidos monárquicos, entregando o Governo aos *conservadores*, ato de que resultou, — e eu mesmo já afirmei — uma nova delimitação das divisas desses partidos e a arregimentação dos republicanos, abrindo horizontes mais amplos à política brasileira e agitando a

opinião pública, que, de avanço em avanço, atingiu as conquistas da abolição e da república.

Nessa ocasião, o partido liberal, condenado ao ostracismo, se achava profundamente dividido em agrupamentos de matizes mais ou menos acentuados, um dos quais evoluiu francamente para o radicalismo democrático e aceitou, sem restrições, o programa condensado no manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870.

A Quintino coube a honra de redigir esse notável documento, que demarca uma fase inconfundível de nossa história política, e de que me permito transcrever uma passagem.

...“As armas da discussão, os instrumentos pacíficos de liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria...”

Relembro esta passagem, porque, além de bem característica do temperamento de Quintino, serviu de tema a severos comentários, já nas proximidades da queda do trono, ao se dar o lamentável dissídio ocorrido entre ele e Silva Jardim, dissídio que era fundamental quanto a princípios e quanto aos processos a empregar no terreno da ação.

Jardim, dentro de seu sectarismo filosófico, partidário da ditadura à moda positivista; Quintino, adstrito às fórmulas democráticas, nos moldes do liberalismo mais adiantado da época; o primeiro, — impetuoso e ousado — pregando a *revolução* imediata; o segundo — contemporizador e seguro — querendo que se completasse previamente o preparo da opinião pela *evolução* das idéias. Ainda mais: Jardim, receiando a influência militar no movimento em favor da transformação da forma de Governo, talvez porque, se operado sob essa influência, não correspondesse à finalidade por ele desejada; Quintino, ao contrário, considerando o concurso das forças armadas a sua melhor garantia do êxito.

Quem tinha razão? A meu ver este último. O que estava em nossos antecedentes e em nossas tradições era a democracia liberal, era a República federativa, sendo indiscutível que esta não teria sido proclamada em 1889 sem a intervenção decisiva do Exército e da Marinha. Uma revolução de caracter exclusivamente civil seria com facilidade esmagada. Não tenhamos ilusões.

Quintino, de acordo com os seus sentimentos pessoais e fiel às aspirações do grosso do partido republicano, que se inspirava nos ensinamentos do passado, viu claro no ambiente trepidante de paixões dos derradeiros dias do Império. Revolveu, com redobrado esforço, o solo em que teriam de germinar, florescer, frutificar, as idéias renovadoras do seu credo político e cavou fundo a ruína da dinastia, aproveitando-se das circunstâncias favoráveis que se haviam acumulado no correr dos tempos: a indiferença do clero, após a luta religiosa, as queixas da lavoura, depois da dissolução, o ressentimento das forças armadas, em consequência das questões militares, o anseio, que renascera, pelas mais dilatadas franquias provinciais, a moléstia do Imperador, a impopularidade do Príncipe consorte, a repulsa generalizada ao terceiro reinado, que Joaquim Nabuco, insuspeito, expressaria em palavras de significação iniludível: *neste país é preciso ter mais coragem para ser monarquista do que para ser republicano.*

Teve, é certo, numerosos colaboradores nessa obra de demolição. Nenhum, porém, mais benemérito do que ele no devotamento e na sinceridade com que conduziu a campanha da propaganda.

As ambições nunca enfraqueceram as energias e resistências de seu character. Nos momentos oportunos, sabia ser sereno e destemido, desassombrado e intrépido, não desertando o posto que lhe competia. Foi o que succedeu em Novembro de 1889. Logo que os chefes militares começaram a conspirar, deles se aproximou, juntamente com outros valerosos companheiros, para evitar, — secundando a ação eficiente de Benjamin Constant — que limitassem seu objetivo a uma simples substituição do Ministério. E' fato sabido, como também é sabido que, na noite de 11 de Novembro, Deodoro consentiu em receber, em entrevista secreta, a ele, Benjamin, Ruy Barbosa, Aristides Lobo, Francisco Glycerio e Solon Ribeiro, para tratar da mudança do regime.

A esse fato me referi, com detalhes, numa conferência efectuada no Instituto Histórico, a 5 de Agosto de 1927:

...“Nas *Pesquisas e Depoimentos*, Tobias Monteiro, laureado jornalista e publicista ilustre, nos informa, em seu estilo leve e elegante, do que houve nessa reunião segundo o testemunho de Glycerio. O desejo de Deodoro era *acompanhar o caixão do Imperador, a quem muito respeitava; mas*

vencidas as suas últimas hesitações, acabou por declarar: "*Façamos a república. Benjamin e eu cuidaremos da ação militar; o sr. Quintino e os seus amigos organizem o resto*"...

E acrescentei:

... "Assentou-se então que o bravo marechal seria o chefe do Governo Provisório e foi dada *carta branca* a Quintino para combinar os nomes dos ministros, cuja lista Ruy Barbosa diria mais tarde constituir *um rol de condenados à morte, se a monarquia triunfasse*"...

Fí-lo baseado em informações valiosíssimas, para concluir:

"Estes e outros fatos de que temos notícia certa traduzem nitidamente os intuitos da revolução. Esta seria, como foi, o duelo entre a monarquia e a república, não obstante a demora que a alguns se tem afigurado indício da inexistência de um plano previamente combinado entre a ocupação do quartel-general e a organização do novo Governo"...

E mais:

... "Ainda hoje se discute, vez por outra, quem foi o seu verdadeiro fundador, como se um homem, por si só, pudesse transformar as instituições políticas fundamentais de um povo. Empresa desta ordem não pertence nem mesmo ao patrimônio de um partido. É' quasi sempre obra de gerações... Instituições vigentes durante sessenta e sete anos não seriam facilmente destruídas por um levante militar, se tivessem raízes na opinião..."

Bem andou, portanto, o Congresso Nacional, quando, no decreto legislativo n. 4.478, de 16 de janeiro de 1922, *autorizou o Poder Executivo a mandar erigir nesta capital, entre o jardim da praça da República e a fachada principal do Ministério da Guerra, um monumento comemorativo da proclamação da República e no qual seja lembrada, de forma adequada, a ação dos seus principais fundadores, Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca e Quintino Bocayuva, bem como os dois grandes movimentos precursores da Independência Nacional, sob a forma de governo republicano, em 1789 e 1817!*...

Assim procedendo, o legislador praticou um ato de rigorosa justiça histórica, desde que a ninguém é lícito pôr em dúvida que Benjamin foi o criador da mentalidade nova do Exército, o coordenador do movimento, o centro em torno do qual se unificaram propósitos e se disciplinaram vontades;

Deodoro, o inclito e insubstituível general, a cujo prestígio e ânimo resolutivo se deve o êxito da jornada, porque não havia soldado que resistisse à fascinação do seu olhar e à sua voz de comando; Quintino, o abnegado chefe da propaganda, sempre sincero na pureza de suas crenças liberais. O primeiro representa a inteligência que organiza; o segundo a força que domina; o terceiro a idéia que vence. E, reunidos, simbolizam, efetiva e realmente, em toda sua imponência e majestade, a conquista máxima da democracia brasileira nos últimos anos do século XIX”...

Vencedora a revolução, Quintino ocupou a pasta do Exterior, que dirigiu de 15 de Novembro de 1889 a 17 de Janeiro de 1891, e, interinamente, a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas até que nela se empossou Demetrio Ribeiro, a 7 de Dezembro de 1889. Foi administrador e dirigente dos mais hábeis nas horas tormentosas daquela quadra de transição. Não escapou, contudo, à crítica irreverente, sendo acusado por alguns de seus atos, especialmente o Tratado das Missões. Até o fato de ser argentina sua progenitora (era filho de Quintino Ferreira de Sousa, baiano, e dona Candelaria Moreno d'Alargon, nascida em Buenos Aires), foi invocado como pretexto para ferinas agressões, durante sua ausência no Prata. De regresso, provocou o pronunciamento de seus colegas de governo a respeito desse ato e deles recebeu a mais eloquente manifestação de solidariedade e apreço.

Posteriormente, na sessão da Constituinte de 17 de Fevereiro de 1891, pediu que aquele ato fosse, desde logo, examinado:

...“Quando ainda até ha pouco tempo partilhava com os meus illustres colegas, membros do Governo Provisório, a responsabilidade do poder, solicitei, em uma das sessões do Congresso de Ministros, que fosse presente à Assembléa Constituinte, na sua primeira reunião, o tratado de limites celebrado com a República Argentina, e celebrado por acordo unânime e ordem do Governo Provisório, tratado do qual tive a honra de ser o negociador ou, antes, o simples signatário por força do cargo que exercia.

A essa solicitação opuseram-se com excelentes razões os seus illustres colegas, ponderando a inconveniência de interromper a tarefa da Assembléa Constituinte com a discussão de um assunto mal conhecido e mal apreciado por uma parte da opinião pública, justamente por não ser conhecido.

e ter sido explorado da maneira mais pífida e violenta pelos adversários do Governo da República.

Na exageração desse mau recurso de oposição, senhores, procurou-se inferir uma ofensa que fere menos a minha pessoa do que a dignidade do Congresso Nacional.

Escreveu-se com a solenidade que lhe dava, não documento escrito, mas a sensação ocasional que ele produziu que os Ministros do Governo Provisório importunavam os membros deste Congresso, implorando a sua proteção, pedindo a sua complacência para a aprovação do referido tratado...

Em uma questão desta ordem, esse proceder fôra mais do que incorreto, porque é da natureza daqueles que não podem nem devem ser julgados e resolvidos sob a influência do espírito de camaradagem ou das conveniências pessoais, mas exclusivamente sob a influência do mais sã patriotismo e dos mais elevados princípios para salvaguarda dos interesses nacionais"...

Prossegue, em outras considerações, e insiste, afinal, pela discussão do tratado:

"Nem eu, nem os meus ilustres companheiros podemos hoje ser os juizes da conveniência ou inconveniência deste ato. O que procuro com estas palavras é firmar bem solenemente, perante o Congresso que me ouve e perante a nação que me ha de ler, que eu e os meus companheiros mantemos a nossa responsabilidade por esse ato, que por ele desejamos quanto antes responder a esta Assembléia, onde se acham os nossos juizes naturais, aguardando com a devida serenidade a sua deliberação, a sua sentença, porque, seja esta qual for, estamos certo de que ela será sempre inspirada pelo patriotismo, pela justiça e pela intuição do bem geral da nação brasileira"...

Evidentemente, esta linguagem não é de um homem culpado. E' a de quem, certa ou erradamente, pensa ter cumprido concientemente seu dever.

A Constituinte não atendeu à solicitação feita e o tratado, firmado *ad-referendum* do Poder Legislativo, teve de ser submetido à consideração do Congresso Nacional, em sua primeira sessão ordinária, quando a Câmara dos Deputados, tendo em vista

a) que ele não era da responsabilidade pessoal do seu negociador e sim do Governo Provisório;

b) que este, investido de poderes discricionários, subordinou-o, sem que a isso fosse obrigado, à aprovação da referida Constituinte.

c) que estas duas circunstâncias constituíam irrecusável índice de que o mesmo obedecia, provavelmente, a injunções momentâneas da política internacional;

nada quiz resolver sem ouvir a Quintino, que, de modo exaustivo, expôs os motivos que o haviam levado a assiná-lo. E tão completa foi essa exposição, que aquela Câmara, ao rejeitá-lo, votou, ao mesmo tempo, uma moção de confiança ao eminente brasileiro, cuja autoridade política e moral não foi afetada pela sua decisão.

Terminada sua delicada e trabalhosa tarefa no seio do Governo Provisório, Quintino, Senador, continuou a representar o Estado do Rio de Janeiro, na Constituinte e na primeira legislatura. Em dezembro de 1891, renunciou o mandato, que lhe foi renovado em agosto do ano seguinte. Exerceu-o até 1901. Nesse ano, assumiu a presidência daquele Estado, a que prestou relevantíssimos serviços. Retornou, em 1904, ao Senado, onde permaneceu até a sua morte, em 11 de Julho de 1912.

Em todo o período que vai de 1889 a 1912, foi uma das figuras primaciais do regime, com larga projeção na política nacional. Nunca teve, porem, clientelas eleitorais. Era um conselheiro avisado, um orientador, uma força da reserva a que todos recorriam nos transe amargurados por que passou a República.

Jamais-se alistou entre os incondicionais dos governos. Nunca lhes fez oposição sistemática. Na presidência de Floriano Peixoto, apreensivo pela sorte das instituições, defendeu, sem temores, o princípio da autoridade, dentro da ordem constitucional, tanto assim que discordou do adiamento da eleição do novo Presidente, sustentando a candidatura de Prudente de Moraes. Mas, ao se operar, em 1897, a cisão do Partido Republicano Federal, foi dos primeiros a tomar lugar entre os que passaram a combatê-lo por se ter afastado da maioria dos que, na propaganda e na defesa do poder legalmente constituído, haviam pelejado sob a mesma bandeira. Lamentava, entretanto, o rompimento que se verificara. Não se conformava com ele.

Dá a preocupação que o dominou desde então de ver de novo congregar as diversas correntes que agitavam a política nacional. E, com esse desígnio, entrou em enten-

dimentos com Campos Salles, cujas tendências eram igualmente conciliadoras e não desconhecia a imperiosa necessidade em que se deparava, diante da situação que se criara no Parlamento e em alguns Estados, de promover um apaziguamento geral de todas as paixões partidárias, como condição indispensável para que pudesse corresponder, com sucesso, aos compromissos que assumira, aqui e no estrangeiro.

Esta uma das principais razões pelas quais pôs sua candidatura e depois seu governo acima das competições de grupos e pôde realizar a obra que planejara da reconstrução financeira da República, proporcionando ao seu sucessor, Rodrigues Alves, pela reabilitação do erêdito público, os meios de que dispôs para executar seu programa de realizações materiais.

De 1901 a 1904, Quintino esteve, como disse em outra parte, retirado do Congresso, exercendo a presidência do Estado do Rio de Janeiro; e, a partir de 1905, já de volta ao Senado, se manteve retraído e silencioso num justo e merecido repouso.

Em 1909 reapareceu em grande destaque, batendo-se pela candidatura do marechal Hermes. Foi sua última campanha política. Depois disso, — na vice-presidência do Senado e na presidência da Comissão Executiva do Partido Republicano Conservador — as forças se lhe foram alquebrando aos poucos pela idade e pelo cansaço. Menos de dois anos decorridos baixava ao túmulo.

O marechal Hermes, Presidente da República, compareceu pessoalmente à sua residência, pedindo permissão à família para que seus funerais corressem por conta do Estado e lhe fossem prestadas honras solenes como o *Patriarca da República*.

A família não pôde aceder ao seu pedido ante uma declaração escrita, encontrada entre seus papéis e que se acha transcrita integralmente por Dunshee de Abranches, em seu precioso livro *Governos e Congressos da República*. Nessa declaração dizia desejar, caso viesse a falecer em sua residência habitual, que seu corpo fosse sepultado no cemitério de Jacarépaguá, sem honras civis ou religiosas de qualquer espécie, sem anúncios ou convites, dispensados os sufrágios da Igreja.

Foram respeitadas suas últimas vontades e, de acordo com elas, seu enterramento se realizou em cova rasa, no cemitério de Jacarépaguá.

Eis aí, a largos traços, a vida de Quintino Bocayuva, vida que deve ser apontada, nesta hora de evocações e de saudades, em que se comemora o primeiro centenário de seu nascimento, como exemplo e modelo às gerações atuais.

Ninguém soube cumprir mais nobremente a missão que o destino lhe reservara na terra. Ele foi, em verdade, a mais alta e representativa expressão do idealismo republicano, em seu tempo e em seu meio. — *A. Tavares de Lyra.*"

INDICE

ÍNDICE DO VOLUME 171 (1936)

	Págs.
<i>Viagem do príncipe Paulo Alexandre de Wuerttemberg à América do Sul</i>	3
<i>Vila-Rica</i> , por Feu de Carvalho.....	29
<i>O Instituto Histórico e os Inconfidentes</i>	73
<i>Bibliografia</i> , por Max Fleiuss.....	91
<i>João da Silva Tavares</i> (Visconde de Serro-Alegre)...	203

ATAS DE 1936

1ª SESSÃO ORDINÁRIA, em 14 de Abril.....	249
--	-----

Palavras do sr. Manuel Cicero (presidente em exercício), participando o falecimento dos sócios:
 Felix Pacheco, Aípio Gama, Paulino José de Sousa Junior; a morte de Henrique Bernardelli.

Propostas dos srs. Enrique de Gandia, Arthur Cesar Ferreira Reis e Alvaro Salles de Oliveira. Reassume a presidencia o sr. Conde de Affonso Celso; palavras dos srs. Manuel Cicero, Ramiz Galvão, Nelson de Senna e Affonso Celso.

Conferência do sr. Pedro Calmon, sobre o *Dia das Américas*.

Anexo.

Sugestão do Conde de Affonso Celso, sobre o *Arco Triunfal a Tiradentes*.

	Págs.
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, em 4 de Dezembro	418
SESSÃO ESPECIAL, em 4 de Dezembro.....	421
Palavras do Conde de Affonso Celso.	
Conferência do sr. Rodrigo Octavio, sobre <i>Quintino Bocayuva</i> .	
<i>Anexo.</i>	
Artigo do sr. Augusto Tavares de Lyra, sobre <i>Quintino Bocayuva</i> .	